



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Informação Nº 190 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SEAPT/ASSEAPT

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de Apoio Administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra

Senhor Coordenador de Apoio Administrativo,

Considerando o atendimento parcial da impugnação do Edital PE nº 56/2022 (SEI 1699192) por parte da empresa SERVFAZ – SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA. (SEI 1708719), conforme manifestação da Equipe de Apoio às Licitações (SEI 1710863), tivemos que realizar pesquisa de preços complementar de EPI's para os serviços de motoboy (SEI 1714944), alguns ajustes nos ETP (SEI 1715013) no Termo de Referência e seus anexos (SEI 1716386 e 1716389), como segue:

- Adequação da nomenclatura dos cargos de assistente administrativo I e II, para agente administrativo e auxiliar de gestão nível superior, respectivamente, para haver melhor enquadramento junto à CCT – Asseio e Conservação do Estado do Piauí (embora a impugnante não comprovasse o alegado);

- Adequação das horas a serem trabalhadas mensalmente de outrora assistente administrativo I (atual agente administrativo), a e copeiro do interior, para 150h, pois o quantitativo anterior - 175h - não tinha respaldo sólido na CLT;

- Adequação da carga horária da "auxiliar de saúde bucal" de 175h para 200h mensais;

- Adequação do operador de guilhotina;

- Adequação da depreciação dos relógios de ponto;

- Adequação da multa rescisória do FGTS de 3,20% para 3,88%, ao sugerido pelo impugnante e adotado no Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do STJ; e

- Ampliação no número de equipamentos de proteção individual do motoboy.

- Retificação da estimativa de retenção contida na planilha de custo, na parte de encargos sociais: TOTAL DAS RETENÇÕES (13º Salário + Férias + Abono Férias + Incidência A em B + Multa FGTS);

Em virtude da redução do número de horas mensais de trabalho para adequação da legislação vigente, como relatado acima, o valor estimado para contratação em comente passou a ser, para trinta meses, de R\$ 19.506.712,69 (dezenove milhões, quinhentos e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Agora seguem os presentes autos a fim de que vossa senhoria tome conhecimento; em seguida, à COOF para ajustar os valores da Classificação da Despesa, SEI 1681601; à SAOF para emissão de parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho, Analista Judiciário**, em 23/11/2022, às 12:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Abelard Dias Ribeiro dos Santos, Técnico Judiciário**, em 23/11/2022, às 14:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Antunes Ribeiro, Chefe de Seção**, em 23/11/2022, às 15:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1716391** e o código CRC **42382DB8**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Informação Nº 171 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SEAPT/ASSEAPT

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de Apoio Administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nestes autos.

Senhor Coordenador de Apoio Administrativo,

Trata-se de procedimento visando à contratação dos serviços Apoio Administrativo em atendimento à Decisão 1061 Presidência/TRE-PI, SEI nº 1592327, nos autos do Processo SEI nº 0007589-26.2022.6.18.8000, para trinta meses de prestação de serviços.

Para levar a efeito a determinação sobredita, por meio do evento SEI 1599996 – DOD/SEAPT, fora identificada a demanda, descrito seu objetivo estratégico; justificativas e as metas do planejamento estratégico que se pretende alcançar.

A partir dos direcionamentos dados pela DG e SAOF encartados nos eventos SEI's nºs 1603531 e 1604135, respectivamente, diversas tratativas foram adotadas objetivando o atendimento do determinado pela Presidência desta Casa, tais como: reuniões, consultas e muitas pesquisas junto a diversos órgãos públicos e empresas prestadoras de serviços, muitas dessas, por demonstrarem não ser viável sua implementação, não constam seus registros nestes autos.

Cabe-nos destacar a tratativa junto à CPL (SEI 1664587) que resultou na informação de que a Lei nº 14.133/2021 não fora regulamentada. Portanto, por ora, não existe possibilidade de sua aplicação nesta pretendida contratação, como se vê no teor do evento SEI nº 1665211, Despacho 6328-SAOF.

Passo seguinte e necessário, diz respeito a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP. Para tanto, realizamos inúmeras pesquisas – SEI's : 1673519, 1673523, 1673525, 1673530, 1673669, 1673686, 1673697, 1673712, 1673720, 1673740, 1673743 e 1673982 - que, com diversos diplomas legais, resultaram nos citados estudos – SEI 1679876, no qual há o detalhamento da viabilidade da contratação pretendida, bem como as justificativas, inclusive, na questão do tempo de firmação do futuro pacto por trinta meses e na instalação de postos de serviços à medida em que forem disponibilizados recursos e, ainda, quando forem expirando os contratos a serem sucedidos pelos desta contratação.

No evento SEI 1679906, encontra-se a Planilha de Custos e Formação de Preços, intitulada de “Macrocontratações – 2022”, na qual se verifica que o preço **máximo** estimado desta contratação é de **R\$ 19.539.632,14**, em virtude de haver previsão de instalação de um agente cartorário para cada cartório desta Especializada, havendo recursos, é claro. Porém, face ao valor da contratação, prevemos uma disputa acirrada entre as licitantes e, pelas taxas de administração e lucro, uniformes, equipamentos etc., das últimas licitações, mesmo com os acréscimos de cinquenta e sete postos de agentes cartorários, alcançaremos valores em torno de seis milhões para mão de obra. Além do que, excetuando o custo relativos à disponibilização da mão de obra, os demais são incertos a sua ocorrência.

Na tabela abaixo está o quadro resumo dos custos dos anexos do Termo de Referência (Anexo I):

PERÍODOS ==>		ANUAL - R\$	DA CONTRAÇÃO - R\$
		12 MESES	30 MESES
ANEXO II (A a D)	MÃO DE OBRA	6.795.442,80	16.988.607,00
ANEXO III	HORAS EXTRAS	100.000,00	250.000,00
ANEXO IV	DIÁRIAS	473.286,00	1.183.215,00
ANEXO V	UNIFORMES	103.239,66	258.099,15
ANEXO VI (A a D)	EPI's	4.363,55	10.908,88
ANEXO VII	COMBUSTÍVEL	6.046,15	15.115,38
ANEXO VIII	EXAMES E LAUDOS	20.424,10	51.060,25
ANEXO IX	PLANO DE SAÚDE	313.050,59	782.626,48
PREÇO TOTAL - R\$ ==>		7.815.852,85	19.539.632,14

No evento SEI 1679913, está juntado Termo de Referência que balizará a licitação e execução contratual.

Destacamos que, para esta contratação, no tocante às demonstrações contábeis necessárias para habilitação da futura contratada prevista na letra “b”, do subitem 16.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira, por entendermos ser o suficiente para sabermos da “saúde” financeira e, consequentemente, a capacidade de assunção de compromissos, exigiremos das licitantes o que segue:

“b. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) – ambos assinados conforme § 2º, do Art. 1.184, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) - e Análise do Balanço composta pelos índices de liquidez solicitados nas alíneas “b.1” e “b.2”, do último exercício social, apresentados sob a forma da lei, com prova do registro, do primeiro, na Junta Comercial pertinente ou em órgão equivalente, vedada a sua substituição por balançotes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da abertura da sessão.

b.1. Esses documentos deverão comprovar:

1. Índices de Liquidez Geral (LG) = [Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo]; de Liquidez Corrente (LC) = [Ativo Circulante / Passivo Circulante]; e de Solvência Geral (SG) = [Ativo Total / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo] - superiores a 1,00.

b.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices (Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, ou Solvência Geral – SG), deverão comprovar Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor proposto para contratação, em conformidade com o Acórdão nº 1214/2013 – Plenário TCU”.

Importante registrar que a implantação dos postos de trabalho será gradual, de acordo com o término da vigência dos atuais contratos, conforme cronograma constante da tabela anexa à presente informação (Anexo I), com a ressalva de que os novos postos de trabalho, não previstos na tabela anexa (contratações novas), serão implantados a partir da data estipulada na ordem de serviços, a ser emitida pela COAAD, observando-se a disponibilidade orçamentária.

Agora, seguem os presentes autos a fim de que Vossa Senhoria tome conhecimento, para, em seguida, à COOF informar a disponibilidade de recursos financeiros para facear a pleiteada contratação e classificação de tais despesas que estimamos em **R\$ 19.539.632,14 (dezenove milhões, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais e catorze centavos)** para **30 (trinta) meses de prestação de serviços** e de R\$ 7.815.852,85 para 12 (doze) meses de prestação de serviços.

Atenciosamente,

Roberto de Amorim Coelho

Assistente III - SEAPT

Abelard Dias Ribeiro dos Santos

Assistente III - SEAPT

Sidnei Antunes Ribeiro

Chefe da SEAPT

ANEXO I:

NUMERO	Objeto	Vig. Fim
00026/2022	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COBERTURA JORNALÍSTICA E FOTOJORNALÍSTICA (PRODUÇÃO DE TEXTO E REGISTRO FOTOGRÁFICO) PARA A DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS DO TRE-PI.	22/08/2023
00031/2022	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA PARA O TRE-PI.	01/08/2023
00105/2020	PRESTAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS DE GARÇOM PARA O TRE-PI.	11/01/2023
00037/2021	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE AGENTE DE PORTARIA PARA OS PRÉDIOS DO TRE-PI.	03/02/2023
00039/2021	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE COPEIRAGEM PARA O TRE-PI.	16/11/2023
00027/2022	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIADO.	21/07/2023
00028/2022	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICO.	19/07/2023
00020/2022	SERVIÇOS DE SUPERVISÃO DE FROTA DOS VEÍCULOS DO TRE-PI	20/06/2023
00065/2019	SERVICO DE RECEPCIONISTA	18/02/2023
00096/2018	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIADO.	26/12/2022
00045/2020	CONTRATAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.	04/09/2023
00107/2020	PRESTAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO – AGENTES CARTORÁRIOS, PARA O TRE-PI.	11/01/2023
00024/2021	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, COM TÉCNICO RESIDENTE.	23/08/2023
00031/2020	SERVIÇOS CONTINUADOS DE MOTORISTAS PARA A JUSTIÇA ELEITORAL DO PIAUÍ.	20/09/2023
00026/2019	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS AUXILIARES NA UNIDADE DENOMINADA SERVIÇO DE ARQUIVO DO TRE-PI	12/01/2023
00028/2020	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROACÚSTICOS, VIDEOCONFERÊNCIA E MULTIMÍDIA PARA O TRE-PI.	07/08/2023
00021/2021	CONTRATAÇÃO DE POSTO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS.	13/07/2023
00018/2021	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS E BATERIAS.	21/06/2023
00006/2019	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIADO.	01/04/2023
00003/2021	PRESTAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS DE CARREGADORES (CBO 7832) PARA O TRE-PI.	08/02/2023
00062/2021	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL.	15/12/2022
LICITAÇÃO	ATENDENTE CARTORÁRIO	
00038/2021	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO PARA A REPROGRAFIA DO TRE-PI, EXECUTADOS POR TÉCNICO RESIDENTE.	25/10/2022



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, Analista Judiciário, em 18/10/2022, às 10:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Abelard Dias Ribeiro dos Santos**, Técnico Judiciário, em 18/10/2022, às 10:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Antunes Ribeiro, Chefe de Seção**, em 18/10/2022, às 10:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1680066** e o código CRC **E09BC216**.

0014293-55.2022.6.18.8000

1680066v17

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br**PROCESSO STJ N. 012249/2017****SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO STJ N. 03/2018**

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e a empresa ADCON - ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO EIRELI, em cumprimento ao disposto na Cláusula Nona do Contrato STJ n. 03/2018, acertam a repactuação de preços contratados, na forma descrita a seguir:

I Em face da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2022 celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal (SEAC/DF) e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal (SINDISERVIÇOS), registrada no Ministério do Trabalho e Emprego em 19/01/2022 sob o n. DF000015/2022, as partes acertam a repactuação de preços com efeitos retroativos a 01/01/2022, conforme discriminado abaixo:

a) reajuste salarial de 10,00% - Cláusula Quarta da CCT;

b) majoração do Auxílio Alimentação de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para R\$ 38,00 (trinta e oito reais) - Cláusula Décima Quarta da CCT.

II A alíquota de "Riscos Ambientais do Trabalho - RAT", prevista no Submódulo 4.1, "G", das planilhas de custos e formação de preços, fica alterada de 2,2866% para 2,5342%, com efeitos retroativos a 01/01/2022, em observância à previsão contida no item 9.7 do Contrato STJ n. 03/2018.

III As alíquotas referentes aos tributos PIS e COFINS constantes das planilhas de custos e formação de preços ficam alteradas de 1,41% para 1,45% e de 6,52% para 6,66%, respectivamente, a partir de 01/02/2022, em atendimento à previsão disposta na alínea "b" do item 9.1 do Contrato STJ n. 03/2018.

IV Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento das correções estabelecidas após a comprovação do efetivo pagamento dos valores aos profissionais da CONTRATADA e dos respectivos encargos sociais.

V A comprovação de que trata o item anterior será demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou, excepcionalmente, do mês anterior, quando ainda não vencidas as referidas obrigações.

VI O preço mensal dos serviços fica definido abaixo, conforme planilhas constantes do Anexo deste termo 2807977:

a) R\$ 862.548,00 (oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais), a partir de 01/01/2022, referente à repactuação de preços, item I deste termo, e à alteração da alíquota de "Riscos Ambientais do Trabalho - RAT", item II deste termo; e

b) R\$ 864.285,87 (oitocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), a partir de 01/02/2022, referente à alteração das alíquotas dos tributos PIS e COFINS, item III deste termo.

VII O valor *pro rata* do Contrato STJ n. 03/2018, para o período de vigência de 01/06/2021 a 31/01/2023, fica estipulado em R\$ 16.761.893,70 (dezesseis milhões, setecentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e três reais e setenta centavos), de acordo com as planilhas constantes do Anexo deste termo 2807977.

VIII O valor mensal limite a ser retido em conta vinculada é de R\$ 110.011,91 (cento e dez mil, onze reais e noventa e um centavos), a contar de 01/01/2022, conforme fl. 9 da planilha constante do Anexo

deste termo (2807977), devendo ser ajustado conforme a quantidade de profissionais e postos de trabalho efetivamente disponibilizados durante o mês.

IX A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura deste termo, garantia contratual complementar no valor de R\$ 48.392,50 (quarenta e oito mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), nos termos da Cláusula Décima Terceira do Contrato STJ n. 03/2018 e do artigo 56, § 2º, da Lei n. 8.666/1993, com validade durante a execução do contrato e noventa dias após o término da vigência contratual.

X A CONTRATADA declara que recebeu, está de acordo e aceita como ANEXO e parte integrante e inseparável deste Termo de Apostilamento, para todos os fins e efeitos jurídicos, o *link* citado nos itens VI, VII e VIII, que está individualmente identificado neste termo pelo número atribuído pelo sistema eletrônico do CONTRATANTE (SEI) exclusivamente para esse fim.

XI Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato que não contrariem o presente termo.

E, estando justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente Apostilamento, eletronicamente, para que surtam os devidos efeitos legais.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO

Secretário de Administração
Superior Tribunal de Justiça

GIMAR BARCELLOS

Titular
ADCON - Administração e Conservação EIRELI



Documento assinado eletronicamente por **Gimar Barcellos, Usuário Externo**, em 15/02/2022, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração**, em 15/02/2022, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2830974** e o código CRC **3313485E**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte – TRE/RN.
Contratada: INOVAR SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA. (CNPJ: 27.189.662/0001-08).
Objeto: Prestação de serviços contínuos de conservação de urnas eletrônicas e apoio a eleições.
Referência: Processo Administrativo Eletrônico nº 6838/2020-TRE/RN.

APOSTILA Nº 1 ao Contrato nº 69/2020-TRE/RN

1. Por meio desta apostila, com fundamento no art. 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 c/c os art. 12 e 16 do Decreto nº 9.507/2018 e a Cláusula Quarta do **Contrato nº 69/2020-TRE/RN**, fica registrada a REPACTUAÇÃO DE PREÇOS do **Contrato nº 69/2020-TRE/RN**, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021, com base em Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 (Registro MTE nº RN000063/2021), passando a vigorar os valores contratuais a seguir indicados:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor de Referência para 30 Meses (R\$)
1	Planilha de Composição	Posto	4	3.467,95	13.871,82	416.154,60
2	Supervisor	Posto	1	3.789,23	3.789,23	113.676,90
3	Pacote 1	Unidade	8	-	189,16	1.513,29
4	Pacote 2	Unidade	2	-	206,69	413,37
5	Pacote 3	Unidade	8	-	252,21	2.017,72
6	Pacote 4	Unidade	2	-	275,58	551,16
7	Pacote 5	Unidade	8	-	15,76	126,11
8	Pacote 6	Unidade	2	-	25,84	51,67
Valor Total para 30 Meses (R\$)						534.504,81

2. Em razão da repactuação de que trata esta apostila, o valor global estimado do **Contrato nº 69/2020-TRE/RN** fica alterado de R\$ 503.238,24 (quinhentos e três mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) para R\$ 534.504,81 (quinhentos e trinta e quatro mil, quinhentos e quatro reais e oitenta e um centavos para um período de 30 (trinta) meses de execução contratual.

3. Esta apostila é parte integrante do contrato supracitado.

Natal/RN, 24 de agosto de 2021

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
Diretora-Geral

YVETTE BEZERRA
GUERREIRO
MAIA:30024352

Assinado de forma digital por YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA:30024352
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS, ou=Cert-JUS Institucional - A3, ou=29056741000176, ou=Tribunal Regional Eleitoral Rio Grande do Norte - TRE-RN, ou=SERVIDOR, cn=YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA:30024352
Dados: 2021.09.22 18:35:35 -03'00'

Documento assinado digitalmente por:

YVETTE B. GUERREIRO MAIA:30024352
22/09/2021 18:35:35



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ Nº 010/2021

PLANILHA SINTÉTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores finais foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Pregão Eletrônico STJ N°:	07/2021	Nº de meses de execução contratual: 20 meses
Processo STJ N°	22716/2020	
Nome da Empresa:	REAL JG FACILITIES EIRELI	
CNPJ:	08.247.960/0001-62	
CNPJ do estabelecimento responsável pelo faturamento dos serviços (MATRIZ ou FILIAL):	08.247.960/0001-62	
OBJETO: Contratação de serviços com regime de dedicação exclusiva de condução de veículos oficiais e supervisão.		

QUADRO RESUMO

Revisão PIS/COFINS: de 01/12/2021 a 31/12/2021

Tipo de Serviço - Categoria Profissional	Jornada de Trabalho	Quantidade		Valor (R\$)	
		Postos de Trabalho	Profissionais p/posto de Trabalho	Unitário	Mensal
Supervisor	44h/s	1	1	7.767,55	7.767,55
Motorista de Veículo de serviço	44h/s	8	1	5.699,88	45.599,04
Motorista de Veículo de serviço (escala diurna)	12h x 36h (diurno)	2	1	5.305,76	10.611,52
Motorista de Veículo de serviço (escala noturna)	12h x 36h (noturno)	2	1	5.800,83	11.601,66
Valor Total		13	4		75.579,77

QUADRO RESUMO

Repactuação CCT 2022 e Atualização do SAT - Vigência: de 01/01/2022 a 01/11/2022 (2º T.AP)

Tipo de Serviço - Categoria Profissional	Jornada de Trabalho	Quantidade		Valor (R\$)	
		Postos de Trabalho	Profissionais p/posto de Trabalho	Unitário	Mensal
Supervisor	44h/s	1	1	8.507,59	8.507,59
Motorista de Veículo de serviço	44h/s	8	1	6.230,53	49.844,24
Motorista de Veículo de serviço (escala diurna)	12h x 36h (diurno)	2	1	5.808,63	11.617,26
Motorista de Veículo de serviço (escala noturna)	12h x 36h (noturno)	2	1	6.353,81	12.707,62
Valor Total		13	4		82.676,71

QUADRO RESUMO

Prorrogação de Vigência - Vigência: 02/11/2022

Tipo de Serviço - Categoria Profissional	Jornada de Trabalho	Quantidade		Valor (R\$)	
		Postos de Trabalho	Profissionais p/posto de Trabalho	Unitário	Mensal
Supervisor	44h/s	1	1	8.505,42	8.505,42
Motorista de Veículo de serviço	44h/s	8	1	6.229,06	49.832,48
Motorista de Veículo de serviço (escala diurna)	12h x 36h (diurno)	2	1	5.807,16	11.614,32
Motorista de Veículo de serviço (escala noturna)	12h x 36h (noturno)	2	1	6.352,18	12.704,36
Valor Total		13	4		82.656,58

VALOR PRO RATA DO CONTRATO

Vigência: 02/03/2021 a 01/11/2022

Período	Valor
Março de 2021 - 29 dias.	R\$ 73.592,91
Abril de 2021 - 30 dias.	R\$ 76.130,60
Maio de 2021 - 30 dias.	R\$ 76.130,60
Junho de 2021 - 30 dias.	R\$ 76.130,60
Julho de 2021 - 30 dias.	R\$ 76.130,60
Agosto de 2021 - 30 dias.	R\$ 76.130,60
Setembro de 2021 - 30 dias.	R\$ 76.130,60

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Outubro de 2021 - 30 dias.	R\$ 76.130,60
Novembro de 2021 - 30 dias.	R\$ 76.130,60
Dezembro de 2021 - 30 dias.	R\$ 75.579,77
Janeiro de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Fevereiro de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Março de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Abril de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Maio de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Junho de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Julho de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Agosto de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Setembro de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Outubro de 2022 - 30 dias.	R\$ 82.676,71
Novembro de 2022 - 1 dia.	R\$ 2.755,89
Valor total do contrato	R\$ 1.587.740,47

VALOR DO CONTRATO**Prorrogação de Vigência: de 02/11/2022 a 01/07/2024**

Valor Mensal Estimado	R\$ 82.656,58
Valor Total Estimado (20 meses)	R\$ 1.653.131,60

GARANTIA CONTRATUAL COMPLEMENTAR**Vigência: 02/03/2021 a 01/11/2022**

Descrição	Valor Inicial	Valor Corrigido	Garantia Complementar (R\$)
Valor do Contrato (2º Termo de Apostilamento)	1.594.337,09	1.587.740,47	
Valor da Garantia - 5% do valor do contrato	79.716,85	79.387,02	-329,83

GARANTIA COMPLEMENTAR**Prorrogação de Vigência: 02/11/2022 a 01/07/2024**

Valor do Contrato	R\$ 1.653.131,60
Valor da Garantia - 5% do valor do contrato	R\$ 82.656,58

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Os valores finais foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SUPERVISOR							
Processo STJ n. 022716/2020 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 010/2021							
Dados da mão de obra para composição dos custos							
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	21/01/2021		21/01/2021		21/01/2021	
2	Unidade de Medida	Posto		Posto		Posto	
3	Quantidade da unidade de medida	1		1		1	
4	Quantidade de empregados por unidade de medida	1		1		1	
5	Nº de meses de execução contratual	20 meses		20 meses		20 meses	
6	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	R\$ 3.456,12		R\$ 3.801,73		R\$ 3.801,73	
7	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	510105		510105		510105	
8	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF		CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF		CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF	
9	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	DF000009/2022		DF000009/2022		DF000009/2022	
10	Data base da categoria	01/01/2022		01/01/2022		01/01/2022	
Composição de custos							
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		1º/12/2021 a 31/12/2021		1º/01/2022 até 1º/11/2022		A prtir de 2/11/2022	
1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	3.456,12	100%	3.801,73	100%	3.801,73
Total da remuneração			3.456,12		3.801,73		3.801,73
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS							
Submódulo 1 - 13º Salário e Adicional de Férias							
2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	288,01	8,33%	316,81	8,33%	316,81
B	Adicional de Férias	2,78%	96,00	2,78%	105,60	2,78%	105,60
Total do 13º salário e adicional de férias		11,11%	384,01	11,11%	422,41	11,11%	422,41
Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições							
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	768,03	20,00%	844,83	20,00%	844,83
B	SESC	1,50%	57,60	1,50%	63,36	1,50%	63,36
C	SENAC	1,00%	38,40	1,00%	42,24	1,00%	42,24
D	INCRA	0,20%	7,68	0,20%	8,45	0,20%	8,45
E	Salário Educação	2,50%	96,00	2,50%	105,60	2,50%	105,60
F	FGTS	8,00%	307,21	8,00%	337,93	8,00%	337,93
G	GIUL/RAT (RAT Ajustado) = RAT (2%) x FAP (1,1607)	2,1668%	83,21	2,3214%	98,06	2,3214%	98,06
H	SEBRAE	0,60%	23,04	0,60%	25,34	0,60%	25,34
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições		35,97%	1.381,17	36,12%	1.525,82	36,12%	1.525,82
Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
A	Vale-transporte		34,63		13,90		13,90
B	Auxílio-alimentação		847,22		924,00		924,00
Total de benefícios mensais e diários			881,85		937,90		937,90
2	QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias		384,01		422,41		422,41
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		1.381,17		1.525,82		1.525,82
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		881,85		937,90		937,90
Total dos Encargos e Benefícios			2.647,04		2.886,13		2.886,13
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	14,40	0,42%	15,84	0,42%	15,84
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	1,15	0,03%	1,27	0,03%	1,27
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	118,89	3,44%	130,78	3,44%	130,78
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	1,38	0,04%	1,52	0,004%	0,15
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	0,50	0,01%	0,55	0,0014%	0,05
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,001%	0,04	0,001%	0,05	0,00013%	0,00
Total da provisão para rescisão		3,95%	136,37	3,95%	150,01	3,90%	148,10
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Substituição durante férias	8,33%	288,01	8,33%	316,81	8,33%	316,81
B	Substituição durante ausência por doença	0,28%	9,68	0,28%	10,64	0,28%	10,64
C	Substituição durante licença maternidade	0,29%	10,14	0,29%	11,15	0,29%	11,15
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	0,72	0,02%	0,79	0,02%	0,79
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	9,60	0,28%	10,56	0,28%	10,56
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	2,25	0,07%	2,47	0,07%	2,47
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		9,27%	320,39	9,27%	352,43	9,27%	352,43
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	1,75%	60,33	1,75%	66,36	1,75%	66,36
Subtotal antes de incidência do Submódulo 2.2		11,02%	380,72	11,02%	418,79	11,02%	418,79
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	3,96%	136,93	3,98%	151,27	3,98%	151,27
Total do custo de reposição do profissional ausente		14,98%	517,65	14,99%	570,06	14,99%	570,06
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS							
5	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)		73,18		73,18		73,18
Total Insumos Diversos			73,18		73,18		73,18
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS							
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,40%	27,32	0,40%	29,92	0,40%	29,92
B	Lucro	0,30%	20,57	0,30%	22,53	0,30%	22,53
C	Tributos	11,45%	889,30	11,45%	974,03	11,45%	973,78
C.1	Tributos Federais	6,45%	500,92	6,45%	548,65	6,45%	548,51
C.1:	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,45%	500,92	6,45%	548,65	6,45%	548,51
	Pis Não-Cumulativo	1,15%	89,29	1,15%	97,79	1,15%	97,77
	Cofins Não-Cumulativo	5,30%	411,64	5,30%	450,85	5,30%	450,74
C.2	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço:17.05	5,00%	388,38	5,00%	425,38	5,00%	425,27
Total dos custos indiretos e tributos		12,15%	937,19	12,15%	1.026,48	12,15%	1.026,22



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SUPERVISOR					
Processo STJ n. 022716/2020 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 010/2021					
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração	3.456,12		3.801,73	3.801,73
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios	2.647,04		2.886,13	2.886,13
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	136,37		150,01	148,10
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	517,65		570,06	570,06
5	Módulo 5 - Insumos Diversos	73,18		73,18	73,18
Subtotal (A+B+C+D)		6.830,35		7.481,11	7.479,20
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	937,19		1.026,48	1.026,22
Valor mensal por profissional		7.767,55		8.507,59	8.505,42
Valor mensal por unidade de medida (Posto)		7.767,55		8.507,59	8.505,42

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: MOTORISTA DE VEÍCULO DE SERVIÇO						
Processo STJ n. 022716/2020 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 010/2021						
Dados da mão de obra para composição dos custos						
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	21/01/2021		00/01/1900		00/01/1900
2	Unidade de Medida	Posto		Posto		Posto
3	Quantidade da unidade de medida	8		8		8
4	Quantidade de empregados por unidade de medida	1		1		1
5	Nº de meses de execução contratual	20 meses		20 meses		20 meses
6	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	R\$ 2.347,45		R\$ 2.582,19		R\$ 2.582,19
7	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	510105		782310		782310
8	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF		CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF		CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF
9	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	DF000009/2022		DF000009/2022		DF000009/2022
10	Data base da categoria	01/01/2022		01/01/2022		01/01/2022
Composição de custos						
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		1º/12/2021 a 31/12/2021		1º/01/2022 até 1º/11/2022		A prtir de 2/11/2022
1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	2.347,45	100%	2.582,19	2.582,19
Total da remuneração			2.347,45		2.582,19	2.582,19
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS						
Submódulo 1 - 13º Salário e Adicional de Férias						
2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	195,62	8,33%	215,18	215,18
B	Adicional de Férias	2,78%	65,21	2,78%	71,73	71,73
Total do 13º salário e adicional de férias		11,11%	260,83	11,11%	286,91	286,91
Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições						
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	521,66	20,00%	573,82	573,82
B	SESC	1,50%	39,12	1,50%	43,04	43,04
C	SENAC	1,00%	26,08	1,00%	28,69	28,69
D	INCRA	0,20%	5,22	0,20%	5,74	5,74
E	Salário Educação	2,50%	65,21	2,50%	71,73	71,73
F	FGTS	8,00%	208,66	8,00%	229,53	229,53
G	GIUL/RAT (RAT Ajustado) = RAT (2%) x FAP (1,1607)	2,1668%	56,52	2,3214%	66,60	66,60
H	SEBRAE	0,60%	15,65	0,60%	17,21	17,21
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições		35,97%	938,11	36,12%	1.036,36	1.036,36
Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários						
2.3	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Vale-transporte		101,15		87,07	87,07
B	Auxílio-alimentação		847,22		924,00	924,00
Total de benefícios mensais e diários			948,37		1.011,07	1.011,07
2	QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS		Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias		260,83		286,91	286,91
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		938,11		1.036,36	1.036,36
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		948,37		1.011,07	1.011,07
Total dos Encargos e Benefícios			2.147,31		2.334,34	2.334,34
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	9,78	0,42%	10,76	10,76
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,78	0,03%	0,86	0,86
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	80,75	3,44%	88,83	88,83
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	0,94	0,04%	1,03	0,10
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	0,34	0,01%	0,37	0,04
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,001%	0,03	0,001%	0,03	0,00
Total da provisão para rescisão		3,95%	92,62	3,95%	101,89	100,59
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Substituição durante férias	8,33%	195,62	8,33%	215,18	215,18
B	Substituição durante ausência por doença	0,28%	6,57	0,28%	7,23	7,23
C	Substituição durante licença maternidade	0,29%	6,89	0,29%	7,57	7,57
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	0,49	0,02%	0,54	0,54
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	6,52	0,28%	7,17	7,17
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	1,53	0,07%	1,68	1,68
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		9,27%	217,61	9,27%	239,38	239,38
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	1,75%	40,98	1,75%	45,07	45,07
Subtotal antes da incidência do Submódulo 2.2		11,02%	258,59	11,02%	284,45	284,45
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	3,96%	93,01	3,98%	102,75	102,75
Total do custo de reposição do profissional ausente		14,98%	351,60	14,99%	387,19	387,19
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS						
5	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)		73,18		73,18	73,18
Total Insumos Diversos			73,18		73,18	73,18
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS						
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,40%	20,05	0,40%	21,92	21,91
B	Lucro	0,30%	15,10	0,30%	16,50	16,50
C	Tributos	11,45%	652,57	11,45%	713,33	713,16
C.1	Tributos Federais	6,45%	367,58	6,45%	401,80	401,71
	C.1.1 - Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,45%	367,58	6,45%	401,80	401,71
	Pis Não-Cumulativo	1,15%	65,52	1,15%	71,62	71,60
	Cofins Não-Cumulativo	5,30%	302,06	5,30%	330,18	330,11
C.2	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço:17.05	5,00%	284,99	5,00%	311,53	311,45
Total dos custos indiretos e tributos		12,15%	687,72	12,15%	751,75	751,57



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: MOTORISTA DE VEÍCULO DE SERVIÇO					
Processo STJ n. 022716/2020 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 010/2021					
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração	2.347,45		2.582,19	2.582,19
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios	2.147,31		2.334,34	2.334,34
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	92,62		101,89	100,59
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	351,60		387,19	387,19
5	Módulo 5 - Insumos Diversos	73,18		73,18	73,18
Subtotal (A+B+C+D)		5.012,16		5.478,79	5.477,49
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	687,72		751,75	751,57
Valor mensal por profissional		5.699,88		6.230,53	6.229,06
Valor mensal por unidade de medida (Posto)		45.599,04		49.844,24	49.832,48

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: MOTORISTA DE VEÍCULO DE SERVIÇO (ESCALA DIURNA)							
Processo STJ n. 022716/2020 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 010/2021							
Dados da mão de obra para composição dos custos							
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	21/01/2021	00/01/1900	00/01/1900			
2	Unidade de Medida	Posto	Posto	Posto			
3	Quantidade da unidade de medida	2	2	2			
4	Quantidade de empregados por unidade de medida	1	1	1			
5	Nº de meses de execução contratual	20 meses	20 meses	20 meses			
6	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	R\$ 2.347,45	R\$ 2.582,19	R\$ 2.582,19			
7	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	782310	782310	782310			
8	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF			
9	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	DF000199/2020	DF000009/2022	DF000009/2022			
10	Data base da categoria	01/01/2020	01/01/2022	01/01/2022			
Composição de custos							
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		1º/12/2021 a 31/12/2021	1º/01/2022 até 1º/11/2022	A prtir de 2/11/2022			
1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	2.347,45	100%	2.582,19	100%	2.582,19
Total da remuneração			2.347,45		2.582,19		2.582,19
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS							
Submódulo 1 - 13º Salário e Adicional de Férias							
2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	195,62	8,33%	215,18	8,33%	215,18
B	Adicional de Férias	2,78%	65,21	2,78%	71,73	2,78%	71,73
Total do 13º salário e adicional de férias		11,11%	260,83	11,11%	286,91	11,11%	286,91
Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições							
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	521,66	20,00%	573,82	20,00%	573,82
B	SESC	1,50%	39,12	1,50%	43,04	1,50%	43,04
C	SENAC	1,00%	26,08	1,00%	28,69	1,00%	28,69
D	INCRA	0,20%	5,22	0,20%	5,74	0,20%	5,74
E	Salário Educação	2,50%	65,21	2,50%	71,73	2,50%	71,73
F	FGTS	8,00%	208,66	8,00%	229,53	8,00%	229,53
G	GIIL/RAT (RAT Ajustado) = RAT (2%) x FAP (1,1607)	2,1668%	56,52	2,3214%	66,60	2,3214%	66,60
H	SEBRAE	0,60%	15,65	0,60%	17,21	0,60%	17,21
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições		35,97%	938,11	36,12%	1.036,36	36,12%	1.036,36
Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
A	Vale-transporte		24,15		10,07		10,07
B	Auxílio-alimentação		577,65		630,00		630,00
Total de benefícios mensais e diários			601,80		640,07		640,07
2	QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias		260,83		286,91		286,91
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		938,11		1.036,36		1.036,36
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		601,80		640,07		640,07
Total dos Encargos e Benefícios			1.800,74		1.963,34		1.963,34
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	9,78	0,42%	10,76	0,42%	10,76
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,78	0,03%	0,86	0,03%	0,86
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	80,75	3,44%	88,83	3,44%	88,83
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	0,94	0,04%	1,03	0,004%	0,10
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	0,34	0,01%	0,37	0,0014%	0,04
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,001%	0,03	0,001%	0,03	0,00013%	0,00
Total da provisão para rescisão		3,95%	92,62	3,95%	101,89	3,90%	100,59
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Substituição durante férias	8,33%	195,62	8,33%	215,18	8,33%	215,18
B	Substituição durante ausência por doença	0,28%	6,57	0,28%	7,23	0,28%	7,23
C	Substituição durante licença maternidade	0,29%	6,89	0,29%	7,57	0,29%	7,57
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	0,49	0,02%	0,54	0,02%	0,54
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	6,52	0,28%	7,17	0,28%	7,17
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	1,53	0,07%	1,68	0,07%	1,68
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		9,27%	217,61	9,27%	239,38	9,27%	239,38
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	1,75%	40,98	1,75%	45,07	1,75%	45,07
Subtotal antes de incidência do Submódulo 2.2		11,02%	258,59	11,02%	284,45	11,02%	284,45
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	3,96%	93,01	3,98%	102,75	3,98%	102,75
Total do custo de reposição do profissional ausente		14,98%	351,60	14,99%	387,19	14,99%	387,19
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS							
5	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)		73,18		73,18		73,18
Total Insumos Diversos			73,18		73,18		73,18
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS							
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,40%	18,66	0,40%	20,43	0,40%	20,43
B	Lucro	0,30%	14,05	0,30%	15,38	0,30%	15,38
C	Tributos	11,45%	607,45	11,45%	665,02	11,45%	664,86
C.1	Tributos Federais	6,45%	342,16	6,45%	374,59	6,45%	374,50
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,45%	342,16	6,45%	374,59	6,45%	374,50
	Pis Não-Cumulativo	1,15%	60,99	1,15%	66,77	1,15%	66,75
	Cofins Não-Cumulativo	5,30%	281,18	5,30%	307,82	5,30%	307,75
C.2	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço:17.05	5,00%	265,29	5,00%	290,43	5,00%	290,36
Total dos custos indiretos e tributos		12,15%	640,17	12,15%	700,84	12,15%	700,66



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: MOTORISTA DE VEÍCULO DE SERVIÇO (ESCALA DIURNA)					
Processo STJ n. 022716/2020 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 010/2021					
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração	2.347,45		2.582,19	2.582,19
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios	1.800,74		1.963,34	1.963,34
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	92,62		101,89	100,59
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	351,60		387,19	387,19
5	Módulo 5 - Insumos Diversos	73,18		73,18	73,18
Subtotal (A+B+C+D)		4.665,59		5.107,79	5.106,49
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	640,17		700,84	700,66
Valor mensal por profissional		5.305,76		5.808,63	5.807,16
Valor mensal por unidade de medida (Posto)		10.611,52		11.617,26	11.614,32

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: MOTORISTA DE VEÍCULO DE SERVIÇO (ESCALA NOTURNA)						
Processo STJ n. 022716/2020 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 010/2021						
Dados da mão de obra para composição dos custos						
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	21/01/2021	21/01/2021	21/01/2021	21/01/2021	21/01/2021
2	Unidade de Medida	Posto	Posto	Posto	Posto	Posto
3	Quantidade da unidade de medida	2	2	2	2	2
4	Quantidade de empregados por unidade de medida	1	1	1	1	1
5	Nº de meses de execução contratual	20 meses	20 meses	20 meses	20 meses	20 meses
6	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	R\$ 2.347,45	R\$ 2.582,19	R\$ 2.582,19	R\$ 2.582,19	R\$ 2.582,19
7	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	782310	782310	782310	782310	782310
8	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF	CCT SEAC/DF - SITTRATER-DF
9	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	DF000199/2020	DF000009/2022	DF000009/2022	DF000009/2022	DF000009/2022
10	Data base da categoria	01/01/2020	01/01/2022	01/01/2022	01/01/2022	01/01/2022
Composição de custos						
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		1º/12/2021 a 31/12/2021	1º/01/2022 até 1º/11/2022	A partir de 2/11/2022		
1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	2.347,45	100%	2.582,19	2.582,19
D	Adicional Noturno - Conforme Memória de Cálculo presente nas Notas Explicativas.		256,09		281,69	281,69
Total da remuneração			2.603,54		2.863,88	2.863,88
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS						
Submódulo 1 - 13º Salário e Adicional de Férias						
2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	216,96	8,33%	238,66	238,66
B	Adicional de Férias	2,78%	72,32	2,78%	79,55	79,55
Total do 13º salário e adicional de férias		11,11%	289,28	11,11%	318,21	318,21
Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições						
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	578,56	20,00%	636,42	636,42
B	SESC	1,50%	43,39	1,50%	47,73	47,73
C	SENAC	1,00%	28,93	1,00%	31,82	31,82
D	INCRA	0,20%	5,79	0,20%	6,36	6,36
E	Salário Educação	2,50%	72,32	2,50%	79,55	79,55
F	FGTS	8,00%	231,43	8,00%	254,57	254,57
G	GIUL/RAT (RAT Ajustado) = RAT (2%) x FAP (1,1607)	2,1668%	62,68	2,3214%	73,87	73,87
H	SEBRAE	0,60%	17,36	0,60%	19,09	19,09
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições		35,97%	1.040,45	36,12%	1.149,42	1.149,42
Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários						
2.3	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Vale-transporte		24,15		10,07	10,07
B	Auxílio-alimentação		577,65		630,00	630,00
Total de benefícios mensais e diários			601,80		640,07	640,07
QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS						
2			Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias		289,28		318,21	318,21
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		1.040,45		1.149,42	1.149,42
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		601,80		640,07	640,07
Total dos Encargos e Benefícios			1.931,54		2.107,69	2.107,69
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	10,85	0,42%	11,93	11,93
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,87	0,03%	0,95	0,95
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	89,56	3,44%	98,52	98,52
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	1,04	0,04%	1,15	0,11
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	0,37	0,01%	0,41	0,04
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,001%	0,03	0,001%	0,04	0,00
Total da provisão para rescisão		3,95%	102,73	3,95%	113,00	111,56
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Substituição durante férias	8,33%	216,96	8,33%	238,66	238,66
B	Substituição durante ausência por doença	0,28%	7,29	0,28%	8,02	8,02
C	Substituição durante licença maternidade	0,29%	7,64	0,29%	8,40	8,40
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	0,54	0,02%	0,60	0,60
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	7,23	0,28%	7,96	7,96
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	1,69	0,07%	1,86	1,86
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		9,27%	241,35	9,27%	265,49	265,49
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	1,75%	45,45	1,75%	49,99	49,99
Subtotal antes de incidência do Submódulo 2.2		11,02%	286,80	11,02%	315,48	315,48
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	3,96%	103,15	3,98%	113,96	113,96
Total do custo de reposição do profissional ausente		14,98%	389,95	14,99%	429,43	429,43
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS						
5	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)		73,18		73,18	73,18
Total Insumos Diversos			73,18		73,18	73,18
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS						
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,40%	20,40	0,40%	22,35	22,34
B	Lucro	0,30%	15,36	0,30%	16,83	16,82
C	Tributos	11,45%	664,13	11,45%	727,44	727,26
C.1	Tributos Federais	6,45%	374,09	6,45%	409,75	409,65
C.1.	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,45%	374,09	6,45%	409,75	409,65
	Pis Não-Cumulativo	1,15%	66,68	1,15%	73,04	73,02
	Cofins Não-Cumulativo	5,30%	307,41	5,30%	336,72	336,63
C.2	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço: 17.05	5,00%	290,04	5,00%	317,69	317,61
Total dos custos indiretos e tributos		12,15%	699,90	12,15%	766,62	766,42



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: MOTORISTA DE VEÍCULO DE SERVIÇO (ESCALA NOTURNA)					
Processo STJ n. 022716/2020 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 010/2021					
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração	2.603,54		2.863,88	2.863,88
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios	1.931,54		2.107,69	2.107,69
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	102,73		113,00	111,56
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	389,95		429,43	429,43
5	Módulo 5 - Insumos Diversos	73,18		73,18	73,18
Subtotal (A+B+C+D)		5.100,93		5.587,19	5.585,76
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	699,90		766,62	766,42
Valor mensal por profissional		5.800,83		6.353,81	6.352,18
Valor mensal por unidade de medida (Posto)		11.601,66		12.707,62	12.704,36

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA****DETALHAMENTO DO CUSTO DE VALE-TRANSPORTE, VALE-ALIMENTAÇÃO, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS**

ITENS "A" E "B" DO SUBMÓDULO 2.3 E "A" DO MÓDULO 5 DA PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DETALHAMENTO DO CUSTO DO VALE TRANSPORTE					
Supervisor e Motorista de Veículo de serviço					
PERCURSO	CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE (A)		QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO (B)	TOTAL (C=AxB)	
Residência/Rodoviária	R\$	5,50	22	R\$	121,00
Rodoviária/Residência	R\$	5,50	22	R\$	121,00
TOTAL				R\$	242,00
Motorista de Veículo de serviço (escala diurna) e Motorista de Veículo de serviço (escala noturna)					
PERCURSO	CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE (A)		QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO (B)	TOTAL (C=AxB)	
Residência/Rodoviária	R\$	5,50	15	R\$	82,50
Rodoviária/Residência	R\$	5,50	15	R\$	82,50
TOTAL				R\$	165,00
POSTO DE TRABALHO	SALARIO BASE (A)	CUSTO DO VALE TRANSPORTE (B)	% de Desconto (C)	PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR (Ax C=D)	CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE (E=B-D)
Supervisor	R\$ 3.801,73	R\$ 242,00	6%	R\$ 228,10	R\$ 13,90
Motorista de Veículo de serviço	R\$ 2.582,19	R\$ 242,00	6%	R\$ 154,93	R\$ 87,07
Motorista de Veículo de serviço (escala diurna)	R\$ 2.582,19	R\$ 165,00	6%	R\$ 154,93	R\$ 10,07
Motorista de Veículo de serviço (escala noturna)	R\$ 2.582,19	R\$ 165,00	6%	R\$ 154,93	R\$ 10,07

DETALHAMENTO DO CUSTO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO				
POSTO DE TRABALHO	CUSTO UNITÁRIO (A)	% de Participação do empregado	QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO (B)	TOTAL (C=AxB)
Supervisor	R\$ 42,00	0,00%	22	R\$ 924,00
Motorista de Veículo de serviço	R\$ 42,00	0,00%	22	R\$ 924,00
Motorista de Veículo de serviço (escala diurna)	R\$ 42,00	0,00%	15	R\$ 630,00
Motorista de Veículo de serviço (escala noturna)	R\$ 42,00	0,00%	15	R\$ 630,00

DETALHAMENTO DO CUSTO DO UNIFORME			
TODOS OS PROFISSIONAIS			
UNIFORME (DESCRIÇÃO)	QTDE P/ 20 MESES	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
terno	4	R\$ 168,42	R\$ 673,68
sapato	4	R\$ 50,00	R\$ 200,00
gravata	4	R\$ 15,00	R\$ 60,00
camisa social	8	R\$ 50,00	R\$ 400,00
meia	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
cinto	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
CUSTO TOTAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 1.463,68
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 73,18



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA AUXILIAR DO CUSTO ANUAL DO PROFISSIONAL SUBSTITUTO DO TITULAR EM FÉRIAS

Os valores foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Vigência: de 01/12/2021 a 31/12/2021 - Revisão PIS/COFINS

Item	Detalhamento da Rubrica na Planilha de Custos	Posto 1		Posto 2		Posto 3		Posto 4	
		3.456,12		2.347,45		2.347,45		2.603,54	
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Substituição do titular em férias	8,33%	288,01	8,33%	195,62	8,33%	195,62	8,33%	216,96
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,62%	56,00	1,62%	38,04	1,62%	38,04	1,62%	42,19
<i>Subtotal antes de incidência do Submódulo 2.2</i>		9,95%	344,01	9,95%	233,66	9,95%	233,66	9,95%	259,15
I	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	3,58%	123,73	3,58%	84,04	3,58%	84,04	3,58%	93,21
Total do custo mensal de reposição do profissional ausente em férias		23,49%	467,74	23,49%	317,70	23,49%	317,70	23,49%	352,36
Total do custo ANUAL de reposição do profissional ausente em férias			5.612,90		3.812,37		3.812,37		4.228,27

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	
A	Transporte	34,63		101,15		24,15		24,15	
B	Auxílio Alimentação	847,22		847,22		577,65		577,65	
Total de benefícios mensais e diários		881,85		948,37		601,80		601,80	

6	Custos Indiretos, Lucros e Tributos	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,40%	25,98	0,40%	19,04	0,40%	17,66	0,40%	19,32
B	Lucro	0,30%	19,56	0,30%	14,34	0,30%	13,30	0,30%	14,55
C	Tributos	11,45%	845,61	11,45%	619,84	11,45%	574,72	11,45%	628,87
C.1	Tributos Federais	6,45%	476,31	6,45%	349,14	6,45%	323,73	6,45%	354,23
C.1.1.	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,45%	476,31	6,45%	349,14	6,45%	323,73	6,45%	354,23
	<i>Pis Não-Cumulativo</i>	1,15%	84,90	1,15%	62,23	1,15%	57,70	1,15%	63,14
	<i>Cofins Não-Cumulativo</i>	5,30%	391,41	5,30%	286,91	5,30%	266,02	5,30%	291,09
C.3	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço:17.05	5,00%	369,30	5,00%	270,70	5,00%	250,99	5,00%	274,64
Total dos custos indiretos e tributos			891,15		653,22		605,67		662,73

Resumo do custo por empregado substituto do titular em férias									
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição Remuneração * 12 (Anual)	5.612,90		3.812,37		3.812,37		4.228,27	
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	881,85		948,37		601,80		601,80	
Subtotal (A+B)		6.494,75		4.760,74		4.414,17		4.830,07	
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	891,15		653,22		605,67		662,73	
Valor total ANUAL por empregado substituto do titular em férias (R\$)		7.385,90		5.413,96		5.019,84		5.492,80	

Legenda:

Postos de trabalho

- Supervisor
- Motorista de Veículo de serviço
- Motorista de Veículo de serviço (escala diurna)
- Motorista de Veículo de serviço (escala noturna)



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA AUXILIAR DO CUSTO ANUAL DO PROFISSIONAL SUBSTITUTO DO TITULAR EM FÉRIAS

Os valores foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Vigência: a partir de 01/01/2022

Item	Detalhamento da Rubrica na Planilha de Custos	Posto 1		Posto 2		Posto 3		Posto 4	
		3.801,73		2.582,19		2.582,19		2.863,88	
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Substituição do titular em férias	8,33%	316,81	8,33%	215,18	8,33%	215,18	8,33%	238,66
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,62%	61,60	1,62%	41,84	1,62%	41,84	1,62%	46,41
<i>Subtotal antes de incidência do Submódulo 2.2</i>		9,95%	378,41	9,95%	257,02	9,95%	257,02	9,95%	285,06
I	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	3,60%	136,69	3,60%	92,84	3,60%	92,84	3,60%	102,97
Total do custo mensal de reposição do profissional ausente em férias		23,50%	515,10	23,50%	349,86	23,50%	349,86	23,50%	388,03
Total do custo ANUAL de reposição do profissional ausente em férias			6.181,21		4.198,37		4.198,37		4.656,37

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	
A	Transporte	13,90		87,07		10,07		10,07	
B	Auxílio Alimentação	924,00		924,00		630,00		630,00	
Total de benefícios mensais e diários		937,90		1.011,07		640,07		640,07	

6	Custos Indiretos, Lucros e Tributos	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,40%	28,48	0,40%	20,84	0,40%	19,35	0,40%	21,19
B	Lucro	0,30%	21,44	0,30%	15,69	0,30%	14,57	0,30%	15,95
C	Tributos	11,45%	926,89	11,45%	678,26	11,45%	629,96	11,45%	689,59
C.1	Tributos Federais	6,45%	522,10	6,45%	382,05	6,45%	354,84	6,45%	388,43
C.1.1.	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,45%	522,10	6,45%	382,05	6,45%	354,84	6,45%	388,43
	<i>Pis Não-Cumulativo</i>	1,15%	93,06	1,15%	68,10	1,15%	63,25	1,15%	69,23
	<i>Cofins Não-Cumulativo</i>	5,30%	429,04	5,30%	313,95	5,30%	291,59	5,30%	319,19
C.3	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço:17.05	5,00%	404,80	5,00%	296,21	5,00%	275,12	5,00%	301,16
Total dos custos indiretos e tributos			976,81		714,79		663,88		726,73

Resumo do custo por empregado substituto do titular em férias									
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição Remuneração * 12 (Anual)	6.181,21		4.198,37		4.198,37		4.656,37	
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	937,90		1.011,07		640,07		640,07	
Subtotal (A+B)		7.119,11		5.209,44		4.838,44		5.296,44	
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	976,81		714,79		663,88		726,73	
Valor total ANUAL por empregado substituto do titular em férias (R\$)		8.095,92		5.924,23		5.502,32		6.023,17	

Legenda:

Postos de trabalho

- Supervisor
- Motorista de Veículo de serviço
- Motorista de Veículo de serviço (escala diurna)
- Motorista de Veículo de serviço (escala noturna)



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA AUXILIAR DAS RETENÇÕES EM CONTA VINCULADA DO PAGAMENTO MENSAL

Os valores finais foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Vigência: a partir de 1º/01/2022

Item	Descrição	Retenções							
		Posto 1		Posto 2		Posto 3		Posto 4	
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
1	Salário Base + Adicionais (remuneração)		3.801,73		2.582,19		2.582,19		2.863,88
2	Férias (sobre remuneração)	8,33%	316,81	8,33%	215,18	8,33%	215,18	8,33%	238,66
3	Abono de férias (sobre a remuneração)	2,78%	105,60	2,78%	71,73	2,78%	71,73	2,78%	79,55
4	13º Salário (sobre remuneração)	8,33%	316,81	8,33%	215,18	8,33%	215,18	8,33%	238,66
5	Subtotal das provisões	19,44%	739,23	19,44%	502,09	19,44%	502,09	19,44%	556,87
6	Incidência do submódulo 2.2 (sobre a remuneração)	7,02%	266,88	7,02%	181,27	7,02%	181,27	7,02%	201,04
7	Indenização - Rescisões sem justa causa - Multa do FGTS (sobre remuneração)	3,44%	130,78	3,44%	88,83	3,44%	88,83	3,44%	98,52
8	VALOR DA RETENÇÃO MENSAL POR PROFISSIONAL	29,90%	1.136,89	29,90%	772,19	29,90%	772,19	29,90%	856,43
9	Quantidade de profissionais por posto		1		1		1		1
10	VALOR DA RETENÇÃO MENSAL POR POSTO		1.136,89		772,19		772,19		856,43
11	<i>Valor da Retenção Diária Por Posto</i>		37,90		25,74		25,74		28,55
12	Quantidade dos postos de trabalho		1		8		2		2
13	VALOR DA RETENÇÃO MENSAL		1.136,89		6.177,52		1.544,38		1.712,86

14	VALOR TOTAL DA RETENÇÃO MENSAL
	10.571,65

Legenda:

Postos de trabalho

- 1 Supervisor
- 2 Motorista de Veículo de serviço
- 3 Motorista de Veículo de serviço (escala diurna)
- 4 Motorista de Veículo de serviço (escala noturna)

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA****DECLARAÇÃO PÚBLICA PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA DE PIS E COFINS**

Apuração do Percentual Médio Efetivo de Recolhimento do PIS referente aos 12 últimos meses:

MÊS	FATURAMENTO MENSAL (A)	CONTRIBUIÇÃO APURADA (B)	CRÉDITO DESCONTADO (C)	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA (D = B - C)	PERCENTUAL EFETIVO (E = D / A)
dezembro-20	46.076.186,56	760.257,08	221.545,54	538.711,54	1,17%
janeiro-21	30.870.290,30	275.021,41	166.312,82	108.708,59	0,35%
fevereiro-21	36.899.223,34	455.286,07	129.577,99	325.708,08	0,88%
março-21	41.171.654,90	605.375,48	160.257,53	445.117,95	1,08%
abril-21	39.879.216,72	794.017,05	129.373,10	664.643,95	1,67%
maio-21	38.290.372,66	658.126,81	134.306,46	523.820,35	1,37%
junho-21	38.885.705,04	602.165,91	135.560,40	466.605,51	1,20%
julho-21	38.999.826,99	547.742,13	133.260,28	414.481,85	1,06%
agosto-21	36.573.163,35	786.315,87	149.737,45	636.578,42	1,74%
setembro-21	36.824.496,63	579.119,95	139.341,73	439.778,22	1,19%
outubro-21	37.721.207,14	606.531,87	132.447,90	474.083,97	1,26%
novembro-21	38.578.176,94	475.731,59	159.583,17	316.148,42	0,82%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,15%

Apuração do Percentual Médio Efetivo de Recolhimento do COFINS referente aos 12 últimos meses

MÊS	FATURAMENTO MENSAL (A)	CONTRIBUIÇÃO APURADA (B)	CRÉDITO DESCONTADO (C)	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA (D = B - C)	PERCENTUAL EFETIVO (E = D / A)
dezembro-20	46.076.186,56	3.501.790,18	1.020.452,19	2.481.337,99	5,39%
janeiro-21	30.870.290,30	1.266.765,25	766.046,92	500.718,33	1,62%
fevereiro-21	36.899.223,34	2.097.075,22	596.844,06	1.500.231,16	4,07%
março-21	41.171.654,90	2.791.156,26	738.155,89	2.053.000,37	4,99%
abril-21	39.879.216,72	3.658.249,59	595.900,35	3.062.349,24	7,68%
maio-21	38.290.372,66	3.033.184,59	618.623,68	2.414.560,91	6,31%
junho-21	38.885.705,04	2.775.521,79	624.399,42	2.151.122,37	5,53%
julho-21	38.999.826,99	2.525.320,54	613.804,95	1.911.515,59	4,90%
agosto-21	36.573.163,35	3.624.551,78	689.699,77	2.934.852,01	8,02%
setembro-21	36.824.496,63	2.670.364,22	641.816,51	2.028.547,71	5,51%
outubro-21	37.721.207,14	2.797.064,41	610.063,07	2.187.001,34	5,80%
novembro-21	38.578.176,94	2.195.015,55	735.049,76	1.459.965,79	3,78%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					5,30%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

SEI n.º 0005203-66.2019.6.13.8000
Contrato n.º 047/2020 - TREMG

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E PLUS SERVICE EIRELI.**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, CNPJ n.º 05.940.740/0001-21, com sede em Belo Horizonte/MG, na Avenida Prudente de Moraes, n.º 100, Bairro Cidade Jardim, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Maurício Caldas de Melo, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso VI, da Portaria nº 209/2020 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 05/10/2020, e do outro lado, a **PLUS SERVICE EIRELI**, CNPJ nº 05.488.891/0001-90, com sede em Aparecida de Goiânia/GO, na Av. Dona Maria Cardoso, s/n QD.26 LT04, Sobreloja B, Bairro Jardim Luz a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Titular, Cláudio Júnior de Sousa Silva, Carteira de Identidade nº 4.645.262, expedida pela Delegacia de Polícia Civil do Estado de Goiás, CPF nº 012.577.801-58, vêm aditar o Contrato n.º 047/2020 – TREMG de prestação de serviços, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do Contrato n.º 047/2020 – TREMG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais **12 (doze) meses**, iniciando-se em **1º de julho de 2021** e encerrando-se em **30 de junho de 2022**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

**CLAUDIO JUNIOR DE
SOUSA SILVA:
01257780158**

Assinado digitalmente por CLAUDIO JUNIOR DE SOUSA SILVA:
01257780158
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=31104535000136, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO),
OU=videoconferencia, CN=CLAUDIO JUNIOR DE SOUSA SILVA:
01257780158
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.05.19 07:57:10-03'00"
Foxit PhantomPDF Versão: 10.1.0

O valor total dos serviços deste Termo Aditivo é de **R\$ 73.412,04 (setenta e três mil quatrocentos e doze reais e quatro centavos)**, dividido em parcelas mensais de R\$6.117,67 (seis mil cento e dezessete reais e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento, no corrente exercício, correrão à conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

3390.37.01 – Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
Ação: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0031
LDO: 14.144/2021
Unidade Orçamentária: 14.113

Parágrafo Primeiro: As despesas de 2022 correrão à conta da dotação orçamentária definida em lei específica para aquele exercício.

Parágrafo Segundo: Serão emitidas Notas de Empenho para atender às despesas deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$3.670,60 (três mil seiscentos e setenta reais e sessenta centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total deste Termo Aditivo, segundo uma das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei n.º 8.666/93, que deverá ser entregue até o 20º (vigésimo) dia útil da vigência da prorrogação.

Parágrafo Único: Na hipótese de garantia prestada com prazo de vigência determinado (fiança bancária, etc.), a CONTRATADA deverá prorrogá-la, observando-se o prazo estabelecido no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Oitava do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme preceitua o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO

CLAUDIO JUNIOR
DE SOUSA SILVA
01257780158

Assinado digitalmente por CLAUDIO JUNIOR DE SOUSA
SILVA:01257780158
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=31104535000136,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=videoconferencia,
CN=CLAUDIO JUNIOR DE SOUSA SILVA:01257780158
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.05.19 07:57:36-03'00'
Foxit PhantomPDF Versão: 10.1.0

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Maurício Caldas de Melo
Diretor-Geral
CLAUDIO JUNIOR DE SOUSA SILVA:01257780158
PLUS SERVICE EIRELI.
Cláudio Júnior de Sousa Silva
Titular



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLÁUDIA BARROSO FRAGA, Testemunha**, em 11/05/2021, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR MACENA PEREIRA, Testemunha**, em 11/05/2021, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAURÍCIO CALDAS DE MELO, Diretor(a) Geral**, em 13/05/2021, às 18:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1624339** e o código CRC **BD3E7371**.



PAD Nº. 5655/2022

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ E A EMPRESA FLAMASERV
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. **11.046.495/0001-06**, com sede na Rua Guilherme Kantor, nº 311, sala 03, Centro, São Mateus do Sul/PR, CEP: 83.900-000, telefones: (42) 3532-5844, (42) 98872-1551 e (42) 98877-8558, e-mails: licitacao@flamacs.com.br, engenharia@flamacs.com.br, flamacs@yahoo.com.br, contato@flamaserv.com.br, neste ato representada por Nadio Maltauro Flaresso, portador do CPF/MF sob o nº***.***.***-**, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, vêm aditar os termos do **Contrato nº 11/2022**, firmado em 23 de março de 2022, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 – O presente termo aditivo tem por objeto o **acréscimo** de cessão e gestão de mão de obra para a prestação de serviços de apoio administrativo ao serviço eleitoral mediante alocação de postos de trabalho (auxiliar administrativo) para atender às necessidades deste Tribunal, nos termos do art.65 § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 – Pelos serviços ora acrescidos, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ 120.703,48 (cento e vinte mil, setecentos e três reais e quarenta e oito**

centavos), conforme abaixo discriminado:

Período de execução do contrato: Até 30 de novembro de 2022.

POSTO DE TRABALHO	QUANT.	PERÍODO		Dias	Meses	Custo/ Posto/ mês	Custo Total
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - A - CAPITAL E RMC	18	14/05	31/05	17	0,566	R\$ 3.219,96	R\$32.804,95
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - B - INTERIOR	25	14/05	31/05	17	0,566	R\$ 3.209,02	R\$45.407,63
AUXILIAR ADMINISTRATIVO III - B - INTERIOR	2	-	-	-	5	R\$ 4.249,09	R\$42.490,90

2.2- Para cumprimento das obrigações, deverá ser apresentado endosso da Garantia pela Contratada, impreterivelmente, em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura deste termo aditivo, sob custódia do TRE/PR, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste termo aditivo, **no valor de R\$ 6.035,17** (seis mil, trinta e cinco reais e dezessete centavos), com vigência de 03 (três) meses além da vigência contratual, até 30/04/2023, em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93.

2.3 – Os recursos serão destinados ao acréscimo de prazo, conforme abaixo:

Programa de Trabalho: 167864;
PRÉ-EMPENHO 2022PE000636 E 2022PE000637 de 13/05/2022
Elemento de despesa: 33.90.37.01;
Categoria Econômica: Custeio.
SIASG: 5380

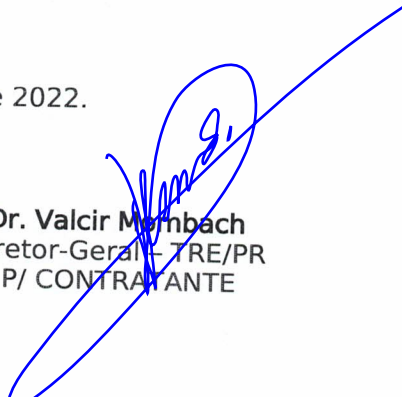
CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato ora aditado.

3.2 – E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 13 de maio de 2022.


Nadio Maltauro Flaresso
Representante Legal
p/ CONTRATADA


Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR
P/ CONTRATANTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - INTERIOR - REPACTUAÇÃO 2022
Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

PAD:	5094/2021
Licitação:	50/2021
Data da Proposta:	12/01/2022
Contrato:	11/22

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA									
11.046.495/0001-06									

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MONTANTE A			MONTANTE B							MONTANTE A + MONTANTE B	MONTANTE B	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (Vide Aba)	VALOR UNITÁRIO MENSAL
		SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (Cl. 12ª)	AUXÍLIO TRANSPORTE		Assistência Médica (Cl. 14ª)	Benefício Social Familiar (Cl. 15ª)	Fundo de Qualificação Profissional (Cl.21ª)	BENEFÍCIO CCT (Descrever aqui)				
						Valor do V.A.	Desconto (%)								
		R\$		R\$	R\$ 506,00	20,00%	R\$ 4,50	2	R\$ 71,50	R\$ 23,50	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	
2	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	908,46	2.238,06		404,80		18,97	71,50	23,50	0,00	542,27	2.780,33	428,69	3.209,02
4	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	1.090,15	2.685,67		404,80		16,20	71,50	23,50	0,00	539,50	3.225,17	494,68	3.719,85
6	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	1.286,98	3.170,58		404,80		13,20	71,50	23,50	0,00	536,50	3.707,08	542,01	4.249,09

Convenção ou Acordo Coletivo adotado:	SINDEPRESTEM-PR e SIEMACO 2022/2023 - MTE PR000601/2022
Vigência:	01/03/2022 a 28/02/2023

Observações:

Vigência Contratual: 04/04/2022 a 30/01/2023
Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.
Dias úteis = 21: [(365 / 7) X 5 - 9] / 12 = 20,98 (Acórdão TCU nº 1904/07 Plenário).
Auxílio Transporte: [(V.T. X (Quant. Diária X 21))] - 6% da Remuneração).
CITL: Aba CITL: Custos Indiretos, Tributos e Lucros.
Valor do Posto Unitário Mensal = Montante A + Montante B + CITL.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 03/05/2022 16:55:22
Por: ANA MARIA BARBOSA CANDIOTTO

TRE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - INTERIOR - REPACTUAÇÃO 2022
Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	
11.046.495/0001-06	

Optante pela desoneração da folha de pagamento? (Lei 12.546/2011)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
--	---

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS	20,00	Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.
SESI / SESC	1,50	Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.
INCRÁ	0,20	Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70.	0,2% sobre a remuneração.
SENAI / SENAC	1,00	Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração.
Salário Educação	2,50	Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; e art. 2º, do Decreto nº 3412/99.	2,5% sobre a remuneração.
SEBRAE	0,60	Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.
RAT (%)	2	FAP (Fator)	1,3884
		RAT Ajustado	2,78
FGTS	8,00	Art. 15 da Lei. 8036/90 e art. 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/88.	8% sobre a remuneração.
Total do SUBMÓDULO 1:		36,58	

SUBMÓDULO 2 - 13º Salário e Adicional de Férias

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Férias	8,33	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal".	1/12 x 100 = 8,33%
Adicional de Férias	2,78	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal".	((1 / 3) / 12) x 100 = 2,78%
13º Salário	8,33	A constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz jus a um salário por ano a esse título.	1/12 x 100 = 8,33%
Subtotal	16,66		
1 sobre subtotal 2	6,09	SUBMÓDULO 1 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.	B23 X B29
Total do SUBMÓDULO 2:		22,75	

SUBMÓDULO 3 - Afastamento Maternidade

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Afastamento Maternidade	0,03	Custeado integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido. Reflexo:	(1,416% X 10% X 6/12) X (8,33% + 8,33% + 2,78% + 20% + 8%) = 0,03%
1 sobre subtotal 3	0,01	SUBMÓDULO 1 sobre o Afastamento Maternidade.	B23 X B35
Total do SUBMÓDULO 3:		0,04	

SUBMÓDULO 4 - Provisão para Rescisão

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Aviso Prévio Indenizado	0,42	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho.	((1/12) X 0,05) X 100 = 0,42%
FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.	B41 X 8%
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01		B41 X 8% X 40%
Aviso Prévio Trabalhado	1,94	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).	((7 / 30) / 12) X 100 = 1,94%
1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71	SUBMÓDULO 1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	B23 X B44
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06		B44 X 8% X 40%
Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa	3,44	A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, determina multa de 50% sobre a soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário.	0,08 X 0,4 X 0,9 X [1 + 1/12 + 1/12 + (1/3 X 1/12)] = 3,44%
Total do SUBMÓDULO 4:		6,62	

SUBMÓDULO 5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Ausência por Doença	1,66	Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 - Plenário TCU).	(5,96 / 30) / 12 X 100 = 1,66%
Licença Paternidade	0,02	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.	((5 / 30) / 12) X 0,015 X 100 = 0,02%
Ausência por Acidente de Trabalho	0,03	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.	((15 / 30) / 12) X 0,0078 X 100 = 0,03%
Subtotal	1,71		
1 sobre o subtotal 5	0,63	SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	B23 X B57
Total do SUBMÓDULO 5:		2,34	

RESUMO DO MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

1. Encargos Previdenciários e FGTS	36,58
2. 13º Salário e Adicional de Férias	22,75
3. Afastamento Maternidade	0,04
4. Provisão para Rescisão	6,62
5. Custo de Reposição do Profissional Ausente	2,34
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas	68,33 %

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
 Em: 03/05/2022 16:55:22
 Por: ANA MARIA BARBOSA CANDIOTTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - INTERIOR - REPACTUAÇÃO 2022
Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
11.046.495/0001-06

CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Item	% - Item 2	% - Item 4	% - Item 6
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de Lucro (L)	1,26%	1,20%	0,65%
PIS (T)	1,39%	1,39%	1,39%
COFINS (T)	6,42%	6,42%	6,42%
ISS (T)	3,42%	3,42%	3,42%
INSS (CPRB)* (T)			

* Preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).

TOTAL	15,42%	15,34%	14,62%
--------------	---------------	---------------	---------------

Memória de cálculo:

$$\% CITL = ((1 + CI) / (1 - T - L)) - 1$$



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná

SCCAT/CFIC/SECOFC

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
 Em: 03/05/2022 16:55:22
 Por: ANA MARIA BARBOSA CANDIOTTO

TRE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - INTERIOR - REPACTUAÇÃO 2022
Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
11.046.495/0001-06

HORA EXTRA

ITEM	POSTO DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
2	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	30
4	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	30
6	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	30

PAD	5094/2021
Licitação:	50/2021

HORA SUPLEMENTAR 50%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO	HR SALÁRIO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 50%
				20,00%	36,58%			
2	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	13,30	2,66	5,84	21,79	3,36	R\$ 25,15
4	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	15,96	3,19	7,00	26,15	4,01	R\$ 30,16
6	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	18,84	3,77	8,27	30,87	4,51	R\$ 35,38

HORA SUPLEMENTAR 100%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO	HR SALÁRIO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 100%
				20,00%	36,58%			
2	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	17,73	3,55	7,78	29,05	4,48	R\$ 33,53
4	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	21,27	4,25	9,34	34,87	5,35	R\$ 40,21
6	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	25,11	5,02	11,02	41,16	6,02	R\$ 47,18

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO	HR SALÁRIO NOTURNO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%
				20,00%	36,58%			
2	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	18,23	3,65	8,00	29,88	4,61	R\$ 34,49
4	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	21,88	4,38	9,60	35,86	5,50	R\$ 41,36
6	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	25,83	5,17	11,34	42,34	6,19	R\$ 48,53

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO	HR SALÁRIO NOTURNO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	36,58%			
2	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	24,31	4,86	10,67	39,85	6,14	R\$ 45,99
4	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	29,18	5,84	12,81	47,82	7,33	R\$ 55,15
6	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	34,44	6,89	15,12	56,45	8,25	R\$ 64,70

AUXÍLIOS DECORRENTES DE JORNADA SUPLEMENTAR

AUXÍLIO TRANSPORTE *			
ITEM	POSTO DE TRABALHO	POR DIA	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
		R\$ 9,00	
2	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	9,00	1,39
4	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	9,00	1,38
6	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	9,00	1,32

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO *		
POR DIA (Cl. 12ª § 1º da CCT)	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR
R\$ 16,87		
16,87	2,60	R\$ 19,47
16,87	2,59	R\$ 19,45
16,87	2,47	R\$ 19,33

Observações

Encargos Sociais: Corresponde ao SUBMÓDULO 1 de ENCARGOS SOCIAIS (B23) 36,58 %

Adicional Noturno: 20% sobre a hora reduzida de 52,5 min. (((Remun. / (Carga Horária Semanal * 5)) * Adicional Hora Reduzida - 1,1428571) * 20% de AdNt) * Acrésc. 50% ou 100%]

Descanso Semanal Remunerado: Incluído o DSR de 20%* sobre o valor da hora suplementar. *Percentual obtido considerando-se a média de 25 dias úteis e 5 domingos/feriados por mês.

* Valor diário devido no caso de realização de H.E. no sábado, domingo ou feriado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
 PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - INTERIOR - REPACTUAÇÃO 2022
 Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
 11.046.495/0001-06

INSUMO

	Preço Médio
Laudo médico comprobatório de compatibilidade entre pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e respectivo cargo, no caso de contratação.	60,00

* Não compõe o critério de julgamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - CAPITAL e RMC - REPACTUAÇÃO 2022
Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

PAD:	5094/2021
Licitação:	50/2021
Data da Proposta:	12/01/2022
Contrato:	11/22

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
11.046.495/0001-06

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MONTANTE A			MONTANTE B								MONTANTE A + MONTANTE B	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (Vide Aba)	VALOR UNITÁRIO MENSAL		
		SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		MONTANTE A		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (Cl. 12º)		AUXÍLIO TRANSPORTE		Assistência Médica e Odontológica (Cl. 14º)	Benefício Social Familiar (Cl. 15º)				Fundo de Qualificação Profissional (Cl. 21º)	BENEFÍCIO CCT (Descrever aqui)
			68,33%	MONTANTE A		Valor Mensal R\$ 23,00	Desconto (%) 20,00%	Valor do V.T.	Quant. Diária								
				R\$	R\$												
1	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	908,46		2.238,06		386,40		26,27		71,50	R\$ 23,50	R\$ 0,00	R\$	R\$		
3	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	1.090,15		2.685,67		386,40		23,50	71,50	23,50	23,50	0,00	2.769,23	450,73	3.219,96	
5	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	1.286,98		3.170,58		386,40		20,50	71,50	23,50	23,50	0,00	3.214,07	533,47	3.747,54	
														3.695,98	586,37	4.282,35	

Convenção ou Acordo Coletivo adotado: SINDEPRESTEM-PR 22/23 - PR000574/2022 e TA - PR000614/2022 e PR000700/2022
Vigência: 01/03/2022 a 28/02/2023

Observações:

Vigência Contratual: 04/04/2022 a 30/01/2023
Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.
Dias úteis = 21: ((365 / 7) X 5 - 9) / 12 = 20,98 (Acórdão TCU nº 1904/07 Plenário).
Auxílio Alimentação: (((21 X V.U.) - desconto do PAT).
Auxílio Transporte: (((V.T. X (Quant. Diária X 21))) - 6% da Remuneração).
CITL: Aba CITL: Custos Indiretos, Tributos e Lucros.
Valor do Posto Unitário Mensal = Montante A + Montante B + CITL.

Tribunal Regional Eleitoral
SCC/AT/CHC/SEC/CHC

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 03/05/2022 20:56:21
Por: ANA MARIA BARBOSA CANDIOTTO

TRF



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - CAPITAL e RMC - REPACTUAÇÃO 2022
Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	
11.046.495/0001-06	

Optante pela desoneração da folha de pagamento? (Lei 12.546/2011)	Sim
	Não

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS

					%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS					20,00	Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.
SESI / SESC					1,50	Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.
INCRÁ					0,20	Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.148/70.	0,2% sobre a remuneração.
SENAI / SENAC					1,00	Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração
Salário Educação					2,50	Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; e art 2º, do Decreto nº 3412/99.	2,5% sobre a remuneração.
SEBRAE					0,60	Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.
RAT (%)	2	FAP (Fator)	1,3884	RAT Ajustado	2,78	Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c" da Lei 8.212/91; Decreto nº 6042/07; Anexo da Resolução MPS/CNPS nº 1.329/17 (Fator Acidentário de Prevenção - FAP).	Alíquotas do RAT de 1%, 2% ou 3%, podendo ser reduzida pela metade ou acrescida em até 100% pelo FAP.
FGTS					8,00	Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/88.	8% sobre a remuneração.
Total do SUBMÓDULO 1:					36,58		

SUBMÓDULO 2 - 13º Salário e Adicional de Férias

		%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Férias		8,33	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal".	1/12 x 100 = 8,33%
Adicional de Férias		2,78	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal".	((1 / 3) / 12) x 100 = 2,78%
13º Salário		8,33	A constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz jus a um salário por ano a esse título.	1/12 x 100 = 8,33%
Subtotal		16,66		
1 sobre subtotal 2		6,09	SUBMÓDULO 1 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.	B23 X B29
Total do SUBMÓDULO 2:		22,75		

SUBMÓDULO 3 - Afastamento Maternidade

		%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Afastamento Maternidade		0,03	Custeado integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido. Reflexo:	(1,416% X 10% X 6/12) X (8,33% + 8,33% + 2,78% + 20% + 8%) = 0,03%
1 sobre subtotal 3		0,01	SUBMÓDULO 1 sobre o Afastamento Maternidade.	B23 X B35
Total do SUBMÓDULO 3:		0,04		

SUBMÓDULO 4 - Provisão para Rescisão

		%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Aviso Prévio Indenizado		0,42	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho.	((1/12) X 0,05) X 100 = 0,42%
FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		0,03	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.	B41 X 8%
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,01		B41 X 8% X 40%
Aviso Prévio Trabalhado		1,94	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).	((7 / 30) / 12) X 100 = 1,94%
1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,71	SUBMÓDULO 1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	B23 X B44
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,06		B44 X 8% X 40%
Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa		3,44	A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, determina multa de 50% sobre a soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário.	0,08 X 0,4 X 0,9 X [1 + 1/12 + 1/12 + (1/3 X 1/12)] = 3,44%
Total do SUBMÓDULO 4:		6,62		

SUBMÓDULO 5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

		%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Ausência por Doença		1,66	Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deve ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 - Plenário TCU).	(5,96 / 30) / 12 X 100 = 1,66%
Licença Paternidade		0,02	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - , concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.	((5 / 30) / 12) X 0,015 X 100 = 0,02%
Ausência por Acidente de Trabalho		0,03	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os dados mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.	((10 / 30) / 12) X 0,0078 X 100 = 0,03%
Subtotal		1,71		
1 sobre o subtotal 5		0,63	SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	B23 X B57
Total do SUBMÓDULO 5:		2,34		

RESUMO DO MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

1. Encargos Previdenciários e FGTS	36,58
2. 13º Salário e Adicional de Férias	22,75
3. Afastamento Maternidade	0,04
4. Provisão para Rescisão	6,62
5. Custo de Reposição do Profissional Ausente	2,34
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas	68,33 %

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 03/05/2022 20:56:21
Por: ANA MARIA BARBOSA CANDIOTTO

TRE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - CAPITAL e RMC - REPACTUAÇÃO 2022
Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
11.046.495/0001-06

CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Item	% - Item 1	% - Item 3	% - Item 5
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de Lucro (L)	1,78%	2,02%	1,47%
PIS (T)	1,39%	1,39%	1,39%
COFINS (T)	6,42%	6,42%	6,42%
ISS (T)	3,55%	3,55%	3,55%
INSS (CPRB)* (T)			

* Preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).

TOTAL	16,28%	16,60%	15,87%
--------------	---------------	---------------	---------------

Memória de cálculo:

$$\% CITL = ((1 + CI) / (1 - T - L)) - 1$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - CAPITAL e RMC - RECAPTUAÇÃO 2022

Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

11.046.495/0001-06

HORA EXTRA

ITEM	POSTO DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
1	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	30
3	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	30
5	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	30

PAD	5094/2021
Licitação:	50/2021

HORA SUPLEMENTAR 50%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO	HR SALÁRIO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 50%
				20,00%	36,58%			
1	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	13,30	2,66	5,84	21,79	3,55	R\$ 25,34
3	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	15,96	3,19	7,00	26,15	4,34	R\$ 30,49
5	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	18,84	3,77	8,27	30,87	4,90	R\$ 35,77

HORA SUPLEMENTAR 100%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO	HR SALÁRIO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 100%
				20,00%	36,58%			
1	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	17,73	3,55	7,78	29,05	4,73	R\$ 33,78
3	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	21,27	4,25	9,34	34,87	5,79	R\$ 40,65
5	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	25,11	5,02	11,02	41,16	6,53	R\$ 47,69

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO	HR SALÁRIO NOTURNO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%
				20,00%	36,58%			
1	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	18,23	3,65	8,00	29,88	4,86	R\$ 34,75
3	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	21,88	4,38	9,60	35,86	5,95	R\$ 41,81
5	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	25,83	5,17	11,34	42,34	6,72	R\$ 49,05

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO	HR SALÁRIO NOTURNO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	36,58%			
1	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	1.329,60	24,31	4,86	10,67	39,85	6,49	R\$ 46,33
3	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	1.595,52	29,18	5,84	12,81	47,82	7,94	R\$ 55,75
5	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	1.883,60	34,44	6,89	15,12	56,45	8,96	R\$ 65,41

AUXÍLIOS DECORRENTES DE JORNADA SUPLEMENTAR

ITEM	POSTO DE TRABALHO	POR DIA	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	AUXÍLIO TRANSPORTE SUPLEMENTAR
		R\$ 11,00		
1	Auxiliar Administrativo I - 30h - CBO: 4110	11,00	1,79	R\$ 12,79
3	Auxiliar Administrativo II - 30h - CBO: 4110	11,00	1,83	R\$ 12,83
5	Auxiliar Administrativo III - 30h - CBO: 4110	11,00	1,75	R\$ 12,75

POR DIA (Cl. 12º § 1º CCT)	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR
R\$ 23,00		
23,00	3,74	R\$ 26,74
23,00	3,82	R\$ 26,82
23,00	3,65	R\$ 26,65

Observações

Encargos Sociais: Corresponde ao SUBMÓDULO 1 de ENCARGOS SOCIAIS (B23)

36,58 %

Adicional Noturno: 20% sobre a hora reduzida de 52,5 min. (((Remun. / (Carga Horária Semanal * 5)) * Adicional Hora Reduzida - 1,1428571) * 20% de AdNt) * Acrésc. 50% ou 100%

Descanso Semanal Remunerado: Incluído o DSR de 20%* sobre o valor da hora suplementar. *Percentual obtido considerando-se a média de 25 dias úteis e 5 domingos/feriados por mês.

* Valor diário devido no caso de realização de H.E. no sábado, domingo ou feriado.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 03/05/2022 20:56:21

Por: ANA MARIA BARBOSA CANDIOTTO

TRE


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PLANILHA DE CUSTOS - BASE LICITANTE - CAPITAL e RMC - REPACTUAÇÃO 2022

Posto de Trabalho - Auxiliar Administrativo I, II e III - Eleições 2022

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

11.046.495/0001-06

INSUMO

	Preço Médio
Laudos médicos comprobatórios de compatibilidade entre pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e respectivo cargo, no caso de contratação.	60,00

* Não compõe o critério de julgamento.


 Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná

SCCAT/CFIC/SECOFC

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 03/05/2022 20:56:21

Por: ANA MARIA BARBOSA CANDIOTTO

TRE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ao Contrato nº **0092/2022**, celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de execução de impressão gráfica nas áreas de Editoração Eletrônica, Pré-Impressão, Impressão Offset, Serviço de Acabamento, Expedição, Manutenção e Almoxarifado para a Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, nas dependências do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 12 (doze) meses consecutivos.

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, neste ato representado pelo sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, neste ato representada pelo Sr. RAFAEL BEDA GUALDA, a manifestação da gestão, documento nº 00100.090614/2022-61, a Conferência de Cálculo nº 127/2022 - SAFIN, documento nº 00100.092662/2022-93, o Parecer nº 680/2022 - ADVOSF, documento nº 00100.097388/2022-49, a autorização do Senhor Diretor-Executivo de Contratações, documento nº 00100.100010/2022-30, a autorização do Exmo. Senhor Primeiro Secretário, documento nº 00100.101810/2022-78 e as demais informações contidas no Processo nº 00200.013967/2022-19, resolvem aditar o Contrato nº 0092/2022, com base na sua Cláusula Sétima, nos Atos da Diretora-Geral nº 9/2015 e nº 33/2017, no anexo V - Política de Contratações do Senado Federal, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, no Ato Presidente do Senado Federal nº 13/2022, na Lei nº 8.666/93, e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor global estimado do Contrato nº 0092/2022 fica revisado em **10,02063%**, em decorrência da atualização do valor unitário do item “Vale Alimentação” para **R\$ 41,72**, em razão do Ato do Presidente do Senado Federal nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em conformidade com o presente *caput*, o valor mensal estimado do Contrato nº 0092/2022 passa de R\$ 749.935,25 para **R\$ 825.083,48** (oitocentos e vinte e cinco mil, oitenta e três reais e quarenta e oito centavos) e o valor global estimado passa a ser de **R\$ 9.901.001,76** (nove milhões, novecentos e um mil, um real e setenta e seis centavos).



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – Qualquer crédito financeiro em favor da contratada decorrente da alteração prevista na presente cláusula ficará condicionado à comprovação da realização da respectiva despesa nos termos contratuais, com devido faturamento por meio de documento legalmente apropriado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da dotação orçamentária, classificada como Programa de Trabalho Resumido – PTRES 167458 e Natureza de Despesa 339037, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 2022NE001894.

CLÁUSULA TERCEIRA

A CONTRATADA deverá apresentar a complementação da garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do presente contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da via assinada deste instrumento, visando atender ao aditamento, em conformidade com a **Cláusula Décima - Da Garantia**, do contrato original c/c art. 56 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do contrato original e dos termos aditivos, não expressamente alteradas por este termo.

Assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, _____ de _____ de 2022.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

RAFAEL BEDA GUALDA
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA
RAFAEL BEDA GUALDA:93219440959

RAFAEL BEDA GUALDA:93219440959
Assinado de forma digital por RAFAEL BEDA
GUALDA:93219440959
Dados: 2022.08.31 11:00:13 -03'00'

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC

Empresa: **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**

Processo: **00200.013967/2022-19**

CNPJ: 78.533.312/0001-58

Contrato: **2022/0092**

Pregão Eletrônico: **66/2022**

Data de apresentação da
proposta: **27/06/2022**

Assinatura: 03/08/2022

Início Vigência Original: 03/08/2022

Fim Vigência Original: 02/08/2023

Valor Total Original do
Contrato: R\$ 8.999.223,00

DADOS DO CONTRATO ATUAL

Valor Anual: R\$ 8.999.223,00

(Contrato Original - base de cálculo)

Início Período: 03/08/2022

(Contrato Original)

Final Período: 02/08/2023

HISTÓRICO DO CONTRATO

Resumo extraído do sistema GESCON documento nº 00100.090989/2022-21.

TERMO ADITIVO EM PROCESSAMENTO

*Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" em decorrência do APR nº 13/2022, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal - BASF nº 8406, de 18/07/2022, pela variação do IPCA/IBGE apurado no intervalo de janeiro/2012 a junho de 2022, **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022**.*

Valor de face do item "Vale alimentação"	
Valor Atual (R\$)	Valor Atualizado (R\$)
R\$ 22,12	R\$ 41,72

Obs.: Caso haja autorização de repactuação, revisão ou reajuste, com data anterior a data do presente termo aditivo, este Serviço destaca que promoverá retificação dos valores posteriormente.

Obs.: Este Serviço entende que em defesa do interesse público, antes do respectivo desembolso destas despesas pela Administração, deverá ocorrer a comprovação da concessão destes benefícios às categorias contratadas (comprovação nas "faturas mensais" - folha de pagamento). E, por fim, que é dever da gestão contratual a aplicação "glosas" nos valores (custos contratuais) que forem autorizados pela administração, sem a devida comprovação da despesa (ressarcimento).

Empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
Contrato 0092/2022
Vigência 03/08/2022 a 02/08/2023

RESUMO GERAL DO ADITAMENTO

Instrução a ser autorizada:

- Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72**, em decorrência do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

			VALOR ORIGINAL		VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)		
SUBITEM	POSTO DE TRABALHO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL	ÍNDICE (%)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL
1	Impressor Offset em máquinas policrômicas (4/4 - 8/0)	5	R\$ 8.783,59	R\$ 43.917,95	6,7200%	R\$ 9.373,85	R\$ 46.869,25
2	Impressor Offset em máquinas policrômicas (4/0)	4	R\$ 7.673,87	R\$ 30.695,48	7,4828%	R\$ 8.248,09	R\$ 32.992,36
3	Impressor Offset em máquinas monocores e bicolores	4	R\$ 6.501,60	R\$ 26.006,40	9,0879%	R\$ 7.092,46	R\$ 28.369,84
4	Auxiliar de Impressão Offset	6	R\$ 4.875,35	R\$ 29.252,10	12,9373%	R\$ 5.506,09	R\$ 33.036,54
5	Operador de Acabamento	31	R\$ 6.501,60	R\$ 201.549,60	9,0879%	R\$ 7.092,46	R\$ 219.866,26
6	Auxiliar de Acabamento	28	R\$ 4.875,35	R\$ 136.509,80	12,9373%	R\$ 5.506,09	R\$ 154.170,52
7	Programador Visual Gráfico	22	R\$ 5.965,86	R\$ 131.248,92	9,8460%	R\$ 6.553,26	R\$ 144.171,72
8	Operador de Pré-Impressão	8	R\$ 6.038,18	R\$ 48.305,44	9,8460%	R\$ 6.632,70	R\$ 53.061,60
9	Auxiliar de Expedição	6	R\$ 4.207,15	R\$ 25.242,90	14,5300%	R\$ 4.818,45	R\$ 28.910,70
10	Almoxarife	5	R\$ 4.300,60	R\$ 21.503,00	14,1852%	R\$ 4.910,65	R\$ 24.553,25
11	Mecânico de máquinas gráficas	4	R\$ 9.865,56	R\$ 39.462,24	5,6548%	R\$ 10.423,44	R\$ 41.693,76
12	Encarregado	2	R\$ 8.120,71	R\$ 16.241,42	7,0576%	R\$ 8.693,84	R\$ 17.387,68
	TOTAL MENSAL	125		R\$ 749.935,25	10,02063%		R\$ 825.083,48
	TOTAL ANUAL			R\$ 8.999.223,00	10,02063%		R\$ 9.901.001,76

RESUMO GERAL - Valor Original x Valor Revisado VA				
	VALOR ORIGINAL	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (R\$)
Valor Mensal	R\$ 749.935,25	R\$ 825.083,48	10,02063%	R\$ 75.148,23
Valor Anual	R\$ 8.999.223,00	R\$ 9.901.001,76	10,02063%	R\$ 901.778,76

O Contrato nº 0092/2022 apresenta as seguintes informações, consoante se extrai do último aditamento do presente termo aditivo, se autorizado (REVISÃO - 1º.08.2022) Fonte: Pasta do Fator K.	
	Porcentagem
Percentual da Despesa Administrativa (com Tributos)	11,08157%
Percentual do Lucro (com Tributos)	5,78428%
	Proporção
Fator K (Atualizado)	2,46600
Fator K (Processo Licitatório)	2,214

Impressor Offset em máquinas policrômicas (4/4 - 8/0)				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		4.114,56		4.114,56
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade 20% sobre salário normativo Cláusula 12º CCT (R\$ 1.370,88)		274,18		274,18
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intrajornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		4.388,74		4.388,74
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		55,63		55,63
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		547,27		978,47
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	65,83	1,50000%	65,83
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	43,89	1,00000%	43,89
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	8,78	0,20000%	8,78
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	109,72	2,50000%	109,72
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	351,10	8,00000%	351,10
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	92,16	2,10000%	92,16
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	26,33	0,60000%	26,33
TOTAL :	15,90000%	697,81	15,90000%	697,81
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	365,58	8,33000%	365,58
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	57,93	1,32000%	57,93
TOTAL :	9,65000%	423,51	9,65000%	423,51
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,88	0,02000%	0,88
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,14	0,00318%	0,14

TOTAL :	0,02318%	1,02	0,02318%	1,02
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	3,51	0,08000%	3,51
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,28	0,00640%	0,28
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	4,39	0,10000%	4,39
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,70	0,01590%	0,70
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	167,65	3,82000%	167,65
TOTAL :	4,02230%	176,53	4,02230%	176,53
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	122,01	2,78000%	122,01
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	6,14	0,14000%	6,14
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,44	0,01000%	0,44
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	6,14	0,14000%	6,14
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,88	0,02000%	0,88
Subtotal	3,09000%	135,61	3,09000%	135,61
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	21,56	0,49131%	21,56
TOTAL :	3,58%	157,17	3,58%	157,17
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	697,81	15,90%	697,81
13º SALÁRIO	9,65%	423,51	9,65%	423,51
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	1,02	0,02%	1,02
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	176,53	4,02%	176,53
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	157,17	3,58%	157,17
TOTAL :	33,18%	1.456,04	33,18%	1.456,04
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 6.416,52		R\$ 6.847,72
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	14,17%	909,39	14,17%	970,50
LUCRO	4,10%	300,00	4,10%	320,16
TRIBUTOS	13,18%	1.157,68	13,18%	1.235,47
Tributos Federais (PIS)	0,65%	57,09	0,65%	60,93
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	266,14	3,03%	284,03
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	439,18	5,00%	468,69
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	395,26	4,50%	421,82
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	44,63%	2.367,07	31,45%	2.526,13
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	8.783,59	1	9.373,85

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 487,64	11,11%	R\$ 487,64
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 365,58	8,33%	R\$ 365,58
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 135,66	3,09%	R\$ 135,66
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 167,65	3,82%	R\$ 167,65
Subtotal DGBM		R\$ 1.156,53		R\$ 1.156,53
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	14,17%	R\$ 163,91	14,17%	R\$ 163,91
Lucro (módulo 5)	4,10%	R\$ 54,07	4,10%	R\$ 54,07
TOTAL DGBM		R\$ 1.374,51		R\$ 1.374,51

Impressor Offset em máquinas policrômicas (4/0)				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		3.600,26		3.600,26
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade 20% sobre salário normativo Cláusula 12º CCT (R\$ 1.370,88)		274,18		274,18
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intrajornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.874,44		3.874,44
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		86,48		86,48
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		578,12		1.009,32
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	58,12	1,50000%	58,12
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	38,74	1,00000%	38,74
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	7,75	0,20000%	7,75
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	96,86	2,50000%	96,86
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	309,96	8,00000%	309,96
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	81,36	2,10000%	81,36
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	23,25	0,60000%	23,25
TOTAL :	15,90000%	616,04	15,90000%	616,04
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	322,74	8,33000%	322,74
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	51,14	1,32000%	51,14
TOTAL :	9,65000%	373,88	9,65000%	373,88
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,77	0,02000%	0,77
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,12	0,00318%	0,12

TOTAL :	0,02318%	0,90	0,02318%	0,89
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	3,10	0,08000%	3,10
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,25	0,00640%	0,25
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	3,87	0,10000%	3,87
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,62	0,01590%	0,62
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	148,00	3,82000%	148,00
TOTAL :	4,02230%	155,84	4,02230%	155,84
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	107,71	2,78000%	107,71
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	5,42	0,14000%	5,42
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,39	0,01000%	0,39
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	5,42	0,14000%	5,42
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,77	0,02000%	0,77
Subtotal	3,09000%	119,72	3,09000%	119,72
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	19,04	0,49131%	19,04
TOTAL :	3,58%	138,76	3,58%	138,76
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	616,04	15,90%	616,04
13º SALÁRIO	9,65%	373,88	9,65%	373,88
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,90	0,02%	0,89
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	155,84	4,02%	155,84
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	138,76	3,58%	138,76
TOTAL :	33,18%	1.285,42	33,18%	1.285,41
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 5.762,45		R\$ 6.193,64
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	10,41%	600,00	10,41%	644,90
LUCRO	4,72%	300,00	4,72%	322,45
TRIBUTOS	13,18%	1.011,42	13,18%	1.087,09
Tributos Federais (PIS)	0,65%	49,88	0,65%	53,61
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	232,52	3,03%	249,92
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	383,69	5,00%	412,40
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	345,32	4,50%	371,16
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	41,49%	1.911,42	28,31%	2.054,44
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	7.673,87	1	8.248,09

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 430,49	11,11%	R\$ 430,49
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 322,74	8,33%	R\$ 322,74
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 119,76	3,09%	R\$ 119,76
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 148,00	3,82%	R\$ 148,00
Subtotal DGBM		R\$ 1.020,99		R\$ 1.020,99
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	10,41%	R\$ 106,31	10,41%	R\$ 106,31
Lucro (módulo 5)	4,72%	R\$ 53,15	4,72%	R\$ 53,15
TOTAL DGBM		R\$ 1.180,45		R\$ 1.180,45

Impressor Offset em máquinas monocores e bicolores				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		2.694,07		2.694,07
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade 20% sobre salário normativo Cláusula 12º CCT (R\$ 1.370,88)		274,18		274,18
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intrajornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.968,25		2.968,25
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		275,56		275,56
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		767,20		1.198,40
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	44,52	1,50000%	44,52
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	29,68	1,00000%	29,68
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,94	0,20000%	5,94
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	74,21	2,50000%	74,21
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	237,46	8,00000%	237,46
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	62,33	2,10000%	62,33
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	17,81	0,60000%	17,81
TOTAL :	15,90000%	471,95	15,90000%	471,95
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	247,26	8,33000%	247,26
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	39,18	1,32000%	39,18
TOTAL :	9,65000%	286,44	9,65000%	286,44
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,59	0,02000%	0,59
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,09	0,00318%	0,09

TOTAL :	0,02318%	0,69	0,02318%	0,68
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	2,37	0,08000%	2,37
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,19	0,00640%	0,19
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	2,97	0,10000%	2,97
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,47	0,01590%	0,47
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	113,39	3,82000%	113,39
TOTAL :	4,02230%	119,39	4,02230%	119,39
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	82,52	2,78000%	82,52
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	4,16	0,14000%	4,16
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,30	0,01000%	0,30
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	4,16	0,14000%	4,16
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,59	0,02000%	0,59
Subtotal	3,09000%	91,72	3,09000%	91,72
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	14,58	0,49131%	14,58
TOTAL :	3,58%	106,30	3,58%	106,30
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	471,95	15,90%	471,95
13º SALÁRIO	9,65%	286,44	9,65%	286,44
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,69	0,02%	0,68
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	119,39	4,02%	119,39
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	106,30	3,58%	106,30
TOTAL :	33,18%	984,77	33,18%	984,76
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 4.744,69		R\$ 5.175,88
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	12,65%	600,00	12,65%	654,53
LUCRO	5,61%	300,00	5,61%	327,26
TRIBUTOS	13,18%	856,91	13,18%	934,78
Tributos Federais (PIS)	0,65%	42,26	0,65%	46,10
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	197,00	3,03%	214,90
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	325,08	5,00%	354,62
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	292,57	4,50%	319,16
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	44,62%	1.756,91	31,44%	1.916,57
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	6.501,60	1	7.092,46

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 329,81	11,11%	R\$ 329,81
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 247,26	8,33%	R\$ 247,26
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 91,75	3,09%	R\$ 91,75
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 113,39	3,82%	R\$ 113,39
Subtotal DGBM		R\$ 782,21		R\$ 782,21
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	12,65%	R\$ 98,92	12,65%	R\$ 98,92
Lucro (módulo 5)	5,61%	R\$ 49,46	5,61%	R\$ 49,46
TOTAL DGBM		R\$ 930,59		R\$ 930,59

Auxiliar de Impressão Offset				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		1.625,87		1.625,87
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade 20% sobre salário normativo Cláusula 12º CCT (R\$ 1.370,88)		274,18		274,18
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intrajornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.900,05		1.900,05
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		286,24		286,24
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		777,88		1.209,08
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	28,50	1,50000%	28,50
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	19,00	1,00000%	19,00
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,80	0,20000%	3,80
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	47,50	2,50000%	47,50
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	152,00	8,00000%	152,00
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	39,90	2,10000%	39,90
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	11,40	0,60000%	11,40
TOTAL :	15,90000%	302,11	15,90000%	302,10
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	158,27	8,33000%	158,27
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	25,08	1,32000%	25,08
TOTAL :	9,65000%	183,35	9,65000%	183,35
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,38	0,02000%	0,38
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,06	0,00318%	0,06

TOTAL :	0,02318%	0,44	0,02318%	0,44
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	1,52	0,08000%	1,52
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,12	0,00640%	0,12
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	1,90	0,10000%	1,90
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,30	0,01590%	0,30
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	72,58	3,82000%	72,58
TOTAL :	4,02230%	76,43	4,02230%	76,42
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	52,82	2,78000%	52,82
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	2,66	0,14000%	2,66
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,19	0,01000%	0,19
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	2,66	0,14000%	2,66
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,38	0,02000%	0,38
Subtotal	3,09000%	58,71	3,09000%	58,71
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	9,33	0,49131%	9,33
TOTAL :	3,58%	68,04	3,58%	68,04
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	302,11	15,90%	302,10
13º SALÁRIO	9,65%	183,35	9,65%	183,35
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,44	0,02%	0,44
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	76,43	4,02%	76,42
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	68,04	3,58%	68,04
TOTAL :	33,18%	630,37	33,18%	630,35
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 3.332,77		R\$ 3.763,95
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	18,00%	600,01	18,00%	677,63
LUCRO	7,63%	300,00	7,63%	338,81
TRIBUTOS	13,18%	642,57	13,18%	725,69
Tributos Federais (PIS)	0,65%	31,69	0,65%	35,79
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	147,72	3,03%	166,83
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	243,77	5,00%	275,30
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	219,39	4,50%	247,77
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	51,99%	1.542,58	38,81%	1.742,13
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	4.875,35	1	5.506,09

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 211,12	11,11%	R\$ 211,12
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 158,27	8,33%	R\$ 158,27
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 58,73	3,09%	R\$ 58,73
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 72,58	3,82%	R\$ 72,58
Subtotal DGBM		R\$ 500,70		R\$ 500,70
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	18,00%	R\$ 90,14	18,00%	R\$ 90,14
Lucro (módulo 5)	7,63%	R\$ 45,07	7,63%	R\$ 45,07
TOTAL DGBM		R\$ 635,91		R\$ 635,91

Operador de Acabamento				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		2.694,07		2.694,07
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade 20% sobre salário normativo Cláusula 12º CCT (R\$ 1.370,88)		274,18		274,18
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intrajornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.968,25		2.968,25
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		275,56		275,56
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		767,20		1.198,40
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	44,52	1,50000%	44,52
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	29,68	1,00000%	29,68
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,94	0,20000%	5,94
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	74,21	2,50000%	74,21
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	237,46	8,00000%	237,46
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	62,33	2,10000%	62,33
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	17,81	0,60000%	17,81
TOTAL :	15,90000%	471,95	15,90000%	471,95
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	247,26	8,33000%	247,26
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	39,18	1,32000%	39,18
TOTAL :	9,65000%	286,44	9,65000%	286,44
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,59	0,02000%	0,59
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,09	0,00318%	0,09

TOTAL :	0,02318%	0,69	0,02318%	0,68
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	2,37	0,08000%	2,37
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,19	0,00640%	0,19
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	2,97	0,10000%	2,97
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,47	0,01590%	0,47
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	113,39	3,82000%	113,39
TOTAL :	4,02230%	119,39	4,02230%	119,39
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	82,52	2,78000%	82,52
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	4,16	0,14000%	4,16
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,30	0,01000%	0,30
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	4,16	0,14000%	4,16
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,59	0,02000%	0,59
Subtotal	3,09000%	91,72	3,09000%	91,72
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	14,58	0,49131%	14,58
TOTAL :	3,58%	106,30	3,58%	106,30
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	471,95	15,90%	471,95
13º SALÁRIO	9,65%	286,44	9,65%	286,44
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,69	0,02%	0,68
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	119,39	4,02%	119,39
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	106,30	3,58%	106,30
TOTAL :	33,18%	984,77	33,18%	984,76
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 4.744,69		R\$ 5.175,88
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	12,65%	600,00	12,65%	654,53
LUCRO	5,61%	300,00	5,61%	327,26
TRIBUTOS	13,18%	856,91	13,18%	934,78
Tributos Federais (PIS)	0,65%	42,26	0,65%	46,10
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	197,00	3,03%	214,90
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	325,08	5,00%	354,62
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	292,57	4,50%	319,16
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	44,62%	1.756,91	31,44%	1.916,57
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	6.501,60	1	7.092,46

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 329,81	11,11%	R\$ 329,81
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 247,26	8,33%	R\$ 247,26
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 91,75	3,09%	R\$ 91,75
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 113,39	3,82%	R\$ 113,39
Subtotal DGBM		R\$ 782,21		R\$ 782,21
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	12,65%	R\$ 98,92	12,65%	R\$ 98,92
Lucro (módulo 5)	5,61%	R\$ 49,46	5,61%	R\$ 49,46
TOTAL DGBM		R\$ 930,59		R\$ 930,59

Auxiliar de Acabamento				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		1.625,87		1.625,87
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade 20% sobre salário normativo Cláusula 12º CCT (R\$ 1.370,88)		274,18		274,18
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intrajornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.900,05		1.900,05
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		286,24		286,24
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		777,88		1.209,08
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	28,50	1,50000%	28,50
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	19,00	1,00000%	19,00
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,80	0,20000%	3,80
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	47,50	2,50000%	47,50
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	152,00	8,00000%	152,00
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	39,90	2,10000%	39,90
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	11,40	0,60000%	11,40
TOTAL :	15,90000%	302,11	15,90000%	302,10
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	158,27	8,33000%	158,27
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	25,08	1,32000%	25,08
TOTAL :	9,65000%	183,35	9,65000%	183,35
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,38	0,02000%	0,38
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,06	0,00318%	0,06

TOTAL :	0,02318%	0,44	0,02318%	0,44
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	1,52	0,08000%	1,52
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,12	0,00640%	0,12
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	1,90	0,10000%	1,90
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,30	0,01590%	0,30
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	72,58	3,82000%	72,58
TOTAL :	4,02230%	76,43	4,02230%	76,42
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	52,82	2,78000%	52,82
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	2,66	0,14000%	2,66
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,19	0,01000%	0,19
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	2,66	0,14000%	2,66
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,38	0,02000%	0,38
Subtotal	3,09000%	58,71	3,09000%	58,71
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	9,33	0,49131%	9,33
TOTAL :	3,58%	68,04	3,58%	68,04
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	302,11	15,90%	302,10
13º SALÁRIO	9,65%	183,35	9,65%	183,35
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,44	0,02%	0,44
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	76,43	4,02%	76,42
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	68,04	3,58%	68,04
TOTAL :	33,18%	630,37	33,18%	630,35
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 3.332,77		R\$ 3.763,95
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	18,00%	600,01	18,00%	677,63
LUCRO	7,63%	300,00	7,63%	338,81
TRIBUTOS	13,18%	642,57	13,18%	725,69
Tributos Federais (PIS)	0,65%	31,69	0,65%	35,79
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	147,72	3,03%	166,83
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	243,77	5,00%	275,30
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	219,39	4,50%	247,77
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	51,99%	1.542,58	38,81%	1.742,13
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	4.875,35	1	5.506,09

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 211,12	11,11%	R\$ 211,12
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 158,27	8,33%	R\$ 158,27
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 58,73	3,09%	R\$ 58,73
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 72,58	3,82%	R\$ 72,58
Subtotal DGBM		R\$ 500,70		R\$ 500,70
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	18,00%	R\$ 90,14	18,00%	R\$ 90,14
Lucro (módulo 5)	7,63%	R\$ 45,07	7,63%	R\$ 45,07
TOTAL DGBM		R\$ 635,91		R\$ 635,91

Programador Visual Gráfico				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		2.694,07		2.694,07
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.694,07		2.694,07
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		275,56		275,56
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		767,20		1.198,40
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	40,41	1,50000%	40,41
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	26,94	1,00000%	26,94
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,39	0,20000%	5,39
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	67,35	2,50000%	67,35
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	215,53	8,00000%	215,53
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	56,58	2,10000%	56,58
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	16,16	0,60000%	16,16
TOTAL :	15,90000%	428,36	15,90000%	428,36
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	224,42	8,33000%	224,42
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	35,56	1,32000%	35,56
TOTAL :	9,65000%	259,98	9,65000%	259,98
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,54	0,02000%	0,54
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,09	0,00318%	0,09

TOTAL :	0,02318%	0,62	0,02318%	0,63
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	2,16	0,08000%	2,16
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,17	0,00640%	0,17
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	2,69	0,10000%	2,69
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,43	0,01590%	0,43
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	102,91	3,82000%	102,91
TOTAL :	4,02230%	108,36	4,02230%	108,36
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	74,90	2,78000%	74,90
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	3,77	0,14000%	3,77
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,27	0,01000%	0,27
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	3,77	0,14000%	3,77
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,54	0,02000%	0,54
Subtotal	3,09000%	83,25	3,09000%	83,25
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	13,24	0,49131%	13,24
TOTAL :	3,58%	96,49	3,58%	96,49
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	428,36	15,90%	428,36
13º SALÁRIO	9,65%	259,98	9,65%	259,98
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,62	0,02%	0,63
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	108,36	4,02%	108,36
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	96,49	3,58%	96,49
TOTAL :	33,18%	893,81	33,18%	893,82
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 4.379,55		R\$ 4.810,76
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	11,42%	500,01	11,42%	549,24
LUCRO	6,15%	300,00	6,15%	329,54
TRIBUTOS	13,18%	786,30	13,18%	863,72
Tributos Federais (PIS)	0,65%	38,78	0,65%	42,60
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	180,77	3,03%	198,56
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	298,29	5,00%	327,66
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	268,46	4,50%	294,90
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	43,92%	1.586,31	30,74%	1.742,50
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	5.965,86	1	6.553,26

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 299,34	11,11%	R\$ 299,34
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 224,42	8,33%	R\$ 224,42
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 83,28	3,09%	R\$ 83,28
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 102,91	3,82%	R\$ 102,91
Subtotal DGBM		R\$ 709,95		R\$ 709,95
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	11,42%	R\$ 81,05	11,42%	R\$ 81,05
Lucro (módulo 5)	6,15%	R\$ 48,63	6,15%	R\$ 48,63
TOTAL DGBM		R\$ 839,63		R\$ 839,63

Operador de Pré-Impressão				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		2.694,07		2.694,07
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intrajornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.694,07		2.694,07
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		275,56		275,56
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		767,20		1.198,40
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	40,41	1,50000%	40,41
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	26,94	1,00000%	26,94
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,39	0,20000%	5,39
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	67,35	2,50000%	67,35
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	215,53	8,00000%	215,53
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	56,58	2,10000%	56,58
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	16,16	0,60000%	16,16
TOTAL :	15,90000%	428,36	15,90000%	428,36
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	224,42	8,33000%	224,42
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	35,56	1,32000%	35,56
TOTAL :	9,65000%	259,98	9,65000%	259,98
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,54	0,02000%	0,54
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,09	0,00318%	0,09

TOTAL :	0,02318%	0,62	0,02318%	0,63
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	2,16	0,08000%	2,16
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,17	0,00640%	0,17
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	2,69	0,10000%	2,69
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,43	0,01590%	0,43
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	102,91	3,82000%	102,91
TOTAL :	4,02230%	108,36	4,02230%	108,36
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	74,90	2,78000%	74,90
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	3,77	0,14000%	3,77
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,27	0,01000%	0,27
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	3,77	0,14000%	3,77
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,54	0,02000%	0,54
Subtotal	3,09000%	83,25	3,09000%	83,25
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	13,24	0,49131%	13,24
TOTAL :	3,58%	96,49	3,58%	96,49
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	428,36	15,90%	428,36
13º SALÁRIO	9,65%	259,98	9,65%	259,98
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,62	0,02%	0,63
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	108,36	4,02%	108,36
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	96,49	3,58%	96,49
TOTAL :	33,18%	893,81	33,18%	893,82
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 4.379,55		R\$ 4.810,76
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	12,85%	562,80	12,85%	618,21
LUCRO	6,07%	300,00	6,07%	329,54
TRIBUTOS	13,18%	795,83	13,18%	874,19
Tributos Federais (PIS)	0,65%	39,25	0,65%	43,11
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	182,96	3,03%	200,97
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	301,91	5,00%	331,64
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	271,72	4,50%	298,47
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	45,28%	1.658,63	32,10%	1.821,94
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	6.038,18	1	6.632,70

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 299,34	11,11%	R\$ 299,34
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 224,42	8,33%	R\$ 224,42
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 83,28	3,09%	R\$ 83,28
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 102,91	3,82%	R\$ 102,91
Subtotal DGBM		R\$ 709,95		R\$ 709,95
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	12,85%	R\$ 91,23	12,85%	R\$ 91,23
Lucro (módulo 5)	6,07%	R\$ 48,63	6,07%	R\$ 48,63
TOTAL DGBM		R\$ 849,81		R\$ 849,81

Auxiliar de Expedição				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		1.625,87		1.625,87
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intrajornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.625,87		1.625,87
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		286,24		286,24
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		777,88		1.209,08
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	24,39	1,50000%	24,39
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	16,26	1,00000%	16,26
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,25	0,20000%	3,25
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	40,65	2,50000%	40,65
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	130,07	8,00000%	130,07
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	34,14	2,10000%	34,14
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	9,76	0,60000%	9,76
TOTAL :	15,90000%	258,51	15,90000%	258,52
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	135,44	8,33000%	135,43
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	21,46	1,32000%	21,46
TOTAL :	9,65000%	156,90	9,65000%	156,89
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,33	0,02000%	0,33
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,05	0,00318%	0,05

TOTAL :	0,02318%	0,38	0,02318%	0,38
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	1,30	0,08000%	1,30
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,10	0,00640%	0,10
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	1,63	0,10000%	1,63
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,26	0,01590%	0,26
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	62,11	3,82000%	62,11
TOTAL :	4,02230%	65,40	4,02230%	65,40
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	45,20	2,78000%	45,20
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	2,28	0,14000%	2,28
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,16	0,01000%	0,16
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	2,28	0,14000%	2,28
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,33	0,02000%	0,33
Subtotal	3,09000%	50,24	3,09000%	50,24
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	7,99	0,49131%	7,99
TOTAL :	3,58%	58,23	3,58%	58,23
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	258,51	15,90%	258,52
13º SALÁRIO	9,65%	156,90	9,65%	156,89
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,38	0,02%	0,38
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	65,40	4,02%	65,40
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	58,23	3,58%	58,23
TOTAL :	33,18%	539,42	33,18%	539,42
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 2.967,64		R\$ 3.398,84
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	12,97%	385,01	12,97%	440,95
LUCRO	8,95%	300,00	8,95%	343,59
TRIBUTOS	13,18%	554,50	13,18%	635,07
Tributos Federais (PIS)	0,65%	27,35	0,65%	31,32
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	127,48	3,03%	146,00
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	210,36	5,00%	240,92
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	189,32	4,50%	216,83
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	48,28%	1.239,51	35,10%	1.419,61
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	4.207,15	1	4.818,45

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 180,65	11,11%	R\$ 180,65
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 135,43	8,33%	R\$ 135,43
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 50,26	3,09%	R\$ 50,26
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 62,11	3,82%	R\$ 62,11
Subtotal DGBM		R\$ 428,45		R\$ 428,45
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	12,97%	R\$ 55,59	12,97%	R\$ 55,59
Lucro (módulo 5)	8,95%	R\$ 43,31	8,95%	R\$ 43,31
TOTAL DGBM		R\$ 527,35		R\$ 527,35

Almoxarife				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		1.680,45		1.680,45
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.680,45		1.680,45
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		285,70		285,70
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		777,34		1.208,54
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	25,21	1,50000%	25,21
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	16,80	1,00000%	16,80
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,36	0,20000%	3,36
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	42,01	2,50000%	42,01
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	134,44	8,00000%	134,44
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	35,29	2,10000%	35,29
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	10,08	0,60000%	10,08
TOTAL :	15,90000%	267,19	15,90000%	267,19
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	139,98	8,33000%	139,98
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	22,18	1,32000%	22,18
TOTAL :	9,65000%	162,16	9,65000%	162,16
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,34	0,02000%	0,34
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,05	0,00318%	0,05

TOTAL :	0,02318%	0,39	0,02318%	0,39
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	1,34	0,08000%	1,34
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,11	0,00640%	0,11
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	1,68	0,10000%	1,68
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,27	0,01590%	0,27
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	64,19	3,82000%	64,19
TOTAL :	4,02230%	67,59	4,02230%	67,59
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	46,72	2,78000%	46,72
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	2,35	0,14000%	2,35
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,17	0,01000%	0,17
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	2,35	0,14000%	2,35
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,34	0,02000%	0,34
Subtotal	3,09000%	51,93	3,09000%	51,93
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	8,26	0,49131%	8,26
TOTAL :	3,58%	60,19	3,58%	60,19
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	267,19	15,90%	267,19
13º SALÁRIO	9,65%	162,16	9,65%	162,16
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,39	0,02%	0,39
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	67,59	4,02%	67,59
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	60,19	3,58%	60,19
TOTAL :	33,18%	557,52	33,18%	557,52
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 3.039,78		R\$ 3.470,98
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	12,96%	394,00	12,96%	449,89
LUCRO	8,74%	300,00	8,74%	342,56
TRIBUTOS	13,18%	566,82	13,18%	647,22
Tributos Federais (PIS)	0,65%	27,95	0,65%	31,92
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	130,31	3,03%	148,79
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	215,03	5,00%	245,53
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	193,53	4,50%	220,98
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	48,06%	1.260,82	34,88%	1.439,67
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	4.300,60	1	4.910,65

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 186,72	11,11%	R\$ 186,72
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 139,98	8,33%	R\$ 139,98
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 51,95	3,09%	R\$ 51,95
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 64,19	3,82%	R\$ 64,19
Subtotal DGBM		R\$ 442,84		R\$ 442,84
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	12,96%	R\$ 57,40	12,96%	R\$ 57,40
Lucro (módulo 5)	8,74%	R\$ 43,70	8,74%	R\$ 43,70
TOTAL DGBM		R\$ 543,94		R\$ 543,94

Mecânico de máquinas gráficas				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 9h às 18:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		5.063,96		5.063,96
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade 20% sobre salário normativo Cláusula 12º CCT (R\$ 1.370,88)		274,18		274,18
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		5.338,14		5.338,14
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		-		-
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		491,64		922,84
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	80,07	1,50000%	80,07
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	53,38	1,00000%	53,38
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	10,68	0,20000%	10,68
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	133,45	2,50000%	133,45
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	427,05	8,00000%	427,05
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	112,10	2,10000%	112,10
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	32,03	0,60000%	32,03
TOTAL :	15,90000%	848,76	15,90000%	848,76
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	444,67	8,33000%	444,67
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	70,46	1,32000%	70,46
TOTAL :	9,65000%	515,13	9,65000%	515,13
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	1,07	0,02000%	1,07
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,17	0,00318%	0,17

TOTAL :	0,02318%	1,24	0,02318%	1,24
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	4,27	0,08000%	4,27
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,34	0,00640%	0,34
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	5,34	0,10000%	5,34
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,85	0,01590%	0,85
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	203,92	3,82000%	203,92
TOTAL :	4,02230%	214,72	4,02230%	214,72
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	148,40	2,78000%	148,40
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	7,47	0,14000%	7,47
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,53	0,01000%	0,53
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	7,47	0,14000%	7,47
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	1,07	0,02000%	1,07
Subtotal	3,09000%	164,95	3,09000%	164,95
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	26,23	0,49131%	26,23
TOTAL :	3,58%	191,18	3,58%	191,18
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	848,76	15,90%	848,76
13º SALÁRIO	9,65%	515,13	9,65%	515,13
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	1,24	0,02%	1,24
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	214,72	4,02%	214,72
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	191,18	3,58%	191,18
TOTAL :	33,18%	1.771,03	33,18%	1.771,03
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 7.625,28		R\$ 8.056,48
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	8,39%	640,00	8,39%	676,19
LUCRO	3,63%	300,00	3,63%	316,96
TRIBUTOS	13,18%	1.300,28	13,18%	1.373,80
Tributos Federais (PIS)	0,65%	64,13	0,65%	67,75
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	298,93	3,03%	315,83
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	493,28	5,00%	521,17
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	443,95	4,50%	469,05
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	38,38%	2.240,28	25,20%	2.366,95
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	9.865,56	1	10.423,44

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 593,13	11,11%	R\$ 593,13
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 444,67	8,33%	R\$ 444,67
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 165,01	3,09%	R\$ 165,01
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 203,92	3,82%	R\$ 203,92
Subtotal DGBM		R\$ 1.406,73		R\$ 1.406,73
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	8,39%	R\$ 118,07	8,39%	R\$ 118,07
Lucro (módulo 5)	3,63%	R\$ 55,34	3,63%	R\$ 55,34
TOTAL DGBM		R\$ 1.580,14		R\$ 1.580,14

Encarregado				
1º TURNO : 7h às 16h - 2º TURNO: 13h às 22:00h				
Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72,, em razão do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência em 1º/08/2022.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ORIGINAL	Percentuais	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Salário Base		4.160,17		4.160,17
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		4.160,17		4.160,17
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		52,89		52,89
Auxílio Alimentação		486,64		917,84
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral		5,00		5,00
Seguro de vida				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		544,53		975,73
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
Insumos Diversos				
Uniformes		24,47		24,47
EPI:s				
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		24,47		24,47
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-	0,00000%	-
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	62,40	1,50000%	62,40
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	41,60	1,00000%	41,60
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	8,32	0,20000%	8,32
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	104,00	2,50000%	104,00
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	332,81	8,00000%	332,81
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,10000%	87,36	2,10000%	87,36
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	24,96	0,60000%	24,96
TOTAL :	15,90000%	661,47	15,90000%	661,45
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	346,54	8,33000%	346,54
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,32000%	54,91	1,32000%	54,91
TOTAL :	9,65000%	401,46	9,65000%	401,45
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,83	0,02000%	0,83
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00318%	0,13	0,00318%	0,13

TOTAL :	0,02318%	0,96	0,02318%	0,96
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,08000%	3,33	0,08000%	3,33
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00640%	0,27	0,00640%	0,27
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,10000%	4,16	0,10000%	4,16
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01590%	0,66	0,01590%	0,66
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	158,92	3,82000%	158,92
TOTAL :	4,02230%	167,33	4,02230%	167,34
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	0,00000%	-	0,00000%	-
Terço constitucional de férias	2,78000%	115,65	2,78000%	115,65
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,14000%	5,82	0,14000%	5,82
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,42	0,01000%	0,42
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,14000%	5,82	0,14000%	5,82
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,02000%	0,83	0,02000%	0,83
Subtotal	3,09000%	128,55	3,09000%	128,55
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,49131%	20,44	0,49131%	20,44
TOTAL :	3,58%	148,99	3,58%	148,99
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	15,90%	661,47	15,90%	661,45
13º SALÁRIO	9,65%	401,46	9,65%	401,45
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,96	0,02%	0,96
PROVISÃO RESCISÃO	4,02%	167,33	4,02%	167,34
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,58%	148,99	3,58%	148,99
TOTAL :	33,18%	1.380,21	33,18%	1.380,19
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)				
		R\$ 6.109,38		R\$ 6.540,56
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	10,49%	641,02	10,49%	686,26
LUCRO	4,44%	300,00	4,44%	321,17
TRIBUTOS	13,18%	1.070,31	13,18%	1.145,84
Tributos Federais (PIS)	0,65%	52,78	0,65%	56,51
Tributos Federais (COFINS)	3,03%	246,06	3,03%	263,42
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	406,04	5,00%	434,69
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	365,43	4,50%	391,22
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	41,30%	2.011,33	28,12%	2.153,27
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	8.120,71	1	8.693,84

	%	VALOR ORIGINAL	%	VALOR REVISADO VA (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$ 462,24	11,11%	R\$ 462,24
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$ 346,54	8,33%	R\$ 346,54
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	3,09%	R\$ 128,60	3,09%	R\$ 128,60
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82%	R\$ 158,92	3,82%	R\$ 158,92
Subtotal DGBM		R\$ 1.096,30		R\$ 1.096,30
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	10,49%	R\$ 115,03	10,49%	R\$ 115,03
Lucro (módulo 5)	4,44%	R\$ 53,83	4,44%	R\$ 53,83
TOTAL DGBM		R\$ 1.265,16		R\$ 1.265,16



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

APOSTILA

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02 AO CONTRATO Nº 07/2022
(CONTRATADA: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA)
(CNPJ: 78.533.312/0001-58)
(PROCESSO SEI Nº 04788/2021)

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/Sul Quadra 2, Lotes 5/6, Blocos E e F, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **Johaness Eck**, RG nº 6.997.231-X SSP/SP e CPF nº 006.583.638-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 89, de 13 de setembro de 2018 e art. 3º, inciso XI, alínea "a", da Portaria nº 112, de 4 de junho de 2010, celebra o presente Termo de Apostilamento com fundamento no art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993, observando-se o contido no processo CNJ/SEI nº **04788/2021** e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento:

- a) A repactuação de preços dos seguintes itens para os postos de trabalho abrangidos pela Convenção Coletiva de Trabalho SJP/DF/SINTERJ-DF 2021/2023 (MTE DF000618/2021):
 - a.1) salários-base das categorias em **3,45%**;
 - a.2) auxílio-alimentação para **R\$ 350,00**;
 - a.3) auxílio-creche para **R\$ 496,00**.
- b) O aumento do Fator Acidentário de Prevenção – FAP para **1,0505%**.

Parágrafo único. As alíneas "a" e "b" do caput tem seus efeitos financeiros retroativos a **15 de fevereiro de 2022**.

DO VALOR

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total estimado do Contrato para cobrir as despesas relativas ao objeto da Cláusula Primeira deste Apostilamento passa de **R\$ 4.812.817,48** (quatro milhões, oitocentos e doze mil, oitocentos e dezessete reais quarenta e oito centavos) para **R\$ 4.911.521,08** (quatro milhões, novecentos e onze mil, quinhentos e vinte e um reais e oito centavos), na forma do Anexo A.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Termo de Apostilamento tem vigência a contar de sua assinatura, ressalvado o efeito retroativo constante do parágrafo único da Cláusula Primeira deste instrumento.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato nº 07/2022.

Assim, a parte **CONTRATANTE** assina o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ nº 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Johaness Eck
Diretor-Geral

ANEXO "A-I" DO TERMO DE AOSTILAMENTO Nº 02 AO CONTRATO Nº 07/2022, CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ/SEI N. 04788/2021).

Planilha de Horas Úteis

	Dias da Semana							
	Nº de Segundas a Quintas	Nº de Sextas	Nº de Sábados	Nº de Domingos e Feriados	Nº de Feriados Forenses	Segunda a Sexta 30 horas semanais	Segunda a Sexta 36 horas semanais	Segunda a Sexta 40 horas semanais
15/fev/22	7	2	2	3	0	54	65	72
mar/22	18	4	4	5	1	131	156	173
abr/22	13	4	5	6	2	102	123	136
mai/22	18	4	4	5	0	132	158	176
jun/22	17	4	4	5	0	126	151	168
jul/22	16	5	5	5	0	126	152	168
ago/22	18	4	4	4	1	132	158	176
set/22	16	5	4	5	0	126	152	168
out/22	16	4	5	6	0	120	144	160
nov/22	15	4	4	6	1	114	137	152
dez/22	17	5	5	4	0	132	159	176
jan/23	18	4	4	5	0	132	158	176
14/fev/23	8	2	2	2	0	59	70	77
						1486	1783	1978

ANEXO "A-II" TERMO DE AOSTILAMENTO Nº 02 AO CONTRATO Nº 07/2022, CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ/SEI N. 04788/2021).

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

POSTO DE TRABALHO	Salário base	GTI	Outros	Adicional de Periculosidade (30%)	Adicional noturno	Total
Chefia de Reportagem	R\$ 9.641,60	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 9.641,60
Chefia de Mídias Sociais	R\$ 9.641,60	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 9.641,60
Jornalismo	R\$ 7.488,45	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 7.488,44
Reportagem Fotográfica (*)	R\$ 7.001,31	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 7.001,30
Design Gráfico	R\$ 5.003,80	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 5.003,80
Redação Publicitária	R\$ 6.094,76	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 6.094,76
Revisão de Texto	R\$ 6.072,06	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 6.072,06

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENSAIS

POSTO DE TRABALHO	CÁLCULO DO VALE TRANSPORTE				VALE ALIMENTAÇÃO	
	Valor dia	Dias mês	Part	V Transp	Unit	Total
Chefia de Reportagem	R\$ 11,00	21	R\$ 578,49	R\$ -	R\$ 16,67	R\$ 350,00
Chefia de Mídias Sociais	R\$ 11,00	21	R\$ 578,49	R\$ -	R\$ 16,67	R\$ 350,00
Jornalismo	R\$ 11,00	21	R\$ 449,30	R\$ -	R\$ 16,67	R\$ 350,00
Reportagem Fotográfica (*)	R\$ 11,00	21	R\$ 420,07	R\$ -	R\$ 16,67	R\$ 350,00
Design Gráfico	R\$ 11,00	21	R\$ 300,22	R\$ -	R\$ 30,67	R\$ 644,08
Redação Publicitária	R\$ 11,00	21	R\$ 365,68	R\$ -	R\$ 30,67	R\$ 644,08
Revisão de Texto	R\$ 11,00	21	R\$ 364,32	R\$ -	R\$ 30,67	R\$ 644,08

TOTAL DO MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENSAIS

POSTO DE TRABALHO						Total
Chefia de Reportagem						R\$ 350,00
Chefia de Mídias Sociais						R\$ 350,00
Jornalismo						R\$ 350,00
Reportagem Fotográfica (*)						R\$ 350,00
Design Gráfico						R\$ 644,08
Redação Publicitária						R\$ 644,08
Revisão de Texto						R\$ 644,08

OBSERVAÇÕES:

1. Para os cargos de Chefia de Reportagem, Chefia de Mídias Sociais, Jornalismo e Reportagem fotográfica, foi utilizada a CCT 2021/2023 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e Sindicato Empresas TV RA Revistas Jornais do DF.
2. Para os cargos de Design Gráfico, Redação Publicitária e Revisão de Texto foi utilizada a CCT 2021/2022 do Sindicato das Agência de Propaganda do DF e Sindicato dos Publicitários de Brasília.
3. (*) Já contempla o adicional de 30% da remuneração mensal para utilização do próprio equipamento fotográfico

MÓDULO 3 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS

Item	Título	RAT AJUSTADO 0,5% A 6%	
		Empresa	
SUBMÓDULO 3.1			
Encargos			
Previdenciários e			
FGTS			
A	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,0000	0,0000
B	SESI / SESC	1,5000	1,5000
C	SENAI / SENAC	1,0000	1,0000
D	INCRA	0,2000	0,2000
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5000	2,5000
F	F G T S	8,0000	8,0000
G	R A T (1%, 2% ou 3%) * F A P (0,5 a 2,0)	2,1010	2,1010
H	SEBRAE	0,6000	0,6000
SUBMÓDULO 3.1 - Total		15,9010	15,9010
SUBMÓDULO 3.2 - 13° Salário e Adicional de Férias			
A	13° Salário	8,3333	8,3333
B	Adicional de Férias	2,7777	2,7777
C	Incidência SM 3.1	1,7667	1,7667
SUBMÓDULO 3.2 - Total		12,8777	12,8777
SUBMÓDULO 3.3 - Afastamento Maternidade			
A	Afastamento Maternidade	0,0280	0,0280
B	Incidência SM 3.1	0,0044	0,0044
SUBMÓDULO 3.3 - Total		0,0324	0,0324
SUBMÓDULO 3.4 - Provisão para Rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado	0,1600	0,1600
B	Incidência FGTS s/A (API)	0,0128	0,0128
C	Multa (FGTS + CS) s/A (API)	0,0001	0,0001
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,1055	0,1055
E	Incidência SM 3.1 s/D (APT)	0,0167	0,0167
F	Multa (FGTS+CS) s/D (APT)	0,0042	0,0042
SUBMÓDULO 3.4 - Total		0,2992	0,2992
SUBMÓDULO 3.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
A	Férias	8,3333	8,3333
B	Ausência por Doença	0,4583	0,4583
C	Licença Paternidade	0,0359	0,0359
D	Ausências Legais	0,0277	0,0277
E	Acidente de Trabalho	0,0008	0,0008
F	Indenização Adicional	0,0833	0,0833
G	Incidência SM 3.1	1,4214	1,4214
SUBMÓDULO 3.5 - Total		10,3607	10,3607
3.6 - Multa de FGTS e Contribuição Social			
A	Remuneração	3,6000	3,6000
B	Férias + Adicional de Férias	0,3999	0,3999
C	13° Salário	0,2999	0,2999
SUBMÓDULO 3.6 - Total		4,2998	4,2998
Total		43,7708	43,7708

MÓDULO 4 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

REGIME		LUCRO REAL	
LUCRO		3,000%	
DESPESA		2,000%	
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	PARTIC	PERCENT
PIS	0,65%	De acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.	0,650%
COFINS	3,00%	De acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.	3,000%
ISS	5,00%	100%	5,000%
CPRB	4,50%	100%	4,500%
SOMA TRIB			13,150%
BDI	20,960%		

ANEXO "A-III" DO TERMO DE AOSTILAMENTO Nº 02 AO CONTRATO Nº 07/2022, CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ/SEI N. 04788/2021).

PLANILHA RESUMO (LUCRO REAL) - Vigente a partir de 15/02/2022

POSTO DE TRABALHO	QHS	QPT	MOD1	MOD2	MOD3	MOD4	VUM	VUA	VHS(*)	VTM	VT
					43,7708	20,96%					
Chefia de Reportagem	40	3	9.641,60	350,00	4.220,20	2.978,79	17.190,59	206.287,08	104,2907	51.571,77	618.861,24
Chefia de Mídias Sociais	40	1	9.641,60	350,00	4.220,20	2.978,79	17.190,59	206.287,08	104,2907	17.190,59	206.287,08
Jornalismo	30	8	7.488,45	350,00	3.277,75	2.329,95	13.446,14	161.353,68	108,5826	107.569,12	1.290.829,44
Reportagem Fotográfica (*)	30	4	7.001,31	350,00	3.064,52	2.183,15	12.598,97	151.187,64	101,7413	50.395,88	604.750,56
Design Gráfico	40	5	5.003,80	644,08	2.190,20	1.642,86	9.480,94	113.771,28	57,5183	47.404,70	568.856,40
Redação Publicitária	40	3	6.094,76	644,08	2.667,72	1.971,61	11.378,17	136.538,04	69,0283	34.134,51	409.614,12
Revisão de Texto	36	8	6.072,06	644,08	2.657,78	1.964,77	11.338,69	136.064,28	76,3120	90.709,52	1.088.514,24
VALOR TOTAL		32								398.976,09	4.787.713,08
						(**) Valor previsto para ressarcimento de passagens, diárias e deslocamentos					100.000,00
						(**) Valor previsto para ressarcimento de Auxílio Creche					23.808,00
						VALOR GLOBAL ESTIMADO					4.911.521,08

LEGENDA	
QHS	Quantidade de horas semanais - Jornada de trabalho
QPT	Quantidade de postos de trabalho
MOD1	Remuneração
MOD2	Benefícios mensais e diários
MOD3	Encargos Sociais e Trabalhistas
MOD4	Custos Indiretos
VUM	Valor unitário Mensal
VUA	Valor unitário anual
VHS	Valor da hora de serviço
VTM	Valor Total Mensal
VT	Valor Total 12 meses

(*) Valor da Hora de Serviço resultante da divisão do valor unitário anual (VUA) dos postos de trabalho pelo total de horas úteis - anual, considerando o período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

(**) O valor anual estimado para ressarcimento de benefícios indiretos corresponde ao valor do benefício previsto na convenção coletiva de trabalho, a ser ressarcido na forma prevista no instrumento de contrato. Esse valor não pode ser alterado pelas licitantes.



Documento assinado eletronicamente por JOHANESS ECK, DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL, em 23/05/2022, às 15:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.cnj.gov.br) informando o código verificador **1322697** e o código CRC **97EFEC04**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 02/2020, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE ÁUDIO E VÍDEO, POR MEIO DE POSTOS DE TRABALHO, QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA JME SERVIÇOS INTEGRADOS E EQUIPAMENTOS EIRELI. (Pregão Eletrônico CNJ N. 40/2019 - Processo n. 13197/2018)

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/Sul, Quadra 02, Lotes 05/06, Blocos E e F, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **Johaness Eck**, RG n. 6.997.231-x SSP/SP e CPF n. 006.583.638-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 89, de 13 de setembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa **JME SERVIÇOS INTEGRADOS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, com sede SCLN 716, Bloco F, Loja 53, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-536, telefone (61) 3274-0884, e-mail: jmepro@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o n. 38.036.000/0001-14, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Suzana Sobreira Silva Nascimento**, RG n. 1.362.212 SSP/DF e CPF n. 559.753.481-53, celebram o presente termo aditivo com fundamento na Lei n. 8.666/1993 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente termo aditivo:

1. prorrogar a vigência do contrato em epígrafe; e
2. consignar os valores da hora de serviço para o novo período de vigência, na forma dos Anexos ao presente aditivo.

DA PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de **1º de fevereiro de 2022**.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor estimado do Contrato para cobrir as despesas relativas a este aditivo mantém-se em **R\$ 76.174,27** (setenta e seis mil, cento e setenta e quatro reais e vinte sete centavos), mensal, e **R\$ 914.091,27** (novecentos e quatorze mil, noventa e um reais e vinte sete centavos), anual.

DA DESPESA

CLÁUSULA QUARTA – As despesas com este termo aditivo, no corrente exercício, estão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, consignada à **CONTRATANTE**, na respectiva Lei Orçamentária Anual, Natureza de Despesa 3.3.90.37 e Programa de Trabalho 02.032.0033.21BH.0001.

Parágrafo único – A despesa com este termo aditivo, no próximo exercício, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à **CONTRATANTE**, na respectiva Lei Orçamentária Anual.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA – O presente Termo Aditivo tem vigência a contar de sua assinatura.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato, no que não colidam com a presente disposição.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Johaness Eck
Diretor-Geral

Pela **CONTRATADA**

Suzana Sobreira Silva Nascimento
Representante Legal

ANEXO "A-I" DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA JME SERVIÇOS INTEGRADOS E EQUIPAMENTOS EIRELI. (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ/SEI N.13197/2018).

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

POSTO DE TRABALHO	Salário base	Gratificação	Adicional Insalubridade	Adicional noturno	Adicional Periculosidade	Total
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO ELETRÔNICA	5.088,01	0,00	0,00	0,00	0,00	5.088,01
OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL	3.531,94	0,00	0,00	0,00	0,00	3.531,94
OPERADOR DE CÂMERA	3.720,48	0,00	0,00	0,00	0,00	3.720,48
EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL	4.791,88	0,00	0,00	0,00	0,00	4.791,88
SUPERVISOR TÉCNICO	7.990,25	0,00	0,00	0,00	0,00	7.990,25

MÓDULO 2 BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENSAIS

POSTO DE TRABALHO	CÁLCULO DO VALE TRANSPORTE				VALE ALIMENTAÇÃO	
	Valor dia	Dias mês	Part	V Transp	Unit	Total
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO ELETRÔNICA	10,00	21,00	305,28	0,00	35,85	752,76
OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL	10,00	21,00	211,91	0,00	35,85	752,76
OPERADOR DE CÂMERA	10,00	21,00	223,22	0,00	35,85	752,76
EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL	10,00	21,00	287,51	0,00	35,85	752,76
SUPERVISOR TÉCNICO	10,00	21,00	479,41	0,00	35,85	752,76

TOTAL DO MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENSAIS

POSTO DE TRABALHO						Total
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO ELETRÔNICA						752,76
OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL						752,76
OPERADOR DE CÂMERA						752,76
EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL						752,76
SUPERVISOR TÉCNICO						752,76

MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS

UNIFORME	UNIFORME MASCULINO			UNIFORME FEMININO		
Peça	Qtd	Unitário	Total	Qtd	Unitário	Total
TERNO MASCULINO (PALETÓ E CALÇA)	4	292,07	1.168,28			
CAMISA SOCIAL MASCULINA	8	84,37	674,93			
GRAVATA SOCIAL	6	30,88	185,25			
SAPATO PRETO	4	114,27	457,09			
PAR DE MEIAS SOCIAIS	6	10,43	62,58			
CINTO SOCIAL	4	31,29	125,17			
TERNO SOCIAL FEMININO				4	208,52	834,07
CAMISA ESTILO SOCIAL				8	104,21	833,65
PAR DE SAPATOS EM COR ESCURA				4	125,07	500,27
PAR DE MEIA CALÇAS				6	26,08	156,46
CINTO SOCIAL				4	61,54	246,17
TOTAL			2.673,30			2570,62
MÉDIA						2621,96
VALOR MENSAL MÉDIO POR PROFISSIONAL (1/12)						218,49

EQUIPAMENTOS (Técnico de Manutenção Eletrônica)

Produto	QTD	P. Unit	P. Total	Depreciação	Vida útil (ano)	Valor Total
CAPACETE PARA PROTEÇÃO	1	16,06	16,06		1	16,06
PROTETOR AUDITIVO	6	2,09	12,52		2 meses	75,10
ESCADA COM ISOLAMENTO PARA ELET	1	396,38	396,38	25%	4	99,10
LUVAS PARA PROTEÇÃO	1	83,45	83,45		1	83,45
VALOR TOTAL ANUAL						273,71
VALOR MENSAL POR PROFISSIONAL						22,80

MÓDULO 4 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS

Item	Título	RAT AJUSTADO 0,5% A 6%
		Empresa
SUBMÓDULO 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS		
A	PREVIDÊNCIA SOCIAL - CPRB (Desoneração)	0,0000
B	SESI / SESC	1,5000
C	SENAI / SENAC	1,0000
D	INCRA	0,2000
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5000
F	F G T S	8,0000
G	R A T (1%, 2% ou 3%) * F A P (0,5 a 2,0)	0,5000
H	SEBRAE	0,6000
SUBMÓDULO 4.1 - Total		14,3000
SUBMÓDULO 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		
A	13º Salário	8,3333
B	Adicional de Férias	2,7777
C	Incidência SM 4.1	1,5888
SUBMÓDULO 4.2 - Total		12,6998
SUBMÓDULO 4.3 - Afastamento Maternidade		
A	Afastamento Maternidade	0,0280
B	Incidência SM 4.1	0,0040
SUBMÓDULO 4.3 - Total		0,0320
SUBMÓDULO 4.4 - Provisão para Rescisão		
A	Aviso Prévio Indenizado	0,1600
B	Incidência FGTS s/A (API)	0,0128
C	Multa (FGTS + CS) s/A (API)	0,0001
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,1055
E	Incidência SM 4.1 s/D (APT)	0,0150
F	Multa (FGTS+CS) s/D (APT)	0,0042
SUBMÓDULO 4.4 - Total		0,2975
SUBMÓDULO 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
A	Férias	8,3333
B	Ausência por Doença	0,4583
C	Licença Paternidade	0,0359
D	Ausências Legais	0,0277
E	Acidente de Trabalho	0,0008
F	Indenização Adicional	0,0833
G	Incidência SM 4.1	1,2783
SUBMÓDULO 4.5 - Total		10,2176
4.6 - Multa de FGTS e Contribuição Social		
A	Remuneração	3,6000
B	Férias + Adicional de Férias	0,3999
C	13º Salário	0,2999
SUBMÓDULO 4.6 - Total		4,2998
Total		41,8467

Observação: Ao final da última prorrogação devem ser pagos 23,33% (7/30 x 100) da folha de pagamento a título de Aviso Prévio Trabalhado do Término do Contrato, se ocorrer o desembolso

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

REGIME		LUCRO PRESUMIDO	
LUCRO		6,500%	
DESPESA		3,730%	
TRIBUTOS	ALÍQUOTA	PARTIC	PERCENT
PIS	0,65%	100%	0,650%
COFINS	3,00%	100%	3,000%
ISS	5,00%	100%	5,000%
CPRE	1,50%	100%	1,500%
SOMA TRIB			10,150%
BDI	22,950%		

ANEXO "A-II" DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA JME SERVIÇOS INTEGRADOS E EQUIPAMENTOS EIRELI (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ/SEI N.13197/2018).

SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAS ÁREAS DE ÁUDIO E VÍDEO
PLANILHA RESUMO (LUCRO PRESUMIDO) - VIGENTE A PARTIR DE 01/02/2022

POSTO DE TRABALHO	QHS	QPT	MOD1	MOD2	MOD3	MOD4	MOD5	VUM	VUA	VHS(*)	VTM	VTA
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO ELETRÔNICA	44	1	5.088,01	752,76	241,29	2.129,08	1.884,35	10.095,49	121.145,85	56,75	10.095,49	121.145,85
OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL	36	2	3.531,94	752,76	218,49	1.477,95	1.372,62	7.353,76	88.245,18	49,55	14.707,53	176.490,35
OPERADOR DE CÂMERA	36	2	3.720,48	752,76	218,49	1.556,82	1.433,98	7.682,53	92.190,38	51,76	15.365,06	184.380,77
EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL	36	2	4.791,88	752,76	218,49	2.005,17	1.782,76	9.551,06	114.612,71	64,36	19.102,12	229.225,42
SUPERVISOR TÉCNICO	44	1	7.990,25	752,76	218,49	3.343,58	2.823,95	15.129,03	181.548,40	83,55	15.129,03	181.548,40
TOTAL		8									74.399,23	892.790,79

(**) Previsão para ressarcimento de Auxílio Creche (exceto para Técnico) 0,00
(***) Previsão para ressarcimento de Auxílio saúde (somente para Técnico em manutenção) 21.300,48
(***) Previsão para ressarcimento de Auxílio odontológico (somente para Técnico em manutenção) 0,00

LEGENDA

QHS	Quantidade de horas semanais - Jornada de trabalho
QPT	Quantidade de postos de trabalho
MOD1	Remuneração
MOD2	Benefícios mensais e diários
MOD3	Encargos Sociais e Trabalhistas
MOD4	Custos Indiretos
VUM	Valor unitário mensal
VUA	Valor unitário anual
VHS	Valor da hora de serviço
VTM	Valor Total Mensal
VTA	Valor Total Anual

VALOR GLOBAL ESTIMADO 914.091,27

(*) Valor da Hora de Serviço resultante da divisão do valor unitário anual dos postos de trabalho pelo total de horas úteis anuais, considerando o período de 1º de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2023.
(**) O valor anual estimado para ressarcimento de benefícios indiretos conforme CCT.

ANEXO "A-III" DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA JME SERVIÇOS INTEGRADOS E EQUIPAMENTOS EIRELI. (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ/SEI N.13197/2018)

Planilha de horas úteis

	Dias da Semana						
	Nº de Segundas a Quintas	Nº de Sextas	Nº de Sábados	Nº de Domingos e Feriados	Nº de Feriados Forenses	36 horas semanais	44 horas semanais
1º/fev/22	15	4	4	4	1	135	163
mar/22	18	4	4	5	0	158	194
abr/22	13	4	5	6	2	123	149
mai/22	18	4	4	5	0	158	194
jun/22	17	4	4	5	0	151	185
jul/22	16	5	5	5	0	152	184
ago/22	18	4	4	4	1	158	194
set/22	16	5	4	5	0	152	184
out/22	16	4	5	6	0	144	176
nov/22	15	4	4	6	1	137	167
dez/22	17	5	5	4	0	155	189
31/jan/23	18	4	4	5	0	158	194
Total de horas anuais						1781	2173



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY, ASSESSOR-CHEFE EM SUBSTITUIÇÃO - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 01/12/2021, às 00:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Sobreira da Silva Nascimento, Usuário Externo**, em 01/12/2021, às 13:56, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK, DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 20/12/2021, às 12:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1217820** e o código CRC **DDF72E81**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2021-FUNJEAM

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2021- FUNJEAM, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio do **FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL – FUNJEAM**, e a empresa **JF TECNOLOGIA EIRELI**, na forma abaixo.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** por intermédio do **FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL – FUNJEAM** sediado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, à Avenida André Araújo, s/nº, Aleixo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.301.769/0001-09, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, brasileiro, casado, Magistrado, residente e domiciliado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, portador da Carteira de Magistrado nº 358-TJ/AM e inscrito no CPF/MF sob nº 069.981.942-34, neste instrumento simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **JF TECNOLOGIA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Estado do Amazonas, em 19/11/2010, sob o nº 13.200.548.311, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.891.300/0001-97, estabelecida na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, à Avenida General Rodrigo Otávio, nº 6488, Bairro Coroadó, neste ato representada pelo Sr. **FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, portador da Carteira de Identidade nº 17365775 (SSP/AM) e inscrito no CPF/MF sob nº 839.789.842-53, daqui por diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Digital nº 2022/000006490-00, doravante referido apenas por **PROCESSO**, e o despacho autorizador exarado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do TJAM no mencionado **PROCESSO**, sujeitando-se o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, na presença das testemunhas adiante nominadas é celebrado o presente **TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2021-FUNJEAM**, que se regerá pelas normas instituídas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o **acréscimo de 01 (um) posto de jornalista de mídias sociais**, correspondendo ao percentual de **15,2437 %**, utilizando-se como base de cálculo o valor atualizado do **Contrato Administrativo nº 012/2021-FUNJEAM**, relativo à prestação, de forma contínua, dos serviços de Jornalismo e Assessoria de Comunicação Social.

“Quadro 01”

ITEM	POSTO DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO	QUANT. PROFISSIONAIS
1	Jornalista de Mídias Sociais	30h	6h	01 + 01 (acréscimo) = 2
2	Jornalista	30h	6h	03
3	Reportagem Fotográfica	30h	6h	01
4	Design Gráfico	40h	8h	01
5	Jornalista/Videomaker	30h	6h	01
Total		-	-	08

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO DO VALOR

2.1. Nas mesmas condições originalmente pactuadas, fica o Contrato Administrativo nº 012/2021-FUNJEAM acrescido na proporção de **15,2437 %**, utilizando-se como base de cálculo o valor inicial atualizado do Contrato, para fazer frente ao aumento de 01 (um) posto de jornalista de mídias sociais.

2.1.1. O valor mensal a ser acrescido é de **R\$ 10.830,61 (Dez mil, oitocentos e trinta reais sessenta e um centavos)**.

2.1.2. O novo desembolso mensal é de **R\$ 81.879,95 (Oitenta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos)**.

2.1.3. O novo valor global do Contrato é de **R\$ 982.559,40 (Novecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O objeto consubstanciado no presente instrumento fundamenta-se no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1. Permanece inalterado o prazo de vigência consignado no Contrato Administrativo nº 012/2021-FUNJEAM, qual seja, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 1º de abril de 2022.

4.2. O acréscimo decorrente deste aditivo contará a partir de **16/05/2022**.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO ADITIVO

5.1. O valor do presente Termo Aditivo é de **R\$ 113.721,40 (Cento e treze mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta centavos)**.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a execução do presente Termo Aditivo, no exercício em curso, serão custeadas à conta do Programa de Trabalho 02.061.3291.2565.0001, Elemento de Despesa 33903701, Fonte 02010000, Unidade Orçamentária 04703 (Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário Estadual), Nota de Empenho nº 2022NE0000789, de 06/05/2022, no valor de **R\$ 81.229,57 (Oitenta e um mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos)**, créditos correspondentes ao exercício financeiro corrente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RATIFICAÇÕES

7.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este instrumento. E, assim, por estarem as partes justas e acordadas, lavram e assinam este aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produzam seus jurídicos efeitos.

Manaus/AM, 06 de maio de 2022.

Assinado digitalmente

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
CONTRATANTE

Assinado digitalmente

Sr. **FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO**
Responsável legal pela empresa JF TECNOLOGIA EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: *(Assinado digitalmente)*

PALOMA ANDRADE CORRÊA

JOSIE CRISTINA JERÔNIMO

Analista Judiciário TJAM**Assistente Judiciário TJAM**

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 012/2021-FUNJEAM

Av. André Araújo, s/nº, Aleixo - Manaus/AM - Tel.: 2129-6792 - E-mail: contratos@tjam.jus.br



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Jorge Chalub Pereira, Presidente**, em 06/05/2022, às 13:55, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.
Nº de Série do Certificado: 4253403575168117555



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO, Usuário Externo**, em 09/05/2022, às 09:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PALOMA ANDRADE CORREA, Servidor**, em 09/05/2022, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Josie Cristina Jerônimo, Servidor**, em 09/05/2022, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0541851** e o código CRC **DD776AC9**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

2º TERMO ADITIVO ao Contrato nº 060/2021-UFS que entre si celebram a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE** e a firma **TERCEIRIZE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI**.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**, sediada na Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”, Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE, Fundação instituída pelo Governo Federal através do decreto-lei nº 267/68, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.031.547/0001-04, neste ato representada por seu Magnífico Reitor Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho, portador do RG nº 0648339688 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 799.275.055-15, na forma do art. 20, inciso VIII do seu Estatuto, doravante designada **CONTRATANTE**, e a firma **TERCEIRIZE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI**, doravante denominada **CONTRATADA**, sediada na rua Bom Pastor, 47, sala 102, Recife-PE, CEP 50670-260, CNPJ nº 10.547.708/0001-10, neste ato representada por Reinad Luiz Moura de Farias, portador da CI 6.173.990 SSP/PE, CPF 040.110.384-66, formalizam este Termo Aditivo em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e suas alterações e regulamentações, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo Aditivo, **retificar o 1º termo aditivo e majorar o valor do Contrato nº 060/2021-UFS**, referente à Prestação de serviço técnico terceirizado de cinegrafista, diagramador, editor de vídeo, editor de texto, repórter fotográfico, editor de áudio/operador, auxiliar de serviços bibliotecários, técnico em manutenção I, designer gráfico e técnico em computação III para composição do corpo técnico da diretoria de editoração, comunicação institucional e produção audiovisual (DECAV) e do departamento de comunicação social (DCOS), da UFS, **em virtude de inclusão de benefícios para o cargo Auxiliar de Serviços Bibliotecários**, conforme razões expostas nos autos do processo 23113.033989/2021-71.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Em virtude de inclusão de benefícios para o cargo Auxiliar de Serviços Bibliotecários, majora-se o valor do contrato em R\$ 3.644,04 (três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos), totalizando o valor global de R\$ 1.616.827,56 (um milhão, seiscentos e dezesseis mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme tabela em anexo, elaborada pela Coordenação de Custos e Avaliação Econômico-Financeira - CAEFI.

Parágrafo único - Os efeitos da majoração disposta no caput retroagem a 01/12/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RETIFICAÇÃO

Na tabela resumo do contrato do 1º termo aditivo ao contrato 060/2021-UFS, onde se lê “postos item 30”, leia-se: “postos item 32”.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato original nº 060/2021-UFS que não foram modificadas por este instrumento.

E assim, por estarem de comum acordo, firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas abaixo que também assinam.

Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”, de de 2022.

VALTER JOVINIANO DE
SANTANA
FILHO:79927505515

Assinado de forma digital por
VALTER JOVINIANO DE SANTANA
FILHO:79927505515
Dados: 2022.03.17 12:23:22 -03'00'

Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONTRATANTE

ASSINADO DIGITALMENTE
REINAD LUIZ MOURA DE FARIAS
CPF
04011038466
DATA
18/03/2022
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



TERCEIRIZE SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF nº: _____

Nome: _____ CPF nº: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Resumo do contrato com a inclusão dos benefícios do módulo 2.3 para o cargo Auxiliar de Serviços Bibliotecários:

GRUPO	ITEM	TIPO DE SERVIÇO	POSTOS	POSTOS ITEM	UND DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR GLOBAL
1	1	DIAGRAMADOR	4	32	SERVIÇO S/MÊS	12	R\$ 3.626,56	R\$ 14.506,24	R\$ 174.074,88
	2	CINEGRAFISTA	4				R\$ 3.626,56	R\$ 14.506,24	R\$ 174.074,88
	3	EDITOR DE VÍDEO	3				R\$ 3.626,56	R\$ 10.879,68	R\$ 130.556,16
	4	EDITOR DE TEXTO	6				R\$ 3.626,56	R\$ 21.759,36	R\$ 261.112,32
	5	REPORTER FOTOGRAFICO	2				R\$ 3.626,56	R\$ 7.253,12	R\$ 87.037,44
	6	EDITOR DE ÁUDIO/OPERADOR	5				R\$ 4.223,51	R\$ 21.117,55	R\$ 253.410,60
	7	AUXILIAR DE SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	1				R\$ 2.764,02	R\$ 2.764,02	R\$ 33.168,24
	8	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO I	5				R\$ 6.373,92	R\$ 31.869,60	R\$ 382.435,20
	9	DISIGNER	1				R\$ 5.687,18	R\$ 5.687,18	R\$ 68.246,16
	10	TÉCNICO EM COMPUTAÇÃO III	1				R\$ 4.392,64	R\$ 4.392,64	R\$ 52.711,68
VALOR TOTAL								R\$ 134.735,63	R\$ 1.616.827,56

Resumo do Contrato		
Objeto	Valor	Total
Contrato		1.511.819,28
1º Aditivo	101.364,24	1.613.183,52
2º Aditivo	3.644,04	1.616.827,56

VALTER JOVINIANO
DE SANTANA
FILHO:7992750551
5

Assinado de forma digital por VALTER JOVINIANO DE SANTANA
FILHO:7992750551
Dados: 2022.03.17 12:23:47 -03'00'

ASSINADO DIGITALMENTE
REINAD LUIZ MOURA DE FARIAS
CPF 04011038466 DATA 18/03/2022
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750 - Bairro Centro Político e Administrativo - CEP 78049-941 - Cuiabá - MT - <http://www.tre-mt.jus.br/>

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 0300813/2021

APOSTILA Nº 03

CONTRATO Nº 18/2019

SEI Nº 01453.2021-9

1. ESPÉCIE: Apostila de repactuação expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso em favor da Empresa **Universo Soluções Técnicas Ltda - CNPJ: 10.917.822/0001-95**, relativa ao Contrato nº 18/2019.

2. OBJETO: Repactuação do valor do contrato mensal, dos atuais R\$ 17.487,67 (dezesete mil quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos), para R\$ 18.290,66 (dezoito mil duzentos e noventa reais e sessenta e seis centavos), com efeitos a partir de **1º de janeiro de 2021**, conforme quadro a seguir:

Postos	Quantidade Postos (b)	Valor Unitário do Posto (a)	Valor Mensal (c) = (a x b)
Posto de auxiliar operacional do depósito de urnas	03	R\$ 4.653,32	R\$ 13.959,96
Posto de operador de empilhadeira	01	R\$ 4.330,70	R\$ 4.330,70
VALOR MENSAL (soma c): R\$ 18.290,66			
VALOR ANUAL DO LOTE: (c) x 12 (doze) meses: R\$ 219.487,92			

3. Os valores acima estão de acordo com a planilha de memória de cálculo (ID 0294297) e Informação nº 49/2021/COF (ID 0294305), anexadas ao SEI nº 01453.2021-9, que fazem parte integrante desta Apostila.

4. FUNDAMENTO LEGAL: arts. 54, 56 e 58, inciso III, da IN nº 5/2017 e Convenção Coletiva de Trabalho de 2021 - CCT/2020.

Mauro Sérgio Rodrigues Diogo
Diretor-Geral do TRE-MT



Documento assinado eletronicamente por **MAURO SERGIO RODRIGUES DIOGO, DIRETOR-GERAL**, em 01/07/2021, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link "[Verificador](#)" informando o código verificador **0300813** e o código CRC **4CC7A5FA**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 15/2021

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 15/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP, E A PESSOA JURÍDICA PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI. (PROCESSO 19.00.6100.0004948/2022-55)

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 2, lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, representado neste ato por seu Secretário de Administração, **MATEUS WILLIG ARAUJO**, CPF nº XXX.487.651-XX, ou, nas ausências e impedimentos deste, por sua substituta, **FABIANA BITTENCOURT GARCIA SOARES DE LIMA**, CPF nº XXX.196.836-XX, no uso da competência que lhes foi atribuída pela Portaria CNMP-SG nº 319, de 20 de outubro de 2020, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a Pessoa Jurídica **PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI**, CNPJ nº 17.764.365/0001-95, estabelecida na Rua das Figueiras, Lote 7, Loja 56 a 59, Sala 102, Águas Claras/DF, CEP 71906-750, neste ato representada por **JOSÉ FERNANDO BATISTA PEREIRA**, CPF nº XXX.543.961-XX, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido nos Processos CNMP nº 19.00.6150.0008473/2020-69 e 19.00.6100.0004948/2022-55, referentes ao Pregão Eletrônico CNMP nº 5/2021, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e, ainda, pelo Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 9.507/2018, Decreto nº 10.024/2019, pela Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente **TERMO ADITIVO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

O presente Termo Aditivo tem por finalidade acrescer, **a partir de 1º de agosto de 2022**, 1 (um) posto de Auxiliar Administrativo ao Contrato CNMP nº 15/2021, equivalente a aproximadamente 3,57% (três vírgula cinquenta e sete por cento) do item 2, nos termos previstos na Cláusula Onze do Contrato e conforme art. 65, inciso I, alínea "b" e §1º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor mensal do Contrato CNMP nº 15/2021 passa a ser de R\$ 189.367,53 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos), consubstanciando o valor anual de R\$ 2.272.410,36 (dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e dez reais e trinta e seis centavos), conforme tabela abaixo:

CONTRATO CNMP Nº 15/2021 - TA 3					
ITEM	POSTO	QTDE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL

1	ALMOXARIFE	1	R\$ 4.877,90	R\$ 4.877,90	R\$ 58.534,80
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	31	R\$ 3.879,74	R\$ 120.271,94	R\$ 1.443.263,28
3	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	2	R\$ 4.681,07	R\$ 9.362,14	R\$ 112.345,68
4	CARREGADOR DE MÓVEIS	2	R\$ 3.742,23	R\$ 7.484,46	R\$ 89.813,52
5	ENCARREGADO	1	R\$ 6.222,35	R\$ 6.222,35	R\$ 74.668,20
6	JARDINEIRO	1	R\$ 5.606,57	R\$ 5.606,57	R\$ 67.278,84
7	LAVADOR DE VEÍCULOS	1	R\$ 4.065,93	R\$ 4.065,93	R\$ 48.791,16
8	MARCENEIRO MODELISTA	1	R\$ 4.913,03	R\$ 4.913,03	R\$ 58.956,36
9	OPERADOR DE FOTOCOPIADORA	1	R\$ 3.799,80	R\$ 3.799,80	R\$ 45.597,60
10	OPERADOR DE MESA TELEFÔNICA	2	R\$ 3.978,50	R\$ 7.957,00	R\$ 95.484,00
11	RECEPCIONISTA	3	R\$ 4.935,47	R\$ 14.806,41	R\$ 177.676,92
VALOR TOTAL GLOBAL				R\$ 189.367,53	R\$ 2.272.410,36

Parágrafo primeiro. O impacto financeiro estimado do contrato, para o período compreendido entre 23/5/2022 e 23/5/2023, fica estimado da seguinte forma:

Impacto Financeiro – Contrato CNMP nº 15/2021 – TA 3		
Período – 23/05/2022 a 23/05/2023		
Período	Valor Mensal	Valor Proporcional
23/05/2022 a 31/05/2022	R\$185.487,79	R\$52.996,51
01/06/2022 a 31/07/2022	R\$185.487,79	R\$370.975,58
01/08/2022 a 31/12/2022	R\$189.367,53	R\$946.837,65
01/01/2023 a 30/04/2023	R\$189.367,53	R\$757.470,12
01/05/2023 a 23/5/2023	R\$189.367,53	R\$140.498,49
Total		R\$2.268.778,35

Parágrafo segundo. Dá-se ao presente instrumento o valor de R\$ 37.796,18 (trinta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e dezoito centavos), correspondente ao acréscimo contratual.

Parágrafo terceiro. As despesas correrão à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União Conselho Nacional do Ministério Público, Plano de Gestão 2022, Programa (PTRES) nº 174664, Fonte 0100000000, Naturezas da Despesa 3.3.9.0.37.01 (Apoio administrativo, técnico e operacional), 3.3.9.0.37.02 (Limpeza e conservação) e 3.3.9.0.37.06 (Manutenção e conservação de bens móveis), Iniciativa CNMP_PG_22_COGBS_002.

Parágrafo quarto. Para cobertura das despesas foi emitida a nota de empenho nº 2022NE000106. Para os exercícios subsequentes, serão emitidas notas de empenho para a mesma finalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais ora firmadas, a CONTRATADA deverá manter válida e atualizada a garantia contratual prestada, no valor de

R\$ 113.620,52 (cento e treze mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos), de acordo com o art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, conforme previsto na Cláusula Dez do instrumento original.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Incumbirá ao CONTRATANTE, à sua conta e no prazo estipulado no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000, a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA INALTERABILIDADE

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, permanecendo inalteradas as demais cláusulas, parágrafos, condições e obrigações do Termo de Contrato inicial que não colidirem com o disposto neste instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo Aditivo assinado pelas partes.

**CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO
PÚBLICO
CONTRATANTE**

**PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO
E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
ESPECIALIZADA EIRELI
CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FERNANDO BATISTA PEREIRA, Usuário Externo**, em 26/07/2022, às 14:14, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittencourt Garcia Soares De Lima, Ordenador(a) de Despesas substituto(a)**, em 26/07/2022, às 15:42, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0658537** e o código CRC **2936C4B6**.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO

PLANILHA SINTÉTICA DE CUSTOS E DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores finais foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Processo STJ n.º: 002570/2019
Contrato STJ n.º: 023/2020
Contratada: Global Serviços e Comércio Ltda.
Objeto: Prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de condução de veículos oficiais, limpeza de veículos e supervisão.

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO STJ N. 023/2020

QUADRO RESUMO

Prorrogação - Valores para a vigência de 1º/12/2021 a 31/12/2021 (2º Termo Aditivo)

Postos de trabalho	Carga Horária	Postos	Valor Unitário	Valor Mensal
1.1 Supervisor	44h	2	R\$ 8.039,15	R\$ 16.078,30
1.2 Motorista de Veículo Pesado	44h	18	R\$ 6.595,01	R\$ 118.710,18
1.3 Motorista de Veículo Pesado	12h x 36h Diurno	2	R\$ 6.155,08	R\$ 12.310,16
1.4 Lavador de Veículos	44h	6	R\$ 4.218,97	R\$ 25.313,82
VALOR TOTAL		28	-	R\$ 172.412,46

QUADRO RESUMO

Repactuação CCT 2022/2022, Reajuste dos insumos em 4,98% e Atualização do SAT

Vigência: a partir de 1º/01/2022

Postos de trabalho	Carga Horária	Postos	Valor Unitário	Valor Mensal
1.1 Supervisor	44h	2	R\$ 8.791,86	R\$ 17.583,72
1.2 Motorista de Veículo Pesado	44h	12	R\$ 7.202,62	R\$ 86.431,44
1.3 Motorista de Veículo Pesado	12h x 36h Diurno	2	R\$ 6.734,58	R\$ 13.469,16
1.4 Motorista de Veículo Pesado	12h x 36h Noturno	6	R\$ 7.372,03	R\$ 44.232,18
1.5 Lavador de Veículos	44h	6	R\$ 4.542,86	R\$ 27.257,16
VALOR TOTAL		28	-	R\$ 188.973,66

VALOR PRO RATA DO CONTRATO

Vigência: de 01/12/2021 a 31/07/2023

Período	Valor (R\$)
Dezembro de 2021 - 30 dias.	172.412,46
Janeiro de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Fevereiro de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Março de 2022 - 18 dias.	188.973,66
Abril de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Maio de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Junho de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Julho de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Agosto de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Setembro de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Outubro de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Novembro de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Dezembro de 2022 - 30 dias.	188.973,66
Janeiro de 2023 - 30 dias.	188.973,66
Fevereiro de 2023 - 30 dias.	188.973,66
Março de 2023 - 30 dias.	188.973,66
Abril de 2023 - 30 dias.	188.973,66
Maio de 2023 - 30 dias.	188.973,66
Junho de 2023 - 30 dias.	188.973,66
Julho de 2023 - 30 dias.	188.973,66
Valor do Contrato	3.762.912,00

GARANTIA CONTRATUAL COMPLEMENTAR

Vigência: de 01/12/2021 a 31/07/2023

Garantia Atual (3º Termo Aditivo)	R\$ 173.206,64
Garantia contratual após repactuação/reajuste/SAT	R\$ 188.145,60
Garantia complementar	R\$ 14.938,96



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores finais foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Tipo de Serviço: Supervisor	
PROCESSO STJ N. 002570/2019 - CONTRATO STJ N. 23/2020	

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	19/02/2020
B	Município/UF	Brasília - DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2022
D	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	DF000009/2022
E	Nº de meses de execução contratual	20

Tipo de Serviço	Quantidade total a contratar
Supervisor	2

COMPOSIÇÃO REMUNERAÇÃO

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
		Repactuação, Reajuste e SAT Vigência: A partir de 1º/01/2022
1	Tipo de serviço	Supervisor
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.801,73
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	-
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2022

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 3.801,73
B	Súmula TST 444	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	R\$ 0,00
D	Adicional noturno	R\$ 0,00
Total da Remuneração		R\$ 3.801,73

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 132,70
B	Auxílio Alimentação	R\$ 917,40
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00
D	Assistência Odontológica	R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral	R\$ 0,00
Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 1.050,10

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 80,88
Total de Insumos diversos		R\$ 80,88

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 760,35
B	SESC	1,50%	R\$ 57,03
C	SENAC	1,00%	R\$ 38,02
D	INCRA	0,20%	R\$ 7,60
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 95,04
F	FGTS	8,00%	R\$ 304,14
G	SAT = GILLRAT = RAT Ajustado = RAT (3%) x FAP (0,9566)	2,8698%	R\$ 109,10
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,81
TOTAL		36,67%	R\$ 1.394,09

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 316,81
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 105,60
Subtotal		11,11%	R\$ 422,41
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,07%	R\$ 154,90
TOTAL		15,19%	R\$ 577,31

4.3	Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,53
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,02%	R\$ 0,93
TOTAL		0,09%	R\$ 3,46

4.4	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 15,84
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,27
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	3,44%	R\$ 130,78
D	Aviso prévio trabalhado	0,194%	R\$ 7,38
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,07%	R\$ 2,70
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,24
TOTAL			R\$ 158,20

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional	8,33%	R\$ 316,81
B	Ausência por doença	0,56%	R\$ 21,29
C	Licença paternidade	0,01%	R\$ 0,38
D	Ausências legais	0,28%	R\$ 10,56
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,07%	R\$ 2,47
Subtotal		9,25%	R\$ 351,51
F	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,80%	R\$ 68,35
TOTAL		11,04%	R\$ 419,86
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	4,05%	R\$ 153,96
TOTAL		15,09%	R\$ 573,82

QUADRO RESUMO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		R\$ 1.394,09
4.2	13 º salário + Adicional de férias		R\$ 577,31
4.3	Afastamento maternidade		R\$ 3,46
4.4	Custo de rescisão		R\$ 158,20
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		R\$ 573,82
4.6	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 2.706,89

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - LDI	%	Valor (R\$)
A	Despesas Indiretas (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	2,56%	R\$ 195,57
B	Tributos	8,65%	R\$ 760,50
	B1. Tributos Federais - PIS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	0,65%	R\$ 57,15
	B2. Tributos Federais - COFINS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	3,00%	R\$ 263,76
	B3. Tributos Municipais - ISS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	5,00%	R\$ 439,59
C	Lucro (% * (Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado+Despesas indiretas)	2,50%	R\$ 196,19
Total LDI		13,71%	R\$ 1.152,26

QUADRO RESUMO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		R\$ 3.801,73
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.050,10
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)		R\$ 80,88
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$ 2.706,89
Subtotal (A + B +C+ D)			R\$ 7.639,60
E	Módulo 5 – Despesas indiretas, tributos e lucro		R\$ 1.152,26
Valor total por empregado			R\$ 8.791,86



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Tipo de Serviço: Motorista de Veículo Pesado - 44 horas	
PROCESSO STJ N. 002570/2019 - CONTRATO STJ N. 23/2020	

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	19/02/2020
B	Município/UF	Brasília - DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2022
D	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	DF000009/2022
E	Nº de meses de execução contratual	20

Tipo de Serviço	Quantidade total a contratar
Motorista 44 horas	12

COMPOSIÇÃO REMUNERAÇÃO

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
		Repactuação, Reajuste e SAT Vigência: A partir de 1º/01/2022
1	Tipo de serviço	Motorista 44 horas
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.965,81
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	-
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2022

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 2.965,81
B	Súmula TST 444	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	R\$ 0,00
D	Adicional noturno	R\$ 0,00
Total da Remuneração		R\$ 2.965,81

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 182,85
B	Auxílio Alimentação	R\$ 917,40
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00
D	Assistência Odontológica	R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral	R\$ 0,00
Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 1.100,25

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 80,88
Total de Insumos diversos		R\$ 80,88

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 593,16
B	SESC	1,50%	R\$ 44,49
C	SENAC	1,00%	R\$ 29,66
D	INCRA	0,20%	R\$ 5,93
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 74,15
F	FGTS	8,00%	R\$ 237,26
G	SAT = GILLRAT = RAT Ajustado = RAT (3%) x FAP (0,9566)	2,8698%	R\$ 85,11
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 17,79
TOTAL		36,67%	R\$ 1.087,56

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 247,15
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 82,38
Subtotal		11,11%	R\$ 329,53
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,07%	R\$ 120,84
TOTAL		15,19%	R\$ 450,37

4.3	Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 1,98
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,02%	R\$ 0,73
TOTAL		0,09%	R\$ 2,70

4.4	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,36
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,99
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	3,44%	R\$ 102,02
D	Aviso prévio trabalhado	0,194%	R\$ 5,75
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,07%	R\$ 2,11
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,18
TOTAL			R\$ 123,42

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional	8,33%	R\$ 247,15
B	Ausência por doença	0,56%	R\$ 16,61
C	Licença paternidade	0,01%	R\$ 0,30
D	Ausências legais	0,28%	R\$ 8,24
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,07%	R\$ 1,93
Subtotal		9,25%	R\$ 274,22
F	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,80%	R\$ 53,32
TOTAL		11,04%	R\$ 327,54
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	4,05%	R\$ 120,11
TOTAL		15,09%	R\$ 447,65

QUADRO RESUMO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		R\$ 1.087,56
4.2	13 º salário + Adicional de férias		R\$ 450,37
4.3	Afastamento maternidade		R\$ 2,70
4.4	Custo de rescisão		R\$ 123,42
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		R\$ 447,65
4.6	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 2.111,70

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - LDI	%	Valor (R\$)
A	Despesas Indiretas (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	2,56%	R\$ 160,22
B	Tributos	8,65%	R\$ 623,03
	B1. Tributos Federais - PIS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	0,65%	R\$ 46,82
	B2. Tributos Federais - COFINS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	3,00%	R\$ 216,08
	B3. Tributos Municipais - ISS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	5,00%	R\$ 360,13
C	Lucro (% * (Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado+Despesas indiretas)	2,50%	R\$ 160,73
Total LDI		13,71%	R\$ 943,98

QUADRO RESUMO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		R\$ 2.965,81
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.100,25
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)		R\$ 80,88
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$ 2.111,70
Subtotal (A + B +C+ D)			R\$ 6.258,64
E	Módulo 5 – Despesas indiretas, tributos e lucro		R\$ 943,98
Valor total por empregado			R\$ 7.202,62



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Tipo de Serviço: Motorista de Veículo Pesado - 12h x 36h Diurno	
PROCESSO STJ N. 002570/2019 - CONTRATO STJ N. 23/2020	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)
B	Município/UF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo
D	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo
E	Nº de meses de execução contratual

Tipo de Serviço	Quantidade total a contratar
Motorista 12x36 Diurno	2

COMPOSIÇÃO REMUNERAÇÃO

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

		Repactuação, Reajuste e SAT Vigência: A partir de 1º/01/2022
1	Tipo de serviço	Motorista 12x36 Diurno
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.965,81
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	-
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2022

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 2.965,81
B	Súmula TST 444	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	R\$ 0,00
D	Adicional noturno	R\$ 0,00
Total da Remuneração		R\$ 2.965,81

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 68,05
B	Auxílio Alimentação	R\$ 625,50
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00
D	Assistência Odontológica	R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral	R\$ 0,00
Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 693,55

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 80,88
Total de Insumos diversos		R\$ 80,88

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 593,16
B	SESC	1,50%	R\$ 44,49
C	SENAC	1,00%	R\$ 29,66
D	INCRA	0,20%	R\$ 5,93
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 74,15
F	FGTS	8,00%	R\$ 237,26
G	SAT = GILLRAT = RAT Ajustado = RAT (3%) x FAP (0,9566)	2,8698%	R\$ 85,11
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 17,79
TOTAL		36,67%	R\$ 1.087,56

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 247,15
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 82,38
Subtotal		11,11%	R\$ 329,53
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,07%	R\$ 120,84
TOTAL		15,19%	R\$ 450,37

4.3	Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 1,98
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,02%	R\$ 0,73
TOTAL		0,09%	R\$ 2,70

4.4	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,36
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,99
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	3,44%	R\$ 102,02
D	Aviso prévio trabalhado	0,194%	R\$ 5,75
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,07%	R\$ 2,11
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,18
TOTAL			R\$ 123,42



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional	8,33%	R\$ 247,15
B	Ausência por doença	0,56%	R\$ 16,61
C	Licença paternidade	0,01%	R\$ 0,30
D	Ausências legais	0,28%	R\$ 8,24
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,07%	R\$ 1,93
Subtotal		9,25%	R\$ 274,22
F	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,80%	R\$ 53,32
TOTAL		11,04%	R\$ 327,54
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	4,05%	R\$ 120,11
TOTAL		15,09%	R\$ 447,65

QUADRO RESUMO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		R\$ 1.087,56
4.2	13 º salário + Adicional de férias		R\$ 450,37
4.3	Afastamento maternidade		R\$ 2,70
4.4	Custo de rescisão		R\$ 123,42
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		R\$ 447,65
4.6	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 2.111,70

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - LDI	%	Valor (R\$)
A	Despesas Indiretas (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	2,56%	R\$ 149,81
B	Tributos	8,65%	R\$ 582,54
	B1. Tributos Federais - PIS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	0,65%	R\$ 43,77
	B2. Tributos Federais - COFINS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	3,00%	R\$ 202,04
	B3. Tributos Municipais - ISS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	5,00%	R\$ 336,73
C	Lucro (% * (Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado+Despesas indiretas)	2,50%	R\$ 150,28
Total LDI		13,71%	R\$ 882,63

QUADRO RESUMO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		R\$ 2.965,81
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários		R\$ 693,55
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)		R\$ 80,88
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$ 2.111,70
Subtotal (A + B +C+ D)			R\$ 5.851,94
E	Módulo 5 – Despesas indiretas, tributos e lucro		R\$ 882,63
Valor total por empregado			R\$ 6.734,58



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Tipo de Serviço: Motorista de Veículo Pesado - 12h x 36h Noturno		
PROCESSO STJ N. 002570/2019 - CONTRATO STJ N. 23/2020		

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	19/02/2020
B	Município/UF	Brasília - DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2022
D	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	DF000009/2022
E	Nº de meses de execução contratual	20

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
Motorista 12x36 Noturno	POSTO	6

COMPOSIÇÃO REMUNERAÇÃO

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

		Repactuação, Reajuste e SAT Vigência: A partir de 1º/01/2022
1	Tipo de serviço	Motorista 12x36 Noturno
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.965,81
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	-
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2022

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 2.965,81
B	Súmula TST 444	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	R\$ 0,00
D	Adicional noturno	R\$ 323,54
E	Hora noturna adicional	R\$ 0,00
F	Adicional de Hora Extra	R\$ 0,00
G	Intervalo Intrajornada	R\$ 0,00
H	Outros (Feriado Nacional)	R\$ 0,00
Total da Remuneração		R\$ 3.289,35

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 68,05
B	Auxílio Alimentação	R\$ 625,50
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00
D	Assistência Odontológica	R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral	R\$ 0,00
Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 693,55

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 80,88
Total de Insumos diversos		R\$ 80,88

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 657,87
B	SESC	1,50%	R\$ 49,34
C	SENAC	1,00%	R\$ 32,89
D	INCRA	0,20%	R\$ 6,58
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 82,23
F	FGTS	8,00%	R\$ 263,15
G	SAT = GILLRAT = RAT Ajustado = RAT (3%) x FAP (0,9566)	2,8698%	R\$ 94,40
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 19,74
TOTAL		36,67%	R\$ 1.206,20

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 274,11
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 91,37
Subtotal		11,11%	R\$ 365,48
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,07%	R\$ 134,02
TOTAL		15,19%	R\$ 499,51

4.3	Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,19
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,02%	R\$ 0,80
TOTAL		0,09%	R\$ 3,00

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

4.4	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 13,71
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,10
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	3,44%	R\$ 113,15
D	Aviso prévio trabalhado	0,19%	R\$ 6,38
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,07%	R\$ 2,34
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,20
TOTAL			R\$ 136,88

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional	8,33%	R\$ 274,11
B	Ausência por doença	0,56%	R\$ 18,42
C	Licença paternidade	0,01%	R\$ 0,33
D	Ausências legais	0,28%	R\$ 9,14
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,07%	R\$ 2,14
Subtotal		9,25%	R\$ 304,14
F	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,80%	R\$ 59,14
TOTAL		11,04%	R\$ 363,28
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	4,05%	R\$ 133,21
TOTAL		15,09%	R\$ 496,49

QUADRO RESUMO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 1.206,20
4.2	13 º salário + Adicional de férias	R\$ 499,51
4.3	Afastamento maternidade	R\$ 3,00
4.4	Custo de rescisão	R\$ 136,88
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 496,49
4.6	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 2.342,07

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - LDI	%	Valor (R\$)
A	Despesas Indiretas (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	2,56%	R\$ 163,99
B	Tributos	8,65%	R\$ 637,68
	B1. Tributos Federais - PIS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	0,65%	R\$ 47,92
	B2. Tributos Federais - COFINS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	3,00%	R\$ 221,16
	B3. Tributos Municipais - ISS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	5,00%	R\$ 368,60
C	Lucro (% * (Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado+Despesas indiretas)	2,50%	R\$ 164,51
Total LDI		13,71%	R\$ 966,18

QUADRO RESUMO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 3.289,35
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	R\$ 693,55
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ 80,88
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 2.342,07
Subtotal (A + B +C+ D)		R\$ 6.405,85
E	Módulo 5 – Despesas indiretas, tributos e lucro	R\$ 966,18
Valor total por empregado		R\$ 7.372,03

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA****PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.**Tipo de Serviço: Lavador de veículos**
PROCESSO STJ N. 002570/2019 - CONTRATO STJ N. 23/2020

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	19/02/2020
B	Município/UF	Brasília - DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2022
D	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	DF000015/2022
E	Nº de meses de execução contratual	20

Tipo de Serviço	Quantidade total a contratar
Lavador	6

COMPOSIÇÃO REMUNERAÇÃO**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

		Repactuação, Reajuste e SAT Vigência: A partir de 1º/01/2022
1	Tipo de serviço	Lavador
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.416,75
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	-
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2022

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.416,75
B	Súmula TST 444	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	R\$ 220,00
D	Adicional noturno	R\$ 0,00
Total da Remuneração		R\$ 1.636,75

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 275,80
B	Auxílio Alimentação	R\$ 836,00
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00
D	Assistência Odontológica	R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral	R\$ 0,00
Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 1.111,80

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 33,54
Total de Insumos diversos		R\$ 33,54

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 327,35
B	SESC	1,50%	R\$ 24,55
C	SENAC	1,00%	R\$ 16,37
D	INCRA	0,20%	R\$ 3,27
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 40,92
F	FGTS	8,00%	R\$ 130,94
G	SAT = GILLRAT = RAT Ajustado = RAT (3%) x FAP (0,9566)	2,8698%	R\$ 46,97
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,82
TOTAL		36,67%	R\$ 600,19

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 136,40
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 45,47
Subtotal		11,11%	R\$ 181,86
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,07%	R\$ 66,69
TOTAL		15,19%	R\$ 248,55

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

4.3	Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 1,09
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,02%	R\$ 0,40
TOTAL		0,09%	R\$ 1,49

4.4	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 6,82
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,55
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	3,44%	R\$ 56,30
D	Aviso prévio trabalhado	0,194%	R\$ 3,18
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,07%	R\$ 1,16
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,10
TOTAL			R\$ 68,11

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional	8,33%	R\$ 136,40
B	Ausência por doença	0,56%	R\$ 9,17
C	Licença paternidade	0,01%	R\$ 0,16
D	Ausências legais	0,28%	R\$ 4,55
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,07%	R\$ 1,06
Subtotal		9,25%	R\$ 151,34
F	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,80%	R\$ 29,43
TOTAL		11,04%	R\$ 180,76
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	4,05%	R\$ 66,29
TOTAL		15,09%	R\$ 247,05

QUADRO RESUMO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		R\$ 600,19
4.2	13 º salário + Adicional de férias		R\$ 248,55
4.3	Afastamento maternidade		R\$ 1,49
4.4	Custo de rescisão		R\$ 68,11
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		R\$ 247,05
4.6	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 1.165,39

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - LDI	%	Valor (R\$)
A	Despesas Indiretas (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	2,56%	R\$ 101,06
B	Tributos	8,65%	R\$ 392,96
	B1. Tributos Federais - PIS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	0,65%	R\$ 29,53
	B2. Tributos Federais - COFINS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	3,00%	R\$ 136,29
	B3. Tributos Municipais - ISS (% * Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado)	5,00%	R\$ 227,14
C	Lucro (% * (Subtotal (A+B+C+D) do quadro resumo do custo por empregado+Despesas indiretas)	2,50%	R\$ 101,38
Total LDI		13,71%	R\$ 595,39

QUADRO RESUMO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		R\$ 1.636,75
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.111,80
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)		R\$ 33,54
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$ 1.165,39
Subtotal (A + B +C+ D)			R\$ 3.947,47
E	Módulo 5 – Despesas indiretas, tributos e lucro		R\$ 595,39
Valor total por empregado			R\$ 4.542,86

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA****DETALHAMENTO DO CUSTO DOS UNIFORMES**

Reajuste de 4,98% - Vigência: a partir de 1º/01/2022

ORD	ITEM	QUANTIDADE 20 MESES	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1	TERNO	4	146,87	587,47
2	CAMISA	8	62,88	503,06
3	MEIA	10	10,39	103,93
4	GRAVATA	4	24,04	96,16
5	CINTO	2	16,69	33,38
6	SAPATO	4	73,38	293,52
TOTAL GERAL				1.617,53
TOTAL POR POSTO				80,88

ORD	ITEM	QUANTIDADE 20 MESES	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1	MACACÃO	4	64,14	256,57
2	BOTAS DE BORRACHA	4	31,39	125,56
3	LUVAS	2	15,64	31,28
4	MÁSCARA	2	44,67	89,34
5	ÓCULOS	2	4,28	8,57
6	AVENTAL	2	14,54	29,08
7	PROTETOR AURICULAR	2	13,20	26,39
8	MEIAS	10	10,39	103,93
TOTAL GERAL				670,72
TOTAL POR POSTO				33,54

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA****DETALHAMENTO DO CUSTO DE VALE TRANSPORTE VALE ALIMENTAÇÃO***Vigência: 01/01/2022 a 31/07/2023*

Memória de Cálculo - DESCONTO DE VALE TRANSPORTE			
Cargo	Base Cálculo	Desconto 6%	Valor
Supervisor	R\$3.801,73	6,00%	R\$228,10
Motoristas 44 Horas	R\$2.965,81	6,00%	R\$177,95
Motoristas 12x36 Horas - Diurno e Noturno	R\$2.965,81	6,00%	R\$177,95
Lavador de Veículos	R\$1.416,75	6,00%	R\$85,01

Memória de Cálculo - CUSTO EFETIVO DO VALE TRANSPORTE			
Cargo	Custo Total	Desconto	Custo Efetivo
Supervisor	R\$360,80	R\$228,10	R\$132,70
Motoristas 44 Horas	R\$360,80	R\$177,95	R\$182,85
Motoristas 12x36 Horas - Diurno e Noturno	R\$246,00	R\$177,95	R\$68,05
Lavador de Veículos	R\$360,80	R\$85,01	R\$275,80

Vigência: 01/01/2022 a 31/07/2023

Memória de Cálculo - CUSTOS VALE REFEIÇÃO					
Cargo	Valor Unitário	Dias/Mês	Valor Final	Desconto (0,30)	Total Final
Motorista e Supervisor	R\$42,00	22	R\$924,00	R\$6,60	R\$917,40
Motorista 12x36 Diurno e Noturno	R\$42,00	15	R\$630,00	R\$4,50	R\$625,50
Lavador	R\$38,00	22	R\$836,00	R\$0,00	R\$836,00



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA AUXILIAR DAS RETENÇÕES EM CONTA VINCULADA DO PAGAMENTO MENSAL

Vigência: A partir de 1º/01/2022

Item	Descrição	Retenções									
		Supervisor		Motorista 44 Horas		Motorista 12 x 36 Diurno		Motorista 12 x 36 Noturno		Lavador	
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
1	Salário Base + Adicionais (remuneração)		3.801,73		2.965,81		2.965,81		3.289,35		1.636,75
2	Férias (sobre remuneração)	8,33%	316,81	8,33%	247,15	8,33%	247,15	8,33%	274,11	8,33%	136,40
3	Abono de férias (sobre a remuneração)	2,78%	105,60	2,78%	82,38	2,78%	82,38	2,78%	91,37	2,78%	45,47
4	13º Salário (sobre remuneração)	8,33%	316,81	8,33%	247,15	8,33%	247,15	8,33%	274,11	8,33%	136,40
5	Subtotal das provisões	19,44%	739,23	19,44%	576,69	19,44%	576,69	19,44%	639,60	19,44%	318,26
6	Incidência do submódulo 4.1 (sobre a remuneração)	7,13%	271,07	7,13%	211,47	7,13%	211,47	7,13%	234,54	7,13%	116,70
7	Indenização - Rescisões sem justa causa - Multa do FGTS (sobre remuneração)	3,44%	130,78	3,44%	102,02	3,44%	102,02	3,44%	113,15	3,44%	56,30
8	VALOR DA RETENÇÃO MENSAL POR PROFISSIONAL	30,01%	1.141,08	30,01%	890,18	30,01%	890,18	30,01%	987,29	30,01%	491,27
9	Quantidade de profissionais por posto		1		1		1		1		1
10	VALOR DA RETENÇÃO MENSAL POR POSTO		1.141,08		890,18		890,18		987,29		491,27
11	Valor da Retenção Diária Por Posto		38,04		29,67		29,67		32,91		16,38
12	Quantidade dos postos de trabalho		2		12		2		6		6
13	VALOR DA RETENÇÃO MENSAL		2.282,15		10.682,14		1.780,36		5.923,73		2.947,59

14	VALOR TOTAL DA RETENÇÃO MENSAL
	23.615,98



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA AUXILIAR DO CUSTO ANUAL DO PROFISSIONAL SUBSTITUTO DO TITULAR EM FÉRIAS

Vigência: A partir de 1º/01/2022

Item	Detalhamento da Rubrica na Planilha de Custos	Supervisor		Motorista 44 Horas		Motorista 12 x 36 Diurno		Motorista 12 x 36 Noturno		Lavador	
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
1	Salário Base + Adicionais (remuneração)		3.801,73		2.965,81		2.965,81		3.289,35		1.636,75
2	Remuneração do profissional substituto	8,33%	316,81	8,33%	247,15	8,33%	247,15	8,33%	274,11	8,33%	136,40
3	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,62%	61,60	1,62%	48,06	1,62%	48,06	1,62%	53,30	1,62%	26,52
4	Subtotal antes de incidência do Submódulo 4.1	9,95%	378,41	9,95%	295,21	9,95%	295,21	9,95%	327,41	9,95%	162,92
5	Incidência do submódulo 4.1 sob o custo de reposição	3,65%	138,76	3,65%	108,25	3,65%	108,25	3,65%	120,06	3,65%	59,74
6	Total do custo mensal de reposição do profissional	23,56%	517,18	23,56%	403,46	23,56%	403,46	23,56%	447,47	23,56%	222,66
6	Total do custo anual de reposição do profissional ausente em		6.206,11		4.841,52		4.841,52		5.369,69		2.671,90
2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor
1	Transporte		132,70		182,85		68,05		68,05		275,80
2	Auxílio Alimentação		917,40		917,40		625,50		625,50		836,00
3	Total Benefícios mensais e diários		1.050,10		1.100,25		693,55		693,55		1.111,80
5	Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucros e Tributos	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e	2,56%	185,76	2,56%	152,11	2,56%	141,70	2,56%	155,22	2,56%	96,86
B	Lucro	2,50%	186,35	2,50%	152,59	2,50%	142,15	2,50%	155,71	2,50%	97,17
C	Tributos	8,65%	722,33	8,65%	591,48	8,65%	551,00	8,65%	603,57	8,65%	376,65
C.1	Tributos Federais	3,65%	304,80	3,65%	249,59	3,65%	232,50	3,65%	254,69	3,65%	158,94
C.1.1.	Pis/Cofins: Regime Cumulativo	3,65%	304,80	3,65%	249,59	3,65%	232,50	3,65%	254,69	3,65%	158,94
	Pis Cumulativo	0,65%	54,28	0,65%	44,45	0,65%	41,40	0,65%	45,36	0,65%	28,30
	Cofins Cumulativo	3,00%	250,52	3,00%	205,14	3,00%	191,10	3,00%	209,33	3,00%	130,63
C.1.2.	CPRB - Não optante	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
C.3	Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%	417,53	5,00%	341,90	5,00%	318,50	5,00%	348,89	5,00%	217,72
C.4	Outros tributos (especificar)	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
	Total dos custos indiretos e tributos		1.094,44		896,18		834,84		914,50		570,69
Resumo do custo por empregado substituto do titular em férias											
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor
A	Módulo 1 - Composição Remuneração * 12 (Anual)		6.206,11		4.841,52		4.841,52		5.369,69		2.671,90
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		1.050,10		1.100,25		693,55		693,55		1.111,80
	Subtotal (A+B)		7.256,21		5.941,77		5.535,07		6.063,24		3.783,70
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.094,44		896,18		834,84		914,50		570,69
	Valor total ANUAL por empregado substituto do titular em férias (R\$)		8.350,65		6.837,96		6.369,91		6.977,74		4.354,39



SENADO FEDERAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO

ao Contrato nº 0108/2021, celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e a empresa **MED MAIS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.**, para a prestação de serviços de motorista (sem veículo), ajudante e atendente para condução dos veículos locados pelo SENADO, bem como os de sua propriedade, e operação de atividades de transporte, com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 12 (doze) meses consecutivos.

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, neste ato representado pelo sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **MED MAIS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.**, neste ato representada pela Sr.^a BRUNA LIVIA COSTA REIS, tendo em vista a manifestação da gestão, documento nº 00100.091940/2022-95, a Conferência de Cálculo nº 139/2022 - SAFIN, documento nº 00100.095173/2022-93, o Parecer nº 707/2022 - ADVOSF, documento nº 00100.100217/2022-12, a autorização do Senhor Diretor-Executivo de Contratações, documento nº 00100.100955/2022-51, a autorização do Exmo. Senhor Primeiro-Secretário, documento nº 00100.102030/2022-45, e as demais informações contidas no Processo nº 00200.014134/2022-75, resolvem aditar o Contrato nº 0108/2021, com base na sua Cláusula Oitava, no Ato da Diretora-Geral nº 9/2015, no anexo V - Política de Contratações do Senado Federal, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, na Lei nº 8.666/93, e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor anual do Contrato nº 0108/2021 fica revisado em **0,00778%**, em decorrência da atualização do valor unitário do item “Vale Alimentação” para **R\$ 41,72**, em decorrência do Ato do Presidente do Senado Federal nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em conformidade com o presente *caput*, o valor mensal do Contrato nº 0108/2021 passa de R\$ 500.015,51 para **R\$ 500.054,39** (quinhentos mil, cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e o valor anual passa a ser de **R\$ 6.000.652,68** (seis milhões, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos), conforme planilhas anexas.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO - Qualquer crédito financeiro em favor da contratada decorrente da alteração prevista na presente cláusula ficará condicionado à comprovação da realização da respectiva despesa nos termos contratuais, com devido faturamento por meio de documento legalmente apropriado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da dotação orçamentária, classificada como Programa de Trabalho Resumido - PTRES: 167456 e Natureza de Despesa 33903701, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 2022NE000759.

CLÁUSULA TERCEIRA

A CONTRATADA deverá apresentar a complementação da garantia no percentual de 2% (dois por cento) do valor global do presente contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da via assinada deste instrumento, visando atender ao aditamento, em conformidade com a **Cláusula Décima Primeira - Da Garantia**, do contrato original c/c art. 56 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do contrato original e dos termos já autorizados, não expressamente alteradas por este termo.

Assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, _____ de _____ de 2022.

ILANA TROMBKA

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

BRUNA LIVIA
COSTA
REIS:01479494
160

Assinado de forma digital por BRUNA LIVIA COSTA
REIS:01479494160
Dados: 2022.08.31 17:14:29 -03'00'

BRUNA LIVIA COSTA REIS

MED MAIS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC

Empresa: **MED MAIS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.**

Processo Revisão: **00200.014134/2022-75**

CNPJ: 09.557.452/0001-43

Contrato: **2021/0108**

Pregão Eletrônico: 86/2021

Data de apresentação da
proposta: **06/10/2021**

Assinatura: **02/12/2021**

Proposta válida

Início Vigência Original: 02/12/2021

Fim Vigência Original: 01/12/2022

Valor Total Original do
Contrato: R\$ 5.489.993,64

DADOS DO CONTRATO ATUAL

Valor Anual: R\$ 6.000.186,12

(1º TA - base de cálculo, processo 004435/2022-91, em fase de instrução)

Início Período: 02/12/2021

(Contrato Original)

Final Período: 01/12/2022

HISTÓRICO DO CONTRATO

Resumo extraído do sistema GESCON documento nº 00100.092105/2022-72.

TERMO ADITIVO EM PROCESSAMENTO

*Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" em decorrência do APR nº 13/2022, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal - BASF nº 8406, de 18/07/2022, pela variação do IPCA/IBGE apurado no intervalo de janeiro/2012 a junho de 2022, **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022**.*

Valor de face do item "Vale alimentação"	
Valor Atual (R\$)	Valor Atualizado (R\$)
R\$ 22,12	R\$ 41,72

Obs.: Se houver hodiernas autorizações de repactuações, de revisões ou de reajustes de preços com vigência anterior a do presente termo aditivo, este Serviço destaca que promoverá a atualização (retificação) destes valores posteriormente.

Obs.: Este Serviço entende que em defesa do interesse público, antes do respectivo desembolso destas despesas pela Administração, deverá ocorrer a comprovação da concessão destes benefícios às categorias contratadas (comprovação nas "faturas mensais" - folha de pagamento). E, por fim, que é dever da gestão contratual a aplicação "glosas" nos valores (custos contratuais) que forem autorizados pela administração, sem a devida comprovação da despesa (ressarcimento).

Empresa MED MAIS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
Processo de Revisão: 00200.014134/2022-75
 Contrato nº **0108/2021**
 Vigência: 02/12/2021 a 01/12/2022

RESUMO GERAL - MÃO DE OBRA							
Instruções a serem autorizadas: - Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para R\$ 41,72 , em decorrência do APR nº 13/2022 (Fato da Administração), com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 .							
			VALOR ATUAL - 1TA (01/01/2022)		Índice (%)	VALOR REVISADO (1º.08.2022)	
ITEM	POSTO DE TRABALHO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL		PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL
1	Motorista de veículo pesado - 44hrs semanais - seg à sab_5 às 22hrs	39	R\$ 6.863,30	R\$ 267.668,70	0,00801%	R\$ 6.863,85	R\$ 267.690,15
2	Motorista de veículo pesado - 44hrs semanais - seg à sex_14 às 23hrs/sáb_5 às 22hrs	2	R\$ 7.027,37	R\$ 14.054,74	0,00768%	R\$ 7.027,91	R\$ 14.055,82
3	Motorista de veículo pesado - 44hrs semanais - seg à sex_15 às 24hrs/sáb_5 às 22hrs	1	R\$ 7.191,50	R\$ 7.191,50	0,00765%	R\$ 7.192,05	R\$ 7.192,05
4	Motorista de veículo pesado - 12 x 36hrs_escala diurna - de 7 às 19hrs	4	R\$ 6.292,31	R\$ 25.169,24	0,00509%	R\$ 6.292,63	R\$ 25.170,52
5	Motorista de veículo pesado - 12 x 36hrs_escala noturna - de 19 às 7hrs	6	R\$ 7.142,81	R\$ 42.856,86	0,00462%	R\$ 7.143,14	R\$ 42.858,84
6	Motorista de ambulância - 44hrs semanais - seg à sab - 5 às 22hrs	2	R\$ 7.303,92	R\$ 14.607,84	0,00753%	R\$ 7.304,47	R\$ 14.608,94
7	Motorista de ambulância - 12 x 36hrs_escala diurna - de 7 às 19hrs	2	R\$ 6.732,93	R\$ 13.465,86	0,00490%	R\$ 6.733,26	R\$ 13.466,52
8	Motorista de ambulância - 12 x 36hrs_escala noturna - de 19 às 7hrs	2	R\$ 7.653,51	R\$ 15.307,02	0,00431%	R\$ 7.653,84	R\$ 15.307,68
9	Motorista de escolta presidencial - 12 x 36hrs_escala diurna - de 8 às 20hrs	2	R\$ 6.292,31	R\$ 12.584,62	0,00509%	R\$ 6.292,63	R\$ 12.585,26
10	Atendente - 44hrs semanais - seg à sáb_7 às 22hrs	3	R\$ 4.318,16	R\$ 12.954,48	0,01297%	R\$ 4.318,72	R\$ 12.956,16
11	Ajudante - 44hrs semanais - seg à sáb_7 às 22hrs	12	R\$ 4.318,16	R\$ 51.817,92	0,01297%	R\$ 4.318,72	R\$ 51.824,64
12	Encarregado - 44hrs semanais - seg à sáb_5:30 às 14:30hrs	1	R\$ 10.872,23	R\$ 10.872,23	0,00497%	R\$ 10.872,77	R\$ 10.872,77
13	Encarregado - 44hrs semanais - seg à sáb_15 às 24hrs	1	R\$ 11.464,50	R\$ 11.464,50	0,00471%	R\$ 11.465,04	R\$ 11.465,04
	TOTAL MENSAL	77		R\$ 500.015,51	0,00778%		R\$ 500.054,39
	TOTAL ANUAL			R\$ 6.000.186,12	0,00778%		R\$ 6.000.652,68

RESUMO GERAL - VALOR ORIGINAL x VALOR REPACTUADO				
	VALOR ATUAL - 1TA (01/01/2022)	VALOR REVISADO (1º.08.2022)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (R\$)
VALOR MENSAL	R\$ 500.015,51	R\$ 500.054,39	0,00778%	R\$ 38,88
VALOR ANUAL	R\$ 6.000.186,12	R\$ 6.000.652,68	0,00778%	R\$ 466,56

O Contrato nº 0108/2021 apresenta as seguintes informações, consoante se extrai do presente termo aditivo, se autorizado. (Último evento: Revisão - 1º.08.2022) Fonte: Pasta do Fator K.	
	Porcentagem
Percentual da Despesa Administrativa (com Tributos)	0,00000%
Percentual do Lucro (com Tributos)	0,46599%
	Proporção
Fator K (Atualizado)	2,31240
Fator K (Processo Licitatório)	2,60650

Motorista de veículo pesado - 44hrs semanais - seg à sab_5 às 22hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		2.965,81		2.965,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.965,81		2.965,81
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		98,92		98,92
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (25,17 dias)) para (R\$ 41,72 x 25,17 dias)		1.049,59		1.050,09
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	593,16	20,00000%	593,16
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	44,49	1,50000%	44,49
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	29,66	1,00000%	29,66
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,93	0,20000%	5,93
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	74,15	2,50000%	74,15
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	237,26	8,00000%	237,26
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	14,83	0,50000%	14,83
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	17,79	0,60000%	17,79
TOTAL :	34,30000%	1.017,27	34,30000%	1.017,27
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	247,15	8,33333%	247,15
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,86000%	84,77	2,85833%	84,77
TOTAL :	11,19333%	331,92	11,19166%	331,92
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	12,36	0,41667%	12,36
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	0,99	0,03333%	0,99
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	54,79	1,84722%	54,79

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	18,79	0,63360%	18,79
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	113,29	3,82000%	113,29
TOTAL :	6,75082%	200,22	6,75082%	200,22
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	247,15	8,33333%	247,15
Terço constitucional de férias	2,77778%	82,38	2,77778%	82,38
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	49,10	1,65556%	49,10
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,62	0,02083%	0,62
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	24,39	0,82222%	24,39
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	0,96	0,03250%	0,96
Subtotal	13,64222%	404,60	13,64222%	404,60
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	138,78	4,67928%	138,78
TOTAL :	18,32%	543,38	18,32%	543,38
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.017,27	34,30000%	1.017,27
13º SALÁRIO	11,19333%	331,92	11,19166%	331,92
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	200,22	6,75082%	200,22
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	543,38	18,32150%	543,38
TOTAL :	70,56565%	2.092,79	70,56398%	2.092,79
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 6.267,55		R\$ 6.268,05
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	0,03313%	2,08	0,03313%	2,08
TRIBUTOS	8,65000%	593,68	8,65000%	593,73
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	44,61	0,65000%	44,62
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	205,90	3,00000%	205,92
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	343,17	5,00000%	343,19
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	8,68313%	595,76	8,68313%	595,81
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	6.863,30	1	6.863,85

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 329,53	11,11111%	R\$ 329,53
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 247,15	8,33333%	R\$ 247,15
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 197,80	6,66944%	R\$ 197,80
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 113,29	3,82000%	R\$ 113,29
Subtotal DGBM		R\$ 887,77		R\$ 887,77
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	0,03313%	R\$ 0,29	0,03313%	R\$ 0,29
TOTAL DGBM		R\$ 888,06		R\$ 888,06

Motorista de veículo pesado - 44hrs semanais - seg à sex_14 às 23hrs/sáb_5 às 22hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		2.965,81		2.965,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno		67,79		67,79
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.033,60		3.033,60
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		98,92		98,92
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (25,17 dias)) para (R\$ 41,72 x 25,17 dias)		1.049,59		1.050,09
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	606,72	20,00000%	606,72
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	45,50	1,50000%	45,50
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	30,34	1,00000%	30,34
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,07	0,20000%	6,07
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	75,84	2,50000%	75,84
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	242,69	8,00000%	242,69
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	15,17	0,50000%	15,17
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	18,20	0,60000%	18,20
TOTAL :	34,30000%	1.040,53	34,30000%	1.040,53
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	252,80	8,33333%	252,80
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,86000%	86,71	2,85833%	86,71
TOTAL :	11,19333%	339,51	11,19166%	339,51
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	12,64	0,41667%	12,64
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,01	0,03333%	1,01
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	56,04	1,84722%	56,04

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	19,22	0,63360%	19,22
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	115,88	3,82000%	115,88
TOTAL :	6,75082%	204,79	6,75082%	204,79
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	252,80	8,33333%	252,80
Terço constitucional de férias	2,77778%	84,27	2,77778%	84,27
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	50,22	1,65556%	50,22
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,63	0,02083%	0,63
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	24,94	0,82222%	24,94
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	0,99	0,03250%	0,99
Subtotal	13,64222%	413,85	13,64222%	413,85
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	141,95	4,67928%	141,95
TOTAL :	18,32%	555,79	18,32%	555,79
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.040,53	34,30000%	1.040,53
13º SALÁRIO	11,19333%	339,51	11,19166%	339,51
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	204,79	6,75082%	204,79
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	555,79	18,32150%	555,79
TOTAL :	70,56565%	2.140,62	70,56398%	2.140,62
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 6.383,17		R\$ 6.383,67
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	0,56918%	36,33	0,56918%	36,33
TRIBUTOS	8,65000%	607,87	8,65000%	607,92
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	45,68	0,65000%	45,68
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	210,82	3,00000%	210,84
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	351,37	5,00000%	351,40
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	9,21918%	644,20	9,21918%	644,25
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	7.027,37	1	7.027,91

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 337,07	11,11111%	R\$ 337,07
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 252,80	8,33333%	R\$ 252,80
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 202,32	6,66944%	R\$ 202,32
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 115,88	3,82000%	R\$ 115,88
Subtotal DGBM		R\$ 908,07		R\$ 908,07
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	0,56918%	R\$ 5,17	0,56918%	R\$ 5,17
TOTAL DGBM		R\$ 913,24		R\$ 913,24

Motorista de veículo pesado - 44hrs semanais - seg à sex_15 às 24hrs/sáb_5 às 22hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		2.965,81		2.965,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno		135,58		135,58
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.101,39		3.101,39
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		98,92		98,92
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (25,17 dias)) para (R\$ 41,72 x 25,17 dias)		1.049,59		1.050,09
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	620,28	20,00000%	620,28
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	46,52	1,50000%	46,52
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	31,01	1,00000%	31,01
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,20	0,20000%	6,20
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	77,53	2,50000%	77,53
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	248,11	8,00000%	248,11
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	15,51	0,50000%	15,51
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	18,61	0,60000%	18,61
TOTAL :	34,30000%	1.063,77	34,30000%	1.063,77
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	258,45	8,33333%	258,45
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,86000%	88,65	2,85833%	88,65
TOTAL :	11,19333%	347,10	11,19166%	347,10
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	12,92	0,41667%	12,92
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,03	0,03333%	1,03
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	57,29	1,84722%	57,29

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	19,65	0,63360%	19,65
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	118,47	3,82000%	118,47
TOTAL :	6,75082%	209,36	6,75082%	209,36
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	258,45	8,33333%	258,45
Terço constitucional de férias	2,77778%	86,15	2,77778%	86,15
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	51,35	1,65556%	51,35
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,65	0,02083%	0,65
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	25,50	0,82222%	25,50
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	1,01	0,03250%	1,01
Subtotal	13,64222%	423,10	13,64222%	423,10
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	145,12	4,67928%	145,12
TOTAL :	18,32%	568,22	18,32%	568,22
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.063,77	34,30000%	1.063,77
13º SALÁRIO	11,19333%	347,10	11,19166%	347,10
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	209,36	6,75082%	209,36
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	568,22	18,32150%	568,22
TOTAL :	70,56565%	2.188,45	70,56398%	2.188,45
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 6.498,79		R\$ 6.499,29
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	1,08699%	70,64	1,08699%	70,65
TRIBUTOS	8,65000%	622,07	8,65000%	622,11
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	46,74	0,65000%	46,75
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	215,75	3,00000%	215,76
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	359,58	5,00000%	359,60
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	9,73699%	692,71	9,73699%	692,76
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	7.191,50	1	7.192,05

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 344,60	11,11111%	R\$ 344,60
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 258,45	8,33333%	R\$ 258,45
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 206,85	6,66944%	R\$ 206,85
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 118,47	3,82000%	R\$ 118,47
Subtotal DGBM		R\$ 928,37		R\$ 928,37
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	1,08699%	R\$ 10,09	1,08699%	R\$ 10,09
TOTAL DGBM		R\$ 938,46		R\$ 938,46

Motorista de veículo pesado - 12 x 36hrs_escala diurna - de 7 às 19hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		2.965,81		2.965,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.965,81		2.965,81
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		-		-
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (15 dias)) para (R\$ 41,72 x 15 dias)		625,50		625,80
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	593,16	20,00000%	593,16
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	44,49	1,50000%	44,49
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	29,66	1,00000%	29,66
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,93	0,20000%	5,93
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	74,15	2,50000%	74,15
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	237,26	8,00000%	237,26
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	14,83	0,50000%	14,83
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	17,79	0,60000%	17,79
TOTAL :	34,30000%	1.017,27	34,30000%	1.017,27
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	247,15	8,33333%	247,15
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,86000%	84,77	2,85833%	84,77
TOTAL :	11,19333%	331,92	11,19166%	331,92
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	12,36	0,41667%	12,36
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	0,99	0,03333%	0,99
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	54,79	1,84722%	54,79

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	18,79	0,63360%	18,79
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	113,29	3,82000%	113,29
TOTAL :	6,75082%	200,22	6,75082%	200,22
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	247,15	8,33333%	247,15
Terço constitucional de férias	2,77778%	82,38	2,77778%	82,38
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	49,10	1,65556%	49,10
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,62	0,02083%	0,62
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	24,39	0,82222%	24,39
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	0,96	0,03250%	0,96
Subtotal	13,64222%	404,60	13,64222%	404,60
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	138,78	4,67928%	138,78
TOTAL :	18,32%	543,38	18,32%	543,38
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.017,27	34,30000%	1.017,27
13º SALÁRIO	11,19333%	331,92	11,19166%	331,92
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	200,22	6,75082%	200,22
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	543,38	18,32150%	543,38
TOTAL :	70,56565%	2.092,79	70,56398%	2.092,79
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 5.744,54		R\$ 5.744,84
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	0,06061%	3,48	0,06061%	3,48
TRIBUTOS	8,65000%	544,29	8,65000%	544,31
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	40,90	0,65000%	40,90
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	188,77	3,00000%	188,78
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	314,62	5,00000%	314,63
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	8,71061%	547,77	8,71061%	547,79
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	6.292,31	1	6.292,63

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 329,53	11,11111%	R\$ 329,53
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 247,15	8,33333%	R\$ 247,15
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 197,80	6,66944%	R\$ 197,80
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 113,29	3,82000%	R\$ 113,29
Subtotal DGBM		R\$ 887,77		R\$ 887,77
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	0,06061%	R\$ 0,54	0,06061%	R\$ 0,54
TOTAL DGBM		R\$ 888,31		R\$ 888,31

Motorista de veículo pesado - 12 x 36hrs_escala noturna - de 19 às 7hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		2.965,81		2.965,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno		395,44		395,44
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.361,25		3.361,25
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		-		-
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (15 dias)) para (R\$ 41,72 x 15 dias)		625,50		625,80
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	672,25	20,00000%	672,25
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	50,42	1,50000%	50,42
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	33,61	1,00000%	33,61
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,72	0,20000%	6,72
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	84,03	2,50000%	84,03
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	268,90	8,00000%	268,90
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	16,81	0,50000%	16,81
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	20,17	0,60000%	20,17
TOTAL :	34,30000%	1.152,91	34,30000%	1.152,91
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	280,10	8,33333%	280,10
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,86000%	96,07	2,85833%	96,07
TOTAL :	11,19333%	376,17	11,19166%	376,17
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	14,01	0,41667%	14,01
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,12	0,03333%	1,12
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	62,09	1,84722%	62,09

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	21,30	0,63360%	21,30
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	128,40	3,82000%	128,40
TOTAL :	6,75082%	226,92	6,75082%	226,92
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	280,10	8,33333%	280,10
Terço constitucional de férias	2,77778%	93,37	2,77778%	93,37
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	55,65	1,65556%	55,65
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,70	0,02083%	0,70
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	27,64	0,82222%	27,64
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	1,09	0,03250%	1,09
Subtotal	13,64222%	458,55	13,64222%	458,55
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	157,28	4,67928%	157,28
TOTAL :	18,32%	615,84	18,32%	615,84
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.152,91	34,30000%	1.152,91
13º SALÁRIO	11,19333%	376,17	11,19166%	376,17
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	226,92	6,75082%	226,92
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	615,84	18,32150%	615,84
TOTAL :	70,56565%	2.371,84	70,56398%	2.371,84
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 6.419,03		R\$ 6.419,33
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	1,65019%	105,93	1,65019%	105,93
TRIBUTOS	8,65000%	617,85	8,65000%	617,88
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	46,43	0,65000%	46,43
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	214,28	3,00000%	214,29
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	357,14	5,00000%	357,16
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	10,30019%	723,78	10,30019%	723,81
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	7.142,81	1	7.143,14

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 373,47	11,11111%	R\$ 373,47
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 280,10	8,33333%	R\$ 280,10
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 224,18	6,66944%	R\$ 224,18
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 128,40	3,82000%	R\$ 128,40
Subtotal DGBM		R\$ 1.006,15		R\$ 1.006,15
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	1,65019%	R\$ 16,60	1,65019%	R\$ 16,60
TOTAL DGBM		R\$ 1.022,75		R\$ 1.022,75

Motorista de ambulância - 44hrs semanais - seg à sab - 5 às 22hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		2.965,81		2.965,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade (SM Jan 2022 = R\$ 1.212,00)	20,00%	242,40		242,40
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.208,21		3.208,21
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		98,92		98,92
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (25,17 dias)) para (R\$ 41,72 x 25,17 dias)		1.049,59		1.050,09
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	641,64	20,00000%	641,64
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	48,12	1,50000%	48,12
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	32,08	1,00000%	32,08
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,42	0,20000%	6,42
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	80,21	2,50000%	80,21
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	256,66	8,00000%	256,66
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	16,04	0,50000%	16,04
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	19,25	0,60000%	19,25
TOTAL :	34,30000%	1.100,42	34,30000%	1.100,42
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	267,35	8,33333%	267,35
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,85833%	91,06	2,85833%	91,06
TOTAL :	11,19166%	358,41	11,19166%	358,41
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	13,37	0,41667%	13,37
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,07	0,03333%	1,07
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	59,26	1,84722%	59,26

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	20,33	0,63360%	20,33
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	122,55	3,82000%	122,55
TOTAL :	6,75082%	216,58	6,75082%	216,58
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	267,35	8,33333%	267,35
Terço constitucional de férias	2,77778%	89,12	2,77778%	89,12
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	53,11	1,65556%	53,11
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,67	0,02083%	0,67
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	26,38	0,82222%	26,38
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	1,04	0,03250%	1,04
Subtotal	13,64222%	437,67	13,64222%	437,67
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	150,12	4,67928%	150,12
TOTAL :	18,32%	587,79	18,32%	587,79
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.100,42	34,30000%	1.100,42
13º SALÁRIO	11,19166%	358,41	11,19166%	358,41
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	216,58	6,75082%	216,58
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	587,79	18,32150%	587,79
TOTAL :	70,56398%	2.263,20	70,56398%	2.263,20
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 6.672,13		R\$ 6.672,63
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	0,00000%	-	0,00000%	-
TRIBUTOS	8,65000%	631,80	8,65000%	631,83
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	47,48	0,65000%	47,48
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	219,12	3,00000%	219,13
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	365,20	5,00000%	365,22
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	8,65000%	631,80	8,65000%	631,83
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	7.303,92	1	7.304,47

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 356,47	11,11111%	R\$ 356,47
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 267,35	8,33333%	R\$ 267,35
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 213,97	6,66944%	R\$ 213,97
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 122,55	3,82000%	R\$ 122,55
Subtotal DGBM		R\$ 960,34		R\$ 960,34
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
TOTAL DGBM		R\$ 960,34		R\$ 960,34

Motorista de ambulância - 12 x 36hrs_escala diurna - de 7 às 19hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		2.965,81		2.965,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade (SM Jan 2022 = R\$ 1.212,00)	20,00%	242,40		242,40
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.208,21		3.208,21
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		-		-
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (15 dias)) para (R\$ 41,72 x 15 dias)		625,50		625,80
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	641,64	20,00000%	641,64
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	48,12	1,50000%	48,12
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	32,08	1,00000%	32,08
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,42	0,20000%	6,42
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	80,21	2,50000%	80,21
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	256,66	8,00000%	256,66
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	16,04	0,50000%	16,04
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	19,25	0,60000%	19,25
TOTAL :	34,30000%	1.100,42	34,30000%	1.100,42
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	267,35	8,33333%	267,35
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,85833%	91,06	2,85833%	91,06
TOTAL :	11,19166%	358,41	11,19166%	358,41
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	13,37	0,41667%	13,37
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,07	0,03333%	1,07
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	59,26	1,84722%	59,26

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	20,33	0,63360%	20,33
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	122,55	3,82000%	122,55
TOTAL :	6,75082%	216,58	6,75082%	216,58
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	267,35	8,33333%	267,35
Terço constitucional de férias	2,77778%	89,12	2,77778%	89,12
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	53,11	1,65556%	53,11
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,67	0,02083%	0,67
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	26,38	0,82222%	26,38
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	1,04	0,03250%	1,04
Subtotal	13,64222%	437,67	13,64222%	437,67
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	150,12	4,67928%	150,12
TOTAL :	18,32%	587,79	18,32%	587,79
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.100,42	34,30000%	1.100,42
13º SALÁRIO	11,19166%	358,41	11,19166%	358,41
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	216,58	6,75082%	216,58
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	587,79	18,32150%	587,79
TOTAL :	70,56398%	2.263,20	70,56398%	2.263,20
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 6.150,53		R\$ 6.150,83
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	0,00000%	-	0,00000%	-
TRIBUTOS	8,65000%	582,40	8,65000%	582,43
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	43,76	0,65000%	43,77
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	201,99	3,00000%	202,00
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	336,65	5,00000%	336,66
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	8,65000%	582,40	8,65000%	582,43
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	6.732,93	1	6.733,26

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 356,47	11,11111%	R\$ 356,47
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 267,35	8,33333%	R\$ 267,35
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 213,97	6,66944%	R\$ 213,97
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 122,55	3,82000%	R\$ 122,55
Subtotal DGBM		R\$ 960,34		R\$ 960,34
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
TOTAL DGBM		R\$ 960,34		R\$ 960,34

Motorista de ambulância - 12 x 36hrs_escala noturna - de 19 às 7hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		2.965,81		2.965,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade (SM Jan 2022 = R\$ 1.212,00)	20,00%	242,40		242,40
Adicional Noturno		427,76		427,76
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.635,97		3.635,97
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		-		-
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (15 dias)) para (R\$ 41,72 x 15 dias)		625,50		625,80
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	727,19	20,00000%	727,19
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	54,54	1,50000%	54,54
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	36,36	1,00000%	36,36
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	7,27	0,20000%	7,27
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	90,90	2,50000%	90,90
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	290,88	8,00000%	290,88
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	18,18	0,50000%	18,18
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	21,82	0,60000%	21,82
TOTAL :	34,30000%	1.247,14	34,30000%	1.247,14
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	303,00	8,33333%	303,00
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,85833%	103,20	2,85833%	103,20
TOTAL :	11,19166%	406,20	11,19166%	406,20
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	15,15	0,41667%	15,15
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,21	0,03333%	1,21
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	67,16	1,84722%	67,16

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	23,04	0,63360%	23,04
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	138,89	3,82000%	138,89
TOTAL :	6,75082%	245,45	6,75082%	245,45
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	303,00	8,33333%	303,00
Terço constitucional de férias	2,77778%	101,00	2,77778%	101,00
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	60,20	1,65556%	60,20
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,76	0,02083%	0,76
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	29,90	0,82222%	29,90
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	1,18	0,03250%	1,18
Subtotal	13,64222%	496,03	13,64222%	496,03
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	170,14	4,67928%	170,14
TOTAL :	18,32%	666,17	18,32%	666,17
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.247,14	34,30000%	1.247,14
13º SALÁRIO	11,19166%	406,20	11,19166%	406,20
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	245,45	6,75082%	245,45
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	666,17	18,32150%	666,17
TOTAL :	70,56398%	2.564,96	70,56398%	2.564,96
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 6.886,87		R\$ 6.887,17
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	1,51894%	104,61	1,51894%	104,61
TRIBUTOS	8,65000%	662,04	8,65000%	662,06
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	49,75	0,65000%	49,75
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	229,61	3,00000%	229,62
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	382,68	5,00000%	382,69
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	10,16894%	766,65	10,16894%	766,67
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	7.653,51	1	7.653,84

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 404,00	11,11111%	R\$ 404,00
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 303,00	8,33333%	R\$ 303,00
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 242,50	6,66944%	R\$ 242,50
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 138,89	3,82000%	R\$ 138,89
Subtotal DGBM		R\$ 1.088,39		R\$ 1.088,39
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	1,51894%	R\$ 16,53	1,51894%	R\$ 16,53
TOTAL DGBM		R\$ 1.104,92		R\$ 1.104,92

Motorista de escolta presidencial - 12 x 36hrs_escala diurna - de 8 às 20hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		2.965,81		2.965,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.965,81		2.965,81
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		-		-
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (15 dias)) para (R\$ 41,72 x 15 dias)		625,50		625,80
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	593,16	20,00000%	593,16
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	44,49	1,50000%	44,49
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	29,66	1,00000%	29,66
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,93	0,20000%	5,93
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	74,15	2,50000%	74,15
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	237,26	8,00000%	237,26
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	14,83	0,50000%	14,83
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	17,79	0,60000%	17,79
TOTAL :	34,30000%	1.017,27	34,30000%	1.017,27
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	247,15	8,33333%	247,15
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,85833%	84,77	2,85833%	84,77
TOTAL :	11,19166%	331,92	11,19166%	331,92
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	12,36	0,41667%	12,36
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	0,99	0,03333%	0,99
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	54,79	1,84722%	54,79

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	18,79	0,63360%	18,79
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	113,29	3,82000%	113,29
TOTAL :	6,75082%	200,22	6,75082%	200,22
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	247,15	8,33333%	247,15
Terço constitucional de férias	2,77778%	82,38	2,77778%	82,38
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	49,10	1,65556%	49,10
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,62	0,02083%	0,62
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	24,39	0,82222%	24,39
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	0,96	0,03250%	0,96
Subtotal	13,64222%	404,60	13,64222%	404,60
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	138,78	4,67928%	138,78
TOTAL :	18,32%	543,38	18,32%	543,38
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.017,27	34,30000%	1.017,27
13º SALÁRIO	11,19166%	331,92	11,19166%	331,92
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	200,22	6,75082%	200,22
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	543,38	18,32150%	543,38
TOTAL :	70,56398%	2.092,79	70,56398%	2.092,79
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 5.744,54		R\$ 5.744,84
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	0,06061%	3,48	0,06061%	3,48
TRIBUTOS	8,65000%	544,29	8,65000%	544,31
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	40,90	0,65000%	40,90
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	188,77	3,00000%	188,78
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	314,62	5,00000%	314,63
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	8,71061%	547,77	8,71061%	547,79
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	6.292,31	1	6.292,63

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 329,53	11,11111%	R\$ 329,53
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 247,15	8,33333%	R\$ 247,15
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 197,80	6,66944%	R\$ 197,80
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 113,29	3,82000%	R\$ 113,29
Subtotal DGBM		R\$ 887,77		R\$ 887,77
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	0,06061%	R\$ 0,54	0,06061%	R\$ 0,54
TOTAL DGBM		R\$ 888,31		R\$ 888,31

Atendente - 44hrs semanais - seg à sáb_7 às 22hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		1.505,81		1.505,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.505,81		1.505,81
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		186,52		186,52
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (25,17 dias)) para (R\$ 41,72 x 25,17 dias)		1.049,59		1.050,09
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	301,16	20,00000%	301,16
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	22,59	1,50000%	22,59
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	15,06	1,00000%	15,06
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,01	0,20000%	3,01
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	37,65	2,50000%	37,65
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	120,46	8,00000%	120,46
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	7,53	0,50000%	7,53
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	9,03	0,60000%	9,03
TOTAL :	34,30000%	516,49	34,30000%	516,49
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	125,48	8,33333%	125,48
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,85833%	43,04	2,85833%	43,04
TOTAL :	11,19166%	168,52	11,19166%	168,52
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,07200%	1,08	0,07200%	1,08
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,02470%	0,37	0,02470%	0,37
TOTAL :	0,09670%	1,45	0,09670%	1,45
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	6,27	0,41667%	6,27
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	0,50	0,03333%	0,50
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	27,82	1,84722%	27,82

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	9,54	0,63360%	9,54
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	57,52	3,82000%	57,52
TOTAL :	6,75082%	101,65	6,75082%	101,65
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	125,48	8,33333%	125,48
Terço constitucional de férias	2,77778%	41,83	2,77778%	41,83
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	24,93	1,65556%	24,93
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,31	0,02083%	0,31
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	12,38	0,82222%	12,38
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	0,49	0,03250%	0,49
Subtotal	13,64222%	205,43	13,64222%	205,43
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	70,46	4,67928%	70,46
TOTAL :	18,32%	275,89	18,32%	275,89
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	516,49	34,30000%	516,49
13º SALÁRIO	11,19166%	168,52	11,19166%	168,52
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,09670%	1,45	0,09670%	1,45
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	101,65	6,75082%	101,65
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	275,89	18,32150%	275,89
TOTAL :	70,66068%	1.064,00	70,66068%	1.064,00
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 3.866,36		R\$ 3.866,86
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	2,02452%	78,28	2,02452%	78,29
TRIBUTOS	8,65000%	373,52	8,65000%	373,57
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	28,07	0,65000%	28,07
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	129,54	3,00000%	129,56
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	215,91	5,00000%	215,94
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	10,67452%	451,80	10,67452%	451,86
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	4.318,16	1	4.318,72

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 167,31	11,11111%	R\$ 167,31
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 125,48	8,33333%	R\$ 125,48
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 100,43	6,66944%	R\$ 100,43
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 57,52	3,82000%	R\$ 57,52
Subtotal DGBM		R\$ 450,74		R\$ 450,74
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	2,02452%	R\$ 9,13	2,02452%	R\$ 9,13
TOTAL DGBM		R\$ 459,87		R\$ 459,87

Ajudante - 44hrs semanais - seg à sáb_7 às 22hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		1.505,81		1.505,81
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.505,81		1.505,81
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		186,52		186,52
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (25,17 dias)) para (R\$ 41,72 x 25,17 dias)		1.049,59		1.050,09
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	301,16	20,00000%	301,16
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	22,59	1,50000%	22,59
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	15,06	1,00000%	15,06
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,01	0,20000%	3,01
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	37,65	2,50000%	37,65
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	120,46	8,00000%	120,46
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	7,53	0,50000%	7,53
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	9,03	0,60000%	9,03
TOTAL :	34,30000%	516,49	34,30000%	516,49
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	125,48	8,33333%	125,48
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,86000%	43,04	2,85833%	43,04
TOTAL :	11,19333%	168,52	11,19166%	168,52
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,07200%	1,08	0,07200%	1,08
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,02470%	0,37	0,02470%	0,37
TOTAL :	0,09670%	1,45	0,09670%	1,45
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	6,27	0,41667%	6,27
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	0,50	0,03333%	0,50
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	27,82	1,84722%	27,82

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	9,54	0,63360%	9,54
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	57,52	3,82000%	57,52
TOTAL :	6,75082%	101,65	6,75082%	101,65
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	125,48	8,33333%	125,48
Terço constitucional de férias	2,77778%	41,83	2,77778%	41,83
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	24,93	1,65556%	24,93
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	0,31	0,02083%	0,31
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	12,38	0,82222%	12,38
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	0,49	0,03250%	0,49
Subtotal	13,64222%	205,43	13,64222%	205,43
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	70,46	4,67928%	70,46
TOTAL :	18,32%	275,89	18,32%	275,89
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	516,49	34,30000%	516,49
13º SALÁRIO	11,19333%	168,52	11,19166%	168,52
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,09670%	1,45	0,09670%	1,45
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	101,65	6,75082%	101,65
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	275,89	18,32150%	275,89
TOTAL :	70,66235%	1.064,00	70,66068%	1.064,00
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 3.877,68		R\$ 3.878,18
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	1,72685%	66,96	1,72685%	66,97
TRIBUTOS	8,65000%	373,52	8,65000%	373,57
Tributos Federais (PIS)	0,65000%	28,07	0,65000%	28,07
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	129,54	3,00000%	129,56
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	215,91	5,00000%	215,94
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	10,37685%	440,48	10,37685%	440,54
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	4.318,16	1	4.318,72

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 167,31	11,11111%	R\$ 167,31
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 125,48	8,33333%	R\$ 125,48
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 100,43	6,66944%	R\$ 100,43
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 57,52	3,82000%	R\$ 57,52
Subtotal DGBM		R\$ 450,74		R\$ 450,74
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	1,72685%	R\$ 7,78	1,72685%	R\$ 7,78
TOTAL DGBM		R\$ 458,52		R\$ 458,52

Encarregado - 44hrs semanais - seg à sáb_5:30 às 14:30hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		5.242,78		5.242,78
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno				
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		5.242,78		5.242,78
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		-		-
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (25,17 dias)) para (R\$ 41,72 x 25,17 dias)		1.049,59		1.050,09
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	1.048,56	20,00000%	1.048,56
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	78,64	1,50000%	78,64
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	52,43	1,00000%	52,43
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	10,49	0,20000%	10,49
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	131,07	2,50000%	131,07
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	419,42	8,00000%	419,42
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	26,21	0,50000%	26,21
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	31,46	0,60000%	31,46
TOTAL :	34,30000%	1.798,28	34,30000%	1.798,28
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	436,90	8,33333%	436,90
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,86000%	149,86	2,85833%	149,86
TOTAL :	11,19333%	586,76	11,19166%	586,76
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	21,84	0,41667%	21,84
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,75	0,03333%	1,75
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	96,85	1,84722%	96,85

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	33,22	0,63360%	33,22
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	200,27	3,82000%	200,27
TOTAL :	6,75082%	353,93	6,75082%	353,93
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	436,90	8,33333%	436,90
Terço constitucional de férias	2,77778%	145,63	2,77778%	145,63
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,77361%	40,56	0,77361%	40,56
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	1,09	0,02083%	1,09
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	43,11	0,82222%	43,11
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	1,70	0,03250%	1,70
Subtotal	12,76028%	668,99	12,76028%	668,99
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,37678%	229,46	4,37678%	229,46
TOTAL :	17,14%	898,45	17,14%	898,45
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.798,28	34,30000%	1.798,28
13º SALÁRIO	11,19333%	586,76	11,19166%	586,76
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	353,93	6,75082%	353,93
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	17,13706%	898,45	17,13706%	898,45
TOTAL :	69,38120%	3.637,42	69,37954%	3.637,42
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 9.931,79		R\$ 9.932,29
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	0,00000%	-	0,00000%	-
TRIBUTOS	8,64990%	940,44	8,64990%	940,48
Tributos Federais (PIS)	0,64990%	70,66	0,64990%	70,66
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	326,17	3,00000%	326,18
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	543,61	5,00000%	543,64
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	8,64990%	940,44	8,64990%	940,48
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	10.872,23	1	10.872,77

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 582,53	11,11111%	R\$ 582,53
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 436,90	8,33333%	R\$ 436,90
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 349,66	6,66944%	R\$ 349,66
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 200,27	3,82000%	R\$ 200,27
Subtotal DGBM		R\$ 1.569,36		R\$ 1.569,36
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
TOTAL DGBM		R\$ 1.569,36		R\$ 1.569,36

Encarregado - 44hrs semanais - seg à sáb_15 às 24hrs

Revisão do valor unitário do item "Vale Alimentação" para **R\$ 41,72** - APR nº 13/2022 (Fato da Administração), **com vigência a partir de 1º de agosto de 2022.**

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	Percentuais	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Salário Base		5.242,78		5.242,78
Adicional de Periculosidade				
Adicional Insalubridade SM				
Adicional Noturno		274,20		274,20
Adicional de HE				
Hora Noturna Adicional				
Intervalo Intra jornada				
Outros Dif horas extras				
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		5.516,98		5.516,98
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS				
Auxílio Transporte		-		-
Auxílio Alimentação de ((R\$42,00 - R\$0,30) x (25,17 dias)) para (R\$ 41,72 x 25,17 dias)		1.049,59		1.050,09
Plano de Saúde				
Auxílio Funeral				
Seguro de vida		2,00		2,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	1.103,40	20,00000%	1.103,40
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	82,75	1,50000%	82,75
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	55,17	1,00000%	55,17
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	11,03	0,20000%	11,03
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	137,92	2,50000%	137,92
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	441,36	8,00000%	441,36
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	0,50000%	27,58	0,50000%	27,58
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	33,10	0,60000%	33,10
TOTAL :	34,30000%	1.892,31	34,30000%	1.892,31
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33333%	459,75	8,33333%	459,75
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,86000%	157,69	2,85833%	157,69
TOTAL :	11,19333%	617,44	11,19166%	617,44
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00000%	-	0,00000%	-
TOTAL :	0,00000%	-	0,00000%	-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	22,99	0,41667%	22,99
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,84	0,03333%	1,84
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,84722%	101,91	1,84722%	101,91

Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,63360%	34,96	0,63360%	34,96
Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	210,75	3,82000%	210,75
TOTAL :	6,75082%	372,45	6,75082%	372,45
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias	8,33333%	459,75	8,33333%	459,75
Terço constitucional de férias	2,77778%	153,25	2,77778%	153,25
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,65556%	91,34	1,65556%	91,34
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02083%	1,15	0,02083%	1,15
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,82222%	45,36	0,82222%	45,36
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03250%	1,79	0,03250%	1,79
Subtotal	13,64222%	752,64	13,64222%	752,64
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,67928%	258,16	4,67928%	258,16
TOTAL :	18,32%	1.010,80	18,32%	1.010,80
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
PREVIDENCIARIO E FGTS	34,30000%	1.892,31	34,30000%	1.892,31
13º SALÁRIO	11,19333%	617,44	11,19166%	617,44
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00000%	-	0,00000%	-
PROVISÃO RESCISÃO	6,75082%	372,45	6,75082%	372,45
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	18,32150%	1.010,80	18,32150%	1.010,80
TOTAL :	70,56565%	3.893,00	70,56398%	3.893,00
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 10.472,83		R\$ 10.473,33
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,00000%	-	0,00000%	-
LUCRO	0,00000%	-	0,00000%	-
TRIBUTOS	8,64990%	991,68	8,64990%	991,71
Tributos Federais (PIS)	0,64990%	74,51	0,64990%	74,51
Tributos Federais (COFINS)	3,00000%	343,94	3,00000%	343,95
Tributos Estaduais				
Tributos Municipais (ISS)	5,00000%	573,23	5,00000%	573,25
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		-		-
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	8,64990%	991,68	8,64990%	991,71
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	11.464,50	1	11.465,04

	%	VALOR ATUAL - 1TA (1º/01/2022)	%	VALOR REVISADO (1º.08.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11111%	R\$ 613,00	11,11111%	R\$ 613,00
13º salário (submódulo 4.2)	8,33333%	R\$ 459,75	8,33333%	R\$ 459,75
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,66944%	R\$ 367,95	6,66944%	R\$ 367,95
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 210,75	3,82000%	R\$ 210,75
Subtotal DGBM		R\$ 1.651,45		R\$ 1.651,45
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
Lucro (módulo 5)	0,00000%	R\$ -	0,00000%	R\$ -
TOTAL DGBM		R\$ 1.651,45		R\$ 1.651,45



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

APOSTILA

**QUARTA APOSTILA DE REAJUSTE AO CONTRATO DI-
004/2021 – (PROCESSOS 6000087/2021-00 E 6001626/2022-00)**

Por esta apostila, registra-se no contrato em epígrafe, firmado com a empresa **BRASILMED AUDITORIA MÉDICA E SERVIÇOS LTDA**, a **2ª Repactuação** do contrato, com fundamento nos artigos 40, inc. XI, 55, inc. III, da Lei nº 8.666/93; artigo 12, do Decreto nº 9.507/2018; e artigos 54 a 61 da IN nº 05/2017-SEGES/MP, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços em anexo e períodos e valores abaixo descritos:

- De 1º/11/2021 até 31/12/2021, o valor mensal passará de R\$ 44.495,10 para R\$ 46.199,79 e o anual estimado de R\$ 577.317,78 para R\$ 598.003,25, considerando o valor anual estimado de gasto com EPI's de R\$ 36.617,88 e o valor estimado para pagamento do aviso prévio trabalhado ao final do contrato de R\$ 6.987,89, tendo vista o reajuste do salário e auxílio alimentação previsto pela CCT SINDSAUDE/DF x SBH/DF 2021/2022;

- A partir de 1º/1/2022, o valor mensal passará para R\$ 46.762,30 e o anual estimado para R\$ 604.858,16, considerando o valor anual estimado de gasto com EPI's de R\$ 36.617,88 e o valor estimado para pagamento do aviso prévio trabalhado ao final do contrato de R\$ 7.092,68, tendo em vista a alteração do adicional de insalubridade com base no novo valor do salário mínimo.

As despesas em vista da repactuação correrão à conta de recursos orçamentários consignados ao Contratante, notas de empenho 2022NE00157, 2022NE00396 e 2022NE00496, elementos de despesa 3.3.90.37, programa de trabalho 02.122.0033.4256.0001.

DIRLEY SÉRGIO DE MELO

Secretário de Administração

ANEXO – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo SEI 6001626/2022-00 – Documento SEI [0098838](#)

Documento assinado eletronicamente por **DIRLEY SERGIO DE**



MELO, SECRETÁRIO, em 05/05/2022, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0123453** e o código CRC **6A5F9AA3**.

6001626/2022-00

0123453v2

Criado por **c014445**, versão 2 por **c014445** em 05/05/2022 14:14:50.

1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

Quadro 1.1 - Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo: 6001626/2022	Contrato nº: DI-004/2021	Data: 15/09/2020	Horário: 14:30
Local da Prestação dos Serviços: Brasília/DF	Vigência da Contratação: 12 meses	A Vigência é Prorrogável? SIM	Prazo Máximo de Vigência: 60 meses

Quadro 1.2 - Identificação do Serviço

Objeto da Contratação: Prestação de serviços de auxiliar de saúde bucal		
Tipo de Serviço Auxiliar de Saúde Bucal	Unidade de Medida: Postos de Trabalho	Quantidade a Contratar: 13 Postos de Trabalho

Quadro 1.3 - Detalhamento do Objeto

					Contrato Vigente			2ª Repactuação (Salário + Auxílio Alimentação) A partir de 1º/11/2021			2ª Repactuação (Adicional de Insalubridade) A partir de 1º/1/2022		
Item	Posto de Trabalho	Tipo de Jornada de Trabalho	Período	Jornada de Trabalho Mensal	Quantidade de Postos	Ocupantes por Posto	Quantidade de Profissionais	Quantidade de Postos	Ocupantes por Posto	Quantidade de Profissionais	Quantidade de Postos	Ocupantes por Posto	Quantidade de Profissionais
1	Auxiliar de Saúde Bucal	30 horas semanais	Diurno	150 horas	13	1	13	13	1	13	13	1	13
TOTAL					13	n/a	13	13	n/a	13	13	n/a	13

2 - DADOS DA PROPONENTE

Quadro 2.1 - Dados da Proponente

Razão Social: Brasilmed Auditoria Médica e Serviços LTDA		CNPJ: 00.706.148/0001-46
Endereço da Matriz (digite o endereço no formato <i>Logradouro, nº, Complemento - Bairro</i>): Avenida das Araucárias - lotes 1835 - 2005 - 5º andar - Salas 501, 505 e 506 - Águas Claras Shopping		
Município: Águas Claras	UF: DF	CEP: 71936-250
DDD: 61	Telefone: 3574-7615	E-mail: natalia.onofre@brasilmed.com.br
Endereço do Escritório no Distrito Federal (digite o endereço no formato <i>Logradouro, nº, Complemento - Bairro</i>): Avenida das Araucárias - lotes 1835 - 2005 - 5º andar - Salas 501, 505 e 506 - Águas Claras Shopping		
Município: Águas Claras	UF: DF	CEP: 71936-250
DDD: 61	Telefone: 3574-7615	E-mail: dr.fabiopereira@hotmail.com

Quadro 2.2 - Regime de Tributação da Proponente

<input type="radio"/> Lucro Real <input checked="" type="radio"/> Lucro Presumido <input type="radio"/> Entidade Sem Fins Lucrativos <input type="radio"/> Optante pelo Simples Nacional <input type="checkbox"/> Desoneração da folha (Lei nº 12.546/20)	Contrato Vigente			
	Item	Tributo	Base de Cálculo	Alíquota (%)
	A	Tributos Federais		
	A.1	PIS	Faturamento	0,65%
	A.2	COFINS	Faturamento	3,00%
	A.3	INSS (Lei nº 12.546/2011)	Faturamento	
	Subtotal Tributos Federais			3,65%
	B	Tributos Distritais		
	B.1	ISS (ISSQN)	Faturamento	2,00%
	Subtotal Tributos Distritais			2,00%
TOTAL			5,65%	

Obs. : As empresas optantes pelo Simples Nacional poderão participar deste pregão e terão direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006. No entanto, **não poderão apresentar proposta com os benefícios da condição de optante** e, caso venham a ser contratadas, estarão sujeitas à exclusão obrigatória do Simples Nacional, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da citada Lei.

3 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA

Quadro 3.1 - Uniformes

Atenção! Observar as especificações do Termo de Referência: Anexo II.

Item	Especificação	Un. de Medida	Quant. por Profis.	Quant. Total	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)
1	Pijama cirúrgico	Pç.	3	39	06	90,00	7.020,00	585,00
1								
1								
2	Meias	Par	4	52	06	10,00	1.040,00	86,66
3	Sapatos	Par	1	13	06	80,00	2.080,00	173,33
TOTAL						n/a	10.140,00	844,99
Quantidade de profissionais para rateio dos custos					13	Custo rateado por profissional		64,99

Quadro 3.2 - Insumos diversos

Atenção! Observar as especificações do Termo de Referência: itens 7.26 e 7.31.

Item	Especificação	Un. de Medida	Quant. por Profis.	Quant. Total	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)
1	Crachá	Un.	1	13	60	8,00	20,80	1,73
2	Relógio de ponto	Un.	-	1	60	1.500,00	300,00	25,00
TOTAL						n/a	320,80	26,73
Quantidade de profissionais para rateio dos custos					13	Custo rateado por profissional		2,05

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 - AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Categoria Profissional:		Quantidade de Profissionais:	
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL		13	
Tipo de Jornada de Trabalho:	Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:	
30 horas semanais	150 horas	Diurno	
Instrumento Coletivo de Trabalho:		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
<input checked="" type="radio"/> Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		SBH/DF	
<input type="radio"/> Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)		Sindicato Profissional (digite apenas a sigla):	
<input type="radio"/> Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		SINDSAUDE/DF	
Salário Mínimo Vigente:		Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
R\$ 1.212,00		01/09/2021	
Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:		R\$ 1.224,83	

Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

		Contrato Vigente			2ª Repactuação (Salário + Auxílio Alimentação) A partir de 1º/11/2021			2ª Repactuação (Adicional de Insalubridade) A partir de 1º/1/2022		
1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Salário base	Salário Base	n/a	1.224,83	Salário Base	n/a	1.273,82	Salário Base	n/a	1.273,82
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Mínimo	20,00%	220,00	Salário Mínimo	20,00%	220,00	Salário Mínimo	20,00%	242,40
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-
E	Adicional de motorização <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-
Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais				1.444,83			1.493,82			1.516,22
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)
H	Adicional noturno <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>									
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	0,00 h/mês			0,00 h/mês			0,00 h/mês		
Subtotal 1.2: Adicional Noturno				-			-			-
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)
J	Adicional de hora extra <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>									
TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)				1.444,83			1.493,82			1.516,22
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>									
TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração) + Intervalo Intrajornada				1.444,83			1.493,82			1.516,22

Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

Obs.: Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte	11,00	21 dias	231,00	11,00	21 dias	231,00	11,00	21 dias	231,00
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a	6%	(73,48)	n/a	6%	(76,42)	n/a	6%	(76,42)
A Custo mensal com vale-transporte				157,52			154,58			154,58
B.1	Auxílio alimentação	18,54	21 dias	389,34	20,50	21 dias	430,50	20,50	21 dias	430,50
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <i>Obs.: Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto.</i>	n/a	15%	(58,40)	n/a	15%	(64,57)	n/a	15%	(64,57)
B Custo mensal com auxílio alimentação				330,94			365,93			365,93
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-		21 dias	-		21 dias	-
D	Assistência médica e familiar	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
D	Auxílio creche	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
F	Seguro de vida	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
G	Auxílio invalidez e funeral	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)				488,46			520,51			520,51

Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumo	Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes	Quadro 3.1	64,99		Quadro 3.1	64,99		Quadro 3.1	64,99
B	Insumos diversos	Quadro 3.2	2,05		Quadro 3.2	2,05		Quadro 3.2	2,05
TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)				67,04		67,04			67,04

Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	288,96	Módulo 1	20,00%	298,76	Módulo 1	20,00%	303,24
B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	21,67	Módulo 1	1,50%	22,40	Módulo 1	1,50%	22,74
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	14,44	Módulo 1	1,00%	14,93	Módulo 1	1,00%	15,16
D	IN CRA	Módulo 1	0,20%	2,88	Módulo 1	0,20%	2,98	Módulo 1	0,20%	3,03
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	36,12	Módulo 1	2,50%	37,34	Módulo 1	2,50%	37,90
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	115,58	Módulo 1	8,00%	119,50	Módulo 1	8,00%	121,29
G	Seguro acidente do trabalho ajustado (=SATxFAP)	Módulo 1	1,32%	19,07	Módulo 1	1,32%	19,71	Módulo 1	1,32%	20,01
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	8,66	Módulo 1	0,60%	8,96	Módulo 1	0,60%	9,09
TOTAL SUBMÓDULO 4.1				35,12%	507,38	35,12%	524,58	35,12%		532,46

Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	120,35	Módulo 1	8,33%	124,43	Módulo 1	8,33%	126,30
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	40,16	Módulo 1	2,78%	41,52	Módulo 1	2,78%	42,15
Subtotal 4.2.1				160,51			165,95			168,45
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	35,12%	56,37	Subtotal 4.2.1	35,12%	58,28	Subtotal 4.2.1	35,12%	59,15
TOTAL SUBMÓDULO 4.2				216,88			224,23			227,60

Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,57%	8,23	Módulo 1	0,57%	8,51	Módulo 1	0,57%	8,64
Subtotal 4.3.1				8,23			8,51			8,64
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	35,12%	2,89	Subtotal 4.3.1	35,12%	2,98	Subtotal 4.3.1	35,12%	3,03
TOTAL SUBMÓDULO 4.3				11,12			11,49			11,67

Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,42%	6,06	Módulo 1	0,42%	6,27	Módulo 1	0,42%	6,36
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	8,00%	0,48	Item 4.4-A	8,00%	0,50	Item 4.4-A	8,00%	0,50
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	3,82%	55,22	Módulo 1	3,82%	57,09	Módulo 1	3,82%	57,95
TOTAL SUBMÓDULO 4.4				61,76			63,86			64,81

Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	120,35	Módulo 1	8,33%	124,43	Módulo 1	8,33%	126,30
B	Ausência por doença	Módulo 1	1,66%	23,98	Módulo 1	1,66%	24,79	Módulo 1	1,66%	25,16
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	0,28	Módulo 1	0,02%	0,29	Módulo 1	0,02%	0,30
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	4,04	Módulo 1	0,28%	4,18	Módulo 1	0,28%	4,24
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	0,43	Módulo 1	0,03%	0,44	Módulo 1	0,03%	0,45
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-	Módulo 1		-	Módulo 1		-
Subtotal 4.5.1				149,08			154,13			156,45
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	35,12%	52,35	Subtotal 4.5.1	35,12%	54,13	Subtotal 4.5.1	35,12%	54,94
TOTAL SUBMÓDULO 4.5				201,43			208,26			211,39

Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	507,38	n/a	n/a	524,58	n/a	n/a	532,46
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	216,88	n/a	n/a	224,23	n/a	n/a	227,60
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	11,12	n/a	n/a	11,49	n/a	n/a	11,67
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	61,76	n/a	n/a	63,86	n/a	n/a	64,81
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	201,43	n/a	n/a	208,26	n/a	n/a	211,39
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-	Módulo 1		-	Módulo 1		-
TOTAL MÓDULO 4				998,57			1.032,42			1.047,93

Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	2.998,90	n/a	n/a	3.113,79	n/a	n/a	3.151,70
B	Custos indiretos	Item 5-A	2,40%	71,97	Item 5-A	2,40%	74,73	Item 5-A	2,40%	75,64
Subtotal 5.1				3.070,87			3.188,52			3.227,34
C	Lucro	Subtotal 5.1	5,16%	158,45	Subtotal 5.1	5,16%	164,52	Subtotal 5.1	5,16%	166,53
Subtotal 5.2				3.229,32			3.353,04			3.393,87
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	5,65%	193,38	Faturamento	5,65%	200,79	Faturamento	5,65%	203,23
TOTAL MÓDULO 5				423,80			440,04			445,40

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1.444,83		1.493,82		1.516,22
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	488,46		520,51		520,51
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	67,04		67,04		67,04
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	998,57		1.032,42		1.047,93
Subtotal (=A+B+C+D)		2.998,90		3.113,79		3.151,70
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	423,80		440,04		445,40
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		3.422,70		3.553,83		3.597,10

Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ

Atenção! Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados deixarão de compor o valor do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)		Alíquota (%)	Valor (R\$)		Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	120,35		8,33%	124,43		8,33%	126,30
B	Férias	Módulo 1	8,33%	120,35		8,33%	124,43		8,33%	126,30
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	40,16		2,78%	41,52		2,78%	42,15
Subtotal 1				280,86			290,38			294,75
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	35,12%	98,63		35,12%	101,98		35,12%	103,51
E	Multa do FGTS sobre aviso prévio trabalhado	Módulo 1	3,82%	55,22		3,82%	57,09		3,82%	57,95
VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL				434,71			449,45			456,21

Legenda:

n/a = Não se aplica

5 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI's

Quadro 5.1-EPI's por demanda

Atenção! Observar as especificações do Termo de Referência: item 7.29 e Anexo III

Item	Especificação	Un. de Medida	Quantidade Mensal por Profis.	Quantidade Mensal Estimada	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)
1	Máscara	Pç.	10	130	01	0,75	1.170,00	97,50
2	Luva	Pç.	90	1.170	01	0,33	4.633,20	386,10
3	Gorro	Pç.	45	585	01	0,44	3.088,80	257,40
4	Óculos de Proteção	Pç.	1	13	06	3,64	94,64	7,88
5	Jaleco Descartável	Pç.	30	390	01	4,04	18.907,20	1.575,60
6	Máscara proteção facial tipo Face Shield	Pç.	2	26	06	11,99	623,48	51,95
7	Máscara de proteção facial hospitalar N95/PFF2 sem válvula de exalação	Pç.	4	52	01	7,00	4.368,00	364,00
SUB-TOTAL (soma dos itens 1 a 7)							32.885,32	2.740,43
CUSTOS INDIRETOS							3,00%	82,21
LUCRO							2,00%	56,45
TOTAL SEM TRIBUTOS								2.879,09
TRIBUTOS							5,65%	172,40
VALOR MENSAL ESTIMADO DE GASTOS COM EPI'S								3.051,49
VALOR ANUAL ESTIMADO DE CUSTOS COM EPI'S								36.617,88

6 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO

Quadro 6.1: ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO

Contrato Vigente

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO do Posto (A)	Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (%) (B)	Incidência Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (R\$) (C) = A x B	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (%) (F)	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (R\$) (G) = (A+C+E) x F	BASE DE CÁLCULO Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) (H) = A + C + E + G	ALÍQUOTA Aviso Prévio Trabalhado (1 / 30 * 7) ** (I)	VALOR Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) POR POSTO (J) = H x I	Quantidade Total de Profissionais (Postos x Empregados) (K)	Valor do Aviso Prévio Trabalhado A PAGAR Fim do contrato (L) = J x K
1	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	R\$ 1.444,83	35,12%	R\$ 507,42	Custos= 2,40% Lucro= 5,16% Tributos= 5,65%	R\$ 275,89	R\$ 2.228,14	23,33%	R\$ 519,90	13	R\$ 6.758,70
VALOR TOTAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO											R\$ 6.758,70

2ª Repactuação (Salário + Auxílio Alimentação)A partir de 1º/11/2021

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO do Posto (A)	Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (%) (B)	Incidência Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (R\$) (C) = A x B	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (%) (F)	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (R\$) (G) = (A+C+E) x F	BASE DE CÁLCULO Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) (H) = A + C + E + G	ALÍQUOTA Aviso Prévio Trabalhado (1 / 30 * 7) ** (I)	VALOR Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) POR POSTO (J) = H x I	Quantidade Total de Profissionais (Postos x Empregados) (K)	Valor do Aviso Prévio Trabalhado A PAGAR Fim do contrato (L) = J x K
0	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	R\$ 1.493,82	35,12%	R\$ 524,63	Custos= 2,40% Lucro= 5,16% Tributos= 5,65%	R\$ 285,25	R\$ 2.303,70	23,33%	R\$ 537,53	13	R\$ 6.987,89
VALOR TOTAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO											R\$ 6.987,89

2ª Repactuação (Adicional de Insalubridade)A partir de 1º/1/2022

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO do Posto (A)	Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (%) (B)	Incidência Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (R\$) (C) = A x B	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (%) (F)	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (R\$) (G) = (A+C+E) x F	BASE DE CÁLCULO Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) (H) = A + C + E + G	ALÍQUOTA Aviso Prévio Trabalhado (1 / 30 * 7) ** (I)	VALOR Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) POR POSTO (J) = H x I	Quantidade Total de Profissionais (Postos x Empregados) (K)	Valor do Aviso Prévio Trabalhado A PAGAR Fim do contrato (L) = J x K
0	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	R\$ 1.516,22	35,12%	R\$ 532,50	Custos= 2,40% Lucro= 5,16% Tributos= 5,65%	R\$ 289,53	R\$ 2.338,25	23,33%	R\$ 545,59	13	R\$ 7.092,68
VALOR TOTAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO											R\$ 7.092,68

Obs:

1) O TST somente indenizará a adjudicatária do valor correspondente ao aviso prévio trabalhado de fim de contrato, após a comprovação do pagamento dessa verba aos postos de trabalho;

2) O empenho do valor respectivo será solicitado no último ano de vigência do contrato, ou caso o contrato não venha a ser prorrogado;

3) * Aliquota definida conforme o seguinte cálculo: (1 remuneração / 30 x 7 dias = 0,2333 = 23,33 da remuneração mensal do posto.

7 - VALOR TOTAL

Quadro 7.1: VALOR MENSAL DOS POSTOS DE TRABALHO

		Contrato Vigente					2ª Repactuação (Salário + Auxílio Alimentação) A partir de 19/11/2021					2ª Repactuação (Adicional de Insalubridade) A partir de 19/1/2022				
Tipo de Serviço (A)	Posto de Trabalho (B)	Valor Proposto por Empregado (C)	Quant. de Empregados por Posto (D)	Valor Proposto por Posto (E=CxD)	Quantidade Mínima de Postos (F)	Valor Total do Serviço (G=ExF)	Valor Proposto por Empregado (C)	Quant. de Empregados por Posto (D)	Valor Proposto por Posto (E=CxD)	Quantidade Mínima de Postos (F)	Valor Total do Serviço (G=ExF)	Valor Proposto por Empregado (C)	Quant. de Empregados por Posto (D)	Valor Proposto por Posto (E=CxD)	Quantidade Mínima de Postos (F)	Valor Total do Serviço (G=ExF)
Auxiliar de Saúde Bucal	1) Auxiliar de Saúde Bucal	R\$ 3.422,70	1	R\$ 3.422,70	13	R\$ 44.495,10	R\$ 3.553,83	1	R\$ 3.553,83	13	R\$ 46.199,79	R\$ 3.597,10	1	R\$ 3.597,10	13	R\$ 46.762,30
VALOR MENSAL DOS POSTOS DE TRABALHO						R\$ 44.495,10					R\$ 46.199,79					R\$ 46.762,30

Quadro 7.2: VALOR MENSAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS

		Contrato Vigente	2ª Repactuação (Salário + Auxílio Alimentação) A partir de 19/11/2021	2ª Repactuação (Adicional de Insalubridade) A partir de 19/1/2022
Item	Descrição	Valor Total do Serviço	Valor Total do Serviço	Valor Total do Serviço
1	Valor mensal dos postos de trabalho	44.495,10	46.199,79	46.762,30
2	Valor mensal estimado de gastos com EP's	3.051,49	3.051,49	3.051,49
VALOR MENSAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS		47.546,59	49.251,28	49.813,79

Quadro 7.3: VALOR ANUAL DOS POSTOS DE TRABALHO

		Contrato Vigente	2ª Repactuação (Salário + Auxílio Alimentação) A partir de 19/11/2021	2ª Repactuação (Adicional de Insalubridade) A partir de 19/1/2022
Item	Descrição	Valor Total do Serviço	Valor Total do Serviço	Valor Total do Serviço
1	Valor anual dos postos de trabalho	44.495,10	46.199,79	46.762,30
2	Valor anual estimado de gastos com EP's	36.617,88	36.617,88	36.617,88
VALOR ANUAL DOS POSTOS DE TRABALHO		533.941,20	554.397,48	561.147,60

Quadro 7.4: VALOR ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS - SEM O CUSTO DO AVISO PRÉVIO

		Contrato Vigente	2ª Repactuação (Salário + Auxílio Alimentação) A partir de 19/11/2021	2ª Repactuação (Adicional de Insalubridade) A partir de 19/1/2022
Item	Descrição	Valor Total do Serviço	Valor Total do Serviço	Valor Total do Serviço
1	Valor anual dos postos de trabalho	44.495,10	46.199,79	46.762,30
2	Valor anual estimado de gastos com EP's	36.617,88	36.617,88	36.617,88
VALOR ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS - SEM O CUSTO DO AVISO PRÉVIO		570.559,08	591.015,36	597.755,48

Quadro 7.5: VALOR ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS - COM O CUSTO DO AVISO PRÉVIO

		Contrato Vigente		2ª Repactuação (Salário + Auxílio Alimentação) A partir de 19/11/2021		2ª Repactuação (Adicional de Insalubridade) A partir de 19/1/2022	
Descrição		Valor Total dos Serviços		Valor Total dos Serviços		Valor Total dos Serviços	
VALOR ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS - SEM O CUSTO DO AVISO PRÉVIO		RS	570.559,08	RS	591.015,36	RS	597.755,48
VALOR ESTIMADO PARA PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO *		RS	6.758,70	RS	6.987,89	RS	7.092,68
VALOR ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS - COM O CUSTO DO AVISO PRÉVIO		RS	577.317,78	RS	598.003,25	RS	604.858,16

Obs: O empenho para pagamento do Aviso Prévio Trabalhado "Fim de Contrato" será solicitado no último ano de vigência do contrato, ou caso não venha a ser prorrogado. Memória de cálculo planilha "6".



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ Nº 66/2020

Processo: 021866/2019
Contrato STJ Nº: 66/2020
Contratada: REAL JG FACILITIES EIRELI
Objeto: Contratação de serviço terceirizado de garçom, copeiro e cozinheiro, a ser prestado nas dependências do Superior Tribunal de Justiça-STJ, com fornecimento de insumos.

PLANILHA SINTÉTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores finais foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

QUADRO RESUMO

Reequilíbrio insumos (café e açúcar)
Vigência: a partir de 25/04/2022

Item nº 1 - Serviços Profissionais					
Categoria Profissional	Jornada de Trabalho	Quantidade		Valor (R\$)	
		Postos de Trabalho	Profissionais p/posto de Trabalho	Unitário	Mensal
Supervisor	44 h/sem.	3	1	8.466,78	25.400,34
Garçom	44 h/sem.	41	1	7.937,46	325.435,86
Copeiro	44 h/sem.	66	1	6.205,20	409.543,20
Cozinheiro	44 h/sem.	4	1	6.210,15	24.840,60
Valor Total do item nº. 1		114	4	28.819,59	785.220,00
Item nº 2 - Insumos sob demanda					
Descrição Resumida	Quant. Mensal Estimada (kg)	Custo Estimado (R\$)			Valor Estimado (R\$)
		Unitário	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Unitário Total	Mensal
Café em pó homogêneo, fornecido em pacotes com 500g, conforme descrição do Termo de Referência.	1667	25,50	3,50	29,00	48.343,00
Açúcar cristal, embalagem 5 kg, conforme descrição do Termo de Referência.	1950	2,46	0,34	2,80	5.460,00
Valor Total do item nº. 2	3.617	27,96	3,84	31,80	53.803,00
Total estimado da contratação (item nº 1 + item nº 2)					839.023,00

VALOR PRO RATA DO CONTRATO

Vigência: 1º/09/2020 a 30/04/2022

Período	Preço Mensal (R\$)	Total (R\$)
Setembro de 2020 - 30 dias.	731.388,73	731.388,73
Outubro de 2020 - 30 dias.	731.388,73	1.462.777,46
Novembro de 2020 - 30 dias.	731.388,73	2.194.166,19
Dezembro de 2020 - 30 dias.	731.388,73	2.925.554,92
Janeiro de 2021 - 30 dias.	758.777,06	3.684.331,98
Fevereiro de 2021 - 30 dias.	758.777,06	4.443.109,04
Março de 2021 - 30 dias.	758.777,06	5.201.886,10
Abril de 2021 - 30 dias.	758.777,06	5.960.663,16
Maio de 2021 - 30 dias.	758.777,06	6.719.440,22
Junho de 2021 - 30 dias.	754.192,77	7.473.632,99
Julho de 2021 - 30 dias.	754.192,77	8.227.825,76
Agosto de 2021 - 30 dias.	754.192,77	8.982.018,53
Setembro de 2021 - 30 dias.	754.192,77	9.736.211,30
Outubro de 2021 - 30 dias.	754.192,77	10.490.404,07
Novembro de 2021 - 30 dias.	754.192,77	11.244.596,84
Dezembro de 2021 - 30 dias.	754.192,77	11.998.789,61
Janeiro de 2022 - 30 dias.	808.918,86	12.807.708,47
Fevereiro de 2022 - 30 dias.	808.918,86	13.616.627,33
Março de 2022 - 30 dias.	808.918,86	14.425.546,19
Abril de 2022 - 30 dias.	814.939,69	15.240.485,88
VALOR PRO RATA DO CONTRATO		15.240.485,88



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

QUADRO RESUMO

Prorrogação de vigência com valores repactuados

Período: de 1º/05/2022 a 31/12/2023

Item nº 1 - Serviços Profissionais						
Categoria Profissional	Jornada de Trabalho	Quantidade		Valor (R\$)		
		Postos de Trabalho	Profissionais p/posto de Trabalho	Unitário	Mensal	20 Meses
Supervisor	44 h/sem.	3	1	8.466,78	25.400,34	508.006,80
Garçom	44 h/sem.	41	1	7.937,46	325.435,86	6.508.717,20
Copeiro	44 h/sem.	66	1	6.205,20	409.543,20	8.190.864,00
Cozinheiro	44 h/sem.	4	1	6.210,15	24.840,60	496.812,00
Valor Total do item nº. 1		114	4	28.819,59	785.220,00	15.704.400,00
Item nº 2 - Insumos sob demanda						
Descrição Resumida	Quant. Mensal Estimada (kg)	Custo Estimado (R\$)			Valor Estimado (R\$)	
		Unitário	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Unitário Total	Mensal	20 Meses
Café em pó homogêneo, fornecido em pacotes com 500g, conforme descrição do Termo de Referência.	1667	25,50	3,50	29,00	48.343,00	966.860,00
Açúcar cristal, embalagem 5 kg, conforme descrição do Termo de Referência.	1950	2,46	0,34	2,80	5.460,00	109.200,00
Valor Total do item nº. 2	3.617	27,96	3,84	31,80	53.803,00	1.076.060,00
Total estimado da contratação (item nº 1 + item nº 2)					839.023,00	16.780.460,00

GARANTIA CONTRATUAL COMPLEMENTAR

Vigência: 1º/05/2022 a 31/12/2023

Valor Vigente - 3º T.Apostilamento (R\$)	808.918,86
Valor Atualizado (R\$)	839.023,00
Garantia Complementar (R\$)	30.104,14



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SUPERVISOR

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020

Discriminação do Seviços (dados referente à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	20/07/2020	
B	Unidade de Medida	Posto	
C	Quantidade da unidade de medida	3	
D	Quantidade de empregados por unidade de medida	1	
E	Nº de meses de execução contratual	meses	
Identificação do Serviço			
		Repactuação, Ajuste SAT e Reajuste A partir de 1º/01/2022	
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra			
1	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	2.833,52	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	410105	
3	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SEAC-DF / SINDSERVIÇOS-DF	
4	Número do registro da convenção no MTE	DF000015/2022	
5	Data base da categoria	01/01/2022	
1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	3.871,42
Total da remuneração			3.871,42
2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte (valor da tarifa residência/STJ/residência x qtde. de dias trabalhados - 6% do salário base)		9,71
B	Auxílio Alimentação (valor unitário do auxílio previsto da CCT x qtde. de dias trabalhados)		836,00
Total de benefícios mensais e diários			845,71
3	Módulo 3 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)		41,33
B	Materiais depreciables (conforme memória de cálculo)		0,37
Total Insumos Diversos			41,70
4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	774,28
B	SESC	1,50%	58,07
C	SENAC	1,00%	38,71
D	INCRA	0,20%	7,74
E	Salário Educação	2,50%	96,79
F	FGTS	8,00%	309,71
G	Riscos Ambientais do Trabalho Ajustado (RAT Ajustado) - RAT (2%) x FAP 2021 (1,1607)	2,3214%	89,87
H	SEBRAE	0,60%	23,23
Total dos encargos previdenciários e FGTS			1.398,41
4.2	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	322,62
B	Adicional de Férias	2,78%	107,54
Subtotal			11,11% 430,16
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º salário e adicional de férias	4,01%	155,38
Total do 13º salário e adicional de férias			15,12% 585,54
4.3	Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A	Licença Maternidade	0,02%	0,77
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade	0,01%	0,28
Total do afastamento maternidade			0,03% 1,05
4.4	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,08%	3,10
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01%	0,25
C	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	3,44%	133,18
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,194%	7,53
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,07%	2,77
F	Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	0,006%	0,24
Total da provisão para rescisão			3,80% 147,06
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	Remuneração do profissional substituto do titular em férias	8,33%	322,62
B	Ausência por doença	0,28%	10,84
C	Licença paternidade	0,02%	0,81



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SUPERVISOR

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ Nº 66/2020

D	Ausências legais	0,14%	5,42
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	1,16
<i>Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição</i>		8,80%	340,85
H	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,71%	66,28
<i>Subtotal antes de incidência do Submódulo 4.1</i>		10,52%	407,12
I	Incidência do submódulo 4.1 sobre custo de reposição	3,80%	147,06
Total do custo de reposição do profissional ausente		14,31%	554,18
4	Módulo 4 - Quadro Resumo - Encargos Sociais e Trabalhistas	%	Valor (R\$)
4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	36,12%	1.398,41
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	15,12%	585,54
4.3	Afastamento Maternidade	0,03%	1,05
4.4	Custo de Rescisão	3,80%	147,06
4.5	Custo de Reposição do profissional Ausente	14,31%	554,18
Total dos encargos sociais trabalhistas		69,39%	2.686,24
5	Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucros e Tributos	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,45%	33,50
B	Lucro	0,19%	14,21
C	Tributos	11,50%	974,00
C.1	Tributos Federais	6,50%	518,55
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,50%	518,55
	Pis Não-Cumulativo	1,16%	92,48
	Cofins Não-Cumulativo	5,34%	426,06
C.2	Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%	398,65
Total dos custos indiretos e tributos		12,14%	1.021,71
Resumo do custo por empregado			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição Remuneração		3.871,42
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		845,71
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, equipamentos, materiais e outros)		41,70
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		2.686,24
Subtotal (A+B+C+D)			7.445,07
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.021,71
Valor total por empregado (R\$)			8.466,78
Valor total por posto (R\$)			25.400,34



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: GARÇOM

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ Nº 66/2020

Discriminação do Serviços (dados referente à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	20/07/2020	
B	Unidade de Medida	Posto	
C	Quantidade da unidade de medida	41	
D	Quantidade de empregados por unidade de medida	1	
E	Nº de meses de execução contratual	20 meses	
Identificação do Serviço			
		Repactuação, Ajuste SAT e Reajuste A partir de 1º/01/2022	
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra			
1	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	2.091,68	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	513405	
3	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SEAC-DF / SINDSERVIÇOS-DF	
4	Número do registro da convenção no MTE	DF000015/2022	
5	Data base da categoria	01/01/2022	
1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	3.583,85
Total da remuneração			3.583,85
2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte (valor da tarifa residência/STJ/residência x qtde. de dias trabalhados - 6% do salário base)		26,97
B	Auxílio Alimentação (valor unitário do auxílio previsto da CCT x qtde. de dias trabalhados)		836,00
Total de benefícios mensais e diários			862,97
3	Módulo 3 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)		45,73
B	Materiais depreciáveis (conforme memória de cálculo)		0,37
Total Insumos Diversos			46,10
4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	716,77
B	SESC	1,50%	53,76
C	SENAC	1,00%	35,84
D	INCRA	0,20%	7,17
E	Salário Educação	2,50%	89,60
F	FGTS	8,00%	286,71
G	Riscos Ambientais do Trabalho Ajustado (RAT Ajustado) - RAT (2%) x FAP 2021 (1,1607)	2,3214%	83,20
H	SEBRAE	0,60%	21,50
Total dos encargos previdenciários e FGTS			1.294,54
4.2	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	298,65
B	Adicional de Férias	2,78%	99,55
Subtotal			398,21
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º salário e adicional de férias	4,01%	143,84
Total do 13º salário e adicional de férias			542,04
4.3	Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A	Licença Maternidade	0,02%	0,72
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade	0,01%	0,26
Total do afastamento maternidade			0,98
4.4	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,08%	2,87
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01%	0,23
C	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	3,44%	123,28
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,194%	6,97
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,07%	2,56
F	Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	0,006%	0,22
Total da provisão para rescisão			136,14
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	Remuneração do profissional substituto do titular em férias	8,33%	298,65
B	Ausência por doença	0,28%	10,03
C	Licença paternidade	0,02%	0,75
D	Ausências legais	0,14%	5,02
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	1,08
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição			315,53
H	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,71%	61,35



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: GARÇOM

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020

Subtotal antes de incidência do Submódulo 4.1		10,52%	376,88
I	Incidência do submódulo 4.1 sobre custo de reposição	3,80%	136,13
Total do custo de reposição do profissional ausente		14,31%	513,02
4	Módulo 4 - Quadro Resumo - Encargos Sociais e Trabalhistas	%	Valor (R\$)
4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	36,12%	1.294,54
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	15,12%	542,04
4.3	Afastamento Maternidade	0,03%	0,98
4.4	Custo de Rescisão	3,80%	136,14
4.5	Custo de Reposição do profissional Ausente	14,31%	513,02
Total dos encargos sociais trabalhistas		69,39%	2.486,71
5	Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucros e Tributos	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,45%	31,41
B	Lucro	0,19%	13,32
C	Tributos	11,50%	913,11
C.1	Tributos Federais	6,50%	485,85
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,50%	485,85
	Pis Não-Cumulativo	1,16%	86,65
	Cofins Não-Cumulativo	5,34%	399,20
C.2	Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%	373,52
Total dos custos indiretos e tributos		12,14%	957,84
Resumo do custo por empregado			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição Remuneração		3.583,85
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		862,97
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, equipamentos, materiais e outros)		46,10
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		2.486,71
Subtotal (A+B+C+D)			6.979,62
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		957,84
Valor total por empregado (R\$)			7.937,46
Valor total por posto (R\$)			325.435,86



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: COPEIRO

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020

Discriminação do Serviços (dados referente à contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	20/07/2020
B	Unidade de Medida	Posto
C	Quantidade da unidade de medida	66
D	Quantidade de empregados por unidade de medida	1
E	Nº de meses de execução contratual	20 meses
Identificação do Serviço		
		Repactuação, Ajuste SAT e Reajuste A partir de 1º/01/2022
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	1.416,75
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	513425
3	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SEAC-DF / SINDSERVIÇOS-DF
4	Número do registro da convenção no MTE	DF000038/2021
5	Data base da categoria	01/01/2021
1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	2.656,23
Total da remuneração		2.656,23
2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (valor da tarifa residência/STJ/residência x qtde. de dias trabalhados - 6% do salário base)	82,63
B	Auxílio Alimentação (valor unitário do auxílio previsto da CCT x qtde. de dias trabalhados)	836,00
Total de benefícios mensais e diários		918,63
3	Módulo 3 - Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)	38,11
B	Materiais depreciables (conforme memória de cálculo)	0,37
Total Insumos Diversos		38,48
4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	531,25
B	SESC	39,84
C	SENAC	26,56
D	INCRA	5,31
E	Salário Educação	66,41
F	FGTS	212,50
G	Riscos Ambientais do Trabalho Ajustado (RAT Ajustado) - RAT (2%) x FAP 2021 (1,1607)	61,66
H	SEBRAE	15,94
Total dos encargos previdenciários e FGTS		959,47
4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º Salário	221,35
B	Adicional de Férias	73,78
Subtotal		295,14
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º salário e adicional de férias	106,61
Total do 13º salário e adicional de férias		401,74
4.3	Afastamento Maternidade	Valor (R\$)
A	Licença Maternidade	0,53
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade	0,19
Total do afastamento maternidade		0,72
4.4	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	2,12
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,17
C	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	91,37
D	Aviso Prévio Trabalhado	5,16
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,90
F	Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	0,17
Total da provisão para rescisão		100,90
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Remuneração do profissional substituto do titular em férias	221,35
B	Ausência por doença	7,44
C	Licença paternidade	0,55
D	Ausências legais	3,72
E	Ausência por acidente de trabalho	0,80
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		233,86
H	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	45,47
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		279,33



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: COPEIRO

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020

I	Incidência do submódulo 4.1 sobre custo de reposição	3,80%	100,90
Total do custo de reposição do profissional ausente		14,31%	380,23
4	Módulo 4 - Quadro Resumo - Encargos Sociais e Trabalhistas	%	Valor (R\$)
4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	36,12%	959,47
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	15,12%	401,74
4.3	Afastamento Maternidade	0,03%	0,72
4.4	Custo de Rescisão	3,80%	100,90
4.5	Custo de Reposição do profissional Ausente	14,31%	380,23
Total dos encargos sociais trabalhistas		69,39%	1.843,06
5	Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucros e Tributos	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,45%	24,55
B	Lucro	0,19%	10,41
C	Tributos	11,50%	713,83
C.1	Tributos Federais	6,50%	368,77
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,50%	368,77
	Pis Não-Cumulativo	1,16%	65,77
	Cofins Não-Cumulativo	5,34%	303,00
C.2	Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%	283,51
Total dos custos indiretos e tributos		12,14%	748,80
Resumo do custo por empregado			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição Remuneração		2.656,23
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		918,63
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, equipamentos, materiais e outros)		38,48
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		1.843,06
Subtotal (A+B+C+D)			5.456,40
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		748,80
Valor total por empregado (R\$)			6.205,20
Valor total por posto (R\$)			409.543,20



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: COZINHEIRO

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020

Discriminação do Serviços (dados referente à contratação)				
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	20/07/2020		
B	Unidade de Medida	Posto		
C	Quantidade da unidade de medida	4		
D	Quantidade de empregados por unidade de medida	1		
E	Nº de meses de execução contratual	20 meses		
Identificação do Serviço				
		Repactuação, Ajuste SAT e Reajuste A partir de 1º/01/2022		
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra				
1	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	2370,71		
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	513205		
3	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SEAC-DF / SINDSERVIÇOS-DF		
4	Número do registro da convenção no MTE	DF000038/2021		
5	Data base da categoria	01/01/2021		
1		%	Valor (R\$)	
A		100%	2.656,23	
Total da remuneração			2.656,23	
2		Valor (R\$)		
A		Transporte (valor da tarifa residência/STJ/residência x qtde. de dias trabalhados - 6% do salário base)		82,63
B		Auxílio Alimentação (valor unitário do auxílio previsto da CCT x qtde. de dias trabalhados)		836,00
Total de benefícios mensais e diários			918,63	
3		Valor (R\$)		
A		Uniformes (conforme memória de cálculo)		42,46
B		Materiais depreciáveis (conforme memória de cálculo)		0,37
Total Insumos Diversos			42,83	
4.1		%	Valor (R\$)	
A		20,00%	531,25	
B		1,50%	39,84	
C		1,00%	26,56	
D		0,20%	5,31	
E		2,50%	66,41	
F		8,00%	212,50	
G		2,3214%	61,66	
H		0,60%	15,94	
Total dos encargos previdenciários e FGTS		36,12%	959,47	
4.2		%	Valor (R\$)	
A		8,33%	221,35	
B		2,78%	73,78	
Subtotal		11,11%	295,14	
C		4,01%	106,61	
Total do 13º salário e adicional de férias		15,12%	401,74	
4.3		%	Valor (R\$)	
A		0,02%	0,53	
B		0,01%	0,19	
Total do afastamento maternidade		0,03%	0,72	
4.4		%	Valor (R\$)	
A		0,08%	2,12	
B		0,01%	0,17	
C		3,44%	91,37	
D		0,194%	5,16	
E		0,07%	1,90	
F		0,006%	0,17	
Total da provisão para rescisão		3,80%	100,90	
4.5		%	Valor (R\$)	
A		8,33%	221,35	
B		0,28%	7,44	
C		0,02%	0,55	
D		0,14%	3,72	
E		0,03%	0,80	
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		8,80%	233,86	
H		1,71%	45,47	
Subtotal antes de incidência do Submódulo 4.1		10,52%	279,33	



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: COZINHEIRO

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020

I	Incidência do submódulo 4.1 sobre custo de reposição	3,80%	100,90
Total do custo de reposição do profissional ausente		14,31%	380,23
4	Módulo 4 - Quadro Resumo - Encargos Sociais e Trabalhistas	%	Valor (R\$)
4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	36,12%	959,47
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	15,12%	401,74
4.3	Afastamento Maternidade	0,03%	0,72
4.4	Custo de Rescisão	3,80%	100,90
4.5	Custo de Reposição do profissional Ausente	14,31%	380,23
Total dos encargos sociais trabalhistas		69,39%	1.843,06
5	Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucros e Tributos	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,45%	24,57
B	Lucro	0,19%	10,42
C	Tributos	11,50%	714,40
C.1	Tributos Federais	6,50%	369,07
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,50%	369,07
	Pis Não-Cumulativo	1,16%	65,82
	Cofins Não-Cumulativo	5,34%	303,25
C.2	Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%	283,73
Total dos custos indiretos e tributos		12,14%	749,40
Resumo do custo por empregado			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição Remuneração		2.656,23
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		918,63
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, equipamentos, materiais e outros)		42,83
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		1.843,06
Subtotal (A+B+C+D)			5.460,75
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		749,40
Valor total por empregado (R\$)			6.210,15
Valor total por posto (R\$)			24.840,60



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DETALHAMENTO DO CUSTO DE VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020
Os valores foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891

DETALHAMENTO DO CUSTO DO VALE TRANSPORTE					
DESCREVER AQUI OS PROFISSIONAIS QUE OBEDECERÃO AS REGRAS DESTE QUADRO					
PERCURSO	CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE (A)		QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO (B)	TOTAL (C=AxB)	
Residência/Rodoviária	R\$	5,50	22	R\$	121,00
Rodoviária/Residência	R\$	5,50	22	R\$	121,00
Rodoviária/STJ	R\$	-	22	R\$	-
STJ/Rodoviária	R\$	-	22	R\$	-
TOTAL				R\$	242,00
POSTO DE TRABALHO	SALARIO BASE (A)	CUSTO DO VALE TRANSPORTE (B)	% de Desconto (C)	PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR (AxC=D)	CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE (E=B-D)
Supervisor	R\$ 3.652,28	R\$ 242,00	6%	R\$ 219,14	R\$ 22,86
Garçom	R\$ 3.380,99	R\$ 242,00	6%	R\$ 202,86	R\$ 39,14
Copeiro	R\$ 2.414,75	R\$ 242,00	6%	R\$ 144,88	R\$ 97,12
Cozinheiro	R\$ 2.414,75	R\$ 242,00	6%	R\$ 144,88	R\$ 97,12

DETALHAMENTO DO CUSTO DO VALE TRANSPORTE (a partir de 1º/01/2022)					
DESCREVER AQUI OS PROFISSIONAIS QUE OBEDECERÃO AS REGRAS DESTE QUADRO					
PERCURSO	CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE (A)		QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO (B)	TOTAL (C=AxB)	
Residência/Rodoviária	R\$	5,50	22	R\$	121,00
Rodoviária/Residência	R\$	5,50	22	R\$	121,00
Rodoviária/STJ	R\$	-	22	R\$	-
STJ/Rodoviária	R\$	-	22	R\$	-
TOTAL				R\$	242,00
POSTO DE TRABALHO	SALARIO BASE (A)	CUSTO DO VALE TRANSPORTE (B)	% de Desconto (C)	PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR (AxC=D)	CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE (E=B-D)
Supervisor	R\$ 3.871,42	R\$ 242,00	6%	R\$ 232,29	R\$ 9,71
Garçom	R\$ 3.583,85	R\$ 242,00	6%	R\$ 215,03	R\$ 26,97
Copeiro	R\$ 2.656,23	R\$ 242,00	6%	R\$ 159,37	R\$ 82,63
Cozinheiro	R\$ 2.656,23	R\$ 242,00	6%	R\$ 159,37	R\$ 82,63

DETALHAMENTO DO CUSTO DO VALE ALIMENTAÇÃO (a partir de 1º/01/2022)				
POSTO DE TRABALHO	CUSTO UNITÁRIO (A)	% de Participação do empregado (Somente se houver previsão na CCT)	QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO (B)	TOTAL (C=AxB)
Supervisor	R\$ 38,00	0%	22	R\$ 836,00
Garçom	R\$ 38,00	0%	22	R\$ 836,00
Copeiro	R\$ 38,00	0%	22	R\$ 836,00
Cozinheiro	R\$ 38,00	0%	22	R\$ 836,00

DETALHAMENTO DO CUSTO DO UNIFORME PARA 20 MESES - A partir de 01/01/2022 - Reajuste de 8,76%			
PROFISSIONAL: SUPERVISOR - SEXO MASCULINO			
UNIFORME (DESCRIÇÃO)	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
CAMISA: tipo social, manga longa, de primeira qualidade, um bolso, cor branca, tamanho sob medida;	10	R\$ 21,75	R\$ 217,52
CALÇA: modelo social, com dois bolsos frontais embutidos, tipo faca, e dois traseiros, com forro, fechamento com zíper, na cor preta, com passadores para cinto;	10	R\$ 21,75	R\$ 217,52
PALETÓ: manga longa, social, gola lisa inteira, bolso com lapela, na cor preta;	4	R\$ 54,38	R\$ 217,52
GRAVATA: modelo social, estampa lisa, sem nó permanente, modelo tradicional, cor preta (apenas aos profissionais do sexo masculino);	4	R\$ 10,88	R\$ 43,50
PARES DE SAPATOS: calçado masculino, tipo social, material couro, cor preta, tamanho sob medida, solado em borracha antiderrapante, resistente a escorregamentos;	4	R\$ 38,07	R\$ 152,26
CUSTO TOTAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 848,33
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 42,42
PROFISSIONAL: SUPERVISOR - SEXO FEMININO			
UNIFORME (DESCRIÇÃO)	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DETALHAMENTO DO CUSTO DE VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020
Os valores foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891

BLUSA: tipo social, manga longa, de primeira qualidade, um bolso, cor branca, tamanho sob medida;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
CALÇA: modelo social, com dois bolsos frontais embutidos, tipo faca, e dois traseiros, com forro, fechamento com zíper, na cor preta, com passadores para cinto;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
BLAZER: modelo feminino, manga longa, social, gola lisa inteira, bolso com lapela, cor preta;	4	R\$	54,38	R\$	217,52
PARES DE SAPATOS: calçado feminino, tipo social, fechado, solado de borracha antiderrapante, resistente a escorregamentos, com absorção de energia na região do salto, proteção aos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes, tamanho sob medida, cor preta.	4	R\$	38,07	R\$	152,26
CUSTO TOTAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	804,82
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	40,24
CUSTO MÉDIO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	41,33
PROFISSIONAL: GARÇOM - SEXO MASCULINO					
UNIFORME (DESCRIÇÃO)	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO		CUSTO TOTAL	
CAMISA: tipo social, manga longa, de primeira qualidade, um bolso, cor branca, tamanho sob medida;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
CALÇA: modelo social, com dois bolsos frontais embutidos, tipo faca, e dois traseiros, com forro, fechamento com zíper, na cor preta, com passadores para cinto;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
PALETÓ: manga longa, social, gola lisa inteira, bolso com lapela, na cor preta;	4	R\$	54,38	R\$	217,52
GRAVATA BORBOLETA: modelo borboleta, lisa, em tecido acetinado de primeira qualidade, cor preta;	4	R\$	10,88	R\$	43,50
PARES DE SAPATOS: calçado masculino, tipo social, material couro, cor preta, tamanho sob medida, solado em borracha antiderrapante, resistente a escorregamentos;	4	R\$	38,07	R\$	152,26
CUSTO TOTAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	848,33
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	42,42
PROFISSIONAL: GARÇOM - SEXO FEMININO					
UNIFORME (DESCRIÇÃO)	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO		CUSTO TOTAL	
CALÇA: modelo social, com dois bolsos frontais embutidos, tipo faca, e dois traseiros, com forro, fechamento com zíper, na cor preta, com passadores para cinto;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
SAIA: modelo social, sem bolso, em tecido liso, tamanho sob medida, cor preta;	10	R\$	10,88	R\$	108,76
BLUSA SOCIAL: manga curta (feminino) de primeira qualidade, um bolso, cor branca, tamanho sob medida.	10	R\$	21,75	R\$	217,52
BLAZER: modelo feminino, manga longa, social, gola lisa inteira, bolso com lapela, cor preta;	4	R\$	54,38	R\$	217,52
TOUCA: em tecido, lavável, com rede/tela para os cabelos, acabamento em elástico forrado, na cor preta, aplicação cozinha industrial;	10	R\$	6,70	R\$	67,00
PARES DE SAPATOS: calçado feminino, tipo social, fechado, solado de borracha antiderrapante, resistente a escorregamentos, com absorção de energia na região do salto, proteção aos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes, tamanho sob medida, cor preta.	4	R\$	38,07	R\$	152,26
CUSTO TOTAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	980,58
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	49,03
CUSTO MÉDIO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	45,73
PROFISSIONAL: COPEIRO - SEXO MASCULINO					
UNIFORME (DESCRIÇÃO)	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO		CUSTO TOTAL	
CAMISA: tipo social, manga curta, de primeira qualidade, um bolso, cor branca, tamanho sob medida;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
CALÇA: modelo social, com dois bolsos frontais embutidos, tipo faca, e dois traseiros, com forro, fechamento com zíper, na cor preta, com passadores para cinto;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
AVENTAL: modelo unissex confeccionado em material tipo courvin, tamanho sob medida, cor preta, com tiras de amarrar fixas, aplicação cozinha industrial;	4	R\$	10,88	R\$	43,50
JALECO: unissex, tecido em brim 100% algodão, tipo longo, cor branca, com colarinho simples, mangas curtas, abotoamento, com três bolsos: dois, na parte inferior, e um, na parte superior esquerda;	4	R\$	21,75	R\$	87,01
PARES DE SAPATOS: calçado masculino, tipo social, material couro, cor preta, tamanho sob medida, solado em borracha antiderrapante, resistente a escorregamentos;	4	R\$	38,07	R\$	152,26
CUSTO TOTAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	717,82
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	35,89
PROFISSIONAL: COPEIRO - SEXO FEMININO					
UNIFORME (DESCRIÇÃO)	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO		CUSTO TOTAL	



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DETALHAMENTO DO CUSTO DE VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020

Os valores foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891

CALÇA: modelo social, com dois bolsos frontais embutidos, tipo faca, e dois traseiros, com forro, fechamento com zíper, na cor preta, com passadores para cinto;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
SAIA: modelo social, sem bolso, em tecido liso, tamanho sob medida, cor preta;	10	R\$	10,88	R\$	108,76
BLUSA SOCIAL: manga curta de primeira qualidade, um bolso, cor branca, tamanho sob medida.	10	R\$	21,75	R\$	217,52
AVENTAL: modelo unissex confeccionado em material tipo courvin, tamanho sob medida, cor preta, com tiras de amarrar fixas, aplicação cozinha industrial;	4	R\$	10,88	R\$	43,50
TOUCA: em tecido, lavável, com rede/tela para os cabelos, acabamento em elástico forrado, na cor preta, aplicação cozinha industrial;	10	R\$	6,70	R\$	67,00
PARES DE SAPATOS: calçado feminino, tipo social, fechado, solado de borracha antiderrapante, resistente a escorregamentos, com absorção de energia na região do salto, proteção aos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes, tamanho sob medida, cor preta.	4	R\$	38,07	R\$	152,26
CUSTO TOTAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	806,56
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	40,33
CUSTO MÉDIO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	38,11
PROFISSIONAL: COZINHEIRO - SEXO MASCULINO					
UNIFORME (DESCRIÇÃO)	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO		CUSTO TOTAL	
CAMISA: tipo social, manga curta, de primeira qualidade, um bolso, cor branca, tamanho sob medida;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
CALÇA: modelo social, com dois bolsos frontais embutidos, tipo faca, e dois traseiros, com forro, fechamento com zíper, na cor preta, com passadores para cinto;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
AVENTAL: modelo unissex confeccionado em material tipo courvin, tamanho sob medida, cor preta, com tiras de amarrar fixas, aplicação cozinha industrial;	4	R\$	10,88	R\$	43,50
JALECO: unissex, tecido em brim 100% algodão, tipo longo, cor branca, com colarinho simples, mangas curtas, abotoamento, com três bolsos: dois, na parte inferior, e um, na parte superior esquerda;	6	R\$	21,75	R\$	130,51
PARES DE SAPATOS: calçado masculino, tipo social, material couro, cor preta, tamanho sob medida, solado em borracha antiderrapante, resistente a escorregamentos;	4	R\$	38,07	R\$	152,26
CUSTO TOTAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	761,32
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	38,07
PROFISSIONAL: COZINHEIRO - SEXO FEMININO					
UNIFORME (DESCRIÇÃO)	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO		CUSTO TOTAL	
CALÇA: modelo social, com dois bolsos frontais embutidos, tipo faca, e dois traseiros, com forro, fechamento com zíper, na cor preta, com passadores para cinto;	10	R\$	21,75	R\$	217,52
SAIA: modelo social, sem bolso, em tecido liso, tamanho sob medida, cor preta;	10	R\$	10,88	R\$	108,76
BLUSA SOCIAL: manga curta de primeira qualidade, um bolso, cor branca, tamanho sob medida.	10	R\$	21,75	R\$	217,52
JALECO: unissex, tecido em brim 100% algodão, tipo longo, cor branca, com colarinho simples, mangas curtas, abotoamento, com três bolsos: dois, na parte inferior, e um, na parte superior esquerda;	6	R\$	21,75	R\$	130,51
AVENTAL: modelo unissex confeccionado em material tipo courvin, tamanho sob medida, cor preta, com tiras de amarrar fixas, aplicação cozinha industrial;	4	R\$	10,88	R\$	43,50
TOUCA: em tecido, lavável, com rede/tela para os cabelos, acabamento em elástico forrado, na cor preta, aplicação cozinha industrial;	10	R\$	6,70	R\$	67,00
PARES DE SAPATOS: calçado feminino, tipo social, fechado, solado de borracha antiderrapante, resistente a escorregamentos, com absorção de energia na região do salto, proteção aos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes, tamanho sob medida, cor preta.	4	R\$	38,07	R\$	152,26
CUSTO TOTAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	937,08
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	46,85
CUSTO MÉDIO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				R\$	42,46

DETALHAMENTO DOS INSUMOS PAGOS POR FATO GERADOR - INSUMOS - REEQUILÍBRIO (A PARTIR DE 25/04/2022)				
3	Módulo 3 - Insumos Diversos		Café (1 kg)	Açúcar (1 kg)
B	Insumos	R\$	25,50	R\$ 2,46
5	Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucros e Tributos	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,45%	0,11	0,01
B	Lucro	0,19%	0,05	0,00
C	Tributos	11,50%	3,34	0,32
C.1	Tributos Federais	6,50%	1,66	0,16



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DETALHAMENTO DO CUSTO DE VALE TRANSPORTE, VALE ALIMENTAÇÃO, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020

Os valores foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891

	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,50%		
C.3	CPRB - Não optante	0,00%	0,00	0,00
C.4	Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%	0,00	0,00
Total dos custos indiretos e tributos		12,14%	3,50	0,34
Resumo do Custo dos Insumos				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Módulo 3 - Insumos Diversos		25,50	2,46
B	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		3,50	0,34
Valor total dos insumos a serem pagos por fato gerador			29,00	2,80

DETALHAMENTO DO CUSTO MATERIAIS NÃO DEPRECIÁVEIS				
1 - DESCRIÇÃO	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	
-	0	R\$ -	R\$ -	-
-	0	R\$ -	R\$ -	-
-	0	R\$ -	R\$ -	-
-	0	R\$ -	R\$ -	-
-	0	R\$ -	R\$ -	-
-	0	R\$ -	R\$ -	-
-	0	R\$ -	R\$ -	-
-	0	R\$ -	R\$ -	-
CUSTO TOTAL DOS MATERIAIS NÃO DEPRECIÁVEIS			R\$	-
Número Total de Profissionais				0
CUSTO MENSAL POR PROFISSIONAL A SER APORTADO EM CADA PLANILHA ANALÍTICA			R\$	-

DETALHAMENTO DO CUSTO MATERIAIS DEPRECIÁVEIS					
1 - DESCRIÇÃO	Quant. Estimada	Valor Unitário	Valor Residual	Vida útil em anos	Depreciação Mensal
Máquina de Lavar e Secar	1	R\$ 5.699,00	10%	10	R\$ 42,74
CUSTO TOTAL DOS EQUIPAMENTOS A PARTIR DA DEPRECIÇÃO MENSAL					R\$ 42,74
Número Total de Profissionais					114
CUSTO MENSAL POR PROFISSIONAL A SER APORTADO EM CADA PLANILHA ANALÍTICA					R\$ 0,37

OBS: VALORES UNITÁRIOS DE CAFÉ E AÇÚCAR FORAM CONVERTIDOS PARA "KG" EM RELAÇÃO AO VALOR DA PESQUISA DE PREÇO.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA AUXILIAR DO CUSTO ANUAL DO PROFISSIONAL SUBSTITUTO DO TITULAR EM FÉRIAS

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N° 66/2020

Os valores foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Vigência: a partir de 1º/01/2022 - Repactuação e Atualização SAT

Item	Detalhamento da Rubrica na Planilha de Custos	Posto 1		Posto 2		Posto 3		Posto 4	
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Remuneração do profissional substituto	8,33%	322,62	8,33%	298,65	8,33%	221,35	8,33%	221,35
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição	1,62%	59,18	1,62%	54,78	1,62%	39,13	1,62%	39,13
<i>Subtotal antes de incidência do Submódulo 4.1</i>		9,95%	381,80	9,95%	353,44	9,95%	260,48	9,95%	260,48
H	Incidência do submódulo 4.1 sobre custo de reposição	3,60%	131,31	3,60%	121,56	3,60%	86,82	3,60%	86,82
Total do custo mensal de reposição do profissional ausente em férias		23,50%	513,11	23,50%	475,00	23,50%	347,30	23,50%	347,30
Total do custo ANUAL de reposição do profissional ausente em férias			6.157,36		5.699,99		4.167,60		4.167,60

2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	
A	Transporte	9,71		26,97		82,63		82,63	
B	Auxílio Alimentação	836,00		836,00		836,00		836,00	
Total de benefícios mensais e diários		845,71		862,97		918,63		918,63	

5	Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucros e Tributos	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	0,45%	31,51	0,45%	29,53	0,45%	22,89	0,45%	22,89
B	Lucro	0,19%	13,37	0,19%	12,53	0,19%	9,71	0,19%	9,71
C	Tributos	11,50%	916,18	11,50%	858,60	11,50%	665,41	11,50%	665,41
C.1	Tributos Federais	6,50%	497,36	6,50%	465,97	6,50%	354,20	6,50%	354,20
C.1.1.	Pis/Cofins: Regime Não-Cumulativo	6,50%	497,36	6,50%	465,97	6,50%	354,20	6,50%	354,20
	Pis Não-Cumulativo	1,16%	88,70	1,16%	83,10	1,16%	63,17	1,16%	63,17
	Cofins Não-Cumulativo	5,34%	408,65	5,34%	382,87	5,34%	291,03	5,34%	291,03
C.1.2.	CPRB - Não optante	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
C.3	Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%	382,36	5,00%	358,23	5,00%	272,30	5,00%	272,30
C.4	Outros tributos (especificar)	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Total dos custos indiretos e tributos			961,06		900,66		698,00		698,00

CUSTO TOTAL DO FUNCIONÁRIO SUBSTITUTO

Resumo do custo por empregado substituto do titular em férias

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)	
A Módulo 1 - Composição Remuneração * 12 (Anual)	6.157,36		5.699,99		4.167,60		4.167,60	
B Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	845,71		862,97		918,63		918,63	
Subtotal (A+B)	7.003,07		6.562,96		5.086,23		5.086,23	
E Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	961,06		900,66		698,00		698,00	
Valor total ANUAL por empregado substituto do titular em férias (R\$)	7.964,13		7.463,62		5.784,23		5.784,23	

Legenda:

Postos de trabalho

Outubro de 2021 - 30 dias.
 Novembro de 2021 - 30 dias.
 Dezembro de 2021 - 30 dias.
 Janeiro de 2022 - 30 dias.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA AUXILIAR DAS RETENÇÕES EM CONTA VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

PROCESSO STJ N. 021866/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO STJ N. 074/2020 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ Nº 66/2020

Os valores finais foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Vigência: A partir de 1º/01/2022

Item	Descrição	Retenções							
		Posto 1		Posto 2		Posto 3		Posto 4	
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
1	Salário Base + Adicionais (remuneração)		3.871,42		3.583,85		2.656,23		2.656,23
2	Férias (sobre remuneração)	8,33%	322,62	8,33%	298,65	8,33%	221,35	8,33%	73,78
3	Abono de férias (sobre a remuneração)	2,78%	107,54	2,78%	99,55	2,78%	73,78	2,78%	221,35
4	13º Salário (sobre remuneração)	8,33%	322,62	8,33%	298,65	8,33%	221,35	8,33%	516,49
5	Subtotal das provisões	19,44%	752,78	19,44%	696,86	19,44%	516,49	19,44%	811,62
6	Incidência do submódulo 4.1 (sobre a remuneração)	7,02%	271,77	7,02%	251,59	7,02%	186,47	7,02%	91,37
7	Indenização - Rescisões sem justa causa - Multa do FGTS (sobre remuneração)	3,44%	133,18	3,44%	123,28	3,44%	91,37	3,44%	794,33
8	VALOR DA RETENÇÃO MENSAL POR PROFISSIONAL	29,90%	1.157,73	29,90%	1.071,73	29,90%	794,33	29,90%	1.697,33
9	Quantidade de profissionais por posto		1		1		1		1
10	VALOR DA RETENÇÃO MENSAL POR POSTO		1.157,73		1.071,73		794,33		1.697,33
11	Valor da Retenção Diária Por Posto		38,59		35,72		26,48		56,58
12	Quantidade dos postos de trabalho		3		41		66		4
13	VALOR DA RETENÇÃO MENSAL		3.473,19		43.940,93		52.425,78		6.789,32

14	VALOR TOTAL DA RETENÇÃO MENSAL
	106.629,22

Legenda:

Postos de trabalho

Supervisor
Garçom
Copeiro
Cozinheiro



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO X DO PREGÃO ELETRÔNICO STJ n. 074/2020

DECLARAÇÃO PÚBLICA PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA DE PIS E COFINS

Apuração do Percentual Médio Efetivo de Recolhimento do PIS referente aos 12 últimos meses:

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	(A)	(B)	(C)	(D = B - C)	(E = D / A)
junho-20	R\$ 39.065.238,04	R\$ 644.576,43	R\$ 133.704,56	510.871,87	1,31%
julho-20	R\$ 39.475.983,23	R\$ 651.353,72	R\$ 162.194,81	489.158,91	1,24%
agosto-20	R\$ 37.711.191,63	R\$ 622.234,66	R\$ 152.863,50	469.371,16	1,24%
setembro-20	R\$ 36.737.790,87	R\$ 606.173,55	R\$ 212.398,99	393.774,56	1,07%
outubro-20	R\$ 35.950.448,89	R\$ 593.182,41	R\$ 136.019,33	457.163,08	1,27%
novembro-20	R\$ 38.048.512,26	R\$ 627.800,45	R\$ 146.723,14	481.077,31	1,26%
dezembro-20	R\$ 46.076.186,56	R\$ 760.257,08	R\$ 221.545,54	538.711,54	1,17%
janeiro-21	R\$ 30.870.290,30	R\$ 275.021,41	R\$ 166.312,82	108.708,59	0,35%
fevereiro-21	R\$ 36.899.223,34	R\$ 455.286,07	R\$ 129.577,99	325.708,08	0,88%
março-21	R\$ 41.171.654,90	R\$ 605.375,48	R\$ 160.257,53	445.117,95	1,08%
abril-21	R\$ 39.879.216,72	R\$ 794.017,05	R\$ 129.373,10	664.643,95	1,67%
maio-21	R\$ 38.290.372,66	R\$ 658.126,81	R\$ 134.306,46	523.820,35	1,37%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,16%

Apuração do Percentual Médio Efetivo de Recolhimento do COFINS referente aos 12 últimos meses

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	(A)	(B)	(C)	(D = B - C)	(E = D / A)
junho-20	R\$ 39.065.238,04	R\$ 2.968.958,09	R\$ 615.851,31	2.353.106,78	6,02%
julho-20	R\$ 39.475.983,23	R\$ 3.000.174,73	R\$ 747.079,12	2.253.095,61	5,71%
agosto-20	R\$ 37.711.191,63	R\$ 2.866.050,56	R\$ 704.098,56	2.161.952,00	5,73%
setembro-20	R\$ 36.737.790,87	R\$ 2.792.072,11	R\$ 978.322,64	1.813.749,47	4,94%
outubro-20	R\$ 35.950.448,89	R\$ 2.732.234,12	R\$ 626.513,27	2.105.720,85	5,86%
novembro-20	R\$ 38.048.512,26	R\$ 2.891.686,93	R\$ 675.815,67	2.215.871,26	5,82%
dezembro-20	R\$ 46.076.186,56	R\$ 3.501.790,18	R\$ 1.020.452,19	2.481.337,99	5,39%
janeiro-21	R\$ 30.870.290,30	R\$ 1.266.765,25	R\$ 766.046,92	500.718,33	1,62%
fevereiro-21	R\$ 36.899.223,34	R\$ 2.097.075,22	R\$ 596.844,06	1.500.231,16	4,07%
março-21	R\$ 41.171.654,90	R\$ 2.791.156,26	R\$ 738.155,89	2.053.000,37	4,99%
abril-21	R\$ 39.879.216,72	R\$ 3.658.249,59	R\$ 595.900,35	3.062.349,24	7,68%
maio-21	R\$ 38.290.372,66	R\$ 3.033.184,59	R\$ 618.623,68	2.414.560,91	6,31%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					5,34%

segunda-feira, 25 de abril de 2022



SENADO FEDERAL

QUARTO TERMO ADITIVO

ao Contrato nº **0081/2020**, celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, e a **J MACEDO PEREIRA**, que tem por objeto a prestação de serviços continuados de agente de portaria nas dependências dos Blocos “C”, “G” (edificação conjugada) e “D” da SQS 309 (residências oficiais) do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 12 (doze) meses consecutivos.

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **J MACEDO PEREIRA**, neste ato representada pela Sra. JOILMA MACEDO PEREIRA, tendo em vista a solicitação da CONTRATADA, documento nº 00100.052135/2022-46, a manifestação da Gestão, documento nº 00100.052173/2022-07, a Conferência de Cálculo nº 079/2022 - SAFIN, documento nº 00100.063179/2022-00, o Parecer nº 565/2022 - ADVOSF, documento nº 00100.079677/2022-66, a autorização Senhor Diretor-Executivo de Contratações, documento nº 00100.088403/2022-68 e as demais informações contidas no processo nº 00200.008809/2022-47, resolvem aditar o **Contrato nº 0081/2020**, com base na sua Cláusula Sétima, no Ato da Diretora-Geral nº 9/2015, no anexo V - Política de Contratações do Senado Federal, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, na Lei nº 8.666/93, e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os preços unitários dos itens do Módulo 3 (Insumos Diversos) e Módulo 5 (Taxa Administrativa e Lucro) do Contrato nº 0081/2020 ficam reajustados em **9,85259%**, correspondente à variação do INPC/IBGE entre julho de 2020 (mês da assinatura do contrato) a julho de 2021 (mês do primeiro aniversário do contrato), com vigência a partir de 27 de julho de 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em conformidade com o presente caput, o valor mensal atualizado do Contrato nº 0081/2020 fica reajustado em **0,14359%**, passando de R\$ 41.869,98 para **R\$ 41.930,10** (quarenta e um mil, novecentos e trinta reais e dez centavos) e o valor anual atualizado passa a ser de **R\$ 503.161,20** (quinhentos e três mil, cento e sessenta e um reais e vinte centavos), conforme a planilha em anexo “Resumo geral dos aditamentos contratuais”.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor global anual do Contrato nº 0081/2020 fica repactuado em **9,08827%**, correspondente ao acordado na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2022, celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Tercerizáveis do Distrito Federal (SEAC/DF) e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Tercerizáveis do Distrito Federal (SINDISERVIÇOS/DF), **com vigência de 1º de janeiro de 2022**, na seguinte forma:

- I. Para os itens do Módulo I – “Composição da remuneração” da mão de obra:
 - a) Aplicação do Piso Salarial de R\$ 1.543,91 (um mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos) para todas as categorias, nos termos da Cláusula Terceira da CCT;
 - b) Atualização do valor unitário do item “auxílio-alimentação” para **R\$ 38,00** (trinta e oito reais), nos termos da Cláusula Décima Quarta da CCT;
- II. Para os componentes “Taxa de Administração”, “Lucro” e “Insumos Diversos”, serão aplicados os ditames dos §§ 1º e 2º da Cláusula Sétima do contrato, permanecendo os preços inalterados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em conformidade com o presente *caput* e os incisos I e II, o valor mensal do Contrato nº 0081/2020, passará de R\$ 41.930,10 para **R\$ 45.740,82** (quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos) e o valor anual passa a ser de **R\$ 548.889,84** (quinhentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), conforme planilha anexas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Qualquer crédito financeiro em favor da contratada decorrente da alteração prevista na presente cláusula ficará condicionado à comprovação da realização da respectiva despesa nos termos contratuais, com devido faturamento por meio de documento legalmente apropriado.

CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho Resumido PTRES 167456, Naturezas de Despesa 339037 e 339092, tendo sido emitidas as Notas de Empenho nº 2022NE000733, de 09 de fevereiro de 2022, nº 2022NE001420, de 13 de abril de 2022 e nº 2022NE002624, de 04 de agosto de 2022.



CLÁUSULA QUARTA

A CONTRATADA deverá complementar a garantia, visando mantê-la no percentual de 2% (dois por cento) do valor global do presente contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da via assinada deste instrumento, a fim de atender ao aditamento, em conformidade com a **Cláusula Décima - Da Garantia**, do contrato original c/c art. 56 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do contrato original, e de todos os termos já autorizados, não expressamente alteradas por este termo.

Assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, _____ de _____ de 2022.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

JOILMA MACEDO
PEREIRA:94906467172

Assinado de forma digital por JOILMA
MACEDO PEREIRA:94906467172
Dados: 2022.08.09 08:59:54 -03'00'

JOILMA MACEDO PEREIRA
J MACEDO PEREIRA

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC

Empresa: J MACEDO PEREIRA
 Processo Repactuação: 00200.008809/2022-47
 CNPJ: 10.653.264/0001-06
 Pregão Eletrônico: 64/2020
 Contrato: 0081/2020
 Data da Proposta: 29/06/2020
 Assinatura: 27/07/2020
 Início Vigência Original 27/07/2020
 Fim Vigência Original 26/07/2021
 Valor Anual Global do Contrato: R\$ 489.926,16

DADOS DO CONTRATO ATUAL

Valor Anual Global: **R\$ 502.439,76**
 Início Período Vigente 27/07/2021
 Final Período Vigente 26/07/2022

HISTÓRICO DO CONTRATO

Histórico contido no documento do GESCON nº 00100.055123/2022-73.

PROCESSAMENTO DO ADITIVO

<u>1ª Instrução (REAJUSTE DE PREÇOS)</u>
--

Reajuste de preços dos itens "Insumos Diversos", "Taxa de Administração" e "Lucro", pela variação do INPC/IBGE de julho/2020 (mês da assinatura do contrato) a julho/2021 (mês do primeiro aniversário do contrato), **vigência a partir de 27 de julho de 2021, conforme resguardado no Parágrafo Terceiro da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n. 081/2020.**

Cálculo do 1º reajuste de preços

Período: julho/2020 a julho/2021		Números-índice (INPC/IBGE)
Data inicial = Mês da assinatura do contrato	jul/20	5.493,48
Data final = Mês do primeiro aniversário do contrato	jul/21	6.034,73
Índice do Reajuste (INPC/IBGE)		9,85259%

Obs: Este Serviço anexou o documento nº 055127/2022-51, em que apresenta o relatório com demonstrativo dos números-índices (INPC/IBGE) para o intervalo em destaque.

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/tabelas>

2ª Instrução (REPACTUAÇÃO DE PREÇOS)

Dados da CCT: 2022/2022

Sindicatos SEAC/DF x SINDISERVIÇOS/DF

Vigência da CCT 1º/01/2022 a 31/12/2022

Registro M.T.E. DF000015/2022

19/01/2022

Pedido da Empresa (Doc. nº 052135/2022-46)	Embasamento	Análise da proposição	Impacto nas planilhas por categoria
Reajuste do valor da mão de obra (Salários) pelo PISO de R\$ 1.543,91.	Cláusula Terceira da CCT e Cláusula Sétima do Contrato nº 0081/2020	Procedente, pois está devidamente previsto na CCT e no Contrato nº 0081/2020, celebrado com o Senado.	Alterações nos salários das categorias contratadas.
Reajuste do valor de face do item "Vale Alimentação" para R\$ 38,00	Cláusula Décima Quarta da CCT e Cláusula Sétima do Contrato nº 0081/2020		Alteração nos valores dos itens do MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS, da planilha de custos.

Obs. 1: Este Serviço entende que em defesa do interesse público, antes do respectivo desembolso destas despesas pela Administração, deverá ocorrer a comprovação da concessão destes benefícios às categorias contratadas (comprovação nas "faturas mensais" - folha de pagamento). O mesmo tratamento deverá ocorrer com as "novas despesas" que forem acordadas em dissídios coletivos de trabalho (CCT ou ACT) e, que sejam motivo de solicitação de ressarcimento durante a execução contratual. E, por fim, que é dever da gestão contratual a aplicação "glosas" nos valores (custos contratuais) que forem autorizados pela administração, sem a devida comprovação da despesa (ressarcimento).

Obs. 2: Este SIRC aclara que perante exercício do direito disponível em repactuar da contratada, a ADVOSF apresentou o Parecer nº 066/2022 (documento nº 009248/2022-21, de 31/01/2022), em que assevera a preponderância dos termos dos requerimentos, perante os demais documentos autuados tempestivamente para o atesto da gestão contratual, e posterior encaminhamento à SADCON.

Obs. 3: Com o intuito de corroborar com o entendimento da tempestividade do direito disponível em repactuar os contratos de terceirização celebrados pelo SENADO FEDERAL, o Órgão Jurídico da Casa apresentou o Parecer nº 961/2021 (documento nº 129323/2021-99, de 08 de dezembro de 2021), em que destacou a interpretação da redação das cláusulas de prorrogação dos aditivos celebrados pela Casa, estabelecendo por princípio o sentido jurídico (compreensão) da matéria. Na oportunidade ratificou ainda a conclusão contida no pretérito Parecer nº 803/2021 – ADVOSF.

Obs. 4: A DIRECON/DGER já se manifestou no sentido de que a existência de certidão irregular em nome da contratada não é óbice para o deferimento de instrução de repactuação e reajuste de preços, consoante entendimento do TCU e do STJ, de acordo com o elucidado no Despacho nº 045/2015-DGERAD, documento nº 010344/2021-31.

Empresa: J MACEDO PEREIRA
Contrato: 0081/2020

RESUMO GERAL DO ADITAMENTO

Instruções a serem autorizadas:

2) Reajuste de preços dos itens "insumos diversos", "lucro" e "taxa de administração" (INPC/IBGE), com vigência a partir de 27 de julho de 2021; e
2) Repactuação de preços em conformidade com a CCT 2022/2022 - SEAC/DF x SINDISERVIÇOS/DF, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

ITEM	POSTO DE TRABALHO	QTDE	VALOR ATUAL		VALOR REAJUSTADO (27.07.2021)			VALOR REPACTUADO (1º.01.2022)		
			PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL	ÍNDICE (%)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL	ÍNDICE (%)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL
1	Porteiro Diurno - 12x36 (7hrs às 19hrs)	6	R\$ 3.320,87	R\$ 19.925,22	0,07107%	R\$ 3.323,23	R\$ 19.939,38	9,1291%	R\$ 3.626,61	R\$ 21.759,66
2	Porteiro Noturno - 12x36 (19hrs às 7hrs)	6	R\$ 3.657,46	R\$ 21.944,76	0,20943%	R\$ 3.665,12	R\$ 21.990,72	9,0513%	R\$ 3.996,86	R\$ 23.981,16
TOTAL MENSAL				R\$ 41.869,98	0,14359%		R\$ 41.930,10	9,08827%		R\$ 45.740,82
TOTAL ANUAL				R\$ 502.439,76	0,14359%		R\$ 503.161,20	9,08827%		R\$ 548.889,84

1 - RESUMO GERAL

	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO (27.07.2021)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (R\$)
Valor Mensal	R\$ 41.869,98	R\$ 41.930,10	0,14359%	R\$ 60,12
Valor Anual	R\$ 502.439,76	R\$ 503.161,20	0,14359%	R\$ 721,44

2 - RESUMO GERAL

	VALOR REAJUSTADO (27.07.2021)	VALOR REPACTUADO (1º.01.2022)	DIFERENÇA (%)	DIFERENÇA (R\$)
Valor Mensal	R\$ 41.930,10	R\$ 45.740,82	9,08827%	R\$ 3.810,72
Valor Anual	R\$ 503.161,20	R\$ 548.889,84	9,08827%	R\$ 45.728,64

O Contrato nº 0081/2020 apresenta as seguintes informações, consoante se extrai do último aditamento do presente termo aditivo, se autorizado (REPACTUAÇÃO, de 1º.01.2022) Fonte: Pasta do Fator K.

	Porcentagem
Percentual da Despesa Administrativa (com Tributos)	0,50818%
Percentual do Lucro (com Tributos)	0,33644%
	Proporção
Fator K (Atualizado)	2,26611
Fator K (Processo Licitatório)	2,66348

Porteiro Diurno - 12x36 (7hrs às 19hrs)						
Reajuste de preços dos itens "insumos diversos", "lucro" e "taxa de administração" (INPC/IBGE), <u>com vigência a partir de 27 de julho de 2021.</u>				9,85259%		
Repactuação de preços em conformidade com a CCT 2022/2022 - SEAC/DF x SINDISERVIÇOS/DF, <u>com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.</u>						PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL	Percentuais	VALOR REAJUSTADO (27.07.2021)	Percentuais	VALOR REPACTUADO (1º.01.2022)
Salário Base		1.403,56		1.403,56		1.543,91
Adicional Noturno						
Adicional de HE (Cláusulas 39º e 44º §7º da CCT)		47,85		47,85		52,63
Adicional de Periculosidade						
Adicional de Insalubridade						
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 1.451,41		R\$ 1.451,41		R\$ 1.596,54
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS						
Auxílio Transporte		80,79		80,79		72,37
Auxílio Alimentação		525,00		525,00		570,00
Contribuição Assistencial						
Plano de Saúde						
Seguro de Vida e Auxílio Funeral						
Assistência Odontológica						
Fundo para indenização decorrente de aposentadoria por invalidez						
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		605,79		605,79		642,37
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS						
Insumos Diversos						
Uniformes		19,65		21,59		21,59
Materiais e Ferramentas						
Despesas com veículos						
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		19,65		21,59		21,59
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS						
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	290,28	20,00000%	290,28	20,00000%	319,31
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	21,77	1,50000%	21,77	1,50000%	23,95
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	14,51	1,00000%	14,51	1,00000%	15,97
INCRÁ (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	2,90	0,20000%	2,90	0,20000%	3,19
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	36,29	2,50000%	36,29	2,50000%	39,91
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	116,11	8,00000%	116,11	8,00000%	127,72
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (RAT 3% x FAP 1,0214)	1,50000%	21,77	1,50000%	21,77	1,50000%	23,95
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	8,71	0,60000%	8,71	0,60000%	9,58
arredondamento						
TOTAL :	35,30000%	512,34	35,30000%	512,34	35,30000%	563,58
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	120,90	8,33000%	120,90	8,33000%	132,99
Subtotal	8,33000%		8,33000%		8,33000%	
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,94049%	42,68	2,94049%	42,68	2,94049%	46,95
arredondamento						
TOTAL :	11,27049%	163,58	11,27049%	163,58	11,27049%	179,94
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,01000%	0,15	0,01000%	0,15	0,01000%	0,16
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00353%	0,05	0,00353%	0,05	0,00353%	0,06
arredondamento						

4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO	TOTAL :	0,01353%	0,20	0,01353%	0,20	0,01353%	0,22
		Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		0,25000%	3,63	0,25000%	3,63	0,25000%	3,99
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,02000%	0,29	0,02000%	0,29	0,02000%	0,32
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)							
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado							
Multa do FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado		3,82000%	55,44	3,82000%	55,44	3,82000%	60,99
arredondamento							
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	TOTAL :	4,09000%	59,36	4,09000%	59,36	4,09000%	65,30
		Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Férias		8,33000%	120,90	8,33000%	120,90	8,33000%	132,99
Adicional de Férias		2,78000%	40,35	2,78000%	40,35	2,78000%	44,38
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		0,01000%	0,15	0,01000%	0,15	0,01000%	0,16
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		0,01000%	0,15	0,01000%	0,15	0,01000%	0,16
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		0,01000%	0,15	0,01000%	0,15	0,01000%	0,16
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		0,01000%	0,15	0,01000%	0,15	0,01000%	0,16
Outros		0,00000%	-	0,00000%	-	0,00000%	-
Subtotal		11,15000%	161,85	11,15000%	161,85	11,15000%	178,01
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição		3,93595%	57,13	3,93595%	57,13	3,93595%	62,84
arredondamento							
TOTAL :		15,08595%	218,98	15,08595%	218,98	15,08595%	240,85
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)							
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)							
PREVIDENCIARIO E FGTS		35,30000%	512,34	35,30000%	512,34	35,30000%	563,58
13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS		11,27049%	163,58	11,27049%	163,58	11,27049%	179,94
AFASTAMENTO MATERNIDADE		0,01353%	0,20	0,01353%	0,20	0,01353%	0,22
PROVISÃO RESCISÃO		4,09000%	59,36	4,09000%	59,36	4,09000%	65,30
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		15,08595%	218,98	15,08595%	218,98	15,08595%	240,85
TOTAL :		65,75997%	954,46	65,75997%	954,46	65,75997%	1.049,89
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)							
			R\$ 3.031,31		R\$ 3.033,25		R\$ 3.310,39
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO							
		Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)		0,01825%	0,55	0,01978%	0,60	0,01812%	0,60
Taxa de Lucro		0,05767%	1,75	0,06329%	1,92	0,05799%	1,92
TRIBUTOS		8,65000%	287,26	8,65000%	287,46	8,65000%	313,70
PIS		0,65000%	21,59	0,65000%	21,60	0,65000%	23,57
COFINS		3,00000%	99,63	3,00000%	99,70	3,00000%	108,80
Tributos Municipais ISS		5,00000%	166,04	5,00000%	166,16	5,00000%	181,33
CPRB(Contribuição Previdenciaria sobre Receita Bruta) - Lei 12.844 de 2013, Art. 7º inciso IV, alterada pela Lei 13.161 de 2015 Art. 7º-A.							
Subtotal							
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		8,72592%	289,56	8,73307%	289,98	8,72611%	316,22
		Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO		1	3.320,87	1	3.323,23	1	3.626,61

	%	DGBM ORIGINAL	%	DGBM REAJUSTADO (27.07.2021)	%	DGBM REPACTUADO (1º01.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11000%	R\$ 161,25	11,11000%	R\$ 161,25	11,11000%	R\$ 177,38
13º salário (submódulo 4.2)	8,33000%	R\$ 120,90	8,33000%	R\$ 120,90	8,33000%	R\$ 132,99
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,86232%	R\$ 99,60	6,86232%	R\$ 99,60	6,86232%	R\$ 109,56
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 55,44	3,82000%	R\$ 55,44	3,82000%	R\$ 60,99
Subtotal DGBM		R\$ 437,19		R\$ 437,19		R\$ 480,92
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,01825%	R\$ 0,08	0,01978%	R\$ 0,09	0,01812%	R\$ 0,09
Lucro (módulo 5)	0,05767%	R\$ 0,25	0,06329%	R\$ 0,28	0,05799%	R\$ 0,28
TOTAL DGBM		R\$ 437,52		R\$ 437,56		R\$ 481,29

Empresa: J MACEDO PEREIRA
Contrato: 0081/2020

Porteiro Noturno - 12x36 (19hrs às 7hrs)						
Reajuste de preços dos itens "insumos diversos", "lucro" e "taxa de administração" (INPC/IBGE), com vigência a partir de 27 de julho de 2021.				9,85259%		
Repactuação de preços em conformidade com a CCT 2022/2022 - SEAC/DF x SINDISERVIÇOS/DF, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.						PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR ATUAL	Percentuais	VALOR REAJUSTADO (27.07.2021)	Percentuais	VALOR REPACTUADO (1º.01.2022)
Salário Base		1.403,56		1.403,56		1.543,91
Adicional Noturno		150,72		150,72		165,79
Adicional de HE (Cláusulas 39ª e 44ª §7ª da CCT)		52,99		52,99		58,29
Adicional de Periculosidade						
Adicional de Insalubridade						
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 1.607,27		R\$ 1.607,27		R\$ 1.767,99
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS						
Auxílio Transporte		80,79		80,79		72,37
Auxílio Alimentação		525,00		525,00		570,00
Contribuição Assistencial						
Plano de Saúde						
Seguro de Vida e Auxílio Funeral						
Assistência Odontológica						
Fundo para indenização decorrente de aposentadoria por invalidez						
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		605,79		605,79		642,37
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS						
Insumos Diversos						
Uniformes		19,65		21,59		21,59
Materiais e Ferramentas						
Despesas com veículos						
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		19,65		21,59		21,59
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS						
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00000%	321,45	20,00000%	321,45	20,00000%	353,60
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	24,11	1,50000%	24,11	1,50000%	26,52
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	16,07	1,00000%	16,07	1,00000%	17,68
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,21	0,20000%	3,21	0,20000%	3,54
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	40,18	2,50000%	40,18	2,50000%	44,20
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	128,58	8,00000%	128,58	8,00000%	141,44
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (RAT 3% x FAP 1,0214)	1,50000%	24,11	1,50000%	24,11	1,50000%	26,52
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	9,64	0,60000%	9,64	0,60000%	10,61
arredondamento						
TOTAL :	35,30000%	567,35	35,30000%	567,35	35,30000%	624,11
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
13º Salário	8,33000%	133,89	8,33000%	133,89	8,33000%	147,27
Subtotal	8,33000%		8,33000%		8,33000%	
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,94049%	47,26	2,94049%	47,26	2,94049%	51,99
arredondamento						
TOTAL :	11,27049%	181,15	11,27049%	181,15	11,27049%	199,26
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade	0,02000%	0,32	0,02000%	0,32	0,02000%	0,35
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00706%	0,11	0,00706%	0,11	0,00706%	0,12
arredondamento						
TOTAL :	0,02706%	0,43	0,02706%	0,43	0,02706%	0,47
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,25000%	4,02	0,25000%	4,02	0,25000%	4,42
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,02000%	0,32	0,02000%	0,32	0,02000%	0,35
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)						
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado						
Multa do FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	61,40	3,82000%	61,40	3,82000%	67,54
arredondamento						
TOTAL :	4,09000%	65,74	4,09000%	65,74	4,09000%	72,31
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES

Férias	8,33000%	133,89	8,33000%	133,89	8,33000%	147,27
Adicional de Férias	2,78000%	44,68	2,78000%	44,68	2,78000%	49,15
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,01000%	0,16	0,01000%	0,16	0,01000%	0,18
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01000%	0,16	0,01000%	0,16	0,01000%	0,18
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,01000%	0,16	0,01000%	0,16	0,01000%	0,18
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,01000%	0,16	0,01000%	0,16	0,01000%	0,18
Outros	0,00000%	-	0,00000%	-	0,00000%	-
Subtotal	11,15000%	179,21	11,15000%	179,21	11,15000%	197,14
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição arredondamento	3,93595%	63,26	3,93595%	63,26	3,93595%	69,59
TOTAL :	15,08595%	242,47	15,08595%	242,47	15,08595%	266,73
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)						
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)						
PREVIDENCIÁRIO E FGTS	35,3000%	567,35	35,3000%	567,35	35,3000%	624,11
13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,2705%	181,15	11,2705%	181,15	11,2705%	199,26
AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0271%	0,43	0,0271%	0,43	0,0271%	0,47
PROVISÃO RESCISÃO	4,0900%	65,74	4,0900%	65,74	4,0900%	72,31
CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	15,0860%	242,47	15,0860%	242,47	15,0860%	266,73
TOTAL :	65,7735%	1.057,14	65,7735%	1.057,14	65,7735%	1.162,88
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 3.289,85		R\$ 3.291,79		R\$ 3.594,83
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES	Percentuais	VALORES
Taxa de Administração (Custos indiretos)	0,96279%	31,67	1,05687%	34,79	0,96778%	34,79
Taxa de Lucro	0,58935%	19,58	0,64661%	21,51	0,59262%	21,51
TRIBUTOS	8,65000%	316,36	8,65000%	317,03	8,65000%	345,73
PIS	0,65000%	23,77	0,65000%	23,82	0,65000%	25,98
COFINS	3,00000%	109,72	3,00000%	109,95	3,00000%	119,91
Tributos Municipais ISS	5,00000%	182,87	5,00000%	183,26	5,00000%	199,84
CPRB(Contribuição Previdenciaria sobre Receita Bruta) - Lei 12.844 de 2013, Art. 7º inciso IV, alterada pela Lei 13.161 de 2015 Art. 7º-A.						
Subtotal						
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)	10,20214%	367,61	10,35348%	373,33	10,21040%	402,03
	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES	Quantidade	VALORES
1 POSTO	1	3.657,46	1	3.665,12	1	3.996,86

	%	DGBM ORIGINAL	%	DGBM REAJUSTADO (27.07.2021)	%	DGBM REPACTUADO (1º01.2022)
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11000%	R\$ 178,57	11,11000%	R\$ 178,57	11,11000%	R\$ 196,42
13º salário (submódulo 4.2)	8,33000%	R\$ 133,89	8,33000%	R\$ 133,89	8,33000%	R\$ 147,27
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,86232%	R\$ 110,30	6,86232%	R\$ 110,30	6,86232%	R\$ 121,33
Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	3,82000%	R\$ 61,40	3,82000%	R\$ 61,40	3,82000%	R\$ 67,54
Subtotal DGBM		R\$ 484,16		R\$ 484,16		R\$ 532,56
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	0,96279%	R\$ 4,66	1,05687%	R\$ 5,12	0,96778%	R\$ 5,15
Lucro (módulo 5)	0,58935%	R\$ 2,88	0,64661%	R\$ 3,16	0,59262%	R\$ 3,19
TOTAL DGBM		R\$ 491,70		R\$ 492,44		R\$ 540,90

Dados do Adicional Noturno					
Categoria	Porteiro Noturno - 12x36 (19hrs às 7hrs)		Porteiro Noturno - 12x36 (19hrs às 7hrs)		Porteiro Noturno - 12x36 (19hrs às 7hrs)
Horário da Jornada	19h às 7h		19h às 7h		19h às 7h
Salário Base + Adic. Periculosidade	R\$ 1.403,56		R\$ 1.403,56		R\$ 1.543,91
Horas Totais (mês)	220		220		220
Dias Trabalhados que incide adicional noturno	15		15		15
Horas Diurnas (dia)	5		5		5
Horas Noturnas (dia)	7		7		7
Percentual Adic. Noturno	22,5%		22,5%		22,5%
Cálculo do Adicional Noturno					
Horas Noturna Mês	105		105		105
Valor Hora Trabalhada	R\$ 6,38		R\$ 6,38		R\$ 7,02
Valor Hora Noturna	R\$ 1,44		R\$ 1,44		R\$ 1,58
	R\$ 150,72		R\$ 150,72		R\$ 165,79



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

TERMO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO Nº 42/2017

OITAVO TERMO DE APOSTILAMENTO

1. ESPÉCIE: Termo de Apostilamento, firmado pela CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO em favor da empresa G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS EIRELI.
2. OBJETO: Retifica o Sétimo Termo de Apostilamento de forma que o valor mensal do contrato passará de **R\$ 68.262,95** (sessenta e oito mil duzentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos) para **R\$ 75.112,29** (setenta e cinco mil cento e doze reais e vinte e nove centavos), com base na Convenções Coletivas de Trabalho: DF000277/2021, DF000009/2022, DF000015/2022, em conformidade com o previsto na Cláusula Sétima do Contrato nº 42/2017.
3. VALOR DO APOSTILAMENTO: **R\$ 91.715,37** (setenta e um mil setecentos e quinze reais e trinta e sete centavos) em adição ao valor global atual do contrato.
4. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 - art. 65, §8º, Decreto nº 9.507/18 – art. 12º.

VIVIAN VIVAS
Diretora de Gestão Interna

ANEXO AO TERMO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO Nº 42/2017

ITEM	TIPO DE SERVIÇO (A)	Qtde. Postos (B)	Valor por Posto (C)	Valor Mensal Total (D) = (B x C)
01	Operador de máquina fotocopidora	1	R\$ 4.023,85	R\$ 4.023,85
02	Técnico em Edificações	2	R\$ 6.264,57	R\$ 12.529,14
03	Técnico em Eletrotécnica	1	R\$ 5.232,85	R\$ 5.232,85
04	Carregador	6	R\$ 4.010,32	R\$ 24.061,92
05	Motorista (Veículo Pequeno Porte)	2	R\$ 7.034,24	R\$ 14.068,48
06	Motorista (Veículo Médio Porte)	1	R\$ 7.034,24	R\$ 7.034,24
07	Recepcionista	0	R\$ 4.836,80	0
08	Encarregado-Geral	1	R\$ 8.161,81	R\$ 8.161,81
TOTAL MENSAL				R\$ 75.112,29



Documento assinado eletronicamente por **VIVIAN VIVAS, Diretora de Gestão Interna**, em 21/03/2022, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 2310754 e o código CRC CA456383



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

APOSTILA

OITAVA APOSTILA AO CONTRATO PE-073/2019 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAS ATIVIDADES DE ARQUIVO, ENCADERNAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS. (PROCESSOS TST 6000037/2021-00 E 6001378/2022-00)

Por esta apostila, registra-se no contrato em epígrafe, firmado com a empresa **REAL JG FACILITIES LTDA**, a 3ª Repactuação do contrato, com fundamento nos artigos 40, inc. XI, 55, inc. III, da Lei nº 8.666/93; artigo 12, do Decreto nº 9.507/2018; e artigos 54 a 61 da IN nº 05/2017-SEGES/MP, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços em anexo e períodos e valores abaixo descritos:

- **De 1º/1/2022 a 1º/3/2022**, o valor mensal do contrato passa de R\$ 63.025,06 para **R\$ 67.994,14** e o anual estimado de R\$ 765.575,82 para **R\$ 825.986,35**, considerando o valor estimado de **R\$ 10.056,67** para pagamento do aviso prévio trabalhado ao final do contrato, tendo em vista o reajuste de salário, auxílio alimentação, plano ambulatorial, assistência odontológica e assistência funeral com base na CCT SEAC/DF x SINDISERVIÇOS/DF 2022/2022; e

- **A partir de 2/3/2022**, o valor mensal do contrato passa para **R\$ 72.663,88** e o anual estimado para **R\$ 882.663,00**, considerando o valor estimado de **R\$ 10.696,44** para pagamento do aviso prévio trabalhado ao final do contrato, em razão do acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo.

As despesas em vista da repactuação correrão à conta de recursos orçamentários consignados ao Contratante, notas de empenho **2022NE000251**, elementos de despesa 3.3.90.37, programa de trabalho 02.122.0033.4256.0001.

DIRLEY SÉRGIO DE MELO

Secretário de Administração

ANEXO – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo SEI 6001378/2022-00 – Documento 0085527.

Documento assinado eletronicamente por **DIRLEY SERGIO DE MELO, SECRETÁRIO**, em 23/03/2022, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0096160** e o código CRC **69E3814C**.

6001378/2022-00

0096160v3

PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

Quadro 1.1 - Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo: 6000037/2021-00	Licitação nº: PE-073/2019	Data: 20/09/2019	Horário: 14:30
Local da Prestação dos Serviços: Brasília/DF	Vigência da Contratação: 12 meses	A Vigência é Prorrogável?: SIM	Prazo Máximo de Vigência: 60 meses

Quadro 1.2 - Identificação do Serviço

Objeto da Contratação: Prestação de serviços de apoio administrativo nas atividades de arquivo, encadernação e restauração de livros e documentos		
Tipo de Serviço Apoio administrativo nas atividades de arquivo, encadernação e restauração de livros e documentos	Unidade de Medida: Postos de Trabalho	Quantidade a Contratar: 12 Postos de Trabalho

Quadro 1.3 - Detalhamento do Objeto

					Contrato Vigente em 31/12/2021			3ª repactuação (Salário, Aux.Alim, P. Ambul, Assist. Odonto e Assist. Funeral) De 1º/1/2022 a 1º/3/2022			6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022		
Item	Posto de Trabalho	Tipo de Jornada de Trabalho	Periodo	Jornada de Trabalho Mensal	Quantidade de Postos	Ocupantes por Posto	Quantidade de Profissionais	Quantidade de Postos	Ocupantes por Posto	Quantidade de Profissionais	Quantidade de Postos	Ocupantes por Posto	Quantidade de Profissionais
1	Auxiliar de Arquivo	40 horas semanais	Diurno	200 horas	8	1	8	8	1	8	9	1	9
2	Encadernador	40 horas semanais	Diurno	200 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3	Restaurador de livros e documentos	40 horas semanais	Diurno	200 horas	3	1	3	3	1	3	3	1	3
TOTAL					12	n/a	12	12	n/a	12	13	n/a	13

2 - DADOS DA PROPONENTE

Quadro 2.1 - Dados da Proponente

Razão Social: REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI		CNPJ: 00.824.796/0001-62
Endereço da Matriz (digite o endereço no formato <i>Logradouro, nº, Complemento - Bairro</i>): SIBS QD. 01 CONJ. B LOTE 16		
Município: NÚCLEO BANDEIRANTE		UF: DF
		CEP: 71736-102
DDD: 61	Telefone: 3363-7575	E-mail licitacoes@realjg.com.br
Endereço do Escritório no Distrito Federal (digite o endereço no formato <i>Logradouro, nº, Complemento - Bairro</i>):		
Município:		UF:
		DF
		CEP:
DDD: 61	Telefone:	E-mail

Quadro 2.2 - Regime de Tributação da Proponente

<input checked="" type="radio"/> Lucro Real <input type="radio"/> Lucro Presumido <input type="radio"/> Entidade Sem Fins Lucrativos <input type="radio"/> Optante pelo Simples Nacional <input type="checkbox"/> Desoneração da folha (Lei nº 12.546/20	Item	Tributo	Base de Cálculo	Alíquota (%)
	A	Tributos Federais		
	A.1	PIS	Faturamento	1,19%
	A.2	COFINS	Faturamento	5,49%
	A.3	INSS (Lei nº 12.546/2011)	Faturamento	0,00%
	Subtotal Tributos Federais			6,68%
	B	Tributos Distritais		
	B.1	ISS (ISSQN)	Faturamento	5,00%
	Subtotal Tributos Distritais			5,00%
	TOTAL			11,68%

Obs. : As empresas optantes pelo Simples Nacional poderão participar deste pregão e terão direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006. No entanto, **não poderão apresentar proposta com os benefícios da condição de optante** e, caso venham a ser contratadas, estarão sujeitas à exclusão obrigatória do Simples Nacional, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da citada Lei.

3 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo: 6000037/2021-00	Licitação nº: PE-073/2019	Data: 20/09/2019	Horário: 14:30
Local da Prestação dos Serviços: Brasília/DF	Execução contratual: 12 meses	Vigência Máxima: 60 meses	
Tipo de Serviço: Apoio administrativo nas atividades de arquivo, encadernação e restauração de livros e documentos			Data da Proposta: 20/09/2019

Quadro 3.1 - Uniformes para Auxiliar de Arquivo

Atenção! Observar as especificações do Termo de Referência: Anexo III.

Contrato Vigente em 31/12/2021									6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022				
Item	Especificação	Un. de Medida	Quant. por Profis.	Quant. Total	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)	Quant. Total	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)
1	Camisa	Pç.	3	24	06	30,73	1.475,04	122,92	27	06	30,73	1.659,42	138,28
2	Calça	Pç.	2	16	06	30,73	983,36	81,94	18	06	30,73	1.106,28	92,19
3	Calçado	Par	1	8	06	30,73	491,68	40,97	9	06	30,73	553,14	46,09
4	Meias	Par	4	32	06	8,19	524,16	43,68	36	06	8,19	589,68	49,14
5	Cinto	Pç.	2	16	06	12,29	393,28	32,77	18	06	12,29	442,44	36,87
TOTAL						n/a	3.867,52	322,28			n/a	4.350,96	362,57
Quantidade de profissionais para rateio dos custos					8	Custo rateado por profissional		40,28		9	Custo rateado por profissional		40,28

Quadro 3.2 - Uniformes para Restaurador e Encadernador

Atenção! Observar as especificações do Termo de Referência: Anexo III.

Contrato Vigente em 31/12/2021									6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022				
Item	Especificação	Un. de Medida	Quant. por Profis.	Quant. Total	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)	Quant. Total	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)
1	Jaleco	Pç.	2	8	06	34,31	548,96	45,74	8	06	34,31	548,96	45,74
TOTAL						n/a	548,96	45,74			n/a	548,96	45,74
Quantidade de profissionais para rateio dos custos					4	Custo rateado por profissional		11,43		4	Custo rateado por profissional		11,43

Quadro 3.3 - Insumos diversos

Contrato Vigente em 31/12/2021									6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022				
Item	Especificação	Un. de Medida	Quant. por Profis.	Quant. Total	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)	Quant. Total	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)
1	Crachá	Un.	1	12	60	8,00	19,20	1,60	13	60	8,00	20,80	1,73
TOTAL						n/a	19,20	1,60			n/a	20,80	1,73
Quantidade de profissionais para rateio dos custos					12	Custo rateado por profissional		0,13		13	Custo rateado por profissional		0,13

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 - AUXILIAR DE ARQUIVO

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Categoria Profissional: AUXILIAR DE ARQUIVO		Quantidade de Profissionais: 8	
Tipo de Jornada de Trabalho: 40 horas semanais		Jornada Mensal de Trabalho: 200 horas	Turno: Diurno
Instrumento Coletivo de Trabalho: <input checked="" type="radio"/> Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) <input type="radio"/> Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) <input type="radio"/> Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla): SEAC/DF	
		Sindicato Profissional (digite apenas a sigla): SINDISERVIÇOS/DF	
		Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo: 01/01/2022	
Salário Mínimo Vigente: R\$ 1.212,00		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação: R\$ 1.508,00	

Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				Contrato Vigente em 31/12/2021			3ª repactuação (Salário, Aux.Alim, P. Ambul, Assist. Odonto e Assist. Funeral) De 1º/1/2022 a 1º/3/2022			6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022		
1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)		
A	Salário base	Salário Base	n/a	1.620,06	Salário Base	n/a	1.782,07	Salário Base	n/a	1.782,07		
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Mínimo		-	Salário Mínimo		-	Salário Mínimo		-		
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
E	Adicional de motorização <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais				1.620,06			1.782,07			1.782,07		
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)		
H	Adicional noturno <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.											
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	0,00 h/mês			0,00 h/mês			0,00 h/mês				
Subtotal 1.2: Adicional Noturno				-			-			-		
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)		
J	Adicional de hora extra <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.											
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.											
Subtotal 1.3: Adicional de hora extra + Intervalo intrajornada				-			-			-		
TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)				1.620,06			1.782,07			1.782,07		

Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

Obs.: Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte	11,00	21 dias	231,00	11,00	21 dias	231,00	11,00	21 dias	231,00
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a	6%	(97,20)	n/a	6%	(106,92)	n/a	6%	(106,92)
A Custo mensal com vale-transporte				133,80			124,08			124,08
B.1	Auxílio alimentação	35,00	21 dias	735,00	38,00	21 dias	798,00	38,00	21 dias	798,00
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <i>Obs.:</i> Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto.	n/a		-	n/a		-	n/a		-
B Custo mensal com auxílio alimentação				735,00			798,00			798,00
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-		21 dias	-		21 dias	-
D	Plano Ambulatorial	n/a	1 mês	160,07	n/a	1 mês	169,67	n/a	1 mês	169,67
D	Auxílio creche	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
F	Seguro de vida/Assistência Funeral	n/a	1 mês	2,30	n/a	1 mês	2,50	n/a	1 mês	2,50
G	Assistência Odontológica	n/a	1 mês	10,63	n/a	1 mês	11,27	n/a	1 mês	11,27
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)				1.041,80			1.105,52			1.105,52

Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumo	Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes	Quadro 3.1	40,28		Quadro 3.1	40,28		Quadro 3.1	40,28
B	Insumos diversos	Quadro 3.2	0,13		Quadro 3.2	0,13		Quadro 3.2	0,13
TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)			40,41			40,41			40,41

Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	324,01	Módulo 1	20,00%	356,41	Módulo 1	20,00%	356,41

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 - AUXILIAR DE ARQUIVO

B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	24,30	Módulo 1	1,50%	26,73	Módulo 1	1,50%	26,73
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	16,20	Módulo 1	1,00%	17,82	Módulo 1	1,00%	17,82
D	INCRA	Módulo 1	0,20%	3,24	Módulo 1	0,20%	3,56	Módulo 1	0,20%	3,56
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	40,50	Módulo 1	2,50%	44,55	Módulo 1	2,50%	44,55
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	129,60	Módulo 1	8,00%	142,56	Módulo 1	8,00%	142,56
G	Risco Ambiental do trabalho ajustado (=RATxFAP)	Módulo 1	1,98%	32,07	Módulo 1	1,98%	35,28	Módulo 1	1,98%	35,28
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	9,72	Módulo 1	0,60%	10,69	Módulo 1	0,60%	10,69
TOTAL SUBMÓDULO 4.1			35,78%	579,64		35,78%	637,60		35,78%	637,60

Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	134,95	Módulo 1	8,33%	148,44	Módulo 1	8,33%	148,44
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	45,03	Módulo 1	2,78%	49,54	Módulo 1	2,78%	49,54
Subtotal 4.2.1				179,98			197,98			197,98
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	35,78%	64,39	Subtotal 4.2.1	35,78%	70,83	Subtotal 4.2.1	35,78%	70,83
TOTAL SUBMÓDULO 4.2				244,37			268,81			268,81

Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,03%	0,48	Módulo 1	0,03%	0,53	Módulo 1	0,03%	0,53
Subtotal 4.3.1				0,48			0,53			0,53
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	35,78%	0,17	Subtotal 4.3.1	35,78%	0,18	Subtotal 4.3.1	35,78%	0,18
TOTAL SUBMÓDULO 4.3				0,65			0,71			0,71

Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,08%	1,29	Módulo 1	0,08%	1,42	Módulo 1	0,08%	1,42
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	8,00%	0,10	Item 4.4-A	8,00%	0,11	Item 4.4-A	8,00%	0,11
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	3,82%	61,91	Módulo 1	3,82%	68,11	Módulo 1	3,82%	68,11
TOTAL SUBMÓDULO 4.4				63,30			69,64			69,64

Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	134,95	Módulo 1	8,33%	148,44	Módulo 1	8,33%	148,44
B	Ausência por doença	Módulo 1	0,28%	4,53	Módulo 1	0,28%	4,98	Módulo 1	0,28%	4,98
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	0,32	Módulo 1	0,02%	0,35	Módulo 1	0,02%	0,35
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	4,53	Módulo 1	0,28%	4,98	Módulo 1	0,28%	4,98
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	0,48	Módulo 1	0,03%	0,53	Módulo 1	0,03%	0,53
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-	Módulo 1		-	Módulo 1		-
Subtotal 4.5.1				144,81			159,28			159,28
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	35,78%	51,81	Subtotal 4.5.1	35,78%	56,99	Subtotal 4.5.1	35,78%	56,99
TOTAL SUBMÓDULO 4.5				196,62			216,27			216,27

Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	579,64	n/a	n/a	637,60	n/a	n/a	637,60
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	244,37	n/a	n/a	268,81	n/a	n/a	268,81
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	0,65	n/a	n/a	0,71	n/a	n/a	0,71
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	63,30	n/a	n/a	69,64	n/a	n/a	69,64
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	196,62	n/a	n/a	216,27	n/a	n/a	216,27
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-	Módulo 1		-	Módulo 1		-
TOTAL MÓDULO 4				1.084,58			1.193,03			1.193,03

Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	3.786,85	n/a	n/a	4.121,03	n/a	n/a	4.121,03
B	Custos indiretos	Item 5-A	0,05%	1,89	Item 5-A	0,05%	2,06	Item 5-A	0,05%	2,06
Subtotal 5.1				3.788,74			4.123,09			4.123,09
C	Lucro	Subtotal 5.1	0,03%	1,13	Subtotal 5.1	0,03%	1,23	Subtotal 5.1	0,03%	1,23
Subtotal 5.2				3.789,87			4.124,32			4.124,32
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	11,68%	501,19	Faturamento	11,68%	545,42	Faturamento	11,68%	545,42
TOTAL MÓDULO 5				504,21			548,71			548,71

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1.620,06		1.782,07		1.782,07
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	1.041,80		1.105,52		1.105,52
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	40,41		40,41		40,41
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	1.084,58		1.193,03		1.193,03
Subtotal (=A+B+C+D)		3.786,85		4.121,03		4.121,03
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	504,21		548,71		548,71

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 - AUXILIAR DE ARQUIVO

VALOR TOTAL POR EMPREGADO	4.291,06			4.669,74			4.669,74
---------------------------	----------	--	--	----------	--	--	----------

Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ

Atenção! Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados deixarão de compor o valor do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	134,95	Módulo 1	8,33%	148,44	Módulo 1	8,33%	148,44
B	Férias	Módulo 1	8,33%	134,95	Módulo 1	8,33%	148,44	Módulo 1	8,33%	148,44
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	45,03	Módulo 1	2,78%	49,54	Módulo 1	2,78%	49,54
Subtotal 1				314,93			346,42			346,42
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	35,78%	112,68	Subtotal 1	35,78%	123,94	Subtotal 1	35,78%	123,94
E	Multa do FGTS sobre aviso prévio trabalhado	Módulo 1	3,82%	61,91	Módulo 1	3,82%	68,11	Módulo 1	3,82%	68,11
VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL				489,52			538,47			538,47

Legenda:

n/a = Não se aplica

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.2 - ENCADERNADOR

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Categoria Profissional: ENCADERNADOR		Quantidade de Profissionais: 1	
Tipo de Jornada de Trabalho: 40 horas semanais		Jornada Mensal de Trabalho: 200 horas	Turno: Diurno
Instrumento Coletivo de Trabalho: <input checked="" type="radio"/> Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) <input type="radio"/> Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) <input type="radio"/> Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla): SEAC/DF	
		Sindicato Profissional (digite apenas a sigla): SINDISERVIÇOS/DF	
		Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo: 01/01/2022	
Salário Mínimo Vigente: R\$ 1.212,00		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação: R\$ 2.523,07	

Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				Contrato Vigente em 31/12/2021			3ª repactuação (Salário, Aux.Alim, P. Ambul, Assist. Odonto e Assist. Funeral) De 1º/1/2022 a 1º/3/2022			6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022		
1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)		
A	Salário base	Salário Base	n/a	2.710,56	Salário Base	n/a	2.981,62	Salário Base	n/a	2.981,62		
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Mínimo		-	Salário Mínimo		-	Salário Mínimo		-		
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
E	Adicional de motorização <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais				2.710,56			2.981,62			2.981,62		
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)		
H	Adicional noturno <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.											
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	0,00 h/mês			0,00 h/mês			0,00 h/mês				
Subtotal 1.2: Adicional Noturno				-			-			-		
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)		
J	Adicional de hora extra <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.											
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.											
Subtotal 1.3: Adicional de hora extra + Intervalo intrajornada				-			-			-		
TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)				2.710,56			2.981,62			2.981,62		

Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

Obs.: Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte	11,00	21 dias	231,00	11,00	21 dias	231,00	11,00	21 dias	231,00
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a	6%	(162,63)	n/a	6%	(178,89)	n/a	6%	(178,89)
A	Custo mensal com vale-transporte			68,37			52,11			52,11
B.1	Auxílio alimentação	35,00	21 dias	735,00	38,00	21 dias	798,00	38,00	21 dias	798,00
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <i>Obs.:</i> Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto.	n/a		-	n/a		-	n/a		-
B	Custo mensal com auxílio alimentação			735,00			798,00			798,00
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-		21 dias	-		21 dias	-
D	Plano Ambulatorial	n/a	1 mês	160,07	n/a	1 mês	169,67	n/a	1 mês	169,67
D	Auxílio creche	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
F	Seguro de vida/Assistência Funeral	n/a	1 mês	2,30	n/a	1 mês	2,50	n/a	1 mês	2,50
G	Assistência Odontológica	n/a	1 mês	10,63	n/a	1 mês	11,27	n/a	1 mês	11,27
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)				976,37			1.033,55			1.033,55

Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumo	Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes	Quadro 3.2	11,43		Quadro 3.2	11,43		Quadro 3.2	11,43
B	Insumos diversos	Quadro 3.2	0,13		Quadro 3.2	0,13		Quadro 3.2	0,13
TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)			11,56			11,56			11,56

Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	542,11	Módulo 1	20,00%	596,32	Módulo 1	20,00%	596,32

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.2 - ENCADERNADOR

B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	40,65	Módulo 1	1,50%	44,72	Módulo 1	1,50%	44,72
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	27,10	Módulo 1	1,00%	29,81	Módulo 1	1,00%	29,81
D	INCRA	Módulo 1	0,20%	5,42	Módulo 1	0,20%	5,96	Módulo 1	0,20%	5,96
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	67,76	Módulo 1	2,50%	74,54	Módulo 1	2,50%	74,54
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	216,84	Módulo 1	8,00%	238,52	Módulo 1	8,00%	238,52
G	Risco Ambiental do trabalho ajustado (=RATxFAP)	Módulo 1	1,98%	53,66	Módulo 1	1,98%	59,03	Módulo 1	1,98%	59,03
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	16,26	Módulo 1	0,60%	17,88	Módulo 1	0,60%	17,88
TOTAL SUBMÓDULO 4.1				35,78%	969,80	35,78%	1.066,78	35,78%	1.066,78	1.066,78

Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	225,78	Módulo 1	8,33%	248,36	Módulo 1	8,33%	248,36
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	75,35	Módulo 1	2,78%	82,88	Módulo 1	2,78%	82,88
Subtotal 4.2.1				301,13	331,24				331,24	
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	35,78%	107,74	Subtotal 4.2.1	35,78%	118,51	Subtotal 4.2.1	35,78%	118,51
TOTAL SUBMÓDULO 4.2				408,87	449,75				449,75	

Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,03%	0,81	Módulo 1	0,03%	0,89	Módulo 1	0,03%	0,89
Subtotal 4.3.1				0,81	0,89				0,89	
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	35,78%	0,28	Subtotal 4.3.1	35,78%	0,31	Subtotal 4.3.1	35,78%	0,31
TOTAL SUBMÓDULO 4.3				1,09	1,20				1,20	

Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,08%	2,16	Módulo 1	0,08%	2,38	Módulo 1	0,08%	2,38
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	8,00%	0,17	Item 4.4-A	8,00%	0,19	Item 4.4-A	8,00%	0,19
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	3,82%	103,59	Módulo 1	3,82%	113,95	Módulo 1	3,82%	113,95
TOTAL SUBMÓDULO 4.4				105,92	116,52				116,52	

Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	225,78	Módulo 1	8,33%	248,36	Módulo 1	8,33%	248,36
B	Ausência por doença	Módulo 1	0,28%	7,58	Módulo 1	0,28%	8,34	Módulo 1	0,28%	8,34
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	0,54	Módulo 1	0,02%	0,59	Módulo 1	0,02%	0,59
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	7,58	Módulo 1	0,28%	8,34	Módulo 1	0,28%	8,34
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	0,81	Módulo 1	0,03%	0,89	Módulo 1	0,03%	0,89
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-	Módulo 1		-	Módulo 1		-
Subtotal 4.5.1				242,29	266,52				266,52	
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	35,78%	86,69	Subtotal 4.5.1	35,78%	95,36	Subtotal 4.5.1	35,78%	95,36
TOTAL SUBMÓDULO 4.5				328,98	361,88				361,88	

Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	969,80	n/a	n/a	1.066,78	n/a	n/a	1.066,78
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	408,87	n/a	n/a	449,75	n/a	n/a	449,75
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	1,09	n/a	n/a	1,20	n/a	n/a	1,20
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	105,92	n/a	n/a	116,52	n/a	n/a	116,52
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	328,98	n/a	n/a	361,88	n/a	n/a	361,88
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-	Módulo 1		-	Módulo 1		-
TOTAL MÓDULO 4				1.814,66	1.996,13				1.996,13	

Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	5.513,15	n/a	n/a	6.022,86	n/a	n/a	6.022,86
B	Custos indiretos	Item 5-A	0,05%	2,75	Item 5-A	0,05%	3,01	Item 5-A	0,05%	3,01
Subtotal 5.1				5.515,90	6.025,87				6.025,87	
C	Lucro	Subtotal 5.1	0,03%	1,65	Subtotal 5.1	0,03%	1,80	Subtotal 5.1	0,03%	1,80
Subtotal 5.2				5.517,55	6.027,67				6.027,67	
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	11,68%	729,67	Faturamento	11,68%	797,13	Faturamento	11,68%	797,13
TOTAL MÓDULO 5				734,07	801,94				801,94	

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	2.710,56		2.981,62		2.981,62
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	976,37		1.033,55		1.033,55
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	11,56		11,56		11,56
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	1.814,66		1.996,13		1.996,13
Subtotal (=A+B+C+D)		5.513,15		6.022,86		6.022,86
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	734,07		801,94		801,94

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.2 - ENCADERNADOR

VALOR TOTAL POR EMPREGADO	6.247,22			6.824,80			6.824,80
---------------------------	----------	--	--	----------	--	--	----------

Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ

Atenção! Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados deixarão de compor o valor do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	225,78	Módulo 1	8,33%	248,36	Módulo 1	8,33%	248,36
B	Férias	Módulo 1	8,33%	225,78	Módulo 1	8,33%	248,36	Módulo 1	8,33%	248,36
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	75,35	Módulo 1	2,78%	82,88	Módulo 1	2,78%	82,88
Subtotal 1				526,91			579,60			579,60
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	35,78%	188,52	Subtotal 1	35,78%	207,38	Subtotal 1	35,78%	207,38
E	Multa do FGTS sobre aviso prévio trabalhado	Módulo 1	3,82%	103,59	Módulo 1	3,82%	113,95	Módulo 1	3,82%	113,95
VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL				819,02			900,93			900,93

Legenda:

n/a = Não se aplica

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.3 - RESTAURADOR DE LIVROS E DOCUMENTOS

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Categoria Profissional: RESTAURADOR DE LIVROS E DOCUMENTOS		Quantidade de Profissionais: 3	
Tipo de Jornada de Trabalho: 40 horas semanais		Jornada Mensal de Trabalho: 200 horas	Turno: Diurno
Instrumento Coletivo de Trabalho: <input checked="" type="radio"/> Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) <input type="radio"/> Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) <input type="radio"/> Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla): SEAC/DF	
		Sindicato Profissional (digite apenas a sigla): SINDISERVIÇOS/DF	
		Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo: 01/01/2022	
Salário Mínimo Vigente: R\$ 1.212,00		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação: R\$ 3.153,83	

Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				Contrato Vigente em 31/12/2021			3ª repactuação (Salário, Aux.Alim, P. Ambul, Assist. Odonto e Assist. Funeral) De 1º/1/2022 a 1º/3/2022			6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022		
1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)		
A	Salário base	Salário Base	n/a	3.388,20	Salário Base	n/a	3.591,49	Salário Base	n/a	3.591,49		
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Mínimo		-	Salário Mínimo		-	Salário Mínimo		-		
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
E	Adicional de motorização <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-	Salário Base		-	Salário Base		-		
Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais				3.388,19			3.591,49			3.591,49		
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)		
H	Adicional noturno <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.											
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.	0,00 h/mês			0,00 h/mês			0,00 h/mês				
Subtotal 1.2: Adicional Noturno				-			-			-		
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)		
J	Adicional de hora extra <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.											
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.:</i> Só preencha se o profissional tiver direito.											
Subtotal 1.3: Adicional de hora extra + Intervalo intrajornada				-			-			-		
TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)				3.388,19			3.591,49			3.591,49		

Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

Obs.: Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte	11,00	21 dias	231,00	11,00	21 dias	231,00	11,00	21 dias	231,00
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a	6%	(203,29)	n/a	6%	(215,48)	n/a	6%	(215,48)
A Custo mensal com vale-transporte				27,71			15,52			15,52
B.1	Auxílio alimentação	35,00	21 dias	735,00	38,00	21 dias	798,00	38,00	21 dias	798,00
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <i>Obs.:</i> Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto.	n/a		-	n/a		-	n/a		-
B Custo mensal com auxílio alimentação				735,00			798,00			798,00
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-		21 dias	-		21 dias	-
D	Plano Ambulatorial	n/a	1 mês	160,07	n/a	1 mês	169,67	n/a	1 mês	169,67
D	Auxílio creche	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
F	Seguro de vida/Assistência Funeral	n/a	1 mês	2,30	n/a	1 mês	2,50	n/a	1 mês	2,50
G	Assistência Odontológica	n/a	1 mês	10,63	n/a	1 mês	11,27	n/a	1 mês	11,27
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês		n/a	1 mês		n/a	1 mês	
TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)				935,71			996,96			996,96

Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumo	Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes	Quadro 3.2	11,43		Quadro 3.2	11,43		Quadro 3.2	11,43
B	Insumos diversos	Quadro 3.2	0,13		Quadro 3.2	0,13		Quadro 3.2	0,13
TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)			11,56			11,56			11,56

Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	677,63	Módulo 1	20,00%	718,29	Módulo 1	20,00%	718,29

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.3 - RESTAURADOR DE LIVROS E DOCUMENTOS

B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	50,82	Módulo 1	1,50%	53,87	Módulo 1	1,50%	53,87
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	33,88	Módulo 1	1,00%	35,91	Módulo 1	1,00%	35,91
D	INCRA	Módulo 1	0,20%	6,77	Módulo 1	0,20%	7,18	Módulo 1	0,20%	7,18
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	84,70	Módulo 1	2,50%	89,78	Módulo 1	2,50%	89,78
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	271,05	Módulo 1	8,00%	287,31	Módulo 1	8,00%	287,31
G	Risco Ambiental do trabalho ajustado (=RATxFAP)	Módulo 1	1,98%	67,08	Módulo 1	1,98%	71,11	Módulo 1	1,98%	71,11
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	20,32	Módulo 1	0,60%	21,54	Módulo 1	0,60%	21,54
TOTAL SUBMÓDULO 4.1				35,78%	1.212,25	35,78%	1.284,99	35,78%	1.284,99	

Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	282,23	Módulo 1	8,33%	299,17	Módulo 1	8,33%	299,17
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	94,19	Módulo 1	2,78%	99,84	Módulo 1	2,78%	99,84
Subtotal 4.2.1				376,42			399,01			399,01
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	35,78%	134,68	Subtotal 4.2.1	35,78%	142,76	Subtotal 4.2.1	35,78%	142,76
TOTAL SUBMÓDULO 4.2				511,10			541,77			541,77

Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,03%	1,01	Módulo 1	0,03%	1,07	Módulo 1	0,03%	1,07
Subtotal 4.3.1				1,01			1,07			1,07
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	35,78%	0,36	Subtotal 4.3.1	35,78%	0,38	Subtotal 4.3.1	35,78%	0,38
TOTAL SUBMÓDULO 4.3				1,37			1,45			1,45

Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,08%	2,71	Módulo 1	0,08%	2,87	Módulo 1	0,08%	2,87
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	0,01%	0,21	Item 4.4-A	0,01%	0,22	Item 4.4-A	0,01%	0,22
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	3,82%	129,49	Módulo 1	3,82%	137,26	Módulo 1	3,82%	137,26
TOTAL SUBMÓDULO 4.4				132,41			140,35			140,35

Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	282,23	Módulo 1	8,33%	299,17	Módulo 1	8,33%	299,17
B	Ausência por doença	Módulo 1	0,28%	9,48	Módulo 1	0,28%	10,05	Módulo 1	0,28%	10,05
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	0,67	Módulo 1	0,02%	0,71	Módulo 1	0,02%	0,71
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	9,48	Módulo 1	0,28%	10,05	Módulo 1	0,28%	10,05
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	1,01	Módulo 1	0,03%	1,07	Módulo 1	0,03%	1,07
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-	Módulo 1		-	Módulo 1		-
Subtotal 4.5.1				302,87			321,05			321,05
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	35,78%	108,36	Subtotal 4.5.1	35,78%	114,87	Subtotal 4.5.1	35,78%	114,87
TOTAL SUBMÓDULO 4.5				411,23			435,92			435,92

Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	1.212,25	n/a	n/a	1.284,99	n/a	n/a	1.284,99
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	511,10	n/a	n/a	541,77	n/a	n/a	541,77
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	1,37	n/a	n/a	1,45	n/a	n/a	1,45
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	132,41	n/a	n/a	140,35	n/a	n/a	140,35
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	411,23	n/a	n/a	435,92	n/a	n/a	435,92
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-	Módulo 1		-	Módulo 1		-
TOTAL MÓDULO 4				2.268,36			2.404,48			2.404,48

Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	6.603,82	n/a	n/a	7.004,49	n/a	n/a	7.004,49
B	Custos indiretos	Item 5-A	0,05%	3,30	Item 5-A	0,05%	3,50	Item 5-A	0,05%	3,50
Subtotal 5.1				6.607,12			7.007,99			7.007,99
C	Lucro	Subtotal 5.1	0,03%	1,98	Subtotal 5.1	0,03%	2,10	Subtotal 5.1	0,03%	2,10
Subtotal 5.2				6.609,10			7.010,09			7.010,09
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	11,68%	874,02	Faturamento	11,68%	927,05	Faturamento	11,68%	927,05
TOTAL MÓDULO 5				879,30			932,65			932,65

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)		Valor (R\$)		Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	3.388,19		3.591,49		3.591,49
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	935,71		996,96		996,96
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	11,56		11,56		11,56
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	2.268,36		2.404,48		2.404,48
Subtotal (=A+B+C+D)		6.603,82		7.004,49		7.004,49
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	879,30		932,65		932,65

4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.3 - RESTAURADOR DE LIVROS E DOCUMENTOS

VALOR TOTAL POR EMPREGADO	7.483,12			7.937,14			7.937,14
---------------------------	----------	--	--	----------	--	--	----------

Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ

Atenção! Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados deixarão de compor o valor do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	282,23	Módulo 1	8,33%	299,17	Módulo 1	8,33%	299,17
B	Férias	Módulo 1	8,33%	282,23	Módulo 1	8,33%	299,17	Módulo 1	8,33%	299,17
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	94,19	Módulo 1	2,78%	99,84	Módulo 1	2,78%	99,84
Subtotal 1				658,65			698,18			698,18
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	35,78%	235,66	Subtotal 1	35,78%	249,80	Subtotal 1	35,78%	249,80
E	Multa do FGTS sobre aviso prévio trabalhado	Módulo 1	3,82%	129,49	Módulo 1	3,82%	137,26	Módulo 1	3,82%	137,26
VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL				1.023,80			1.085,24			1.085,24

Legenda:

n/a = Não se aplica

5 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO

Contrato Vigente em 31/12/2021											
Quadro-demonstrativo: ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO											
Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO do Posto (A)	Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (%) (B)	Incidência Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (R\$) (C) = A x B	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (%) (F)	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (R\$) (G) = (A+C+E) x F	BASE DE CÁLCULO Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) (H) = A + C + E + G	ALÍQUOTA Aviso Prévio Trabalhado (1 / 30 * 7) * (I)	VALOR Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) POR POSTO (J) = H x I	Quantidade Total de Profissionais (Postos x Empregados) (K)	Valor do Aviso Prévio Trabalhado A PAGAR Fim do contrato (L) = J x K
1	AUXILIAR DE ARQUIVO	R\$ 1.620,06	35,78%	R\$ 579,66	Custos= 0,05% Lucro= 0,03% Tributos= 11,68%	R\$ 292,89	R\$ 2.492,61	23,33%	R\$ 581,61	8	R\$ 4.652,87
2	ENCADERNADOR	R\$ 2.710,56	35,78%	R\$ 969,84	Custos= 0,05% Lucro= 0,03% Tributos= 11,68%	R\$ 490,05	R\$ 4.170,45	23,33%	R\$ 973,10	1	R\$ 973,10
3	RESTAURADOR DE LIVROS E DOCUMENTOS	R\$ 3.388,19	35,78%	R\$ 1.212,29	Custos= 0,05% Lucro= 0,03% Tributos= 11,68%	R\$ 612,56	R\$ 5.213,04	23,33%	R\$ 1.216,38	3	R\$ 3.649,13
VALOR TOTAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO											R\$ 9.275,10

3ª repactuação (Salário, Aux.Alim, P. Ambul, Assist. Odonto e Assist. Funeral) De 1º/1/2022 a 1º/3/2022											
Quadro-demonstrativo: ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO											
Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO do Posto (A)	Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (%) (B)	Incidência Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (R\$) (C) = A x B	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (%) (F)	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (R\$) (G) = (A+C+E) x F	BASE DE CÁLCULO Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) (H) = A + C + E + G	ALÍQUOTA Aviso Prévio Trabalhado (1 / 30 * 7) * (I)	VALOR Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) POR POSTO (J) = H x I	Quantidade Total de Profissionais (Postos x Empregados) (K)	Valor do Aviso Prévio Trabalhado A PAGAR Fim do contrato (L) = J x K
0	AUXILIAR DE ARQUIVO	R\$ 1.782,07	35,78%	R\$ 637,62	Custos= 0,05% Lucro= 0,03% Tributos= 11,68%	R\$ 322,18	R\$ 2.741,87	23,33%	R\$ 639,77	8	R\$ 5.118,17
0	ENCADERNADOR	R\$ 2.981,62	35,78%	R\$ 1.066,82	Custos= 0,05% Lucro= 0,03% Tributos= 11,68%	R\$ 539,05	R\$ 4.587,49	23,33%	R\$ 1.070,42	1	R\$ 1.070,42
0	RESTAURADOR DE LIVROS E DOCUMENTOS	R\$ 3.591,49	35,78%	R\$ 1.285,04	Custos= 0,05% Lucro= 0,03% Tributos= 11,68%	R\$ 649,32	R\$ 5.525,85	23,33%	R\$ 1.289,36	3	R\$ 3.868,09
VALOR TOTAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO											R\$ 10.056,67

6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022											
Quadro-demonstrativo: ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO											
Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO do Posto (A)	Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (%) (B)	Incidência Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (R\$) (C) = A x B	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (%) (F)	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (R\$) (G) = (A+C+E) x F	BASE DE CÁLCULO Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) (H) = A + C + E + G	ALÍQUOTA Aviso Prévio Trabalhado (1 / 30 * 7) * (I)	VALOR Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) POR POSTO (J) = H x I	Quantidade Total de Profissionais (Postos x Empregados) (K)	Valor do Aviso Prévio Trabalhado A PAGAR Fim do contrato (L) = J x K
0	AUXILIAR DE ARQUIVO	R\$ 1.782,07	35,78%	R\$ 637,62	Custos= 0,05% Lucro= 0,03% Tributos= 11,68%	R\$ 322,18	R\$ 2.741,87	23,33%	R\$ 639,77	9	R\$ 5.757,94
0	ENCADERNADOR	R\$ 2.981,62	35,78%	R\$ 1.066,82	Custos= 0,05% Lucro= 0,03% Tributos= 11,68%	R\$ 539,05	R\$ 4.587,49	23,33%	R\$ 1.070,42	1	R\$ 1.070,42
0	RESTAURADOR DE LIVROS E DOCUMENTOS	R\$ 3.591,49	35,78%	R\$ 1.285,04	Custos= 0,05% Lucro= 0,03% Tributos= 11,68%	R\$ 649,32	R\$ 5.525,85	23,33%	R\$ 1.289,36	3	R\$ 3.868,09
VALOR TOTAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO											R\$ 10.696,44

Obs:

1) O TST somente indenizará a adjudicatária do valor correspondente ao aviso prévio trabalhado de fim de contrato, após a comprovação do pagamento dessa verba aos postos de trabalho;

2) O empenho do valor respectivo será solicitado no último ano de vigência do contrato, ou caso o contrato não venha a ser prorrogado;

3) * Aliquota definida conforme o seguinte cálculo: (1 remuneração / 30 x 7 dias = 0,2333 = 23,33 da remuneração mensal do posto.

6 - VALOR TOTAL

Quadro-resumo I: VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Posto de Trabalho (B)	Contrato Vigente em 31/12/2021					3ª repactuação (Salário, Aux.Alim, P. Ambul, Assist. Odonto e Assist. Funeral) De 1º/1/2022 a 1º/3/2022					6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022				
	Valor Proposto por Emprego (C)	Quant. de Empregados por Posto (D)	Valor Proposto por Posto (E=CxD)	Quantidade Mínima de Postos (F)	Valor Total do Serviço (G=ExF)	Valor Proposto por Emprego (C)	Quant. de Empregados por Posto (D)	Valor Proposto por Posto (E=CxD)	Quantidade Mínima de Postos (F)	Valor Total do Serviço (G=ExF)	Valor Proposto por Emprego (C)	Quant. de Empregados por Posto (D)	Valor Proposto por Posto (E=CxD)	Quantidade Mínima de Postos (F)	Valor Total do Serviço (G=ExF)
1) Auxiliar de Arquivo	R\$ 4.291,06	1	R\$ 4.291,06	8	R\$ 34.328,48	R\$ 4.669,74	1	R\$ 4.669,74	8	R\$ 37.357,92	R\$ 4.669,74	1	R\$ 4.669,74	9	R\$ 42.027,66
2) Encadernador	R\$ 6.247,22	1	R\$ 6.247,22	1	R\$ 6.247,22	R\$ 6.824,80	1	R\$ 6.824,80	1	R\$ 6.824,80	R\$ 6.824,80	1	R\$ 6.824,80	1	R\$ 6.824,80
3) Restaurador de livros e documentos	R\$ 7.483,12	1	R\$ 7.483,12	3	R\$ 22.449,36	R\$ 7.937,14	1	R\$ 7.937,14	3	R\$ 23.811,42	R\$ 7.937,14	1	R\$ 7.937,14	3	R\$ 23.811,42
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					R\$ 63.025,06					R\$ 67.994,14					R\$ 72.663,88

Quadro-resumo II: VALOR ANUAL DOS POSTOS DE TRABALHO

		Contrato Vigente em 31/12/2021	3ª repactuação (Salário, Aux.Alim, P. Ambul, Assist. Odonto e Assist. Funeral) De 1º/1/2022 a 1º/3/2022	6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022
Item	Descrição	Valor Total do Serviço	Valor Total do Serviço	Valor Total do Serviço
1	Valor mensal dos serviços	63.025,06	67.994,14	72.663,88
2	Número de meses do contrato	12 meses	12 meses	12 meses
VALOR ANUAL DOS POSTOS DE TRABALHO		756.300,72	815.929,68	871.966,56

Quadro-resumo III: VALOR ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS

		Contrato Vigente em 31/12/2021	3ª repactuação (Salário, Aux.Alim, P. Ambul, Assist. Odonto e Assist. Funeral) De 1º/1/2022 a 1º/3/2022	6º Termo Aditivo (Acréscimo de um posto de Auxiliar de Arquivo) A partir de 2/3/2022
Descrição		Valor Total dos Serviços	Valor Total dos Serviços	Valor Total dos Serviços
VALOR ANUAL DOS POSTOS DE TRABALHO	R\$	756.300,72	815.929,68	871.966,56
VALOR ESTIMADO PARA PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO *	R\$	9.275,10	10.056,67	10.696,44
VALOR ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS	R\$	765.575,82	825.986,35	882.663,00

Obs: O empenho para pagamento do Aviso Prévio Trabalhado "Fim de Contrato" será solicitado no último ano de vigência do contrato, ou caso não venha a ser prorrogado. Memória de cálculo planilha "5".

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2018-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA O2 SPEED ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA-ME.

Pelo presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº 008/2018-MP/PA**, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, com sede na Rua João Diogo nº. 100, Bairro Cidade Velha, CEP: 66015-165, Belém-PA, neste ato representado pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, em exercício, Dr. **ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, e a Empresa **O2 SPEED ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 12.541.655/0001-56, com sede na Travessa Quintino Bocaiuva, nº 2301, Edifício Rogério Fernandes, Sala 2113, Bairro: Cremação, CEP: 66.045-315, Belém-PA, Fone: (91) 3236-4130, E-mail: sac@o2speed.com.br / odivaldo.jr@o2speed.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **ODIVALDO MELO FIGUEIREDO JUNIOR**, portador do RG nº 3050430 – SSP/PA e inscrito no CPF sob o nº 840.152.412-15, brasileiro, residente e domiciliado em Belém-PA, têm entre si justas e acordadas as cláusulas e condições seguintes, objeto do presente Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato, que trata **DO VALOR E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**. O mencionado instrumento contratual, que tem como **objeto** a contratação de Empresa para prestação de serviço de mensageria motorizada (motoboy), com cessão de mão de obra e motocicleta, com 02 (dois) postos fixos, para atuar na Região Metropolitana de Belém, para execução de serviços de protocolização externa de documentos, coleta de assinaturas e trâmite físico de processos administrativos, visando atender às necessidades administrativas do Ministério Público do Estado do Pará, decorreu da **Adesão nº 004/2017-MP/PA à Ata de Registro de Preços nº 003/2017-UEPA**, vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 002/2017-UEPA**.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O valor do Contrato fica **reajustado** em **26,541910%** referente à variação do índice IGPD-I (FGV), no período de **fevereiro/2020 a janeiro/2021**, e **repactuado**, em função da Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 – Sitramotos-PA (PA 000097/2021) que estabeleceu novos pisos salariais, conforme quadros abaixo:

CT 008/2018			
Mensageiro – 02 postos			
Situação	Mês (2021)	Valor unitário	Valor mensal
3ª Repactuação	Janeiro	R\$ 3.637,61	R\$ 7.275,22
3ª Repactuação e 1º Reajuste	Fevereiro	R\$ 3.756,85	R\$ 7.513,70
3ª Repactuação e 1º Reajuste	Março	R\$ 3.756,85	R\$ 7.513,70
3ª Repactuação e 1º Reajuste	Abril (29 dias)	R\$ 3.631,62	R\$ 7.263,24
4ª Repactuação e 1º Reajuste	Abril (1 dia)	R\$ 130,01	R\$ 260,02
4ª Repactuação e 1º Reajuste	Maio	R\$ 3.900,36	R\$ 7.800,72
4ª Repactuação e 1º Reajuste	Junho	R\$ 3.900,36	R\$ 7.800,72
4ª Repactuação e 1º Reajuste	Julho	R\$ 3.900,36	R\$ 7.800,72
4ª Repactuação e 1º Reajuste	Agosto	R\$ 3.900,36	R\$ 7.800,72
4ª Repactuação e 1º Reajuste	Setembro	R\$ 3.900,36	R\$ 7.800,72
4ª Repactuação e 1º Reajuste	Outubro	R\$ 3.900,36	R\$ 7.800,72
4ª Repactuação e 1º Reajuste	Novembro	R\$ 3.900,36	R\$ 7.800,72

4ª Repactuação e 1º Reajuste	Dezembro	R\$ 3.900,36	R\$ 7.800,72
Total neste período			R\$ 92.231,64

2.2. O valor reajustado é a contar de **fevereiro/2021**.

2.3. O valor repactuado é a contar do dia **30/04/2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Atividades: 12101.03.122.1494.8760 – Governança e Gestão.

Elementos de Despesa: 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Elementos de Despesa: 3390-92 – Despesas de Exercícios Anteriores.

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.

Fonte: 0301 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUARTA

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam **eletronicamente** o presente Termo Aditivo, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Belém, 22 de julho de 2022.

PARA MINISTERIO
PUBLICO:050549600
00158

Assinado de forma digital por
PARA MINISTERIO
PUBLICO:05054960000158
Dados: 2022.07.22 08:11:54 -03'00'



Assinado de forma digital por O2
SPEED - ENCOMENDAS EXPRESSAS
LTDA:12541655000156
Dados: 2022.07.20 16:15:17 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante

02 SPEED ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA-ME
Contratada

Testemunhas:

MICHELLE
BARBOSA DE
BRITO:679115952
91

Assinado de forma digital
por MICHELLE BARBOSA
DE BRITO:67911595291
Dados: 2022.07.22
08:12:15 -03'00'



Documento assinado digitalmente
MARCIA DAS DORES SANTOS DA CONCEICAO
Data: 22/07/2022 09:12:12-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

1) _____
RG:

2) _____
RG:



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TERMO ADITIVO

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO-TSE Nº 83/2018

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E A EMPRESA PHOENIX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".

O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, sediado no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF, CEP 70.070-600, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA**, Senhor **RUI MOREIRA DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 312.834 SSP/DF, CPF nº 183.157.041-68, e, de outro lado, a empresa **PHOENIX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**, com sede na ADE, Conjunto 10, Lotes 10/11, Sala 101, na cidade de Águas Claras, Brasília/DF, CNPJ nº 12.978.051/0001-71, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu **SÓCIO**, Senhor **RONALDO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.749.982 SSP/DF, CPF nº 809.383.961-53, têm justo e acordado aditar o **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO DE SAÚDE BUCAL**, sob a regência das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, de acordo com o Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000003966-5, nº 2019.00.000004039-7 e nº 2022.00.000000831-7, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

O presente termo aditivo tem por escopo:

1. Repactuar, a partir de 1º/11/2021, os preços contratados com base nas alterações trazidas pela Convenção Coletiva de Trabalho 2021-2022 do Sindicato Brasiliense de Hospitais, Casas de Saúde e Clínicas-DF e do Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Serviços de Saúde de Brasília/DF, registrada no órgão competente sob nº DF000023/2022 em 20/01/2022, com vigência de 1º/11/2021 a 31/08/2022 e data-base da categoria em 1º de setembro (páginas 4 a 17 do Documento SEI nº 1913472), da seguinte forma:

a) Reajuste salarial de 4% (quatro por cento) a todos os empregados que recebem acima do piso, nos termos da Cláusula Quarta da CCT da categoria;

b) Majoração do valor do auxílio-alimentação para R\$ 20,50 (vinte reais e cinquenta centavos) diários, por empregado, nos termos da Cláusula Oitava da CCT 2021-2022 da categoria; e

c) Majoração do valor do piso salarial para R\$ 1.176,00 (um mil, cento e setenta e seis reais), para os postos de trabalho inseridos no âmbito deste contrato, nos termos da Tabela da Cláusula Terceira da CCT 2021-2022 da categoria.

2. Aumentar, a partir de 1º/1/2022, o valor do adicional de insalubridade em face da majoração do salário-mínimo promovida pela Medida Provisória nº 1.091, de 30/12/2021; e

3. Prorrogar o prazo de vigência do Contrato-TSE nº 83/2018 pelo período de 3 de setembro de 2022 a 3 de setembro de 2023;

4. Reduzir, a partir de 03/09/2022, o percentual de LDI de de 22,33% (vinte e dois inteiros e trinta e três centésimos por cento) para 20,64% (vinte inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento);

5. Reduzir, a partir de 03/09/2022, o percentual de PIS de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) para 1,13% (um inteiro e treze centésimos por cento) e COFINS de 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) para 5,20% (cinco inteiros e vinte centésimos por cento).

Parágrafo primeiro. As alterações de que tratam os itens 1 e 2 desta Cláusula têm por base o pleito da **CONTRATADA** sob o Documento SEI nº 1913472 e a análise técnica do **CONTRATANTE** sob o Documento SEI nº 2000441, ambos do Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000000831-7.

Parágrafo segundo. A prorrogação contratual e a redução de LDI, de que tratam os itens 3, 4 e 5, desta Cláusula tem por base a manifestação da fiscalização do contrato sob os Documentos SEI nº 1958427 e nº 1958651, a manifestação da **CONTRATADA** sob o Documento SEI nº 1965185 no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000003966-5, e a análise da unidade técnica do **CONTRATANTE** sob o Documento SEI nº 1995134 no Procedimento Administrativo SEI nº 2019.00.000004039-7.

Parágrafo terceiro. Fica resguardado à **CONTRATADA** o direito de pleitear a repactuação dos preços nas hipóteses em que na data da prorrogação contratual não tenha sido celebrado o novo acordo ou convenção coletiva ou tenha sido instaurado dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, bem como não tenha sido possível à **CONTRATADA**, no caso da existência de acordo ou convenção coletiva vigente, proceder aos cálculos devidos, conforme pleiteado sob o documento SEI nº 1965185, do Procedimento SEI nº 2017.00.000003966-5.

Parágrafo quarto. Com o advento do registro do novo acordo, convenção coletiva da categoria ou equivalente, a **CONTRATADA** deverá exercer o seu direito à repactuação, referente ao período resguardado no parágrafo segundo, até a data da assinatura da próxima prorrogação, havendo esta possibilidade, ou até a data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de preclusão.

Parágrafo quinto. Resguarda-se à **CONTRATADA** o direito de pleitear o reajuste de preços, observados os pressupostos legais e contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO VALOR CONTRATUAL

1. Em decorrência da retroatividade das alterações registradas nos itens 1 e 2 da Cláusula Primeira deste aditamento, o valor total estimado do contrato para o período de **03/09/2021 a 03/09/2022** passará a ser de **R\$ 324.744,37 (trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos)**, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

TABELA 1: COMPOSIÇÃO DO VALOR TOTAL DO CONTRATO PARA O PERÍODO DE 03/09/2021 a 03/09/2022 - 7º TERMO ADITIVO (Planilha Pro Rata sob o Documento SEI nº 2000432)

CONTRATO TSE 83/2019 - PHOENIX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.					
Pró rata (período de 03/09/2021 a 03/09/2022)					
Descrição	Data Inicial	Data Final	Quantidade de Dias	Valor Mensal	Valor Proporcional
Composição (Prorrogação 7º TA)	03/09/2021	1º/11/2021	58	R\$ 26.061,30	R\$ 50.385,18
Repactuação - CCT 2021/2022 - SINDISAÚDE	1º/11/2021	1º/01/2022	60	R\$ 27.033,78	R\$ 54.067,56
Repactuação - CCT 2021/2022 - SINDISAÚDE e MP 1.091/2021	1º/01/2022	03/09/2022	242	R\$ 27.308,88	R\$ 220.291,63
VALOR TOTAL (03/09/2021 a 03/09/2022)					R\$ 324.744,37

TABELA 2: VALORES MENSAIS DE REFERÊNCIA - PERÍODO DE 03/09/2021 A 31/10/2021 (PCFP do Documento SEI nº 2000408)

Contrato-TSE nº 83/2018 - período de 03/09/2021 a 31/10/2021					
Posto de Trabalho	SALÁRIO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	QTDE POSTO DE TRABALHO	QTDE PROFISSIONAIS	VALOR TOTAL MENSAL PARA O PERÍODO
Auxílio de Saúde Bucal = 44 horas - CBO 3224-15	R\$ 1.542,01	R\$ 4.343,55	6	6	R\$ 26.061,30
TOTAL (PERÍODO DE 03/09/2021 A 31/10/2021)					R\$ 26.061,30

TABELA 3: VALORES MENSAIS DE REFERÊNCIA - PERÍODO DE 1º/11/2021 A 31/12/2021 (PCFP do Documento SEI nº 2000412)

Contrato-TSE nº 83/2018 - período de 1º/11/2021 a 31/12/2021					
Posto de Trabalho	SALÁRIO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	QTDE POSTO DE TRABALHO	QTDE PROFISSIONAIS	VALOR TOTAL MENSAL PARA O PERÍODO
Auxílio de Saúde Bucal = 44 horas - CBO 3224-15	R\$ 1.603,69	R\$ 4.505,63	6	6	R\$ 27.033,78
TOTAL (PERÍODO DE 1º/11/2021 A 31/12/2021)					R\$ 27.033,78

TABELA 4: VALORES MENSAIS DE REFERÊNCIA - PERÍODO DE 1º/01/2022 A 03/09/2022 (PCFP do Documento SEI nº 2000413)

Contrato-TSE nº 83/2018 - período de 1º/01/2022 a 03/09/2022					
Posto de Trabalho	SALÁRIO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	QTDE POSTO DE TRABALHO	QTDE PROFISSIONAIS	VALOR TOTAL MENSAL PARA O PERÍODO
Auxílio de Saúde Bucal = 44 horas - CBO 3224-15	R\$ 1.603,69	R\$ 4.551,48	6	6	R\$ 27.308,88
TOTAL (PERÍODO DE 1º/01/2022 A 03/09/2022)					R\$ 27.308,88

2. O valor total estimado do contrato para o período de prorrogação contratual de **3/09/2022 a 3/09/2023** de que trata a Cláusula Primeira deste aditamento será **R\$ 323.179,20 (trezentos e vinte e três mil, cento e setenta e nove reais e vinte centavos)**, conforme tabela abaixo:

TABELA 1: COMPOSIÇÃO DO VALOR TOTAL DO CONTRATO PARA O PERÍODO DE PRORROGAÇÃO DE 03/09/2022 a 03/09/2023 (Planilha Pro Rata sob o Documento SEI nº 2003999)

Prorrogação do Contrato-TSE nº 83/2018 - período de 3/9/2022 a 3/09/2023						
Posto de Trabalho	SALÁRIO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	QTDE POSTO DE TRABALHO	QTDE PROFISSIONAIS	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR ANUAL TOTAL
Auxílio de Saúde Bucal = 44 horas - CBO 3224-15	R\$ 1.603,69	R\$ 4.488,60	6	6	R\$ 26.931,60	R\$ 323.179,20
TOTAL					R\$ 26.931,60	R\$ 323.179,20

Parágrafo único. Os valores constantes dos itens 1 e 2 e das tabelas desta Cláusula se embasam, para o item 1, nas Planilhas de Custo e Formação de Preços (PCFP) sob os Documentos SEI nºs 2000408, 2000412, 2000413, na planilha *Pró-Rata* sob Documento SEI nº 20004320 e na análise técnica do **CONTRATANTE** sob os Documentos SEI nº 2000441, todas do Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000000831-7, e para o item 2, na Planilha de Custos e Formação de Preço (PCFP) sob o Documento SEI nº 2003999 e análise técnica do **CONTRATANTE** sob os Documentos SEI nº 1995134, constantes do Procedimento SEI nº 2019.00.000004039-7,

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa com este termo aditivo, no corrente exercício, correrá à conta das Notas de Empenho nº 2022NE000242 - Reforço, de 23/02/2022, no valor de R\$ 203.819,00 (duzentos e três mil, oitocentos e dezenove reais) e nº 2022NE000633, de 1º/07/2022, no valor de R\$ 99.400,00 (noventa e nove mil, quatrocentos reais), devidamente apropriadas no elemento de despesa 33.90.37.01 - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, vinculado à atividade 02.122.0033.20GP.0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa do Programa, da vigente Lei Orçamentária Anual.

2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao **CONTRATANTE**, na Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUARTA DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar nova garantia, no valor de R\$ 16.237,22 (dezesseis mil, duzentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato no período de 03/09/2021 a 03/09/2022, de acordo com o prazo e condições previstos na Cláusula Oitava do instrumento contratual.

Parágrafo único. Em decorrência da prorrogação contratual tratada no item 3 da cláusula primeira, a garantia contratual deverá ter vigência até 03/12/2023, facultando-se à **CONTRATADA** apresentar após 03/09/2022 nova garantia no valor de R\$ 16.158,96 (dezesseis mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual estabelecido no item 1 da cláusula segunda.

CLÁUSULA QUINTA
DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com fundamento no arts. 55, III, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo art. 12 do Decreto nº 9.507/2018 c/c o art. 53 e seguintes da IN SEGES/MPDG nº 5/2017; nos arts. 57, II, e 65, II, "d" e § 5º, da Lei nº 8.666/93; e nas Cláusulas Sétima, Treze e Quatorze do Contrato-TSE nº 83/2018.

CLÁUSULA SEXTA
DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-TSE nº 83/2018 e em seus aditamentos anteriores, não alteradas ou substituídas por este instrumento, cabendo ao **CONTRATANTE** providenciar por sua conta a publicação do extrato deste aditamento, nos termos da lei.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente aditamento eletronicamente para todos os fins de direito.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR-GERAL



Documento assinado eletronicamente em **10/08/2022, às 19:46**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



RONALDO MARINHO DE ARAÚJO
USUÁRIO EXTERNO



Documento assinado eletronicamente em **15/08/2022, às 17:37**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2125195&crc=B3B123C3, informando, caso não preenchido, o código verificador **2125195** e o código CRC **B3B123C3**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

CONTRATO Nº 1 / 2022

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRE-PA, E OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.703.755/0001-76, situado na Rua João Diogo, n.º 288, Belém - Pará, representado por seu Diretor-Geral, **FELIPE HOUAT DE BRITO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º 3779772 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 757.624.392-91, no uso da competência que lhe foi atribuída pelas Portarias TRE/PA nº 19.597 de 08 de junho de 2020 e n.º 20.082/2021, de 25 de janeiro de 2021.

CONTRATADA: OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.887.298/0001-33, estabelecida na Rua João Batista, nº 44-B, Bairro Centro, CEP 67030-585, Ananindeua/Pará, Tel.: (91) 3014-2477 / 98874-3545, E-mail: diretoriagrupodamasceno@gmail.com e officeserviceterceirizacao@gmail.com, neste ato representada por **MARCOS DAMASCENO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5081441 SSP-PA e CPF: 427.956.483-34, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração, constante do evento 1462109 do Proc. Administrativo n.º 0005468-70.2021.6.14.8000.

Os CONTRATANTES têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de serviço de MENSAGERIA MOTORIZADA (Motoboy), com cessão de mão de obra e motocicleta, incluído serviço de monitoramento e rastreamento veicular via GPS/GPRS e módulo de dispositivos Identificador de condutores de veículos (tipo: iButton, RFID, ou mecanismo similar), sob o regime de empreitada por preço unitário, para execução dos serviços de protocolização externa de documentos, coleta de assinaturas e trâmite físico de processos judiciais provenientes da Justiça Eleitoral do Pará, para atuar na Região Metropolitana de Belém, excluindo-se as atividades de recebimento, transporte e entrega, no território nacional, de carta, cartão postal e correspondência agrupada que estão sob o regime de monopólio da União, conforme art. 9º da Lei 6538/78, de acordo com as características mínimas descritas no Anexo I - Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 bem como na Resolução TSE nº 23.234/2010, e alterações, e vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 83/2021, e seus Anexos, como se aqui estivessem integralmente transcritos, vinculando-se ainda aos termos da proposta da contratada (evento 1462105) e Planilhas de Custos e Formação de Preços (evento 1466306), constantes do processo administrativo SEI nº 0005468-70.2021.6.14.8000.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. A contratante obriga-se a:

3.1.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços objeto desta contratação, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela sua execução, reservando-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

3.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação das respectivas faturas, após comprovação de quitação de encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, devidamente discriminadas e atestadas pela CONTRATANTE, através de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual;

3.1.3. Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para que possa desempenhar o objeto do contrato de forma satisfatória;

3.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

3.1.5. No horário de execução dos serviços, disponibilizar vaga na garagem do Edifício-Sede do TRE-PA para estacionamento dos veículos da CONTRATADA.

3.1.6. Indicar os responsáveis pela gestão do contrato, aos quais competirão, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, a fiscalização dos serviços, inclusive solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento;

3.1.7. O CONTRATANTE isenta-se de todas as responsabilidades sobre quaisquer irregularidades cometidas pelos motoristas dos veículos durante o período da prestação de serviço, inclusive infrações de trânsito e acidentes;

3.1.8. Providenciar o depósito na conta-depósito vinculada dos valores correspondentes aos encargos trabalhistas e previdenciários, nos percentuais previstos pela contratada na sua planilha de encargos, conforme determina a Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019 (Anexo VIII deste Edital), observada a Resolução CNJ nº 169/2013;

3.1.9. Liberar os valores depositados na conta depósito vinculada no prazo e condições constantes deste Contrato e da Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019, ou outra que vier a substituí-la.

3.1.10. Liberar o saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da execução do Contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A contratada deve cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Contrato, bem como a executar o serviço obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 83/2021, obrigando-se a:

4.1.1. Assumir inteiramente a responsabilidade e arcar com todos os custos, despesas, encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal, obrigando-se a saldá-los na época própria, visto que seus empregados não estabelecerão nenhuma espécie de vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

4.1.2. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

4.1.3. Indicar preposto para representá-la e que deverá estar acessível para imediato contato durante todo o período de expediente e será nomeado por escrito, cujo respectivo documento deverá ser entregue ao CONTRATANTE.

4.1.4. Fornecer à CONTRATANTE, até o quinto dia útil após o início da execução do contrato, a relação dos empregados encarregados da prestação de serviços, de acordo com a categoria e qualificação mínima definidas neste Termo de Referência e com função profissional legalmente registrada em suas carteiras de trabalho.

4.1.5. Suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Termo de Referência.

4.1.6. Apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, sendo obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual conforme Resolução nº 453 do CONTRAN, de 26/09/2013, e suas alterações.

4.1.7. Fornecer 02 (dois) conjuntos de uniformes a cada profissional, conforme descrito no ANEXO I do Termo de Referência, mediante recibo, a partir do primeiro dia do início da execução do serviço e a cada seis meses de duração da avença, ou em prazo menor, quando necessário, sem prejuízo do que dispuserem o respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

4.1.8 Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho.

4.1.9. Responder por qualquer dano que, por dolo ou culpa, seus profissionais causem a terceiros ou à CONTRATANTE.

4.1.10. Manter sigilo sobre todo e qualquer informação de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

4.1.11. Realizar integralmente os serviços descritos no Termo de Referência.

4.1.12. Comprovar, sempre que solicitado pelo TRE-PA, a quitação das obrigações trabalhistas.

4.1.13. **Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que exigido pela CONTRATANTE, qualquer empregado ou preposto cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios** à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

4.1.14. Registrar e controlar, diária e rigorosamente, a assiduidade e a pontualidade dos seus funcionários, bem como as ocorrências havidas.

4.1.15. Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidades exigidas no edital.

4.1.16. A CONTRATADA será responsável por eventuais ocorrências como multas, taxas, seguros, além de outros decorrentes da prestação dos serviços de mensageria motorizada, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.1.17. Apresentar diariamente os equipamentos exigidos para a prestação dos serviços abastecidos, limpos e em perfeito funcionamento, sendo de sua responsabilidade a manutenção preventiva e corretiva das motocicletas disponibilizadas.

4.1.18. Fornecer aos seus empregados, durante a execução dos serviços ora contratados, todos os equipamentos de proteção legalmente obrigatórios, podendo ainda disponibilizar outros que julgue necessários.

4.1.19. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;

4.1.20. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;

4.1.21. Cumprir as prescrições da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, bem como posteriores atualizações;

4.1.22. Não repassar aos seus empregados os custos do uniforme;

4.1.23. Efetuar, conforme norma vigente, o pagamento dos salários, pontualmente, aos seus empregados utilizados diretamente na prestação dos serviços contratados, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

4.1.24. Apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

4.1.25. Fornecer, juntamente com os demais documentos que acompanham a fatura mensal, todos os dados necessários para que o CONTRATANTE possa viabilizar os depósitos previstos na IN nº 05/2017 - SEGES/ME, tais como os dados bancários (banco, agência, conta corrente e conta vinculada) e os pessoais de seus trabalhadores diretamente vinculados à execução do contrato (nomes, nº do CPF) e demais dados necessários para essa finalidade;

4.1.26. Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da contratada, incidentes sobre o objeto do contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da contratada para com estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

4.1.27. Fica esclarecido que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto do contrato, qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados que a CONTRATADA fornecer para execução dos serviços;

4.1.28. No caso de a CONTRATADA, uma vez notificada para regularizar as pendências, permanecer inadimplente, a CONTRATANTE poderá providenciar a rescisão unilateral do contrato;

4.1.29. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes e mal súbito de que seus empregados possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos arts. 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784, de 28.11.67;

4.1.30. A CONTRATADA será responsável pela integridade de seus empregados na execução dos serviços, devendo manter, durante a vigência do contrato, seguro pessoal de seus empregados;

4.1.31. Apresentar, mensalmente, ou quando solicitado pelo fiscal do contrato, obrigatoriamente, junto à apresentação da nota fiscal, os documentos relacionados no art. 34, e incisos, da Resolução TSE nº 23.234/2010, ou outra que vier a substituí-la;

4.1.32. A empresa que apresentar documentação falsa, fraudar ou cometer fraude fiscal estará sujeita às penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda, bem como às previstas em legislação específica;

4.1.33. Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados da CONTRATADA serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.1.34. Manter, sob a administração do Banco do Brasil S.A, conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, que deverá ser aberta no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da notificação, para depósitos mensais correspondentes aos encargos trabalhistas e previdenciários, conforme os procedimentos indicados na Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019 (Anexo VIII do Edital), sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;

4.1.35. Para promover a abertura da referida conta corrente são necessários, além de outros que possam ser eventualmente solicitados pelo banco, os seguintes documentos:

a) Atos constitutivos em vigor e alterações posteriores;

b) Cópia do comprovante de inscrição no CNPJ;

c) Cópia dos documentos de identificação (RG e CPF) dos sócios ou proprietários da empresa, inclusive de representantes, assistentes ou procuradores;

d) Cópia do comprovante de endereço (residencial e comercial) dos sócios ou proprietários da empresa, inclusive de representantes, assistentes ou procuradores;

e) Cópia do comprovante de endereço da empresa;

f) Comprovante de faturamento;

g) Assinatura da Proposta/Contrato de abertura de Conta-depósito PJ (feita na agência);

h) Assinatura de cartão de autógrafos (feita na agência);

i) Assinatura da autorização de movimentação de conta do Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica firmado com o BANCO DO BRASIL S/A (feita na agência);

4.1.36. Os procedimentos quanto à retenção, ao depósito e aos rendimentos, relativos à conta-depósito vinculada, nos termos da Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019 e Resolução CNJ nº 169/2013, são os seguintes:

a) Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas e previdenciários serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da contratada, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TRE/PA;

b) As rubricas de encargos trabalhistas, para fins de retenção, são as relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários (INSS/SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/RAT+FAT/SEBRAE etc) e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

c) Os percentuais e valores dos encargos trabalhistas e previdenciários a serem retidos terão como base a planilha de custos definida na proposta da CONTRATADA.

d) Os valores das provisões de encargos trabalhistas e previdenciários depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA;

e) Os saldos da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação serão remunerados diariamente pelo índice da poupança, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

f) Atualmente a abertura e a manutenção da conta-depósito vinculada são isentas de tarifas;

g) Caso o banco promova desconto(s) diretamente na conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação - de tarifas referentes à abertura e manutenção da referida conta-depósito, esses valores deverão ser suportados pela taxa de administração e serão retidos do pagamento mensal devido à CONTRATADA e depositados na conta-depósito vinculada.

h) O pagamento da primeira fatura fica condicionado à abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

4.1.37. A contratada obriga-se, ainda, a:

4.1.37.1. Não transferir, no todo ou em parte, a prestação dos serviços objeto desta contratação;

4.1.37.2. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seu interesse junto aos Órgãos Públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

a) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

b) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

c) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

4.1.37.3. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993. Esta disposição deve ser observada ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos para as despesas com despedida sem justa causa ou com o quantitativo de vale-transporte;

4.1.37.4. Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho. Até que a Contratada comprove a realocação dos empregados ou o pagamento das verbas rescisórias citadas acima nesta subcláusula, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual;

4.1.37.5. Observar a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

4.1.37.6. Não ter entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PA (art. 7º, I, da Resolução TSE nº 23.234/2010);

4.1.37.7. Não ter entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PA (art. 7º, II, da Resolução TSE nº 23.234/2010);

4.1.37.8. A execução completa do contrato só acontecerá quando a contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

4.1.37.9. Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 Prazo de execução

5.1.1 A execução do serviço terá início com a emissão da ordem de serviço.

5.2 Local de execução

5.2.1. Edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará: Rua João Diogo, nº 288, entre Rua São Francisco e Avenida 16 de Novembro, no bairro da Campina, Belém (PA);

5.2.2. Zonas Eleitorais da Capital (01ª ZE, 28ª ZE, 29ª ZE, 73ª ZE, 76ª ZE, 95ª ZE, 96ª ZE, 97ª ZE E 98ª ZE): Travessa Pirajá s/n entre Marquês de Herval e Visconde de Inhaúma, no Bairro da Pedreira, Belém (PA);

5.2.3. 30ª ZE: Rua Manoel Barata, 1104, Icoaraci, Belém (PA); 7.2.1.5. 43ª ZE: Rua José Marcelino de Oliveira, 692 (próximo ao INISA) – centro, Ananindeua (PA);

5.2.4. 72ª ZE: Cidade nova II, WE 16 - em frente à escola Dr. Agostinho Monteiro, Ananindeua (PA).

5.2.5. 78ª ZE: Rua do fio, nº 48 - Marituba - PA

5.2.6. Eventualmente, nos Municípios integrantes da Área Metropolitana de Belém.

5.3 Fixação das rotinas de execução do contrato

5.4. Horário

5.4.1. A prestação dos serviços ocorrerá diariamente, de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h.

5.4.2. Por ocasião do período eleitoral (agosto a outubro) poderão ser realizados serviços em horas suplementares, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e, eventualmente, em período noturno, desde que obedecido o limite de 02 (duas) horas nos dias úteis e 04 (quatro) horas aos sábados, domingos e feriados.

5.4.3. As horas suplementares serão pagas de acordo com planilha específica anexa a este termo, a qual demonstrará o valor da hora trabalhada conforme fórmula a seguir:

$VH = VM / 220$, onde:

VH corresponde ao valor hora;

VM corresponde ao valor mensal apurado na planilha de custos e formação de preço; e 220 é o divisor utilizado para cálculo do salário hora, considerando a carga horária de 08 (oito) horas diárias.

5.5. Horário de funcionamento do Tribunal.

5.5.1. O horário de funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral do Pará inicia às 08 horas e se encerra às 15 horas, podendo ser alterado durante o Período Eleitoral.

5.6. Serviço extraordinário

5.6.1. Por ocasião do período eleitoral (agosto a outubro) poderão ser realizados serviços em horas suplementares, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e, eventualmente, em período noturno, desde que obedecido o limite de 02 (duas) horas nos dias úteis e 04 (quatro) horas aos sábados, domingos e feriados.

5.6.1.1 As horas suplementares serão pagas de acordo com planilha específica anexa ao termo de referência, a qual demonstrará o valor da hora trabalhada conforme fórmula a seguir:

$VH = VM / 220$, no qual:

VH corresponde ao valor hora;

VM corresponde ao valor mensal apurado na planilha de custos e formação de preço; 220 é o divisor utilizado para cálculo do salário hora, considerando a carga horária de 08 (oito) horas diárias.

Demonstrativo de Serviço extraordinário		
Posto de Serviço	%	Quantidade de horas mensais estimadas por posto
	50%	20
	100%	

5.6.2. Quando da ocorrência de horas-extras durante a execução contratual, depois de esgotadas as possibilidades de compensação, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de Nota Fiscal específica, ou, desde que discriminado, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato. Para o cálculo das despesas efetivamente realizadas com horas-extras, e seus reflexos, deverá ser utilizada a mesma Planilha de Custos que a licitante vencedora apresentou em sua proposta, inserindo o número de horas extras no campo específico;

5.6.3. Somente serão pagas as horas extras previamente autorizadas pela Administração e efetivamente realizadas.

5.6.4. Quando da eventualidade de ocorrência de horas de trabalho noturno que exijam o pagamento do adicional noturno, e seus reflexos, durante a execução contratual, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de Nota Fiscal específica, ou, desde que discriminado, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato. Para o cálculo das despesas com adicional noturno, deverá ser utilizada a mesma Planilha de Custos que a licitante vencedora apresentou em sua proposta, inserindo o número de horas noturnas no campo específico;

5.6.5. Somente serão pagas as horas extras noturnas previamente autorizadas pela Administração e efetivamente realizadas.

5.7. Metodologia de avaliação e aceite da qualidade de serviços

5.7.1. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão de responsabilidade da fiscalização dos contratos por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

- Resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- Recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigida;
- Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- Satisfação do público usuário.

5.7.2. A fiscalização do contrato poderá, para fins de realização da verificação mencionada no item anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no Termo de Referência, no Edital de Licitação, inclusive seus anexos, ou na legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Acordo de Nível de Serviço

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

A Resolução TSE nº 23.234/2010 preceitua que no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS existam bases compreensivas, objetivas e comprováveis para que seja medido o nível de serviço esperado, visando à aferição da qualidade da prestação do serviço e adequando as mesmas com o pagamento. Esta Seção é defensora da manutenção do Acordo de Nível de Serviço – ANS, nos autos de contratação da prestação de serviços, entretanto, neste caso concreto, ainda que houvesse uma tentativa de definição por parte da Seção de Transportes – SETRA dos indicadores de avaliação da qualidade do serviço, chegou-se à conclusão que não haveria objetividade na forma de medição do atendimento das metas pretendidas, o que poderia ser resolvido pela forma atualmente praticada, que é a avaliação da fiscalização através dos procedimentos de rotina, dada a ausência de complexidade do serviço, evitando a subjetividade que poderia ser impeditiva para as adequações do pagamento do que efetivamente deveria ser obtido como resultado. Diante disso, **consideramos neste momento, impossível definir critérios com indicadores que permitam a remuneração da contratada com base em mensuração de resultados, sugerindo que a fiscalização seja realizada na forma em que vem sendo praticada atualmente nos demais contratos, através da fiscalização das rotinas definidas neste Termo de Referência.**

6.2 Do recebimento e do aceite

6.2.1. Fiscalização da prestação dos serviços

A fiscalização Administrativa e gestão do contrato serão exercidas por servidores designados pela Administração, os quais possuirão as seguintes competências:

6.2.2 Fiscal Técnico/Administrativo:

6.2.2.1. Receber provisoriamente os serviços contratados, que compreende:

6.2.2.2. Elaborar relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

6.2.2.3. Tendo em vista que a fiscalização será exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.2.3 Gestor do Contrato:

6.2.3.1. Receber definitivamente o serviço, ato que compreende as seguintes atividades:

6.2.3.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.

6.2.3.3. Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados.

6.2.3.4. Notificar a Contratada acerca de eventuais falhas cometidas durante a execução do contrato.

6.2.3.5. Encaminhar as notas fiscais para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

7.1. O valor global do contrato é de **R\$ 408.268,08 (quatrocentos e oito mil duzentos e sessenta e oito reais e oito centavos)**, conforme discriminado abaixo:

Item	Categoria	Subitem		Descrição	Qtd de Postos	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Global Anual
1	MENSAGERIA MOTORIZADA (Motoboy), com cessão de mão de obra e motocicleta, para execução dos serviços de protocolização externa de documentos, coleta de assinaturas e trâmite físico de processos judiciais provenientes da Justiça Eleitoral do Pará, para atuar na Região Metropolitana de Belém.	PARCELA FIXA	1.1	Valor Mensal Fixo do Posto	6	R\$ 4.714,88	R\$ 56.578,56	R\$ 339.471,36
		PARCELA VARIÁVEL	1.2	Serviço extraordinário (50%)		R\$ 346,40	R\$ 4.156,80	R\$ 24.940,80
			1.3	Serviço extraordinário (100%)		R\$ 462,00	R\$ 5.544,00	R\$ 33.264,00
			1.4	Vale transporte (em função do serviço extraordinário - sábados, domingos ou feriados)		R\$ 33,84	R\$ 406,08	R\$ 2.436,48
			1.5	Vale alimentação/refeição (em função do serviço extraordinário - sábados, domingos ou feriados)		R\$ 113,27	R\$ 1.359,24	R\$ 8.155,44
VALOR GLOBAL								R\$ 408.268,08

7.2. O pagamento será efetuado, mensalmente, por meio de Ordem Bancária, mediante depósito na conta-corrente da Contratada, até o 10º (décimo) dia útil da data da liquidação da despesa, observado o estabelecido no art. 5º da Lei nº 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela Contratada.

7.2.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária de pagamento.

7.2.2 No caso do valor do pagamento não ultrapassar o limite de que trata o inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/93, o mesmo deverá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, nas condições referidas no item 7.2.

7.3. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas e previdenciários, serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da CONTRATADA, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TRE-PA, conforme Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019 (Anexo VIII deste Edital) e Resolução CNJ nº 169/2013.

7.3.1. Os procedimentos para a dedução das provisões serão os descritos na Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019 ou outra que vier a substituí-la, observada a Resolução CNJ nº 169/2013.

7.3.2. As rubricas de encargos trabalhistas, para fins de retenção, são as relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

7.3.2.1. Os percentuais das rubricas serão os previstos na tabela abaixo:

Previsão para Retenção de Encargos Trabalhistas a serem depositados na Conta-Depósito Vinculada						
POSTOS	REMUNERAÇÃO TOTAL	13º Salário	Férias e Adicional de Férias	Incidência do submódulo 2.2 sobre férias, adicional de férias e 13º salário *	Multa do FGTS incidente sobre a remuneração, férias, 1/3 e 13º salário	TOTAL DE RETENÇÃO MENSAL
		8,33%	11,11%	7,15%	3,44%	
* Esse percentual varia conforme a realidade da empresa, tendo em vista os itens constantes do submódulo 2.2 da Planilha de Custos e Formação de Preços						

* Esse percentual varia conforme a realidade da empresa, tendo em vista os itens constantes do submódulo 2.2 da Planilha de Custos e Formação de Preços

7.4. Os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à contratada.

7.5. Caso o Banco promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - de tarifas referentes à abertura e manutenção da referida conta-depósito, esses valores deverão ser suportados pelos custos indiretos definidos na proposta contratada, e serão retidos do pagamento mensal devido à contratada e depositados na conta-depósito vinculada.

7.6. Atualmente a abertura e a manutenção da conta-depósito vinculada são isentas de tarifas.

7.7. O pagamento da primeira fatura fica condicionado à abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

7.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

7.9. Não serão aceitas cobranças realizadas através de títulos colocados em cobrança através de banco ou outra instituição do gênero.

7.10. Os pagamentos serão realizados após a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigidas na habilitação, mediante a consulta *on-line* feita junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.10.1. Constatada a situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada, será providenciada a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (05) dias úteis, a contratada regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

7.10.2. O prazo do item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal acerca da inadimplência do fornecedor, bem como da existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a contratada não regularize sua situação.

7.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Diretor(a)-Geral, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

7.15. Pela prestação do serviço, serão efetuadas as seguintes retenções:

7.15.1. Tributos e contribuições federais (IR, CSLL, PIS e COFINS) previstos no artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96, e Instrução Normativa RFB n.º 1.1234, de 11.01.12, enquadrando o serviço no código 6147 (Serviços prestados com emprego de materiais) da Tabela de Retenção do Anexo I da referida Instrução Normativa;

7.15.2. Contribuição previdenciária (INSS) prevista no artigo 31 da Lei n.º 8.212, de 24.07.91, e Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13.11.09, enquadrando o serviço no artigo 118, inciso XVIII, da referida Instrução Normativa; e

7.15.3. Imposto sobre Serviços (ISS) previsto na Lei Complementar n.º 116, de 31.07.03, enquadrando os serviços no item 16.02 da Lista de Serviços anexa à referida Lei. Para efeito do disposto neste tópico será observado o disposto nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar n.º 116/03 (local do estabelecimento prestador).

7.16. Para efeito do disposto no tópico 7.15, a empresa deverá destacar no documento fiscal as alíquotas dos tributos e das contribuições, bem como os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção das alíquotas máximas previstas.

7.17. Na hipótese de ocorrer alteração em alguma das normas referenciadas no tópico 7.15, será aplicada a retenção correspondente prevista na legislação em vigor.

7.18. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.19. No primeiro e no último mês de vigência contratual, os valores serão rateados à base de 1/30 (um trinta avos) por dia do valor mensal dos serviços, considerando-se o mês de 30 (trinta) dias. Nos meses intermediários os encargos da efetiva prestação dos serviços serão cobrados considerando-se o mês de 30 (trinta) dias, para que não ultrapasse o valor global;

7.20. As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste contrato ou com qualquer vício serão devolvidas à CONTRATADA, não correndo, neste caso, o prazo estipulado no item 7.2. deste contrato, iniciando-se somente a partir da sua completa regularização.

7.21. A CONTRATADA deverá apresentar, como condição de pagamento e juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, o que segue:

a) comprovação do pagamento da remuneração e das contribuições sociais – FGTS e Previdência Social - correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b) comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela CONTRATANTE ou do mês do faturamento ou da prestação do serviço;

c) comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line” ou mediante a comprovação documental da manutenção da regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o FGTS e a Fazenda Municipal.

7.22. Para fins de comprovação dos itens “a” e “b”, do dispositivo 7.21, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

I) cópia da folha de pagamento e ou contracheques do mês faturado;

II) cópia do recibo de pagamento do salário;

III) cópia do protocolo de envio de arquivos emitidos pela conectividade social – GFIP;

IV) cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP – RE;

V) Cópia da relação de Tomadores/Obras – RET emitida pela SEFIP;

VI) Cópia do comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social, emitida pelo SEFIP;

VII) cópias dos comprovantes de fornecimento de diárias, auxílio alimentação e vale-transporte aos empregados, nos quais deverão constar: nome e matrícula do empregado, data da entrega, bem como a quantidade e o valor dos vales, e, ainda, a assinatura do empregado atestando o recebimento ou comprovação do depósito dos benefícios na conta bancária do empregado.

7.23. Nos casos de ocorrência de hora excedente, a contratada deverá emitir Nota Fiscal específica, ou seja, de forma segregada do faturamento relativo ao valor principal do contrato.

7.24. A comprovação mediante a documentação referenciada no item 7.22. será exigida a partir do segundo faturamento, ocasião em que deverá ser apresentada a documentação relativa ao primeiro mês de execução de serviços, e assim sucessivamente, sendo que no último faturamento será exigida também a documentação relativa ao último mês de execução dos serviços, ou seja, da mesma competência a que o faturamento se referir, de forma que durante a execução financeira do contrato seja apresentada toda a documentação correspondente ao período de vigência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta de recursos previstos no Orçamento da Justiça Eleitoral, na Ação "Pleitos Eleitorais" e "20GP".

8.2. Para a cobertura das despesas foi(foram) emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho 2022NE000020, à conta das dotações especificadas nesta Cláusula.

8.3. Para cobertura das despesas de competência do exercício financeiro seguinte será emitida a Nota de Empenho respectiva, que será registrada por meio de apostilamento.

CLÁUSULA NONA - PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

10.1. É admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, mediante solicitação da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

10.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

10.2.1. A partir da data limite para apresentação das propostas comerciais constante do edital, em relação aos custos dos materiais e equipamentos necessários à execução do objeto do contrato;

10.2.2. A partir da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos.

10.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

10.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

10.5. A solicitação de repactuação somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:

I - Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

II - As particularidades do contrato em vigência;

III - O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

IV - A nova planilha com a variação dos custos apresentada; e

V - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

10.6. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser tomada no prazo máximo de sessenta dias, contado o prazo a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

10.7. O Tribunal poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

10.8. O prazo previsto no item 10.6 desta cláusula ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Tribunal para a comprovação da variação dos custos.

10.9. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente. Na superveniência de prorrogação da vigência do contrato, em que não seja pleiteada pela CONTRATADA de forma tempestiva seu direito à repactuação, nem ressalvado expressamente sua intenção de fazê-lo, ocorrerá preclusão do direito de repactuar.

10.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

10.11. Os custos relativos a insumos e materiais poderão ser reajustados, mediante pedido da CONTRATADA, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida nos últimos doze meses, contados da data de apresentação da proposta ou do último reajuste concedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

12.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA deverá apresentar garantia no valor de **R\$ 20.413,40 (vinte mil quatrocentos e treze reais e quarenta centavos)**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, em favor da União, representada pelo TRE/PA, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global, numa das modalidades previstas no § 1º do artigo 56, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) As multas moratórias e/ou punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

12.3. Não serão aceitas garantias nas modalidades seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item 12.2, observada a legislação que rege a matéria.

12.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela CONTRATANTE, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, assim como providenciar a complementação

em caso de acréscimo contratual, reajuste, restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro ou repactuação do valor do contrato. No caso de prorrogação contratual, fica a CONTRATADA obrigada a renovar a garantia, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de celebração do termo de aditamento.

12.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

12.6. A validade da garantia apresentada deverá alcançar 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.8. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.10. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.11. Em caso de rescisão contratual com culpa da CONTRATADA, poderá ser executada a garantia para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações porventura devidos.

12.12. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

12.12.1. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento destas verbas trabalhistas, diretamente pela Administração, conforme estabelecido na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RECURSOS

13.1. Ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a CONTRATANTE que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
- b) Não assinar o contrato /e/ou não receber a Ordem de Serviço;
- c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) Causar atraso na execução do objeto deste Pregão;
- e) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

13.2. Sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, pelo atraso injustificado e inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATANTE as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- b) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global **do contrato, na hipótese de recusa em assinar o instrumento contratual;**
- c) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do respectivo serviço, na hipótese de recusa em **receber a Ordem de Serviço;**
- d) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do respectivo serviço, na hipótese de inexecução parcial ou total da obrigação.
- e) multa moratória no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitada 10% do valor mensal contrato, caso a CONTRATADA não entregue os veículos no prazo estipulado e nas condições avençadas;
- f) multa moratória, limitada a 10% do valor global do contato, em decorrência das infrações abaixo descritas, considerando os graus e percentuais indicados nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,20% do valor do contrato
2	0,40% do valor do contrato
3	0,80% do valor do contrato
4	1,00% do valor do contrato
5	1,50% do valor do contrato
6	4,10% do valor do contrato

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais;	6	por ocorrência
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	6	por dia e por unidade de atendimento
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, conforme Edital;	4	por ocorrência
04	Permitir a presença de empregado não uniformizado e/ou sem crachá;	2	por empregado e por ocorrência
05	Não promover a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da notificação.	3	por dia
Para os itens a seguir, deixar de:			
06	Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal;	1	por funcionário e por dia
07	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do fiscalizador;	2	por ocorrência
08	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente no prazo estipulado no Termo de Referência;	1	por funcionário e por dia
09	Entregar os salários, vales-transporte e/ou vales-refeição nas datas avençadas;	5	por ocorrência e por dia
10	Efetuar a reposição de funcionários faltosos no prazo estipulado no Termo de Referência;	2	por funcionário e por dia
11	Fornecer uniformes para seus empregados nas especificações e quantitativos indicada no Anexo correspondente do Edital;	2	por funcionário e por dia
12	Cumprir quaisquer dos itens do Edital não previstos nesta tabela de multas;	2	por item e por ocorrência
13	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	3	por item e por ocorrência

13.3. O atraso injustificado na execução do contrato por período superior a 30 (trinta) dias, bem como deixar de manter todas as condições de habilitação, poderá ensejar a rescisão do contrato.

13.4. Constitui falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.5. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhidas no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da comunicação oficial para pagamento. Em caso de não recolhimento, o valor devido será abatido da garantia e, sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado judicialmente, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, nos termos art. 27 da Lei n.º 9.069/95, c/c o art. 3º da Lei n.º 10.192/2001.

13.6. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

13.6.1. O pedido de prorrogação do prazo para início da execução do serviço não terá efeito suspensivo e deverá ser encaminhado por escrito, antes de expirado o prazo contratual, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA, competindo ao(a) Diretor(a)-Geral a concessão da prorrogação pleiteada.

13.7. Compete ao(a) Diretor(a)-Geral a aplicação das penalidades previstas na Cláusula 13.2, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

13.8. Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

13.9. As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no Edital.

13.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1. Poderá ser rescindido o presente contrato, caso ocorram os motivos constantes dos Artigos 77, 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

16.1. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 20 do Anexo I do Decreto n.º 3.555/2000, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei n.º 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Seção Judiciária de Belém, Capital do Estado do Pará, pela Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes.

(assinado e datado eletronicamente)
FELIPE HOUAT DE BRITO
CONTRATANTE

(assinado e datado eletronicamente)
MARCOS DAMASCENO
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS DAMASCENO**, Usuário Externo, em 07/01/2022, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO SOUSA DE ARAÚJO**, Diretor Geral substituto, em 12/01/2022, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1466146** e o código CRC **85288894**.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/SE**

TERMO DE CONTRATO Nº 05/2022-SR/PF/SE

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SERGIPE E A EMPRESA ALERTA SERVIÇOS EIRELI.

A União, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SERGIPE**, com sede na Av. Augusto Franco nº 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracaju, Sergipe, CEP: 49.075-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0041-23, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Delegado de Polícia Federal **JUNER CALDEIRA BARBOSA**, Superintendente Regional da Polícia Federal em Sergipe, brasileiro, nomeado pela Portaria nº 339, de 03/05/2021, do Excelentíssimo Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada na Seção 2 do DOU nº 82, de 04/05/2021, e em conformidade com as atribuições que lhe confere o art. 50, do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria MSP nº. 155/2018, de 27/09/18, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada no D.O.U. nº 200, Seção 01, de 17/10/2018, bem como as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 14.925/2021, de 14/05/2021, publicada no Boletim de Serviço nº 91, em 17/05/2021, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **ALERTA SERVIÇOS EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.427.309/0001-13, sediada na Rua Estelita Cruz, nº 209, Bairro Alto Grande, Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, CEP 58.401-470, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. **CRISTIANE DE SOUZA RAMOS**, portadora da Carteira de Identidade nº 1.659.854, expedida pela SSP/PB, e CPF nº 917.577.974-91, tendo em vista o que consta no Processo nº 08520.000785/2022-77 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **02/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de Recepção, Auxiliar de Serviços Administrativos, Assistente Administrativo e Motorista a serem executados nas instalações da Polícia Federal em Sergipe e em unidades descentralizadas, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	DIAS / HORÁRIO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO	POSTOS DE TRABALHO (A)	VALO MENSAL POR POSTO (B)	VALOR GLOBAL ANUAL ((A)X(B)X12)
1	1	Recepcionista (CBO-4221-05) - 40 horas semanais / Com Adicional de Periculosidade	SR/PF/SE: Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE	Segunda à Sexta - Feira / 08h - 12h e das 13h - 17h.	1	R\$ 3.369,26	R\$ 40.431,13
	2	Auxiliar de serviços administrativos (CBO-4110-05) - 40 horas semanais / Com Adicional de Periculosidade	SR/PF/SE: Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE - 6 postos DELEMIG/DREX/SR/PF/SE: Avenida Senador Júlio Cesar Leite, S/N – Bairro Santa Teresa, Aracaju/SE - 2 postos	Segunda à Sexta - Feira / 08h - 12h e das 13h - 17h	10	R\$ 3.678,88	R\$ 441.466,00
	3	Auxiliar de serviços administrativos (CBO-4110-05) - 30 horas semanais / Com Adicional de Periculosidade	SR/PF/SE: Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE - 1 posto DELEMIG/DREX/SR/PF/SE: Avenida Senador Júlio Cesar Leite, S/N – Bairro Santa Teresa, Aracaju/SE - 2 postos	Segunda à Sexta - Feira / 08 h - 14 h ou 12h - 18h.	3	R\$ 2.595,26	R\$ 93.429,20
	4	Assistente administrativo I (CBO-4110-10) - 40 horas semanais / com adicional de periculosidade.	SR/PF/SE: Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE	Segunda à Sexta - Feira / 08h - 12h e das 13h - 17h.	1	R\$ 5.221,19	R\$ 62.654,30
	5	Motorista auxiliar com CNH categoria D (CBO-7823-10) - 40 horas semanais / Com Adicional de Periculosidade	SR/PF/SE: Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE	Segunda à Sexta - Feira / 08h - 12h e das 13h - 17h.	1	R\$ 4.631,99	R\$ 55.583,85
	6	Ressarcimento de diárias	-----	-----	30	R\$ 177,00	R\$ 5.310,00
VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL							R\$ 698.874,48

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **01/09/2022** e encerramento em **01/09/2023**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 58.239,54** (cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 698.874,48** (seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200344

Fonte: 000001

Programa de Trabalho: 06122003220000001

Elemento de Despesa: 339037 / 339034

PI: PF99900AG22

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Estado de Sergipe - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Aracaju, 26 de agosto de 2022.

Representante legal da CONTRATANTE:

(Assinado digitalmente)

JUNER CALDEIRA BARBOSA

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional da Polícia Federal em Sergipe

Representante legal da CONTRATADA:

(Assinado digitalmente)

CRISTIANE DE SOUZA RAMOS

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- (Assinado eletronicamente)

2- (Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane de Souza Ramos, Usuário Externo**, em 29/08/2022, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO EULER DORIA DE SOUZA, Agente Administrativo(a)**, em 30/08/2022, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAILSON BARBOSA DE LIRA, Chefe de Setor**, em 30/08/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JUNER CALDEIRA BARBOSA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 30/08/2022, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24738550** e o código CRC **6B29572C**.



CONTRATO nº 11/2021

PAD nº 005655/2022

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que
entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa
FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**

Pelo presente instrumento, regido pela nº Lei nº 8.666/93, suas alterações e legislações pertinentes, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, e em conformidade com Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS nº 50/2021, e a proposta vencedora, PAD principal sob nº 5094/2021;

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Bairro - Prado Velho, Curitiba/PR, CEP 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.046.495/0001-06, com sede na Rua Guilherme Kantor, nº 311, Centro, São Mateus do Sul/PR, CEP: 83.900-000, telefones: (42) 352-5844, e-mail: licitacao@flamacs.com.br e engenharia@flamacs.com.br, neste ato representada por Nadio Maltauro Flaresso, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada na cessão e gestão de mão de obra para a prestação de serviços de apoio administrativo ao serviço eleitoral mediante alocação de postos de trabalho (auxiliar administrativo) para atender às necessidades deste Tribunal.

1.2 – A contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do edital de licitação, no Termo de Referência - anexo I, e demais anexos do edital que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

1.3 – De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de cessão de mão de obra terceirizada, por preço unitário.

1.4 – Não será permitido transferir a outrem o objeto da presente contratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS QUANTITATIVOS, CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1 – Quantitativo de postos de trabalho que comporão o LOTE (formado pelos itens 1, 2, 5 e 6), nos locais informados na relação anexa ao pedido de contratação:

Item	Descrição	Quantidade de postos de trabalho (A)	Quantidade de meses de serviço para cada posto (B)	Quantidade total de meses (C) (C = A X B)
1	Posto de Auxiliar Administrativo I (Curitiba e RMC) – 30 horas	03	8 meses	24
		42	1,3 meses	54,6
		09	8 meses	72
2	Posto de Auxiliar Administrativo I (Interior) – 30 horas	72	1,3 meses	93,6
		08	8 meses	64
5	Posto de Auxiliar Administrativo III (Curitiba e RMC) – 30 horas	08	8 meses	64
		49	8 meses	392
		04	7,07 meses	28,28
		01	5,9 meses	5,9
		21	4,5 meses	94,5
		01	4,03 meses	4,03
6	Posto de Auxiliar Administrativo III (Interior) – 30 horas	5	8 meses	40

2.2 – Das especificações dos serviços:

2.2.1 – Todas as informações sobre a solicitação, execução, e demais especificações, são aquelas previstas no Termo de Referência – ANEXO I, que é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 – As obrigações da CONTRATADA E DO CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência – ANEXO I, que é parte integrante deste contrato.

3.2 – A CONTRATADA obrigar-se-á a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 – Os recursos destinados à execução do presente contrato conforme abaixo:

Programa de Trabalho Resumido: 167864.

Notas de empenho: 2022NE378 / 379 / 380 / 381, emitidas em 17/03/2022.

Elemento de despesa: 33.90.37.01 e 33.90.93.02.

Categoria Econômica: Custeio.

Código do SIASG: **5380**

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 – A contratação vigorará pelo período de 09 meses, de **04/04/2022 a 30/01/2023**, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57, § 1º da Lei nº 8666/93, observando-se o período máximo de 2 (dois) anos.

5.2 – **Do prazo da prestação de serviço:** de 04/04/2022 a 30/11/2022, conforme quadro do item 7.1.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

6.1 – O valor correspondente ao custo da remuneração da mão-de-obra, utilizada na execução do serviço, acrescida dos respectivos encargos sociais legais, obrigatórios e incidentes sobre o serviço contratado, será repactuado após o decurso de um ano a contar da data da Convenção Coletiva de Trabalho a que a proposta se referir.

6.1.1 – A contratada deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho que ensejará a repactuação, bem como a pertinente planilha de custos atualizada.

6.1.2 – Os insumos não estarão sujeitos a atualização pelo IPCA, se a vigência do contrato for de até 01 (um) ano, nesta hipótese o reajuste encontra-se suspenso, até disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições desta. Se o contrato for superior a 01 (um) ano ou houver prorrogação do contrato, SERÃO reajustados juntamente com a primeira repactuação da mão-de-obra, proporcionalmente aos meses decorridos da data limite para a apresentação da proposta, tendo como índice o IPCA.

6.1.3 – As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas pela Contratada durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do mesmo.

6.2 – A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, através de documentação que evidenciem a majoração dos custos de fornecimento, avaliados face às planilhas de composição de preços pertinentes e após ampla pesquisa de mercado.

6.2.1 – A revisão, se deferida pelo Contratante, será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1 – O Contratante pagará à Contratada o valor estimado de **R\$3.305.360,02 (Três milhões trezentos e cinco mil trezentos e sessenta reais e dois centavos)**, conforme planilha detalhada de custos e de acordo com o abaixo especificado.

Item	Descrição	Quant.	Período	Quantidade de Meses de Trabalho (coluna B do item 2.1)	Valor unitário do mês	Valor total
1	Auxiliar Administrativo I – Curitiba e RMC	03	04/04/2022 a 30/11/2022	8 meses	R\$2.883,73	R\$69.209,52
		42	04/04/2022 a 13/05/2022	1,3 meses		R\$157.451,66
		09	04/04/2022 a 30/11/2022	8 meses		R\$207.628,56
2	Auxiliar Administrativo I - Interior	72	04/04/2022 a 13/05/2022	1,3 meses	R\$2.892,00	R\$270.691,20
		08	04/04/2022 a 30/11/2022	8 meses		R\$185.088,00
5	Auxiliar Administrativo III – Curitiba e RMC	08	04/04/2022 a 30/11/2022	8 meses	R\$3.842,42	R\$245.914,88
		49	04/04/2022 a 30/11/2022	8 meses		R\$1.506.228,64
		04	02/05/2022 a 30/11/2022	7,07 meses		R\$108.663,64
		01	06/06/2022 a 30/11/2022	5,9 meses		R\$22.670,28
		21	18/07/2022 a 30/11/2022	4,5 meses		R\$363.108,69
		1	01/08/2022 a 30/11/2022	4,03 meses		R\$15.484,95
6	Auxiliar Administrativo III - Interior	5	04/04/2022 a 30/11/2022	8 meses	R\$3.830,50	R\$153,220,00
Valor total da Contratação						R\$3.305.360,02

7.2 – Dos custos estimativos:

7.2.1 – Das Horas Extraordinárias (conforme item 2.5.3 do Termo de Referência – Anexo I): está previsto o valor a seguir informado, para o período contratado, para **cobertura de horas extraordinárias**, bem como dos custos delas decorrentes (como vale transporte e vale alimentação), que possam vir a ser necessários: **R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)**.

7.2.1.1 – Os serviços extraordinários deverão ser faturados em separado, com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante assinatura de ponto.

7.2.2 – Dos laudos médicos comprobatórios da compatibilidade entre pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e respectivos cargos, no caso de contratação (conforme item 2.7 do Termo de Referência – Anexo I): **(Não se aplica)**

7.2.3 – Das diárias (conforme item 2.4.5 do Termo de Referência – Anexo I): está previsto o valor a seguir informado, para o período contratado, para **cobertura de diárias**, que possam vir a ser necessárias: **R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)**, correspondente a 100 (cem) diárias.

7.2.4 – Do valor indenizatório para deslocamento (conforme item 2.4.7 do Termo de Referência – Anexo I): está previsto o valor a seguir informado, para o período contratado, para **cobertura de indenização para deslocamento**, que possa vir a ser necessário: **R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)**.

7.2.5 – Do auxílio comunicação (conforme item 3.7 do Termo de Referência – Anexo I): está previsto o valor a seguir informado, para o período contratado, para **cobertura do auxílio comunicação**, que possa vir a ser necessário: **R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)**.

7.2.6 – Do pedágio (conforme item 2.4.9 do Termo de Referência – Anexo I): **(Não se aplica)**

7.3 – Do documento fiscal:

7.3.1 – O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao **fiscal** do contrato do TRE/PR por e-mail, em formato PDF, ou poderá ser apresentado na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, nº 224, 1º andar, Prado Velho, Curitiba/Paraná.

7.3.1.1 – O documento fiscal deverá atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA;
- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos quantitativos de postos, dos valores mensais e totais, e
- Número do contrato.

7.3.1.2 – O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet* documentos de habilitação, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

7.3.1.3 – Caso a contratada não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa contratada. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os requisitos previstos no item 7.3.1.1.

7.3.1.4 – O documento fiscal deve conter o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

7.3.1.5 – A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.1.6 – O período para faturamento deverá ser mensal.

7.3.1.7 – Se o primeiro e/ou o último mês da vigência contratual não abranger o período completo, o respectivo faturamento deverá ser *pro rata die*, na proporção de 1/30 do valor, ocorrendo o mesmo com o reajuste.

7.3.1.8 – A emissão do documento fiscal/recibo deverá ocorrer no mês subsequente ao que faz referência.

7.3.1.9 – Para que o TRE/PR efetue o pagamento, a nota fiscal deverá vir acompanhada da GRFIP, contendo a relação de empregados geradas no sistema SEFIP do mês anterior, cópia da folha ponto de cada empregado do período em questão, comprovante de pagamento dos salários, vale-transporte, vale-alimentação, entre outras comprovações de pagamento de obrigações trabalhistas previstas na planilha de custos.

7.4 – Das condições do pagamento:

7.4.1 – Constituem critérios de recebimento e atesto da adequada execução do objeto contratual a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Encaminhamento de planilha no formato “.xls” contendo, no mínimo, os seguintes dados: nome do empregado, Zona Eleitoral da lotação, dias trabalhados, faltas, data da admissão, demissão e substituições (nome do substituto), até o quinto dia útil do mês posterior à prestação dos serviços;
- b) Cópia do controle de jornada (folha ponto ou análogo);
- c) Comprovantes da quitação das obrigações trabalhistas, securitárias e fundiárias da competência do mês vencido;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada;
- e) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP(RE), com protocolo de envio de arquivos conectividade social;
- f) Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), por tomador do serviço, com a autenticação mecânica de pagamento ou comprovante de recolhimento bancário;
- g) Guia da Previdência Social (GPS), por tomador do serviço, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário.

7.4.2 – Para o ateste da 1ª FATURA, a empresa deverá entregar os seguintes documentos:

- a) cópia do documento de identidade, CPF;
- b) telefone e e-mail do contratado;
- c) cópia da CTPS (somente das páginas que contém a foto e a assinatura do contrato de trabalho);
- d) cópia do contrato individual de trabalho devidamente assinado por ambas as partes (empresa e contratado);
- e) cópia do acordo individual para banco de horas devidamente assinado por ambas as partes (empresa e contratado);

7.4.3 – Eventual inconsistência, ausência ou falha de qualquer dos documentos obrigatórios listados nos itens 7.4.1 e 7.4.2 suspenderá o prazo para ateste da fatura pela Contratante.

7.4.4 – Nos documentos encaminhados (guias/relações) devem estar destacados os nomes dos trabalhadores, a fim de agilizar a conferência.

7.4.5 – A fatura deverá ser acompanhada dos comprovantes de eventual pagamento de verbas rescisórias e/ou do CAGED, em caso de haver ocorrido demissão ou substituição de empregados

no curso deste contrato.

7.4.6 – Também constituem critérios para ateste e pagamento da fatura o atendimento dos seguintes itens:

- a) O pronto atendimento às solicitações relativas aos serviços objeto do presente contrato (prazo máximo de 24 horas).
- b) O cumprimento fiel da rotina de trabalho.
- c) O atendimento com presteza e agilidade às situações que, embora não descritas na rotina de trabalho, sejam inerentes à atividade (conforme CBO da categoria).
- d) A assiduidade e pontualidade dos profissionais alocados na execução do contrato.
- e) A inexistência ou baixa ocorrência de reclamações relativas à execução do objeto contratual por parte dos destinatários diretos do serviço.

7.4.7 – Havendo reclamações (Ocorrências) registradas pelos Fiscais e Gestores, estas deverão ser solucionadas de pronto e satisfatoriamente.

7.4.8 – Caso tenha ocorrido divergência nos valores finais dos serviços e a CONTRATADA tenha direito à complementação, deverá apresentar Nota Fiscal Complementar, sem a necessidade de juntar os documentos acima listados, cuja liquidação e pagamento ocorrerá desde que mantida a regularidade fiscal.

7.4.9 – Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução deste Contrato, em razão de término da sua vigência ou de sua rescisão, além dos comprovantes mencionados no item 7.4.1, deverão ser comprovados os pagamentos das verbas rescisórias dos empregados ou demonstrado que os mesmos foram realocados pela Contratada em outra atividade sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.4.10 – Como condição para efetivação de seu pagamento, as Notas Fiscais deverão ser acompanhadas obrigatoriamente de:

- a) Controle de jornada (folha-ponto ou análogo) bem como comprovantes da quitação das obrigações trabalhistas do mês vencido (equivalente ao mês de referência/competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida), especialmente de pagamento (holerite) dos salários de todos os empregados que trabalharam na execução dos serviços, através de estabelecimento bancário em conta salário, e da entrega dos vales-transportes e auxílio-alimentação;
- b) Conforme cronograma de implantação do sistema eSocial, de acordo com o enquadramento da empresa no grupo 02 ou 03 – fonte: <http://portal.esocial.gov.br/noticias/publicado-novo-cronograma-do-esocial>, a contratada deverá encaminhar os seguintes comprovantes aos gestores/fiscais do contrato:

I - Eventos Totalizadores do eSocial (substitui a relação dos trabalhadores na SEFIP):

- a. S-5001 - Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador;
- b. S-5003 - Informações do FGTS por trabalhador;
- c. S-5011 - Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte;
- d. S-5013 - Informações do FGTS consolidadas por contribuinte.

II - GRFGTS - Guia de Recolhimento do FGTS na vigência do eSocial (substitui a GRF).

III - DARF - Documento de Arrecadação da Receita Federal gerado no DCTFWeb (substitui a GPS).

- a) GEFIP/SEFIP ou DOCUMENTOS DO ESOCIAL acima relacionados (se já exigível em razão do enquadramento da empresa), comprovando regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Tributos Federais relação nominal dos profissionais alocados para a prestação dos serviços e quantificação dos dias trabalhados;
- b) guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas;
- c) cópia das notas fiscais das despesas efetuadas pelos empregados para pagamento do reembolso com despesas de ajuda de custo;
- d) Entre outras comprovações de pagamento de obrigações trabalhistas previstas na planilha de custos, no edital e neste contrato.

7.4.11 – Conforme disposto no artigo 19-A, inciso V, da IN 05/2017 de 26/05/2017, bem como no artigo 17 inciso XVII da RES. 23.234/2010-TSE, a CONTRATADA autoriza o TRE/PR a fazer o desconto no documento fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e realizar o pagamento diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.4.12 – Deverá a fatura ser acompanhada dos comprovantes de eventual pagamento de verbas rescisórias e/ou do CAGED, em caso de haver ocorrido demissão ou substituição de empregados no curso deste contrato.

7.4.13 – Integra a execução do contrato e é condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a correta apresentação de todos os documentos listados na cláusula 7.4.1.

7.4.14 – As comprovações de que trata a cláusula 7.4.1 deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução contratual.

7.4.15 – O pagamento será efetuado mensalmente, após o atestado pelo **fiscal** do contrato, designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.4.16 – Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até 5º (quinto) dia do mês seguinte a prestação dos serviços.**

7.4.17 – Prazo para **atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo **fiscal do contrato**, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.4.17.1 – A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do **fiscal** da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.4.18 – Prazo para **pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias** após o atestado da nota fiscal pelo Gestor.

7.4.19 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.20 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota

fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item **7.3.1.3**.

7.4.20.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.4.21 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

7.4.22 – DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.5 – Da regularidade fiscal:

7.5.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.5.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.5.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas no edital e/ou anexo(s).

7.5.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.5.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 – Da substituição tributária:

8.1.1 – Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 – Dos tributos federais:

8.2.1 – Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 – A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 – Anexo IV.

8.3 – Da retenção previdenciária:

8.3.1 – Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 – Da retenção do ISS:

8.4.1 – Sobre serviços poderá ocorrer a retenção do ISS quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da LC nº 116/03.

8.4.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 – Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA (Art. 56 da Lei 8.666/93)

9.1 – Para cumprimento das obrigações, será apresentada pela Contratada, impreterivelmente, **em até 15 (quinze) dias úteis**, após a assinatura deste contrato, garantia contratual sob custódia do TRE/PR, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no valor de **R\$ 165.268,00 (Cento e sessenta e cinco mil e duzentos e sessenta e oito reais)**, com vigência de 03 (três) meses além da vigência contratual, **até 30/04/2023**, em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, cabendo à contratada optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária.

9.1.1 – O Seguro garantia ou fiança bancária (através de banco oficial, sendo vedada carta fiança), deverá ter número, nome do banco emitente, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

9.1.2 – A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 9.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Contrato.

9.1.3 – A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL, VERBAS TRABALHISTAS e PREVIDENCIÁRIAS**, sendo que, deverão estar de forma expressa na apólice a previsão destas coberturas, sob pena de recusa por este Tribunal.

9.1.4 – As garantias estabelecidas no item 9.1 deverão ser emitidas em real, apresentar validade de 03 (três) meses além da vigência contratual, permitindo assim que a Administração conclua todas as verificações necessárias quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

9.1.4.1 – A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo a comprovação pela Contratada da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto.

9.2 – A liberação será feita pelo GESTOR DO CONTRATO em até 10 (dez) dias após a comprovação do pagamento de salários, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas.

9.3 – No caso de o contrato ser prorrogado ou acrescido, a empresa deverá prorrogar ou acrescentar a garantia, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período a critério do contratante, após solicitação pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas nos termos do item 5 do Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

TIPO DE INFRAÇÃO	DESCRIÇÃO	SANÇÃO	BASE DE CÁLCULO
LEVE	Deixar de apresentar os relatórios, planilhas e informações solicitadas pelo Gestor	ADVERTÊNCIA	NÃO SE APLICA

TIPO DE INFRAÇÃO	DESCRIÇÃO	SANÇÃO	BASE DE CÁLCULO
LEVE	Deixar de cumprir obrigações contratuais, desde que não acarretem prejuízos significativos à administração do serviço eleitoral	ADVERTÊNCIA	NÃO SE APLICA
MÉDIO	Atrasar o cumprimento dos prazos estabelecidos contratualmente	MULTA DE 1% AO DIA	VALOR MENSAL DO CONTRATO
MÉDIO	Atrasar a alocação inicial ou reposição do posto de trabalho	MULTA DE 5% AO DIA	VALOR MENSAL POSTO/MÊS EM ATRASO
GRAVE	Deixar de cumprir obrigações contratuais que acarretem prejuízos à administração do serviço eleitoral	MULTA DE 10%	VALOR MENSAL DO CONTRATO
GRAVE	Atrasar a apresentação da garantia contratual	MULTA DE 0,5% AO DIA, ATÉ O LIMITE DE 10%	VALOR TOTAL DO CONTRATO
GRAVE	Atrasar ou descumprir as obrigações trabalhistas	MULTA DE 10% AO MÊS	VALOR MENSAL POSTO/MÊS RELACIONADO AO ATRASO OU DESCUMPRIMENTO
GRAVÍSSIMO	Reincidir no descumprimento das obrigações contratuais que acarretem prejuízos à administração do serviço eleitoral	MULTA DE 20%	VALOR MENSAL DO CONTRATO
GRAVÍSSIMO	Reincidir no atraso ou descumprimento das obrigações trabalhistas	MULTA DE 20% AO MÊS	VALOR MENSAL POSTO/MÊS RELACIONADO AO ATRASO OU DESCUMPRIMENTO
GRAVÍSSIMO	Não observar as normas relativas à segurança das informações relacionadas com o serviço eleitoral e especialmente ao Cadastro Nacional de Eleitores	MULTA DE 40%	VALOR TOTAL DO CONTRATO
GRAVÍSSIMO	Indisponibilizar ou retardar o serviço eleitoral em decorrência de falha na execução do objeto	MULTA DE 20%	VALOR TOTAL DO CONTRATO

TIPO DE INFRAÇÃO	DESCRIÇÃO	SANÇÃO	BASE DE CÁLCULO
GRAVÍSSIMO	Inadimplir totalmente o Contrato ou paralisar totalmente o serviço	MULTA DE 40%	VALOR TOTAL DO CONTRATO

11.2 – Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.2.1 – Caso haja rescisão por culpa da CONTRATADA, poderá ser aplicado impedimento de licitar e contratar cumulativamente às multas previstas no presente contrato.

11.3 – As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

11.3.1 – A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto cautelar em fatura de eventual multa que esteja sendo objeto de apuração em processo administrativo, garantida a ampla defesa e contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 – Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.1.1 – Deverão ser observadas as disposições da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, e suas alterações posteriores, que tratam do impedimento por parte deste Tribunal de manter, aditar, ou prorrogar contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que tenham determinadas relações de parentesco com membros deste Tribunal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 – É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

13.2 – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoas sensíveis – repassados em decorrência da

¹ Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

13.3 – As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;

13.4 – Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação;

13.5 – A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE;

13.6 – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO CASOS OMISSOS

14.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1 – Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

15.2 – E, por estarem assim justas e contratadas assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 23 de março de 2021.

Nadio Maltauro Flaresso
Representante Legal
p/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR
p/ CONTRATANTE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 092439/2022, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	NADIO MALTAURO FLARESSO Assinado digitalmente em 23/03/2022 15:56:26 Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIa
	VALCIR MOMBACH Assinado digitalmente em 24/03/2022 14:17:29 Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIa

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

CONTRATO Nº 12 / 2021**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRE-PA, E A EMPRESA FÊNIX ASSESSORIA & GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.**

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.703.755/0001-76, situado na Rua João Diogo n.º 288, Cidade de Belém, Estado do Pará, representado por seu Diretor-Geral, Sr. **FELIPE HOUAT DE BRITO**, brasileiro, portador do RG n.º 3779772 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 757.624.392-91, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n.º 19.597/2020, de 10 de junho de 2020, deste Tribunal.

CONTRATADA: **FÊNIX ASSESSORIA & GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.795.101/0001-57, estabelecida na Quadra, 912 Sul, Alameda 03, Lotes 5/8, CEP: 77.023-442, Palmas/TO, Tel.: (63) 3219-0300, E-mail: comercial@grupojorima.com.br; vanusa@grupojorima.com.br, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **VANUSA RIBEIRO DE SOUZA COSTA**, brasileira, portadora do RG n.º 400730 - SSP/TO, inscrita no CPF sob o n.º 009.137.011-65, de acordo com a representação legal conferida por procuração, constante do evento 1254998 do processo administrativo SEI n.º 0009917-08.2020.6.14.8000.

Os CONTRATANTES têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados de exercitação e manutenção preventiva de urnas eletrônicas, prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio dos cargos de operador monitorador de equipamentos eletrônicos, supervisor e assistente operacional, com atuação no depósito de urnas do TRE-PA, sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato fundamenta-se nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993 bem como na Resolução TSE n.º 23.234/2010, e alterações, e vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 03/2021, e seus Anexos, como se aqui estivessem integralmente transcritos, vinculando-se ainda aos termos da proposta da contratada e Planilhas de Custos e Formação de Preços (evento 1298612), constante do processo administrativo SEI n.º 0003644-76.2021.6.14.8000.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- 3.1. Promover, por intermédio de servidor designado / comissão designada na forma do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA. A existência de fiscalização da CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer serviço mal executado.
- 3.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no item 8 do Termo de Referência.
- 3.3. Proporcionar à CONTRATADA as condições indispensáveis à execução do objeto do contrato.
- 3.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer ocorrência.
- 3.5. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à entrega dos bens/execução do serviço.
- 3.6. Providenciar o depósito na conta-depósito vinculada dos valores correspondentes aos encargos trabalhistas e previdenciários, nos percentuais previstos pela contratada na sua planilha de encargos, conforme determina a Instrução Normativa TRE-PA n.º 4/2019 (Anexo IX deste Edital), observada a Resolução CNJ n.º 169/2013.
- 3.7. Liberar os valores depositados na conta depósito vinculada no prazo e condições constantes do Termo de Referência e da Instrução Normativa TRE-PA n.º 4/2019, ou outra que vier a substituí-la.
- 3.8. Liberar o saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. A CONTRATADA deve cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Contrato, bem como a executar o serviço obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 03/2021, obrigando-se a:
 - 4.1.1. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seu interesse junto aos Órgãos Públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
 - 4.1.1.1. Informar corretamente, de preferência em comunicado impresso a todos os seus empregados, **logo no momento da contratação**, todas as informações possíveis sobre o contrato e os valores que os técnicos têm direito a receber, em especial o período do contrato; o valor da remuneração, com prazo de pagamento; a situação geradora de diária inteira e meia diária, e seus valores; o valor do vale alimentação e do vale transporte, com prazos de pagamento; e o que mais for necessário informar, mediante solicitação da fiscalização;
 - 4.1.1.2. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
 - 4.1.1.3. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

4.1.1.4. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

4.1.2. Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado.

4.1.2.1. Não ter entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PA (art. 7º, I, da Resolução TSE nº 23.234/2010);

4.1.2.2. Não ter entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PA (art. 7º, II, da Resolução TSE nº 23.234/2010).

4.1.3. Indicar/nomear, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, uma pessoa para atuar como preposto para efetuar atendimentos aos profissionais alocados para a prestação dos serviços, em horário comercial, tais como: entrega de documentos, vale-transporte, vale-alimentação e outras de responsabilidade da contratada, conforme consignado neste Termo de Referência, e que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações da fiscalização.

4.1.4. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante depósito bancário na conta do trabalhador, os salários dos empregados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

4.1.5. Fornecer, até o último dia do mês, auxílio-alimentação e vales-transportes correspondentes ao mês seguinte, nas quantidades que se fizerem necessárias para a cobertura do trajeto residência/trabalho e vice-versa, ainda que para isso ocorra a entrega de mais de um tipo de vale-transporte.

4.1.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993. Esta disposição deve ser observada ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos para as despesas com despedida sem justa causa ou com o quantitativo de vale-transporte.

4.1.7. Responsabilizar-se, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto da licitação, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales refeições, vales transportes, e outras que por ventura venham a ser criadas ou exigidas pelo Governo.

4.1.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar os seus empregados nesse sentido.

4.1.9. Fornecer à CONTRATANTE, após a assinatura do contrato, a relação dos empregados encarregados da prestação de serviços, contendo os dados para seu registro: Identidade, CPF, título de eleitor, endereço e telefones de contato.

4.1.10. Controlar a jornada de trabalho dos contratados mediante folha de ponto manual, relógio de ponto (controle mecânico), ponto eletrônico, biometria ou equipamentos similares, instalado diretamente no Depósito de Urnas, obedecendo às Portarias MTE 1.510/2009 e 373/2011.

4.1.11. Independente do modelo de controle de jornada adotado, a CONTRATADA está obrigada a fornecer informações relativas à frequência dos colaboradores sempre que requerido pela fiscalização, inclusive quanto à realização de horas extras trabalhadas.

4.1.12. No caso de adoção de ponto mecânico / eletrônico ou digital, a empresa terá até 60 (sessenta) dias para sua instalação e configuração a partir do início do contrato, e a sua utilização servirá apenas para subsidiar a fiscalização do cumprimento do objeto, não constituindo ingerência indevida na gestão da empresa, cabendo à CONTRATADA observar a legislação trabalhista.

4.1.13. Substituir, no prazo máximo de 24 horas (vinte e quatro), quando exigido pela fiscalização do contrato, independentemente de qualquer justificativa por parte da CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, permanência no serviço e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do contratante ou ao interesse do Serviço Público.

4.1.14. Garantir a continuidade dos serviços em caso de ausências ou faltas de seus empregados ao trabalho, férias, descanso semanal, greve, falta de serviço, licenças em geral, demissão de empregados, treinamento ou situação similar, apresentando substituto imediatamente, independente de justificativa e assumindo a responsabilidade na falta de pessoal, sem ônus de qualquer tipo para a CONTRATANTE.

4.1.15. O Termo de Rescisão entregue ao CONTRATANTE deverá estar acompanhado do comprovante de pagamento das verbas rescisórias e conter a assinatura do empregado e do empregador.

4.1.16. Disponibilizar, a qualquer tempo, a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.

4.1.17. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da CONTRATANTE, relativamente à prestação dos serviços.

4.1.18. Acatar, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho.

4.1.19. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, seu ou de seus empregados, quando da prestação dos serviços, ressarcindo se for o caso, o bem ou seu valor em pecúnia, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento pela Administração.

4.1.20. Fornecer Uniforme a cada profissional, nos quantitativos elencados na proposta vencedora mediante recibo, sendo metade a partir do primeiro mês da execução do serviço e a outra metade a partir de seis meses de duração do contrato, ou em prazo menor, quando necessário, sem prejuízo do que dispuserem o respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

4.1.21. Fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI), de acordo com a norma regulamentadora (NR) nº 06 do ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

4.1.22. Fornecer equipamentos e materiais necessários à execução do serviço, conforme proposta vencedora.

4.1.23. Manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

4.1.24. Não transferir, no todo ou em parte, a prestação dos serviços objeto desta contratação.

4.2. A CONTRATADA obriga-se, ainda, a:

4.2.1. Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho. Até que a CONTRATADA comprove a realocação dos empregados ou o pagamento das verbas rescisórias citadas acima nesta subcláusula, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

4.2.2. Observar a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

4.2.3. A execução completa do contrato só acontecerá quando a contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

4.2.4. Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**5.1. PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA:**

5.1.1. Os serviços serão iniciados conforme prazo estipulado na Ordem de Serviço inicial do contrato.

5.2. LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA:

5.2.1. Os serviços serão executados no Depósito de Urnas de Ananindeua, localizado no Conjunto Cidade Nova II, Travessa WE 13, s/n, Bairro Coqueiro, CEP. 67.130-410 - Ananindeua-PA.

5.3. FIXAÇÃO DAS ROTINAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:**5.3.1. Da jornada de trabalho:**

5.3.1.1. O regime de atuação de todos os postos de trabalho se dará em 44 horas semanais, em horário determinado pela Justiça Eleitoral, em período compreendido entre 08 às 17 horas.

5.3.1.2. A jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais é composta de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, não computado nesse período o intervalo de 1 (uma) hora para refeição e descanso; e 04 (quatro) horas aos sábados.

5.3.1.3. Caso não haja trabalho aos sábados, as 04 (quatro) horas correspondentes poderão ser diluídas durante a semana, de acordo com a necessidade do serviço, não caracterizando este acréscimo como hora suplementar

5.3.1.4. O controle de horários de entrada e saída será procedido mediante registro de presença diário em folha de ponto ou por meio mecânico/eletrônico digital.

5.3.2. Previsão de horas extraordinárias para composição de custo variável:

5.3.2.1. É prevista no contrato a realização de jornadas extraordinárias sempre que necessário pelas demandas próprias do Depósito de Urnas, inclusive aos sábados, domingos e feriados; devendo esta sobrejornada obedecer às devidas limitações legais e estar amparada por disponibilidade orçamentária contratual.

5.3.2.2. Os servidores das unidades onde os técnicos atuarão são responsáveis por supervisionar a frequência dos técnicos e deverão observar o limite estipulado de horas extras, controlando rigorosamente a realização destas e utilizando a compensação de horas para ajustar, dentro das 44h da jornada semanal, os trabalhos que ocorrerem em sobrejornada em dias úteis, sábados, domingos e feriados.

5.3.2.3. Estes servidores devem comunicar a fiscalização da necessidade de realização de horas extras, quando não for possível fazer o procedimento de compensação do item anterior.

5.3.2.4. Somente serão contabilizadas as horas extraordinárias depois de cumpridas as 44 horas semanais de serviço ordinário.

5.3.2.5. Seguem abaixo a previsão de realização de horas extras, para efeito de composição do custo variável:

5.3.2.5.1. Para Operadores e para o Supervisor:

- 4 horas 100% a cada mês de trabalho: total 48 horas 100% ao ano, por posto.
- 4 horas 50% a cada mês de trabalho, sendo duas no expediente de segunda a sexta e duas no sábado: total 48 horas 50% ao ano, por posto.
- Inclusão de IVA/VT adicional mensal: total de 12 ao ano, por posto (o supervisor não recebe VT adicional por sua faixa salarial).

5.3.2.5.2. Para o Auxiliar Administrativo:

- 2 horas 100% a cada mês de trabalho: total 24 horas 100% ao ano, por posto.
- 2 horas 50% a cada mês de trabalho: total 24 horas 50% ao ano, por posto.
- Inclusão de 0,5 VA adicional mensal: total de 6 ao ano, por posto (o auxiliar não recebe VT adicional por sua faixa salarial).

OBS.: As horas extraordinárias são custos variáveis do contrato e são calculadas automaticamente de acordo com a planilha de remuneração.

5.3.2.6. As despesas efetuadas pela CONTRATADA no pagamento de horas extras serão pagas pelo CONTRATANTE mediante individualização da despesa na nota fiscal dos serviços ordinários, contendo o número de horas extras 50%, número de horas extras 100% e o valor total de cada uma delas. Esta nota fiscal deve ser acompanhada (1) de documento do qual possa se inferir resumidamente a quantidade de horas extras efetivamente trabalhadas por técnico; (2) folha de pagamento onde conste a quantidade de horas trabalhadas por técnico, com o cálculo do valor devido.

5.3.3. Equipamentos e Material de Limpeza:

5.3.3.1. Durante a prestação dos serviços, caberá à empresa contratada o fornecimento de todos os materiais na quantidade mensal estipulada por posto na planilha de formação de preços (Anexo I do Termo de Referência).

5.3.3.2. O material mensal de limpeza deverá ser entregue entre os dias 25 e 28 de cada mês diretamente no Depósito de Urnas.

5.3.3.3. Quanto aos equipamentos exigidos (Vide planilha do Anexo I do Termo de Referência) a entrega será feita uma vez a cada 12 meses, a CONTRATADA deverá disponibilizá-los no Depósito de Urnas, em até 24 horas (vinte e quatro) após o início da execução dos serviços e após cada renovação contratual.

5.3.4. Conta-depósito vinculada:

5.3.4.1. A CONTRATADA deverá manter, sob a administração do Banco do Brasil S.A, conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, que deverá ser aberta no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da notificação, para depósitos mensais correspondentes aos encargos trabalhistas e previdenciários, conforme os procedimentos indicados na Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019 (Anexo IX deste Edital), sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4.2. Para promover a abertura da referida conta corrente são necessários, além de outros que possam ser eventualmente solicitados pelo banco, os seguintes documentos:

- a) Atos constitutivos em vigor e alterações posteriores;
- b) Cópia do comprovante de inscrição no CNPJ;
- c) Cópia dos documentos de identificação (RG e CPF) dos sócios ou proprietários da empresa, inclusive de representantes, assistentes ou procuradores;
- d) Cópia do comprovante de endereço (residencial e comercial) dos sócios ou proprietários da empresa, inclusive de representantes, assistentes ou procuradores;
- e) Cópia do comprovante de endereço da empresa;
- f) Comprovante de faturamento;
- g) Assinatura da Proposta/ Contrato de abertura de Conta-depósito PJ (feita na agência);

h) Assinatura de cartão de autógrafos (feita na agência);

i) Assinatura, pela CONTRATADA, da autorização de movimentação de conta do Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica firmado com o BANCO DO BRASIL S/A (feita na agência).

7.4.3. Os procedimentos quanto à retenção, ao depósito e aos rendimentos, relativos à conta-depósito vinculada, nos termos da Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019 e Resolução CNJ nº 169/2013, são os seguintes:

a) Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas e previdenciários serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da CONTRATADA, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TRE/PA;

b) As rubricas de encargos trabalhistas, para fins de retenção, são as relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários (INSS/SESI/SESC/SENAI/SENAIC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/RAT+FAT/SEBRAE etc) e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

c) Os percentuais e valores dos encargos trabalhistas e previdenciários a serem retidos terão como base a planilha de custos definida na proposta da CONTRATADA.

d) Os valores das provisões de encargos trabalhistas e previdenciários depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA;

e) Os saldos da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação serão remunerados diariamente pelo índice da poupança, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil;

f) Atualmente a abertura e a manutenção da conta-depósito vinculada são isentas de tarifas;

g) Caso o banco promova desconto(s) diretamente na conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação - de tarifas referentes à abertura e manutenção da referida conta-depósito, esses valores deverão ser suportados pela taxa de administração e serão retidos do pagamento mensal devido à CONTRATADA e depositados na conta-depósito vinculada.

5.4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTIDADE:

5.4.1. Especificação dos postos de trabalho:

1. Em hipótese alguma será admitida a alocação, nos postos de trabalho, de estagiários ou afins, servidores ou empregados com vínculo com a administração pública federal, estadual ou municipal, ou ainda que pertençam a diretório de partido político ou que exerçam qualquer atividade partidária.

2. Fica vedada também a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento e de membros e juízes vinculados à Justiça Eleitoral.

3. A mão-de-obra dos profissionais será classificada por categoria estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (Brasil. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010).

5.4.1.1. Operadores Monitoradores de Equipamentos Eletrônicos:

1. Os operadores a serem alocados para realização dos serviços deverão preencher os seguintes requisitos:

a) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

b) Comprovar, por documento hábil, ter concluído o ensino médio.

- **CBO 3912-15 : Operador de inspeção de qualidade**

- Inspeccionam o recebimento e organizam o armazenamento e movimentação de insumos; verificam conformidade de processos; liberam produtos e serviços; trabalham de acordo com normas e procedimentos técnicos, de qualidade e de segurança e demonstram domínio de conhecimentos técnicos específicos da área.

5.4.1.1.1. Das atividades dos postos de Operador Monitorador:

1. Promover a retirada de lacres e mídias dos compartimentos de armazenamento da urna;

2. Executar serviços de exercitação de urnas registrando seus resultados em planilhas e/ou sistemas indicados pela CONTRATANTE;

3. Promover a substituição de peças não especializadas (tampas, chaves, parafusos e bobinas) quando necessário;

4. Realizar carga das baterias internas e/ou externas quando for o caso;

5. Auxiliar nos procedimentos de aceite e certificação de urnas;

6. Zelar pela ordem e pelo asseio do local de trabalho;

7. Responsabilizar-se por móveis, instalações, máquinas, equipamentos e utensílios durante seu trabalho;

8. Realizar a movimentação de paletes com urnas eletrônicas, baterias ou bobinas entre o local de armazenamento e a bancada de manutenção e vice-versa;

9. Realizar o abastecimento e recolhimento das urnas e baterias das bancadas;

10. Recolher todo material (sobras de papel, peças quebradas, etc.) das bancadas para descarte;

11. Receber, conferir e abastecer diariamente as áreas de trabalho com os materiais necessários para execução (urnas, baterias, bobinas, peças, etc.) mantendo controle sobre os itens utilizados, recolhendo o excedente ao final do expediente;

12. Auxiliar no recebimento de novos materiais e no envio para as zonas eleitorais realizando conferência e leitura patrimonial;

13. Realizar preparação de urnas para Eleições Oficiais ou Comunitárias, quando necessário;

14. Preparar urnas para os simulados de hardware e participar dos simulados como operadores;

15. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

5.4.1.2. Supervisor:

1. O supervisor selecionado para realizar os serviços deverá preencher os seguintes requisitos:

a) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

b) Comprovar, por documento hábil, ter concluído o ensino médio.

- **CBO 4101-05 : Supervisor Administrativo**
- Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.

5.4.1.2.1. Das atividades do posto de Supervisor:

1. Coordenar, controlar e acompanhar a regular execução dos serviços pelos Operadores Monitoradores alocados nos postos de trabalho, objetivando o bom andamento das atividades;
2. Cuidar da disciplina entre os Operadores Monitoradores;
3. Acompanhar e orientar os trabalhos dos Operadores Monitoradores segundo as diretrizes estabelecidas pelo Núcleo, de modo a atingir os resultados e as metas estabelecidas;
4. Controlar a pontualidade e a assiduidade da Equipe;
5. Controlar a produtividade diária dos Operadores Monitoradores, mantendo-a sempre dentro do padrão estabelecido pelo Núcleo de forma a alcançar os objetivos operacionais mediatos e imediatos;
6. Orientar os operadores monitoradores para o melhor cumprimento de normas e de deveres, metas e objetivos a serem alcançados na manutenção;
7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo preposto ou pela fiscalização do contrato;
 1. As atividades do Supervisor não se confundem com as do preposto da empresa.
8. Acompanhar e realizar o registro das atividades diárias, semanais e mensais na(s) ferramenta(s) indicadas pela contratante, fazendo ajustes quando indicado pela equipe administrativa do Núcleo;
9. Participar das reuniões de planejamento das atividades e serviços;
10. Repassar orientações gerais do Núcleo, tais como objetivos, metas, simulados de hardware e planejamento em geral aos Operadores
11. Repassar à equipe administrativa informações ocorridas nas rotinas diárias de trabalho que sejam relevantes para o cumprimento das missões institucionais do Núcleo;
12. Executar outras tarefas correlatas, de acordo com a necessidade sempre que demandados pela equipe, desde que não sejam coincidentes com atividades privativas de servidores pertencentes às carreiras e planos de Cargos do Tribunal Regional Eleitoral.

5.4.1.3. Auxiliar Operacional:

1. O auxiliar operacional selecionado para realizar os serviços deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- b) Comprovar, por documento hábil, ter concluído o ensino superior em qualquer área.

- **CBO 4110-10 : Assistente Administrativo**
- Executam **serviços de apoio** nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e **logística**; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de **documentos variados**, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos (...)

5.4.1.3.1. Das atividades do posto de Auxiliar Operacional:

1. Executar serviços gerais de escritório e de apoio administrativo;
2. Organizar materiais e suprimentos das urnas eletrônicas e demais materiais de trabalho inerentes às atividades do Núcleo;;
3. Auxiliar no controle de recebimento e de envio de suprimentos aos fornecedores e às zonas eleitorais;
4. Realizar os trabalhos de classificação e armazenamento dos suprimentos;
5. Operar equipamentos típicos de escritório, incluindo microcomputadores, telefones, fac- símile, fotocopadoras, fragmentadoras de papel e outros;
6. Explorar, quando demandados, os recursos e sites da Web na realização de pesquisas de assuntos de interesse da área de sua atuação;
7. Conferir e empacotar materiais destinados à expedição;
8. Prestar apoio ao Núcleo na elaboração do planejamento operacional da equipe, de acordo com cronogramas nacional e regional de atividades de manutenção;
9. Apoiar a realização de estudos em matérias administrativas relacionados à área de lotação;
10. Digitalizar e indexar documentos, quando for demandado;
11. Zelar pelas condições de máquinas, instalações e dependências, colocadas à sua disposição, observando seu estado de conservação e uso, bem como solicitar, se necessário, seu reparo, manutenção ou limpeza;
12. Atender usuários e visitantes, prestando informações via telefone, quando necessário;
13. Acompanhar os servidores nas atividades de controle de processos produtivos/operacionais;
14. Auxiliar em atividades e serviços relacionados ao inventário de bens patrimoniais;
15. Atuar em operações baseadas em processos contínuos e repetitivos nos sistemas de urnas (LOGUSWEB, ASIWEB, RFID e GEDAI entre outros) e auxiliar no suporte operacional para a inclusão de dados em tais sistemas;
16. Subsidiar a equipe com a coleta e informações de manutenção das urnas para análise, documentação e produção de dados e padronização de procedimentos.
17. Prestar apoio em geral nas operações dos Operadores Monitoradores.
18. Executar outras tarefas correlatas, de acordo com a necessidade, sempre que demandado pela equipe, desde que não sejam coincidentes com atividades privativas de servidores pertencentes às carreiras e planos de Cargos do Tribunal Regional Eleitoral.

5.4.2. Postos de trabalho:

5.4.2.1. Conforme já elencado no item anterior, a licitação envolverá três categorias de profissionais referentes a despesas fixas:

- Item 01 - 15 Operadores Monitoradores de Equipamentos Eletrônicos
- Item 02 - 01 Supervisor
- Item 03 - 01 Auxiliar Operacional

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Do recebimento e do aceite: o recebimento dos serviços será feito da seguinte forma:

6.1.1. Fiscal Administrativo: receber provisoriamente os serviços contratados, que compreende:

a) Elaborar relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

b) Tendo em vista que a fiscalização será exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.1.2. Gestor do Contrato: receber definitivamente o serviço, ato que compreende as seguintes atividades:

a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.

b) Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

7.1. O valor global do contrato é de **R\$ 729.265,80 (setecentos e vinte e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos)**, conforme discriminado abaixo:

LOTE ÚNICO									
ITEM	Categoria	Subitem	Descrição	Valor Unitário	Quantidade de postos	Valor Mensal	Meses	Valor Anual	Valor Global do Item 1
1	OPERADOR	1.1	Valor Mensal Fixo do Posto	R\$ 3.158,51	15	R\$ 47.377,65	12	R\$ 568.531,80	R\$ 596.338,20
		1.2	Valor Mensal Variável do Posto	R\$ 154,48		R\$ 2.317,20		R\$ 27.806,40	
2	SUPERVISOR	Subitem	Descrição	Valor Unitário	Quantidade de postos	Valor Mensal	Meses	Valor Anual	Valor Global do Item 2
		2.1	Valor Mensal Fixo do Posto	R\$ 4.684,57	1	R\$ 4.684,57	12	R\$ 56.214,84	R\$ 59.029,56
		2.2	Valor Mensal Variável do Posto	R\$ 234,56		R\$ 234,56		R\$ 2.814,72	
3	AUXILIAR	Subitem	Descrição	Valores Unitários	Quantidade	Valor Mensal	Meses	Valor Anual	Valor Global do Item 3
		3.1	Valor Mensal Fixo do Posto	R\$ 6.007,71	1	R\$ 6.007,71	12	R\$ 72.092,52	R\$ 73.898,04
		3.2	Valor Mensal Variável do Posto	R\$ 150,46		R\$ 150,46		R\$ 1.805,52	
VALOR GLOBAL DO LOTE									R\$ 729.265,80

7.2. O pagamento será efetuado, mensalmente, por meio de Ordem Bancária, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia útil da data da liquidação da despesa, observado o estabelecido no art. 5º da Lei nº 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

7.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária de pagamento.

7.2.2. No caso do valor do pagamento não ultrapassar o limite de que trata o inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/93, o mesmo deverá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, nas condições referidas no item 7.2.

7.3. Nesta contratação não será aplicado o Instrumento de Medição de Resultado (substituto do Acordo de Nível de Serviço – ANS).

7.4. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminando os bens/serviços efetivamente fornecidos/prestados.

7.4.1. Se optante pelo Simples Nacional, deverá ser apresentada a declaração de que trata o art. 6º da Instrução Normativa nº 1234/2012, em meio físico ou eletrônico assinado por certificação digital (não será aceito simples cópia digitalizada).

7.4.2. No caso de contrato de prestação de serviços continuados, a declaração será apresentada por ocasião do 1º (primeiro) pagamento, sendo dispensada nos demais. Caso haja a prorrogação do contrato, a declaração deverá ser apresentada novamente no 1º (primeiro) pagamento do novo período de vigência.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.6. Não serão aceitas cobranças realizadas através de títulos colocados em cobrança através de banco ou outra instituição do gênero.

7.7. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA (pagamento salário referente ao último mês de vigência do contrato e quitação relativa à rescisão do contrato de trabalho entre empregado e empregador), haja vista a implicação da responsabilidade subsidiária do CONTRATANTE, quanto àquelas obrigações (art. 71 da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 331 do TST).

7.8. A CONTRATADA deverá apresentar obrigatoriamente e juntamente com a Nota Fiscal/Fatura o que segue:

- a) Comprovação do pagamento da remuneração e das contribuições sociais – FGTS e Previdência Social - correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;
- b) Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela CONTRATANTE ou do mês do faturamento ou da prestação do serviço;
- c) Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta *on-line* ou mediante a comprovação documental da manutenção da regularidade perante a Fazenda Nacional a Seguridade Social, o FGTS e a Fazenda Municipal.

7.9. Para fins de comprovação das alíneas “a” e “b”, do item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Cópia da folha de pagamento e ou contracheques do mês da última nota fiscal ou fatura vencida;

II - Cópia do recibo de pagamento do salário;

III - Cópia do protocolo de envio de arquivos emitidos pela conectividade social – GFIP;

IV - Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP – RE;

V - Cópia da relação de Tomadores/Obras – RET emitida pela SEFIP;

VI - Cópia do comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social, emitida pelo SEFIP;

VII - Cópias dos comprovantes de fornecimento de auxílio alimentação e vale-transporte e pagamento de diárias aos empregados, nos quais deverão constar: nome e matrícula do empregado, data da entrega, bem como a quantidade e o valor dos vales, e, ainda, a assinatura do empregado atestando o recebimento ou comprovação do depósito dos benefícios na conta bancária do empregado.

7.10. Nos casos de ocorrência de hora excedente, a contratada deverá emitir Nota Fiscal específica, ou seja, de forma segregada do faturamento relativo ao valor principal do contrato.

7.11. A comprovação mediante a documentação referenciada no item 7.9 será exigida a partir do segundo faturamento, ocasião em que deverá ser apresentada a documentação relativa ao primeiro mês de execução de serviços, e assim sucessivamente, sendo que no último faturamento será exigida também a documentação relativa ao último mês de execução dos serviços, ou seja, da mesma competência a que o faturamento se referir, de forma que durante a execução financeira do contrato seja apresentada toda a documentação correspondente ao período de vigência contratual.

7.12. Caso seja constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, o pagamento à CONTRATADA não será suspenso, porém será comunicado por escrito, em forma de advertência, com prazo exequível para a regularização da situação, assim como apresentação de justificativa, sob pena de rescisão contratual.

7.12.1. O prazo do item anterior poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

7.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Diretor(a)-Geral, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente.

7.17. Pela prestação do serviço, serão efetuadas as seguintes retenções:

7.17.1. Tributos e contribuições federais (IR, CSLL, PIS e COFINS) previstos no artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96, e Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11.01.12, enquadrando o serviço no código 6147 (Serviços prestados com emprego de materiais) da Tabela de Retenção do Anexo I;

7.17.2. Contribuição previdenciária (INSS) prevista no artigo 31 da Lei n.º 8.212, de 24.07.91, e Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13.11.09, enquadrando o serviço no artigo 118, inciso XIV, da referida Instrução Normativa; e

7.17.3. Imposto sobre serviços (ISS) previsto na Lei Complementar n.º 116, de 31.07.03, enquadrando os serviços no item 14.01 da Lista de Serviços anexa à referida Lei. Para efeito do disposto neste tópico serão observadas as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar n.º 116/03 (local do estabelecimento prestador).

7.17.4. A empresa deverá destacar no documento fiscal as alíquotas dos tributos e das contribuições, bem como os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas.

7.17.5. Na hipótese de ocorrer alteração em alguma das normas referenciadas neste item, será aplicada a retenção correspondente prevista na legislação em vigor.

7.18. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas e previdenciários, serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da CONTRATADA, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TRE-PA, conforme Instrução Normativa TRE-PA n.º 4/2019 (Anexo IX do Edital) e Resolução CNJ n.º 169/2013.

7.19. Os procedimentos para a dedução das provisões serão os descritos na Instrução Normativa TRE-PA n.º 4/2019 ou outra que vier a substituí-la, observada a Resolução CNJ n.º 169/2013.

7.20. As rubricas de encargos trabalhistas, para fins de retenção, são as relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

7.20.1. Os percentuais das rubricas serão aqueles previstos pela contratada na sua planilha de encargos.

7.20.2. Os percentuais das rubricas serão os previstos na tabela abaixo:

Previsão para Retenção de Encargos Trabalhistas a serem depositados na Conta-Depósito Vinculada						
POSTOS	REMUNERAÇÃO TOTAL	13º Salário	Férias e Adicional de Férias	Incidência do submódulo 2.2 sobre férias, adicional de férias e 13º salário *	Multa do FGTS incidente sobre a remuneração, férias, 1/3 e 13º salário	TOTAL DE RETENÇÃO MENSAL
		8,33%	11,11%	7,15%	3,44%	

* Esse percentual varia conforme a realidade da empresa, tendo em vista os itens constantes do submódulo 2.2 da Planilha de Custos e Formação de Preços

7.21. Os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA.

7.22. Caso o Banco promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - de tarifas referentes à abertura e manutenção da referida conta-depósito, esses valores deverão ser suportados pelos custos indiretos definidos na proposta contratada, e serão retidos do pagamento mensal devido à contratada e depositados na conta-depósito vinculada.

7.23. Atualmente a abertura e a manutenção da conta-depósito vinculada são isentas de tarifas.

7.24. O pagamento da primeira fatura fica condicionado à abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

7.25. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)^{365}}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)^{365}}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.26. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

7.27. A critério da CONTRATANTE, poderá ser realizado o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.28. A critério da CONTRATANTE, poderá ser realizada a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da Contratada, observada a legislação específica.

7.29. No primeiro e no último mês de vigência contratual, os valores serão rateados à base de 1/30 (um trinta avos) por dia do valor mensal dos serviços, considerando-se o mês de 30 (trinta) dias. Nos meses intermediários os encargos da efetiva prestação dos serviços serão cobrados considerando-se o mês de 30 (trinta) dias, para que não ultrapasse o valor global;

7.30. As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste contrato ou com qualquer vício serão devolvidas à CONTRATADA, não correndo, neste caso, o prazo estipulado no item 7.2, iniciando-se, somente, a partir da sua completa regularização.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta de recursos previstos no Orçamento da Justiça Eleitoral, na Ação "4269 - Pleitos Eleitorais", PTRES 167869, Natureza de despesa 339040.

8.2. Para a cobertura das despesas foram emitidas as Notas de Empenho nº 2021NE000302 e 2021NE000303, à conta das dotações especificadas nesta Cláusula.

8.3. Para cobertura das despesas de competência do exercício financeiro seguinte será emitida a Nota de Empenho respectiva, que será registrada por meio de apostilamento.

CLÁUSULA NONA - PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

10.1. É admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, mediante solicitação da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

10.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

10.2.1. A partir da data limite para apresentação das propostas comerciais constante do edital, em relação aos custos dos materiais e equipamentos necessários à execução do objeto do contrato;

10.2.2. A partir da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos.

10.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

10.4. A repactuação que ocorrer a partir do segundo ano de vigência do contrato terá o percentual do item “aviso prévio trabalhado” zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano do contrato.

10.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

10.6. A solicitação de repactuação somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:

I - Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

II - As particularidades do contrato em vigência;

III - O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

IV - A nova planilha com a variação dos custos apresentada; e

V - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

10.7. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser tomada no prazo máximo de sessenta dias, contado o prazo a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

10.8. O Tribunal poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

10.9. O prazo previsto no item 10.7 desta cláusula ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Tribunal para a comprovação da variação dos custos.

10.10. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente. Na superveniência de prorrogação da vigência do contrato, em que não seja pleiteada pela CONTRATADA de forma tempestiva seu direito à repactuação, nem ressalvado expressamente sua intenção de fazê-lo, ocorrerá preclusão do direito de repactuar.

10.11. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

10.12. Os custos relativos a insumos e materiais poderão ser reajustados, mediante pedido da CONTRATADA, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida nos últimos doze meses, contados da data de apresentação da proposta ou do último reajuste concedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

12.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA deverá apresentar garantia no valor de **R\$ 36.463,29 (trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos)**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, em favor da União, representada pelo TRE/PA, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global, numa das modalidades previstas no § 1º do artigo 56, da Lei n.º 8.666/93.

12.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) As multas moratórias e/ou punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

12.3. Não serão aceitas garantias nas modalidades seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item 12.2, observada a legislação que rege a matéria.

12.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela CONTRATANTE, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, assim como providenciar a complementação em caso de acréscimo contratual, reajuste, restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro ou repactuação do valor do contrato. No caso de prorrogação contratual, fica a CONTRATADA obrigada a renovar a garantia, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de celebração do termo de aditamento.

12.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

12.6. A validade da garantia apresentada deverá alcançar 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do Art. 56 da Lei n.º 8.666, de 1993.

12.7. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento destas verbas trabalhistas, diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 65, inciso I, da IN 05/2017 - SEGES/ME, e suas alterações.

12.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.9. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993.

12.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.11. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

12.12. Em caso de rescisão contratual com culpa da CONTRATADA, poderá ser executada a garantia para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações porventura devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RECURSOS

12.1. Ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;

b) Não assinar a Ata de Registro de Preços / o contrato /e/ou não receber a Ordem de Serviço;

c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

d) Causar atraso na execução do objeto do contrato;

e) Não mantiver a proposta, injustificadamente;

f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo;

h) Cometer fraude fiscal.

12.2. Sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, pelo atraso injustificado e inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência, nas hipóteses de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos para o TRE/PA;

b) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global da Ata de Registro de Preços, na hipótese de recusa em assinar a Ata de Registro de Preços, ou do contrato, na hipótese de recusa em assinar o instrumento contratual;

c) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do respectivo serviço, na hipótese de recusa em receber a Ordem de Serviço;

d) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do respectivo serviço, na hipótese de inexecução parcial ou total da obrigação.

e) Multa em decorrência das infrações abaixo descritas, considerando os graus e percentuais indicados nas Tabelas 1 e 2

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% do valor mensal do contrato
2	1% do valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	MEDIÇÃO	LIMITE
1	Deixar de alocar postos de trabalho na data estipulada em contrato;	2	por posto, por dia de trabalho	30% do valor mensal do contrato
2	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados;	2	por posto, por dia de trabalho	30% do valor mensal do contrato
3	Deixar de substituir empregado, conforme item 6.2.14 do TR;	2	por posto, por dia de trabalho	30% do valor mensal do contrato
4	Deixar de pagar o salário dos empregados, conforme item 6.2.5 do TR.	2	por posto, por dia de trabalho	30% do valor mensal do contrato
5	Deixar de entregar os vale-transporte e/ou os vales-alimentação, conforme item 6.2.6 do TR;	1	por posto, por dia de trabalho	20% do valor mensal do contrato
6	Deixar de pagar os valores relativos a horas extras realizadas no prazo assinalado no item 6.2.5 do TR;	1	por posto, por dia de trabalho	20% do valor mensal do contrato
7	Deixar de realizar o depósito individual do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS)	1	por posto, por dia de trabalho	20% do valor mensal do contrato
8	Deixar de repor empregado, conforme item 6.2.15 do TR;	1	por posto, por dia de trabalho	10% do valor mensal do contrato
9	Deixar de entregar uniforme aos empregados, conforme item 6.2.22 do TR;	1	por posto, por dia de trabalho	10% do valor mensal do contrato
10	Deixar de entregar e substituir os EPI's, materiais e equipamentos necessários ao desempenho das atividades, conforme itens 6.2.23 e 6.2.24 do TR.	1	por posto, por dia de trabalho	10% do valor mensal do contrato
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	1	por ocorrência, por item do Edital	10% do valor mensal do contrato
12	Não promover a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da notificação.	1	por dia	10% do valor mensal do contrato

e.1) Os percentuais de multa da Tabela 1 serão multiplicados por 2 (dois) em caso de reincidência formalmente notificada pela fiscalização durante o período de 12 meses de contrato, retornando ao nível inicial a cada renovação contratual.

12.3. O atraso injustificado na execução do contrato por período superior a 30 (trinta) dias, bem como deixar de manter todas as condições de habilitação, poderá ensejar a rescisão do contrato.

12.4. Constitui falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

12.5. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhidas no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da comunicação oficial para pagamento. Em caso de não recolhimento, o valor devido será abatido da garantia e, sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado judicialmente, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, nos termos art. 27 da Lei n.º 9.069/95, c/c o art. 3º da Lei n.º 10.192/2001.

12.6. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

12.6.1. O pedido de prorrogação do prazo para início da execução do serviço não terá efeito suspensivo e deverá ser encaminhado por escrito, antes de expirado o prazo contratual, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada, competindo ao(à) Diretor(a)-Geral a concessão da prorrogação pleiteada.

12.7. Compete ao Diretor-Geral a apreciação e aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação.

12.8. Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

12.9. As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas.

12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. Poderá ser rescindido o presente contrato, caso ocorram os motivos constantes dos Artigos 77, 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 20 do Anexo I do Decreto n.º 3.555/2000, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Seção Judiciária de Belém, Capital do Estado do Pará, pela Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes.

(assinado e datado eletronicamente)

FELIPE HOUAT DE BRITO
Contratante

(assinado e datado eletronicamente)

VANUSA RIBEIRO DE SOUZA COSTA
Contratada



Documento assinado eletronicamente por **VANUSA RIBEIRO DE SOUZA COSTA**, **Usuário Externo**, em 21/05/2021, às 09:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HOUAT DE BRITO**, **Diretor Geral**, em 21/05/2021, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1293271** e o código CRC **BE548879**.

CONTRATO SERVIÇO TERCEIRIZADO N.1219/2022 - COM MÃO DE OBRA**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 1219/2022 QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A EMPRESA G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.**

A Universidade de Brasília com sede Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília-DF, criada pela Lei 3.998, de 15/12/61, instituída pelo Decreto 500, de 15/01/62, inscrita no CNPJ sob o nº 00038174/0001-43, neste ato representada pela sua Decana de Administração, Profª. **ROZANA REIGOTA NAVES**, brasileira, casada, residente nesta capital, portadora da Carteira de Identidade nº 1.283.281 – SSP/DF e do CPF 646.614.311-20, credenciada por delegação de competência, por meio do Ato da Reitoria nº 0060/2021 de 18/01/2021, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa G&E Serviços Terceirizados LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.744.139/0001-51, sediada no SAAN Quadra 02, Lotes 1130 e 1140, Zona Industrial, CEP.: 70.632-220, Brasília/DF doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **GUILHERME LEITE CASTELLO BRANCO**, portador da Carteira de Identidade nº 4210647, expedida pela SESP/DF, e CPF nº 008.947.334-51, tendo em vista o que consta no Processo nº 23106.085840/2022-75 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Contratação Emergencial, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de portaria, de forma continuada, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de referência da contratação emergencial, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE PORTEIROS	CARGA HORÁRIA	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL (06 MESES)
1	Agente de Portaria 44H	5	5	44 horas	R\$ 21.835,50	R\$ 131.013,00
2	Agente de Portaria 44H	1	1	44 horas	R\$ 4.436,76	R\$ 26.620,56
3	Agente de Portaria 12X36 DIURNO	100	200	12x36 diurno	R\$ 788.044,00	R\$ 4.728.264,00
4	Agente de Portaria 12X36 NOTURNO	34	68	12x36 noturno	R\$ 298.664,84	R\$ 1.791.989,04

5	Supervisor de Portaria 12x36 DIURNO	1	2	12x36 diurno	R\$ 14.223,28	R\$ 85.339,68
6	Supervisor de Portaria 12x36 NOTURNO	1	2	12x36 noturno	R\$ 15.344,24	R\$ 92.065,44
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				R\$ 6.855.291,72 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos)		

2. **CLAUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 02 de agosto de 2022, não podendo ser prorrogado por interesse das partes.

2.1.1. A vigência deste Contrato poderá ser interrompida a qualquer tempo em face da conclusão do processo de licitação em andamento, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização ou retenções de valores empenhados.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 1.142.548,62 (um milhão, cento e quarenta e dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 6.855.291,72 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **154040/15257 - FUB**

Fonte: **Recurso do Tesouro e próprios**

Programa de Trabalho: **170136**

Elemento de Despesa: **339039**

PI: **VGM01N01A9N**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.
- 11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).
- 11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).
- 11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:
- 11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- 11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 12.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer

JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 1219/2022

A **Empresa G&E Serviços Terceirizados LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.744.139/0001-51, por intermédio de seu representante legal, o Sr. GUILHERME LEITE CASTELLO BRANCO, portador da Carteira de Identidade n. 4210647, expedida pela SESP/DF, e CPF n. 008.947.334-51, **AUTORIZA** a **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes da Contratação Emergencial dos serviços de portaria:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da Universidade de Brasília que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME LEITE CASTELLO BRANCO, Usuário Externo**, em 01/08/2022, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rozana Reigota Naves, Decano(a) de Administração**, em 01/08/2022, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8476906** e o código CRC **2075AFE1**.



CONTRATO Nº 20210106

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, a empresa **RCS TECNOLOGIA LTDA.**, para a **prestação de serviços de apoio operacional na área de administração patrimonial, com fornecimento de postos de trabalho de Montador de bens patrimoniais, Carregador de bens patrimoniais e Tombador/Avaliador, para o atendimento das necessidades do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, o abaixo assinado denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001 15, este ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **RCS TECNOLOGIA LTDA**, com sede no SAAN Quilômetro 3, lote 480, 1º, 2º e Térreo, Zona Industrial, Brasília/DF, telefone nº (61) 3341 3889 e 3361-9997, e-mail: rcstecnologia@rcstecnologia.com.br e comercial@rcstecnologia.com.br, CNPJ-MF nº 08.220.952/0001 22, o abaixo assinado denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO DA COSTA SILVA, CI. 1.844 668, expedida pela SSP/DF, CPF nº 871.384.251-04, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 91/2021**, homologado pela Senhora Diretora Geral, conforme documento nº 00100.105962/2021-69 do Processo nº 00200.001296/2021-62, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.105682/2021 51, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de apoio operacional na área de administração patrimonial, com fornecimento de postos de trabalho de Montador de bens patrimoniais, Carregador de bens patrimoniais e Tombador/Avaliador, para o atendimento das necessidades do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e edital.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:





I – manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

II – apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;

III – efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;

IV – manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;

V – manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, de acordo com a respectiva categoria profissional, conforme especificações estabelecidas no Anexo 4, no número mínimo de 2 (dois) conjuntos de uniformes completos ao iniciar o contrato e 1 (um) conjunto completo a cada semestre, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;

VI – fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:

a) relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e

b) documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no Senado Federal;

VII – comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as no Livro de Ocorrências, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.

VIII – substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

a) falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da comunicação da ausência;

b) gozo de férias e licenças superiores a 15 (quinze) dias, somente para a categoria de Carregador de bens patrimoniais;

c) solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;

d) automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;





- e) quando não possuir a qualificação mínima exigida; e
- f) sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

IX – efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos) por dia trabalhado, conforme fixado por decisão da Comissão Diretora na 14ª Reunião de 2011, de 20/12/2011, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

X – fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XI – efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

XII – efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43;

XIII – registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados.

a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado no item anterior, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

b) A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços.

c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

XIV – selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato.





XV – alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas (Anexo 2 do edital).

XVI – observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.

XVII – manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado.

XVIII – manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO.

XIX – responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios.

XX – fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

XXI – apresentar no primeiro mês da prestação dos serviços a seguinte documentação:

- a)** Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b)** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- c)** Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

XXII – entregar ao gestor do contrato até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a)** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b)** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XXIII – entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:





- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXIV – entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XXV – apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXI.

XXVI – entregar o modelo de autorização constante no Anexo 15 do edital assinado, por ocasião da assinatura do contrato;

XXVII – providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

XXVIII – viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:

- a) o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;
- b) a obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;
- c) a obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.





XXX – responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT vinculada a proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

XXXI – observar as diretrizes de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 8/2018, Anexo 16 do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas previstas neste contrato deverão ser preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual, conforme Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

I – O disposto neste parágrafo deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte;

II – Caso a proposta apresentada pela contratada apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 91/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento





direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO OITAVO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

I – Não haverá solicitação de folguistas, pelo SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05, de 2011, e Decreto nº 7.203, de 2010.





PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberá ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

I – exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

II – comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III – permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

IV – prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

V – efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

VI – exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII – fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

VIII – fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;





IX – disponibilizar área de 60m² na COAPAT, bloco 16, com 8 estações de trabalho (ramal e computador), e área de 12m² no Depósito da SSAP no bloco 16, para prestação das atividades objeto do presente edital e anexos.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos neste contrato, no edital e seus anexos, de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:

Indicador	
01- Pontualidade	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprir o horário estabelecido pelo contrato.
Meta a cumprir	Sem atraso.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Relatório da FISCALIZAÇÃO (FISCAIS SETORIAIS).
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de cálculo.	Apuração da quantidade registrada de atrasos mensalmente pelo controle da FISCALIZAÇÃO.
Início de Vigência	Desde o início do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	De 1 a 50 atrasos - 0 ponto De 51 a 100 atrasos - 5 pontos Acima de 100 atrasos - 10 pontos
Sanções	Cada ponto implicará no desconto de 0,1% do valor da fatura.
Observações	A pontuação será cumulativa com os demais indicadores.





Indicador	
02- Assiduidade	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprir a presença diária estabelecida pelo contrato.
Meta a cumprir	Sem falta.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Relatório da FISCALIZAÇÃO (FISCAIS SETORIAIS).
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de cálculo.	Apuração da quantidade registrada de faltas mensalmente pelo controle da FISCALIZAÇÃO.
Início de Vigência	Desde o início do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	De 1 a 10 faltas - 0 ponto De 11 a 20 faltas - 5 pontos Acima de 20 faltas - 10 pontos
Sanções	Cada ponto implicará no desconto de 0,1% do valor da fatura.
Observações	A pontuação será cumulativa com os demais indicadores.

Indicador	
03 - Cumprimento das tarefas com zelo e atenção, correspondendo às expectativas da Unidade Tomadora.	
Item	Descrição
Finalidade	Realizar as tarefas necessárias ao bom andamento do serviço prestado na Unidade Tomadora.
Meta a cumprir	Cumprimento do serviço solicitado com zelo e atenção, sem que haja reclamação por parte da Unidade Tomadora.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Relatório da FISCALIZAÇÃO (FISCAIS SETORIAIS).
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de cálculo.	Apuração da quantidade de registros, mensais, de descumprimento dos serviços ou tarefas estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO (FISCAIS SETORIAIS).
Início de Vigência	Desde o início do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	De 1 a 100 registros - 0 ponto De 101 a 200 registros - 5 pontos Acima de 200 registros - 10 pontos
Sanções	Cada ponto implicará no desconto de 0,1% do valor da fatura.
Observações	A pontuação será cumulativa com os demais indicadores.





Indicador	
04 - Avaliação Mensal do Fiscal Técnico	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar se as atribuições previstas nas “Atribuições Específicas dos Serviços” estão sendo executadas de acordo com o definido no Edital do Pregão Eletrônico n.º XX/2020.
Meta a cumprir	Promover um serviço de apoio às atividades de administração patrimonial de qualidade, que corresponda às expectativas do Senado Federal.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Registros de fiscalização apontados pelos fiscais do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo.	Somatório dos apontamentos registrados no mês corrente pela FISCALIZAÇÃO.
Início de Vigência	Desde o início do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 10 apontamentos - 0 ponto De 11 a 20 apontamentos - 5 pontos Acima de 21 apontamentos - 10 pontos
Sanções	Cada ponto implicará no desconto de 0,1% do valor da fatura.
Observações	A pontuação será cumulativa com os demais indicadores. Neste item não estão incluídos nenhuma situação dos indicadores anteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, devendo o início da prestação dos serviços dar-se no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos serviços será realizada nas dependências de todo o Complexo do Senado Federal, mas terá sua gestão centralizada nas dependências da Coordenação de Administração Patrimonial, localizada no Senado Federal, Via N2, Unidade de Apoio II, de 2ª a 5ª feira das 08:30 às 18:30 e na 6ª feira das 08:30 às 17:30, com intervalo de uma hora para almoço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prestação dos serviços fora do horário ordinário estabelecido no parágrafo primeiro deverá ser previamente solicitada ou autorizada pelo Gestor deste contrato, desde que devidamente justificada.





PARÁGRAFO TERCEIRO – A jornada de trabalho dos profissionais referidos no Anexo 3 do edital poderá ser alterada de acordo com as necessidades do serviço e por solicitação do gestor.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá executar os serviços, conforme descrito abaixo:

I – Aos Montadores compete:

- a) a realização de montagem e desmontagem de móveis e bens patrimoniais em geral, após pedido realizado por meio da central de serviços e recebidos pelo sistema SPALM, atendidos em ordem cronológica de recebimento no prazo de 3 (três) a 5 (cinco) dias úteis;
- b) o acondicionamento dos bens e seu preparo para transporte;
- c) a instalação de placas e suportes adquiridos pela SPATR, utilizando-se de conhecimento sobre leitura de projetos técnicos; e
- d) a realização dos demais serviços pertinentes à função.

II- Aos Carregadores compete:

- a) o transporte de mobiliário, eletrodomésticos e bens patrimoniais em geral, efetuando as operações de carga e descarga de forma a resguardar sua integridade e a integridade dos itens transportados;
- b) a realização dos demais serviços pertinentes à função.
- c) Os serviços deverão ser prestados em todo Senado Federal, à medida que forem solicitados, em tempo hábil, dependendo da complexidade de cada solicitação.

III- Aos Tombadores/Avaliadores compete:

- a) a realização do tombamento dos materiais permanentes controlados, por meio de envio de documentação para registro de entrada dos bens no almoxarifado, afixação de plaquetas, registro de informações detalhadas sobre os bens tombados e sincronização de informações com o sistema (SPALM);
- b) a movimentação de bens permanentes para sua transferência entre unidades administrativas, envolvendo recolhimento ao depósito do Senado Federal, transferência para reforma externa e montagem de lotes de leilão, a aprovação de movimentações realizadas sem o apoio físico da Secretaria de Patrimônio e o gerenciamento do catálogo de pedidos; a realização de baixa de bens permanentes alienados pelo Senado Federal no Sistema de Patrimônio (SPALM);





- c) a realização de inventários de materiais permanentes, tais como inventários periódicos em todas as unidades administrativas do Senado Federal de acordo com cronograma estabelecido, inventário no último trimestre do ano para consolidação do relatório de inventário anual, inventário inicial para criação de unidades administrativas ou para sua extinção/transformação e inventário de transferência de responsabilidade de unidade administrativa;
- d) o atendimento às solicitações realizadas pelos usuários via telefone ou e-mail;
- e) a orientação aos colaboradores quanto a gestão patrimonial das unidades administrativas;
- f) o auxílio aos usuários no manuseio do sistema de patrimônio (SPALM);
- g) o apoio nas demandas das equipes de depósito e nas demandas específicas das unidades de Telefonia e Informática; e
- h) a realização dos demais serviços pertinentes à função;
- i) Os serviços deverão ser prestados em todo Senado Federal, à medida que forem solicitados, em tempo hábil, dependendo da complexidade de cada solicitação.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA SEXTA – DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITO EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS) e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os depósitos de que trata o *caput* serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.





PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores provisionados na forma do *caput* desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

I – parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

II – parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

III – quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV – ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração. O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no *caput* desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.





I – A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exige a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os valores depositados em garantia serão remunerados nos termos do acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de **R\$ 252.779,74** (duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos), **correspondente a mão de obra**, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº 00100.105682/2021-51, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.





TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA				
ITEM	CATEGORIAS	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL
1	Carregador de bens patrimoniais	27	R\$ 4.188,37	R\$ 113.085,99
2	Montador de bens patrimoniais	7	R\$ 4.739,67	R\$ 33.177,69
3	Tombador/Avaliador	14	R\$ 7.608,29	R\$ 106.516,06
TOTAL MENSAL				R\$ 252,779,74
TOTAL ANUAL (12 meses)				R\$ 3.033.356,88

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço global anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de **R\$ 3.033.356,88** (três milhões, trinta e três mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, **observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XII da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo gestor, mediante o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

PARÁGRAFO QUARTO – O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

PARÁGRAFO QUINTO – Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do Parágrafo Oitavo e à apresentação de:

I – prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, quando for o caso deste pagamento pela CONTRATADA, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;





II – Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

III – espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

IV – comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

V – tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

VI – planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

VII – planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e

VIII – apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sexta, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da Cláusula Sexta.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação do gestor do contrato ou, nos casos em que se enquadrem no § 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO OITAVO – Eventual(is) irregularidade(s) constatada(s) na apresentação dos documentos elencados nos incisos do Parágrafo Quinto ensejará(ão) a suspensão do pagamento até que haja a regularização da pendência por parte da CONTRATADA pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO NONO – A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso VIII da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista na Cláusula Décima Terceira.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os pagamentos mensais estarão sujeitos a ajustes pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO– No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Quinto, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Quinto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

É admitido o reajustamento dos valores que compõem os custos deste contrato desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a ser contabilizado conforme os seguintes critérios:

I - repactuação do preço quanto aos custos referentes à mão de obra: a partir da data-base consignada no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta;





II - reajuste do preço quanto aos insumos, materiais e equipamentos: a partir da data da apresentação da proposta, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os itens correspondentes às despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos e materiais, constantes da Planilha de Composição de Custos que fundamenta a proposta da CONTRATADA e que não se referiam a obrigações decorrentes de norma coletiva de trabalho, decisão judicial ou disposição legal, serão reajustados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor- IN PC, após 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada através de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do ‘fato da administração’ e do ‘fato do príncipe’, com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O primeiro reajuste dos itens mencionados no parágrafo anterior levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade da repactuação será a data-base referente à categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra da contratação conforme Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida, aplicando-se, no que couber, o disposto no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos a mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, aplicando-se o disposto no item 12.1.1.1.3.1 do edital.





PARÁGRAFO SÉTIMO – Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO OITAVO – Desde que acordada entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO NONO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da Convenção Coletiva ou do Acordo Coletivo de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de preclusão do direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de trabalho relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O arredondamento de valores e preços deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010.

I – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.





CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Natureza de Despesa 3.3.90.37, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nºs 2021NE001762 e 2021NE001774, de 13 e 14 de outubro de 2021, respectivamente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R\$ 60.667,14** (sessenta mil, seiscentos e sessenta e sete reais e catorze centavos), correspondente a 2 % (dois por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da via assinada do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.





PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Quinto da Cláusula Sétima.

I – A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II – Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;

IV – obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.





I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008, e nos Atos da Diretoria-Geral nº 20/2015 e 27/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I – apresentar documentação falsa;

II – fraudar a execução do contrato;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fazer declaração falsa;





V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades ali previstas.

PARÁGRAFO QUARTO – Decorrido o prazo previsto para o início da execução deste contrato, sem a prestação dos serviços, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Sexto.

PARÁGRAFO QUINTO – Iniciada a execução do objeto, o atraso injustificado na execução de alguma parcela, ou sua execução de forma insatisfatória, excluídas as infrações detalhadas constantes no Parágrafo Nono, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEXTO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quinto, inciso II, da Cláusula Sétima, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Sexto.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Sexto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Primeira sujeitará a CONTRATADA à multa de até 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor global do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO NONO – Pelo descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, a CONTRATADA ficará sujeita à multa, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.





SENADO FEDERAL

GRAU 1	
De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência.
2	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado e por ocorrência.
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado e por dia.
4	Deixar de apresentar cópia autenticada das alterações contratuais, quando realizadas, por ocorrência.
5	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, sem autorização expressa do Senado Federal, por ocorrência.
6	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação, por ocorrência.
7	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto, por dia

GRAU 2	
De 0,3 (três décimos por cento) a 0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
8	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por dia.
9	Deixar de atender à convocação do gestor para prestação de serviços em horário e dia extraordinários, por ocorrência.
10	Deixar de comunicar ao gestor e de registrar no Livro de Ocorrências as anormalidades verificadas na execução dos serviços, por ocorrência.
11	Deixar de substituir o empregado por outro que atenda às mesmas qualificações com relação ao substituído, quando solicitado pelo gestor deste contrato, por ocorrência.
12	Manter profissional não qualificado em serviço, por ocorrência.

GRAU 3	
De 0,5 (cinco décimos por cento) a 0,8% (oito décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
13	Deixar de cumprir às exigências relativas às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios, por ocorrência.
14	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por ocorrência.
15	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço especificado, por ocorrência.





GRAU 4	
De 0,9 (nove décimos por cento) a 1,6% (um vírgula seis décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
16	Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado e por dia.
17	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado.
18	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e calçado, por empregado.

GRAU 5	
De 1,7 (um vírgula sete décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
19	Interromper a realização dos serviços, por dia de paralisação.
20	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato, por ocorrência.
21	Contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.

GRAU 6	
Até 6,4% (seis vírgula quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
22	Deixar de efetuar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por ocorrência e por dia.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A reincidência de infrações do mesmo grau, previstas nos quadros do parágrafo anterior, fará incidir o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa aplicada.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Para os casos de infrações contratuais não previstas nos parágrafos anteriores, o SENADO aplicará multa, a ser fixada entre os graus 1 e 5, em razão da gravidade apurada.





PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os percentuais previstos nesta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quarta, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

I – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

II – a não reincidência da infração;

III – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

IV – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e

V – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no Parágrafo Décimo Sexto.





PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO– Ao final da vigência contratual e após quitadas todas as verbas trabalhistas e previdenciárias, incluindo as rescisórias, havendo saldo existente no DGBM, este poderá ser utilizado para pagamento das penalidades contratuais, observado o Parágrafo Décimo Nono.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma dos Parágrafos Décimo Nono e Vigésimo, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e diante da hipótese prevista no inciso II do Parágrafo Terceiro da Cláusula Décima Quinta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

III – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da referida lei.





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato **terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura,** podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o Senado Federal quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 90 (noventa) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 24, XI, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXIV da Cláusula Segunda e do Parágrafo Quinto da Cláusula Sétima.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem

Brasília-DF, ____ de _____ de 2021.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

RODRIGO DA
COSTA
SILVA:87138425104

Assinado de forma digital por
RODRIGO DA COSTA
SILVA:87138425104
Dados: 2021.10.29 11:23:55
-03'00'

RODRIGO DA COSTA SILVA
RCS TECNOLOGIA LTDA

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2021\MINUTAS\CONTRATO\RCS - CT NOVO 001296 2021 (A).docx



Empresa - RCS TECNOLOGIA LTDA
 CNPJ - 08.220.952/0001-22
 Pregão - 91/2021
 Processo - 00200.001296/2021-62
 Data Proposta - 01/10/2021

Item	POSTO DE TRABALHO	QTDE	REMUNERAÇÃO		PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL	PREÇO TOTAL ANUAL
1	Carregador de bens patrimoniais	27	R\$	1.760,22	R\$ 4.188,37	R\$ 113.085,99	R\$ 1.357.031,88
2	Montador de bens patrimoniais	7	R\$	2.068,44	R\$ 4.739,67	R\$ 33.177,69	R\$ 398.132,28
3	Tombador / Avaliador	14	R\$	3.661,12	R\$ 7.608,29	R\$ 106.516,06	R\$ 1.278.192,72
Equipe de dedicação exclusiva		48				R\$ 252.779,74	R\$ 3.033.356,88



Empresa - RCS TECNOLOGIA LTDA
 CNPJ - 08.220.952/0001-22
 Pregão - 91/2021
 Processo - 00200.001296/2021-62
 Data Proposta - 01/10/2021

Item	POSTO DE TRABALHO	QTDE	DGBM POSTO	DGBM MENSAL	DGBM ANUAL
1	Carregador de bens patrimoniais	27	R\$ 516,07	R\$ 13.933,89	R\$ 167.206,68
2	Montador de bens patrimoniais	7	R\$ 605,93	R\$ 4.241,51	R\$ 50.898,12
3	Tombador / Avaliador	14	R\$ 1.070,51	R\$ 14.987,14	R\$ 179.845,68
TOTAL DGBM		48		R\$ 33.162,54	R\$ 397.950,48



Empresa - RCS TECNOLOGIA LTDA
 CNPJ - 08.220.952/0001-22
 Pregão - 91/2021
 Processo - 00200.001296/2021-62
 Data Proposta - 01/10/2021

Item	POSTO DE TRABALHO	QTDE	Férias + 1/3 (submódulo 4.5)	13º salário (submódulo 4.2)	Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, 1/3 e 13º.	Multa do FGTS (Somatório Multas Avisos Prévios)	Taxa de Administração (módulo 5)	Lucro (módulo 5)	Total posto	Total Mensal	Total Anual
1	Carregador de bens patrimoniais	27	R\$ 195,58	R\$ 146,68	R\$ 57,21	R\$ 67,24	R\$ 23,34	R\$ 26,02	R\$ 516,07	R\$ 13.933,89	R\$ 167.206,68
2	Montador de bens patrimoniais	7	R\$ 229,83	R\$ 172,37	R\$ 67,23	R\$ 79,01	R\$ 27,42	R\$ 30,07	R\$ 605,93	R\$ 4.241,51	R\$ 50.898,12
3	Tombador / Avaliador	14	R\$ 406,79	R\$ 305,09	R\$ 119,00	R\$ 139,85	R\$ 48,54	R\$ 51,24	R\$ 1.070,51	R\$ 14.987,14	R\$ 179.845,68
TOTAL DGBM		48								R\$ 33.162,54	R\$ 397.950,48



1	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015		
CATEGORIA	Carregador de bens patrimoniais		
CCT	DF000258/2021 - ACT SITIMME x RCS TECNOLOGIA LTDA (vigente até 30/04/2022)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		1.760,22
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.760,22
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 11,00 por dia útil de trabalho - 6% do salário base - Decreto nº 37.940/2016 - GDF)		136,39
	Auxílio Alimentação (R\$ 23,00 por dia trabalhado com desconto de 1%)		500,94
	Plano de Saúde		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		12,00
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		649,33
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes		26,93
	EPI's		12,47
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		39,40
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	26,40
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	17,60
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,52
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	44,01
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	140,82
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,91600%	51,33
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	10,56
	TOTAL :	16,71600%	294,24
4.2 13º SALARIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	146,68
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,39000%	24,52
	TOTAL :	9,72333%	171,20
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,01667%	0,29
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00279%	0,05
	TOTAL :	0,01946%	0,34
4.4. PROVISAO PI RESCISAO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	7,33
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	0,59
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,94444%	34,23
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,32503%	5,72
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	67,24
	TOTAL :	6,53947%	115,11
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	146,69
	Terço constitucional de férias	2,77800%	48,90
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,00000%	-
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01389%	0,24
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,27222%	4,79
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,32877%	5,79
	Subtotal	11,72621%	206,41
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	1,96015%	34,50
	TOTAL :	13,69%	240,91
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	16,72%	294,24
4.2.	13º SALARIO	9,72%	171,20
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,34
4.4.	PROVISAO RESCISAO	6,54%	115,11
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	13,69%	240,91
	TOTAL :	46,68%	821,80
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 3.270,75
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	5,00%	163,54
B	LUCRO	5,31%	182,37
C	TRIBUTOS	13,65%	571,71
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,74%	30,99
	Tributos Federais (COFINS)	3,41%	142,82
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	209,42
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	188,48
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	37,61%	917,62
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	4.188,37



Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02AF1E2F0040D66B.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

2	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015		
CATEGORIA	Montador de bens patrimoniais		
CCT	DF000258/2021 - ACT SITIMME x RCS TECNOLOGIA LTDA (vigente até 30/04/2022)	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.068,44
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.068,44
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 11,00 por dia útil de trabalho - 6% do salário base - Decreto nº 37.940/2016 - GDF)		117,89
	Auxílio Alimentação (R\$ 23,00 por dia trabalhado com desconto de 1%)		500,94
	Plano de Saúde		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		12,00
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		630,83
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes		26,93
	EPI's		12,47
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		39,39
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	31,03
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	20,68
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	4,14
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	51,71
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	165,48
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,91600%	60,32
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	12,41
	TOTAL :	16,71600%	345,76
4.2 13º SALARIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	172,37
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,39000%	28,81
	TOTAL :	9,72333%	201,18
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,01667%	0,34
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00279%	0,06
	TOTAL :	0,01946%	0,40
4.4. PROVISAO PI RESCISAO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	8,62
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	0,69
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,94444%	40,22
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,32503%	6,72
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	79,01
	TOTAL :	6,53947%	135,27
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	172,37
	Terço constitucional de férias	2,77800%	57,46
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,00000%	-
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01389%	0,29
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,27222%	5,63
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,32877%	6,80
	Subtotal	11,72621%	242,55
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	1,96015%	40,54
	TOTAL :	13,69%	283,09
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	16,72%	345,76
4.2.	13º SALARIO	9,72%	201,18
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,40
4.4.	PROVISAO RESCISAO	6,54%	135,27
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	13,69%	283,09
	TOTAL :	46,68%	965,70
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 3.704,36
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	5,00%	185,22
B	LUCRO	5,22%	203,13
C	TRIBUTOS	13,65%	646,96
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,74%	35,07
	Tributos Federais (COFINS)	3,41%	161,62
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	236,98
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	213,29
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	37,52%	1.035,31
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	4.739,67



Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02AF1E2F0040D66B.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

3	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015		
CATEGORIA	Tombador / Avaliador		
CCT	DF000258/2021 - ACT SITIMME x RCS TECNOLOGIA LTDA (vigente até 30/04/2022)	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		3.661,12
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.661,12
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 11,00 por dia útil de trabalho - 6% do salário base - Decreto nº 37.940/2016 - GDF)		22,33
	Auxílio Alimentação (R\$ 23,00 por dia trabalhado com desconto de 1%)		500,94
	Plano de Saúde		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		12,00
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		535,27
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes		48,73
	EPI's		3,04
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		51,76
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00000%	-
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	54,92
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	36,61
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	7,32
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	91,53
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	292,89
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,91600%	106,76
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	21,97
	TOTAL :	16,71600%	611,99
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	305,09
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,39000%	51,00
	TOTAL :	9,72333%	356,09
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,01667%	0,61
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00279%	0,10
	TOTAL :	0,01946%	0,71
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,41667%	15,25
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03333%	1,22
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,94444%	71,19
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,32503%	11,90
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82000%	139,85
	TOTAL :	6,53947%	239,42
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	305,09
	Terço constitucional de férias	2,77800%	101,71
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,00000%	-
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01389%	0,51
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,27222%	9,97
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,32877%	12,04
	Subtotal	11,72621%	429,31
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	1,96015%	71,76
	TOTAL :	13,69%	501,07
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	16,72%	611,99
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	356,09
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,02%	0,71
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,54%	239,42
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	13,69%	501,07
	TOTAL :	46,68%	1.709,28
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 5.957,43
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	5,00%	297,87
B	LUCRO	5,03%	314,46
C	TRIBUTOS	13,65%	1.038,53
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,74%	56,30
	Tributos Federais (COFINS)	3,41%	259,44
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	380,41
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	4,50%	342,37
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	37,33%	1.650,86
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	7.608,29



Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02AF1E2F0040D66B.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

UNIFORME MONTADOR E CARREGADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO DO UNIFORME	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Camisa azul escuro, de mangas curtas, com um bolso superior esquerdo com o emblema da empresa e com o nome da categoria nas costas da camisa em escrita branca	und	3	R\$ 16,90	R\$ 50,70
2	Calça azul escuro com dois bolsos	und	3	R\$ 33,00	R\$ 99,00
3	Meia preta	und	3	R\$ 5,90	R\$ 17,70
4	Sapato preto vulcanizado	und	3	R\$ 51,90	R\$ 155,70
TOTAL					R\$ 323,10
TOTAL MENSAL UNIFORME					R\$ 26,93

UNIFORME TOMBADOR/AVALIADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO DO UNIFORME	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Camisa social branca, de mangas compridas	und	3	R\$ 49,00	R\$ 147,00
2	Terno na cor preta (masculino) ou Tailleur na cor preta (feminino), ambos com dois bolsos inferiores (um de cada lado) e um bolso no lado superior esquerdo	und	3	R\$ 88,10	R\$ 264,30
3	Meia preta (masculino) ou meia-calça branca ou cor da pele (feminino);	und	3	R\$ 5,90	R\$ 17,70
4	Calçado em couro preto, tipo social (masculino) ou em couro preto, tipo social com salto baixo (feminino);	und	3	R\$ 51,90	R\$ 155,70
TOTAL					R\$ 584,70
TOTAL MENSAL UNIFORME					R\$ 48,73



EPI'S					
ITEM	DESCRIÇÃO DO UNIFORME	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	Capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio	UNIDADE	3	R\$ 8,67	R\$ 26,00
	Óculos para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes	UNIDADE	3	R\$ 2,66	R\$ 7,98
	Protetor auditivo adequado	UNIDADE	3	R\$ 0,82	R\$ 2,46
	Luvas para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes (exceto para o posto de supervisor de marcenaria)	UNIDADE	3	R\$ 5,83	R\$ 17,49
	Cinta Lombar - Ergonômica Para Coluna Postura	UNIDADE	3	R\$ 31,90	R\$ 95,70
TOTAL					R\$ 149,63
TOTAL MENSAL EPI					R\$ 12,47

EPI'S					
ITEM	DESCRIÇÃO DO UNIFORME	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	Capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio	UNIDADE	3	R\$ 8,67	R\$ 26,00
	Óculos para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes	UNIDADE	3	R\$ 2,66	R\$ 7,98
	Protetor auditivo adequado	UNIDADE	3	R\$ 0,82	R\$ 2,46
TOTAL					R\$ 36,44
TOTAL MENSAL EPI					R\$ 3,04





O documento foi assinado por:

RODRIGO GALHA	03/11/2021 10:43:16	
ALEXANDRE MATTOS DE FREITAS	03/11/2021 11:23:33	
ILANA TROMBKA	05/11/2021 11:24:43	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SECC/DICON/CGAD/DLOG/PF

Contrato nº 22880796-SECC/DICON/CGAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.003515/2022-31

Contrato 12/2022-CGAD/DLOG/PF

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2022,
QUE FAZEM ENTRE SI
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
POLÍCIA FEDERAL E A EMPRESA R7
FACILITIES SERVIÇOS DE
ENGENHARIA EIRELI.**

A União, por intermédio da Polícia Federal, com sede no Setor Comercial Norte - Quadra 4, Blocos B, C e D, Edifício Multibrasil Corporate - Brasília/DF, Cep 70714-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0014-50, neste ato representada pelo Sr. **ANDRÉ VIANA ANDRADE**, Delegado de Polícia Federal, inscrito no CPF nº 837.680.681-53, portador da Carteira de Identidade nº 3499244-DGPC/GO, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 12.442-DG/PF, de 19 de maio de 2020, da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **R7 FACILITIES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.162.311/0001-73, sediada no SIA Qd. 14 Conj. 08 Lote 03 Parte "B" – Zona Industrial – Guará - Brasília - DF, CEP 71250-140, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **WESLEY FERNANDES CAMILO**, portador da Carteira de Identidade nº 1858143 – SSP/DF, e CPF nº 713.869.631-00, tendo em vista o que consta no Processo nº **08200.003515/2022-31** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 10/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de assistente administrativo, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:

Órgão participante: Polícia Federal - UASG 200334 - Coordenação-Geral de Administração					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Mensal	Valor Global (28 meses)
117	Serviços de Assistente Administrativo	POSTO	2	R\$ 10.043,38	R\$ 281.214,64

no SARQ - Setor Policial Sul, SAIS Quadra 7 - Asa Sul, Brasília - DF.				
Serviços de Assistente Administrativo na DMAT - Divisão de Material, localizado no Setor Comercial Norte, Quadra 3 – Ed. Multicorporate - Asa Norte, Brasília - DF.	POSTO	1	R\$ 5.021,69	R\$ 140.607,32
Serviços de Assistente Administrativo na DIFRO - Divisão de Gestão de Frotas - Setor Policial Sul, SAIS Quadra 7 - Asa Sul, Brasília - DF.	POSTO	1	R\$ 5.021,69	R\$ 140.607,32
Serviços de Assistente Administrativo na CGPI - Coordenação-Geral de Polícia de Imigração, localizado no Setor Comercial Norte, Quadra 3 – Ed. Multicorporate - Asa Norte, Brasília - DF.	POSTO	2	R\$ 10.043,38	R\$ 281.214,64
Serviços de Assistente Administrativo na DICON - Divisão de Licitações e Contratos, localizado no Setor Comercial Norte, Quadra 3 – Ed. Multicorporate - Asa Norte, Brasília - DF.	POSTO	3	R\$ 15.065,07	R\$ 421.821,96
TOTAL	POSTO	9	R\$45.195,21	R\$1.265.465,88

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 28 (vinte e oito) meses, com início na data de **03/05/2022** e **encerramento em 02/09/2024**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6 Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.1.7 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.1.8 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA — PREÇO

3.1 O valor mensal da contratação é de R\$45.195,21 (quarenta e cinco mil cento e noventa e cinco reais e vinte e um centavos), perfazendo o valor total de R\$1.265.465,88 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

3.2 No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA — DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:200334

Fonte: 0100000000

PTRES: 172371

Elemento de Despesa: 339037

PI: PF99900AG22

NE: 2022NE000605, no valor de R\$421.822,08

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA — PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA — REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1 As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA — GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA — MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA — OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA — SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Brasília/DF, abril de 2022

ANDRÉ VIANA ANDRADE
Delegado de Polícia Federal
Ordenador de Despesas – UG 200334

WESLEY FERNANDES CAMILO
R7 FACILITIES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.

TESTEMUNHAS



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ VIANA ANDRADE, Diretor(a)**, em 20/04/2022, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY FERNANDES CAMILO, Usuário Externo**, em 20/04/2022, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO CARLOS DA SILVA, Chefe de Serviço**, em 20/04/2022, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELISANGELA ALVES FERREIRA, Administrador(a)**, em 20/04/2022, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22967007** e o código CRC **39DA03CC**.

POLÍCIA FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2022 - UASG 200334 - CGAD/DLOG/PF

Nº Processo: 08200.005246/2022-47.
Pregão Nº 9/2021. Contratante: COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/.
Contratado: 59.104.760/0001-91 - TOYOTA DO BRASIL LTDA. Objeto: Aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados) para uso no policiamento, patrulhamento e investigação, a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes, em todo o território nacional, cuja atribuição seja da polícia federal..
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 20/04/2022 a 20/04/2023. Valor Total: R\$ 390.000,00. Data de Assinatura: 20/04/2022.

(COMPASNET 4.0 - 20/04/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2022 - UASG 200334 - CGAD/DLOG/PF

Nº Processo: 08200.002550/2022-32.
Pregão Nº 10/2020. Contratante: COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/.
Contratado: 11.162.311/0001-73 - R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de apoio administrativo de recepção, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência, anexo do edital, sendo 57(cinquenta e sete) postos de recepção.
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 03/05/2022 a 02/09/2024. Valor Total: R\$ 6.390.429,03. Data de Assinatura: 20/04/2022.

(COMPASNET 4.0 - 20/04/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2022 - UASG 200334 - CGAD/DLOG/PF

Nº Processo: 08200.000200/2022-31.
Pregão Nº 9/2021. Contratante: COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/.
Contratado: 02.990.234/0001-59 - DIVENA LITORAL VEICULOS LTDA.. Objeto: aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados) para uso no policiamento, patrulhamento e investigação, a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes, em todo o território nacional, cuja atribuição seja da polícia federal.
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 25/04/2022 a 25/04/2023. Valor Total: R\$ 1.239.585,00. Data de Assinatura: 20/04/2022.

(COMPASNET 4.0 - 20/04/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2022 - UASG 200334 - CGAD/DLOG/PF

Nº Processo: 08200.000197/2022-56.
Pregão Nº 9/2021. Contratante: COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/.
Contratado: 54.305.743/0011-70 - HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA. Objeto: Aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados) para uso no policiamento, patrulhamento e investigação, a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes, em todo o território nacional, cuja atribuição seja da polícia federal.
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 25/04/2022 a 25/04/2023. Valor Total: R\$ 818.700,00. Data de Assinatura: 20/04/2022.

(COMPASNET 4.0 - 20/04/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2022 - UASG 201057 - CECOC/ME

Nº Processo: 08200.003515/2022-31.
Pregão Nº 10/2020. Contratante: COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/.
Contratado: 11.162.311/0001-73 - R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de assistente administrativo, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência, anexo do edital, sendo 09 (nove) postos de assistentes administrativos.
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 03/05/2022 a 02/09/2024. Valor Total: R\$ 1.265.466,24. Data de Assinatura: 20/04/2022.

(COMPASNET 4.0 - 20/04/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2022 - UASG 200334 - CGAD/DLOG/PF

Número do Contrato: 9/2021.
Nº Processo: 08200.005193/2021-83.
Pregão. Nº 24/2020. Contratante: COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/. Contratado: EX2003342 - INTERNATIONAL BRANDS GROUP B.V. Objeto: Acrescentar 3,14% do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalente a R\$ 166.635,00 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais), nos moldes do art. 65, inciso I, alínea "b", § 1º, da lei n.º 8.666/1993 e prorrogar o prazo da vigência contratual por mais um período de 07 (sete) meses, com base no art. 57, §1º, inciso IV da lei n.º 8.666/1993.. Vigência: 05/05/2022 a 05/12/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 5.473.080,00. Data de Assinatura: 20/04/2022.

(COMPASNET 4.0 - 20/04/2022).

EDITAL Nº 54 - DGP/PF, DE 20 DE ABRIL DE 2022
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL, AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL, ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL E PAPILOSCOPISTA POLICIAL FEDERAL
RESULTADO PROVISÓRIO NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAL torna público, somente para os cargos de Escrivão de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal, o resultado provisório na avaliação psicológica (primeiro e segundo momentos) dos candidatos matriculados na primeira turma do Curso de Formação Profissional, referente ao concurso público para o provimento de vagas nos cargos de DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL, AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL, ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL e PAPILOSCOPISTA POLICIAL FEDERAL.

1 DO RESULTADO PROVISÓRIO NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - 1º E 2º MOMENTOS DOS CANDIDATOS MATRICULADOS NA PRIMEIRA TURMA DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1.1 Relação provisória dos candidatos considerados aptos na avaliação psicológica (primeiro e segundo momentos), na seguinte ordem: cargo, número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

1.1.1 CARGO 3: ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL
10144201, Abdon Jose Correa Filho / 10197529, Adriana Araujo Pereira / 10107290, Adriane Rangel Barbosa / 10014163, Afonso Marin Neto / 10019414, Alan Rafael Mannrich Huber / 10241347, Alessandro Peixoto de Alencar Daniele / 10268772, Alexandre Alves de Castro Lima / 10023548, Alexandre Martins Malinosky / 10083197, Alexandre Nicolas Pedrosa Cavalcante / 10345710, Alexandre Staszczak Strieski / 10010222,

Alice Louzada Pasquali Rosa de Oliveira / 10048305, Alice Oliveira Freitas / 10060377, Aline Cruz de Medeiros / 10292976, Alisson Mateus de Oliveira Magalhaes / 10100330, Alisson Soares de Araujo / 10330079, Allan Pereira Pacheco / 10002294, Alysso Rodrigues dos Santos / 10270425, Ana Beatriz Castilho Moreira Guedes / 10138134, Ana Beatriz Rezende Rosa / 10093477, Ana Carolina Lopes Starling / 10373969, Ana Claudia de Moraes Loyola / 10218681, Andre de Faria Silva / 10017063, Andre de Freitas Alvarez Jourdan / 10075452, Andre Rafael Luzete / 10038617, Andrews Duarte Noronha / 10014257, Anna Caroliny Venceslau Venancio da Penha / 10044826, Antonio Gaspar Passarelli Junior / 10206734, Antonio Silas Vasconcelos da Costa / 10177547, Arthur Roque Peruch / 10155308, Artur Fleith Couto / 10010219, Augusto Cesar Martins Andrade / 10087879, Augusto Duarte Rodrigues / 10249758, Beatrice Clavery de Medeiros / 10215069, Beatriz Michels Fernandes / 10020693, Bernardo Batista Alvares / 10066706, Bruna Pimentel Dias Amad / 10223956, Bruno Buscariolli Pereira / 10166058, Bruno de Souza Ramos / 10377690, Bruno Gonçalves Silva / 10355654, Bruno Henrique Mimo / 10347870, Bruno Sidrone Correa / 10140627, Bruno Taliz Mondin Leivas / 10034521, Caik Gabriel Cavalcante Soares / 10059808, Caio Moreira Michelotti / 10220937, Camila de Carvalho Silva / 10191365, Carlos Uala de Oliveira Pinto Griebler / 10177580, Carolina Britto Liberato / 10119563, Cezar Augusto Bellezi / 10068147, Charles Henrique Soares Andrade / 10015240, Christopher Ropke Costa / 10199673, Claudio Rones Rocha Alves / 10307631, Cleyton de Farias Santos / 10388386, Cosme Junio Martins Maia / 10365401, Cristiane Sayuri Murakawa / 10039268, Daniel Boltura Zuqui / 10039025, Daniel Dal Agnol Grossmann / 10166808, Daniele Bezerra Delabio Ferraz / 10178506, Danilo Alencar da Costa / 10196445, Danilo Ferreira de Toledo / 10051810, David Borges de Carvalho / 10254408, David Dutra dos Reis / 10157844, Debora Fernanda Oliveira Belas / 10002538, Debora Fernandes Xavier / 10350225, Diana de Mendonca Melo / 10370888, Diego Fernando Borges / 10067290, Diego Heleno de Assis Pires Melo / 10003335, Diogo Adriano Cortes da Silva / 10255401, Diogo Filipe de Lima Moraes / 10042785, Diogo Mazzioli da Silva / 10226250, Douglas Alessandro Lara de Oliveira / 10261058, Douglas Brandao de Melo / 10275858, Ederson Tomaz Mendes / 10080894, Edson de Biagg Custodio Junior / 10092343, Eduardo Cesar Batista Juliao / 10021776, Eduardo Ghellere Olivo / 10041965, Eduardo Natividade de Freitas / 10062896, Eider Gargano Rangel / 10369395, Elian Meneses Oliveira / 10023219, Emerson Rosado Scalcon / 10051091, Erick Rodrigues Justino / 10071955, Everton da Conceicao Pardino / 10079991, Everton Peixoto dos Santos / 10221518, Ezequiel Machado da Silva / 10076703, Fabio Sarno dos Santos / 10069580, Fabricio Nascimento Ribeiro / 10233913, Felipe da Silva Cunha / 10150261, Felipe Santos Monaco / 10008859, Felipe Silveira Pereira / 10227422, Fernanda Guimaraes Melo / 10255459, Fernanda Lopes Vasconcelos / 10058927, Francisco Davyd Pereira Silva / 10249996, Francisco Santini Pompeo / 10000519, Franz Priester / 10028060, Gabriel Evangelista Rodrigues / 10012307, Gabriel Fernandes Carbon / 10145454, Gabriel Monteiro Torres / 10116178, Gabriel Moraes de Oliveira de Jesus / 10221816, Gabriel Novais Silva / 10120313, Gabriela da Silva Perone Gonçalves de Azevedo / 10057840, Gabriela Eliza Mendes dos Santos / 10016539, Gilson dos Santos Leite / 10171295, Gilvan Machado Moraes / 10200999, Glaucio Andre de Oliveira Coelho / 10212501, Guilherme Andrade Barbosa / 10101279, Guilherme Ferreira Cabral / 10377248, Gustavo Augusto Brites Figueiredo / 10129207, Gustavo Avelino Fonseca / 10008869, Gustavo Mamede de Lima Resende / 10059163, Gustavo Monteiro Ferreira / 10344033, Harumy Andrade Sakata / 10030195, Henrique Araujo Hohne / 10069811, Henrique Passamani Tamanini / 10073663, Herlon Silva Santos / 10109254, Hernany Oberherr Mendonca / 10038971, Hiur Grana de Medeiros / 10247207, Iago Felipe de Souza Santos / 10168571, Igor Matheus Oliveira e Silva / 10240588, Isabela Fernandes Bispo / 10147736, Isabella Carneiro Muricy Modesto / 10116726, Iury Almeida Moraes / 10077508, Jaina Karine Moraes Chaves / 10100582, Jandeilson da Silva Oliveira / 10174170, Janiel Pires de Andrade / 10208795, Jessica Alves Santana Batista / 10055518, Joadson Borges da Silva / 10116374, Joana Gomes de Araujo / 10346433, Joao Carlos Alves de Araujo / 10230884, Joao Gabriel Silva de Souza / 10007620, Joao Paulo Moraes Guimaraes / 10162770, Joao Pedro Cascaes Rodrigues / 10229655, Joao Pedro Loureiro Protta / 10177662, Joao Victor Trigueiro Leal / 10207240, Joao Vitor Alves Sobral / 10021482, Jonathan Gonçalves Viana / 10028003, Jonathas de Assis Santos / 10131845, Jonilson Salles Martins Junior / 10062127, Jorge Edson Pereira Silva / 10007990, Jose Emerson Alves Bezerra / 10286358, Juan Alves Ataides / 10106033, Juliane Dantas Ferreira da Silva Soares Figueiredo / 10010741, Juliene Araujo Avelino / 10202016, Julio Cesar de Paiva Filho / 10262847, Julio Cesar dos Santos Alves / 10075669, Julio Cesar Melo de Albuquerque Araujo / 10320111, Khayam Alves Ferreira / 10225941, Khetlen Cavalcante Ramos / 10204584, Kim Brum Breunig / 10112977, Laura Santos Telles / 10372028, Lauro Strapasson Neto / 10138995, Layane Nogueira de Souza Lopes / 10162959, Leandro Barbatto Maldonado de Oliveira / 10222331, Leandro Dias Storini / 10292782, Leonardo Alves Silva / 10118879, Leonardo Assis Dias Machado / 10017953, Lessandro Canezin Guideli / 10100820, Leticia de Paula Gomes / 10130877, Leticia Iamada Mizuno / 10046246, Lisiane Keslen Roque / 10222429, Livia Raine Souza dos Santos / 10086359, Lorena Ramos Leal / 10327580, Lorena Silva Nunes / 10027970, Lourran Roslaniec Pauli / 10063302, Lua Severo Martins / 10030651, Luan Kellvin Canuto da Mota / 10202558, Luan Rodrigues Nunes / 10075391, Lucas Alves de Oliveira Matos / 10169140, Lucas Caldeira dos Santos / 10465409, Lucas Eduardo de Araujo / 10028556, Lucas Eduardo Rodrigues Palma / 10098071, Lucas Ferreira Beirigo / 10231824, Lucas Henrique Colombo / 10312266, Lucas Marcolongo Gomes Cortat / 10408123, Lucas Rezende Mendes Ventura / 10230940, Lucas Ribeiro Martinez / 10021796, Lucas Salatta / 10115173, Lucas Souza Smidt / 10045918, Lucas Vieira de Aguiar / 10017715, Lucas Yuri Silva Reis / 10284412, Ludmila Ferreira Nalbandian / 10083159, Luis Alberto Caldeira Souza / 10257595, Luis Felipe Baumotte Osorio / 10035919, Luis Felipe Carniato / 10262011, Luis Felipe de Faria Rodrigues / 10000439, Luis Gustavo Tavares dos Santos / 10292321, Luis Henrique Toledo Gandra / 10072969, Luis Matheus Mendes Peixoto / 10188331, Luiz Hallehandre Guimaraes de Oliveira / 10035660, Luiz Henrique Amorim de Jesus Junior / 10231523, Luiz Henrique Silva Medeiros / 10246263, Luiz Rodrigo Brigo de Castro / 10201621, Luiz Silvestre de Moura Junior / 10163301, Luiz Vinicius Lopes / 10009692, Luiza Fernandes Carlos / 10059979, Marcelo Henrique Costa Santos / 10040797, Marcelo Ulisses Pimenta / 10065259, Marco Aurelio Invaldi Neves / 10410243, Marco Aurelio Prates Rocha / 10127826, Marcos Eduardo de Souza Lauro / 10174607, Marcos Holtz / 10132271, Marcos Paulo Farias Fernandes / 10223775, Marcos Vinicius Barroso de Oliveira / 10008068, Maria Eduarda de Almeida Belarmino / 10038679, Maria Gabriela Torres Alencar / 10303264, Maria Helena Andrade Souza / 10002090, Mariana Cola Ribeiro / 10285078, Mariana Fontes Santana / 10049360, Mariana Pragana Linhares Ferreira / 10336351, Mateus Barp / 10289534, Mateus Filipe Alves Barbosa / 10011618, Mateus Henrique Moraes Simoes / 10318569, Mateus Schafhauser / 10034120, Mateus Tito Burnett / 10315750, Mateus Vinicius Honorio de Sena / 10020392, Matheus Aguirre Nascimento / 10211686, Matheus Bezerra Matias de Albuquerque / 10038459, Matheus de Moraes Felisardo / 10245900, Matheus Montenegro da Silva / 10019014, Matheus Nogueira Mattos / 10023077, Matheus Rios Paiva / 10194059, Matheus Shiratsu Sgarioni / 10061184, Matheus Timm Vieira / 10033957, Mayra Lacerda Gomes / 10222587, Michelle Silva Trambaioli / 10065325, Moises Emidio de Paiva / 10215663, Moises Santos Silva / 10139837, Murilo Oliveira Facella / 10022720, Nathalia Henriques da Silva / 10000189, Nathalia Leite Silva / 10324174, Nerivelton Gomes Nunes / 10287105, Newton Kiyoshi Nacamura Junior / 10173783, Nicole Siqueira de Araujo / 10095162, Otavio Caldeira Barreto / 10075524, Paula Almeida de Castro Pacheco Nogueira / 10252048, Paula Hoshino Fadanelli / 10246011, Paulo Eduardo Carvalho Senise / 10189891, Paulo Henrique Soligo / 10310179, Paulo Vitor de Sa Nery / 10160953, Pauner Pereira Borges / 10169843, Pedro Antonio Francisco Neto / 10269027, Pedro da Costa Martello de Souza / 10184621, Pedro Figueiredo Sansone / 10100825, Pedro Henrique Azevedo Oliveira / 10049420, Pedro Henrique Souza Mattos Lima / 10214505, Phelipe de Oliveira da Silva / 10019143, Philipyp Borges Paulo / 10247799, Rafael Alves de Almeida / 10177273, Rafael Calixto Barbosa / 10019107, Rafael Cartaxo de Moura / 10019725, Rafael Diniz Machado / 10084937, Rafael Gonçalves Bezerra / 10245253, Rafael Marques Campos / 10247745, Raissa Jordao Lipovetsky / 10103402, Raquel Lautert Kataoka / 10312461, Raquel Torres Lyra / 10262231, Rayssa Gonçalves Sabino / 10155264, Renan Pedrosa Fonseca / 10164937, Renato Pereira de Menezes / 10117228, Renato Ribeiro da Silva / 10101106, Reubry Pablo Vinicius e Silva / 10302570, Ricardo Capovilla Fernandes / 10077515, Ricardo Gusmao Pupe dos Santos / 10108114, Ricardo Vieira Rijo dos Santos / 10160779, Rodrigo Henrique Schernovski / 10008477, Romulo Telles de Oliveira / 10002170, Ruan Carlos Alves de Oliveira / 10101724, Samuel de Aragao Miranda / 10042241, Samuel Levy Bastos Sousa / 10024017, Samuel Pacheco Menezes / 10232663,





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE EDITORAÇÃO E GRÁFICA QUE ENTRE SI CELEBRAM, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA MAIS SERVIÇOS LTDA (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8506054-09.2021.8.06.0000).

CT N.º 14/2021

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambeba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira e por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Vlândia Santos Teixeira e a empresa **MAIS SERVIÇOS LTDA** representada neste ato por Geraldo Henrique Araújo, portador da carteira de identidade número 631.614 SSP/DF, CPF número 227.241.411-72, com endereço na Rua Paula Rodrigues, nº 333, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o número 15.183.424/0001-06, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato tem como fundamento:

- a) as disposições contidas no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- b) a proposta apresentada pela Contratada, no Memorando nº 30/2021, da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE, constantes no Processo Administrativo n.º 8506054-09.2021.8.06.0000;
- c) o parecer da Consultoria Jurídica, datado de 22/04/2021, devidamente aprovado pela Exma. Desa. Presidente do TJCE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O Objeto deste Instrumento consiste **na contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de natureza continuada com mão de obra exclusiva para: Controlador de Orçamento (CBO 4102-30), Designer Gráfico (CBO 2624-10) e Operador de**



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Guilhotina (CBO 7663-20), que compreenderá o fornecimento de mão de obra, bem como EPIs, quando necessários, em atendimento às normas legais referentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, no Termo de Referência, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Instrumento, no que não o contrarie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações das partes neste Contrato:

3.1 - DO CONTRATANTE:

3.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato conforme este contrato;

3.1.2 Indicar os locais onde deverão ser prestados os serviços;

3.1.3 Notificar a empresa CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

3.1.4 Efetuar os pagamentos devidos de acordo com as condições estabelecidas em Contrato;

3.1.5 Fiscalizar a realização dos serviços, através de sua unidade competente, podendo em decorrência, solicitar à CONTRATADA a substituição de quaisquer dos profissionais que estiver prestando os serviços objeto deste Contrato;

3.1.6 Provocar a aplicação das penalidades previstas em Contrato, na hipótese de inadimplência da empresa contratada não cumprir suas obrigações, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao Poder Judiciário cearense;

3.1.7 Estabelecer reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos por parte do gestor e fiscal do contrato;

3.1.8 Glosar da fatura, em caso de não substituição dos profissionais quando de suas ausências, os custos relativos a estes, no período de seu afastamento, assim como aplicar as devidas sanções conforme estabelecido no item XII do Termo de Referência;

3.1.9 Empreender todos os esforços para efetuar o pagamento das faturas da CONTRATADA até o 30º dia útil após a apresentação da Nota Fiscal dos serviços;

3.1.10 Solicitar retificação de faturamento/nota fiscal que apresente incorreções à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida;

3.1.11 Devolver em até 15 dias úteis a escala de férias à CONTRATADA que poderá solicitar explicações formais das alterações processadas, sendo obrigatória a aceitação, por parte da contratada, de todas aquelas que estejam fundamentadas com o plano de trabalho da área onde o funcionário estiver lotado e que visem a evitar que as atividades do TJCE sofram solução de continuidade;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.1.12 Em caso de necessidade de os ocupantes da função de Designer Gráfico realizarem suas atividades fora de suas cidades de lotação, serão devidas diárias:

3.1.12.1 O valor da diária será equivalente a R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), a fim de atender as necessidades de transporte, alimentação, hospedagem e locomoção urbana;

3.1.12.2 O pagamento das diárias deverá ser repassado aos terceirizados até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação formal do Poder Judiciário à empresa;

3.1.12.3 O profissional não fará jus ao auxílio-alimentação correspondente aos dias em que receber diárias;

3.1.12.4 Em viagem no território nacional, o valor da diária será reduzido à metade;

3.1.12.4.1 Quando o afastamento não exigir pernoite fora da localidade de exercício;

3.1.12.4.2 Na data de retorno à localidade de exercício;

3.1.12.4.3 Quando fornecido alojamento ou outra forma de hospedagem por particular, órgão ou entidade da administração pública.;

3.1.12.4.4 Para fazer jus a diárias, é necessário que o deslocamento seja superior a 100 km (cem quilômetros) da sede do Tribunal de Justiça do Ceará, ou entre unidades do Poder Judiciário cearense, além da apresentação de atestado de comparecimento, emitido pela unidade de destino, e comprovação de pernoite, quando ocorrer, mediante recibo de hospedaria ou similar.

3.2 - DA CONTRATADA:

3.2.1 Manter, durante todo o período de duração do contrato, uma base de apoio na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com toda a infraestrutura adequada, para atender às necessidades da CONTRATANTE no intercâmbio financeiro e de recursos humanos, devendo demonstrar essa condição em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, através de comprovantes de endereços usuais (contas de água, energia etc.);

3.2.2 Manter e disponibilizar para atendimento dos serviços ora contratados os profissionais em número e nas condições estabelecidas neste contrato, a critério das necessidades do CONTRATANTE;

3.2.3 Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, em número suficiente para que não haja interrupção dos mesmos, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais previstos na legislação vigente, atendendo os requisitos da função a ser exercida conforme descrito em contrato, certificando-os através de carta de apresentação com timbre da empresa, contendo no mínimo nome, CPF e data de início do exercício, conforme modelo no Anexo IV do Termo de Referência;

3.2.4 Para apresentação dos colaboradores, se faz necessária a carta de apresentação conforme descrito acima, bem como a declaração negativa de acumulação de cargos (Anexo V do Termo de Referência) e a declaração negativa de parentesco (Anexo VI do Termo de Referência);

3.2.5 Observar os preços mínimos destinados ao pagamento de salários constantes nos Anexos I e II do Termo de Referência, tendo como referência as Convenções ou Acordos Coletivos das respectivas categorias;

3.2.6 Entregar até o último dia útil do mês anterior da prestação dos serviços, todos os vales-transporte, vales-alimentação e cestas básicas referentes ao mês subsequente;

3.2.7 Assumir inteira responsabilidade por despesas diretas ou indiretas, tais como: salá-



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

rios, vales-transportes, taxas, seguro acidente de trabalho, auxílio - alimentação, plano de saúde, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação, isentando o CONTRATANTE de qualquer vínculo empregatício com eles;

3.2.8 As rubricas referentes às verbas de férias, 1/3 constitucional de férias, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, e percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos serão retidas em conta vinculada, conforme a Resolução nº 169/2013, com alterações realizadas pela Resolução nº 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça;

3.2.9 Providenciar, sempre que solicitado, a substituição de profissionais, bem como a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto à prestação dos serviços contratados;

3.2.10 Apresentar, através de relatório mensal, parte integrante do processo de solicitação de pagamento, as ausências ocorridas por motivo de atraso, faltas, licenças ou férias, sem as devidas substituições, a fim de que sejam glosadas do faturamento;

3.2.11 Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

3.2.12 Prestar os serviços nas instalações designadas pelo Poder Judiciário cearense; executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a ser cometidas no desempenho de suas funções, podendo o Poder Judiciário cearense solicitar a substituição daquelas cujas condutas, a seu critério, sejam julgadas inconvenientes, ou não atendam às necessidades dos serviços;

3.2.13 O empregado dispensado não poderá cumprir aviso prévio trabalhando nas unidades do Poder Judiciário cearense, salvo por decisão de sua Administração;

3.2.14 Assumir total responsabilidade pelos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, encargos com acidentes, indenizações e seguros, como também responder por danos e prejuízos que, por acaso, forem causados ao Poder Judiciário cearense;

3.2.15 Manter equipamentos eletrônicos para aferição de frequência em efetivo funcionamento e em quantidade adequada à força de trabalho empregada nas unidades do Poder Judiciário cearense;

3.2.16 Solicitar o reajuste do contrato, quando da repactuação salarial das categorias e somente por motivo de acordo, convenção coletiva de trabalho ou vigência de Lei ou qualquer motivo legal que modifique a equação contratual, conforme previsto no art. 65 da Lei 8.666/93, até uma eventual prorrogação do contrato, sob pena de preclusão;

3.2.17 Disponibilizar crachá de identificação aos profissionais, confeccionado em PVC, de uso obrigatório durante a prestação dos serviços, contendo, no mínimo, foto, nome, função e unidade de lotação;

3.2.18 Controlar a frequência de seus colaboradores, sendo que:

3.2.18.1 Todas as despesas dos controles de frequência também serão de responsabilidade da CONTRATADA;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.2.18.2 Para efeitos de abono da frequência só serão considerados as informações da empresa que justifiquem a impossibilidade de registro do ponto pelo colaborador terceirizado, sendo qualquer outra falta ao serviço glosada da fatura conforme levantamento mensal;

3.2.19 Nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento deles, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços, com jornada de, no mínimo, 20 horas semanais. Este encarregado terá a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao Gestor do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

3.2.20 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, objeto desta licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento de execução dos referidos serviços;

3.2.21 Assumir as responsabilidades de pagamentos de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem Federal, Estadual e Municipal, ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos Judiciais ou Extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência de celebração do contrato e da execução dos serviços previstos;

3.2.22 Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE, a documentação referente ao pagamento, **conforme item 11 do Termo de Referência**;

3.2.23 Apresentar com 60 (sessenta) dias de antecedência, escala anual de férias de seus funcionários, para a cada período de um ano, a partir da assinatura do contrato, para que o Poder Judiciário cearense proceda com os ajustes necessários, obedecendo à legislação trabalhista e à respectiva Convenção Coletiva; Observar o disposto no capítulo V, do título II, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/75, do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a legislação correlata em vigor a ser exigida;

3.2.24 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais, das normas disciplinares determinadas pelo Poder Judiciário cearense;

3.2.25 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

3.2.26 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Poder Judiciário cearense;

3.2.27 Instruir os seus profissionais, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Poder Judiciário cearense;

3.2.28 Promover, quando necessário e em comum acordo com o Poder Judiciário cearense, oportunidades de cursos e treinamentos para os profissionais;

3.2.29 Adotar boas práticas de otimização de recursos e redução de desperdícios;

3.2.30 Não subcontratar os serviços;

3.2.31 Utilizar, na execução dos serviços, empregados com condições físicas e de saúde compatíveis com as exigências das atividades, bem como com formação escolar mínima explicitada nos pré-requisitos de cada serviço, tendo a devida comprovação, quando for o caso, através de certificado de conclusão fornecido por órgão reconhecido pelo MEC;

3.2.32 Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos gerais de administração a que tenha acesso direta ou indiretamente por meio de seus empregados;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.2.33 Promover a realização de perícia, a ser conduzida por profissional competente e devidamente registrado na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, atestando grau de insalubridade, se houver, em máximo, médio ou mínimo, quando for o caso, bem como se a atividade insalubre está inserida na NR-15 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, conforme reza o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho;

3.2.34 Constituir CIPA na forma da NR nº 5 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia no C-33 Observar o disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213/91, que trata sobre a obrigatoriedade de contratação de pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência habilitadas;

3.2.35 O terceirizado reabilitado ou deficiente dispensado deverá ser substituído por outro de condição semelhante.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS POSTOS DE TRABALHO

Os postos de trabalho que constituem este contrato terão as seguintes atribuições e requisitos:

4.1 Categoria: Designer Gráfico –

4.1.1 Requisitos:

- a) Possuir nível médio completo e experiência mínima de seis meses em atividade com atribuições similares às exigidas no **item 7.2**, comprovada em CTPS;
- b) Conhecimento em informática para utilização de editor de texto, planilha eletrônica, editor de apresentação, correio eletrônico, *internet* e *intranet*. Domínio dos programas *CorelDRAW*, *Adobe Illustrator*, *Adobe Photoshop* e *Adobe Indesign*;
- c) Ter senso de organização, disciplina, discrição, cortesia e facilidade de compreensão;
- d) Demonstrar desenvoltura, destreza, responsabilidade na execução das atividades.

4.1.2 Atribuições: desenvolver as atividades relacionadas à área de criação gráfica da Assessoria de Comunicação, tais como:

- a) Elaboração de identidades visuais;
- b) Criação de materiais visuais para campanha e eventos, como folders, cartazes, logomarcas, convites, entre outros;
- c) Criação de materiais gráficos para auxiliar na elaboração de páginas da internet;
- d) Finalização de peças e fechamento de arquivo para impressão digital;
- e) Diagramação de conteúdo de acordo com o projeto gráfico;
- f) Diagramação de livros, revistas, jornais e similares;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- g) Adaptação de textos e imagens a programação visual;
- h) Desenvolvimento de *layouts*;
- i) Tratamento de imagens e distribuição de elementos gráficos;
- j) Execução de outras atividades correlatas da sua Unidade de trabalho.

4.2 Categoria: Operador de guilhotina –

4.2.1 requisitos

a) Possuir experiência mínima de seis meses, comprovada na CTPS, em atividade com atribuições similares às exigidas no **item 7.4.do Termo de Referência**, quando será exigido o nível médio completo;

b) Ter bons conhecimentos de informática, com domínio de manejo de softwares para escritório, como editores de textos, elaboração de planilhas de cálculos, criação e exibição de apresentações, navegação na internet, correio eletrônico, assim como conhecimentos gráficos;

c) Ter senso de organização, disciplina, discrição, cortesia e facilidade de compreensão;

d) Demonstrar desenvoltura, destreza, responsabilidade na execução das atividades.

4.2.2 Atribuições

a) Corte de papel e bobina de papel em Guilhotina industrial;

b) Refilamento gráfico em Guilhotina Industrial;

c) Corte com moldes em máquina de Corte e Vinco;

d) Dobra com moldes em máquina de Corte e Vinco;

e) Laminação de impressos em Laminadora e Plastificadora;

f) Colagem de capas em coladeira de lombada de livros;

g) Impressão de documentos, cartazes, certificados, relatórios, apostilas, calendários, pasta de eventos, adesivos, capas de contracapas para *CD's*, ementário, súmulas, agendas, convites de posse e datas festivas, quando solicitado, entre outros;

h) Operação de acabamentos manuais;

i) Digitalização de processos, apostilas, cartas, convite para licitação, entre outros;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

j) Grampeamento e encadernação livros, processos, apostilas, acórdãos, jornais, livretos, revistas, capas, contracapas de *CD's*, pastas, *botons*;

l) Realização de outras atividades correlatas às acima descritas.

4.3 Categoria: controlador de orçamento

4.3.1 requisitos

a) Possuir nível médio completo e experiência mínima de seis meses em atividade com atribuições similares às exigidas no **item 7.6.do Termo de Referência**, comprovada em CTPS;

b) Possuir conhecimento em informática, com manejo de softwares para escritório, como editores de textos, elaboração de planilhas de cálculos, navegação na internet, correio eletrônico;

c) Ter senso de organização, disciplina, discrição, cortesia e facilidade de compreensão;

d) Demonstrar desenvoltura, destreza, responsabilidade na execução das atividades.

4.3.2 Atribuições

a) Cálculo dos orçamentos de publicação dos editais pagos veiculados no Diário da Justiça eletrônico;

b) Recebimento e controle dos comprovantes de pagamento das publicações;

c) Remessa de editais para publicação por meio de sistema;

d) Atendimento e recepção ao público em geral;

e) Arquivamento de documentos, cartas, ofícios, memorandos, entre outros utilizados na área de atuação;

f) Coleção de dados para a elaboração de documentos e relatórios, bem como auxiliar os servidores na realização de conciliação bancária;

g) Zelar pela organização e manutenção da documentação pertinente aos serviços sob sua responsabilidade;

h) Cálculo dos orçamentos de produção das demandas gráficas recebidas na Coordenação;

i) Cotação de preços de insumos e serviços;

j) Desenvolver outras atividades correlatas.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá seguir os procedimentos abaixo descritos:

5.1 Os serviços deverão estar disponíveis nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, majoritariamente, podendo, eventualmente, mediante fornecimento de diárias de viagem, os serviços de Designer Gráfico serem executados no interior do Estado.

5.2 Os salários praticados deverão obedecer à legislação vigente, bem como o mínimo estabelecido por meio de pesquisa de mercado.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

5.3 As categorias previstas nesse Termo - **Controlador de Orçamento (CBO 4102-30), Designer Gráfico (CBO 2624-10) e Operador de Guilhotina (CBO 7663-20)** - atualmente não se encontram albergadas em instrumento coletivo de trabalho;

5.4 Para melhor atendimento às necessidades dos serviços ou por determinação legal, o Poder Judiciário cearense poderá, a seu critério, interesse e conveniência, alterar os horários de prestação de serviços, respeitada a carga horária semanal estipulada, excepcionalmente, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusivo objeto do serviço;

5.5 A critério da Administração, os serviços previstos para serem executados em horários fora do expediente normal serão compensados de segunda a sexta-feira, não podendo haver execução entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte;

5.6 Nas situações de recesso forense, a CONTRATANTE se reserva o direito de requerer a suspensão, total ou parcial, da prestação dos serviços pelo período correspondente, o qual não será de nenhuma forma remunerado;

5.7 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas à Administração do TJCE, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes e necessárias ao caso

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O contratante pagará à contratada, o valor mensal de R\$ 91.118,99 (noventa e um mil, cento e dezoito reais e noventa e nove centavos, de acordo com os valores abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO POR POSTO/MÊS (R\$)	VALOR GLOBAL POR POSTO/MÊS (R\$)
2	Serviço com mão de obra exclusiva de operador de guilhotina	Posto	2	R\$ 4.911,17	R\$ 9.822,34
3	Serviço com mão de obra exclusiva de controlador de orçamento	Posto	2	R\$ 5.264,84	R\$ 10.529,68
5	Serviço com mão de obra exclusiva de designer gráfico	Posto	12	R\$ 5.748,36	R\$ 68.980,32
TOTAIS			16		R\$ 89.332,34



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

		Diárias (2%)	R\$ 1.786,65

7.1 A contratada deverá observar, quanto aos prazos, custo e forma de pagamento, as seguintes diretrizes:

7.1.1. Protocolar, no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, os processos de faturamento até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços;

7.1.2. Efetuar o pagamento de seus empregados vinculados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviço;

7.1.3. Creditar o pagamento referente às férias dos empregados terceirizados até 2 (dois) dias antes do início do gozo das férias, conforme as normas previstas na CLT;

7.1.4. Observar as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação de mão de obra terceirizada, conforme as disposições contidas na Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça;

7.1.4.1. As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS/SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagos pelo TJCE à CONTRATADA, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial;

7.1.4.2. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação: férias e 1/3 constitucional, 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

7.1.4.3. Os valores provisionados para o atendimento do item anterior serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta;

7.1.4.4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados neste item, a serem depositados em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA;

7.1.4.5. Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido em acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade;

7.1.4.6. Para resgatar os recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas objeto de retenção;

7.1.4.7. Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos do contrato, por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual;

7.1.4.8. Se, após os pagamentos das verbas trabalhistas, inclusive as rescisórias, restar valor na conta-depósito, o montante deverá ser transferido para a CONTRATADA na forma prevista pela Resolução que rege este pacto; nos casos em que não houver desligamento e,



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

portanto, não houver a extinção do respectivo contrato de trabalho, deve ser observado o procedimento e comprovações exigidas no artigo 7º, c/c os artigos 12 e 14, todos da Resolução CNJ 169/2013.

7.1.5. A CONTRATADA não poderá condicionar, em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, os pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados – salários, vales-alimentação, repactuação salarial ou das diferenças retroativas, quando houver – ao recebimento de suas faturas junto ao TJCE;

7.1.6. A solicitação do resgate dos recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – ao TJCE deve abranger os pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias ocorridas no período de apenas 1 (um) mês;

7.1.7. No ato de assinatura do contrato deverá ser apresentado o laudo mencionado no **item 10.33.** do Termo de Referência, a fim de possibilitar o pagamento da insalubridade ali definida;

7.1.8. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços, relativa aos serviços efetivamente executados, acompanhada dos documentos abaixo enumerados:

7.1.8.1. Folha de pagamento do mês anterior ao da fatura;

7.1.8.2. Comprovante de entrega dos vales-transporte, cesta básica e vales-alimentação dos empregados envolvidos na execução dos serviços, referentes ao mês posterior ao da fatura, a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção/Dissídio Coletivo de Trabalho;

7.1.8.3. Comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregado, de forma individualizada, e do empregador), relativo aos empregados envolvidos na execução do objeto do Contrato, referente ao mês anterior ao da fatura;

7.1.8.4. Recolhimento devido ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de forma individualizada, do pessoal envolvido no Contrato, relativo ao mês anterior ao da fatura;

7.1.8.5. GFIP/SEFIP correspondentes as guias de recolhimento do INSS e FGTS, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, que conste como tomador o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

7.1.8.6. Comprovante de recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), dos empregados colocados à disposição deste Órgão, se houver, relativo ao mês anterior ao da fatura;

7.1.8.7. Certidão de Regularidade do FGTS, atualizada;

7.1.8.8. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, atualizada;

7.1.8.9. Certidões Negativas de Débitos Estaduais e Municipais do domicílio ou sede da CONTRATADA, atualizadas;

7.1.8.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), atualizada; outros documentos que comprovem a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA;

7.1.8.11. Crítica de retorno bancário, ou comprovante de depósito, discriminando o nome de cada um dos empregados e o respectivo valor do salário;

7.1.8.12. Atesto emitido pelo fiscal do contrato acerca dos serviços prestados do mês anterior ao da fatura, que no presente caso será a Assessoria de Comunicação do Tribunal de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Justiça; e planilha demonstrando os valores a serem pagos, com os respectivos valores dos impostos (INSS, ISS e IR), assim como as retenções a serem realizadas em conta vinculada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

04200011.02.122.211.20009.15.33903700.2.70.00.1.20

04200011.02.122.211.20009.15.33903700.6.70.00.1.20

04100011.02.122.211.20012.15.33903700.1.00.00.0.20

04100011.02.122.211.20012.15.33903700.1.00.00.0.20

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

A CONTRATADA poderá exercer o seu direito à repactuação contratual a partir da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado.

O prazo para solicitação da repactuação terá início a partir de três dias do depósito/registro da Convenção ou do Acordo Coletivo no órgão do Ministério do trabalho (art. 614, § 1º da CLT e Instrução Normativa nº 6 de 06/08/07 da Secretaria de Relações do trabalho), que fixar o novo salário normativo da categoria profissional.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

A contratação será apenas durante o prazo necessário para a contratação de empresa vencedora de processo licitatório para execução do objeto ou por período não superior a 180 dias, devendo ser rescindido tão logo se conclua o processo licitatório para a contratação dos mesmos serviços, observando-se o disposto nos artigos 24 e 26 da Lei no 8.666/1993, iniciando em 28/04/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA deverá apresentar oferecer, a título de garantia do contrato, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, e conforme o Art. 56, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, 5% (cinco por cento) do valor global a ser contratado, atualizado.

§ 1º - A garantia será devolvida no término do contrato e após cumprimento integral das obrigações assumidas, recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

§ 2º - A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser utilizada para ressarcimento do CONTRATANTE e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas e indenizações devidas pela CONTRATADA.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 3º - A garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA estará sujeita a sanções pelo descumprimento de prazos e condições de atendimento, pela inexecução total ou parcial, a juízo da fiscalização e da administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

§ 1º Pela inexecução total ou parcial do objeto definido neste Contrato, o TJCE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções, a seguir, de acordo com o grau do prejuízo causado pelo descumprimento das respectivas obrigações:

I - ADVERTÊNCIA escrita quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao TJCE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - MULTA, Independente das sanções civis e penais previstas na Lei Federal n. 8.666/1993 e suas alterações, serão aplicadas à CONTRATADA multas no valor percentual correspondente ao grau de infração, conforme descrito a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
6	10% por dia sobre o valor mensal do contrato

a) Para efeito de aplicação das multas, às infrações são atribuídos graus, cujos percentuais de correspondência encontram-se conforme **inciso II, do parágrafo primeiro da presente Cláusula**;

b) Evidenciando as infrações abaixo, caberá notificação à CONTRATADA para que esta apresente defesa, nos termos do art. 87, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e, caso não seja deferida, aplicar-se-á multa, de acordo com a tabela seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Não controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário.	1
2	Permitir a presença de empregado sem crachá, por funcionário.	1



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3	Não fornecer o crachá de identificação, por funcionário.	2
4	Não zelar pelas instalações, equipamentos e materiais do Poder Judiciário, por item.	2
5	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	3
6	Não substituir o empregado que se conduza de modo impróprio ou não atenda às necessidades do CONTRATANTE, por funcionário.	3
7	Não entregar a escala de férias.	3
8	Não efetuar a reposição de funcionários faltosos quando solicitado pelo CONTRATANTE, por funcionário.	4
9	Não efetuar o repasse de diárias de viagem no prazo estabelecido no item 9.12. , por funcionário e por ocorrência.	4
10	Não entregar os vales-transporte e/ou vales-alimentação nas datas avençadas, por funcionário e por ocorrência.	5
11	Não efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato, por funcionário e por ocorrência	5
12	Não efetuar o pagamento dos salários nas datas avençadas, por funcionário e por ocorrência.	5
13	Não cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não mencionados nesta tabela de infrações/multas.	5
14	Caso a LICITANTE adjudicatária se recuse a assinar o Contrato ou convidada a fazê-lo não atenda no prazo fixado, garantida prévia e fundamentada defesa.	6
15	Caso a LICITANTE adjudicatária deixe de cumprir o prazo previsto no inciso II, do art. 6º, da Resolução 169/2013, alterada pela Resolução nº 183/2013, do CNJ	6

III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

IV - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 2º - Em caso de reincidência da infração, formalmente notificada pelo Órgão fiscalizador, ou quando a infração perdurar por um período superior a 15 (quinze) dias, tendo sido obedecido o art. 87, § 2º da Lei Federal 8.666/1993, será aplicada multa, adicional à prevista no parágrafo anterior, de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, e, a critério do Poder Judiciário cearense, rescisão do pacto.

§ 3º - Para fins deste Contrato, conceitua-se como reincidência a prática da mesma infração em mês diverso.

§ 4º - As sanções e multas previstas neste Contrato poderão ser aplicadas forma distinta ou cumulativa.

§ 5º - As multas aplicadas não impedem que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções, tudo conforme previsões na Lei n. 8.666/1993 e na Lei n. 10.520/2002.

§ 6º - O resultado da Avaliação dos Serviços será informado à CONTRATADA mensalmente;

§ 7º Após a Avaliação dos Serviços da CONTRATADA, caso alguma das condições abaixo seja verificada, o contrato poderá ser rescindido a critério do Poder Judiciário cearense:

I - Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar desempenho final acumulado em 04 (quatro meses) menor ou igual a 30%;

II - Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar desempenho menor ou igual a 40%, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas;

III - Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar conceito “Não Atendido” ou “Raramente Atendido” no mesmo quesito, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas, sem uma justificativa aceitável ou ação corretiva em andamento.

§ 7º - A CONTRATADA terá direito a defesa nos termos do art. 87, § 2º da Lei Federal 8.666/93.

§ 8º - Ao TJCE será assegurado, após regular processo administrativo, utilizar a garantia para permitir a compensação da multa aplicada. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 9º - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, oportunizando-se defesa prévia ao interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1 A execução do contrato será acompanhada por um representante da Administração,



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

definido como Gestor do Contrato, que, no presente caso, será a Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio de seu Serviço de Apoio à Gestão de Contratos;

12.2 A fiscalização do contrato caberá a Assessoria de Comunicação, devendo zelar pela boa prestação dos serviços, comunicando ao setor competente qualquer ocorrência que possa prejudicar o regular andamento do contrato.

12.3 O contrato será acompanhado pelo Gestor do Contrato e sua execução fiscalizada pelos fiscais do contrato, conforme o estabelecido no modelo de Avaliação dos Serviços da CONTRATADA; dentro dos seguintes critérios:

12.3.1 Desempenho excelente: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 90% a 100%; Desempenho ótimo: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 70% a 89%;

12.3.2 Desempenho bom: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 50% a 69%;

12.3.3 Desempenho regular: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 30% e 49%;

12.3.4 Desempenho crítico ou ruim: quando a contratada obtiver conceito final acumulado menor que 30%.

12.4 O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.5 O resultado da Avaliação dos Serviços será informado à CONTRATADA mensalmente

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO

O inadimplemento das cláusulas e condições previstas no Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE do Direito de dá-lo por rescindido mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

13.1 Após a Avaliação dos Serviços da CONTRATADA, caso alguma das condições abaixo seja verificada, o contrato poderá ser rescindido a critério do Poder Judiciário cearense:

13.1.1 Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar desempenho final acumulado em 04 (quatro meses) menor ou igual a 30%;

13.1.2 Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar desempenho menor ou igual a 40%, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas;

13.1.4 Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar conceito “Não Atendido” ou “Raramente Atendido” no mesmo quesito, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas, sem uma justificativa aceitável ou ação corretiva em andamento.

13.2 A CONTRATADA terá direito a defesa nos termos do art. 87, § 2º da Lei Federal 8.666/93.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá atender ainda aos requisitos de responsabilidade socioambiental descritos nesta Cláusula.

§ 1º - Comportar-se de forma ética e transparente com a sociedade, estabelecendo metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras.

§ 2º - Promover treinamento de mão de obra e realizar manutenção preventiva de suas máquinas e ferramentas, com o objetivo obter um melhor desempenho no planejamento e controle das atividades assim como a elevação do padrão de qualidade dos serviços e produtos oferecidos.

§ 3º - Gerir de forma eficiente o uso dos recursos para:

- a) Realizar os serviços com eficácia, economicidade e eficiência.
- b) Reduzir a geração de resíduos.

§ 4º - Adotar soluções que ofereçam segurança e conforto ambiental (insolação, ventilação, luminosidade, higiene, ergonomia e acústica) a funcionários e usuários.

§ 5º - Optar pelo uso, sempre que viável do ponto de vista técnico e econômico, de materiais ecologicamente corretos.

§ 6º - Garantir o correto armazenamento e manuseio de materiais e ferramentas necessários para o atendimento dos prazos acordados, atentando para os aspectos ambientais e de segurança.

§ 7º - Garantir descarte adequado, sem ônus para o CONTRATANTE, de insumos que possuam em sua composição química elementos que sejam prejudiciais ao meio ambiente (ex.: lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias) e apresentar declaração que o descarte ocorreu de acordo com as normas de preservação ambiental.

§ 8º - Comprometer-se a prestar serviços de acordo com a legislação ambiental vigente, assim como, respeitar todas as normas que tratam do assunto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 9.648/1998, nº 9.854/1999, legislação correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza, 22 de abril de 2021.

MARIA NAILDE PINHEIRO Assinado de forma digital por MARIA
NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA:11943670382
NOGUEIRA:11943670382 Dados: 2021.04.23 18:56:29 -03'00'

MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA
DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TJCE

VLADIA SANTOS Assinado de forma digital por VLADIA
SANTOS TEIXEIRA:37884042304
TEIXEIRA:37884042304 Dados: 2021.04.26 10:21:20 -03'00'

VLÁDIA SANTOS TEIXEIRA
SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE

GERALDO HENRIQUE Assinado de forma digital por
GERALDO HENRIQUE
ARAÚJO:22724141172
ARAÚJO:22724141172 Dados: 2021.04.23 13:14:51 -03'00'

2

GERALDO HENRIQUE ARAÚJO
REP. COMERCIAL DA EMPRESA MAIS SERVIÇOS LTDA.

Testemunhas:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO 01 DO CONTRATO
Termo de Referência

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE EDITORAÇÃO E GRÁFICA.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FORTALEZA -
CE 2021

1. Objeto

- 1.1. O objeto deste Termo de Referência consiste na contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de natureza continuada com mão de obra exclusiva para: **Controlador de Orçamento (CBO 4102-30), Designer Gráfico (CBO 2624-10) e Operador de Guilhotina (CBO 7663-20)**, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, bem como EPIs, quando necessários, em atendimento às normas legais referentes;
- 1.2. Os serviços deverão ser prestados majoritariamente na sede do Poder Judiciário cearense, podendo, eventualmente, mediante fornecimento de diárias de viagem, os serviços de **DESIGNER GRÁFICO** serem executados no interior do Estado, de acordo com os quantitativos constantes da TABELA 1.

LOT E ÚNI CO	IT E M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO POR POSTO/MÊS (R\$)	VALOR GLOBAL POR POSTO/MÊS (R\$)
	1	Serviço com mão de obra exclusiva de operador de guilhotina	Posto	2	R\$ 5.427,18	R\$ 10.854,36
	2	Serviço com mão de obra exclusiva controlador de orçamento	Posto	2	R\$ 5.820,35	R\$ 11.640,70
	3	Serviço com mão de obra exclusiva de designer gráfico	Posto	12	R\$ 6.356,70	R\$ 76.280,40
	TOTAIS			16	R\$ 17.604,23	R\$ 100.750,97

Tabela 1

2. Fundamentação Legal

- 2.1. Lei nº 8.666/93 e suas atualizações;
- 2.2. Lei nº 10.520/2002 e suas atualizações;
- 2.3. Decreto nº 5.450/2005;
- 2.4. IN SEGES/MPDG nº 05/2017, no que couber;
- 2.5. Resolução do Órgão Especial nº 10/2020;

2.6. Decreto do Estado do Ceará nº 28.089/2006;

2.7. Decreto Federal nº 10.024/2019.

3. Critério de julgamento e fundamentação legal

3.1. Este objeto será contratado por dispensa de licitação, com fulcro no inciso IV, artigo 24, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

3.2. A fim de mitigar possíveis prejuízos ao princípio da vantajosidade, em decorrência da dispensa da licitação, serão convidadas a apresentar propostas 5 (cinco) empresas, todas de reconhecida capacidade no mercado de fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, selecionando-se a que apresentar o menor valor global para o período de 180 (cento e oitenta) dias, cumpridas as demais exigências;

3.3. O Anexo I demonstra, baseado em estudos internos, o valor máximo que o Poder Judiciário está disposto a pagar pelos serviços objeto. Em outras palavras, a composição dos custos elaborada para a contratação em tela segue o mesmo padrão aplicado para as demais contratações que seguem o rito ordinário.

4. Regime de execução

4.1. Por se referir à contratação de serviços por preço certo de unidades determinadas, o regime de execução utilizado será o indireto – empreitada por preço unitário;

- 4.2.** Este objeto será adquirido por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global, para o período de 180 (cento e oitenta) dias, tendo em vista se tratar de serviço comum.

5. Justificativas

- 5.1.** Aperfeiçoamento da força de trabalho do Poder Judiciário cearense, de forma a melhor acolher as necessidades de seus públicos interno e externo;
- 5.2.** Operacionalização de ações de comunicação e difusão das atividades e serviços prestados pelo Poder Judiciário cearense em prol da sociedade;
- 5.3.** Apoio às atividades administrativas e judiciárias por meio da cobertura de eventos e solenidades, produção de materiais gráficos, diagramação e publicação do Diário da Justiça, impressão de crachás etc.;
- 5.4.** Inexistência no quadro efetivo de colaboradores do Poder Judiciário de mão de obra que possa se dedicar às atividades em comento sem que haja prejuízo ao andamento de serviços prioritários referidos às atividades finalísticas;
- 5.5. As remunerações mínimas foram estabelecidas por meio de pesquisa de mercado (ANEXO VII),** objetivando a captação e manutenção de profissionais de excelência, tais quais os que atualmente executam as atividades em tela no âmbito de Contrato n. 17/2019;
- 5.6.** A contratação em tela observa o princípio do desenvolvimento sustentável, conforme o §3º do art. 1º da Resolução do órgão Especial de nº 10/2020, em especial no que toca à oferta de condições de trabalho dignas ao capital humano terceirizado.

6. Do caráter emergencial

O serviço de editorial e gráfica é atualmente prestado por meio do Contrato nº 17/2019, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Ceará e a empresa RM – Serviços e Terceirizações. Tal

contratação foi resultado da Licitação realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2019, devidamente homologada pelo Exmo. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e da Lei Federal n. 8.666/1993, com suas alterações e atualizações, e o processo administrativo nº 8518601-86.2018.8.06.000.

Ocorre que, no transcorrer da execução do pacto celebrado, a contratada passou a dar azo a diversas infrações contratuais, chegando ao ápice de parar de remunerar os obreiros vinculados. Essa conduta da contratada implicou, inclusive, na necessidade de realização de pagamento direto aos trabalhadores, como se pode verificar nos Processos Administrativos de números 8502628-23.2020.8.06.0000, 8505792-93.2020.8.06.0000, 8506593-09.2020.8.06.0000, 8508007-42.2020.8.06.0000 e 8508836-23.2020.8.06.0000. Portanto, não restou a esta Corte outra medida, senão iniciar os trâmites para a rescisão contratual.

Ato contínuo, foram convocadas, a fim de permitir a contratação do remanescente do serviço objeto, de acordo com a previsão constante no inciso XI, art. 24, da Lei 8.666/93, para apresentação de propostas, na devida ordem de classificação do Pregão Eletrônico nº 02/2019, as seguintes empresas:

1. Inove Terceirização de Serviços Eireli, 2ª classificada;
2. Certa Serviços Empresariais e Representações Eireli, 3ª classificada;
3. Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda, 4ª classificada; e
4. Mais Serviços Ltda, 5ª classificada.

Todas essas empresas manifestaram desinteresse comercial em assumir a parcela remanescente do objeto nas condições originalmente licitadas.

Atualmente um novo processo de contratação para o mesmo objeto tramita sob o número **8519591-09.2020.8.06.0000**. No entanto, é muito provável que a concretização de todo esse procedimento aquisitivo se dê após o encerramento do Contrato de número 17/2019, em 26 de abril de 2021, o que interromperia a oferta das atividades em tela.

Instada a manifestar-se sobre os impactos que a eventual interrupção dos serviços causaria à prestação jurisdicional, a unidade demandante das atividades - Coordenadoria de Apoio Operacional - encaminhou o Memorando nº 10/2020 – TJCECAOP (Anexo VIII), expondo as razões da imprescindibilidade da mão de obra terceirizada, que em suma são:

- a) A atividade é composta somente por colaboradores terceirizados, vinculados às atividades de gráfica e editoração. Portanto, na falta desses obreiros, o setor suspenderá suas atividades;
- b) Tal situação impactaria na indisponibilidade de atendimento às demandas gráficas recebidas diariamente, oriundas de todas as comarcas do interior do Estado e das unidades judiciárias presentes na capital;
- c) A população demandante de publicações de editais no Diário da Justiça Eletrônico seria prejudicada, posto que a equipe terceirizada também é responsável pelos cálculos das taxas;
- d) Inexistência de profissionais fotógrafos para a cobertura de eventos e solenidades do Poder Judiciário cearense;
- e) Comprometimento do funcionamento da Assessoria de Comunicação Social, em vista da falta de equipes de criação gráfica, atividade desenvolvida por designers gráficos.

Dessa forma, considerando o desinteresse das demais concorrentes do Pregão Eletrônico nº 02/2019 em dar continuidade à avença contratual, bem como considerando a necessidade de manutenção da prestação dos serviços, que resta caracterizada, inclusive, pela prorrogação automática do instrumento, nos termos da Portaria 544/2020 (DJE 27/03/2020), não resta outra opção, senão a contratação do objeto em questão por meio do dispositivo previsto no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93.

Não é demais ressaltar que a empresa ora prestadora dos serviços possuía com esta Corte mais dois contratos administrativos, ambos rescindidos por motivos similares aos acima expostos, reforçando ainda mais a impossibilidade de manutenção do Contrato 17/2019, sem que se recaia em falhas de fiscalização.

Cumpre trazer à baila, ainda, que em meio aos procedimentos iniciais dessa contratação emergencial, ocorreu um rigoroso processo de reanálise de todos os serviços prestados ao órgão, em virtude das consequências da pandemia de COVID-19. Deve ficar claro, portanto, que, a contratação ora objetivada, não guarda relação com tal emergência de saúde, reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6/2020, bem como pelo Decreto Estadual nº 33.510/2020.

7. Vigência

- 7.1.** O contrato terá vigência máxima de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados da data da sua assinatura, de acordo com as disposições do art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, subordinada à conclusão do certame licitatório que tramita no bojo do Processo de nº 8519591-09.2020.8.06.0000.

8. Local e condições da prestação dos serviços

- 8.1.** Os serviços deverão estar disponíveis nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, durante o período de expediente forense;

- 8.2. Os salários praticados deverão obedecer à legislação vigente, bem como o mínimo estabelecido por meio de **pesquisa de mercado (ANEXO VIII)**;
- 8.3. As categorias previstas nesse Termo - **Designer Gráfico (CBO 2624-10)**, **Operador de Guilhotina (CBO 7663-20)** e **Controlador de Orçamento (CBO 4102-30)** - atualmente não se encontram albergadas em instrumento coletivo de trabalho;
- 8.4. Para melhor atendimento às necessidades dos serviços ou por determinação legal, o Poder Judiciário cearense poderá, a seu critério, interesse e conveniência, alterar os horários de prestação de serviços, respeitada a carga horária semanal estipulada, excepcionalmente, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusivo objeto do serviço;
- 8.5. A critério da Administração, os serviços previstos para serem executados em horários fora do expediente normal serão compensados de segunda a sexta-feira, não podendo haver execução entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte;
- 8.6. Nas situações de recesso forense, a CONTRATANTE se reserva o direito de requerer a suspensão, total ou parcial, da prestação dos serviços pelo período correspondente, o qual não será de nenhuma forma remunerado;
- 8.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas à Administração do TJCE, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes e necessárias ao caso;
- 8.8. A gestão do contrato caberá à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, ordenadora de despesas, por meio do Serviço de Apoio à Gestão de Contratos, cabendo a fiscalização à **Assessoria de Comunicação** do Tribunal de Justiça;
- 8.9. Fica vedada a participação de cooperativas ou consórcios de empresas, o que não implicará nenhum prejuízo à competitividade por não envolver objeto de alta complexidade ou vulto, sendo

possível a execução por empresas que, isoladamente, preencham os requisitos do edital.

9. Especificações dos Serviços

9.1. Categoria: Designer Gráfico – requisitos

- 9.1.a) Possuir nível médio completo e experiência mínima de seis meses em atividade com atribuições similares às exigidas no **item 7.2**, comprovada em CTPS;
- 9.1.b) Conhecimento em informática para utilização de editor de texto, planilha eletrônica, editor de apresentação, correio eletrônico, *internet* e *intranet*. Domínio dos programas *CorelDRAW*, *Adobe Illustrator*, *Adobe Photoshop* e *Adobe In-design*;
- 9.1.c) Ter senso de organização, disciplina, descrição, cortesia e facilidade de compreensão;
- 9.1.d) Demonstrar desenvoltura, destreza, responsabilidade na execução das atividades.

9.2. Atribuições: desenvolver as atividades relacionadas à área de criação gráfica da Assessoria de Comunicação, tais como:

- 9.2.a) Elaboração de identidades visuais;
- 9.2.b) Criação de materiais visuais para campanha e eventos, como folders, cartazes, logomarcas, convites, entre outros;
- 9.2.c) Criação de materiais gráficos para auxiliar na elaboração de páginas da internet;
- 9.2.d) Finalização de peças e fechamento de arquivo para impressão digital;
- 9.2.e) Diagramação de conteúdo de acordo com o projeto gráfico;
- 9.2.f) Diagramação de livros, revistas, jornais e similares;
- 9.2.g) Adaptação de textos e imagens a programação visual;
- 9.2.h) Desenvolvimento de *layouts*;
- 9.2.i) Tratamento de imagens e distribuição de elementos gráficos;

9.2.j) Execução de outras atividades correlatas da sua Unidade de trabalho.

9.3. Categoria: Operador de guilhotina – requisitos

- 9.3.a) Possuir experiência mínima de seis meses, comprovada na CTPS, em atividade com atribuições similares às exigidas no **item 7.4.**, quando será exigido o nível médio completo;
- 9.3.b) Ter bons conhecimentos de informática, com domínio de manejo de softwares para escritório, como editores de textos, elaboração de planilhas de cálculos, criação e exibição de apresentações, navegação na internet, correio eletrônico, assim como conhecimentos gráficos;
- 9.3.c) Ter senso de organização, disciplina, descrição, cortesia e facilidade de compreensão;
- 9.3.d) Demonstrar desenvoltura, destreza, responsabilidade na execução das atividades.

9.4. Atribuições

- 9.4.a) Corte de papel e bobina de papel em Guilhotina industrial;
- 9.4.b) Refilamento gráfico em Guilhotina Industrial;
- 9.4.c) Corte com moldes em máquina de Corte e Vinco;
- 9.4.d) Dobra com moldes em máquina de Corte e Vinco;
- 9.4.e) Laminação de impressos em Laminadora e Plastificadora;
- 9.4.f) Colagem de capas em coladeira de lombada de livros;
- 9.4.g) Impressão de documentos, cartazes, certificados, relatórios, apostilas, calendários, pasta de eventos, adesivos, capas de contracapas para *CD's*, e mentário, súmulas, agendas, convites de posse e datas festivas, quando solicitado, entre outros;
- 9.4.h) Operação de acabamentos manuais;
- 9.4.i) Digitalização de processos, apostilas, cartas, convite para citação, entre outros;
- 9.4.j) Grampeamento e encadernação livros, processos, apostilas, acórdãos, jornais, livretos, revistas, capas, contracapas de *CD's*, pastas, *botons*;

9.4.k) Realização de outras atividades correlatas às acima descritas.

9.5. Categoria: controlador de orçamento - requisitos

9.5.a) Possuir nível médio completo e experiência mínima de seis meses em atividade com atribuições similares às exigidas no **item 7.6.**, comprovada em CTPS;

9.5.b) Possuir conhecimento em informática, com manejo de softwares para escritório, como editores de textos, elaboração de planilhas de cálculos, navegação na internet, correio eletrônico;

9.5.c) Ter senso de organização, disciplina, descrição, cortesia e facilidade de compreensão;

9.5.d) Demonstrar desenvoltura, destreza, responsabilidade na execução das atividades.

9.6. Atribuições

9.6.a) Cálculo dos orçamentos de publicação dos editais pagos veiculados no Diário da Justiça eletrônico;

9.6.b) Recebimento e controle dos comprovantes de pagamento das publicações;

9.6.c) Remessa de editais para publicação por meio de sistema;

9.6.d) Atendimento e recepção ao público em geral;

9.6.e) Arquivamento de documentos, cartas, ofícios, memorandos, entre outros utilizados na área de atuação;

9.6.f) Coleção de dados para a elaboração de documentos e relatórios, bem como auxiliar os servidores na realização de conciliação bancária;

9.6.g) Zelar pela organização e manutenção da documentação pertinente aos serviços sob sua responsabilidade;

9.6.h) Cálculo dos orçamentos de produção das demandas gráficas recebidas na Coordenadoria;

9.6.i) Cotação de preços de insumos e serviços;

9.6.j) Desenvolver outras atividades correlatas.

10. Das obrigações do CONTRATANTE

- 10.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato conforme este Termo de Referência;
- 10.2. Indicar os locais onde deverão ser prestados os serviços;
- 10.3. Notificar a empresa CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- 10.4. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com as condições estabelecidas em Contrato;
- 10.5. Fiscalizar a realização dos serviços, através de sua unidade competente, podendo em decorrência, solicitar à CONTRATADA a substituição de quaisquer dos profissionais que estiver prestando os serviços objeto deste Termo de Referência;
- 10.6. Provocar a aplicação das penalidades previstas em Contrato, na hipótese de inadimplência da empresa contratada não cumprir suas obrigações, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao Poder Judiciário cearense;
- 10.7. Estabelecer reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos por parte do gestor e fiscal do contrato;
- 10.8. Glosar da fatura, em caso de não substituição dos profissionais quando de suas ausências, os custos relativos a estes, no período de seu afastamento, assim como aplicar as devidas sanções conforme estabelecido no item XII deste Termo de Referência;
- 10.9. Empreender todos os esforços para efetuar o pagamento das faturas da CONTRATADA até o 30º dia útil após a apresentação da Nota Fiscal dos serviços;
- 10.10. Solicitar retificação de faturamento/nota fiscal que apresente incorreções à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida;

- 10.11. Devolver em até 15 dias úteis a escala de férias à CONTRATADA que poderá solicitar explicações formais das alterações processadas, sendo obrigatória a aceitação, por parte da contratada, de todas aquelas que estejam fundamentadas com o plano de trabalho da área onde o funcionário estiver lotado e que visem a evitar que as atividades do TJCE sofram solução de continuidade;
- 10.12. Em caso de necessidade de os ocupantes da função de **Designer Gráfico** realizarem suas atividades fora de suas cidades de lotação, serão devidas diárias:
- 10.12.1. O valor da diária será equivalente a **R\$ 160,00 (cento e sessenta reais)**, a fim de atender as necessidades de transporte, alimentação, hospedagem e locomoção urbana;
 - 10.12.2. O pagamento das diárias deverá ser repassado aos terceirizados até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação formal do Poder Judiciário à empresa;
 - 10.12.3. O profissional não fará jus ao auxílio-alimentação correspondente aos dias em que receber diárias;
 - 10.12.4. Em viagem no território nacional, o valor da diária será reduzido à metade;
 - 10.12.4.1. Quando o afastamento não exigir pernoite fora da localidade de exercício;
 - 10.12.4.2. Na data de retorno à localidade de exercício;
 - 10.12.4.3. Quando fornecido alojamento ou outra forma de hospedagem por particular, órgão ou entidade da administração pública.
 - 10.12.4.4. Para fazer jus a diárias, é necessário que o deslocamento seja **superior a 100 km (cem quilômetros)** da sede do Tribunal de Justiça do Ceará, ou entre unidades do Poder Judiciário cearense, além da apresentação de atestado de comparecimento, emitido pela unidade de destino, e comprovação de pernoite, quando ocorrer, mediante recibo de hospedaria ou similar.

11. Das obrigações da CONTRATADA

- 11.1. Manter, durante todo o período de duração do contrato, uma base de apoio na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com toda a infraestrutura adequada, para atender às necessidades da CONTRATANTE no intercâmbio financeiro e de recursos humanos, devendo demonstrar essa condição em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, através de comprovantes de endereço usuais (contas de água, energia etc.);
- 11.2. Manter e disponibilizar para atendimento dos serviços ora contratados os profissionais em número e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, a critério das necessidades do CONTRATANTE;
- 11.3. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, em número suficiente para que não haja interrupção dos mesmos, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais previstos na legislação vigente, atendendo os requisitos da função a ser exercida conforme descrito em contrato, certificando-os através de carta de apresentação com timbre da empresa, contendo no mínimo nome, CPF e data de início do exercício, **conforme modelo no Anexo IV**;
- 11.4. Para apresentação dos colaboradores, se faz necessária a carta de apresentação conforme descrito acima, bem como a **declaração negativa de acumulação de cargos (Anexo V)** e a **declaração negativa de parentesco (Anexo VI)**;
- 11.5. Observar os preços mínimos destinados ao pagamento de salários constantes nos **Anexos I e II** deste Termo, tendo como referência as Convenções ou Acordos Coletivos das respectivas categorias;
- 11.6. Entregar até o último dia útil do mês anterior da prestação dos serviços, todos os vales-transporte, vales-alimentação e cestas básicas referentes ao mês subsequente;
- 11.7. Assumir inteira responsabilidade por despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, vales-transportes, taxas, seguro acidente

de trabalho, auxílio- alimentação, plano de saúde, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação, isentando o CONTRATANTE de qualquer vínculo empregatício com eles;

- 11.8. As rubricas referentes às verbas de férias, 1/3 constitucional de férias, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, e percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos serão retidas em conta vinculada, conforme a Resolução nº 169/2013, com alterações realizadas pela Resolução nº 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça;
- 11.9. Providenciar, sempre que solicitado, a substituição de profissionais, bem como a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto à prestação dos serviços contratados;
- 11.10. Apresentar, através de relatório mensal, parte integrante do processo de solicitação de pagamento, as ausências ocorridas por motivo de atraso, faltas, licenças ou férias, sem as devidas substituições, a fim de que sejam glosadas do faturamento;
- 11.11. Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 11.12. Prestar os serviços nas instalações designadas pelo Poder Judiciário cearense; executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a ser cometidas no desempenho de suas funções, podendo o Poder Judiciário cearense solicitar a substituição daquelas cujas condutas, a seu critério, sejam julgadas inconvenientes, ou não atendam às necessidades dos serviços;
- 11.13. O empregado dispensado não poderá cumprir aviso prévio trabalhando nas unidades do Poder Judiciário cearense, salvo por decisão de sua Administração;

- 11.14. Assumir total responsabilidade pelos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, encargos com acidentes, indenizações e seguros, como também responder por danos e prejuízos que, por acaso, forem causados ao Poder Judiciário cearense;
- 11.15. Manter equipamentos eletrônicos para aferição de frequência em efetivo funcionamento e em quantidade adequada à força de trabalho empregada nas unidades do Poder Judiciário cearense;
- 11.16. Solicitar o reajuste do contrato, quando da repactuação salarial das categorias e somente por motivo de acordo, convenção coletiva de trabalho ou vigência de Lei ou qualquer motivo legal que modifique a equação contratual,

conforme previsto no art. 65 da Lei 8.666/93, até uma eventual prorrogação do contrato, sob pena de preclusão;
- 11.17. Disponibilizar crachá de identificação aos profissionais, confeccionado em PVC, de uso obrigatório durante a prestação dos serviços, contendo, no mínimo, foto, nome, função e unidade de lotação;
- 11.18. Controlar a frequência de seus colaboradores, sendo que:
- 11.18.1. Todas as despesas dos controles de frequência também serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 11.18.2. Para efeitos de abono da frequência só serão considerados as informações da empresa que justifiquem a impossibilidade de registro do ponto pelo colaborador terceirizado, sendo qualquer outra falta ao serviço glosada da fatura conforme levantamento mensal;
- 11.19. Nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento deles, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços, com jornada de, no mínimo, 20 horas semanais. Este encarregado terá a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao Gestor do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

- 11.20. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, objeto desta licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento de execução dos referidos serviços;
- 11.21. Assumir as responsabilidades de pagamentos de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem Federal, Estadual e Municipal, ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos Judiciais ou Extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência de celebração do contrato e da execução dos serviços previstos;
- 11.22. Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE, a documentação referente ao pagamento, **conforme item 11**;
- 11.23. Apresentar com 60 (sessenta) dias de antecedência, escala anual de férias de seus funcionários, para a cada período de um ano, a partir da assinatura do contrato, para que o Poder Judiciário cearense proceda com os ajustes necessários, obedecendo à legislação trabalhista e à respectiva Convenção Coletiva; Observar o disposto no capítulo V, do título II, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/75, do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a legislação correlata em vigor a ser exigida;
- 11.24. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais, das normas disciplinares determinadas pelo Poder Judiciário cearense;
- 11.25. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 11.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Poder Judiciário cearense;
- 11.27. Instruir os seus profissionais, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Poder Judiciário cearense;

- 11.28. Promover, quando necessário e em comum acordo com o Poder Judiciário cearense, oportunidades de cursos e treinamentos para os profissionais;
- 11.29. Adotar boas práticas de otimização de recursos e redução de desperdícios;
- 11.30. Não subcontratar os serviços;
- 11.31. Utilizar, na execução dos serviços, empregados com condições físicas e de saúde compatíveis com as exigências das atividades, bem como com formação escolar mínima explicitada nos pré-requisitos de cada serviço, tendo a devida comprovação, quando for o caso, através de certificado de conclusão fornecido por órgão reconhecido pelo MEC;
- 11.32. Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos gerais de administração a que tenha acesso direta ou indiretamente por meio de seus empregados;
- 11.33. Promover a realização de perícia, a ser conduzida por profissional competente e devidamente registrado na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, atestando grau de insalubridade, se houver, em máximo, médio ou mínimo, quando for o caso, bem como se a atividade insalubre está inserida na NR-15 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, conforme reza o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho;
- 11.34. Constituir CIPA na forma da NR nº 5 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia no C-33 Observar o disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213/91, que trata sobre a obrigatoriedade de contratação de pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência habilitadas;
- 11.35. O terceirizado reabilitado ou deficiente dispensado deverá ser substituído por outro de condição semelhante

12. Dos prazos, custo e forma de pagamentos

- 12.1. A contratada deverá observar, quanto aos prazos, custo e forma de pagamento, as seguintes diretrizes:

- 12.1.1. Protocolar, no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, os processos de faturamento até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços;
- 12.1.2. Efetuar o pagamento de seus empregados vinculados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviço;
- 12.1.3. Creditar o pagamento referente às férias dos empregados terceirizados até 2 (dois) dias antes do início do gozo das férias, conforme as normas previstas na CLT;
- 12.1.4. Observar as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação de mão de obra terceirizada, conforme as disposições contidas na Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça;
 - 12.1.4.1. As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS/SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO-EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagos pelo TJCE à CONTRATADA, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial;
 - 12.1.4.2. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação: férias e 1/3 constitucional, 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;
 - 12.1.4.3. Os valores provisionados para o atendimento do item anterior serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta;

12.1.4.4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados neste item, a serem depositados em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA;

12.1.4.5. Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido em acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade;

12.1.4.6. Para resgatar os recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas objeto de retenção;

12.1.4.7. Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos do contrato, por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual;

12.1.4.8. Se, após os pagamentos das verbas trabalhistas, inclusive as rescisórias, restar valor na conta-depósito, o montante deverá ser transferido para a CONTRATADA na forma prevista pela Resolução que rege este pacto; nos casos em que não houver desligamento e, portanto, não houver a extinção do respectivo contrato de trabalho, deve ser observado o procedimento e comprovações exigidas no artigo 7º, c/c os artigos 12 e 14, todos da Resolução CNJ 169/2013.

12.1.5. A CONTRATADA não poderá condicionar, em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, os pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados – salários, vales-alimentação, repactuação salarial ou das diferenças retroativas, quando houver – ao recebimento de suas faturas junto ao TJCE;

12.1.6. A solicitação do resgate dos recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – ao TJCE deve abranger os pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias ocorridas no período de apenas 1 (um) mês;

12.1.7. No ato de assinatura do contrato deverá ser apresentado o laudo mencionado no **item 10.33**, a fim de possibilitar o pagamento da insalubridade ali definida;

12.1.8. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços, relativa aos serviços efetivamente executados, acompanhada dos documentos abaixo enumerados:

12.1.8.1. Folha de pagamento do mês anterior ao da fatura;

12.1.8.2. Comprovante de entrega dos vales-transporte, cesta básica e vales-alimentação dos empregados envolvidos na execução dos serviços, referentes ao mês posterior ao da fatura, a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção/Dissídio Coletivo de Trabalho;

12.1.8.3. Comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregado, de forma individualizada, e do empregador), relativo aos empregados envolvidos na execução do objeto do Contrato, referente ao mês anterior ao da fatura;

12.1.8.4. Recolhimento devido ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de forma individualizada, do pessoal envolvido no Contrato, relativo ao mês anterior ao da fatura;

12.1.8.5. GFIP/SEFIP correspondentes as guias de recolhimento do INSS e FGTS, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, que conste como tomador o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

- 12.1.8.6. Comprovante de recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), dos empregados colocados à disposição deste Órgão, se houver, relativo ao mês anterior ao da fatura;
- 12.1.8.7. Certidão de Regularidade do FGTS, atualizada;
- 12.1.8.8. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, atualizada;
- 12.1.8.9. Certidões Negativas de Débitos Estaduais e Municipais do domicílio ou sede da CONTRATADA, atualizadas;
- 12.1.8.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), atualizada; outros documentos que comprovem a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA;
- 12.1.8.11. Crítica de retorno bancário, ou comprovante de depósito, discriminando o nome de cada um dos empregados e o respectivo valor do salário;
- 12.1.8.12. Atesto emitido pelo fiscal do contrato acerca dos serviços prestados do mês anterior ao da fatura, que no presente caso será a Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça; e planilha demonstrando os valores a serem pagos, com os respectivos valores dos impostos (INSS, ISS e IR), assim como as retenções a serem realizadas em conta vinculada.

13. Das sanções administrativas e penalidades

- 13.1. Independente das sanções civis e penais previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, serão aplicadas à CONTRATADA multas no valor percentual correspondente ao grau de infração, conforme descrito na TABELA 2, a seguir:

13.2.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
6	10% por dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

13.3. Das penalidades

13.3.1. Para efeito de aplicação das multas, às infrações são atribuídos graus, cujos percentuais de correspondência encontram-se informados na Tabela 2.

13.3.2. Evidenciando-se as infrações abaixo, caberá notificação à CONTRATADA para que esta apresente defesa, nos termos do art. 87, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e, caso não seja deferida, aplicar-se-á multa, de acordo com a Tabela 3:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Não controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário.	1
2	Permitir a presença de empregado sem crachá, por funcionário.	1
3	Não fornecer o crachá de identificação, por funcionário.	2
4	Não zelar pelas instalações, equipamentos e materiais do Poder Judiciário, por item.	2
5	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	3
6	Não substituir o empregado que se conduza de modo impróprio ou não atenda às necessidades do CONTRATANTE, por funcionário.	3
7	Não entregar a escala de férias.	3
8	Não efetuar a reposição de funcionários faltosos quando solicitado pelo CONTRATANTE, por funcionário.	4
9	Não efetuar o repasse de diárias de viagem no prazo estabelecido no item 9.12. , por funcionário e por ocorrência.	4

10	Não entregar os vales-transporte e/ou vales-alimentação nas datas avençadas, por funcionário e por ocorrência.	5
11	Não efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato, por funcionário e por ocorrência	5
12	Não efetuar o pagamento dos salários nas datas avençadas, por funcionário e por ocorrência.	5
13	Não cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não mencionados nesta tabela de infrações/multas.	5
14	Caso a LICITANTE adjudicatária se recuse a assinar o Contrato ou convidada a fazê-lo não atenda no prazo fixado, garantida prévia e fundamentada defesa.	6
15	Caso a LICITANTE adjudicatária deixe de cumprir o prazo previsto no inciso II, do art. 6º, da Resolução 169/2013, alterada pela Resolução nº 183/2013, do CNJ	6

Tabela 3

13.3.3. Em caso de reincidência da infração, formalmente notificada pelo Órgão fiscalizador, ou quando a infração perdurar por um período superior a 15 (quinze) dias, tendo sido obedecido o art. 87, § 2º da Lei Federal 8.666/93, será aplicada multa, adicional à prevista no item anterior, de 5%

(cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, e, a critério do Poder Judiciário cearense, rescisão do pacto;

13.3.4. Para fins deste Termo de Referência, considera-se reincidência a repetição da infração em um lapso temporal de um mês.

14. Da garantia contratual

14.1. A Adjudicatária deverá oferecer, a título de garantia do contrato, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, e conforme o Art. 56, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, 5% (cinco por cento) do valor global a ser contratado, atualizado.

14.2. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.

15. Do reajustamento do preço

- 15.1. Durante a vigência do Termo de Contrato, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovada das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;
- 15.2. O Contrato poderá ser repactuado, visando à adequação aos novos preços de mercado, observados o **interregno mínimo de um ano**, e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada;
- 15.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos, **conforme previsão do artigo 54 e respectivos parágrafos, da IN 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão**;
- 15.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;
- 15.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada da demonstração analítica de alteração dos custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços e da
- nova convenção, acordo ou dissídio coletivo que fundamente as repactuações. Em todo caso, o CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA;
- 15.6. A CONTRATADA poderá exercer o seu direito à repactuação contratual a partir da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação em tempo hábil, e

prorrogar o contrato sem qualquer ressalva nesse sentido, **ocorrerá preclusão lógica** do seu direito de repactuar;

- 15.7. O prazo para solicitação da repactuação terá início a partir de três dias do depósito/registro da Convenção ou do Acordo Coletivo no órgão do Ministério do trabalho (art. 614, § 1º da CLT e Instrução Normativa nº 6 de 06/08/07 da Secretaria de Relações do trabalho), que fixar o novo salário normativo da categoria profissional e encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente;
- 15.8. A tarifa padrão do vale-transporte será a praticada no Município de Fortaleza-Ce;
- 15.9. Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei.

16. Da fiscalização e gerenciamento do contrato

- 16.1. A execução do contrato será acompanhada por um representante da Administração, definido como Gestor do Contrato, que, no presente caso, será a Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio de seu Serviço de Apoio à Gestão de Contratos;
- 16.2. A fiscalização do contrato caberá a Assessoria de Comunicação, devendo zelar pela boa prestação dos serviços, comunicando ao setor competente qualquer ocorrência que possa prejudicar o regular andamento do contrato.
- 16.3. O contrato será acompanhado pelo Gestor do Contrato e sua execução fiscalizada pelos fiscais do contrato, conforme o estabelecido no modelo de Avaliação dos Serviços da CONTRATADA, constantes no Anexo III deste Termo, dentro dos seguintes critérios:
 - 16.3.1. Desempenho excelente: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 90% a 100%; Desempenho ótimo: quando a contratada obtiver,

ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 70% a 89%;

16.3.2. Desempenho bom: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 50% a 69%;

16.3.3. Desempenho regular: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 30% e 49%;

16.3.4. Desempenho crítico ou ruim: quando a contratada obtiver conceito final acumulado menor que 30%.

16.4. O representante anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17. *Das sanções para o caso de inadimplemento*

17.1. O resultado da Avaliação dos Serviços será informado à CONTRATADA mensalmente;

17.2. Após a Avaliação dos Serviços da CONTRATADA, na forma do Anexo III deste Termo, caso alguma das condições abaixo seja verificada, o contrato poderá ser rescindido a critério do Poder Judiciário cearense:

17.2.1. Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar desempenho final acumulado em 04 (quatro meses) menor ou igual a 30%;

17.2.2. Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar desempenho menor ou igual a 40%, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas;

17.2.3. Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar conceito “Não Atendido” ou “Raramente Atendido” no mesmo quesito, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas, sem uma justificativa aceitável ou ação corretiva em andamento.

17.3. A CONTRATADA terá direito a defesa nos termos do art. 87, § 2º da Lei Federal 8.666/93.

18. Da qualificação técnica

18.1. Para comprovar qualificação técnica, a CONTRATADA deverá:

18.1.1. Apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória a execução de serviços terceirizados correspondente a, pelo menos, o número de postos equivalentes ao da contratação;

18.1.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) referir-se à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente a compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por período não inferior a 03 (três) anos;

18.1.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a LICITANTE é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais; executa ou executou serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos;

18.1.4. Para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos será aceito o somatório de atestados, sendo que eles deverão contemplar execuções em períodos distintos (períodos concomitantes serão computados uma única vez) e terem sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

19. Da qualificação econômico-financeira

19.1. Para comprovar qualificação econômico-financeira, a CONTRATADA deverá:

19.1.1. Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigível, e apresentado na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial,

que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de três meses da data da apresentação da proposta, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um);

19.1.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social;

19.1.3. Comprovação de Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

19.1.4. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita no item “19.1.3”, observados os seguintes requisitos:

19.1.4.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e

19.1.4.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

20. Anexos

- 20.1. ANEXO I – Composição do Custo Máximo Mensal;
- 20.2. ANEXO II – Demonstrativo de Encargos Sociais e Tributos Utilizados na Composição do Custo Mensal.
- 20.3. ANEXO III – Avaliação da CONTRATADA.
- 20.4. ANEXO IV – Modelo de Carta de Apresentação.
- 20.5. ANEXO V – Declaração Negativa de Acumulação de Cargos.
- 20.6. ANEXO VI – Declaração Negativa de Parentesco.
- 20.7. ANEXO VII – Pesquisa de médias salariais no mercado.
- 20.8. ANEXO VIII - Memorando nº 10/2020 – TJCECAOP.

Fortaleza, 20 de abril de 2021.

Fransilvia Oliveira Paiva

Supervisora Operacional do Serviço de Apoio à Gestão de Contratos

Vlândia Santos Teixeira

Secretária de Gestão de Pessoas

Sérgio Mendes de Oliveira Junior

Superintendente da Área Administrativa



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL**

PROCESSO Nº 08270.001540/2022-56

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 15/2022 SR/PF/CE QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI.

A União, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ** (SR/PF/CE), com sede na Avenida Borges de Melo, n. 820, Bairro de Fátima, na cidade de Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o n. 00.394.494/0023-41, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO CARNEIRO GOMES, nomeado pela Portaria nº 16.078, DE 8 de abril de 2022, publicada no Boletim de Serviço nº 069, de 11.04.2022, inscrito(a) no CPF nº 492.715.981.72, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1226611 – SSP/DF, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, inscrita no CNPJ 06.234.467/0001-82, sediada na com sede na Rua Isac Meyer, 125, Aldeota, CEP 60.160.200, Fortaleza/Ceará, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA, Diretor Administrativo, portador da Carteira de Identidade n. 2003002035796 SSP/CE e CPF n. 200.024.594-34, tendo em vista o que consta no Processo nº 08270.001540/2022-56. e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 05/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado, com dedicação exclusiva de mão de obra e sob demanda, de auxiliar administrativo e jardineiro bem como insumos para jardinagem sob demanda para atender as demandas da Superintendência Regional de Polícia Federal no Ceará - SR/PF/CE em Fortaleza/Ceará e a Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/Ceará que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL

GRUPO	ITEM	POSTO	LOCAL DE TRABALHO	QTD DE POSTOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO MENSAL/ DESCONTO	VALOR MENSAL COM DESCONTO	VALOR ANUAL COM DESCONTO	VALOR ANUAL SEM DESCONTO
1	4	Auxiliar Administrativo	Fortaleza/CE	4	Mês	12	R\$ 4.072,45	16.289,78	R\$ 195.477,41	R\$ 195.477,41
	9	Jardineiro	Fortaleza/CE	1	Diária sob demanda	102 anuais	R\$ 188,33	1.632,19	R\$ 19.586,32	R\$ 19.586,32
	10	Insumos de Jardinagem	Fortaleza/CE	-	Unidade	Sob demanda	0,05% (desconto)	3.085,089	R\$ 37.021,07	R\$ 37.039,59
VALOR DA CONTRATAÇÃO								21.007,067	R\$ 252.084,80	R\$ 252.103,32

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **02/07/2022 e encerramento em 02/07/2023**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.2.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.2.6 Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor anual da contratação **com desconto/homologado** é de R\$ 252.084,80 (duzentos e cinquenta e dois mil oitenta e quatro reais e oitenta centavos) e **sem o desconto** de R\$ 252.103,32 (duzentos e cinquenta e dois mil cento e três reais e trinta e dois centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, no caso da prestação de serviço ser sob demanda, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200392

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 06122211220000001

Elemento de Despesa: 339037

PI: PF99900AG22

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

7.2 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL**

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

11.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL**

11.7.1 a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9 O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL**

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 É eleito o Foro da Seção Judiciária de Fortaleza/Ceará - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Fortaleza/Ceará, 06 de junho de 2022.

RODRIGO CARNEIRO
GOMES:49271598172

Assinado de forma digital por RODRIGO
CARNEIRO GOMES:49271598172
Dados: 2022.06.09 18:08:04 -03'00'

RODRIGO CARNEIRO GOMES

Superintendente Regional da SR/PF/CE

PAULO ARAGÃO
DE ALMEIDA

Assinado de forma digital por
PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA
Dados: 2022.06.07 17:19:17
-03'00'

PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA

Diretor Administrativo

TESTEMUNHAS:

Marcus
Vinicius C.
Nogueira:
25964763391

Assinado de forma
digital por Marcus
Vinicius C. Nogueira:
25964763391
Dados: 2022.06.10
07:05:35 -03'00'

Tiago Pereira
Vasconcellos:
003.468.223-60

Assinado de forma digital por
Tiago Pereira Vasconcellos:
003.468.223-60
Dados: 2022.06.10 09:21:30
-03'00'



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

CONTRATO N. 23/2022

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 09/2022 - Processo Administrativo/CNJ n. 04338/2021).

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP: 70.070-600, em Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor Geral, **Johaness Eck**, RG n. 6.997.231-x SSP/SP e CPF n. 006.583.638-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 89, de 13 de setembro de 2018, e o art. 3º, inciso XI, alínea "a", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa **SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, com sede na Quadra 08, Conjunto 14, Lote 12, Brasília/DF, CEP 71250-740, telefone (61) 3361-6004, inscrita no CNPJ sob o n. 24.921.066/0001-82, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio, **Carlos Alexandre Martins Hoff**, RG n. 1379623 SSP-DF e CPF n. 713.051.730-15, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 09/2022, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 2022, e a respectiva homologação, conforme Despacho DG 1325874 do Processo n. 04338/2021, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente a contratação de serviços de apoio administrativo na área de estocagem e carregamento de bens, a serem executados por meio de postos de trabalho, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para execução das atividades referentes ao objeto do Termo de Referência;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- c) Designar gestor para executar a fiscalização do Contrato;
- d) Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, ocorrências de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando os prazos para sua correção, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas no Contrato;
- e) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **CONTRATANTE**, não deve ser interrompida;
- f) Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:
- g) Solicitar a imediata retirada do local e ou a substituição de profissional da **CONTRATADA** que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- h) Examinar as carteiras dos profissionais alocados nos postos de trabalho, para comprovar o registro de função profissional, valor do salário e o cumprimento das obrigações trabalhistas;
- i) Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e de eventual aplicação de penalidade.
- j) Exigir da **CONTRATADA** o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional, observada a proporção de vagas reservadas nos termos dispostos no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 e no art. 11 da Resolução CNJ nº 307/2019, quanto ao total de pessoas a serem designadas para o cumprimento do objeto do presente termo.
- k) Fiscalizar o cumprimento, pela **CONTRATADA**, da obrigação estabelecida pelo art. 11, §2º, da Resolução CNJ nº 307/2020.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) Responsabilizar-se, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do Termo de Referência, tais como:

- i. Salários, 13º Salários, férias, 1/3 férias, e demais obrigações trabalhistas;
- ii. Seguros de acidentes;
- iii. Taxas, impostos e contribuições;
- iv. Indenizações;
- v. Auxílio-refeição;
- vi. Auxílio-transporte;
- vii. Uniforme completo;
- viii. Abertura de conta vinculada;
- ix. Apresentação de garantia de execução contratual, que deverá ser de 5% do valor global do contrato;
- x. Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação específica.

b) Contratar, sob sua inteira responsabilidade, os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho, com as condições a seguir:

- i) possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- ii) estar quite com as obrigações eleitorais;
- iii) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para profissionais do sexo masculino;
- iv) possuir aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições;
- v) apresentar certidão dos setores de distribuição dos foros criminais em que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual, expedida, no máximo, há seis meses, dos locais que tenha residido nos últimos cinco anos.

c) Entregar, ao **CONTRATANTE**, cópia do instrumento coletivo (acordo/convenção/dissídio) do Sindicato a que pertencerem os profissionais que serão alocados na execução do contrato, nas seguintes ocasiões:

- i) quando da assinatura do Termo de Contrato;
- ii) anualmente;
- iii) sempre que houver alteração.

d) Manter os profissionais, quando em horário de funcionamento dos postos de trabalho, uniformizados de forma condizente com o serviço a executar e identificados mediante uso permanente de crachá, composto de cartão em PVC, com o nome, foto, matrícula e os logotipos do **CONTRATANTE** e da empresa, bem como cartão magnético para acesso às dependências do órgão:

- i) O primeiro cartão magnético para o profissional será custeado pelo **CONTRATANTE**, ao valor unitário de R\$ 6,46 (seis reais e quarenta e seis centavos).
- ii) O primeiro cartão de identificação em PVC será confeccionado pelo **CONTRATANTE** e custeado pela **CONTRATADA** ao custo unitário de R\$ 5,25 (cinco reais e vinte e cinco centavos);
- iii) Em caso de substituição do crachá de identificação (PVC e/ou magnético), por danos, perda ou por outro motivo de responsabilidade do usuário, será (ão) cobrado (s) da **CONTRATADA** o(s) valor (es) correspondente (s) ao (s) custo (s) de confecção;
- iv) Ao final do CONTRATO, ou substituição de profissional, a **CONTRATADA** devolverá ao **CONTRATANTE** os crachás de identificação dos profissionais (PVC e cartão magnético);
- v) Na falta de devolução do (s) cartão (ões) magnético (s) ou PVC, será (ão) cobrado o valor correspondente ao custo de confecção.
- vi) Os custos de confecção poderão ser atualizados a critério do **CONTRATANTE**.

e) Fornecer 2 (dois) conjuntos de uniformes para cada profissional, semestralmente, conforme especificação constante do Anexo A, Tabela A, do Termo de Referência;

- i) O primeiro fornecimento do uniforme será admitido até vinte dias após assinatura do contrato e o segundo fornecimento após seis meses da assinatura do contrato;
- ii) A **CONTRATADA** deverá fornecer os uniformes, entregando-os nas dependências do **CONTRATANTE**, em local a ser definido pelo gestor do contrato;
- iii) Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** submeter amostra do modelo, cor e qualidade do material de cada peça que compõe o conjunto de uniforme para aprovação, resguardando-se ao **CONTRATANTE** o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, observadas as especificações constantes do Anexo A, Tabela A, do Termo de Referência, limitada a duas rejeições, sob pena de sanções, a partir da terceira rejeição.
- iv) A **CONTRATADA** deverá entregar o uniforme completo aos profissionais mediante recibo, cuja cópia deverá ser enviada ao **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias a contar da entrega. O custo com uniformes e equipamentos não poderá ser repassado aos profissionais, assim como não poderá ser exigido o uniforme usado no momento da entrega dos novos;
- v) Toda e qualquer falta no posto de trabalho deverá ser suprida por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, sendo que a **CONTRATADA** se obriga a:

- Remunerar o profissional substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente; e apresentar à **CONTRATANTE** os comprovantes destes pagamentos/recolhimentos, no mês

subsequente ao da execução dos serviços;

- Preencher, após solicitação do contratante, o posto vago, sob pena de glosa do valor correspondente ao período em que o posto de trabalho permaneceu desocupado.
- No caso de falta do profissional em qualquer posto de trabalho, não suprido por outro profissional, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas.

- f) Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho.
- g) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, seus profissionais causarem a terceiros ou ao **CONTRATANTE**, devendo ser descontado, no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente aos prejuízos causados, conforme o caso;
- h) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar os profissionais nesse sentido;
- i) Instruir os seus profissionais, quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas dependências do **CONTRATANTE**;
- j) Designar formalmente, quando da assinatura do contrato, preposto para representá-la, quando solicitado pelo gestor, durante a execução do contrato de prestação de serviços, com disponibilidade e pronto atendimento. Ao preposto, que deverá ter capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, de acordo com o art. 68 da Lei 8.666/93, compete entre outras atividades, proceder aos contatos com o Gestor do contrato (representante do **CONTRATANTE**), durante a execução do contrato, bem como prestar atendimento aos seus profissionais em serviço, tais como:
- i) entrega de contracheques, auxílio-transporte, auxílio-alimentação;
 - ii) acompanhar e controlar assinatura de folha de ponto;
 - iii) fornecimento de uniforme;
 - iv) desenvolver outras atividades administrativas de responsabilidade da **CONTRATADA**, principalmente quanto ao controle de informações relativas ao seu faturamento mensal e emissão de relatórios.
- k) Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- l) Cumprir as normas e regulamentos internos do **CONTRATANTE**, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- m) Substituir definitivamente, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE**, qualquer profissional no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público. Fica vedado o retorno dos profissionais substituídos às dependências do **CONTRATANTE**, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais;
- n) Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução deste contrato;
- o) Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;
- p) Acatar a fiscalização do **CONTRATANTE** levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim, e cuja solicitação atender-se-á imediatamente, comunicando o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;
- q) Apresentar ao **CONTRATANTE** toda a Legislação Federal e Distrital atualizada, existente ou que venha a ser criada, regulamentando as atividades contratadas;
- r) Orientar os profissionais alocados nos postos de trabalho a:
- i) não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de trabalho, sobre assuntos diversos da atividade exercida no posto;
 - ii) utilizar o telefone exclusivamente para o serviço, assim, a chamadas externas realizadas na dependência do preposto serão cobradas em conta telefônica, devendo ser pagas até o 5º dia útil, contados da notificação do gestor;
 - iii) portar em lugar visível o crachá de identificação.
- s) Apresentar o plano de férias dos profissionais alocados nos postos de trabalho ao **CONTRATANTE**, observada a necessidade de serviços do **CONTRATANTE**;
- t) Responsabilizar-se pelos materiais e equipamentos do **CONTRATANTE**, procedendo à imediata reposição ou conserto daqueles que forem danificados por uso inadequado;
- u) Fornecer 3 (três) rádios transmissores em perfeito estado de funcionamento, bem como bateria sobressalente, carregadores e fone de ouvido, visando uma comunicação imediata entre os postos de supervisão e a fiscalização do contratante.
- v) Dispor ou instalar escritório no Distrito Federal em até 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato.
- w) Celebrar, no ato da assinatura do Contrato, ciência do Termo de Responsabilidade e Compromisso de Confidencialidade, Anexo à Portaria 159/2021, conforme modelo Anexo C do Termo de Referência;
- x) Apresentar, no ato da assinatura do contrato, documento(s) que comprove(m) a efetiva contratação de egressos do sistema prisional, observando a proporção de vagas reservadas nos termos dispostos no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 e no art. 11 da Resolução CNJ nº 307/2019, quanto ao total de pessoas a serem designadas para o cumprimento do objeto do presente termo.

y) Manter, durante toda a execução do contrato, o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional, nos termos disposto no art. 11, §2º, da Resolução CNJ nº 307/2019.

Parágrafo primeiro – A prestação de serviços poderá ser realizada, quando necessário e em caráter excepcional, em horas suplementares, que não deverá ultrapassar 1 (uma) hora diária, de segunda a quinta-feira e 2 (duas) horas diárias na sexta-feira, e aos sábados, domingos e feriados, limitada a jornada de trabalho a 10 (dez) horas diárias, com 1 (uma) hora de intervalo.

Parágrafo segundo – O controle da quantidade de horas de serviços prestados pela **CONTRATADA** será realizado e supervisionado pelo **CONTRATANTE**, por meio de sistema eletrônico. Esse controle é exclusivamente de uso interno do **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro – A **CONTRATADA** será responsável pelo controle de frequências, faltas e atrasos de seus funcionários, inclusive com sistema próprio de gerenciamento que, no caso de registro eletrônico, deverá atender as exigências constantes na PORTARIA Nº 1.510, DE 21 DE AGOSTO DE 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Parágrafo quarto – Nos feriados forenses poderá não ser necessário o funcionamento dos postos de trabalho. Em caso positivo, deverá ser observado o horário estabelecido pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo quinto – Caso haja funcionamento do posto de trabalho nos dias considerados recessos e feriados forenses, especificados no instrumento contratual, o **CONTRATANTE** não efetuará o pagamento adicional, nem promoverá alteração do quantitativo de hora normal, uma vez que as horas desses dias já foram consideradas no cálculo do valor final.

Parágrafo sexto – Os horários de funcionamento dos postos de trabalho estão **sujeitos** a eventuais alterações conforme as necessidades de serviço do **CONTRATANTE**

Parágrafo sétimo – A **CONTRATADA** não poderá indicar como preposto, profissional ocupante dos postos de trabalho.

Parágrafo oitavo – Todo e qualquer custo de treinamento será por conta da **CONTRATADA**;

Parágrafo nono – A **CONTRATADA** deverá entregar ao gestor do contrato, cópias dos comprovantes de pagamento de salário, da folha de pagamento e de fornecimento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos profissionais, os quais deverão constar:

- a) nome e matrícula do profissional;
- b) data da entrega;
- c) quantidade e o valor dos vales;
- d) mês de competência;
- e) assinatura do profissional atestando o recebimento.

Parágrafo dez – No ato da assinatura do contrato, a **CONTRATADA** comprometer-se-á, por meio da assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso, a observar e cumprir o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Portaria CNJ Presidência nº 18, de 31 de janeiro de 2020, conforme Anexo A deste Termo de Referência.

Parágrafo onze – Ao assinar o contrato, o prestador de serviço se obriga a observar o Código de Conduta dos servidores do Conselho Nacional de Justiça instituído pela Portaria CNJ n. 56/2018.

Parágrafo doze – As empresas eventualmente contratadas poderão contar com o apoio dos Escritórios Sociais para o preenchimento das vagas reservadas e, na ausência dos escritórios, das equipes multidisciplinares das Varas de Execução Penal (art. 11, §§ 3º e 4º, da Resolução CNJ nº 307/2019).

DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – A prestação dos serviços se iniciará a partir da assinatura do Contrato nas dependências do Conselho Nacional de Justiça, instaladas no Distrito Federal, localizadas na SEPN 514, Blocos “A” e “B” e SAF/SUL Quadra 02, lotes 05 e 06, Blocos “E” e “F”, bem como em outras instalações que vierem a ser ocupadas em caráter definitivo ou eventual em Brasília.

Parágrafo primeiro – Os horários dos postos de trabalho estão sujeitos a alterações conforme as necessidades de serviço do **CONTRATANTE**, observando-se as regras da legislação trabalhista quanto à jornada diária máxima permitida e ao intervalo intrajornada.

Parágrafo segundo – O valor unitário da hora de trabalho de cada posto de trabalho é o consignado na planilha de formação de custo do contrato, apurado pela divisão do custo global do posto pelo número de horas úteis do contrato.

Parágrafo terceiro – O efetivo valor unitário da hora de trabalho a que se refere o parágrafo anterior considera o total de horas úteis apuradas para os 12 (doze) meses de vigência contratual, contados a partir da data de início da prestação dos serviços.

Parágrafo quarto – Nos feriados forenses, à critério da Presidência, poderá não ser necessário o funcionamento dos postos de trabalho. Em caso positivo, deverá ser observado o horário estabelecido pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo quinto – Caso haja funcionamento do posto de trabalho nos dias considerados recessos e feriados forenses, o **CONTRATANTE** não efetuará o pagamento adicional, nem promoverá alteração do quantitativo de hora normal, uma vez que as horas desses dias já foram consideradas no cálculo do valor final.

Parágrafo sexto – São considerados feriados forenses: segunda-feira de carnaval; quarta-feira e quinta-feira da Semana Santa; 11 de agosto; 28 de outubro; 1º de novembro; 8 de dezembro. O período de recesso forense, a critério da Presidência, corresponde a 20 de dezembro a 06 de janeiro.

Parágrafo sétimo – A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso controle sobre o funcionamento dos postos de trabalho, efetuando o controle da frequência, faltas e atrasos de seus profissionais, inclusive com sistema próprio de gerenciamento, o qual deverá atender, no caso de registro eletrônico, as exigências da Portaria n. 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Parágrafo oitavo – Na hipótese de excesso de horas trabalhadas, respeitados os limites legais, os profissionais alocados nos postos de trabalho deverão ter solicitação pelo titular da unidade antecipadamente a **CONTRATADA** por meio de formulário próprio e compensar o referido excesso de horas até o mês subsequente.

Parágrafo nono – O excesso de horas trabalhadas será compensado dentro do mesmo mês de referência ou, quando da impossibilidade, dentro do mês subsequente, de modo a possibilitar o controle individual do saldo do banco de horas, bem como o acesso e acompanhamento do saldo por parte do empregado.

Parágrafo dez – A extensão da jornada de trabalho deverá ser justificada pelo gestor do contrato, identificando o posto, horário e períodos de realização e de compensação das horas excedidas.

Parágrafo onze - Eventuais faltas nos postos de trabalho deverão ser supridas pela **CONTRATADA** somente por profissional que atenda integralmente aos requisitos técnicos exigidos no Termo de Referência.

Parágrafo doze - No caso de posto de trabalho não suprido, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente à quantidade de horas que o posto de trabalho ficou descoberto pelo valor da hora prevista na planilha de formação de custo do contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo treze - A **CONTRATADA** deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de seus profissionais

DO RESSARCIMENTO DE BENEFÍCIOS INDIRETOS PREVISTOS NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CLÁUSULA SEXTA – Os custos da **CONTRATADA** com os benefícios do Plano Ambulatorial, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Assistência funeral previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho da categoria profissional serão ressarcidos mediante a efetiva comprovação dos gastos e a apresentação da relação dos empregados que fizerem jus aos benefícios.

Parágrafo único – Os valores máximos a serem ressarcidos bem como as condições de ressarcimento dos benefícios serão aqueles consignados na Convenção Coletivas de Trabalho da categoria.

DO VALOR

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor total do presente contrato é de **R\$ 555.000,00** (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

Parágrafo único – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

DA REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA – O valor contratado poderá ser repactuado, mediante negociação, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir.

Parágrafo primeiro – Caberá à **CONTRATADA** apresentar, junto à sua solicitação de repactuação, a devida justificativa e demonstração analítica da variação dos componentes de custo da proposta, de acordo com planilha de custos e formação de custo, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e aprovação pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo – Para os fins previstos nesta cláusula, considera-se como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do início da vigência do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

Parágrafo terceiro – Ocorrendo a primeira repactuação, as subseqüentes observarão a anualidade, que será contada a partir do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo quarto – Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo da proposta que tenham sofrido variação, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.

Parágrafo quinto – Não será admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente na proposta, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo sexto – A proposta de repactuação, observado o disposto nesta cláusula, dependerá de iniciativa da **CONTRATADA** e deverá ser apresentada antes da assinatura do termo de prorrogação do contrato ou, se for o caso, do encerramento do ajuste, sob pena de preclusão do direito de repactuar.

Parágrafo sétimo – Na hipótese de não ter ocorrido o registro do acordo coletivo ou da convenção coletiva da categoria até a data da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá, sob pena de preclusão, ressaltar, naquele aditivo, o seu direito a repactuar. A partir da ressalva, a formalização do pedido de repactuação deverá ocorrer até a data da assinatura do termo de prorrogação subsequente.

Parágrafo oitavo – A inércia da **CONTRATADA** em ressaltar seu direito ou em solicitar a repactuação, no prazo estipulado, implicará a preclusão do direito à repactuação e ao recebimento dos valores retroativos a que eventualmente faria jus.

Parágrafo nono - Os custos relativos a uniformes (insumos diversos) poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes e formalização do pedido pela Contratada, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos doze meses, contados da data de apresentação da proposta ou do último reajuste, conforme o resultado da seguinte operação:

$I1 - I0$

$R = V [-----]$, em que:

$I0$

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da proposta

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta

Parágrafo dez - A alegação de esquecimento quanto ao direito de propor o reajuste não será aceita como justificativa para pedido de efeito retroativo à data a que de acordo com a legislação faria jus, se não a requerer dentro do primeiro mês de aniversário do contrato, responsabilizando-se a Contratada pela própria inércia.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA NONA – O objeto será recebido mensalmente, no último dia do mês, por gestor especialmente designado pelo **CONTRATANTE** que procederá à conferência de sua conformidade com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

Parágrafo primeiro - Inexistindo irregularidade nos serviços, a fiscalização do contrato emitirá um Termo de Recebimento Definitivo (atesto técnico) para o devido pagamento dos serviços.

Parágrafo segundo – O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

Parágrafo terceiro – O faturamento deverá ser entregue no Protocolo Administrativo do **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto – Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DEZ – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo dos serviços, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**;

c) apresentação dos seguintes documentos:

c.1) relação nominal dos profissionais alocados nos postos de trabalho;

c.2) comprovante de depósito bancário e cópia da folha de pagamento, referente ao mês da execução dos serviços, identificando o nome e a matrícula do profissional;

c.3) comprovante de fornecimento dos auxílios devidos (alimentação, transporte etc.), com a respectiva data da disponibilização, quantidade, valor, mês de competência e, ainda, a assinatura do profissional atestando o recebimento referente ao mês da execução do serviço;

c.4) guias de recolhimento de INSS e FGTS do mês anterior à execução dos serviços, juntamente com a Relação dos Trabalhadores (RE) constantes do arquivo SEFIP;

c.5) resumo discriminado do faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de trabalho, bem como especificação dos descontos realizados no salário, no auxílio-transporte e auxílio-alimentação;

c.6) caso algum empregado opte por não receber o vale-transporte, a **CONTRATADA** deverá apresentar, junto com a documentação no mesmo mês da não opção, declaração específica devidamente datada e assinada pelo empregado;

c.7) quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas aos profissionais alocados na execução do contrato, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês da prestação dos serviços;

c.8) planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias ou posto vago;

c.9) documentação completa acerca de rescisões de empregados ocorridas no mês faturado, incluindo memória de cálculo detalhada;

c.10) documentação completa acerca da admissão de novos profissionais, incluindo cópia da carteira de trabalho;

c.11) outros documentos exigidos no Termo de Referência.

d) Relatórios da GFIP:

d.1) relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP- Modalidade “Branco” – Recolhimento ao FGTS e Declaração à Previdência (somente os trabalhadores que prestam serviço ao tomador) – RE;

d.2) relação de Tomadores/Obras – RET;

d.3) relação dos trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – Resumo do fechamento- Empresa;

d.4) resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP- Tomador de Serviços/Obra;

d.5) comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS – Empresa;

d.6) protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Sistema Conectividade Social;

d.7) Guia da Previdência Social (GPS), devidamente paga;

d.8) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF, gerada e impressa pelo SEFIP após a transmissão do arquivo SEFIP, devidamente paga;

d.9) relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP –Resumo do Fechamento- Empresa - FGTS

e) demonstrativo de férias e licenças concedidas aos profissionais alocados na execução do contrato, indicando se houve ou não a ocupação dos postos de trabalho, referente ao mês da prestação dos serviços;

f) planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em casos de faltas, férias ou posto vago;

Parágrafo primeiro - Os funcionários que tiverem realizado cobertura durante o mês, também deverão ter sua documentação encaminhada junto com o faturamento.

Parágrafo segundo - O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento pelos serviços prestados após a comprovação do pagamento integral dos correspondentes salários, auxílio-alimentação, vale-transporte, outros auxílios, bem como dos respectivos encargos sociais decorrentes da relação de emprego firmada com os empregados alocados nos postos de trabalho.

Parágrafo terceiro - A comprovação de que trata este o parágrafo anterior será demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou, excepcionalmente, do mês anterior, quando ainda não vencidas as referidas contribuições.

Parágrafo quarto - A nota fiscal e as demais documentações descritas neste contrato e no Termo de Referência deverão ser apresentadas até, no máximo, o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Parágrafo quinto – Em caso de convenção coletiva da categoria dos ocupantes dos postos de trabalho ou outro instrumento semelhante que obrigue a **CONTRATADA** a reajustar salários e/ou direito de seus empregados, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de apenas pagar fatura em que sejam comprovados os pagamentos já reajustados. De forma alguma a previsão de repactuação deste contrato servirá como justificativa para não quitação das obrigações trabalhistas, na forma da lei.

Parágrafo sexto - No caso de falta do empregado em qualquer posto de trabalho não suprido por outro empregado, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas nos respectivos postos.

Parágrafo sétimo - O percentual de encargos sociais não contempla o componente de custo relativo ao aviso prévio trabalhado de término de vigência do contrato. O **CONTRATANTE** somente indenizará a **CONTRATADA**, por ocasião do último pagamento, caso não a comunique quanto à prorrogação do contrato, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias antes do seu término, e mediante a comprovação do desembolso.

Parágrafo oitavo - O valor do aviso prévio, no término de vigência deste contrato, corresponderá a 7 (sete) dias não trabalhados, o que será representado pelo percentual de 23,33% ($7/30 \times 100$), a ser aplicado sobre a remuneração do empregado alocado no respectivo posto de trabalho, observada a legislação trabalhista. Sobre esse valor incidirá o percentual dos demais componentes e tributos.

Parágrafo nono - O valor do aviso prévio referido no parágrafo anterior poderá sofrer alterações em função da aplicabilidade da Lei n. 12.506, de 11 de outubro de 2011, que estabeleceu a proporcionalidade do aviso prévio em função do tempo de serviço prestado na mesma empresa.

Parágrafo dez – Para efeitos de pagamento do aviso prévio, somente será considerado o período de vigência deste contrato.

Parágrafo onze – O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do contrato e quitação relativa à rescisão do contrato de trabalho entre empregado e empregador, se for o caso), por parte da **CONTRATADA**, haja vista a implicação da responsabilidade subsidiária do **CONTRATANTE** (art. 71 da Lei n. 8.666/1993 e Enunciado n. 331 do TST).

Parágrafo doze - As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o seu pagamento, serão devolvidas à **CONTRATADA** e, neste caso, o prazo previsto nesta cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Parágrafo treze - De acordo com o disposto na Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013, a parte do pagamento relativa a encargos trabalhistas será creditada em conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação), calculado na forma prevista neste contrato.

Parágrafo quatorze - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Parágrafo quinze – A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal com número raiz de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste contrato.

Parágrafo dezesseis - O pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados.

Parágrafo dezessete – A não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA** não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços. No entanto, a manutenção da condição de irregularidade perante o fisco, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do Contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo dezoito – É vedado o pagamento de benefícios previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho durante o interregno entre o final da vigência de um acordo/convenção e o início da vigência do novo acordo/convenção, em razão do disposto no art. 614, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho (com redação dada pela Lei n. 13.467/2017), que vedou a ultratividade das normas coletivas, ressalvada a existência de lei específica que determine a concessão do benefício.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA ONZE – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

Parágrafo único – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DOZE – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: 02.032.0033.21BH.0001 – “Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos

deveres funcionais dos juizes e Gestão de Políticas Judiciárias”, Naturezas da Despesa: 3.3.90.37.01, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. 2022NE242, datada de 25 de maio de 2022.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA TREZE – Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2020, a CONTRATADA ficará sujeita, assegurados o contraditório e ampla defesa, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e no Contrato, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos

d) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea c.

Parágrafo primeiro - Constitui falta grave, caracterizada como falha na execução contratual, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, no dia fixado, que poderá dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

Parágrafo segundo - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo terceiro - Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo quarto - Todas as sanções deverão ser registradas no SICAF.

Parágrafo quinto – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao **CONTRATANTE**, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

Parágrafo sexto - Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor (*in casu*, o **CONTRATANTE**) alegue prejuízo (Código Civil, artigo 402). No entanto, de comum acordo, em conciliação, o **CONTRATANTE** poderá substituir a possível aplicação da pena de multa pela aplicação da pena de advertência, desde que:

I – não haja prejuízo ao Erário, a trabalhadores vinculados à execução deste contrato administrativo e/ou a terceiros; e

II – o prejuízo eventualmente causado ao Erário, a trabalhadores vinculados à execução deste contrato e/ou a terceiros tenha sido integralmente ressarcido.

Parágrafo sétimo - A substituição da possível aplicação da pena de multa pela aplicação da pena de advertência:

I – deverá ser requerida pela **CONTRATADA**, no prazo que lhe seja aberto para defesa prévia, com renúncia expressa ao direito (disponível) de apresentar defesa prévia e de recorrer;

II - somente será aplicável aos tratamentos de inadimplementos quanto aos quais a **CONTRATADA** assuma integral responsabilidade;

III - estará condicionada à assunção, pela **CONTRATADA**, em documento subscrito pelo preposto e pelo representante legal/convencional, do compromisso de que serão adotadas providências eficazes:

a) para saneamento das causas e dos efeitos do inadimplemento identificado, em prazo a ser definido pela Secretaria de Administração do **CONTRATANTE**, mediante prévia oitiva do gestor do contrato; e

b) para evitar que outros inadimplementos quaisquer ocorram.

IV - poderá ser realizada no máximo duas vezes, ao longo de cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato, desde que referida a inadimplementos diferentes entre si.

V - somente ocorrerá nas situações em que o gestor do contrato apresente manifestação favorável, fundamentada:

a) no histórico, caso existente, do relacionamento entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**;

b) na descrição dos indícios, eventualmente existentes, de que a substituição requerida atenderá também ao interesse público;

c) na descrição dos indícios, eventualmente existentes, de que o inadimplemento identificado não causou prejuízo significativo, inclusive aos prazos previstos para cumprimento de outras obrigações assumidas pela **CONTRATADA** junto ao **CONTRATANTE**.

DA GARANTIA CONTRATUAL

CLÁUSULA QUATORZE – A **CONTRATADA** apresentará, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da publicação do extrato deste instrumento na Imprensa Oficial, garantia de execução do contrato no valor de **R\$ 27.750,00** (vinte e sete mil setecentos e cinquenta reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global estimado do contrato, tendo como beneficiário o **CONTRATANTE**. A garantia de execução poderá ser apresentada numa das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo

Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro - A garantia deverá ser prestada com validade de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato e será liberada ante a comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e multas eventualmente aplicadas.

Parágrafo segundo - Caso o pagamento das verbas rescisórias não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, e utilizado o saldo da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas, das contribuições previdenciárias e do FGTS diretamente pelo **CONTRATANTE**, conforme estabelecido no item 3.1, "j", do Anexo VII-F da Instrução Normativa n. 5, de 26 de maio de 2017, e alterações posteriores, editada pelo Ministério da Economia.

Parágrafo terceiro - No que tange às obrigações resultantes das relações de trabalho e previdenciárias, a garantia deverá atender todos os créditos decorrentes de ações ajuizadas pelos empregados vinculados à **CONTRATADA** e a este contrato, dentro do prazo prescricional de dois anos (estabelecido no artigo 11 da CLT e artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal) contado da extinção dos respectivos contratos de trabalho.

Parágrafo quarto - Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

Parágrafo quinto – Quando a garantia for apresentada na modalidade seguro-garantia, a apólice:

a) deverá ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

b) deverá conter o número com que a apólice ou o endosso tenha sido registrado na SUSEP;

c) não deverá estar integrada por cláusula compromissória nem por previsão de instauração de Juízo Arbitral; e

d) não poderá estabelecer franquias, participações obrigatórias do segurado (**CONTRATANTE**) e/ou prazo de carência.

Parágrafo sexto – Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo sétimo – Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, a instituição financeira fiadora deverá ser domiciliada ou possuir agência no Distrito Federal e demonstrar possuir bens suficientes à garantia integral da fiança prestada, conforme artigo 825 da Lei 10.406/2002. A carta de fiança deverá conter cláusula expressa de renúncia do fiador ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei n. 10.406/2002, conforme facultado pelo inciso I do artigo 828 do mesmo diploma legal, e ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos artigos 128, 129 e 130 da Lei 6.015/73.

Parágrafo oitavo – A garantia apresentada deverá assegurar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, multas moratórias e punitivas aplicadas à **CONTRATADA**, prejuízos diretos causados ao **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato e obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo nono – Alterado o valor do contrato, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de publicação do termo de aditamento na Imprensa Oficial ou da assinatura da Apostila de repactuação.

Parágrafo dez - Prorrogado o prazo de vigência do contrato, fica a **CONTRATADA** obrigada a renovar a garantia, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de publicação do termo aditivo na Imprensa Oficial.

Parágrafo onze – A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstos neste instrumento será devolvida à **CONTRATADA**, que disporá do prazo improrrogável de **10 (dez) dias úteis** para a regularização da pendência.

DO PROVISIONAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

CLÁUSULA QUINZE – A fração do preço mensal do contrato que corresponda ao somatório dos encargos sociais devidos aos empregados da **CONTRATADA** alocados nos postos de trabalho será provisionada pelos percentuais abaixo:

PROVISIONAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS		
Regime de Tributação	Incidência cumulativa ou não cumulativa de PIS e COFINS	
RAT ajustado (RAT*FAP) ¹	0,5%	6%
Submódulo 3.1 (a)	34,30%	39,80%
Encargo	Mínimo	Máximo
13º Salário	8,3333%	
Férias	8,3333%	
Abono de Férias	2,7777%	
Subtotal (b)	19,4443%	
Incidência Submódulo 3.1 (a)*(b) = (c)	6,6694%	7,7388%
Multa FGTS (d)	4,2998%	
Encargos Retidos (b) + (c)+(d) = (e) ²	30,4135%	31,4829%

¹ Variação percentual possível de acordo com a legislação.

² Somatório de encargos retidos.

Parágrafo primeiro - O provisionamento será feito mensalmente, mediante depósito em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, cujo saldo será remunerado pelo índice da caderneta de poupança ou outro definido com a instituição financeira, recaindo a opção sempre pelo de maior rentabilidade, na forma estabelecida pela Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013.

Parágrafo segundo – A **CONTRATADA** deverá providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em até 20 (vinte) dias a contar da notificação do **CONTRATANTE**, sob pena de multa e rescisão do contrato.

Parágrafo terceiro – Eventuais despesas com abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas pela **CONTRATADA** e integrarão os custos com taxa de administração, constante da proposta comercial da empresa.

Parágrafo quarto – Caso o banco promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – das despesas com abertura e manutenção da referida conta, o valor correspondente será retido do pagamento mensal devido à **CONTRATADA** e depositado na conta-depósito vinculada.

Parágrafo quinto – As parcelas correspondentes a férias e 13º salário serão liberadas ao longo da execução do contrato na medida em que os eventos ocorrerem.

Parágrafo sexto - Desde que diante de prova razoável de fatos alegados, a **CONTRATADA** poderá solicitar autorização do **CONTRATANTE** para movimentar os recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, diretamente para a conta corrente de trabalhador alocado na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam descritas no artigo 4º da Resolução CNJ n. 169/2013.

Parágrafo sétimo – A solicitação deverá ser apresentada, pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, com no mínimo 12 (doze) dias úteis de antecedência relativamente à data de vencimento da obrigação a ser adimplida, juntamente com todos os dados necessários à efetivação do pagamento direto, tais como: código de recolhimento (se for o caso), nome completo do beneficiário (sem abreviaturas), números de CPF, das carteiras de identidade e do trabalho, da instituição financeira, da agência e da conta corrente que receberá o depósito.

Parágrafo oitavo – Todas as informações necessárias à movimentação requerida, devidamente revisadas pela **CONTRATADA**, deverão ser apresentadas, ao protocolo do **CONTRATANTE**, em documento impresso e assinado pelo representante legal da **CONTRATADA**. Cópias eletrônicas daquele documento, integradas por planilhas com extensões “csv” ou “xls” deverão ser encaminhadas aos endereços eletrônicos dos gestores nomeados pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono – A movimentação de recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, diretamente para a conta corrente de trabalhador alocado na execução do contrato será realizada a pedido, sob exclusiva e integral responsabilidade da **CONTRATADA**.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DEZESSEIS – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA DEZESSETE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

- a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

Parágrafo único – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DEZOITO – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DEZENOVE – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA VINTE – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo primeiro - A fiscalização poderá proceder com ação de orientação geral e controle da execução contratual, tais como:

- a) Solicitar à **CONTRATADA** e aos seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- c) Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou o não cumprimento do Contrato;

d) Fiscalizar o cumprimento de suas determinações quanto aos salários, mediante exame da carteira de trabalho, previdência social e função profissional, a qual, quando solicitada, deverá ser encaminhada ao **CONTRATANTE**;

e) Encaminhar à Secretaria de Administração os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

Parágrafo segundo - O gestor do contrato solicitará à **CONTRATADA** que seus empregados verifiquem, por amostragem, se as contribuições previdenciárias estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio de senha própria fornecida pela **CONTRATADA** para acesso, via Internet, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil. Ao final de um ano, todos os empregados terão seus extratos avaliados.

Parágrafo terceiro - Mensalmente, por ocasião do recebimento dos serviços prestados, a unidade competente promoverá rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de Contrato da prestação dos serviços, e encaminhará para pagamento da fatura apenas após a **CONTRATADA** comprovar a quitação das obrigações sociais e trabalhistas.

Parágrafo quarto - A fiscalização dos serviços realizados durante as viagens será efetuada por meio da análise documental, não havendo necessidade de acompanhamento do servidor do **CONTRATANTE**, custo que se tornaria desnecessário.

Parágrafo quinto - A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VINTE E UM – Está expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do contrato e participação de cooperativa, devi características do serviço que o compõe.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA VINTE E DOIS – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Johaness Eck

Diretor Geral

Portaria n. 89/2018

Pela **CONTRATADA**

Carlos Alexandre Martins Hoff

ANEXO A-I DO CONTRATO Nº 23/2022, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE ESTOCAGEM E CARREGAMENTO DE BENS, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 04338/2021).

PLANILHA HORAS ÚTEIS

	Dias da Semana					Segunda a Sexta
	Nº de Segundas a Quintas	Nº de Sextas	Nº de Sábados	Nº de Domingos e Feriados	Nº de Feriados Forenses	44 horas semanais
mai/22	18	4	4	5	0	194
jun/22	17	4	4	5	0	185
jul/22	16	5	5	5	0	184
ago/22	18	4	4	4	1	194
set/22	16	5	4	5	0	184
out/22	16	4	5	6	0	176
nov/22	15	4	4	6	1	167
dez/22	17	5	5	4	0	193
jan/23	18	4	4	5	0	194
fev/23	14	4	4	5	1	154
mar/23	18	5	4	4	0	202
abr/23	14	2	5	7	2	142
Total de horas anuais						2169

ANEXO A-II DO CONTRATO Nº 23/2022, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE ESTOCAGEM E CARREGAMENTO DE BENS, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 04338/2021).

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

POSTO DE TRABALHO	Salário base	Adicional por acúmulo de função	Adicional Insalubridade	Adicional noturno	Adic.Risco de Vida	Total
Estoquista (Almoxarife)	1.901,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.901,53
Carregador	1.287,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.287,96
Supervisor	2.575,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.575,92

MÓDULO 2 BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENSAIS

POSTO DE TRABALHO	CÁLCULO DO VALE TRANSPORTE				VALE ALIMENTAÇÃO	
	Valor dia	Dias mês	Part	V Transp	Unit	Total
Estoquista (Almoxarife)	11,00	21,00	114,09	116,91	35,00	735,00
Carregador	11,00	21,00	77,27	153,73	35,00	735,00
Supervisor	11,00	21,00	154,55	76,45	35,00	735,00

TOTAL DO MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENSAIS

POSTO DE TRABALHO						Total
Estoquista (Almoxarife)						851,91
Carregador						888,73
Supervisor						811,45

MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS

POSTO DE TRABALHO		ESTOQUIST			CARREGADOR			SUPERVISOR		
UNIFORME		MASCULINO/FEMININO			MASCULINO/FEMININO			MASCULINO/FEMININO		
Peça		Qtd	Unitário	Total	Qtd	Unitário	Total	Qtd	Unitário	Total
CALÇA SOCIAL COR PRETA		4	30,00	120,00						
CALÇA JEANS COR AZUL		4	30,00	120,00						
GRAVATA MASCULINA		4	10,00	40,00						
CAMISA SOCIAL AZUL MARINHO		4	30,00	120,00						
CAMISA DE GOLA POLO NA COR PRETA		6	30,00	180,00						
PAR DE SAPATOS MASCULINOS EM COURO ECOLÓGICO		4	50,00	200,00						
BOTA DE SEGURANÇA		2	30,00	60,00						
MEIA SOCIAL PRETA		4	2,50	10,00						
CINTO DE COURO PRETO		4	10,00	40,00						
CALÇA SOCIAL FEMININA		4	30	120						
CAMISA OU BLUSA		6	30	180						
SAPATO FEMININO		4	30	120						
CINTO DE COURO					4	10,00	40,00			
CALÇA JEANS AZUL MARINHO					6	30,00	180,00			
CAMISA POLO COR AZUL MARINHO					8	30,00	240,00			
BOTA DE SEGURANÇA					4	30,00	120,00			
MEIA EM AGODÃO BRANCA					4	2,50	10,00			
PROTETOR LOMBAR					4	45,00	180,00			
LUVAS DE SEGURANÇA MARCA IRWIN OU SIMILAR					2	40,00	80,00			
TERNO COMPLETO(PALETÓ/BLAZER E CALÇA)								4	190,00	760,00
CAMISA SOCIAL AZUL CARO								6	30,00	180,00
CINTO DE COURO ECOLÓGICO								4	10,00	40,00
PAR DE SAPATOS SOCIAL DE COURO PRETO								4	50,00	200,00
PAR DE MEIAS SOCIAL								4	2,50	10,00
GRAVATA								4	10,00	40,00
CONJUNTO SOCIAL FEMININO (BLAZER/CALÇA COMP)								4	87,41	349,64
CAMISA SOCIAL FEMININA								4	50,00	200,00
SAPATO FEMININO								4	50,00	200,00
TOTAL				1.310,00			850,00			1.979,64
VALOR MENSAL POR PROFISSIONAL (1/12)				109,16			70,83			164,97

MÓDULO 4 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS			
Item	Título	RAT AJUSTADO 0,5% A 6%	
		Empresa	
SUBMÓDULO 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS			
A	PREVIDÊNCIA SOCIAL	20,0000	20,0000
B	SESI / SESC	1,5000	1,5000
C	SENAI / SENAC	1,0000	1,0000
D	INCRA	0,2000	0,2000
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5000	2,5000
F	F G T S	8,0000	8,0000
G	R A T (1%, 2% ou 3%) * F A P (0,5 a 2,0)	0,5000	3,1500
H	SEBRAE	0,6000	0,6000
SUBMÓDULO 4.1 - Total		34,3000	36,9500
SUBMÓDULO 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias			
A	13º Salário	8,3333	8,3333
B	Adicional de Férias	2,7777	2,7777
C	Incidência SM 4.1	3,8110	4,1055
SUBMÓDULO 4.2 - Total		14,9220	15,2165
SUBMÓDULO 4.3 - Afastamento Maternidade			
A	Afastamento Maternidade	0,0280	0,0280
B	Incidência SM 4.1	0,0096	0,0103
SUBMÓDULO 4.3 - Total		0,0376	0,0383
SUBMÓDULO 4.4 - Provisão para Rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado	0,1600	0,1600
B	Incidência FGTS s/A (API)	0,0128	0,0128
C	Multa (FGTS + CS) s/A (API)	0,0001	0,0001
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,1055	0,1055
E	Incidência SM 4.1 s/D (APT)	0,0361	0,0389
F	Multa (FGTS+CS) s/D (APT)	0,0042	0,0042
SUBMÓDULO 4.4 - Total		0,3186	0,3214
SUBMÓDULO 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
A	Férias	8,3333	8,3333
B	Ausência por Doença	0,4583	0,4583
C	Licença Paternidade	0,0359	0,0359
D	Ausências Legais	0,0277	0,0277
E	Acidente de Trabalho	0,0008	0,0008
F	Indenização Adicional	0,0833	0,0833
G	Incidência SM 4.1	3,0662	3,3031
SUBMÓDULO 4.5 - Total		12,0054	12,2423
4.6 - Multa de FGTS e Contribuição Social			
A	Remuneração	3,6000	3,6000
B	Férias + Adicional de Férias	0,3999	0,3999
C	13º Salário	0,2999	0,2999
SUBMÓDULO 4.6 - Total		4,2998	4,2998
Total		65,8834	69,0683
Observação: Ao final da última prorrogação devem ser pagos 23,33% (7/30 x 100) da folha de pagamento a título de Aviso Prévio Trabalhado do Término do Contrato, se ocorrer o desembolso			

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
REGIME		LUCRO REAL	
LUCRO		0,270%	
DESPESA		0,250%	
TRIBUTO	ALÍQUOTA	PARTIC	PERCENT
PIS	0,43%	De acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED	0,430%
COFINS	1,96%	De acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED	1,960%
ISS	5,00%	100%	5,000%
SOMA TRIB			7,390%
BDI		8,540%	

REGIME		LUCRO PRESUMIDO	
LUCRO		10,000%	
DESPESA		5,000%	
TRIBUTO	ALÍQUOTA	PARTIC	PERCENT
PIS	0,65%	100%	0,650%
COFINS	3,00%	100%	3,000%
ISS	5,00%	100%	5,000%
SOMA TRIB			8,650%
BDI		26,430%	

ANEXO A-III DO CONTRATO Nº 23/2022, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE ESTOCAGEM E CARREGAMENTO DE BENS, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 04338/2021).

PLANILHA RESUMO (LUCRO REAL)

POSTO DE TRABALHO	QHS	QPT	MOD1	MOD2	MOD3	MOD4	MOD5	VUM	VUA	VHS(*)	VTM	VTA
						69,0683	8,54%					
ESTOQUISTA	44	4	1.901,53	851,91	109,16	1.313,35	356,62	4.532,57	54.390,84	25,0765	18.130,28	217.563,36
CARREGADOR	44	6	1.287,96	888,73	70,83	889,57	267,90	3.404,99	40.859,88	18,8381	20.429,94	245.159,28
SUPERVISOR	44	1	2.575,92	811,45	164,97	1.779,14	455,30	5.786,78	69.441,36	32,0154	5.786,78	69.441,36
TOTAL		11									44.347,00	532.164,00

LEGENDA	
QHS	Quantidade de Horas Semanais - Jornada de trabalho
QPT	Quantidade de Postos de Trabalho
MOD1	Remuneração
MOD2	Benefícios Mensais e Diários
MOD3	Insumos Diversos
MOD4	Encargos Sociais e Trabalhistas
MOD5	Custos Indiretos
VUM	Valor Unitário Mensal
VUG	Valor Unitário Global
VHS	Valor da Hora de Serviço
VTM	Valor Total Mensal
VTG	Valor Total Global

(***) Valor anual estimado para ressarcimento de assist. Odontológica	1.403,16
(***) Valor anual estimado para ressarcimento de plano de saúde	21.129,24
Previsão para ressarcimento de auxílio funeral	303,60
VALOR GLOBAL ESTIMADO	555.000,00

(*) Valor da Hora de Serviço resultante da divisão do valor unitário anual dos postos de trabalho pelo total de horas úteis anuais, considerando os valores estimados atuais e o período de 01 de maio de 2022 a 30 de abril de 2023. O valor a ser praticado no primeiro ano de vigência do contrato será o resultante dos valores da proposta vencedora e o período de 12 (doze) meses contados a partir do dia da assinatura do contrato.

(**) O valor anual estimado para ressarcimento de benefícios indiretos Assistência Odontológica, Plano de Saúde, Seguro Saúde e Auxílio Funeral corresponde ao valor do benefício previsto na convenção coletiva de trabalho, multiplicado pela quantidade de postos de trabalho e pelo número de meses de vigência do contrato.

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PLANILHA
1) Preencher os dados somente na MEMÓRIA DE CÁLCULO, pois está vinculada com a PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO;

ANEXO B DO CONTRATO Nº 23/2022 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 09/2022 - Processo Administrativo/CNJ n. 04338/2021).

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E DE SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.921.066/0001-82, neste ato representada por **Carlos Alexandre Martins Hoff**, inscrito no CPF nº 713.051.730-15, declaro:

Ter recebido, neste ato, cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça";

Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível;

Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula (s) contratual(ais).

Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas citadas acima, estando sujeitas a não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

(datado e assinado eletronicamente)

ANEXO C DO CONTRATO Nº 23/2022 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 09/2022 - Processo Administrativo/CNJ n. 04338/2021).

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº24.921.066/0001-82, nesse ato representada por **Carlos Alexandre Martins Hoff**, inscrito no CPF nº 713.051.730-15, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo CNJ, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do **CNJ**, comprometendo-se a **CONTRATADA** a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução de suas funções no Conselho, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – A **CONTRATADA** reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – A **CONTRATADA** assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade no **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA – A **CONTRATADA** obriga-se a informar ao **CNJ** imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre A **CONTRATADA** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA OITAVA – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA NONA – A **CONTRATADA** compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA**, em papel timbrado da **CONTRATADA**, conforme modelo anexo.

CLAUSÚLA DEZ – A celebração do **TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE** e da **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA** não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.

CLÁUSULA ONZE – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

(datado e assinado eletronicamente)

ANEXO D DO CONTRATO Nº 23/2022 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 09/2022 - Processo Administrativo/CNJ n. 04338/2021).

Declaração de Ciência do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
Identificação do Contrato	
Nº do contrato	
Empresa contratada	
CNPJ	
Objeto da contratação (resumido)	
Vigência da contratação	
O (s) funcionário (s) e funcionária (s) abaixo qualificado (s) e qualificada (s) declara (m) ter pleno conhecimento do teor do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO CNJ firmado pela EMPRESA CONTRATADA, e assume (m) a obrigação de cumpri-lo em sua integralidade, sob pena de responsabilização, na forma da lei.	
Observações (se houver):	
E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, a presente DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA é assinada pela (s) parte(s) declarante(s) em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito	
Brasília (DF), ____/____/____.	
Identificação da (o) declarante	
Nome:	
Identidade:	
CPF:	
Função:	
Assinatura:	
Observação: Este termo deve ser impresso em papel timbrado da CONTRATADA	



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COELHO MATIAS, ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 26/05/2022, às 13:53, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALEXANDRE MARTINS HOFF, Usuário Externo**, em 26/05/2022, às 14:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK, DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 26/05/2022, às 14:28, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj) informando o código verificador **1327108** e o código CRC **3BD45783**.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça***PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 98, DE 25 DE MAIO DE 2022**

Dispõe sobre designação de gestores do Contrato nº 23/2022.

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, com fundamento na Portaria nº 112 de 4 de junho de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 04338/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **Stanlei Carvalho Silva**, matrícula nº 1180, e **Leonardo Zanotelli Lemos**, matrícula nº 1241, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 23/2022, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a SOLLO Construções e Serviços LTDA, cujo objeto é a contratação de serviços de apoio administrativo na área de estocagem e carregamento de bens, a serem executados por meio de postos de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

JOHANESS ECK

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK, DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 26/05/2022, às 14:28, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj) informando o código verificador **1327109** e o código CRC **2707ABB6**.

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2022 - UASG 10001

Nº Processo: 747.990/2021. Objeto: Fornecimento de café em pó, categoria superior, pelo período de 12 (doze) meses.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 27/05/2022 das 09h00 às 17h59. Endereço: Camara Dos Deputados Edif. Anexo 1 - 14 Andar, Zona Cívico-administrativa - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/10001-5-00053-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 27/05/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/06/2022 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as do Edital. O Edital está disponível também no site www.camara.leg.br.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Presidente da Cpl

(SIASGnet - 25/05/2022) 10001-00001-2022NE000291

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato CT2022/0074. Processo: 200.008200/2020-14. Celebrado com a empresa MH TECNOLOGIA LTDA. CNPJ: 02.688.984/0001-70. Modalidade: Pregão Eletrônico 017/2022. Objeto: Fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para a nova central de geração de energia elétrica de emergência para o Senado Federal, por meio do regime de empreitada integral, compreendendo a aquisição de equipamentos, execução de serviços de infraestrutura e assistência técnica pelo período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos. (Item 01). Valor Global: R\$12.820.000,00. Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664. Natureza de Despesa 449051 e 449052. Notas de Empenhos nºs 2022NE001702, 2022NE001703 e 2022NE001704, de 19/05/2022. Vigência: início: 26/05/2022 - final: 25/05/2027. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: João Rodrigues Martins Neto.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Espécie: Termo de Credenciamento nº TCR20220031. Processo: 200.001579/2022-95. Celebrado entre o SENADO FEDERAL (CREDECIANTE - CNPJ nº 00.530.279/0001-15), e a FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO S/S LTDA (CREDECIADA - CNPJ: 00.612.008/0001-09). Modalidade: Não se aplica. Objeto: Prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar nas especialidades constantes dos objetivos da credenciada e descritas em seu contrato social aos Senadores e seus dependentes, ex-Senadores e cônjuges, bem como aos beneficiários do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS). Programa de Trabalho: 01.301.0034.2004.5664. Vigência: início: 25/05/2022 - final: 16/12/2024. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela Credenciada: Luciano Romancini Noronha.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica AC2022/0100. Processo: 200.005755/2022-68. Celebrado com a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE - MG. CNPJ: 21241542/0001-26. Data da assinatura: 26/05/2022. Modalidade: Não aplicável. Objeto: Estabelecer e regular a participação da CÂMARA na implementação de ações de modernização pelo ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes. Vigência: início: 26/05/2022 final: 25/05/2027. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pelo ILB: Leonardo Augusto de Andrade Barbosa, Diretor-Executivo, pela Câmara: Vinicius Resende Espindula, Presidente.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 02º Termo Aditivo ao Contrato CT2020/0131, celebrado com a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 78.533.312/0001-58. Processo: 200.001683/2022-80. Data da Assinatura: 23/05/2022. Objeto: Acresce em 18,06668% ao valor mensal original do contrato, referente ao Item nº 01 - prestação de serviços de mão de obra (equipe de dedicação exclusiva), correspondente a R\$ 65.836,90, passando de R\$ 364.190,99 para R\$ 430.027,89, a vigorar a partir de 01 de agosto de 2022. Programa de Trabalho Resumido: 01.031.003.4406.5664. Natureza de Despesa 339037. Nota de Empenho nº 2022NE000738, de 09/02/2022. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: Rafael Beda Gualda.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2022 - UASG 20001

Nº Processo: 00200.002535/2022. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recepcionista e supervisor(a) nas dependências do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com as quantidades, periodicidade, especificações, obrigações e demais condições do edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 27/05/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Copeli - Senado Federal, Via N2, Bloco 16, Cep 70.165-900, Zona Cívico-administrativa - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/20001-5-00061-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 27/05/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/06/2022 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes do edital prevalecerão as últimas. .

PAULA PARENTE CANTUARIA RAMOS
Pregoeira

(SIASGnet - 26/05/2022) 20001-00001-2022NE000003

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2022 - UASG 20001

Nº Processo: 00200.001986/2022. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de de locação de 2 (duas) empilhadeiras (veículo para movimentação de carga) movidas a GLP, manutenção, fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento, incluindo fornecimento de gás GLP, durante 12 (doze) meses consecutivos, para Secretaria de Patrimônio do Senado Federal, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 27/05/2022 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30. Endereço: Copeli - Senado Federal, Via N2, Bloco 16, Cep 70.165-900,, Zona Cívico-administrativa - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/20001-5-00060-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 27/05/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/06/2022 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes do edital prevalecerão as últimas. .

JANIO DE ABREU
Pregoeiro

(SIASGnet - 26/05/2022) 20001-00001-2022NE000003

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO**
PREGÃO Nº 16/2022

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 002201/2021. , publicada no D.O.U de 03/05/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços para realização de testes hidrostáticos em cilindros de gás inerte para sistema automático de extinção de incêndio, incluídos transportes e recarga do gás após os procedimentos de teste Novo Edital: 27/05/2022 das 09h00 às 17h59. Endereço: Praça Dos Tres Proderes - Ed. Sede - 2. Andar BRASÍLIA - DF Entrega das Propostas: a partir de 27/05/2022 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/06/2022, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCELLO DOS SANTOS LOPES
Pregoeiro

(SIDE - 26/05/2022) 040001-00001-2022NE000001

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato n. 23/2022, firmado entre o CNJ e a Sollo Construções e Serviços LTDA. CNPJ: 24.921.066/0001-82. Processo SEI n. 04338/2021. Objeto: contratação de serviços de apoio administrativo na área de estocagem e carregamento de bens, a serem executados por meio de postos de trabalho. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico n. 09/2022. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R\$ 555.000,00. Programa de Trabalho: 167502. Natureza de Despesa: 3.3.90.37. Data da Assinatura: 26/05/2022. Vigência: 12 (doze) meses a contar da assinatura. Signatários: pelo CNJ, Johanness Eck - Diretor-Geral, pela Contratada, Carlos Alexandre Martins Hoff - Sócio.

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Termo de Cooperação Técnica n. 021/2022 firmado entre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Processo: SEI n. 03276/2022. Objeto: estabelecimento de parceria entre CNJ e ENFAM, visando fomentar a cultura da inovação albergada pela política judiciária prevista na Resolução CNJ nº 395, de 7 de junho de 2021, assumindo a ENFAM e o CNJ o papel de incubadoras de projetos de aprimoramento da atividade jurisdicional. Data da Assinatura: 26/05/2022. Signatários: pelo CNJ, Ministro Luiz Fux - Presidente; pela ENFAM, Ministro Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes - Diretor-Geral.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA DO TRIBUNAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2022 - UASG 070001 - TSE**

Número do Contrato: 28/2022.
Nº Processo: 2022.00.000002640-4.
Pregão. Nº 58/2021. Contratante: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. Contratado: 30.350.032/0001-88 - FACILMOVA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI. Objeto: Prorrogar o contrato pelo período de 24/05/2022 a 22/08/2022, sem acréscimos do valor contratado, retificado mediante 1º termo de rerratificação, para execução dos itens 5 e 6 do contrato.. Vigência: 24/03/2022 a 24/05/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 991.600,00. Data de Assinatura: 24/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 24/05/2022).

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

1º termo de rerratificação ao contrato-tse nº 9/2021 tem por escopo corrigir a descrição do posto de trabalho registrado nas tabelas das cláusulas segunda do 1º, 2º e 3º termo aditivo (documentos sei nos 1785526, 1988539 e 2039122) de modo que, onde se lê "operador de áudio cbo: 3731-05, 30 horas semanais de 2ª a 6ª feira", leia-se "posto de trabalho de operação de pabx - 36 h - cbo 4222-05"..

(COMPRASNET 4.0 - 26/05/2022).'

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Termo de rerratificação-tse nº 1/2022 tem por escopo corrigir o valor contratado, retirando as quantias e os valores atinentes ao item 3 - licença perpétua dos serviços de scanner..

(COMPRASNET 4.0 - 26/05/2022).'

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Termo de rerratificação-tse nº 1/2022 tem por escopo corrigir o valor contratado, retirando as quantias e os valores atinentes ao item 3 - licença perpétua dos serviços de scanner..

(COMPRASNET 4.0 - 26/05/2022).'





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA DE PROFISSIONAIS ESTATÍSTICOS (CBO 2112-05), BEM COMO EPI, QUANDO NECESSÁRIOS, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA M V R SERVIÇOS EIRELI. (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8514955-63.2021.8.06.0000).

CT N.º 25/2022

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambé em Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente, Des. Maria Nailde Pinheiro Nogueira e por sua Secretária de Gestão de Pessoas Vlândia Santos Teixeira, e a empresa, **M V R SERVIÇOS EIRELI.**, com endereço na Rua Onze, Nº 2, Quadra 21, Bairro Residencial Primavera, São Luis/MA, inscrita no CNPJ sob o número 07.867.775/0001-08, representada neste ato por Rícael Pereira Souza, portador da carteira de identidade nº [REDAZIDA], daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, que se regerá pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da licitação realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico n. 03/2022, devidamente homologada pela Exma. Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e da Lei Federal n. 8.666/1993, com suas alterações e atualizações posteriores, e o processo administrativo nº 8514955-63.2021.8.06.0000.

PARÁGRAFO ÚNICO – REGIME DE CONTRATAÇÃO

A execução da presente avença será indireta, segundo o regime de execução por preço unitário, nos termos dos art. 6º, VIII, "b" da Lei n. 8.666/93, sendo originário da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, sob o número 03/2022.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de natureza continuada com fornecimento de mão de obra exclusiva de profissionais estatísticos (CBO 2112-05), bem como EPI, quando necessários, sob regime de empreitada por preço unitário.

PARÁGRAFO ÚNICO – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Os documentos constantes do Processo Administrativo nº 8514955-63.2021.8.06.0000 integram o presente Termo de Contrato como se nele estivessem transcritos, cujos teores consideram-se



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativa ao objeto contratual, especialmente quanto a(ao):

1. Termo de Referência;
2. Edital e demais anexos do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2022; e,
3. Proposta da CONTRATADA, no que couber.

A prestação do objeto obedecerá ao estipulado neste Termo de Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Instrumento, no que não o contrarie.

Cláusula Terceira – Das Obrigações das Partes

São obrigações das partes neste Termo de Contrato:

§ 1º DO CONTRATANTE:

- I. O CONTRATANTE obrigar-se-á a fiscalizar, durante a execução do contrato, periodicamente, o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, de todos os empregados terceirizados, titulares e substitutos, em especial:
- II. Cumprimento da convenção coletiva de trabalho, legislação trabalhista vigente e jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho;
- III. Anotações na carteira de trabalho dos empregados alocados na prestação de serviço, durante a vigência do contrato (titulares e substitutos), para comprovar o registro profissional, o valor do salário e o cumprimento de obrigações trabalhistas;
- IV. Pagamento de todas as verbas de natureza salarial - salário mensal, férias e 13º salário e todas as verbas rescisórias; fornecimento de vale-alimentação e vale-transporte;
- V. Realização de exames médicos obrigatórios, a exemplo dos exames admissionais e demissionais;
- VI. Examinar, mensalmente e por amostragem, comprovantes individuais de depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e recolhimento das contribuições previdenciárias;
- VII. Indicar os locais onde deverão ser prestados os serviços;
- VIII. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA as suas dependências para execução das atividades referentes ao objeto deste contrato;
- IX. Fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;
- X. Solicitar a imediata retirada do local e ou a substituição de profissional da CONTRATADA que estiver sem o crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- XI. Notificar a empresa CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- XII. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com as condições estabelecidas em Contrato;
- XIII. Fiscalizar a realização dos serviços, através de sua unidade competente, podendo em decorrência, solicitar à CONTRATADA a substituição de quaisquer dos profissionais que estiver prestando os serviços objeto deste contrato;
- XIV. Aplicar as penalidades previstas em Contrato, na hipótese de inadimplência da CONTRATADA no cumprimento de suas obrigações, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao Poder Judiciário cearense;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

XV. Estabelecer reuniões, quando solicitadas pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos por parte do gestor e fiscal do contrato;

XVI. Glosar da fatura, em caso de não substituição dos profissionais quando de suas ausências, os custos relativos a estes, no período de seu afastamento, assim como aplicar as devidas sanções conforme estabelecido no item 13 do Termo de Referência;

XVII. Efetuar o pagamento das faturas da CONTRATADA até o 30º dia útil após a apresentação da Nota Fiscal dos serviços;

XVIII. Solicitar retificação de faturamento/nota fiscal que apresente incorreções à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida;

XIX. Devolver em até 15 dias úteis a escala de férias à CONTRATADA que poderá solicitar explicações formais das alterações processadas, sendo obrigatória a aceitação, por parte da contratada, de todas aquelas que estejam fundamentadas com o plano de trabalho da área onde o funcionário estiver lotado e que visem a evitar que as atividades do TJCE sofram solução de continuidade.

§ 2º DA CONTRATADA

I. Manter, durante todo o período de duração do contrato, uma base de apoio na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com toda a infraestrutura adequada, para atender às necessidades da CONTRATANTE no intercâmbio financeiro e de recursos humanos, devendo demonstrar essa condição em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, através de comprovantes de endereço usuais (contas de água, energia etc.);

II. Manter e disponibilizar para atendimento dos serviços ora contratados os profissionais em número e nas condições estabelecidas neste contrato, a critério das necessidades do CONTRATANTE;

III. Apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, a documentação exigida neste contrato;

IV. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, em número suficiente para que não haja interrupção dos mesmos, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais previstos na legislação vigente, atendendo os requisitos da função a ser exercida conforme descrito em contrato, certificando-os através de carta de apresentação com timbre da empresa, contendo no mínimo nome, CPF e data de início do exercício;

V. Os profissionais substitutos deverão ser empregados da contratada, regidos por relação jurídica instrumentalizada em contrato de trabalho, com registro em carteira ou instrumento equivalente legalmente admissível;

VI. Para apresentação dos colaboradores, se faz necessária a carta de apresentação, bem como a declaração negativa de acumulação de cargos e a declaração negativa de parentesco;

VII. Realizar o pagamento dos profissionais até o quinto dia útil do mês subsequente, na forma da legislação trabalhista;

VIII. Entregar até o último dia útil do mês anterior da prestação dos serviços, todos os vales-transporte, vales-alimentação e cestas básicas referentes ao mês subsequente.

IX. Assumir inteira responsabilidade por despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, vales-transportes, taxas, seguro acidente de trabalho, auxílio-alimentação, plano de saúde, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

objeto desta licitação, isentando o CONTRATANTE de qualquer vínculo empregatício com eles;

X. As rubricas referentes às verbas de férias, 1/3 constitucional de férias, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, e percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos serão retidas em conta vinculada, conforme a Resolução nº 169/2013, com alterações realizadas pela Resolução nº 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça;

XI. Creditar o pagamento referente às férias dos empregados terceirizados até 2 (dois) dias antes do início do seu gozo, conforme as normas previstas na CLT;

XII. Providenciar, na conveniência da Administração, a substituição de profissionais e a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto à prestação dos serviços contratados; apresentar, através de relatório mensal, parte integrante do processo de solicitação de pagamento, as ausências ocorridas por motivo de atraso, faltas, licenças ou férias, sem as devidas substituições, a fim de que sejam glosadas do faturamento;

XIII. Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

XIV. Prestar os serviços nas instalações designadas pelo Poder Judiciário cearense; executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a ser cometidas no desempenho de suas funções, podendo o Poder Judiciário cearense solicitar a substituição daquelas cujas condutas, a seu critério, sejam julgadas inconvenientes, ou não atendam às necessidades dos serviços;

XV. O empregado dispensado não poderá cumprir aviso prévio trabalhando nas unidades do Poder Judiciário cearense, salvo por decisão da Administração;

XVI. Assumir total responsabilidade pelos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, encargos com acidentes, indenizações e seguros, como também responder por danos e prejuízos que, por acaso, forem causados ao Poder Judiciário cearense;

XVII. Manter equipamentos eletrônicos para aferição de frequência em efetivo funcionamento e em quantidade adequada à força de trabalho empregada nas unidades do Poder Judiciário cearense;

XVIII. Solicitar o reajuste do contrato, quando da repactuação salarial das categorias e somente por motivo de acordo, convenção coletiva de trabalho ou vigência de Lei ou qualquer motivo legal que modifique a equação contratual, conforme previsto no art. 65 da Lei 8.666/93, até uma eventual prorrogação do contrato, sob pena de preclusão;

XIX. Disponibilizar crachá de identificação aos profissionais, confeccionado em PVC, de uso obrigatório durante a prestação dos serviços, contendo, no mínimo, foto, nome, função e unidade de lotação.

XX. Controlar a frequência de seus colaboradores, sendo que: Todas as despesas dos controles de frequência também serão de responsabilidade da CONTRATADA; Para efeitos de abono da frequência só serão consideradas as informações da empresa que justifiquem a impossibilidade de registro do ponto pelo colaborador terceirizado, sendo qualquer outra falta ao serviço glosada da fatura conforme levantamento mensal;

XXI. Nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento deles, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços, com jornada de, no mínimo, 20 horas semanais. Este encarregado terá a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao Gestor do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

XXII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, objeto desta licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento de execução dos referidos serviços.

XXIII. Assumir as responsabilidades de pagamentos de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem Federal, Estadual e Municipal, ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos Judiciais ou Extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência de celebração do contrato e da execução dos serviços previstos;

XXIV. Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE, a documentação referente ao pagamento, conforme modelo anexo ao Termo de Referência (anexo 1 do edital);

XXV. Apresentar com 60 (sessenta) dias de antecedência, escala anual de férias de seus funcionários, para a cada período de um ano, a partir da assinatura do contrato, para que o Poder Judiciário cearense proceda com os ajustes necessários, obedecendo à legislação trabalhista e à respectiva Convenção Coletiva; Observar o disposto no capítulo V, do título II, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/75, do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a legislação correlata em vigor a ser exigida;

XXVI. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais das normas disciplinares determinadas pelo Poder Judiciário cearense;

XXVII. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

XXVIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Poder Judiciário cearense;

XXIX. Instruir os seus profissionais, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Poder Judiciário cearense;

XXX. Promover, quando necessário e em comum acordo com o Poder Judiciário cearense, oportunidades de cursos e treinamentos para os profissionais;

XXXI. Adotar boas práticas de otimização de recursos e redução de desperdícios;

XXXII. Não subcontratar os serviços;

XXXIII. Utilizar, na execução dos serviços, empregados com condições físicas e de saúde compatíveis com as exigências das atividades, bem como com formação escolar mínima explicitada nos pré-requisitos de cada serviço, tendo a devida comprovação, quando for o caso, através de certificado de conclusão fornecido por órgão reconhecido pelo MEC; 11.34. Apresentar, na contratação, exames médicos admissionais, de todos os empregados, que atestem o bom estado físico e mental para o exercício das funções;

XXXIV. Entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão: guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; exames médicos demissionais dos empregados dispensados; quando da apresentação do último faturamento mensal, a CONTRATADA obrigar-se-á a apresentar, além de toda a documentação prevista no item anteriores, quitação de todas as obrigações trabalhistas, incluídos os encargos fundiários (FGTS) e previdenciários, relativas às competências compreendidas na vigência contratual. Ademais, o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, firmado perante o sindicato dos empregados terceirizados, nos termos do artigo 507-B da Consolidação das Leis do Trabalho;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

XXXV. Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos gerais de administração a que tenha acesso direta ou indiretamente por meio de seus empregados;

XXXVI. Constituir CIPA na forma da NR nº 5 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia no C-33.

XXXVII. Observar o disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213/91, que trata sobre a obrigatoriedade de contratação de pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência habilitadas;

XXXVIII. O terceirizado reabilitado ou deficiente dispensado deverá ser substituído por outro de condição semelhante;

XXXIX. No que se refere a terceirizados, a CONTRATADA obrigará-se ao cumprimento da Resolução n. 401, de 16 junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

XL. A CONTRATADA obrigará-se ao cumprimento da Resolução n. 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a retenção, em conta-depósito vinculada, de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

XLI. Providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em até 20 (vinte) dias a contar da notificação do contratante, em conformidade com a Resolução CNJ n. 169/2013.

Cláusula Quarta – Do Local, Do Prazo, Das Especificações e Condições de Execução dos Serviços

A CONTRATANTE atenderá à prescrições de local, de prazos, das especificações e das condições de execução dos serviços, nos termos definidos nesta cláusula.

I. Os serviços deverão estar disponíveis nas dependências do Poder Judiciário cearense, de segunda a sexta;

II. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades administrativas do contratante, e será determinada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, ficando qualquer outra alteração sujeita à prévia análise e aprovação dessa unidade;

III. A função objeto desta contratação, estatístico, classificada sob o código CBO 2112-05, é vinculada à Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do e o Sindicato da Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Ceará (MTE CE000173/2021);

IV. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

V. A critério da Administração, as atividades poderão ser desempenhadas de maneira remota, respeitado o item anterior, devendo a CONTRATADA manter o devido controle de frequência;

VI. Para melhor atendimento às necessidades dos serviços ou por determinação legal, o Poder Judiciário cearense poderá, a seu critério, interesse e conveniência, alterar os horários de prestação de serviços, respeitada a carga horária semanal estipulada, excepcionalmente, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusivo objeto do serviço;

VII. A critério da Administração, os serviços previstos para serem executados em horários fora do expediente normal serão compensados de segunda a sexta-feira, vedada a execução entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte;

VIII. Não será admitida a realização de horas extras, com exceção das situações previstas nesta cláusula;

IX. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas à Administração do TJCE, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes e necessárias ao caso;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- X. A gestão do contrato caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas, que é ordenadora de despesa, por meio do Serviço de Apoio à Gestão de Contratos (SGP), cabendo a fiscalização do mesmo à Secretaria de Planejamento e Gestão;
- XI. A CONTRATANTE se reserva no direito de suspender, total ou parcialmente, a prestação dos serviços durante o período de recesso forense, hipótese na qual serão glosados da fatura os dias de não prestação dos serviços;
- XII. Fica vedada a participação de consórcios de empresas, o que não implicará nenhum prejuízo à competitividade por não envolver objeto de alta complexidade ou vulto, sendo possível a execução por empresas que, isoladamente, preencherem os requisitos do edital.
- XIII. Fica vedada a participação de cooperativas, haja vista a submissão da mão de obra a ser contratada aos regulamentos do Poder Judiciário cearense, bem como o controle de frequência, restando, assim, configurada ausência de autonomia entre a Administração e cooperados, nos termos do artigo 10, inciso I da IN 5, de 26 de maio de 2017, da SEGES do Ministério da Economia;

A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais com capacidade para desenvolver suas atividades, conforme descrito abaixo:

Categoria: Estatístico

Requisitos exigidos:

- I. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Estatística, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC e registro ativo no Conselho de Estatística;
- II. Possuir conhecimento intermediário em informática (Power BI, Linguagem R Windows; suíte LibreOffice: Calc, Writer, Impress; suíte Office 365: Word, Excel, Power Point OneDrive; navegadores: Ms. Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome; correio eletrônico;
- III. Observar a disciplina e o bom costume no local de trabalho;
- IV. Possuir autocontrole, empatia e bom relacionamento no ambiente laboral;
- V. Ter senso de organização, disciplina, descrição, cortesia e disponibilidade para assimilação de novos conhecimentos e ferramentas de trabalho;
- VI. Demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades.

Descrição das atribuições:

- I. Prestar serviços especializados em Estatística, incluindo planejamento, orientação e execução de atividades relativas à aplicação prática dos fundamentos de estatística;
- II. Realizar levantamentos, controle estatístico e análises de dados, tais como acompanhamento de indicadores e metas das mais diversas áreas internas, desempenho de unidades administrativas e judiciais, dentre outras.;
- III. Auxiliar na validação e entrega de informações estatísticas ao público interno e externo;
- IV. Gerir e orientar a geração, o recebimento e a análise crítica dos dados estatísticos, bem como executar o cálculo dos indicadores de gestão e desempenho;
- V. Exercer outras atribuições inerentes à Classificação Brasileira de Ocupações – CBO respectiva.

Cláusula Quinta– Do preço, Prazo e Condições de Pagamento

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor máximo global anual de **R\$ 3.456.791,46 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos)**, referente aos serviços descritos no Anexo II, deste Termo de Contrato.

A CONTRATADA deverá observar, quanto aos prazos, custo e forma de pagamento, as seguintes diretrizes:

§ 1º Protocolar, no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, os processos de faturamento até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços.

§ 2º Efetuar o pagamento de seus empregados vinculados até o 5º (quinto) dia útil do mês



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

subsequente ao mês da prestação de serviço.

§ 3º Creditar o pagamento referente às férias dos empregados terceirizados até 2 (dois) dias antes do início do gozo das férias, conforme as normas previstas na CLT. O requerimento realizado pela contratada para pagamento direto na conta dos empregados a partir do resgate da conta vinculada, regulado pela Resolução nº. 169/2013 do CNJ, não transfere ao contratante a responsabilidade pelo cumprimento do prazo previsto neste item.

§ 4º Observar as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação de mão de obra terceirizada, conforme as disposições contidas na Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.

§ 5º As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS/SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIOEDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagos pelo TJCE à CONTRATADA, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.

§ 6º O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação: férias e 1/3 constitucional, 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

§ 7º Os valores provisionados para o atendimento do item anterior serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

§ 8º Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados neste item, a serem depositados em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA.

§ 9º Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido em acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

§ 10º Para resgatar os recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas objeto de retenção.

§ 11 O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, nos termos do art. 14 da Resolução 169/2013 do CNJ;

§ 12 Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos do contrato, por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual 12.1.4.9. Se, após os pagamentos das verbas trabalhistas, inclusive as rescisórias, restar valor na conta-depósito, o montante deverá ser transferido para a CONTRATADA na forma prevista pela Resolução que rege este pacto; nos casos em que não houver desligamento e, portanto, não houver a extinção do respectivo contrato de trabalho, deve ser observado o procedimento e comprovações exigidas no artigo 7º, c/c os artigos 12 e 14, todos da Resolução CNJ 169/2013.

§ 13 A CONTRATADA não poderá condicionar, em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, os pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados – salários, vales-alimentação, repactuação salarial ou das diferenças retroativas, quando houver – ao recebimento de suas faturas junto ao TJCE.

§ 14 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços, relativa aos serviços efetivamente executados, acompanhada dos documentos abaixo enumerados:

- I. Folha de pagamento do mês anterior ao da fatura;
- II. Comprovante de entrega dos vales-transporte, cesta básica e vales-alimentação dos empregados envolvidos na execução dos serviços, referentes ao mês posterior ao da



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

fatura, a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção/Dissídio Coletivo de Trabalho;

III. obrigada por força de lei ou de Convenção/Dissídio Coletivo de Trabalho;

IV. Comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregado, de forma individualizada, e do empregador), relativo aos empregados envolvidos na execução do objeto do Contrato, referente ao mês anterior ao da fatura;

V. Contrato, referente ao mês anterior ao da fatura;

VI. Recolhimento devido ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de forma individualizada, do pessoal envolvido no Contrato, relativo ao mês anterior ao da fatura;

VII. GFIP/SEFIP correspondentes as guias de recolhimento do INSS e FGTS, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, que conste como tomador o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

VIII. Comprovante de recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), dos empregados colocados à disposição deste Órgão, se houver, relativo ao mês anterior ao da fatura

IX. Certidão de Regularidade do FGTS, atualizada;

X. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, atualizada;

XI. Certidões Negativas de Débitos Estaduais e Municipais do domicílio ou sede da CONTRATADA, atualizadas;

XII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), atualizada; outros documentos que comprovem a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA;

XIII. Crítica de retorno bancário, ou comprovante de depósito, discriminando o nome de cada um dos empregados e o respectivo valor do salário; Atesto emitido pelo fiscal do contrato acerca dos serviços prestados do mês anterior ao da fatura, que no presente caso será a Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça; e planilha demonstrando os valores a serem pagos, com os respectivos valores dos impostos (INSS, ISS e IR), assim como as retenções a serem realizadas em conta vinculada.

§15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

no qual i = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

Cláusula Sexta – Da Repactuação e dos Recursos Orçamentários

O preço ofertado em função da taxa de administração será irrevogável;

I. Os salários serão reajustados no mesmo percentual que for determinado pela Convenção Coletiva dos Empregados em Empresa de Asseio e Conservação, observadas, no que couber e quando houver, as leis específicas da respectiva categoria;

II. Haverá reajuste do valor do vale-alimentação conforme indicado pela convenção de trabalho aplicável;

III. O reajuste dos valores de vales-transporte acontecerá de acordo com as alterações legais das tarifas do Município do Fortaleza;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

IV. Deverá ser observado o interregno mínimo de 01 (um) ano das datas dos orçamentos para os quais a proposta se referir para haver repactuação, além da necessária justificação, de forma analítica, da variação dos componentes dos custos do contrato;

V. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria;

VI. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada da demonstração analítica de alteração dos custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços e da nova convenção, acordo ou dissídio coletivo que fundamente as repactuações. Em todo caso, o CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA;

VII. A CONTRATADA poderá exercer o seu direito à repactuação contratual a partir da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação em tempo hábil, havendo prorrogação do contrato sem qualquer ressalva nesse sentido, ocorrerá preclusão do seu direito de repactuar.

VIII. Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU, tendo como fontes os Recursos Ordinários e os Recursos Diretamente Arrecadados, de outras fontes e do tesouro não destinados à contrapartida, nas seguintes dotações orçamentárias:

04100011.02.122.211.20012.15.33903700.1.00.00.0.20 (00147)
04100011.02.122.211.20012.15.33903700.1.01.00.0.20 (-)
04200011.02.122.211.20009.15.33903700.2.70.00.1.20 (00217)
04200011.02.122.211.20009.15.33903700.6.70.00.1.20 (-)
04100011.02.122.512.20147.15.33903700.1.00.00.0.20 (00176)
04100011.02.122.512.20147.15.33903700.1.01.00.0.20 (-)
04200011.02.122.512.20539.15.33903700.2.70.00.1.20 (00220)
04200011.02.122.512.20539.15.33903700.6.70.00.1.20 (-)

IX. Nenhuma contratação será efetuada sem a prévia indicação da disponibilidade orçamentária.

Cláusula Sétima – Da Fiscalização e Do Gerenciamento

I. A execução do contrato será acompanhada por um representante da Administração, definido como Gestor do Contrato, que, no presente caso, será a Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio de seu Serviço de Apoio à Gestão de Contratos (SGP);

II. A fiscalização do contrato caberá a Superintendência da Área Judiciária, devendo zelar pela boa prestação dos serviços, comunicando ao setor competente qualquer ocorrência que possa prejudicar o regular andamento do contrato.

III. O contrato será acompanhado pelo Gestor do Contrato e sua execução fiscalizada pelos fiscais do contrato, conforme o estabelecido no modelo de Avaliação dos Serviços da CONTRATADA, constantes no Anexo III deste Termo, dentro dos seguintes critérios:

IV. Desempenho excelente: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 90% e 100%; Desempenho ótimo: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 70% e 89%;

V. Desempenho bom: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 50% e 69%;

VI. Desempenho regular: quando a contratada obtiver, ao final de 04 meses, conceito final acumulado entre 30% e 49%;

VII. Desempenho crítico ou ruim: quando a contratada obtiver conceito final acumulado menor que 30%.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

VIII. O representante anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

IX. As atribuições de fiscal serão absorvidas pelo Gestor do termo de contrato até a data de publicação da portaria de designação dos fiscais;

X. As regras relativas à atuação de fiscais e gestores de contratos serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade desses profissionais contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução deste Termo de Contrato.

Cláusula Oitava – Dos Critérios de Recebimento e Aceitação Dos Serviços

Os serviços somente serão recebidos pelo CONTRATANTE após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Contrato, documentos e orçamento dele integrante, desde que atingido o fim que se destinam, com eficácia e qualidade requerida.

§ 1º O recebimento e a aceitação dos serviços de manutenção mensal dar-se-ão da seguinte forma:

I. Provisoriamente:

a)

II. Definitivamente:

a)

§ 2º O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades devido a vício/defeitos na realização dos serviços executados, defeitos de fabricação de materiais aplicados, ou ainda, no quantitativo de insumos utilizados.

Cláusula Nona – Da Garantia Contratual

A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no ato da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco) por cento do valor anual atualizado do contrato, em quaisquer das modalidades previstas no §1º, do Art. 56 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

III. As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;

IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

§ 2º A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados neste documento, observada a legislação que rege a matéria.

§ 3º A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em instituição bancária indicada pelo CONTRATANTE, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

§ 4º A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento).

§ 5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias acarretará a rescisão unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993, sem prejuízo da multa prevista no inciso anterior.

§ 6º O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

§ 7º O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

§ 8º Será considerada extinta a garantia:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE,



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. No prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

§ 9º O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

§ 10º A garantia contratual somente será liberada mediante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

§ 11 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017;

§ 12 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Cláusula Décima – Das Sanções Administrativas

A inexecução parcial ou total do objeto do contrato ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, respectivos decretos regulamentadores e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:

§ 1º Sanções Administrativas:

I. Advertência, que poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II. Multa, pelo descumprimento das obrigações contratuais, observando-se o disposto nas Tabelas 1 e 2 deste Termo de Contrato;

III. Em caso de reincidência da infração, formalmente notificada pelo Órgão fiscalizador, ou quando a infração perdurar por um período superior a 15 (quinze) dias, tendo sido obedecido o art. 87, § 2º da Lei Federal 8.666/93, será aplicada multa, adicional à prevista no item anterior, de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, e, a critério do Poder Judiciário cearense, rescisão do pacto;

IV. Para fins deste contrato, considera-se reincidência a repetição da infração em um lapso temporal de um mês.

V. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

VI. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 2º Será suspensa temporariamente do direito de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa, a CONTRATADA que:

I. Apresentar documentação falsa;

II. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

III. Falhar na execução do contrato;

IV. Fraudar na execução do contrato;

V. Comportar-se de modo inidôneo;

VI. Cometer fraude fiscal;

VII. Fizer declaração falsa.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

§ 3º O retardamento da execução do objeto previsto no §2º, inciso II desta Cláusula estará configurado quando a CONTRATADA:

I. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após sete dias contados da data de assinatura do contrato;

II. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por três dias seguidos ou por dez dias intercalados.

§ 4º A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na Tabela 2 deste documento, e alcançar o total de quarenta pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na Tabela 1, considerando o período de doze meses, a partir da data de assinatura do contrato ou prorrogação contratual, quando for o caso.

§ 5º O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal, poderá ser paga das seguintes formas: Dedução da Garantia Contratual que houver sido prestada; Emissão de D.A.E. específico para pagamento da multa, ficando a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial; Supressão do valor nas faturas devidas à CONTRATADA; Cobrança judicial.

§ 6º A CONTRATADA, notificada da multa que lhe foi aplicada, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, para interpor recurso junto ao CONTRATANTE.

§ 7º A autoridade competente, ouvida a fiscalização, decidirá pela procedência ou não do recurso.

§ 8º Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, este deve ser complementado no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto na Cláusula referente à Garantia Contratual.

§ 9º As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito participar em licitação, impedimento de contratar com a administração e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

§ 10º A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.

§ 11 As multas a que se referem os parágrafos anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções, tudo conforme previsão na Lei nº 8.666/93 e a Lei Nº 10.520/2002.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
6	10% por dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Não controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário.	1



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

2	Permitir a presença de empregado sem crachá, por funcionário.	1
3	Não fornecer o crachá de identificação, por funcionário	2
4	Não zelar pelas instalações, equipamentos e materiais do Poder Judiciário, por item.	2
5	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	3
6	Não substituir o empregado que se conduza de modo impróprio ou não atenda às necessidades do CONTRATANTE, por funcionário.	3
7	Não entregar a escala de férias	3
8	Não efetuar a reposição de funcionários faltosos quando solicitado pelo CONTRATANTE, por funcionário.	4
9	Não entregar os vales-transporte e/ou vale-alimentação nas datas avençadas, por funcionário e por ocorrência.	5
10	Não efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato, por funcionário e por ocorrência	5
11	Não efetuar o pagamento dos salários nas datas avençadas, por funcionário e por ocorrência.	5
12	Não cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não mencionados nesta tabela de infrações/multas.	5
13	Caso a LICITANTE adjudicatária se recuse a assinar o Contrato ou convidada a fazê-lo não atenda no prazo fixado, garantida prévia e fundamentada defesa.	6
14	Caso a LICITANTE adjudicatária deixe de cumprir o prazo previsto no inciso II, do art. 6º, da Resolução 169/2013, alterada pela Resolução nº 183/2013, do CNJ	6

Cláusula Onze – Das Sanções Para o Caso de Inadimplemento

O resultado da Avaliação dos Serviços será informado à CONTRATADA mensalmente;

Após a Avaliação dos Serviços da CONTRATADA, na forma do Anexo III deste contrato, caso alguma das condições abaixo seja verificada, o contrato poderá ser rescindido a critério do Poder Judiciário cearense:

- I. Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar desempenho final acumulado em 04 (quatro meses) menor ou igual a 30%;
- II. Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar desempenho menor ou igual a 40%, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas;
- III. Quando o resultado da avaliação da CONTRATADA apresentar conceito “Não Atendido” ou “Raramente Atendido” no mesmo quesito, em duas avaliações consecutivas ou três intercaladas, sem uma justificativa aceitável ou ação corretiva em andamento;

A CONTRATADA terá direito a defesa nos termos do art. 87, § 2º da Lei Federal 8.666/93.

Cláusula Doze – Da Rescisão

Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral do CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

§ 1º Condições de Rescisão

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da execução do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. O atraso injustificado no início dos serviços;
- V. A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação do CONTRATANTE;
- VI. A subcontratação total ou parcial das obrigações contraídas;
- VII. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, que afetem a boa execução do Contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização do CONTRATANTE;
- VIII. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
- IX. O cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato, anotadas pelo CONTRATANTE;
- X. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- XI. A dissolução da CONTRATADA;
- XII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do Contrato;
- XIII. Razões de interesse público, justificadas e determinadas, de alta relevância e amplo conhecimento, pela máxima autoridade do CONTRATANTE, e exaradas no Processo Administrativo a que se refere este Contrato;
- XIV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- XV. O descumprimento do disposto no Inciso V, do Artigo 27, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- XVI. A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE;
- XVII. O Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante aviso-prévio e escrito, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, conforme previsto no Artigo 79, Inciso II da Lei 8666/93;
- XVIII. Poderá o CONTRATANTE rescindir imediatamente o Contrato, sem qualquer ônus, no caso de persistência no inadimplemento de obrigações pela CONTRATADA, e pelas quais já tenha a mesma, sido notificada para providenciar as devidas regularizações;
- XIX. O Contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE qualquer tempo, sem ônus de qualquer espécie, a exclusivo critério do CONTRATANTE, desde que devidamente notificado, devendo este notificar a CONTRATADA de sua intenção rescisória, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

Cláusula Treze– Do Prazo de Vigência do Contrato

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do CONTRATO, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante aditivo contratual, limitado a sessenta meses.

§ 1º A CONTRATADA não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

Cláusula Quatorze – Da Legislação Aplicação

Este termo de contrato rege-se pela Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/1993 e suas alterações, ou pela Lei de Licitações em vigência, pela legislação correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Cláusula Quinze – Do Foro

Fica eleito o foro de Fortaleza, Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidas por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, nas presenças da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/CE, 04 de maio de 2022.

**Maria Nailde Pinheiro Nogueira
DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**Gládia Santos Teixeira
SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE**

**Ricael Pereira Souza
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA M V R SERVIÇOS EIRELI.**



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I DO TERMO DE CONTRATO

FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es), devidamente habilitados, da futura CONTRATADA, indicado(s) para assinatura do Termo de Contrato:

NOME	Ricael Pereira Sousa
NACIONALIDADE	Brasileiro
ESTADO CIVIL	
PROFISSÃO	Empresário
RG	[REDACTED] ESP/MA
CPF	[REDACTED]
DOMICÍLIO	Rua 34, nº 53, Quadra 16, Jardim Araçagy III,
CIDADE	São José do Ribamar
UF	MA
FONE	(98) 3197-1717
CELULAR	
E-MAIL	mvrsouzaservicos@hotmail.com



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO II DO CONTRATO

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO CUSTO MENSAL E DEMONSTRATIVO DE ENCARGOS SOCIAIS
E TRIBUTOS UTILIZADOS NA COMPOSIÇÃO DO CUSTO MENSAL**



CARTA PROPOSTA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 003/2022.

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação da licitante:

DADOS DA EMPRESA					
Razão Social:	M V R SERVICOS EIRELI	CNPJ:	07.867.775/0001-08		
Endereço:	Rua Onze – Nº 2, Bairro, Residencial Primavera, Quadra 21		Tel:	(98) 3197-1717	
CEP:	65.052-857	Cidade:	São Luis	UF:	MA
Banco	Banco do Brasil	Agência	1807-4	C/C	14964-0
DADOS DO REPRESENTANTE LEGA DA EMPRESA PARA ASSINATURA DA ATA					
Nome	Ricael Pereira Souza				
Endereço:	Rua 34, nº 53, Quadra 16, Jardim Araçagy III,				
CEP:	65110-000	Cidade:	São José de Ribamar	UF:	MA
CPF:	[REDACTED]	Cargo/Função:	Empresário		
RG:	[REDACTED] SESP/MA	Órgão Expedido:	SESP/MA		
Naturalidade	Santa Helena	Nacionalidade:	Brasileiro		

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados a partir da abertura das propostas eletrônicas.

3. Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

- examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipulados e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- que cumpre plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei nº 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação;

M V R SERVICOS EIRELI - CNPJ nº 07.867.775/0001-08

End.: Rua Onze – Nº 2, Bairro Residencial Primavera, Quadra 21 – Cep: 65.052-857 – São Luís – MA.

Fone / Fax: (098) 3197-1717 – mvrsozaservicos@hotmail.com



- que sua proposta engloba todas as despesas, incluindo todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras que incidam ou venham incidir sobre o objeto da licitação.

4. Formação do Preço

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de natureza continuada com fornecimento de mão de obra exclusiva de profissionais estatísticos (CBO 2112-05), bem como EPI, quando necessários:

VALOR MENSAL R\$ 288.065,96. Valor por extenso (DUZENTOS E OITENTA E OITO MIL E SESENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

VALOR GLOBAL R\$ 3.456.791,46. Valor por extenso (TRÊS MILHÕES E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL E SETECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS)

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

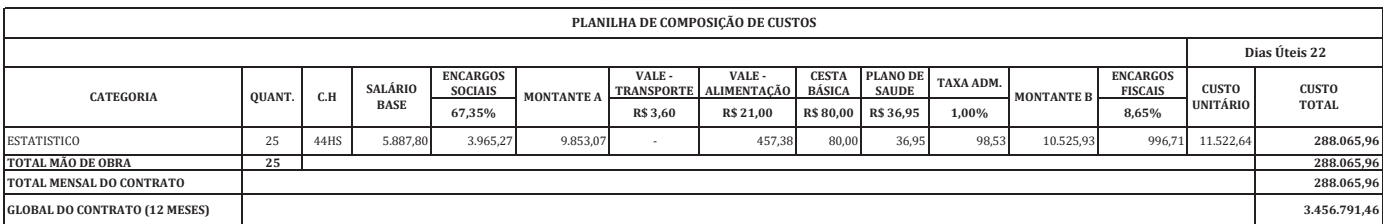
São Luís(MA), 09 de março de 2022.

Atenciosamente,


M V R SERVICOS EIRELI
RICAEL PEREIRA SOUZA
Sócio/Proprietário.

M V R SERVICOS EIRELI - CNPJ nº 07.867.775/0001-08

End.: Rua Onze – Nº 2, Bairro Residencial Primavera, Quadra 21 – Cep: 65.052-857 – São Luís – MA.
Fone / Fax: (098) 3197-1717 – mvrsozaservicos@hotmail.com



Ricael Pereira Souza
MVR SERVICOS EIRELI
RICAEL PEREIRA SOUZA
Sócia/Proprietária.



ESTADO DO CEARÁ - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)		
TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS DA IN Nº 003/2020		
GRUPO A	Percentual	FUNDAMENTO
Previdencia Social	20,0000%	
FGTS	8,0000%	
Salário Educação	2,5000%	
SESI/SESC	1,5000%	
SENAI/SENAC	1,0000%	
Riscos Ambientais do Trabalho (RAT x FAP)	1,0000%	Conforme GFIP em anexo
INCRA	0,2000%	
SEBRAE	0,6000%	
TOTAL GRUPO A	34,8000%	
GRUPO B	%	
13 Salário	8,33%	
Férias	8,33%	
Abono de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	
Auxílio Doença	1,40%	
Licença Paternidade	0,02%	
Faltas (legais e/ou abonadas)	0,28%	
Acidente de Trabalho	0,03%	
TOTAL GRUPO B	21,17%	
GRUPO C	%	
CESTA BASICA: Benefício adicional previsto	0,33%	
PLANO DE SAUDE: Benefício adicional previsto	0,08%	
FGTS Rescisões sem Justa Causa	3,60%	
TOTAL GRUPO C	4,01%	
GRUPO D	%	
Incidência Acumulativa Grupo A/Grupo B	7,37%	
TOTAL GRUPO D	7,37%	
TOTAL DOS ENCARGOS	67,35%	

Assinatura eletrônica

[Assinatura]

WYLLIANTO PEREIRA SOUZA
Secretário-Executivo



TRIBUTOS	
Discriminação	Percentual
ISS (Fortaleza)	5,00%
COFINS	3,00%
PIS	0,65%
LUCRO PRESUMIDO	
TOTAL DE TRIBUTOS	
8,65%	

Atenciosamente,


RÍCALE PEREIRA SOUZA
Sócio/Proprietária

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS

EMPRESA: M V R SERVICOS EIRELI

Nº CONTROLE: LCJSt5KPbm10000-7

Nº ARQUIVO: JUbje9W7S0j0000-0

COMP: 01/2022

COD REC: 150

COD GPS: 2100

FPAS: 515

OUTRAS ENT: 0115

SIMPLES: 1

ALIQ RAT: 2,0

FAP: 0,50

RAT AJUSTADO: 1,00

TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA ONZE 02

BAIRRO: RESIDENCIAL PRIMAVERCNAE

PREPONDERANTE: 7119703

CIDADE: SAO LUIS

UF: MA

CEP: 65052-857

TELEFONE: 98-31971717

CNAE: 7119703

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	515	620	744	779	TOTAL
-------------------------------	-----	-----	-----	-----	-------

SEGURADO					
Empregados/Avulsos	28.906,54	0,00	0,00	0,00	28.906,54
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	72.804,12	0,00	0,00	0,00	72.804,12
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT	3.640,19	0,00	0,00	0,00	3.640,19
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	81.065,81	0,00	0,00	0,00	81.065,81
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	7.501,09	0,00	0,00	0,00	7.501,09
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	16.783,95	0,00	0,00	0,00	16.783,95
OUTRAS ENTIDADES	21.113,17	0,00	0,00	0,00	21.113,17
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	21.113,17	0,00	0,00	0,00	21.113,17
TOTAL A RECOLHER	37.897,12	0,00	0,00	0,00	37.897,12

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI (EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL (IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III DO CONTRATO

AVALIAÇÃO DA CONTRATADA

MODELO DE AVALIAÇÃO DA CONTRATADA				
DATA	AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONTRATADA		PERÍODO	
GERENCIA AVALIADORA				
Nome		Gestor Responsável	Matrículas	
CONTRATADA	NOME DA EMPRESA		CT Nº XX/20XX	
Indicador	Peso	Descrição	Conceito	Pontuação Obtida
Obrigações Contratuais	60%	Efetuar o pagamento dos salários nas datas avençadas (*)		0,00%
		Fornecer os vales-alimentação sem atraso (*)		0,00%
		Realizar o recolhimento dos impostos, previdência social, FGTS e todas as certidões legais exigidas no contrato (*)		0,00%
		Entregar os vales-transporte em dia (*)		0,00%
		Protocolizar, no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJCE, os processos de faturamento até o 5º dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços.		0,00%
		Creditar o pagamento referente às férias dos empregados terceirizados até 2 (dois) dias antes do início de seu gozo, conforme as normas previstas na CLT.		
		Fornecer o crachá na data avençada		0,00%
		O Preposto atua de forma proativa e resolutive, responsabiliza-se pela direção dos serviços contratados, assiduidade e pontualidade dos funcionários nos postos de trabalho, contabilização de horas extras e diárias, envio de medições, entrega de vale-transporte, vale-alimentação, dentre outras atividades inerentes ao bom desempenho dos serviços.		0,00%
Supervisão	10%	Atua com autonomia, segurança, iniciativa, criatividade, liderança e outras qualidades inerentes à boa supervisão. (*)		0,00%
Competência	10%	Utiliza profissionais com aceitável nível de capacidade técnica, habilidades, atitudes, apresentação pessoal e pontualidade necessária à realização dos serviços prestados (*)		0,00%
Comunicação	10%	Demonstra nível aceitável de relacionamento e comunicação entre seus profissionais, bem como com os da contratante (*)		0,00%
Planejamento, Organização e Controle	10%	Apresenta capacidade de planejamento e controle na execução dos serviços solicitados (*)		0,00%
Resultado				0,00%

Conceitos:

Atendido (A) = peso individual total
Parcialmente Atendido (PA) = peso individual total / 2
Raramente Atendido (RA) = peso individual total / 3
Não atendido (NA) = 0

Notas explicativas sobre a Avaliação dos Serviços da Contratada:

- Os itens com (*) são obrigatórios.
- O item sobre fornecimento de crachá será avaliado no primeiro mês do contrato ou até a data da entrega dos mesmos.
- Definições:

Atendido (A) = quando a contratada atende na íntegra as cláusulas contratuais dentro do prazo previsto;
Parcialmente Atendido (PA) = quando a contratada atende as cláusulas contratuais fora do prazo previsto e após recebimento de notificação por parte do gestor do contrato;
Raramente Atendido (RA) = quando a contratada atende as cláusulas contratuais fora do prazo previsto e após o recebimento de reiteradas notificações por parte do gestor do contrato; Não atendido (NA) = quando a contratada não atende as cláusulas contratuais dentro do prazo previsto mesmo após vários recebimentos de notificações por parte do gestor do contrato



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO IV DO CONTRATO

MODELO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Assunto: Admissão de colaborador(a) terceirizado(a)

Fortaleza, XX de MÊS de 20XX.

A empresa NOME DA EMPRESA, inscrita no CNPJ Nº 00.000.000/0000-00, informa que o Sr.(a) NOME DO COLABORADOR(A), CPF Nº 000.000.000-00, está contratado(a) para a função de NOME DA FUNÇÃO e desempenhará suas atividades no(a) LOCAL DA LOTAÇÃO, com início a partir de XX de MÊS de 20XX..

Informamos também que o(a) colaborador(a) possui os requisitos necessários para desempenhar as respectivas atividades, conforme descrito contratualmente, e que seguem em anexo a descrição das atividades inerentes a sua função, Certidão de Negativa de Parentesco e Certidão de Não Acumulação de Cargos.

Atenciosamente,

NOME DO PREPOSTO
FUNÇÃO DO PREPOSTO



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO V DO CONTRATO

MODELO DA DECLARAÇÃO NEGATIVA DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

COLOCAR BRASÃO E/OU TIMBRE COM RESPECTIVO NOME DA EMPRESA
POR EXTENSO

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Pelo presente documento, eu, NOME DO COLABORADOR TERCEIRIZADO, NACIONALIDADE, portador da cédula de identidade nº 0000000000, órgão expedidor NOME DO ÓRGÃO, CPF nº 000.000.000-00, a ser contratado pela empresa NOME DA EMPRESA para exercer o emprego de NOME DA FUNÇÃO, DECLARO, para os devidos fins de direito junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, e sob as penas da Lei, que NÃO exerço nenhum cargo, emprego ou função pública, incompatível nos termos do Art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal, em virtude de estar sendo contratado(a) nesta data para a função supracitada.

Fortaleza, ____ de MÊS de 20 ____.

NOME DO COLABORADOR

ENDEREÇO
TELEFONE
EMAIL
HOME PAGE



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO VI DO CONTRATO
MODELO DA DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PARENTESCO

Timbre da empresa	DECLARAÇÃO DE PARENTESCO
-------------------	--------------------------

Nome Completo	Matrícula
Situação funcional: colaborador terceirizado vinculado à empresa xxxx	Função

DECLARO que:

() Não sou cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas ou de empregado(a) de empresa terceirizada que preste serviço neste Poder Judiciário.

() Sou cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas ou de empregado(a) de empresa terceirizada que preste serviço neste Poder Judiciário, como segue:

CPF	Nome	Parentesco	Cargo

Estou ciente de que a falsidade dos dados por mim declarados pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Data: ____/____/____

Local: _____

Assinatura do declarante

- Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, alterada pelas Resoluções nº 09/2005, nº 21/2006, nº 181/2013, e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça:

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

- Súmula Vinculante nº 13/STF:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 069/2022

Contrato para a prestação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira para o Depósito Central do Almojarifado do TRE-SC, autorizado pelo Senhor Geraldo Luiz Savi Júnior, Secretário de Administração e Orçamento, nas fls. 838-839 do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 13.321/2022 (Pregão n. 056/2022), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa JVP Network & Serviços Ltda. em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com a Resolução n. 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, com a Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021 e com a Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Geraldo Luiz Savi Júnior, inscrito no CPF sob o n. 038.173.219-37, residente e domiciliado nesta Capital e, de outro lado, a empresa JVP NETWORK & SERVIÇOS LTDA., estabelecida na Rua Marques de Carvalho, n. 205, Coqueiros, Florianópolis/SC, CEP 88080-200, telefone (48) 99181-1217, e-mail comercial@jvpnet.com.br, inscrita no CNPJ sob o n. 20.599.605/0001-58, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Senhor José do Vale Pereira, inscrito no CPF sob o n. 376.220.059-91, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, tem entre si ajustado Contrato para a prestação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira para o Depósito Central do Almojarifado do TRE-SC, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei

Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com a Resolução n. 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, com a Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021 e com a Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira para o Depósito Central do Almoxarifado do TRE-SC, na forma como segue:

1.1.1 Caracterização e Composição do Objeto

1.1.1.1. Contratação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira no imóvel que abriga o depósito do Almoxarifado do TRE-SC, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado – Palhoça/SC, com as seguintes atribuições:

- a) operar empilhadeira elétrica e providenciar a recarga da respectiva bateria;
- b) auxiliar no recebimento e entrega de todo e qualquer material;
- c) carregar e descarregar veículos;
- d) efetuar o atendimento dos produtos requisitados pelas Unidades;
- e) separar e embalar em caixas as mercadorias para remessa;
- f) distribuir e recolher os materiais nos setores;
- g) movimentar os materiais com a devida segurança para a organização e manutenção do depósito;
- h) conferir periodicamente os bens armazenados.

1.1.2. Serviços Adicionais

1.1.2.1. Diante de **eventual demanda** superior à prevista, o TRE-SC poderá solicitar à Contratada a execução de serviços adicionais, na forma de pacotes, sendo que um pacote corresponderá à produtividade de 1 (uma) hora de serviço de 1 (um) profissional, para operar empilhadeira, bem como realizar as demais atividades relacionadas à distribuição, recebimento, guarda, atendimento e conferência de materiais.

1.1.2.2. Os serviços adicionais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados. Esses serviços serão requisitados à Contratada, pela gestão do Contrato, com antecedência mínima de 2 (duas) horas.

1.1.2.3. O TRE-SC poderá requisitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia, no entanto, informará com antecedência os seus horários de execução.

1.1.2.4. Os serviços adicionais serão requisitados à Contratada pela gestão do Contrato, observando-se a tabela a seguir:

Tabela 1 - Descrição dos pacotes de serviços adicionais.

TABELA DE PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS	
PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS	PRODUTIVIDADE CORRESPONDENTE A 01 (UM) PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS
Operador de empilhadeira	Operar empilhadeira, organizar, distribuir, atender, receber e conferir materiais em estoque.

1.1.3. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

1.1.3.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada em **até 5 (cinco) dias úteis** após autorização da Seção de Almoxarifado e Patrimônio.

1.1.3.2. Os serviços serão prestados no endereço do imóvel que abriga o depósito do Almoxarifado, informado na subcláusula 1.1.1.1.

1.1.3.3. Eventualmente, poderão ser realizados serviços em horas suplementares, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme subcláusula 1.1.2 (**Pacotes de Serviços Adicionais**).

1.1.3.4. Os serviços serão considerados executados com a qualidade mínima exigida desde que atendam, NO QUE COUBER, à seguinte **Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução**.

Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução
DIARIAMENTE
Operar empilhadeira elétrica, paleteira manual hidráulica e carrinhos de transporte, a fim de movimentar os materiais armazenados em estoque, bem como no atendimento das guias de remessa, no recebimento e distribuição de material e na conferência diária.
Checar o nível de carga da bateria da empilhadeira elétrica e, sempre que necessário, providenciar a sua recarga, observando as recomendações do fabricante e as normas de segurança.
Atender as requisições de materiais, anotando em ficha de prateleira a quantidade fornecida.
Conferir e embalar os materiais requisitados em caixas apropriadas, de forma a prevenir que não sejam danificados pelo transporte.
SEMANALMENTE
Distribuir os materiais atendidos pelo Almoxarifado no prédio Sede do TRE-SC, prédios Anexos I e II, Depósito de Multiuso em Palhoça e Cartórios Eleitorais de São José e Florianópolis.
MENSALMENTE
Operar empilhadeira elétrica, paleteira manual hidráulica e carrinhos de transporte objetivando reorganizar internamente a área de armazenamento.
Efetuar a conferência física de todo o material estocado.

1.2. Estima-se a quantidade adequada de profissionais para atender às necessidades do TRE-SC em 2 (dois) profissionais com carga de 8 (oito) horas diárias cada, de segunda a sexta-feira, no horário das 10 às 19 horas.

1.3. Tabela de produtividade

Depósito do Almoxarifado da Justiça Eleitoral	
Endereço: Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC.	
Contato: almoxarifado@tre-sc.jus.br ou ccm-sap@tre-sc.jus.br	
Telefones: (48) 98826-0034 ou 3251-3826.	
Quantidade estimada de profissionais: 02 (dois) profissionais com a função de operar empilhadeira elétrica, bem como exercer as atividades relacionadas ao recebimento, armazenamento, atendimento e distribuição de materiais em estoque.	
Horário de prestação dos serviços: de segunda a sexta-feira, com início às 10h e término às 19 horas.	
Características do local de realização dos serviços: imóvel em alvenaria, tipo galpão, com área interna de, aproximadamente, 840 m2.	
Outros elementos a serem considerados: os serviços atenderão à necessidade de apoio na movimentação de carga e atendimento de materiais de consumo para todas as Unidades da Justiça Eleitoral. Equipamentos a serem utilizados: 1 (uma) empilhadeira elétrica com capacidade de 1.200Kg, torre duplex com elevação até 3,5m; 2 (dois) carrinhos tipo pallet manual, hidráulico, com capacidade de 2 mil kg; 3 (três) carrinhos para transporte de material com capacidade de 160 litros e 1 (um) carrinho de carga com duas rodas e capacidade de 200Kg.	

Descrição do serviço	Demanda aproximada de serviço das 10h às 19h - dois profissionais		Demanda convertida em horas/dias
	Dados considerados no cálculo	Média dos exercícios de 2020 e 2021	
Operar empilhadeira e auxiliar no atendimento das requisições de material. Requisitos funcionais considerados: (a), (c), (d), (e), (f) e (j).	Quantidade de requisições atendidas às Unidades do TRE e Zonas Eleitorais.	1.263	10
	Quantidade de caixas embaladas para remessa pelos Correios e distribuídas para o TRE.	8.500	
	Quantidade de materiais movimentados de estantes e paletes com a respectiva anotação em fichas de prateleira.	437.940	
Operar empilhadeira no carregamento e recebimento de material, bem como	Quantidade de entregas de material no depósito do Almoxarifado.	70	2

efetuar a guarda em local apropriado. Requisitos funcionais considerados: (a), (b), (c), (d) e (g).			
Auxiliar na contagem física dos materiais em estoque e operar empilhadeira buscando reorganizar internamente os bens armazenados. Requisitos funcionais considerados: (a), (c), (g), (h) e (i).	Quantidade de itens estocados no depósito do Almoxarifado, dispostos em 191 paletes e 169 estantes.	309 itens	4
	Valor total dos bens armazenados no depósito do Almoxarifado.	R\$ 1.268.331,96 (valor em 07/2022)	
	Quantidade em metros quadrados de área disponível para estoque de material.	840 m2	
NECESSIDADE ESTIMADA DE HORAS DE SERVIÇO/DIA			16

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 056/2022, de 12/08/2022, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 12/08/2022, por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Observado o disposto na subcláusula 6.1.5, o Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na Cláusula Primeira, o valor mensal de R\$ 10.738,50 (dez mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), e, pelo pacote de serviço adicional de que trata a subcláusula 1.1.2, o valor de R\$ 49,95 (quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR ANUAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor anual estimado a importância de R\$ 128.862,00 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura **até 31/08/2023**, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

4.1.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, a partir do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pela Seção de Almoxarifado e Patrimônio do Contratante.

4.2. Os custos não renováveis, caso existentes, já pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência deste Contrato, deverão ser excluídos do valor mensal devido à Contratada como condição para a prorrogação, cabendo ao Gestor do Contrato ou ao setor requisitante trazer aos autos do procedimento administrativo respectivo, para processamento, tal informação quando da manifestação favorável à tal prorrogação.

4.3. Caso a proposta da Contratada apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que a favoreça, o pagamento será realizado seguindo estritamente as regras contratuais dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

6.1.2 O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

6.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.1.4. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.1.5. Os valores referentes às provisões trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa e incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário serão

destacados do valor mensal do contrato e depositados em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TRE-SC, conforme Resolução CNJ n. 169/2013, observado o seguinte:

a) os procedimentos para a glosa das provisões serão os descritos na Resolução CNJ n. 169/2013;

b) os percentuais das provisões, para fins de retenção, são os constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços de que trata o Edital do Pregão n. 056/2022; e

c) os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor de pagamento mensal à Contratada.

6.1.6. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no termo de cooperação técnica firmado com o banco público oficial.

6.1.7. O valor a ser pago à Contratada, mensalmente, a título de vale-transporte, refletirá o que for efetivamente pago a seus empregados, considerando-se como valor máximo o que tiver sido previsto na proposta. Assim, a não comprovação das despesas referentes ao vale-transporte implicará a glosa dos valores faturados a esse título.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. O **pagamento será proporcional** ao atendimento das metas estabelecidas no **Instrumento de Medição de Resultado - IMR** anexo a este Contrato, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

6.5. A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, para que esta seja atestada, as seguintes comprovações relativas aos seus empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, nominalmente identificados e alocados nas dependências do Contratante para execução do objeto contratado:

a) cópia do comprovante de recolhimento mensal da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, sob pena de rescisão contratual;

b) cópia do comprovante de recolhimento mensal para o **FGTS** – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores, observada a legislação específica;

c) comprovante de pagamento de salários no prazo legal, referente ao mês anterior;

d) comprovante de fornecimento de vale-transporte e de auxílio-alimentação, quando cabíveis; e

e) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.

6.5.1. Os comprovantes de que trata a subcláusula 6.5 deverão ser correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração; tratando-se da primeira nota fiscal/fatura da execução do Contrato, deverão ser referentes ao mês faturado.

6.5.2. Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução deste Contrato, em razão de término da sua vigência ou de sua rescisão, além dos comprovantes de que trata a subcláusula 6.5, deverão ser comprovados os pagamentos, aos empregados, das verbas rescisórias ou demonstrado que os empregados foram realocados, pela Contratada, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, observado o disposto nas subcláusulas 6.5 e 6.5.1.

6.5.2.1. Somente com as comprovações de que trata a subcláusula 6.5.2 considerar-se-á completa a execução deste Contrato.

6.5.3. As comprovações de que trata a subcláusula 6.5 deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução contratual.

6.6. Ocorrerá a **retenção ou glosa**, ainda, no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta:

I – deixar de cumprir as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e

II – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme Instrumento de Medição de Resultado anexo a este Contrato.

6.7. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 79 – Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2022NE000698, em 17/08/2022, no valor de R\$ 43.153,84 (quarenta e três mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do **Gestor do Contrato**, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

9.1.1. Após a assinatura do contrato para dar início à execução do ajuste, será promovida reunião entre a Administração e a Contratada, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento de eventuais dúvidas relativas às obrigações contratuais, sem prejuízo da realização de reuniões periódicas, visando garantir a qualidade da execução do contrato e os respectivos resultados.

9.2. A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base no **Instrumento de Medição de Resultado - IMR** anexo a este Contrato.

9.2.1. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

9.2.2. O Contratante irá monitorar constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

9.3. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

I – resultados alcançados em relação à Contratada, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;

II – recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III – qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV – adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V – cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI – satisfação do público usuário.

9.3.1. O Gestor do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração previstos na legislação.

9.3.2. O Gestor do Contrato promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.3.3. Para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, inclusive a conferência dos valores recolhidos pela Contratada, que aloca seus empregados nas dependências do Contratante, exigir-se-á, entre outras, as comprovações de que tratam as subcláusulas 6.5, 6.5.1 e 6.5.2, observado o disposto nas subcláusulas 6.5.2.1 e 6.5.3.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência do Edital do Pregão n. 056/2022 e em sua proposta, e, ainda:

10.1.1. autorizar o TRE-SC a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da licitante contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

10.1.2. autorizar o TRE-SC a fazer a retenção na fatura ou nota fiscal do valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o depósito direto nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores da Contratada, observada a legislação específica;

10.1.3. a assinatura do contrato de prestação de serviços entre o TRE-SC e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

a) solicitação pelo TRE-SC, mediante ofício, ao banco público oficial para abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da empresa, de acordo com o modelo constante do termo de cooperação, devendo o banco público oficiar ao TRE-SC sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação; e

b) assinatura, pela Contratada, **no prazo de 20 (vinte) dias**, a contar da notificação do TRE-SC, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e do termo específico do banco oficial que permita ao TRE-SC ter acesso aos saldos e extratos, bem como vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SC, conforme modelo indicado no termo de cooperação;

10.1.4. responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios

ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço adicional);

10.1.5. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

10.1.6. apresentar, previamente, a relação dos empregados que serão colocados à disposição do TRE-SC, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender às exigências estabelecidas pelo Contratante, que poderá recusar os que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço;

10.1.7. suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Projeto Básico / Termo de Referência;

10.1.8. apresentar seus empregados, para a execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente;

10.1.9. fornecer uma vez ao ano para cada um de seus empregados **uniforme completo** no primeiro dia útil do início da vigência deste contrato;

10.1.10. o uniforme deverá ser composto por 2 (duas) calças jeans azul-escuro, 4 (quatro) camisetas pólo de malha PV na cor branca (composição 67% poliéster e 33% viscose), 1 (uma) jaqueta em tecido microfibra peletizada, 5 (cinco) pares de meias na cor branca, 100% algodão e 1 (um) par de botinas reforçada de couro cano curto com solado de borracha na cor preta;

10.1.11. responsabilizar-se pelos treinamentos, capacitações e instruções sobre Riscos de Acidentes no Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho, conforme normas regulamentadoras específicas;

10.1.12. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.13. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;

10.1.14. responder por qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiro ou ao Contratante;

10.1.15. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

10.1.16. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

10.1.17. para atender à demanda dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com, pelo menos, ensino fundamental II;

10.1.18. realizar integralmente os serviços descritos neste Contrato;

10.1.19. executar os **serviços adicionais** solicitados pelo Contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 2 (duas) horas após o pedido, consoante disposto na subcláusula 1.1.2 deste Contrato;

10.1.20. a Contratada deverá manter, ainda, **preposto** no local do serviço, para representá-la na execução deste contrato, conforme previsto no art. 68 da Lei n. 8.666/1993, observado o seguinte:

a) a indicação do preposto e do substituto eventual deverá ocorrer, por escrito, devendo o respectivo documento ser entregue ao Contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento deste contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;

b) a figura do preposto não poderá ser incluída na planilha de custos e formação de preços; e

c) o nome do preposto poderá recair sobre os funcionários da força tarefa que executarão os serviços contratados;

10.1.21. comprovar a quitação das obrigações trabalhistas;

10.1.22. substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

10.1.23. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

10.1.24. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

10.1.25. realizar o pagamento dos salários dos empregados alocados para executar o objeto contratado via depósito bancário na conta do trabalhador, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;

10.1.26. não ter entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução CNJ n. 7/2005);

10.1.27. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

10.1.28. não ter entre seus empregados colocados à disposição de Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ n. 156/2012;

10.1.29. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

10.1.30. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do TRE-SC; e

10.1.31. manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 056/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e neste contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) causar o atraso na execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar a execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) declarar informações falsas; e
- g) cometer fraude fiscal.

11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

c) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

e) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

f) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

11.1.2. As sanções previstas na subcláusula 11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.3. A pena prevista na alínea “b” da subcláusula 11.1.1 poderá ser reduzida em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.4. Quando a ação ou omissão da Contratada ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2. Para os casos não previstos na subcláusula 11.1, se a Contratada descumprir as condições deste Contrato, ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor estimado mensal do contrato;

11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor estimado mensal do contrato;

11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.2.1.5. em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior.

11.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência do Edital do Pregão n. 056/2022, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento contratual, para fins de aplicação de penalidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Interrupção dos serviços por 1 (um) dia no mês por ausência de colaborador.	LEVE	Por ocorrência.
2	Interrupção dos serviços por 2 (dois) dias no mês por ausência de colaborador.	MÉDIA	Por ocorrência.
3	Interrupção dos serviços por 2 (dois) dias na semana ou 3 (três) dias no mês por ausência de colaborador.	GRAVE	Por ocorrência.
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
5	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de

meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.4. As sanções estabelecidas na subcláusula 11.1 e na alínea “d” da subcláusula 11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução do objeto deste Contrato e na assinatura dos documentos de que trata a subcláusula 10.1.3, alínea “b”, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor estimado mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

11.5.1. Os atrasos de que trata a subcláusula 11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do Contrato.

11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” da subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

11.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” da subcláusula 11.3 exaure-se a esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas “b” ou “c” da subcláusula 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas na subcláusula 11.2.1.4 e na alínea “d” da subcláusula 11.3.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO

13.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

13.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

- a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado; e
- b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

13.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere a subcláusula 13.1 conta-se a partir:

a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata a subcláusula 13.1.1, alínea “a”; ou

b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subcláusula 13.1.1, alínea “b”), vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

13.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação.

13.3. Ocorrendo o fato gerador, o requerimento referente à repactuação deverá ser protocolizado no TRE-SC pela Contratada, com os documentos comprobatórios, anteriormente à data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

13.3.1. A requerente deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

13.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo a Contratada, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

13.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; ou
- b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.

13.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

13.6. O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DO CONTRATO

14.1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Contratada prestará garantia em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, **em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-SC**, após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia; ou

c) fiança bancária.

14.1.1. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

14.1.2. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula 14.1.5, observada a legislação que rege a matéria;

14.1.3. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade a partir do início dos serviços e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

14.1.4. No caso de garantia na modalidade de carta de fiança, deverá dela constar expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

14.1.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

14.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.5. A Contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, antes do seu vencimento ou após a redução do seu valor em razão de aplicação de qualquer

penalidade ou, ainda, após a assinatura de termo aditivo decorrente de acréscimo do objeto contratado ou de repactuação que implique na elevação do valor ajustado, mantendo-se o percentual estabelecido nas subcláusula 14.1.

14.6. A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto na subcláusula 14.1.4, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

14.7. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA

15.1. A Contratada deverá solicitar autorização do TRE-SC para:

a) resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no artigo 4º da Resolução CNJ n. 169/2013, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados; e

b) movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que a finalidade seja o pagamento de verbas trabalhistas que estão contempladas nas mesmas rubricas indicadas no artigo 4º da Resolução CNJ n. 169/2013.

15.2. Para o resgate dos recursos da conta-corrente vinculada (alínea “a” da subcláusula 15.1) – bloqueada para movimentação –, a empresa deverá apresentar ao Secretário de Administração e Orçamento do TRE-SC os documentos comprobatórios do pagamento.

15.3. O Secretário de Administração e Orçamento do TRE-SC expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas, a autorização de que trata a subcláusula 15.1 e a encaminhará ao Banco do Brasil no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

15.4. Na situação descrita na subcláusula 15.1, “b”, o TRE-SC solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

15.5. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – referirem-se à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de 1 (um) ano de serviço, o TRE-SC deverá requerer, por meio da contratada, a assistência do

sindicado da categoria a que pertencer o empregado, ou da autoridade do Ministério do Trabalho, para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

15.6. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

16.1. Os empregados e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo, por conta exclusiva da primeira, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida, observadas as disposições deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SUBSTITUIÇÕES E ALTERAÇÃO DO EFETIVO DE PESSOAL

17.1. A Contratada deverá manter em reserva número suficiente de empregados para reposição imediata, nos casos de faltas, férias, demissões, ou qualquer outro impedimento ou, ainda, por acréscimo do Contrato, devendo os substitutos estar devidamente credenciados para o exercício da função.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. É vedada às partes a utilização, para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

18.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo se decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

18.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

18.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, em razão da execução do serviço objeto deste Contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes e/ou empregados da Contratada, tais como número do CPF e do RG e endereços eletrônico e residencial, os quais receberão tratamento conforme a legislação, para o cumprimento das atribuições do Contratante.

18.5. A Contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

18.6. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente relacionado a acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

18.7. A Contratada é responsável, no término do presente contrato, pela devolução dos dados ao Contratante ou pela sua eliminação, quando for o caso, não devendo armazená-los ou repassá-los a terceiros, salvo nas hipóteses de obrigação legal ou contratualmente previstas, devendo, em todo caso, observar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados.

18.8. Quando for caso de eliminação dos dados, a Contratada deverá informar ao Contratante a realização do procedimento e a metodologia empregada, para confirmar a destinação das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 22 de agosto de 2022.

CONTRATANTE:

GERALDO LUIZ SAVI JÚNIOR
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

JOSÉ DO VALE PEREIRA
DIRETOR

ANEXO DO CONTRATO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de operador de empilhadeira, inclusive na prestação dos serviços adicionais.

Os serviços objeto do Contrato serão constantemente avaliados pelos representantes do CONTRATANTE, que assinalarão as falhas na “**RELAÇÃO DE FALHAS**”, conforme modelo.

SERVIÇO: _____
MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências:

RELAÇÃO DE FALHAS	
FALHA 1	Deixar de utilizar o uniforme, uso de uniforme incompleto ou uniforme excessivamente danificado/sujo.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
OBSERVAÇÃO: No caso de serviços executados por mais de um funcionário, a quantidade de falha registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem num mesmo dia.	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 2	Falta de atenção, urbanidade e cordialidade no trato com os servidores da Justiça Eleitoral.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 3	Inobservância da rotina ou da metodologia da prestação dos serviços que impliquem em erros de atendimento e no armazenamento de materiais.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a

	tiver verificado.
OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 4	Falta de zelo na utilização dos equipamentos (empilhadeira elétrica, paleteiras manuais e carrinho de transporte) quando da movimentação de materiais.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 5	Recusa na execução de serviço determinado pela chefia imediata, por serviço e por dia.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data. A comunicação ao gestor poderá ser feita mediante correspondência eletrônica.	
Data da ocorrência	Descrição sintética

Instruções de preenchimento:

- a) Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.

Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	5	FATOR DE ACEITAÇÃO (TOTAL DA LINHA NÚMERO CORRIGIDO)
Total de ocorrências						
Tolerância (-)	1	0	1	0	0	

Excesso de falhas (=)						
Peso (X)	5	12	8	16	18	
Número corrigido (somar)						

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

- b) As falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS.
- c) Após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”.
- d) Encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”.
- e) Por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de operador de empilhadeira, inclusive na prestação dos serviços adicionais.

Faixa 01 – Fator de Aceitação **TOTAL**: 100% de avaliação dos serviços

Faixa 02 – Fator de Aceitação de **01 a 25**: 95% de avaliação dos serviços

Faixa 03 – Fator de Aceitação de **26 a 50**: 90% de avaliação dos serviços

Faixa 04 – Fator de Aceitação de **51 a 75**: 85% de avaliação dos serviços

Faixa 05 – Fator de Aceitação de **76 a 100** ou > de 100: **80%** de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observação: A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.

Contrato n. 19/2021



Contratação de serviços de apoio
administrativo para fiscalização de
contratos administrativos no âmbito do
CNJ

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares.....	3
Termo de referência.....	11
Estimativa de preços	22
Edital	23
Mapa comparativo de preços	72
Termo de adjudicação	73
Parecer jurídico	74
Termo de homologação.....	81
Consulta pessoa jurídica.....	82
Contrato.....	83
Gestores	93
Publicação DOU	94

1) JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.1) Necessidade (demanda) a ser atendida:

O Conselho Nacional de Justiça tem o poder-dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, conforme disciplina o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, que dispõe:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

III – fiscalizar-lhes a execução;

Assim, este Conselho possui a obrigação de acompanhar todas as circunstâncias que envolvem a execução contratual, quais sejam, as disposições contratuais, técnicas e administrativas.

Para o desenvolvimento das atividades de fiscalização, deve ser mantida uma equipe ou profissional fiscalizador habilitado e com experiência técnica para acompanhamento e controle do objeto do contrato.

Confirmando isso, o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 estabelece expressamente que a atividade fiscalizatória deverá ser executada por *“um representante da Administração especialmente designado(...)”*.

Complementarmente, o parágrafo único do mesmo artigo determina que esse representante *“anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.”*

Desse modo, verifica-se que o texto legal estabelece o dever de o fiscal acompanhar a execução contratual, prevendo atribuições do fiscal para que exerça sua função. Dentre as atribuições, além do registro das ocorrências contratuais, consta a atividade fundamental de determinação de medidas necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados. Nesse ponto, importa registrar, desde já, que o que se propõe nos presentes Estudos Preliminares não eximirá a Administração, por meio do fiscal ou equipe de fiscalização designada para cada contrato, das atribuições mencionadas no parágrafo antecedente, uma vez que o que se objetiva é apenas o apoio/auxílio de uma empresa especializada e com expertise em aspectos técnicos específicos da fiscalização, relacionados a cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários, dos contratos do CNJ que possuem em seu objeto a prestação de serviços com mão de obra alocada no CNJ, ou seja, que envolvam a contratação de postos de trabalho. A título de registro, cabe mencionar que o impulso a essa demanda, foi originado da busca de soluções eficazes para o risco relatado no Despacho SEQUA 0657878, ocasião em que o gestor do Contrato nº 02/2017 expôs em processo a sua dificuldade na fiscalização do referido contrato quanto aos aspectos administrativos (cálculos previdenciários, trabalhistas e tributários) da contratação.

Com o objetivo de averiguar a extensão do problema noticiado pelo gestor da SEQUA, considerando os riscos de eventuais responsabilizações subsidiárias à Administração caso a Administração não prove que exerceu com o devido zelo a fiscalização do contrato, sob a coordenação da Diretoria-Geral, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de diagnosticar a maturidade geral do processo de gestão de contratos a partir da opinião e experiência dos gestores do CNJ. Os resultados constam do documento SEI 0971737 e a seguir destacaremos os principais aspectos identificados:

1. Complexidade dos cálculos trabalhistas. 50% (9/18) dos respondentes que gerenciam contratos de prestação de serviços por meio da alocação de mão de obra residente, já tiveram problemas com aspectos trabalhistas ou tributários dos contratos;
2. Problema de tempo necessário para realizar a gestão dos contratos. A média das 39 respostas foi de 2,9, ou seja, gestores podem estar sobrecarregados;
3. Gap de conhecimento e experiência. Foi questionado se os gestores detinham o conhecimento e experiência necessária para assegurar que a empresa contratada cumpre as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias dos contratos de serviço de natureza continuada com mão de obra alocada. Para essa pergunta, 72% (13, dentre 18 que gerenciam contratos dessa natureza) disseram que não;
4. Treinamento necessário. Cerca de 33% dos gestores não tiveram treinamento nos últimos 2 anos. Ainda, 38,5% dos gestores tiveram apenas um treinamento relacionado à fiscalização de contrato administrativo;
5. Apoio técnico especializado. 50% dos gestores utilizariam serviço de apoio técnico à fiscalização de contrato quanto a aspectos previdenciários, trabalhistas e tributários; e
6. Ganho na qualidade da fiscalização. 80% dos gestores acreditam que o apoio técnico traria ganhos na qualidade geral dos contratos com mão de obra alocada, de natureza continuada.

Com base nas respostas apresentadas pelos gestores, fica claro que este Conselho necessita de **apoio** técnico especializado para suprir as necessidades dos gestores de contrato com mão de obra alocada, dentre elas a falta de conhecimento técnico especializado da matéria, o reduzido número de servidores e a crescente atuação do CNJ com vistas ao atendimento das suas finalidades institucionais. Frise-se que o que se busca é apenas o apoio/assistência de empresa especializada para a contribuição com atividade técnica específica da fiscalização, não a substituição de servidores por terceirizados (notadamente porque a contratação almejada é de serviços, não de postos de trabalho), tampouco se pretende a delegação da fiscalização a terceiros estranhos à Administração. O apoio à fiscalização possibilitaria, em última análise, que os notáveis servidores do órgão disponham de mais tempo para desenvolver suas atividades primárias e finalísticas.

Importante pontuar que o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, prevê, na parte final do *caput*, que é possível a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o representante da Administração designado para fiscalizar o contrato administrativo.

Outro fator que contribuiu para a apresentação do presente estudo preliminar foi a manifestação feita pela Seção de Gestão Estratégica de TIC, constante no Despacho SEGTI 0831910, solicitando que os atuais fiscais administrativo de contrato sejam representantes da Secretaria de Administração, conforme recomendação do TCU, constante do Acórdão n. 2789/2019, que sugeriu o acompanhamento das contratações de TIC.

A citada manifestação resultou na decisão do Secretário-Geral (0971584), determinando ao Secretário de Administração que seja modificada a praxe administrativa – não respaldada na Resolução 182/2013 – de indicação de fiscal administrativo, de forma que o papel seja assumido por representante da área administrativa e não da área fim, liberando-a para o desempenho das atividades que lhe são próprias.

Nesse diapasão, verifica-se que a situação a ser resolvida está relacionada, principalmente, à busca do aumento da eficiência dos servidores do Conselho, a supressão da carência técnica em assuntos específicos e a carência de pessoal do CNJ, conforme se verifica na manifestação apresentada pela Secretaria de Administração no Despacho 0974612:

- a. embora a Resolução CNJ nº 182/2013 traga a previsão de designação de fiscal administrativo para cuidar dos aspectos relacionados ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais, o referido normativo condicionou a " (...) **sempre que possível (...)**" - **art. 2º, inciso XII**. No âmbito do CNJ, em regra, temos apenas a figura do gestor e do seu substituto, notadamente em razão da ausência de unidade específica para tanto e da insuficiência de pessoal que sempre foi crítica no órgão;

- b. não existe, no âmbito da Secretaria de Administração, unidade com tais competências. A última reestruturação promovida na SAD, em que foram criados novos setores, ocorreu em 2011 (Portaria 125/2011), sendo que uma das unidades foi extinta em menos de um mês. E desde então, apenas incorporamos ou desincorporamos unidades;
- c. a estrutura atual não comporta absorver mais essa atribuição, sem comprometer severamente as atividades atuais sob nossa responsabilidade. Já há algum tempo que a SAD informa sobre o seu reduzido quadro de pessoal, alta concentração de atividades e a consequente deficiência de equipe para atender até mesmo as demandas que atualmente são de nossa competência, conforme evidenciado nos autos do Processo SEI 03490/2019. Portanto, não dispomos de servidores em número suficiente para assumir tais atribuições; e
- d. não obstante existir uma Seção de Gestão de Contratos, não está no rol de suas incumbências fiscalizar contratos, tampouco comporta mais essa atribuição, pois já está sobrecarregada com o número expressivo de atividades que lhe são outorgadas. Logo, seria necessário criar uma unidade específica para assumir esse trabalho, e de pronto reforçar o efetivo da SAD.

Diante de todo o exposto, pretende-se contratar serviço de apoio/assistência à fiscalização de contratos administrativos que possuem mão-de-obra alocada no CNJ, de modo a reduzir a carência de expertise do órgão nos assuntos específicos relativos à cálculos tributários, previdenciários e trabalhistas relacionados à contratação de postos de trabalho, uma vez que cabe ao órgão conferir se a empresa contratada calculou e recolheu corretamente as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes da folha de pagamento das empresas em relação aos alocados por força de contrato.

1.2) Partes interessadas/Público-alvo:

Atualmente o CNJ possui 18 contratos com postos de trabalho e aproximadamente 457 empregados alocados. São 15 gestores que fazem a fiscalização desses contratos (sem considerar gestores substitutos nem fiscais).

1.3) Alinhamento entre a necessidade da contratação e o Planejamento Estratégico do CNJ:

Apesar de a contratação pretendida ter caráter operacional, pode-se afirmar que está em consonância com o Plano Estratégico do CNJ (2021-2026) de “garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ”.

2) REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A licitante deverá cumprir os seguintes requisitos para que o serviço seja entregue de acordo com a necessidade levantada:

1. Prestar mensalmente serviços de contabilidade da folha de pagamento de outras empresas que totalize no mínimo 300 empregados. Justificativa: evidenciar capacidade de atender a demanda do CNJ;
2. Serviços de contabilidade, com enfoque nas regras trabalhistas e previdenciárias da Justiça do Trabalho. Justificativa: garantir que os cálculos serão realizados ou supervisionados por profissional qualificado e reconhecido pela Justiça do Trabalho; e
3. Não prestar serviços de contabilidade para nenhuma das empresas contratadas pelo CNJ. Justificativa: eliminar conflitos de interesse.

3) LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1) Modelo vigente/Histórico da aquisição

Atualmente são os gestores de contratos que verificam a totalidade dos aspectos trabalhistas, previdenciários e tributários das empresas contratadas.

3.2) Identificação das opções disponíveis

Opções Identificadas	Especificação do produto/serviço	Quantificação do Produto ou Serviço	Órgãos públicos que adotaram a solução
Contratação de uma empresa de assessoria contábil.	1) Serviços de assessoria aplicada a conferência do cálculo e do recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias referentes à folha de pagamento das empresas prestadoras de serviço com alocação de mão de obra residente do CNJ.	A solução é quantificada pela quantidade de funcionários alocados no CNJ por força de contrato	Não foi identificado
Ações de capacitação dos servidores a longo prazo	2) Serviços de treinamentos para qualificar os gestores na conferência do cálculo e do recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias das empresas prestadoras de serviço com alocação de mão de obra residente do CNJ.	Seria necessário fornecer ao menos 1 (hum) curso por ano a cada um dos 15 gestores que fiscalizam contratos com mão de obra alocada (sem considerar gestores substitutos nem fiscais)	Solução paradigma na Administração Pública

Além disso, entende-se que a capacitação dos servidores é opção que deve existir independentemente da contratação de apoio à fiscalização. Isso porque a fiscalização não deixará de ser uma responsabilidade do servidor que apenas contará com o apoio/assistência da empresa contratada. Ressalta-se que da contratação do apoio advirão ganhos tanto às atividades de fiscalização contratos, pelo conhecimento técnico e expertise da empresa nos aspectos específicos dos cálculos previdenciários, trabalhistas e tributários, quanto com o ganho de tempo dos servidores para que se dediquem às suas atividades primárias e finalísticas.

A outra opção é prestar internamente o serviço ou manter a responsabilidade de realizar os serviços com os gestores, como atualmente é feito.

3.3) Adequação do ambiente

Tendo em vista que não será utilizado o espaço físico do órgão, e que toda comunicação com a empresa a ser contratada se dará via correio eletrônico, ligação ou mensagem de texto, não há necessidade de adequação do ambiente.

3.4) Custo e benefício das opções disponíveis

Opções Identificadas	Benefícios da opção	Desvantagens da opção	Custo da solução (R\$)
----------------------	---------------------	-----------------------	------------------------

Contratação de uma empresa de assessoria contábil.	<p>Aprimoramento na qualidade do trabalho (profissionais com formação, ampla qualificação e experiência na conferência de cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários referentes à folha de pagamento);</p> <p>Redução do custo do trabalho objeto da aquisição proposta. Pela pesquisa foi identificado a necessidade de mais de 30 dias de trabalho para conferência dos cálculos. Assim, o custo mensal atual está entre o salário do técnico judiciário com menor remuneração (R\$ 9.932,36) e o analista com maior remuneração (R\$ 22.094,90) entre os gestores que realizam a tarefa de conferência;</p> <p>Redução do tempo empregado por gestores em gerenciamento de contratos;</p>	Dependência de prestador externo	R\$ 10.000,00 a partir de orçamentos informais, considerando que o serviço deve ser remunerado de acordo com a quantidade de colaboradores alocados em contratos de natureza de mão de obra continuada ou postos de trabalho em que será realizada a conferência do cálculo e do recolhimento das obrigações trabalhistas, conforme orçamentos anexos.
Realização de treinamentos com os gestores.	Ampliação e difusão do conhecimento relativo à conferência do cálculo e ao recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias das empresas prestadoras de serviço com alocação de mão de obra residente do CNJ.	<p>Maior risco de erros de cálculo, tendo em vista a falta de expertise identificada nos gestores de contratos. Seria necessário considerável lapso temporal para fornecimento de vários treinamentos, já que se trata de matéria específica.</p> <p>Maior tempo para implementar a solução.</p> <p>Maior custo para execução da tarefa de conferência</p> <p>Maior tempo empregado no gerenciamento de contratos</p>	Considerando os últimos cursos fornecidos pelo CNJ que tratam sobre a fiscalização de contratos de serviços terceirizados, o valor médio pago por vaga foi de R\$ 2.357,50. Sendo assim, o custo médio da contratação, para os 15 gestores que fiscalizam contratos com mão de obra alocada, seria de R\$ 35.362,50 (sem considerar gestores substitutos nem fiscais). Processos SEI: 06863/2020; 05539/2019; 08929/2019; e 00324/2019.

4) INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Com base no levantamento das opções disponíveis e na pesquisa interna realizada com os gestores, percebe-se que a solução mais adequada é a de realizar a contratação de empresa para prestar serviço de apoio e auxílio

aos aspectos técnicos específicos da fiscalização, relacionados a cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários, dos contratos do Conselho que possuem em seu objeto a prestação de serviços com mão de obra alocada no órgão, tendo em vista que trará maior qualidade na fiscalização dos contratos, em decorrência da especialidade e expertise no tema.

Cumpre enfatizar que a capacitação dos servidores deve ser feita independentemente da contratação de serviço de apoio à fiscalização, haja vista que a fiscalização continuará sendo responsabilidade do servidor, que apenas contará com o citado serviço para aperfeiçoamento do seu trabalho.

Além disso, o custo do serviço a ser pago à empresa contratada é menor que o valor proporcional que será pago ao gestor caso não haja o apoio e o auxílio de especialistas, considerando que continuará sendo necessário sucessivas verificações dos cálculos realizados, levando em conta que se trata de assunto delicado e específico.

Assim, considerando a média dos salários dos gestores e o valor a ser pago à empresa contratada, resta claro a busca por parte deste Conselho pela economicidade e pelo ganho na qualidade de prestação do serviço, que resultará, inclusive, no aumento do conhecimento técnico dos gestores, ocasionado pelo apoio e auxílio, quando solicitado, de profissional especialista no assunto.

Nesse sentido, a pesquisa realizada demonstrou que 77% dos gestores afirmam que tiveram treinamento nos últimos 2 anos e 80% acreditam que a utilização de serviços de apoio técnico traria ganhos na qualidade da fiscalização geral dos contratos com mão de obra alocada de natureza continuada.

O administrativista Marçal Justen Filho, em seus Comentários à Lei de Licitações Contratos Administrativos (18ª edição), defende, nesse aspecto, que (p.1368):

Faculta-se, de modo expresse, que a Administração contrate terceiros para acompanhamento da atividade de fiscalização. Supõem-se casos em que a especialidade ou complexidade da prestação superam os limites da atuação dos agentes administrativos. Faz-se necessário contar com a colaboração de outros particulares para fiscalizar o desempenho do contrato. Lembre-se que é vedado que o terceiro encarregado na fiscalização mantenha vínculos com o particular contratado para executar a prestação objeto da fiscalização.

Por fim, cabe salientar que a contratação de um serviço de apoio trará ganho de tempo na rotina dos gestores, adquirindo maior lapso temporal mensal para se dedicar a projetos e atividades de suas áreas específicas.

5) QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Atualmente o CNJ tem cerca de 457 empregados alocados por força de contratos que necessitam do serviço de fiscalização dos cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários referentes à folha de pagamento. O serviço deve ser remunerado de acordo com a quantidade de colaboradores alocados em contratos de natureza de mão de obra continuada ou postos de trabalho em que será realizada a conferência do cálculo e do recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias referentes à folha de pagamento das empresas prestadoras.

6) DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A aquisição tem apenas um item que é o serviço de apoio administrativo de conferência de cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários. Por isso, é de natureza indivisível.

7) INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

1. Quantidade de demandas judiciais decorrentes de erros nos cálculos ou no recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciários e tributários referentes à folha de pagamento das empresas contratadas pelo CNJ com mão de obra residente
2. Satisfação dos gestores com o serviço de apoio à fiscalização
3. Tempo médio empregado pelos gestores em gerenciamento de contratos

8) RISCOS DA AQUISIÇÃO

Indicador	Evento de Risco	Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Controles	Risco Residual
Quantidade de demandas judiciais decorrentes de erros nos cálculos ou no recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciários e tributários referentes à folha de pagamento das empresas contratadas pelo CNJ com mão de obra residente	Erro nos cálculos contábeis por parte da empresa	Baixa	Alto	Médio	Conferência das entregas por parte dos gestores de contratos do CNJ.	Nenhum
	Vazamento de informações contratuais	Baixa	Médio	Médio Baixo	Inserção de cláusulas contratuais que multem a contratada pelo vazamento dessas informações	Nenhum
Tempo médio empregado pelos gestores em gerenciamento de contratos	Atraso no envio da informação	Baixa	Médio	Médio Baixo	Estabelecimento de um prazo máximo para envio das informações.	Nenhum
	Elevado número de consultas da empresa contratada com os gestores	Baixa	Baixo	Baixo	Reuniões pré-definidas de alinhamento a fim de sanar todas as dúvidas da contratada.	Nenhum

9) INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há restrições internas que afetem a celebração do contrato.

10) VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

Não há mais informações.

12) CONCLUSÃO DO GESTOR

Diante das informações trazidas nestes Estudos Preliminares, conclui-se pela necessidade de contratação de empresa que preste serviço de apoio à fiscalização de contratos administrativos quanto à conferência do cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relativas à folha de pagamento das empresas que tem mão de obra residente alocada no Conselho Nacional de Justiça.

13) EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
João Marcelo (Gestor)	joao.lima@cnj.jus.br	4927	Diretoria-Geral
Edison Livio Bruno de Araujo Lopes (Consultor)	edison.lopes@cnj.jus.br	5031	Seção de Gestão de Contratos
Arthur Dias Avelino (Gestor substituto)	arthur.avelino@cnj.jus.br	4926	Diretoria-Geral
Fernando Potyguar (Estagiário)	fernando.alencar@cnj.jus.br	4926	Diretoria-Geral



TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida

Foi realizada pesquisa com o objetivo de diagnosticar a maturidade geral do processo de gestão de contratos a partir da opinião e experiência dos gestores do CNJ. Os resultados constam do documento SEI nº 0971737 e apontaram a necessidade de apoio técnico para suprir as demandas dos gestores de contrato com mão de obra alocada, dentre elas a ausência de conhecimento técnico especializado das matérias tributárias, trabalhistas e previdenciárias; o reduzido número de servidores e a crescente atuação do CNJ com vistas ao atendimento das suas finalidades institucionais.

Pelas respostas apresentadas, percebe-se a necessidade de o CNJ aprimorar o suporte institucional ofertado aos gestores de contratos do órgão, necessidade que será atendida por meio da aquisição em tela.

1.2 Indique as partes interessadas

Atualmente o CNJ possui 18 contratos com previsão de mão de obra residente e aproximadamente 457 empregados alocados. São 15 gestores que fazem a fiscalização desses contratos (sem considerar gestores substitutos nem fiscais).

1.3 Indique os resultados esperados da aquisição

Espera-se com a aquisição os seguintes resultados:

1) Aprimoramento da conferência dos cálculos e das retenções trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra alocada no CNJ por força de contrato;

2) Redução de erros e riscos para a Administração;

3) Redução nos custos de realização da mencionada atividade (ver estudo preliminar); e

4) Redução do tempo empregado pelos gestores na fiscalização de aspectos administrativos da contratação.

1.4 Justificativa da contratação

O Conselho Nacional de Justiça tem o poder-dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus contratos administrativos, conforme disciplina o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, que dispõe:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

III – fiscalizar-lhes a execução;

Assim, este Conselho possui a obrigação de acompanhar todas as circunstâncias que envolvem a execução de seus contratos, quais sejam, as disposições contratuais, técnicas e administrativas.

Para o desenvolvimento das atividades de fiscalização, deve ser mantida uma equipe ou profissional fiscalizador habilitado e com experiência técnica para acompanhamento e controle do objeto do contrato.

Confirmando isso, o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 estabelece expressamente que a atividade fiscalizatória deverá ser executada por *“um representante da Administração especialmente designado(...).”*

Complementarmente, o parágrafo único do mesmo artigo determina que esse representante *“anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados”*. Importante pontuar que o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 prevê, na parte final do *caput*, que é possível a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o representante da Administração designado para fiscalizar o contrato administrativo.

A contratação é justificada pela necessidade apresentada (item 1.1), pela possibilidade jurídica de contratação de terceiros para subsidiar o acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos, pelos resultados esperados da aquisição (1.3) e pelo planejamento realizado nos estudos preliminares (documento nº 1008112).

2. OBJETO

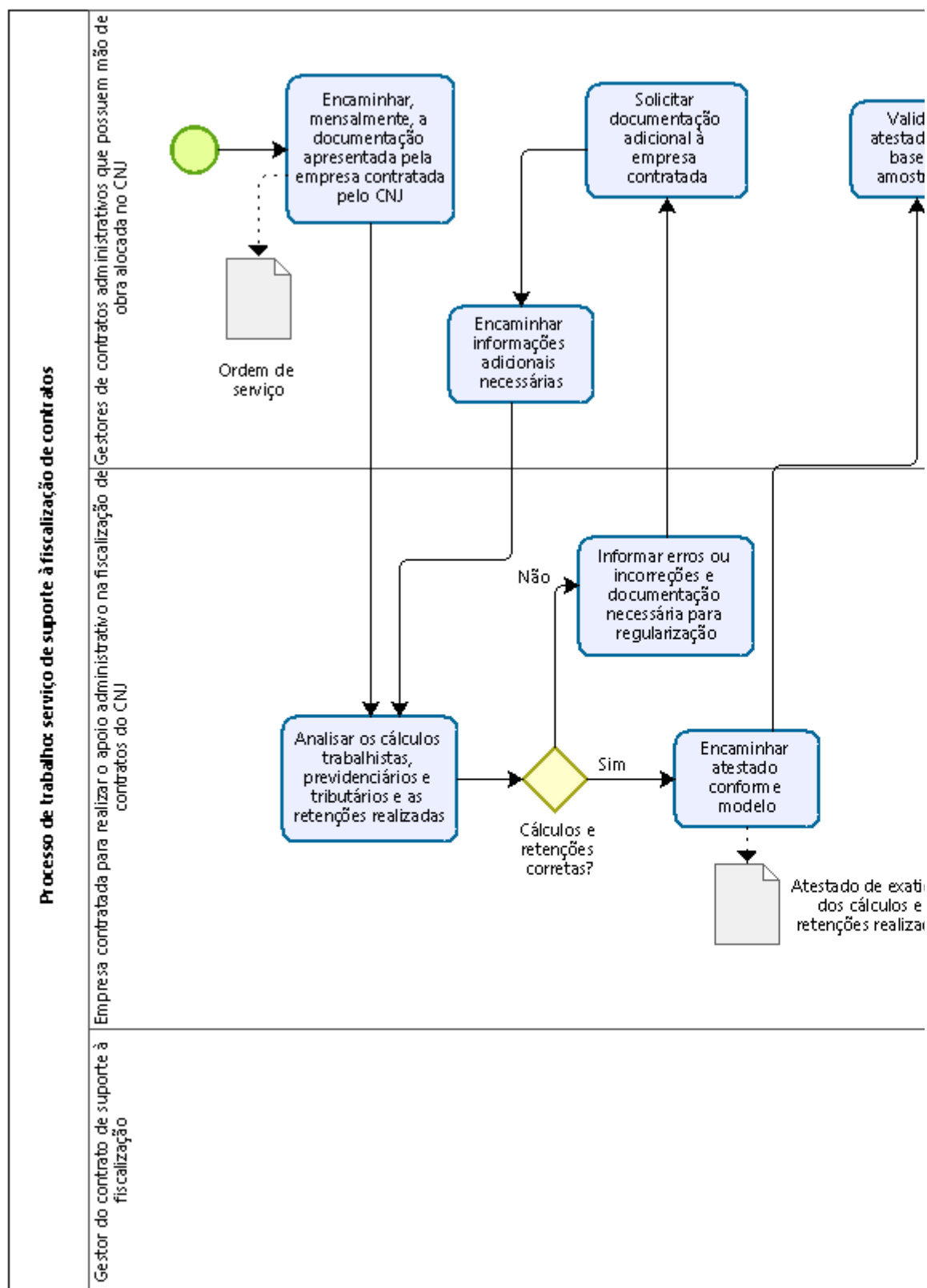
2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado

Contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do CNJ.

2.2 Especificação do Produto / Serviço a ser contratado

Trata-se de serviço sob demanda de suporte à fiscalização de contratos administrativos no que tange à conferência dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente no CNJ. Assim, compete à empresa contratada analisar e atestar a documentação mensalmente apresentada pelas empresas contratadas pelo CNJ que possuem mão de obra alocada no órgão.

Para melhor especificar e detalhar como o serviço será prestado, segue mapa do processo de trabalho (etapas e produtos da prestação do serviço pretendido) com a descrição dos principais aspectos relativos à prestação do serviço.



- Etapa 1: O processo começa com o envio por parte dos gestores do CNJ da documentação encaminhada pelas empresas contratadas que possuem mão de obra residente para a empresa contratada para realizar o apoio administrativo. O modelo de ordem de serviço está no item 16 deste

documento;

- Etapa 2: A empresa contratada para realizar apoio administrativo deve então analisar a documentação trabalhista, previdenciária e tributária de cada profissional alocado no CNJ por força de contrato encaminhado;
- Etapa 2.1: Se a documentação encaminhada estiver incompleta ou incorreta, a empresa de suporte à fiscalização de contratos deverá comunicar ao gestor quais informações precisam ser adicionadas;
- Etapa 2.2: O gestor dos contratos com mão de obra residente deverá providenciar junto às empresas a complementação da documentação conforme orientação recebida;
- Etapa 3: De posse de toda a documentação necessária para evidenciar o correto cálculo e recolhimento das obrigações citadas, a empresa contratada para dar suporte à fiscalização dos contratos do CNJ deverá emitir atestado conforme modelo (ver item 16).
- Etapa 4: Ao receber o atestado, compete ao gestor realizar a validação do atestado apresentado com base em uma análise amostral. Essa análise é um controle que se faz necessário para garantir a correta prestação do serviço por parte da empresa contratada. À medida em que fique demonstrada a adequação e a qualidade do serviço prestado, esse controle poderá ser reduzido ou até eliminado;
- Etapa 5: Se validado, o atestado deve ser anexado ao processo e comunicado à empresa de suporte à fiscalização de contratos.
- Etapa 6: Por fim, a empresa de suporte à fiscalização de contratos deverá emitir nota fiscal com a descrição do serviço prestado e a quantidade. De posse da nota fiscal, compete ao gestor do contrato de apoio à fiscalização solicitar o pagamento da empresa.

O serviço será prestado mensalmente com base no cronograma estabelecido no item 3. Para a execução do serviço especificado neste item também deverão ser observadas as obrigações da contratada (item 7). Vale destacar que a unidade de medida do serviço de apoio administrativo para fiscalização de contratos é a quantidade de pessoas que tiveram seus cálculos e recolhimentos trabalhistas, previdenciários e tributários do mês conferidos e atestados pela empresa contratada, independentemente do volume de documentos que foram analisados.

2.3 Em caso de produtos/serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. UNIT.	Q'TO

1	Serviço sob demanda de suporte à fiscalização de contratos administrativos no que tange à conferência e ateste dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente no CNJ.	Serviço	Quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos trabalhistas, previdenciários e tributários mensal conferidos e atestados pela empresa contratada (457 pessoas por mês, 5.484 análises no ano)	Unidade	5
---	---	---------	--	---------	---

2.4 Métricas utilizadas

Quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos trabalhistas, previdenciários e tributários do mês conferidos e atestados pela empresa contratada. No ano, estima-se um total de 5.484 análises (457 pessoas por mês vezes 12 meses).

2.5 Necessidade de Agrupamento de Itens

A aquisição em tela tem apenas 1 item.

2.6 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

O serviço que se pretende contratar não tem natureza contínua.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Via de regra, as empresas que prestam serviços para o CNJ com mão de obra residente encaminham até a segunda semana do mês subsequente a documentação relativa à prestação do serviço. Após essa entrega, tem-se normalmente 5 dias para realização do atesto e 30 dias para o pagamento.

Como o serviço de suporte à fiscalização começa com o recebimento da documentação encaminhada pelas empresas contratadas pelo CNJ, não é possível estabelecer um cronograma preciso. É possível, entretanto, estabelecer prazos para a prestação do serviço. Portanto, como o prazo para a realização do atesto é de 5 dias após o recebimento da documentação, **a empresa contratada terá 4 dias úteis para realizar o serviço** de conferência e ateste dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente no CNJ.

Seguem os marcos da execução conforme etapas estabelecidas no item 2.2.

--

Etapas	Descrição	Quando ocorre?
Etapa 1	Encaminhamento da documentação apresentada pelas empresas contratadas	Normalmente até a segunda semana do mês subsequente
Etapa 2 e 3	Análise e validação da documentação apresentada	Prazo de 4 dias após o encaminhamento inicial da documentação
Etapa 4 e 5	Análise do serviço prestado pela empresa de suporte à fiscalização	Até 5 dias após o recebimento do serviço de suporte à fiscalização
Etapa 6	Envio da nota fiscal	Até o 5 dia útil do mês subsequente
Etapa 7	Pagamento relativo aos serviços prestados	Até 30 dias após o recebimento da nota fiscal

3.1 Local e Horário

Os serviços serão realizados de forma remota, em horário comercial.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do CNJ para público externo é de 12 às 19 horas.

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

O serviço será prestado mensalmente

3.4 Ordem de Execução

Os serviços serão requeridos conforme modelo de ordem de serviço estabelecido no item 16.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

O artigo 1º da Lei nº 10.520/02 estabelece que o pregão foi criado para a aquisição de bens e serviços comuns. Em complementação, o Parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/02 definiu, de forma um tanto quanto genérica, que bens e serviços comuns são “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

Embora muito se discuta sobre a abrangência da aplicação deste instrumento licitatório, atualmente, pode-se interpretar, com certa tranquilidade, que bens e serviços comuns são aqueles que não demandam significativas exigências técnicas e que podem ser encontrados com facilidade no mercado.

Nesse ponto, importante esclarecer que um determinado objeto pode comportar complexidade técnica sem deixar de ser comum, bastando, para tanto, que esta técnica seja amplamente conhecida e oferecida pelo mercado.

O Tribunal de Contas da União no acórdão nº 188/2010 decidiu que: “Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços comuns, eis que pautados em especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos no edital.”.

No acórdão nº 2172/2008 o Tribunal de Contas da União afirmou que: “a utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade”.

Portanto, a modalidade que apresenta-se como melhor opção é o Pregão Eletrônico, amoldando-se ao Princípio da Legalidade. Assim, independentemente da alteração legislativa trazida a efeito pela Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, que alterou o art. 25, do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1956 (que considerou os serviços de contabilidade como de natureza técnica e singular, quando comprovada a notória especialização), o presente pleito se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio à fiscalização de contratos administrativos, a qual demanda complexidade técnica amplamente conhecida e oferecida pelo mercado, conforme é possível constatar nas propostas de preços recebidas após rápida busca realizada por este Conselho.

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1) Qualificação técnica

A licitante deverá cumprir o seguinte requisito para que o serviço seja entregue de acordo com a necessidade levantada:

1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que presta ou tenha prestado mensalmente serviços de contabilidade da folha de pagamento de outras empresas que totalize no mínimo **228 empregados. (50% da demanda estimada para cada mês)**. Justificativa: evidenciar capacidade de atender a demanda do CNJ;

Será admitida para efeitos de comprovação da qualificação técnica a soma de atestados.

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

A empresa terá de apresentar documentação que comprovem o atendimento dos requisitos de qualificação técnica e os demais requisitos habilitatórios previstos em lei. Além disso, deverá apresentar Certidão de Registro da empresa expedida ou visada pelo Conselho Regional de Contabilidade.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

1. Certificar, em 4 dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço, que as documentações apresentadas pelas empresas contratadas pelo CNJ evidenciam o adequado cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias referentes aos empregados alocados por força de

contrato;

2. Informar, em 4 dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço, ao CNJ possíveis erros e falhas na prestação de informações referentes ao adequado cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias por parte das empresas contratadas do CNJ;

3. Estabelecer canal de comunicação por telefone e e-mail com indicação de representante que atenderá as demandas do CONTRATANTE;

4. Responder tempestivamente dúvidas e questionamentos dos gestores do CNJ em relação ao serviço prestado;

5. Apresentar nota fiscal de serviço discriminando a quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias certificados pela empresa contratada;

6. Manter o CONTRATANTE informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do contrato;

7. Cumprir toda a legislação vigente e observar alterações referentes ao cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias aplicáveis aos contratos objeto da prestação de serviços de apoio à fiscalização de contratos;

8. Não prestar serviços de contabilidade para nenhuma das empresas contratadas pelo CNJ. Justificativa: eliminar conflitos de interesse;

9. O prestador de serviço deverá declarar, no ato da assinatura do contrato ou da demonstração de vínculo com o CONTRATANTE, ciência do Código de Conduta dos servidores do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria CNJ n. 56/2018;

10. A CONTRATADA deverá declarar no ato da assinatura do contrato ciência do Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços para o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Termo de Responsabilidade e compromisso com o Código de Conduta dos Fornecedores e compradores, instituído pela Portaria CNJ n. 18/01/2020;

11. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação; e

12. Guardar, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham a tomar conhecimento, o mais absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade;

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

1. Encaminhar tempestivamente à empresa contratada a documentação necessária para a prestação do serviço de suporte à fiscalização de contratos;

2. Atuar de acordo com o mapa do processo estabelecido nesse TR;

3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

4. Aplicar as sanções previstas assegurando à CONTRATADA o

contraditório e a ampla defesa;

5. Recusar, no todo ou em parte, os serviços/produtos em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;

6. Promover o pagamento dentro do prazo estipulado desde que atendidos os requisitos previstos neste documento;

7. Designar gestor para executar a fiscalização deste contrato; e

8. Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto acontecerá mensalmente após o a emissão e encaminhamento da nota fiscal pela contratada. A nota fiscal deverá ser acompanhada de relatório demonstrando detalhadamente o quantitativo das pessoas analisadas no mês por contrato e deverá ser emitida até o 5º dia útil do mês subsequente. O CNJ terá 5 (cinco) dias úteis para recebimento definitivo e 30 (trinta) dias para o pagamento do serviço prestado.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

O pagamento dos serviços está vinculado ao valor unitário dos trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos trabalhistas, previdenciários e tributários mensal conferidos e atestados pela empresa contratada no mês.

O pagamento será efetuado, mensalmente, conforme o quantitativo indicado na nota fiscal dos trabalhadores analisados, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

As seguintes penalidade poderão ser aplicadas, considerando que o prazo para a prestação do serviço é de 4 dias úteis do recebimento da ordem de serviço:

- Erro na execução do serviço: 0,5% do valor mensal do contrato;
- Atraso na prestação do serviço (a partir do 5º dia útil até o 10º dia útil): de 2% a 10% do valor mensal do contrato;
- Inexecução parcial (a partir do 10º dia útil até o 20º dia útil): de 10% a 20% do valor mensal do contrato, podendo ser cancelado o contrato; e
- Inexecução total (atraso na prestação do serviço superior a 20 dias úteis): cancelamento do contrato com multa de 20% do valor do contrato.

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A duração do contrato está adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários (art. 57 da Lei 8.666/93), o que corresponde, em termos práticos ao período, de 12 (doze) meses.

13. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de garantia contratual

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os gestores do contrato irão fiscalizar a prestação do serviço de acordo com o processo de trabalho estabelecido, as obrigações da contratada e do CNJ com foco nos resultados esperados que serão avaliados de acordo com os indicadores estabelecidos nos estudos preliminares (documento SEI nº 1008112).

15. ESTUDO PRELIMINAR

Este Termo de Referência foi elaborado conforme estudo preliminar (documento SEI nº 1008112) aprovado pelo despacho SAD nº 1010835.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Modelo de ordem de serviço

Nome do gestor	
Número do contrato	
Empresa contratada	
Mês de Referência	
Relação de funcionários alocados	
Solicito a conferência e ateste do cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias dos empregados da empresa XXXX alocados por força do contrato CNJ nº XX/YYYY. A documentação encaminhada pela mencionada empresa segue anexa.	

- Modelo de atestado de conformidade

Nome do gestor	
Número do contrato	
Empresa contratada	
Mês de Referência	

Relação de funcionários alocados	
----------------------------------	--

A empresa XXXXXX certifica que a documentação encaminhada pelo gestor YYYYY do contrato CNJ nº XX/YYYY evidencia o correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias dos empregados relacionados acima referente ao mês XXX.

Assinatura do contador responsável



Documento assinado eletronicamente por **ARTHUR DIAS AVELINO, CHEFE DE DIVISÃO - DIVISÃO DE APOIO À GOVERNANÇA E INOVAÇÃO DA DIRETORIA-GERAL**, em 31/05/2021, às 17:03, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO MARCELO ESTEVES LIMA, COORDENADOR - COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DA DIRETORIA-GERAL**, em 31/05/2021, às 17:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1098727** e o código CRC **30F04B9E**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 14052/2019
Assunto: contratação de serviço de apoio à fiscalização de contratos administrativos.
Servidor: Érika Teixeira Guimarães
Data: 19/02/2021

				Empresa: Fluxo Contabilidade CNPJ: 13.916.492/0001-10			Empresa: Total Contabilidade CNPJ: 25.048.579/0001-93			Empresa: Raac auditores e consultores independentes CNPJ: 32.545.545/0001-90			Empresa: Work7 auditores independentes CNPJ: 11.689.939/0001-21			Estudos Preliminares			Relatório Banco de Preços - Prefeitura de Arapongas			Relatório Banco de Preços - SENAI			Valor Superado pela área demandante, Despacho 1036665			VALOR MÉDIO (A)		VALOR MÍNIMO (B)		% VARIACÃO ENTRE (A) E (B)			
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor			Valor										
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim								
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário		Total		
Serviço de suporte à fiscalização de contratos administrativos no que tange à conferência e ateste dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente no CNI.				1	unidade	5.484	26,58	145.764,72	145.764,72	39,50	216.618,00	216.618,00	32,00	175.488,00	175.488,00	50,00	274.200,00	274.200,00	21,88	119.989,92	119.989,92	45,58	249.960,72	249.960,72	37,14	203.675,76	203.675,76	30,00	164.520,00	164.520,00	35,34	193.777,14	21,88	119.989,92	61,49%
VALOR TOTAL							145.764,72	216.618,00			175.488,00			274.200,00			119.989,92			249.960,72			203.675,76			164.520,00			193.777,14		119.989,92		61,49%		

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor médio total estimado:	193.777,14	(Cento e noventa e três mil e setecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos)
Valor mínimo total estimado:	119.889,92	(Cento e dezanove mil e novecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos)
Valor Sugerido pela área demandante	145.764,72	(Cento e quarenta e cinco mil e setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

Instruções para preenchimento:

1. Preencher apenas os campos sombreados em **AZUL**.
2. Indicar, na linha 9, se os preços da empresa serão considerados para média.
 - 2.1. Usar "Sim" se todos os preços forem aceitos (considerados);
 - 2.2. Usar "Parcial" se alguns preços forem desconsiderados (apagar, manualmente, da coluna "total considerado" os valores recusados);
 - 2.3. Usar "Não" se todos os preços forem desconsiderados
3. Não digitar valores em campos não sombreados de azul (o número 0 é diferente de espaço vazio; por isso não digitar preço R\$ 0,00)

Sim
Parcial
Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2021

Regido pelas Leis n. 10.520/2002 e 12.846/2013, pela Lei Complementar n. 123/2006, pelos Decretos n. 10.024/2019 e 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/1993.

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO CNJ.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

Data: **30/07/2021**

Horário: **14 h (horário de Brasília)**

A participação neste Pregão Eletrônico ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico e digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, a partir da data da liberação do Edital até o horário da abertura da sessão pública.

Endereço
Eletrônico

[HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR](https://www.gov.br/compras/pt-br)

Pregoeiro e
Equipe de Apoio

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
SAF/SUL, QUADRA 02, LOTE 05/06, ED. PREMIUM,
BLOCO "E", SALA 003
CEP: 70.070-600
Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5013
e-mail: cpl@cnj.jus.br

Mensagem às
licitantes

Em cumprimento da legislação e de determinações do Tribunal de Contas da União, o CNJ poderá instaurar processos administrativos com vistas à aplicação de

	<p>penalidades à empresa que entregar parcialmente documentação exigida para o certame; deixar de entregar documentação exigida para o certame; não manter a proposta ou ensejar o retardamento da execução do objeto; fazer declaração falsa ou entregar documentação com informações inverídicas ou com indícios de falsidade; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal. As penalidades previstas são advertência, suspensão, multa, impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento do SICAF por até 5 (cinco) anos. Em momento anterior ao de apresentação de propostas, as licitantes deverão analisar cuidadosamente o inteiro teor deste Edital e dos respectivos Anexos, compreender todos os seus termos, certificar-se de que dispõe dos recursos materiais e humanos necessários para participar da Sessão Pública e obter a certeza de que toda a documentação exigida está atualizada, de acordo com exigências Editalícias e pronta para ser exibida quando for requisitada pelo Pregoeiro.</p>
--	--



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2021

PREÂMBULO

O Conselho Nacional de Justiça torna público que realizará o Pregão Eletrônico n. 08/2021, do tipo menor preço, sob o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, para contratar o objeto abaixo descrito. A sessão pública será realizada em **30/07/2021**, às **14h** (horário de Brasília), no Conselho Nacional de Justiça, localizado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Edifício Premium, Asa Sul, Brasília – DF, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Esta licitação, autorizada no Processo n. 14052/2019, Despacho 1125893, será regida pelas Leis n. 10.520/2002 e 12.846/2013, pela Lei Complementar n. 123/2006, pelos Decretos n. 10.024/2019 e 8.538/2015, pelas condições constantes neste Edital e, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/1993.

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do CNJ, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I e II deste Edital.

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste Pregão Eletrônico será pública e realizada em conformidade com este Edital em data, horário e endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que:

a) atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico (Comprasnet);

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.4. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.5. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento do Edital, o



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do presente Edital.

2.6. Para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015.

2.7. As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverão manifestar, em campo próprio, sob as penas da lei, declaração de que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.9. Não poderão participar desta licitação:

a) pessoas jurídicas que não explorem atividade compatível com o objeto desta licitação;

b) empresas punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

c) empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) empresas impedidas de licitar e contratar com a União; e

e) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.10. Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, observado o seguinte:

a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

b) a licitante deve comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, mediante digitação de senha privativa, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **formulada de acordo com os Anexos I e II do Edital**, e os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

4.2. Ao encaminhar a proposta de preços, a licitante deverá incluir o **detalhamento do objeto** ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto”. Caso o número de caracteres seja insuficiente, deverá incluir descrição resumida contendo as informações essenciais.

4.3. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.4. A licitante deverá consignar em campo adequado do sistema eletrônico **o valor unitário de cada item e, se for o caso de cada item que compõe o grupo**, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.5. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas nos Anexos deste Edital.

4.6. Em caso de divergência entre as especificações técnicas descritas no Sistema Comprasnet e as descritas neste Edital, prevalecerão estas.

4.7. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

4.8 Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata a Seção referente à negociação e ao julgamento deste Edital.

4.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.10 A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverá constar:

a) identificação social, número do CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, número de fax e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular com firma reconhecida (ou caso não a tenha, que seja acompanhada de documento oficial de identificação de seu outorgante para fins de comparação das assinaturas e verificação de autenticidade) com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

c) prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

d) indicação única de preço (R\$), com exibição dos valores unitário, em algarismos, e total, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo;

e) descrição clara do objeto cotado, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência;

f) apresentar Certidão de Registro da empresa expedida ou visada pelo Conselho Regional de Contabilidade.

4.11 Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

4.12. Os documentos para habilitação, relativos a estabelecimento matriz e aos estabelecimentos filiais que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, serão os seguintes:

Habilitação jurídica



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- a) registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

Regularidade fiscal e trabalhista

- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;
- d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

Qualificação econômico-financeira

- j) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial e Certidão Negativa de Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Qualificação técnica

- k) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que presta ou tenha prestado mensalmente serviços de contabilidade da folha de pagamento de outras empresas que totalize no mínimo **228 empregados**. **(50% da demanda estimada para cada mês)**

k.1) será admitido o somatório de atestados como forma de comprovar o quantitativo mínimo exigido;

k.2) o(s) documento(s) apresentado(s) por uma mesma licitante para fins de qualificação técnica poderá(ão) estar referidos a todos os seus estabelecimentos;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

k.3) o(s) documento(s) deverá(ão) conter a razão social, CNPJ, endereço, telefone e identificação dos responsáveis pelas informações, bem como quaisquer outros meios de que o CNJ possa valer-se para certificar-se das informações contidas nos atestados;

k.4) o CNJ poderá diligenciar a pessoa jurídica indicada no atestado visando obter informações sobre o serviço prestado.

Declarações exigidas

l) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988 (trabalho de menores de idade, observada a Lei n. 9.854/1999);

m) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

n) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

4.13. As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g’, ‘h’ e ‘i’ do item 4.12, para fins de habilitação da licitante cadastrada naquele sistema. Essas declarações somente serão válidas nas seguintes condições:

a) se as informações relativas àqueles documentos estiverem disponíveis para consulta na data da sessão de recebimento da proposta e da documentação; e

b) se estiverem dentro dos respectivos prazos de validade.

4.14. Em cumprimento ao disposto na Lei n. 12.440/2011 e nos artigos 27, IV, e 29, V, da Lei n. 8.666/1993, será consultada no sítio www.tst.jus.br a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho, **sendo considerada, para fins de habilitação, a CNDT mais atualizada.**

4.15. Caso nos registros cadastrais conste algum documento com prazo de validade vencido, a licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, no mesmo decurso estipulado no item 9.3 sob pena de inabilitação.

4.16. Quando a certidão for emitida com prazo de validade indeterminado e/ou o prazo de validade da certidão não estiver expresso em seu instrumento, aquela expedida nos últimos 60 (sessenta) dias que antecederem à data da sessão deste certame será considerada válida, exceto quando houver norma (lei, resolução, instrução normativa, portaria etc.) estabelecendo prazo de validade inferior, hipótese na qual prevalecerá o prazo nela previsto. Os prazos aqui referidos serão contados a partir da data de emissão, inclusive.

4.17. As microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.18.1 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

4.19. No caso de empresas estrangeiras participantes da licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre. Sendo declarada vencedora do certame, os documentos de habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados (Apostila de Haia) como condição para assinatura do contrato, recebimento do instrumento de contrato, ou assinatura da ata de registro de preços.

4.20. Não serão aceitos documentos novos após a abertura da sessão pública, observados os itens 9.3 e 9.4 deste Edital.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CONFORMIDADE, DA ORDENAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro. Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

SEÇÃO VII – DA FASE COMPETITIVA

7.1. Aberta a fase competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital;

b) a licitante somente poderá oferecer lance inferior ou maior percentual de desconto ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

c) não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.3. Durante a sessão pública deste pregão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado” em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

7.6. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.

7.7. Encerrado o prazo de quinze minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada, concluindo assim, a etapa aberta.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.8. Após o encerramento automático dos lances, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9. Na etapa fechada, caso não haja o mínimo de três ofertas na margem dos 10% (dez por cento) previstos no item anterior, o sistema oportunizará aos autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, o registro de um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.10. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.7 e 7.9, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.11. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.8 e 7.9, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item anterior.

7.12. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, será facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para que as licitantes possam apresentar uma oferta definitiva em até 5 minutos, nos termos do disposto no item anterior.

7.13. Na fase competitiva, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7.14. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da fase competitiva e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.15. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

8.2. Quando houver participação nesta licitação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas que se enquadrem na situação prevista no item 8.2;

b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” do item 8.2 para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, na situação da alínea “b” do item 8.2, ou não ocorrendo a regularização fiscal na situação prevista no item 4.17, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito.

8.3. Se não houver licitante que atenda a situação prevista no item 8.2, em igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, nos termos do § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666:

a) bens e serviços produzidos no País;

b) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.4. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, serão aplicados os critérios estabelecidos nos itens 8.2 e 8.3.

8.5. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será **sorteada** pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem, após a fase de lances e ou negociação, valores unitários e ou totais superiores aos estabelecidos no **Anexo II – Estimativa de Preços**.

9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.4. A licitante terá o prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro para envio da proposta adequada ao último lance ofertado, bem como para envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, não podendo constar documentos novos, que deveriam ter sido cadastrados juntamente com a proposta, conforme o § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

9.5. Não serão considerados novos os documentos e/ou informações que possam ser obtidos mediante consulta gratuita, aberta a qualquer interessado, a bancos de dados de órgãos e/ou entidades públicos, privados e/ou de caráter público, que estejam disponíveis na rede mundial de computadores.

9.6. O prazo previsto no item 9.4 poderá ser prorrogado por até 1 (uma) hora, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

9.7. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta ajustada ao menor lance quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante nos termos exigidos neste Edital.

9.8. Quando do envio da proposta ajustada, o licitante interessado poderá evidenciar informações que eventualmente tenham constado de forma implícita na proposta originária.

9.9. Para fins de classificação, não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido. Os termos da proposta, se vantajosos ao CNJ, vinculam a licitante e serão integralmente exigíveis.

9.10. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

9.11. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

9.12. Será declarada vencedora a licitante que, atendidas as demais exigências fixadas neste Edital, apresentar o **menor valor para o item, observado o valor máximo constante da estimativa de preços do Anexo II deste Edital**.

SEÇÃO X – DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de recurso e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

10.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de **3 (três) dias**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

SEÇÃO XI – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 A adjudicação do objeto à licitante vencedora ficará sujeita à homologação do procedimento licitatório pelo Diretor-Geral ou pelo Secretário de Administração, conforme o caso, depois de decididos eventuais recursos e constatada a regularidade dos atos praticados.

SEÇÃO XII – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

12.1 A adjudicatária ficará obrigada a:

a) assinar o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação;

b) executar o objeto, observadas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, na proposta e no contrato;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

c) apresentar, caso seja optante do Simples Nacional, no ato da assinatura do contrato, declaração em conformidade com o Art. 6º da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012;

c.1) no caso de não ser apresentada a declaração prevista na alínea anterior, serão retidos todos os tributos e contribuições no pagamento a ser efetuado;

d) apresentar, a qualquer tempo, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação do CNJ, os originais necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa.

12.2 Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta) dias corridos**, sem convocação para a assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO XIII – DAS SANÇÕES

13.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n. 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

13.2. Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2020, após regular procedimento de apuração, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Edital e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ocorrência	Penalidade
a) entregar parcialmente documentação exigida para o certame	<i>Advertência</i>
b) deixar de entregar documentação exigida para o certame	<i>Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 1 (um) a 6 (seis) meses</i>
c) não manter a proposta ou ensejar o retardamento da execução do objeto	<i>Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano</i>
d) fazer declaração falsa ou entregar documentação com informações inverídicas ou com indícios de falsidade	<i>Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 2 (dois) a 4 (quatro) anos</i>
e) comportar-se de modo inidôneo	<i>Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 3 (três) a 5 (cinco) anos</i>
f) cometer fraude fiscal	<i>Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.</i>

13.3 As penalidades previstas nas letras “b” e “c” poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), desde que não tenha havido nenhum dano ao CNJ, quando a conduta praticada tenha sido decorrente:

a) de falha ou erro escusável da licitante;

b) da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído;

c) da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do Edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

13.4. Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento em mais de uma conduta prevista, será aplicada a penalidade mais grave, podendo ser aumentada de 1/3 (um terço) até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

13.4.1. A penalidade resultante da aplicação do subitem 13.4 não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente, e em nenhuma hipótese a penalidade aplicada poderá ser superior a 5 (cinco) anos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

13.5. Com fundamento no art. 9º da Lei n. 10.520/2002 e nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, sem prejuízo do disposto nos itens 13.1 e 13.2, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, também às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, nos casos previstos nos Anexo I – Termo de Referência - do Edital;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra “c”.

13.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 13.5 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

13.7. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

13.8. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o CNJ poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à Contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa.

13.8.1. Quando houver provimento da defesa prévia, do recurso ou reconsideração da decisão que aplicar a penalidade, os valores retidos cautelarmente serão devolvidos ao interessado.

13.9. Todas as penalidades serão registradas no SICAF.

13.10. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SEÇÃO XIV – DO RECEBIMENTO

14.1. O objeto desta licitação será recebido observadas as condições e as especificações estabelecidas nos Anexos I e III do Edital.

14.2. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, fica a Contratada obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CNJ.

14.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

SEÇÃO XV – DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento, observadas as condições estabelecidas no Anexo I do Edital, será efetuado mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.

15.2. A Contratada não poderá apresentar nota fiscal com número raiz do CNPJ diverso do registrado no preâmbulo do Contrato.

15.3. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na proposta, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e, nesse caso, o prazo previsto no item 15.1 será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

15.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

15.5. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela Contratada no Protocolo do CNJ.

15.6. O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto pelo CNJ, desde que não se verifiquem falhas na execução dos serviços, e os prazos previstos no item 15.1 serão contados a partir do recebimento definitivo do objeto.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

15.7. A não manutenção das condições de habilitação pela Contratada não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.8. Ao longo da execução do Contrato, a inclusão de estabelecimento integrante da pessoa jurídica no conjunto daqueles responsáveis pela execução do objeto poderá ocorrer, desde que mediante apresentação de documentos, referidos a todo o período de vigência já transcorrida do ajuste, hábeis à prova de regularidade do estabelecimento a ser acrescido junto à Fazenda Estadual/Distrital e Municipal, bem como de prévia formalização do acréscimo, em termo aditivo ao contrato.

SEÇÃO XVI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos consignados ao Conselho Nacional de Justiça no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho 02.032.0033.21BH.0001 - Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias. Natureza de despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

SEÇÃO XVII – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

17. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

SEÇÃO XVIII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1. Homologada a licitação, o CNJ convocará a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura, por meio eletrônico, do instrumento contratual, que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n. 8.666/1993.

18.2. Impreterivelmente dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da convocação que lhe seja feita pelo CNJ, a licitante vencedora deverá requerer cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância do quanto disposto na Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

18.3. A licitante vencedora deverá assinar, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob as penas previstas na legislação, o instrumento contratual, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

18.4. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

18.5. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

SEÇÃO XIX – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da emissão da primeira Ordem de Serviço.

SEÇÃO XX – DO REAJUSTE

20.1 O preço contratado será fixo e irredutível.

SEÇÃO XXI – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. O CNJ nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

21.2. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto contratado.

SEÇÃO XXII – DA RESCISÃO DO CONTRATO

22.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida no contrato, por parte da Contratada, assegurará ao CNJ o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

22.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

a) atraso injustificado na execução do objeto, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CNJ;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CNJ.

22.3. Caso a Contratada venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação do contrato, desde que sua execução não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

seja afetada e que a Contratada mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

22.4. Ao CNJ é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

22.5. A rescisão do contrato será amigável, por acordo entre as partes, quando houver conveniência para a Administração.

22.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

SEÇÃO XXIII – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

23.1. Qualquer interessado, antes de decidir participar do Pregão, deverá providenciar exaustivo estudo do inteiro teor do Edital e apresentar, à CPL, as dúvidas e impugnações (inclusive as correlatas a eventuais irrazoabilidades, desproporcionalidades e/ou omissões) que entender existentes neste instrumento.

23.2. Ao participar desta licitação, a licitante estará se declarando ciente de que as condições editalícias, descrições de produtos, condições de fornecimento e outras fórmulas destinam-se a garantir, nos termos Lei, transparência, objetividade, certeza jurídica e isonomia de tratamento a todos os participantes bem como à obtenção de eficácia e celeridade para o processo seletivo do menor preço (ou maior desconto) e da melhor proposta.

23.3. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura, exclusivamente por meio do endereço eletrônico: cpl@cnj.jus.br.

23.4. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23.5. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão deste pregão, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório, mediante petição a ser encaminhada por meio do endereço eletrônico cpl@cnj.jus.br.

23.6. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

23.7. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SEÇÃO XXIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. O Edital estará à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, localizada no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Edifício Premium, Bloco “E”, Sala 003, Asa Sul, Brasília – DF, CEP: 70.070-600 nos dias úteis, das 12h às 19h, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.cnj.jus.br/transparencia.

24.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

24.3. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

24.4. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

24.5. Todas as informações, pedidos de esclarecimentos e respostas a impugnações referentes a esta licitação estarão disponíveis no site do CNJ na internet: www.cnj.jus.br/transparencia.

24.6. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, o presente Edital e a proposta da adjudicatária serão parte integrante do contrato.

24.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

24.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

24.8. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

24.9. Compete exclusivamente aos licitantes, aos adjudicatários e aos demais interessados manter atualizados, junto ao CNJ, os respectivos endereços, inclusive eletrônicos (e-mail). O CNJ reserva-se o direito de considerar válidas comunicações enviadas aos licitantes, aos adjudicatários e a quaisquer outros interessados pelos endereços, inclusive eletrônicos, registrados nos autos e/ou no Sistema SICAF (mantido pelo Poder Executivo Federal).

24.10. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

24.11 As disposições deste Edital serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.12. Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, as Leis 13.726/2018 e 10.406/2002, bem como as demais normas pertinentes.

Brasília, 16 de julho de 2021.

Getúlio Vaz
Secretário de Administração
Portaria n. 104/2015



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2021
ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida

Foi realizada pesquisa com o objetivo de diagnosticar a maturidade geral do processo de gestão de contratos a partir da opinião e experiência dos gestores do CNJ. Os resultados constam do documento SEI nº [0971737](#) e apontaram a necessidade de apoio técnico para suprir as demandas dos gestores de contrato com mão de obra alocada, dentre elas a ausência de conhecimento técnico especializado das matérias tributárias, trabalhistas e previdenciárias, o reduzido número de servidores e a crescente atuação do CNJ com vistas ao atendimento das suas finalidades institucionais.

Pelas respostas apresentadas, percebe-se a necessidade de o CNJ aprimorar o suporte institucional ofertado aos gestores de contratos do órgão, necessidade que será atendida por meio da aquisição em tela.

1.2 Indique as partes interessadas

Atualmente, o CNJ possui 18 contratos com previsão de mão de obra residente e 457 empregados alocados. São 15 gestores que fazem a fiscalização desses contratos (sem considerar gestores substitutos nem fiscais).

1.3 Indique os resultados esperados da aquisição

Espera-se, com a aquisição, os seguintes resultados:

- 1) Aprimoramento da conferência dos cálculos e das retenções trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra alocada no CNJ por força de contrato;
- 2) Redução de erros e riscos para a Administração;
- 3) Redução nos custos de realização da mencionada atividade (ver estudo preliminar); e
- 4) Redução do tempo empregado pelos gestores na fiscalização de aspectos administrativos da contratação.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1.4 Justificativa da contratação

O Conselho Nacional de Justiça tem o poder-dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus contratos administrativos, conforme disciplina o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, que dispõe:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

III – fiscalizar-lhes a execução;

Assim, este Conselho possui a obrigação de acompanhar todas as circunstâncias que envolvem a execução de seus contratos, quais sejam, as disposições contratuais, técnicas e administrativas.

Para o desenvolvimento das atividades de fiscalização, deve ser mantida uma equipe ou profissional fiscalizador habilitado e com experiência técnica para acompanhamento e controle do objeto do contrato.

Confirmando isso, o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 estabelece expressamente que a atividade fiscalizatória deverá ser executada por *“um representante da Administração especialmente designado(...).”*

Complementarmente, o parágrafo único do mesmo artigo determina que esse representante *“anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados”*. Importante pontuar que o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 prevê, na parte final do *caput*, que é possível a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o representante da Administração designado para fiscalizar o contrato administrativo.

A contratação é justificada pela necessidade apresentada (item 1.1), pela possibilidade jurídica de contratação de terceiros para subsidiar o acompanhamento e a fiscalização de contratos administrativos, pelos resultados esperados da aquisição (1.3) e pelo planejamento realizado nos estudos preliminares (documento nº [1008112](#)).

2. OBJETO

2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do CNJ.

2.2 Especificação do Produto / Serviço a ser contratado

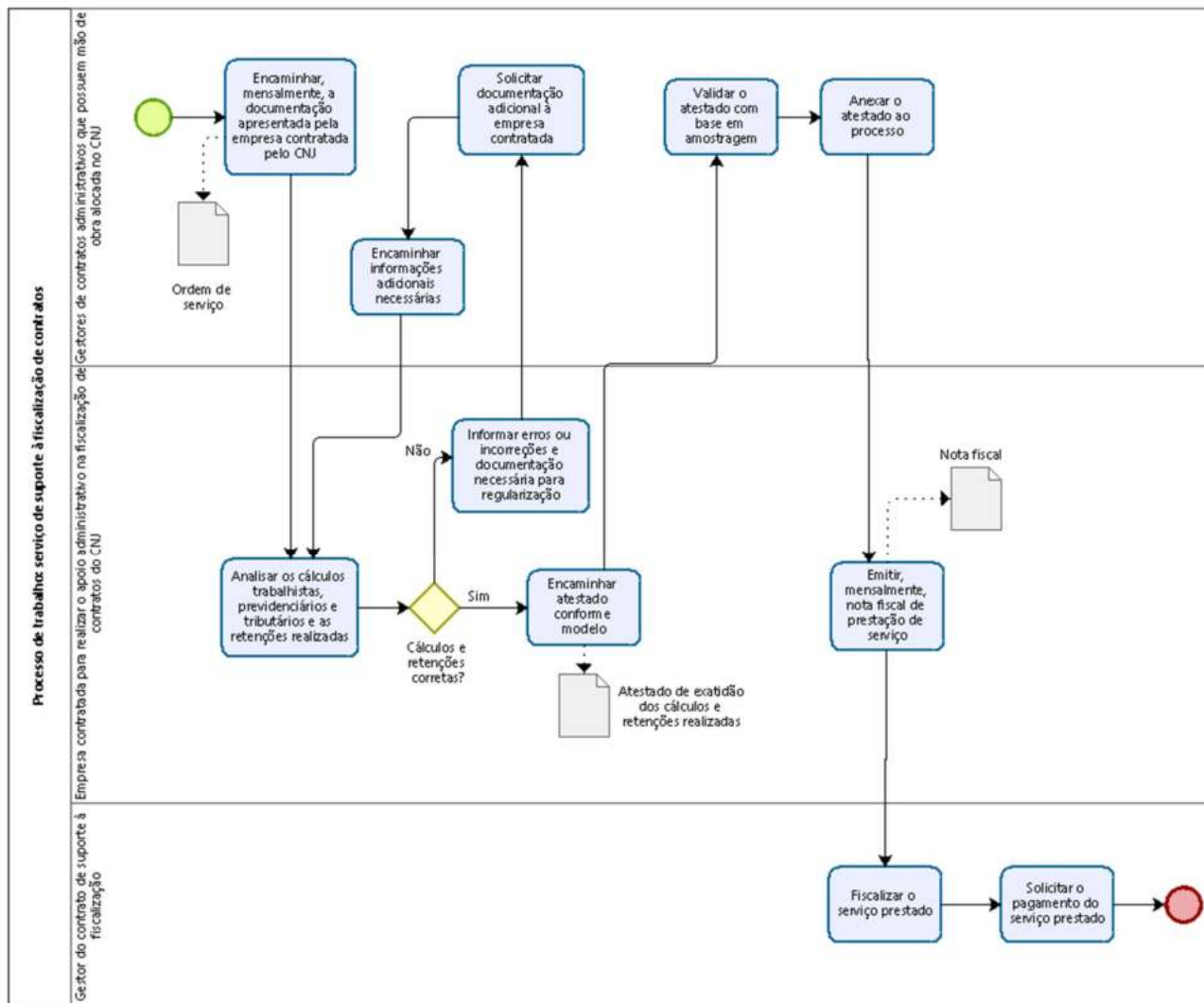
Trata-se de serviço sob demanda de suporte à fiscalização de contratos administrativos no que tange à conferência dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente no CNJ. Assim, compete à empresa contratada analisar e atestar a documentação mensalmente apresentada pelas empresas contratadas pelo CNJ que possuem mão de obra alocada no órgão.

Para melhor especificar e detalhar como o serviço será prestado, segue mapa do processo de trabalho (etapas e produtos da prestação do serviço pretendido) com a descrição dos principais aspectos relativos à prestação do serviço.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



Etapa 1: O processo começa com o envio por parte dos gestores do CNJ da documentação encaminhada pelas empresas contratadas que possuem mão de obra residente para a empresa contratada para realizar o apoio administrativo. O modelo de ordem de serviço está no item 16 deste documento;

Etapa 2: A empresa contratada para realizar apoio administrativo deve então analisar a documentação trabalhista, previdenciária e tributária de cada profissional alocado no CNJ por força de contrato encaminhado.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Etapa 2.1: Se a documentação encaminhada estiver incompleta ou incorreta, a empresa de suporte à fiscalização de contratos deverá comunicar ao gestor quais informações precisam ser adicionadas;

Etapa 2.2: O gestor dos contratos com mão de obra residente deverá providenciar junto às empresas a complementação da documentação conforme orientação recebida;

Etapa 3: De posse de toda a documentação necessária para evidenciar o correto cálculo e recolhimento das obrigações citadas, a empresa contratada para dar suporte à fiscalização dos contratos do CNJ deverá emitir atestado conforme modelo (ver item 16);

Etapa 4: Ao receber o atestado, compete ao gestor realizar a validação do atestado apresentado com base em uma análise amostral. Essa análise é um controle necessário para garantir a correta prestação do serviço pela empresa contratada;

Etapa 5: Se validado, o atestado deverá ser anexado ao processo e comunicado à empresa de suporte à fiscalização de contratos;

Etapa 6: Por fim, a empresa de suporte à fiscalização de contratos deverá emitir nota fiscal com a descrição do serviço prestado e a quantidade;

Etapa 7: De posse da nota fiscal, caberá ao gestor do contrato de apoio à fiscalização solicitar o pagamento da empresa.

O serviço será prestado mensalmente com base no cronograma estabelecido no item 3. Para a execução do serviço especificado neste item, também deverão ser observadas as obrigações da contratada (item 7). Vale destacar que a unidade de medida do serviço de apoio administrativo para fiscalização de contratos é a quantidade de pessoas que tiveram seus cálculos e recolhimentos trabalhistas, previdenciários e tributários do mês conferidos e atestados pela empresa contratada, independentemente do volume de documentos que foram analisados.

2.3 Em caso de produtos/serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Serviço sob demanda de suporte à fiscalização de contratos administrativos no	Serviço	Quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos trabalhistas,	Unidade	5.484



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

que tange à conferência e ateste dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente no CNJ.		previdenciários e tributários mensais conferidos e atestados pela empresa contratada (457 pessoas por mês, 5.484 análises no ano)		
---	--	---	--	--

2.4 Métricas utilizadas

Quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos trabalhistas, previdenciários e tributários do mês conferidos e atestados pela empresa contratada. No ano, estima-se um total de 5.484 análises (457 pessoas por mês vezes 12 meses).

2.5 Necessidade de Agrupamento de Itens

Não se aplica, pois a aquisição pretendida possui apenas 1(um) item.

2.6 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

O serviço que se pretende contratar não tem natureza contínua.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Via de regra, as empresas que prestam serviços para o CNJ com mão de obra residente encaminham, até a segunda semana do mês subsequente, a documentação relativa à prestação do serviço. Após essa entrega, tem-se normalmente 5 dias para realização do atesto e 30 dias para o pagamento.

Como o serviço de suporte à fiscalização começa com o recebimento da documentação encaminhada pelas empresas contratadas pelo CNJ, não é possível estabelecer um cronograma preciso. É possível, entretanto, estabelecer prazos para a prestação do serviço. Portanto, como o prazo para a realização do atesto é de 5 dias após o recebimento da documentação, **a empresa contratada terá 4 dias úteis para realizar o serviço** de conferência e ateste dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente no CNJ.

Seguem os marcos da execução, conforme etapas estabelecidas no item 2.2.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Etapa	Descrição	Quando ocorre?
Etapa 1	Encaminhamento da documentação apresentada pelas empresas contratadas	Normalmente até a segunda semana do mês subsequente
Etapa 2 e 3	Análise e validação da documentação apresentada	Prazo de 4 dias após o encaminhamento inicial da documentação
Etapa 4 e 5	Análise do serviço prestado pela empresa de suporte à fiscalização	Até 5 dias após o recebimento do serviço de suporte à fiscalização
Etapa 6	Envio da nota fiscal	Até o 5 dia útil do mês subsequente
Etapa 7	Pagamento relativo aos serviços prestados	Até 30 dias após o recebimento da nota fiscal

3.1 Local e Horário

Os serviços serão realizados de forma remota, em horário comercial.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do CNJ para o público externo é de 12h a 19h.

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

O serviço será prestado mensalmente.

3.4 Ordem de Execução

Os serviços serão requeridos conforme modelo de ordem de serviço estabelecido no item 16.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

O artigo 1º da Lei nº 10.520/02 estabelece que o pregão foi criado para a aquisição de bens e serviços comuns. Em complementação, o Parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/02 definiu, de forma um tanto quanto genérica, que bens e serviços comuns são “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Embora muito se discuta sobre a abrangência da aplicação deste instrumento licitatório, atualmente, pode-se interpretar, com certa tranquilidade, que bens e serviços comuns são aqueles que não demandam significativas exigências técnicas e que podem ser encontrados com facilidade no mercado.

Nesse ponto, importante esclarecer que um determinado objeto pode comportar complexidade técnica sem deixar de ser comum, bastando, para tanto, que esta técnica seja amplamente conhecida e oferecida pelo mercado.

O Tribunal de Contas da União no acórdão nº 188/2010 decidiu que: “Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços comuns, eis que pautados em especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos no edital.”

No Acórdão nº 2172/2008, o Tribunal de Contas da União afirmou que: “a utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade”.

Portanto, a modalidade que se apresenta como melhor opção é o Pregão Eletrônico, amoldando-se ao Princípio da Legalidade. Assim, independentemente da alteração legislativa trazida a efeito pela Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, que alterou o art. 25, do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1956 (que considerou os serviços de contabilidade como de natureza técnica e singular, quando comprovada a notória especialização), o presente pleito se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio à fiscalização de contratos administrativos, a qual demanda complexidade técnica amplamente conhecida e oferecida pelo mercado, conforme é possível constatar nas propostas de preços recebidas após rápida busca realizada por este Conselho.

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1) Qualificação técnica

A licitante deverá cumprir o seguinte requisito para que o serviço seja entregue de acordo com a necessidade levantada:

1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que presta ou tenha prestado mensalmente serviços de contabilidade da folha de pagamento de outras empresas que totalize no mínimo **228 empregados** (50% da demanda estimada para cada mês). Justificativa: evidenciar capacidade de atender à demanda do CNJ;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Será admitida, para efeitos de comprovação da qualificação técnica, a soma de atestados.

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

A empresa terá de apresentar documentação que comprove o atendimento dos requisitos de qualificação técnica e dos demais requisitos de habilitação previstos em lei. Além disso, deverá apresentar Certidão de Registro expedida ou visada pelo Conselho Regional de Contabilidade.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

7.1. Certificar, em 4 (quatro) dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço, que as documentações apresentadas pelas empresas contratadas pelo CNJ evidenciam o adequado cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias referentes aos empregados alocados por força de contrato;

7.2. Informar, em 4 (quatro) dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço, possíveis erros e falhas na prestação de informações referentes ao adequado cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias por parte das empresas contratadas do CNJ;

7.3. Estabelecer canal de comunicação por telefone e e-mail, com indicação de representante que atenderá às demandas do CONTRATANTE;

7.4. Responder tempestivamente a dúvidas e questionamentos dos gestores do CNJ em relação ao serviço prestado;

7.5. Apresentar nota fiscal de serviço, discriminando a quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias certificados pela empresa contratada;

7.6. Manter o CONTRATANTE informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do contrato;

7.7. Cumprir a legislação vigente e observar alterações referentes ao cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias aplicáveis aos contratos objeto da prestação de serviços de apoio à fiscalização de contratos;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.8. Não prestar serviços de contabilidade para nenhuma das empresas contratadas pelo CNJ, visando evitar conflitos de interesse;

7.9. O prestador de serviço deverá declarar, no ato da assinatura do contrato ou da demonstração de vínculo com o CONTRATANTE, ciência do Código de Conduta dos servidores do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria CNJ n. 56/2018;

7.10. Declarar, no ato da assinatura do contrato, ciência do Código de Conduta das Contratadas de Bens e Serviços para o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Termo de Responsabilidade e compromisso com o Código de Conduta dos Fornecedores e compradores, instituído pela Portaria CNJ n. 18/01/2020, anexo a este Termo de Referência;

7.11. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

7.12. Guardar, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou de que, por qualquer forma ou modo, venham a tomar conhecimento, o mais absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, respondendo, por força da lei civil e criminal, por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

8.1. Encaminhar tempestivamente à empresa contratada a documentação necessária para a prestação do serviço de suporte à fiscalização de contratos;

8.2. Atuar de acordo com o mapa do processo estabelecido neste Termo de Referência;

8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

8.4. Aplicar sanções, assegurando à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa;

8.5. Recusar, no todo ou em parte, os serviços/produtos em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

8.6. Promover o pagamento no prazo estipulado, desde que atendidos os requisitos previstos neste Termo de Referência;

8.7. Designar gestor para executar a fiscalização do contrato;

8.8 Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O recebimento do objeto acontecerá mensalmente após a emissão e encaminhamento da nota fiscal pela Contratada. A nota fiscal deverá ser acompanhada de relatório demonstrando detalhadamente o quantitativo de pessoas analisadas no mês por contrato e deverá ser emitida até o 5º dia útil do mês subsequente.

9.2. O CNJ terá 5 (cinco) dias úteis para recebimento definitivo e 30 (trinta) dias para o pagamento do serviço prestado.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

10.1. O pagamento dos serviços está vinculado ao valor unitário dos trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos trabalhistas, previdenciários e tributários conferidos e atestados pela empresa contratada no mês.

10.2. O pagamento será efetuado, mensalmente, conforme o quantitativo indicado na nota fiscal dos trabalhadores analisados, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias do recebimento definitivo, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

As seguintes penalidades poderão ser aplicadas, considerando que o prazo para a prestação do serviço é de 4 dias úteis do recebimento da ordem de serviço:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Erro na execução do serviço: 0,5% do valor mensal do contrato;
- Atraso na prestação do serviço (a partir do 5º dia útil até o 10º dia útil): de 2% a 10% do valor mensal do contrato;
- Inexecução parcial (a partir do 10º dia útil até o 20º dia útil): de 10% a 20% do valor mensal do contrato, podendo ser cancelado o contrato; e
- Inexecução total (atraso na prestação do serviço superior a 20 dias úteis): cancelamento do contrato com multa de 20% do valor do contrato.

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A duração do contrato está adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários (art. 57 da Lei 8.666/93), o que corresponde, em termos práticos ao período, de 12 (doze) meses, a contar da emissão da primeira Ordem de Serviço.

13. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de garantia contratual

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os gestores do contrato irão fiscalizar a prestação do serviço de acordo com o processo de trabalho estabelecido e com as obrigações da contratada e do CNJ, com foco nos resultados esperados, que serão avaliados de acordo com os indicadores estabelecidos nos estudos preliminares (documento SEI nº [1008112](#)).

15. ESTUDO PRELIMINAR

Este Termo de Referência foi elaborado conforme Estudo Preliminar (documento SEI nº [1008112](#)) aprovado pelo despacho SAD nº [1010835](#).

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Modelo de ordem de serviço

Nome do gestor	
Número do contrato	
Empresa contratada	
Mês de Referência	
Relação de funcionários alocados	
Solicito a conferência e ateste do cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias dos empregados	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

da empresa XXXX alocados por força do contrato CNJ nº XX/YYYY. A documentação encaminhada pela mencionada empresa segue anexa.

- Modelo de atestado de conformidade

Nome do gestor	
Número do contrato	
Empresa contratada	
Mês de Referência	
Relação de funcionários alocados	
A empresa XXXXXX certifica que a documentação encaminhada pelo gestor YYYYYY do contrato CNJ nº XX/YYYY evidencia o correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias dos empregados relacionados acima referente ao mês XXX.	
Assinatura do contador responsável	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2021

ANEXO I – A DO EDITAL

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE
CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA**

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ nº _____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu instrumento de contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2021

ANEXO II DO EDITAL

A) ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do CNJ, nos termos e condições do Termo de Referência.	Un.	5.484	26,58	145.764,72

B) PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(algarismos)	(algarismos)
VALOR TOTAL DO ITEM ... (R\$) (algarismos e extenso)					

C) MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (MODELO)

Nome do gestor	
Número do contrato	
Empresa contratada	
Mês de Referência	
Relação de funcionários alocados	
Solicito a conferência e ateste do cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias dos empregados da empresa XXXX alocados por força do contrato CNJ nº XX/YYYY. A documentação encaminhada pela mencionada empresa segue anexa.	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

D) MODELO DE ATESTADO DE CONFORMIDADE

Nome do gestor	
Número do contrato	
Empresa contratada	
Mês de Referência	
Relação de funcionários alocados	
<p>A empresa XXXXXX certifica que a documentação encaminhada pelo gestor YYYYYY do contrato CNJ nº XX/YYYY evidencia o correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias dos empregados relacionados acima referente ao mês XXX.</p> <p>Assinatura do contador responsável</p>	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2021
ANEXO III DO EDITAL – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA
_____, PARA OS FINS
QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n.
08/2021 - Processo Administrativo/CNJ n.
14052/2019).**

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP: 70.070-600, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Administração, **Getúlio Vaz**, RG n. 482.670 SSP/DF e CPF n. 151.348.651-91, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 411, de 30 de novembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alíneas “al” e “ar”, da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa _____, com sede _____, CEP _____, telefone (____) _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____, _____, RG n. _____ e CPF n. _____, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 08/2021, publicado no Diário Oficial da União do dia ____ de _____ de **2021**, e a respectiva homologação, conforme Despacho _____ do Processo n. 14052/2019, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato a contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do **CONTRATANTE**, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) encaminhar tempestivamente à **CONTRATADA** a documentação necessária para a prestação do serviço de suporte à fiscalização de contratos;
- b) atuar de acordo com o mapa do processo estabelecido no Anexo I – Termo de Referência;
- c) notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;
- d) aplicar sanções, assegurando à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa;
- e) recusar, no todo ou em parte, os serviços/produtos em desacordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência;
- f) promover o pagamento no prazo estipulado, desde que atendidos os requisitos previstos no Anexo I – Termo de Referência;
- g) designar gestor para executar a fiscalização deste Contrato;
- h) prestar informações e esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA**.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) certificar, em 4 (quatro) dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço, que as documentações apresentadas pelas empresas contratadas pelo **CONTRATANTE** evidenciam o adequado cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias referentes aos empregados alocados por força de contrato;
- b) informar, em 4 (quatro) dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço, possíveis erros e falhas na prestação de informações referentes ao adequado cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias por parte das empresas contratadas do **CONTRATANTE**;
- c) estabelecer canal de comunicação por telefone e e-mail, com indicação de representante que atenderá às demandas do **CONTRATANTE**;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- d) responder tempestivamente dúvidas e questionamentos dos gestores do contrato em relação ao serviço prestado;
- e) apresentar nota fiscal de serviço, discriminando a quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias certificados pela empresa contratada;
- f) manter o **CONTRATANTE** informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do contrato;
- g) cumprir toda a legislação vigente e observar alterações referentes ao cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias aplicáveis aos contratos objeto da prestação de serviços de apoio à fiscalização de contratos;
- h) não prestar serviços de contabilidade para nenhuma das empresas contratadas pelo **CONTRATANTE**;
- i) declarar, no ato da assinatura do contrato ou da demonstração de vínculo com o **CONTRATANTE**, ciência do Código de Conduta dos servidores do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria CNJ n. 56/2018;
- j) declarar, no ato da assinatura do contrato, ciência do Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços para o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta dos Fornecedores e compradores, instituído pela Portaria CNJ n. 18/01/2020;
- k) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- l) guardar, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou de que, por qualquer forma ou modo, venha a tomar conhecimento, o mais absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilização devida;

Parágrafo único. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – O serviço objeto deste contrato será prestado mensalmente, com base no cronograma estabelecido no Item 3 do Anexo I – Termo de Referência.

Parágrafo primeiro. Os serviços serão realizados remotamente, em horário comercial.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** disporá de 4 (quadro) dias úteis para realizar o serviço de conferência e ateste dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente nas instalações do **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. Os serviços serão requeridos conforme modelo de ordem de serviço constante no ANEXO II – C do Edital.

DO VALOR

CLÁUSULA SEXTA – O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

Parágrafo único – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA – O preço contratado será fixo e irrevogável.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Anexo I do Edital - Termo de Referência, da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente**, a emissão e encaminhamento da nota fiscal pela **CONTRATADA**, acompanhada de relatório demonstrando detalhadamente o quantitativo das pessoas analisadas no mês por contrato, devendo ser emitida até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço;
- b) **Definitivamente**, em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, após análise e validação da documentação apresentada.

DO PAGAMENTO



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CLÁUSULA NONA – O pagamento será efetuado mensalmente, conforme o quantitativo de trabalhadores analisados indicado na nota fiscal, mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento definitivo, conforme disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei nº 8.666/93, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à **CONTRATADA** e, nesse caso, o prazo previsto no *caput* desta Cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

Parágrafo segundo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

Parágrafo terceiro. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela **CONTRATADA** no Protocolo Eletrônico do **CONTRATANTE** (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>).

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DEZ – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA ONZE – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: _____, Natureza da Despesa: _____, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. _____, datada de _____ de _____ de _____.

DAS SANÇÕES



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CLÁUSULA DOZE – Nos termos da Instrução Normativa CNJ n. 67/2020, do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) **multa, nas condições e percentuais estabelecidos no Anexo I do Edital - Termo de Referência;**
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c” dessa cláusula.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “e” do *caput* desta Cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo terceiro – A penalidade prevista na alínea “d” desta cláusula também poderá ser aplicada à **CONTRATADA**, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

Parágrafo quarto – Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo quinto – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo sexto – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TREZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUATORZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

- a) atraso injustificado na execução do objeto, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

Parágrafo único – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DEZESSETE – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da da emissão da primeira Ordem de Serviço.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA DEZOITO – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZENOVE – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

disposições contidas na Lei n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VINTE – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE E UM – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Getúlio Vaz
Secretário de Administração
Portaria n. 104/2015

Pela **CONTRATADA**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**ANEXO A DO CONTRATO N. ____/2021,
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA
_____, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n.
08/2021 – Processo Administrativo/CNJ
n. 14052/2019).**

VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

Item	Descrição	Un.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
...



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**ANEXO B DO CONTRATO N. ____/2021,
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE
JUSTIÇA, E A EMPRESA
_____, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 08/2021 –
Processo Administrativo/CNJ n. 14052/2019).**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE
CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA**

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ nº _____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - PRE 08/2021				
	Valor Total		Economia	
	Estimado	Adjudicado	R\$	%
ITEM 1	145.764,72	109.680,00	36.084,72	24,76
Total	145.764,72	109.680,00	36.084,72	24,76

Pregão Eletrônico



Conselho Nacional de Justiça

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 00008/2021

Às 14:26 horas do dia 03 de agosto de 2021, após analisado o resultado do Pregão nº 00008/2021, referente ao Processo nº 140522019, o pregoeiro, Sr(a) BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

****OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1

Descrição: Prestação de serviços de apoio administrativo**Descrição Complementar:** Contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do CNJ, nos termos e condições do Termo de Referência.**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 1**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 145.764,7200**Situação:** Adjudicado**Unidade de fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances:** -**Adjudicado para:** PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 109.680,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	03/08/2021 14:26:05	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.681.701/0001-20, Melhor lance: R\$ 109.680,0000

Fim do documento



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 - Lotes 5/6, Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF - www.cnj.jus.br

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 14052/2019

Assunto: Pregão Eletrônico nº 08/2021. Homologação do certame. Análise e manifestação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica (AJU), nos termos do Relatório da Comissão Permanente de Licitação (CPL) 1137905 "para as providências relativas à comprovação da regularidade jurídica do certame e posterior homologação por parte da autoridade competente".

2. Precede esta análise a averiguação do atendimento aos requisitos elencados na lista de verificação juntada aos autos (1140114), em atenção à determinação da Diretoria-Geral no Despacho DG 0170165, no bojo do Processo SEI 07189/2015.

3. Trata-se de pregão eletrônico cujo objeto é a contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do CNJ, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I e II do Edital. (1127761).

4. Em atendimento ao comando do art. 20 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o Aviso de Licitação foi divulgado por meio de (1135858):

I – publicação no Diário Oficial da União nº 134, Seção 3, fl. 114, em 19 de julho de 2019;

II – publicação no *site* <www.comprasgovernamentais.gov.br>;

III – publicação na página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

IV – informe afixado no quadro de avisos da CPL.

5. Conforme item 4 do Relatório CPL 1137905, após a publicação do Edital, foram apresentados 04 (quatro) questionamentos, respondidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, conforme arquivos SEI 1135859, 1135863, 1135865 e 1135866.

6. Na sessão pública de abertura do Pregão, realizada em 30/7/2021, às 14h, 4 (quatro) empresas cadastraram propostas para o Item (1135869 e 1137905).

7. Após a verificação das propostas cadastradas e encerrada a etapa competitiva, a proposta e a habilitação das licitantes mais bem classificadas foram disponibilizadas para avaliação do pregoeiro, conforme estabelecido do Edital. Verificados e atendidos os requisitos de habilitação, as empresas foram convocadas a apresentar as propostas de preços ajustadas aos lances finais.

8. Conforme o item 8 do Relatório CPL 1137905, por cumprir todos os

requisitos enumerados no instrumento convocatório, foi declarada vencedora do certame a empresa PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA., classificada em 1º lugar para o Item, cuja proposta foi aceita por atender a todos os requisitos do Edital.

9 . Encerrada a sessão, não foi registrada intenção de recurso, conforme Ata do Pregão Eletrônico nº 08/2021 (1137898).

10 . O resultado da licitação foi publicado no Comprasnet (1137899) e enviado para publicação no Diário Oficial da União (1137900), conforme item 10 do Relatório CPL 1137905. De acordo com o Mapa Comparativo de Preços (1137902), a economia auferida no certame foi de 24,76%, representando um montante de R\$ 36.084,72 (trinta e seis mil e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

11. Consta dos autos o Termo de Adjudicação (1137903), ocorrida em 3/8/2021.

12. Utilizando-se o número de CNPJ da futura fornecedora, foram realizadas consultas no *site* do Tribunal de Contas da União (TCU)[1] e não se identificaram (1137190):

a) eventos hábeis à indicação de que a empresa vencedora do Pregão nº 8/2021 esteja apenas com impedimento ou suspensão de licitar com a União; nem

b) existência de declaração de inidoneidade.

13 . Considerando a recomendação do TCU nos Acórdãos nº 1.793/2011 e nº 754/2015 – Plenário, quanto à identificação de comportamentos de licitantes prejudiciais à boa condução dos certames, o Pregoeiro informou que "a licitação ocorreu sem qualquer incidente", conforme item 13 do Relatório CPL 1137905.

14. Convém destacar, por fim, que, por meio do Parecer AJU 1110329, a Assessoria Jurídica, após verificação dos elementos constantes dos autos, chancelou a minuta do Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2021, ressaltando, por seu turno, a necessidade de submissão da proposta de contratação dos presentes autos à apreciação do TCU acerca da adequabilidade do objeto, haja vista sua especificidade e o fato de se tratar de objeto novo no âmbito do CNJ.

15. Em resposta, a Diretoria-Geral informou, por meio do Despacho DG 1123360, que:

(...)

Como sugerido no despacho nº 1111512, foram realizadas duas reuniões com o Tribunal de Contas da União para apresentar a aquisição pretendida pelo CNJ.

A primeira, realizada em 30 de junho, contou com a participação dos auditores Norberto de Souza Medeiros e Hudson Henrique de Paula Menezes. Na segunda, realizada em 6 de julho, participaram Dione Mary de Cerqueira Barbosa (Secretária de Controle Externo da Administração do Estado) e Hudson Henrique de Paula Menezes. Pelo Conselho Nacional de Justiça participaram:

- Johaness Eck (Diretor-Geral);
- Luciana Cristina Gomes Coelho Matias (Assessora Jurídica chefe);
- Getúlio Vaz (dia 6/7, Secretário de Administração) e Silvia Maria Guapindaia Peixoto (dia 30/7, Secretária

de Administração substituta);

- Arthur Dias Avelino (Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral);
- João Marcelo Esteves Lima (Chefe da Coordenadoria Administrativa da Diretoria-Geral); e
- Anderson Rubens de Oliveira Couto (Secretário de Auditoria)

Em ambas as oportunidades, foi apresentado o planejamento realizado para a aquisição pretendida em especial os aspectos jurídicos e a proposta de valor da aquisição de suporte à fiscalização de contratos. Em nenhuma reunião foi levantada qualquer impossibilidade legal notória para a concretização da aquisição planejada, apesar de ser uma proposta inovadora em termos de fiscalização de contratos com mão de obra alocada.

Na primeira reunião, inclusive, o Secretário de Auditoria do CNJ ressaltou que a nova lei de licitações – Lei nº 14.133/2021 – explicitou em seu art. 117 que:

"Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no [art. 7º desta Lei](#), ou pelos respectivos substitutos, **permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.**" (grifo nosso)

Em algumas manifestações dos representantes do TCU foram ressaltadas a qualidade do planejamento realizado e a postura inovadora na construção de soluções para gerenciar riscos e problemas organizacionais, bem como a não existência de motivação para vedação, *a priori*, da continuidade do processo em tela.

Complemente-se este despacho com a informação apresentada nas reuniões da existência no TCU do Sistema Alice para detecção imediata de problemas com editais publicados pela Administração Pública, ou seja, existe mecanismo em funcionamento que filtra situações problemáticas em editais e será eventual e imediatamente acionado assim que o CNJ publicar o edital objeto deste processo.

Assim sendo, superada mais esta etapa de diligência em relação à aquisição planejada, encaminho os autos para a Secretaria de Administração para inauguração da fase externa da aquisição em tela.

(...)

16. Nos termos da referida informação, a unidade demandante noticia que foi realizada uma consulta, em duas reuniões com a área técnica do TCU, e que a área técnica daquele órgão não vislumbrou, por ora, irregularidades que viciem o processo licitatório e eventual contratação. Frisa-se que as reuniões realizadas entre representantes do CNJ e do TCU ocorreram no âmbito da área técnica daquela Corte de Contas, em colaboração com o CNJ, não tendo sido emitida eventual manifestação monocrática ou de órgão colegiado da Corte (Câmaras ou Plenário).

17. Além disso, como já ressaltado em momentos anteriores, o objeto da presente contratação refere-se a uma atividade de apoio à fiscalização, ou seja, é uma atividade suplementar à atuação dos gestores

e fiscais eventualmente designados para a fiscalização dos contratos administrativos. Os servidores que eventualmente sejam designados para a fiscalização continuam sendo responsáveis legal e normativamente pela gestão, fiscalização e eventuais indicações de aplicação de sanções no âmbito dos contratos geridos.

18. De outra mão, considerando-se a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), há que se observar que serão compartilhados dados pessoais entre CNJ e a eventual empresa contratada, conforme art. 5º, inciso I, da LGPD. Ainda, nos termos dos incisos V, VI, VII e X, do mesmo artigo, são sujeitos referentes aos dados o titular, o controlador e o operador, os quais realizam o tratamentos dos dados:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: (...)

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

(...)

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

(...)

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

19. Nesse sentido, conforme também pontuado no Parecer AJU 1129747 (no Processo SEI 00131/2020), as informações pessoais exigidas por força de eventual contrato administrativo de seus prestadores de serviço decorre de manifesto consentimento do titular dos dados para o tratamento de seus dados (art. 7º, I da Lei nº 13.709/2018 - LGPD); quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados; (art. 7º, V); quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais (art. 7º, IX); e, por último, para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente (art. 7º, X).

20. Como pontuado naquele parecer, "o tratamento das informações pessoais em contratos administrativos objetiva resguardar a Administração no atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (art. 23 também da LGPD)". Diante disso, em que pese à previsão, no item 7.12 do Termo de Referência e na Cláusulas Quarta, alínea "I" da minuta de contrato, de obrigações de manutenção de sigilo e segurança dos dados que serão fornecidos pelas contratadas dos contratos de apoio do CNJ, recomenda-se que seja incluída previsão, por meio de termo aditivo a ser firmado em momento posterior à celebração de eventual contrato com a empresa vencedora do presente certame (referido aditivo deverá seguir o trâmite padrão dos aditivos contratuais),

de que o tratamento dos dados dos servidores do CNJ estejam em conformidade à LGPD. A teor do que proposto no âmbito do Processo SEI 00131/2020, por meio do Parecer AJU 1129747, sugere-se a adoção da seguinte redação:

ANEXO ÚNICO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNJ Nº
xx/xxxx

DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS -
LEI Nº 13.709/2018

1. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e eventualmente os dados pessoais sensíveis – repassados entre as partes em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4. Em atendimento ao disposto na LGPD, a CONTRATADA, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais de funcionários de outras empresas contratadas do CONTRATANTE, tais como: nome, número de CPF e do RG, cópia de documento de identificação, matrícula de funcionário, dados bancários, contracheques, guias de recolhimento de tributos;

5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

21. Registra-se, por oportuno, que a atuação desta Assessoria limita-se estritamente aos aspectos jurídicos de regularidade procedimental da matéria proposta. Este exame não contempla revisão de cálculos ou crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

22. Tendo em vista que, até o presente momento, os órgãos de controle não observaram irregularidades no transcurso da presente contratação, os registros precedentes indicam o entendimento pela compatibilidade entre o ordenamento jurídico e os procedimentos administrativos executados ao longo do **Pregão Eletrônico CNJ nº 08/2021**, reunindo-se, dessa forma, as condições

necessárias à **homologação do certame** pelo Sr. Secretário de Administração, observados os apontamentos dos parágrafos de 15 a 21.

É o parecer.

Brasília, 6 de agosto de 2021.

Camila Neves Bezerra
Assessora Jurídica

Senhor Secretário de Administração,

Estou de acordo com o parecer acima.

2. Em tempo, registro que, em uma das reuniões realizadas com os auditores da área técnica do TCU, foi mencionado pelos respectivos servidores que, inicialmente, se entendeu que a contratação somente seria viável se o CNJ não dispusesse de outro meio para realização das atividades que estão sendo demandadas por meio do presente procedimento licitatório. Nesse aspecto, convém observar que não compete a esta Assessoria Jurídica avaliar aspectos de conveniência e de oportunidade da contratação, tampouco indicar a melhor solução para atendimento da necessidade pública identificada e mensurada, conforme já ressaltado nas diversas manifestações desta Assessoria no âmbito do presente processo.

3. Seguem os autos para as providências subsequentes.

Brasília, 06 de agosto de 2021.

Luciana Cristina Gomes Coelho Matias
Assessora-Chefe
AJU/DG/CNJ

[1]

<http://portal.tcu.gov.br/certidoes/>,

<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COELHO MATIAS, ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 12/08/2021, às 14:36, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA NEVES BEZERRA, ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 12/08/2021, às 14:38, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1140119** e o código CRC **5CC8817C**.



Conselho Nacional de Justiça

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Nº 00008/2021

Às 18:02 horas do dia 12 de agosto de 2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. GETULIO VAZ, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 140522019, Pregão nº 00008/2021.

Resultado da Homologação**Item: 1****Descrição:** Prestação de serviços de apoio administrativo**Descrição Complementar:** Contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do CNJ, nos termos e condições do Termo de Referência.**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 1**Unidade de fornecimento:** Unidade**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 145.764,7200**Intervalo Mínimo entre Lances:** -**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 109.680,0000 .**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	03/08/2021 14:26:05	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ/CPF: 32.681.701/0001-20, Melhor lance: R\$ 109.680,0000
Homologado	12/08/2021 18:02:16	GETULIO VAZ	

Fim do documento



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 32.681.701/0001-20 DUNS®: 919865213
Razão Social: PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA
Nome Fantasia: PLM CONSULTORIA & AUDITORIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 13/06/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	31/10/2021
FGTS	Validade:	01/09/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	07/11/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	06/06/2021 (*)
Receita Municipal	Validade:	04/09/2021

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/12/2021



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

CONTRATO

CONTRATO N. 19/2021

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 08/2021 - Processo Administrativo/CNJ n. 14052/2019).

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP: 70.070-600, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Administração, **Getúlio Vaz**, RG n. 482.670 SSP/DF e CPF n. 151.348.651-91, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 411, de 30 de novembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alíneas “al” e “ar”, da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e **PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede na Rua General Andrade Neves, 09, Sala 114, Centro, Niterói/RJ, CEP 24210-000, (21) 3995 3374, (51) 99379 8582, E-mail: filipemedina@plmconsultoria.com.br, inscrita no CNPJ sob o n. 32.681.701/0001-20, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Técnico Comercial, **Filipe Medina da Silva**, Identidade n.º 000009/T CRA-RS e CPF n. 000.885.480-74, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 08/2021, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de agosto de 2021, e a respectiva homologação, conforme Despacho SAD 1142871 do Processo n. 14052/2019, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato a contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos no âmbito do **CONTRATANTE**, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) encaminhar tempestivamente à **CONTRATADA** a documentação necessária para a prestação do serviço de suporte à fiscalização de contratos;
- b) atuar de acordo com o mapa do processo estabelecido no Anexo I – Termo de Referência;
- c) notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;
- d) aplicar sanções, assegurando à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa;
- e) recusar, no todo ou em parte, os serviços/produtos em desacordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência;
- f) promover o pagamento no prazo estipulado, desde que atendidos os requisitos previstos no Anexo I – Termo de Referência;
- g) designar gestor para executar a fiscalização deste Contrato;
- h) prestar informações e esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA**.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) certificar, em 4 (quatro) dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço, que as documentações apresentadas pelas empresas contratadas pelo **CONTRATANTE** evidenciam o adequado cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias referentes aos empregados alocados por força de contrato;
- b) informar, em 4 (quatro) dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço, possíveis erros e falhas na prestação de informações referentes ao adequado cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias por parte das empresas contratadas do **CONTRATANTE**;
- c) estabelecer canal de comunicação por telefone e e-mail, com indicação de representante que atenderá às demandas do **CONTRATANTE**;
- d) responder tempestivamente dúvidas e questionamentos dos gestores do contrato em relação ao serviço prestado;
- e) apresentar nota fiscal de serviço, discriminando a quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias certificados pela empresa contratada;
- f) manter o **CONTRATANTE** informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do contrato;
- g) cumprir toda a legislação vigente e observar alterações referentes ao cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias aplicáveis aos contratos objeto da prestação de serviços de apoio à fiscalização de contratos;
- h) não prestar serviços de contabilidade para nenhuma das empresas contratadas pelo **CONTRATANTE**;
- i) declarar, no ato da assinatura do contrato ou da demonstração de vínculo com o **CONTRATANTE**, ciência do Código de Conduta dos servidores do Conselho Nacional

de Justiça, instituído pela Portaria CNJ n. 56/2018;

j) declarar, no ato da assinatura do contrato, ciência do Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços para o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta dos Fornecedores e compradores, instituído pela Portaria CNJ n. 18/01/2020;

k) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

l) guardar, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou de que, por qualquer forma ou modo, venha a tomar conhecimento, o mais absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilização devida;

Parágrafo único. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – O serviço objeto deste contrato será prestado mensalmente, com base no cronograma estabelecido no Item 3 do Anexo I – Termo de Referência.

Parágrafo primeiro – Os serviços serão realizados remotamente, em horário comercial.

Parágrafo segundo – A **CONTRATADA** disporá de 4 (quadro) dias úteis para realizar o serviço de conferência e ateste dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente nas instalações do **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro – Os serviços serão requeridos conforme modelo de ordem de serviço constante no ANEXO II – C do Edital.

DO VALOR

CLÁUSULA SEXTA – O valor total do presente contrato é de **R\$ 109.680,00 (cento e nove mil, seiscentos e oitenta reais)**, conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

Parágrafo único – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA – O preço contratado será fixo e irrevogável.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA - O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Anexo I do Edital - Termo de Referência, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, a emissão e encaminhamento da nota fiscal pela CONTRATADA, acompanhada de relatório demonstrando detalhadamente o quantitativo das pessoas analisadas no mês por contrato, devendo ser emitida até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço;

b) Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, após análise e validação da documentação apresentada.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA - O pagamento será efetuado mensalmente, conforme o quantitativo de trabalhadores analisados indicado na nota fiscal, mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento definitivo, conforme disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei nº 8.666/93, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro - A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à **CONTRATADA** e, nesse caso, o prazo previsto no *caput* desta Cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

Parágrafo segundo - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

Parágrafo terceiro - Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela **CONTRATADA** no Protocolo Eletrônico do **CONTRATANTE** (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>).

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DEZ - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA ONZE - As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: 167502, Natureza da Despesa: 3.3.90.39, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. 284/2021, datada de 18 de agosto de 2021.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DOZE – Nos termos da Instrução Normativa CNJ n. 67/2020, do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) **multa, nas condições e percentuais estabelecidos no Anexo I do Edital - Termo de Referência;**

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c” dessa cláusula.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “e” do *caput* desta Cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo terceiro – A penalidade prevista na alínea “d” desta cláusula também poderá ser aplicada à **CONTRATADA**, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

Parágrafo quarto – Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo quinto – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo sexto – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TREZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUATORZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução do objeto, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

Parágrafo único – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DEZESSETE – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da da emissão da primeira Ordem de Serviço.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA DEZOITO – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZENOVE – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VINTE – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE E UM – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Getúlio Vaz

Secretário de Administração

Portaria n. 104/2015

Pela **CONTRATADA**

Filipe Medina da Silva

Diretor Técnico Comercial

ANEXO A DO CONTRATO N. 19/2021, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 08/2021 - Processo Administrativo/CNJ n. 14052/2019).

VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

Item	Descrição	Un.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço sob demanda de suporte à fiscalização de contratos administrativos no que tange à conferência e ateste dos cálculos e retenções das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da mão de obra residente no CNJ.	Quantidade de trabalhadores que tiveram os cálculos e recolhimentos trabalhistas, previdenciários e tributários mensal conferidos e atestados pela empresa contratada (457 pessoas por mês, 5.484 análises no ano)	5484	20	109.680,00

ANEXO B DO CONTRATO N. 19/2021, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 08/2021 - Processo Administrativo/CNJ n. 14052/2019).

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDOTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, **Filipe Medina da Silva**, inscrito(a) no CPF sob nº 000.885.480-74, neste ato representando o(a) **PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ nº 32.681.701/0001-20, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

Assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY, ASSESSOR-CHEFE EM SUBSTITUIÇÃO - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 16/09/2021, às 17:32, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FILIPE MEDINA DA SILVA, Usuário Externo**, em 17/09/2021, às 15:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ, SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 17/09/2021, às 18:56, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1165528** e o código CRC **ACF714A5**.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 62 DE 17 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores do Contrato nº 19/2021.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, com fundamento na Portaria nº 411 de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 14052/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **João Marcelo Esteves Lima**, matrícula nº 2147, e **Arthur Dias Avelino**, matrícula nº 1732, como gestor e gestor substituto, respectivamente, do Contrato nº 19/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a empresa PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, cujo objeto é a contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Getúlio Vaz

Secretário de Administração



Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ, SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 04/10/2021, às 11:34, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1166890** e o código CRC **0E1FF3B1**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE COMODATO

Espécie: Termo de Comodato n. 01/2021, firmado entre o Conselho Nacional de Justiça e a empresa Zetrasoft Ltda. Processo: SEI n. 06352/2021. Objeto: cessão do direito de uso do Licenciamento do ECONSIG - Sistema Eletrônico, via Internet. Data da Assinatura: 20/09/2021. Vigência: 48 meses contados a partir de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Johaness Eck - Diretor-Geral; pela Zetrasoft, Ivani Munhoz - Procuradora.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato n. 19/2021, firmado entre o CNJ e PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 32.681.701/0001-20. Processo SEI n. 14052/2019. Objeto: contratação de serviços sob demanda de apoio administrativo para fiscalização de contratos administrativos. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R\$ 109.680,00. Programa de Trabalho: 167502. Natureza de Despesa: 3.3.90.39. Data da Assinatura: 17/09/2021. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da da emissão da primeira Ordem de Serviço. Signatários: pelo CNJ, Getúlio Vaz - Secretário de Administração; pela Contratada, Filipe Medina da Silva - Diretor Técnico Comercial.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021 - UASG 40003

Nº Processo: 03693/2021. Objeto: Aquisição de microcomputadores do tipo tablets para o Conselho Nacional de Justiça, incluindo garantia técnica on-site de 12 (doze) meses, conforme as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 21/09/2021 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul Quadra 02 Lotes 5/6 Blocos e e f, Saf Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/40003-5-00033-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 21/09/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/10/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro

(SIASGnet - 20/09/2021) 40003-00001-2021NE000001

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA DO TRIBUNAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 56/2021

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 13/09/2021 . Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação, por lote único, tem por objeto a contratação de subscrições de solução de segurança para correio eletrônico (Antispam) e serviço de instalação, com pagamento anual, pelo período de 60 meses, conforme especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

LUCIANA RODRIGUES DE CASTRO
Pregoeira

(SIDEc - 20/09/2021) 070001-00001-2021NE000030

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2021 - UASG 70001

Nº Processo: 202100000000520-7. Objeto: Registro de preços para eventual prestação de serviço de instalação de divisórias, portas e portais, com fornecimento de materiais, nas diversas unidades do Tribunal Superior Eleitoral, conforme quantidades, prazos e especificações constantes deste Termo de Referência. Integram este Termo de Referência os seguintes anexos para esclarecimento dos objetos e detalhes: ANEXO I-I - Lista de Verificação - Recebimento Provisório do Objeto; SEI 2021.00.000000520-7. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 21/09/2021 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/70001-5-00063-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 21/09/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 05/10/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Conforme Edital.

LUCIANA RODRIGUES DE CASTRO
Pregoeira

(SIASGnet - 17/09/2021) 70001-00001-2021NE000030

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº: 2021.00.000007836-0. Objeto: Contratação de duas vagas na ação educacional, "Segurança Cibernética - Boas Práticas e Avaliação de Maturidade", na modalidade a distância. Contratado: Curso Loureiro Ltda. Fundamento Legal: Artigo 25, Inc. II, da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 3.648,00 (três mil seiscentos e quarenta e oito reais). Reconhecimento de Inexigibilidade: em 16/09/2021, por José Rodrigues de Araújo Neto, Secretário de Administração Substituto. Ratificação: em 17/09/2021, por Rui Moreira de Oliveira, Diretor-Geral.

COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES
SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 7º Termo Aditivo ao Contrato-TSE nº 66/2019, firmado entre o TSE e a empresa Matos e Rangel Eireli - CNPJ nº 38.055.117/0001-45. OBJETO: 1) Prorrogar a vigência do contrato que ora se adita pelo período de 15 de outubro de 2021 a 15 de outubro de 2022; 2) Registrar a alteração da razão social da empresa de "Matos e Rangel Ltda." para "Matos e Rangel Eireli", em conformidade com o ato de Transformação de Empresa Limitada para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli), registrado na Junta Comercial do Distrito Federal em 09 de junho de 2021, sob o número 21/078.284-6. VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 2.498.054,16. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, no art. 65, ambos da Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Quatorze do Contrato-TSE nº 66/2019. ASSINATURA: 17/9/2021 - ASSINAM: Rui Moreira de Oliveira, Diretor-Geral da Secretaria, pelo TSE; Maria Leonice Matos Lima Peitudo, Sócia, pela empresa. Procedimentos Administrativos TSE/SEI nº 2018.00.000003972-5 e nº 2020.00.000006973-0.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 49/2021

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDORA: Item 1 - DFlores - Flores e Plantas Ltda. (CNPJ: 29.853.493/0001-94). O item 2 restou fracassado.

RAHCHEL BREMGARTNER ALENCAR
Pregoeira

(SIDEc - 20/09/2021) 050001-00001-2021NE000107

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2021 - UASG 50001

Nº Processo: 19367/2021. Objeto: Aquisição de material para uso em gráfica - papel couchê. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 21/09/2021 das 09h00 às 11h59 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/50001-5-00094-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 21/09/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 06/10/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Edital também disponível em www.stj.jus.br. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes do Edital, prevalecerão as últimas.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIASGnet - 20/09/2021) 50001-00001-2021NE000107

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo STJ 18493/2021. Contrato STJ 61/2021. CONTRATADO: Angelo Gamba Prata de Carvalho. CPF: 089.499.149-30. OBJETO: Prestação de consultoria acadêmica especializada para a formatação do plano de ensino e atividades relativas ao Curso de Proteção de Dados Pessoais nas Transferências Internacionais. FUNDAMENTO: Art. 25, II c/c art. 13, III, da Lei 8.666/1993. MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação. ASSINATURA: 17/09/2021. VIGÊNCIA: 17/09/2021 a 01/11/2021. VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.669,60. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: P.T.R. 167527, E.D. 339035. NE: 2021NE000774, Ordinário, no VALOR de R\$ 3.669,60, em 08/09/2021. SIGNATÁRIOS: Luiz Antonio de Souza Cordeiro - SAD/STJ, e Angelo Gamba Prata de Carvalho - Contratado.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo STJ 16913/2019. Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato STJ 13/2020. CONTRATADA: G I Empresa de Segurança Eireli. CNPJ: 07.473.476/0001-99. OBJETO: Prorrogação de vigência contratual e inclusão de cláusula resolutória. FUNDAMENTO: Art. 57, II e art. 65, II, da Lei 8.666/1993. ASSINATURA: 17/09/2021. VIGÊNCIA: 29/09/2021 a 28/05/2023. VALOR DO CONTRATO: R\$ 22.267.908,80. SIGNATÁRIOS: Luiz Antonio de Souza Cordeiro - SAD/STJ, e Izaías Júnio Vieira - Contratada.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2021 - UASG 80001

Nº Processo: 502.489/2020-7. Objeto: Prestação de serviços de conservação predial. Total de Itens Licitados: 38. Edital: 21/09/2021 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Safs Qd 8, Conjunto A, Bl A, Sala A3.41, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/80001-5-00034-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 21/09/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 01/10/2021 às 14h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MARCOS FRANCA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

(SIASGnet - 20/09/2021) 80001-00001-2021NE000001

SECRETARIA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo TST nº 501.656/2021-4. Toyota do Brasil Ltda. CNPJ 59.104.760/0001-91. Aquisição de Veículos Institucionais. Pregão Eletrônico. Contrato PE-059/2020. Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019. Valor total: R\$ 466.320,00. Vigência: da data de sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto. Programa de trabalho 02.122.0033.4256.0001, elemento de despesa 4.4.90.52, nota de empenho 2021NE000665, emitida em 27/8/2021. Assinatura: 20/9/2021. Pelo Contratante: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria. Pela Contratada: Nelson Rescalli Junior, Procurador.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: inexigibilidade de licitação. Objeto: contratação da empresa EXBOSS DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E ORGANIZAÇÕES EIRELI ME, CNPJ: 20.139.641/0001-39 com vistas à realização da palestra de abertura "MUDANÇA E ADAPTABILIDADE", na modalidade a distância, ao custo total de R\$ 22.000,00, com fundamento no art. 25, inc. II, c/c o art. 13, inc. VI, da Lei nº 8.666/93. Fundamento Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93. Ratificada por: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

TST Processo 6000049/2021-00. Aquisição roteadores Wi-Fi com tecnologia Mesh. Pregão Eletrônico nº 023/2021. CORE Serviços e Informática EIRELI. CNPJ 11.527.773/0001-47 Item/quantidade/valor unitário: 1/90/R\$595,00. Vigência: de 17/9/2021 a 17/9/2022. A ata de registro de preços, na íntegra, encontra-se disponível em <https://aplicacao7.tst.jus.br/sacwebcp/PesquisarAtas.do> Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo TST nº 502.416/2020-4. Brasilmed Auditoria Médica e Serviços Ltda. CNPJ 00.706.148/0001-46. Espécie: 3º termo aditivo ao contrato DI-004/2021 - Prestação de serviços de auxiliar de saúde bucal. Supressão de 2,42% e acréscimo de 1,37% no valor do contrato original, em decorrência respectivamente da exclusão dos itens 1, 2 e 3 "jaleco/camisa/calça" e da inclusão do item "pijama cirúrgico" no quadro 3.1, com base no art. 65, inc. I, alínea "a" e "b", e §1º, da Lei nº 8.666/93. Assinatura: 20/09/2021. Pelo Contratante: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria. Pela Contratada: Mathias de Aguiar Mesquita, Representante Legal.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

CONTRATO Nº 53/2021

SEI 0010847-08.2021.6.17.8000

Pregão n.º 68/2021 – Eletrônico

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ARQUIVISTA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE, E AVB DE ANDRADE SERVICOS E COMERCIO EM GERAL EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE**, inscrito no CNPJ sob o n. 05.790.065/0001-00, com sede na Avenida Governador Agamenon Magalhães, 1.160, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904, representada por seu Diretor-Geral, Orson Santiago Lemos, inscrito no CPF/MF n.º 521.240.454-15, de acordo com a delegação de competência contida no Art. 1º, inciso II, *m*, da PORTARIA N. 874/2021 TRE-PE/PRES, de 06/12/2021, da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE n.º 250, de 09/12/2021, p. 03-05.

CONTRATADA: **AVB DE ANDRADE SERVICOS E COMERCIO EM GERAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.113.735/0001-00, com endereço na Rua Engenheiro Moacyr Parahyba, n.º 463, Iputinga, Recife/PE, neste ato representada por sua Diretora, Andressa Viana Bento de Andrade, portadora da Carteira de Identidade n.º 6.896.078 SDS/PE, inscrita no CPF/MF n.º 051.675.834-97, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por intermédio do instrumento particular de alteração n.º 2 e consolidação, protocolada na JUCEPE, em 04/01/2021, sob o nº 207945101 (doc SEI n. 1747957).

As **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, sujeitos às normas das Leis n.º 10.520/2002 e n.º 13.709/2018, aos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019, 8.538/2015 e 9.507/2018, à Lei Complementar n.º 123/2006, às Resoluções CNJ n.ºs 169/2013, 248/2018 e 301/2019, à Resolução TSE n.º 23.234/2010, à Lei n.º 8.666/1993, ao Pregão que originou a presente contratação e à Proposta de 11/02/2022, apresentada pela **Contratada**, bem como o(s) anexo(s) a este instrumento, que integram este Contrato, independentemente de transcrição, têm entre si, justa e pactuada, a contratação dos serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes.

ANEXO I	- Acordo de Nível de Serviço - ANS
ANEXO II	- Termo de Nomeação de Preposto
ANEXO III	- Termo de Conhecimento de Obrigações do Preposto
ANEXO IV	- Formulário de Cobertura de Profissionais
ANEXO V	- Declarações CNJ – Resolução CNJ nº 156/2012 e nº 07/2005

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de arquivista para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, conforme especificado no Termo de Referência e de acordo com as demais condições estabelecidas no Edital do Pregão que originou a presente contratação e seus anexos (ANEXOS I, II, III, IV, V).

Parágrafo Primeiro - A descrição detalhada do objeto consta do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital que originou o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - O objeto deste Contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993. A supressão poderá exceder esse limite, nos casos de acordo celebrado entre as contratantes, segundo dispõe o art. 65, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência poderá, no interesse da Administração, ser prorrogado, por meio de termo aditivo, limitado a 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/1993, e, em caráter excepcional, por mais 12 (doze) meses, nos termos do § 4º do referido artigo.

Parágrafo Segundo - Os custos não renováveis, acaso existentes, já pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência deste Contrato, deverão ser excluídos do valor mensal devido à **Contratada** como condição para a prorrogação, cabendo ao Gestor do Contrato ou ao setor requisitante trazer aos autos do procedimento administrativo respectivo, para processamento, informação quando da manifestação favorável à prorrogação.

Parágrafo Terceiro - É condição, ainda, para a prorrogação que sejam preenchidos de forma simultânea os seguintes requisitos:

- a) os serviços terem sido prestados regularmente;
- b) a **Contratada** não ter sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da garantia contratual;
- c) a Administração ainda ter interesse na realização do serviço;
- d) o valor do Contrato permanecer economicamente vantajoso para a Administração;
- e) a **Contratada** concordar com a prorrogação.

Parágrafo Quarto - O percentual máximo, devido a título de aviso prévio trabalhado a partir do segundo ano de execução contratual, passará a ser de 0,194% (zero vírgula cento e noventa e quatro por cento), a ser alterado por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, se houver, conforme ditames da

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

A **Contratada** receberá da **Contratante**, pelos serviços executados, o valor de R\$ 49.699,92 (quarenta e nove mil seiscientos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), conforme tabela abaixo:

Parágrafo único - Todos os impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, seguros e demais despesas incidentes, que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **Contratada**.

SERVIÇO DE ARQUIVOLOGIA				
ANO 2022 (1º/04/2022 a 31/12/2022)				
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	CATEGORIA	QUANTIDADE DE MESES	VALOR HOMEM MÊS	TOTAL
1	ARQUIVISTA	9	R\$ 4.141,66	R\$ 37.274,94
VALOR TOTAL 2022				R\$ 37.274,94
ANO 2023 (1º/01/2023 a 31/03/2023)				
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	CATEGORIA	QUANTIDADE DE MESES	VALOR HOMEM MÊS	TOTAL
1	ARQUIVISTA	3	R\$ 4.141,66	R\$ 12.424,98
VALOR TOTAL 2023				R\$ 12.424,98
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (1º/04/2022 a 31/03/2023)				R\$ 49.699,92

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Pela perfeita execução do objeto licitado, a **Contratante** efetuará o pagamento do preço proposto pela **Contratada**, mensalmente, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente, agência e banco indicados, em até 5 (cinco) dias úteis na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscientos reais), e em até 10 (dez) dias úteis, para valores superiores, contado da data do aceite e atesto pelo TRE/PE na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela **Contratada**.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF, deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações fiscais impostas à **Contratada**, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

Parágrafo Segundo - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no **Acordo de Nível de Serviço – ANS (ANEXO I)** deste Contrato), o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços, cumprimento das obrigações contratuais e as respectivas adequações de pagamento.

Parágrafo Terceiro - A **Contratada** deverá, mensalmente, informar as ausências em virtude de “afastamento maternidade”, “ausência por doença”, “licença paternidade”, “ausências legais” e “ausência por acidente de trabalho”, bem como as ocorrências de aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado.

Parágrafo Quarto - O pagamento relativo ao mês de dezembro poderá ser efetuado de forma proporcional, na correspondência dos serviços realizados no mês de dezembro, mediante a emissão das respectivas notas fiscais e a comprovação da quitação das obrigações da **Contratada**.

Parágrafo Quinto - O saldo correspondente aos dias remanescentes do mês de dezembro será pago no mês de janeiro do exercício seguinte.

Parágrafo Sexto - As provisões de encargos trabalhistas, a serem pagas pela **Contratante** à **Contratada**, serão destacadas do valor mensal deste Contrato, conforme Resoluções n.º 169/2013, 248/2018 e 301/2019 do Conselho Nacional de Justiça, Resolução n.º 23.234/2010 do Tribunal Superior Eleitoral e Instrução Normativa n.º 03/2018 do Tribunal Superior Eleitoral, e depositadas no Banco do Brasil.

a) Os depósitos de que trata a Cláusula acima serão efetivados em conta depósito vinculada específica - bloqueada para movimentação - aberta no Banco do Brasil e por Contrato, em nome da **Contratada**, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem da **Contratante**;

a.1) Após a assinatura deste Contrato, a **Contratante** solicitará ao Banco do Brasil, mediante Ofício, a abertura de conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação, devendo o Banco oficial à **Contratante** sobre a abertura da aludida conta;

a.2) A **Contratada** deverá assinar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da **Contratante**, os documentos de abertura da conta depósito vinculada e de termo específico do Banco do Brasil que permita à **Contratante** ter acesso aos saldos e extratos, bem como vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da **Contratante**, conforme modelo indicado no respectivo Termo de Cooperação, sob pena de aplicação das penalidades dispostas neste Contrato;

a.3) Os saldos da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - serão remunerados conforme Termo de Cooperação firmado com o banco público oficial.

b) Deixarão de compor o valor do pagamento mensal da **Contratada**, os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, Sesi/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE etc) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, previstos para o período de contratação, para serem depositados em conta depósito vinculada;

c) Os depósitos serão efetuados, sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação pertinente, e, caso haja cobrança, do valor correspondente à taxa mensal de manutenção da conta depósito vinculada, cobrada pela instituição financeira;

c.1) Atualmente, não há cobranças de tarifas, por parte do Banco do Brasil, correspondente à taxa de manutenção da conta depósito vinculada, o que não impede eventuais cobranças dessas tarifas quando da celebração deste Contrato;

c.2) A despesa tratada na alínea “c” para abertura e manutenção da conta depósito vinculada deverá, caso seja cobrada pela instituição financeira e esta promova o desconto diretamente na conta depósito, ser suportada na taxa de administração constante da proposta comercial da empresa, e serão retidos do pagamento mensal devido à **Contratada** e depositados na conta depósito vinculada.

d) O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas:

d.1) férias;

- d.2) 1/3 constitucional;
- d.3) 13º salário;
- d.4) multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- d.5) incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

e) Os valores referentes às rubricas mencionadas na alínea “d” serão destacadas do pagamento mensal à **Contratada**, desde que a prestação dos serviços ocorra nas dependências da **Contratante**, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc;

f) Os valores provisionados para o atendimento do disposto na alínea “d” serão destacadas das planilhas de custos e formação de preços constantes da proposta;

g) A **Contratada** poderá solicitar autorização da **Contratante** para:

g.1) resgatar da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, os valores despendidos com o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas na alínea “d”, desde que comprovado tratar-se de empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados; e

g.2) movimentar os recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação -, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas na alínea “d”.

h) Para resgatar os recursos da conta depósito vinculada, conforme previsto na alínea “g.1”, a **Contratada**, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à **Contratante** os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas previstas na alínea “d”;

h.1) A **Contratada** deverá apresentar, conforme o caso, a seguinte documentação para requerer a liberação das verbas trabalhistas e previdenciárias:

h.1.1) no caso de férias e do terço constitucional:

- h.1.1.1) aviso de férias assinado pelo funcionário;
- h.1.1.2) comprovante de depósito bancário na conta do funcionário, ou recibo de férias assinado, do valor referente às férias e ao seu terço constitucional;
- h.1.1.3) SEFIP/GFIP, GRF e GPS da competência em que foram pagas as verbas de férias, com os respectivos comprovantes de pagamento;

h.1.2) no caso de décimo terceiro salário:

- h.1.2.1) folha de pagamento da competência em que for paga a primeira parcela do décimo terceiro salário;
- h.1.2.2) comprovante de depósito bancário na conta do funcionário, contracheque ou recibo assinado, da primeira parcela;
- h.1.2.3) folha de pagamento da competência em que for paga a segunda parcela do décimo terceiro salário;
- h.1.2.4) comprovante de depósito bancário na conta do funcionário, contracheque ou recibo assinado, da segunda parcela;
- h.1.2.5) SEFIP/GFIP, GRF e GPS das competências em que foram pagas as verbas de décimo terceiro salário, com os respectivos comprovantes de pagamento;

h.1.3) no caso de rescisão do contrato de trabalho:

- h.1.3.1) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e Termo de Quitação Rescisão de Contrato de Trabalho (TQCT) assinados;
- h.1.3.2) comprovante de depósito bancário na conta bancária de titularidade do empregado, ou recibo assinado, dos valores constantes no TRCT;
- h.1.3.3) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF), com comprovante da quitação;
- h.1.3.4) SEFIP/GFIP, GRF e GPS das competências em que foram pagas as verbas

rescisórias, com os respectivos comprovantes de quitação.

h.2) A **Contratante** expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata a alínea “g.1”, encaminhando a referida autorização ao Banco do Brasil no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa;

h.3) Na situação descrita na alínea “g.2”, a **Contratante** solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

h.3.1) Quando a **Contratada** optar pela quitação das verbas trabalhistas na forma da alínea “g.2”, deverá fazê-lo no prazo adequado, a fim de que sejam resguardados todos os trâmites da **Contratante** e o cumprimento dos prazos previstos na legislação trabalhista cuja inobservância é de responsabilidade exclusiva da **Contratada**, na condição de empregadora.

h.4) Eventuais saldos remanescentes da conta-corrente vinculada serão liberados à **Contratada** no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, tratados nesta Cláusula.

Parágrafo Sétimo - O pagamento deverá ser efetuado mediante apresentação de nota fiscal ou fatura pela **Contratada**, devidamente atestada, acompanhada das seguintes comprovações:

a) pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), compatível com os empregados, vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, quando se tratar de empregados da **Contratada** e alocados nas dependências da **Contratante** para execução deste Contrato;

b) regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade previstos nos subitens 5.2.2, 5.2.3 e 5.2.4 do Edital que originou a presente contratação;

c) cumprimento das obrigações trabalhistas, comprovando, inclusive, o pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do respectivo pagamento do adicional de férias;

d) realização da despesa referente ao fornecimento de vale-transporte e vale-alimentação, através de recibos datados e assinados pelos seus empregados;

d.1) a comprovação da despesa referente ao Vale-Transporte poderá, também, ser feita pela apresentação de recibo da vendedora do benefício, na conformidade do art. 21 do Decreto n.º 95.247, de 17 de novembro de 1987 ou, caso a **Contratada** utilize Vale-transporte Eletrônico, mediante a apresentação da respectiva guia de pagamento, acompanhada do relatório emitido pelo órgão responsável pelo gerenciamento do benefício, desde que o *status* assinalado para cada beneficiário seja “pronto para recarga” ou “recarregado totalmente”.

e) demais obrigações dispostas em outras normas em relação aos empregados vinculados a este Contrato.

Parágrafo Oitavo - Os comprovantes de que trata o **Parágrafo Sétimo** deverão ser correspondentes à última nota fiscal/fatura que tenha sido paga pela **Contratante**. Na hipótese de se tratar da primeira nota fiscal/fatura da execução deste Contrato, deverão ser referentes ao mês faturado.

a) Tratando-se de pagamentos correspondentes à última nota fiscal/fatura referente à execução deste Contrato, em razão do término da vigência do ajuste ou de rescisão contratual, além dos comprovantes de que trata o **Parágrafo Sétimo**, deverão ser comprovados os pagamentos aos empregados das verbas rescisórias ou demonstrando que os empregados foram realocados, pela **Contratada**, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, observado o disposto na alínea “b”, do “caput” e **Parágrafo Sétimo**.

b) Nos casos de serviço continuado com alocação exclusiva de mão de obra, somente será considerado integralmente executado este Contrato após a comprovação, pela **Contratada**, do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas;

c) As comprovações de que trata o **Parágrafo Sétimo** deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução deste Contrato;

d) As comprovações requeridas no **Parágrafo Sétimo** - à exceção da exigência de regularidade fiscal, somente serão exigidas se não estiverem consignados, no contrato, os procedimentos estabelecidos nos incisos

XIII, XIV e XV do art. 17 da Resolução 23.234/2010 do TSE.

Parágrafo Nono - Será retida a parcela de 11% (onze por cento) relativa à antecipação compensável do INSS, do valor bruto dos serviços realizados e constantes da nota fiscal/fatura, conforme a Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13/11/2009, e alterações.

Parágrafo Décimo - O número do CNPJ, constante das notas fiscais/faturas, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do Pregão que originou o presente Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da **Contratada** (matriz/filial) encarregado da execução deste Contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

Parágrafo Décimo Segundo - Ocorrerá, ainda, a glosa no pagamento devido à **Contratada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme **Acordo de Nível de Serviços – ANS**, anexo à minuta deste Contrato, ressalvada a possibilidade de notificação nas primeiras ocorrências, conforme regra contida no art. 16, da Resolução 23.234/2010 – TSE.

Parágrafo Décimo Terceiro - A **Contratada** autorizará a **Contratante**, no momento da assinatura deste Contrato a fazer:

a) desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, e a efetuar o pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da **Contratada**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

b) retenção na fatura ou nota fiscal do valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a efetuar o depósito diretamente nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores da **Contratada**, observada a legislação específica (Lei n.º 8.036/1990).

Parágrafo Décimo Quarto - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **Contratante**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM	=	Encargos Moratórios.
N	=	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP	=	Valor da parcela em atraso;
I	=	Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
		$I = \frac{TX}{100} \rightarrow I = \frac{6}{100} \rightarrow I = 0,00016438$ <p style="text-align: center;">365 365</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>

Parágrafo Décimo Quinto - Antes de cada pagamento à **Contratada**, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a **Contratada** para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços contratados poderão ser revistos a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Parágrafo Primeiro - A revisão dos preços poderá ser iniciada:

- a) pela **Contratante**, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no pela ou em decorrência de redução de carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente; ou
- b) pela **Contratada**, mediante solicitação à **Contratante**, devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:
 - b.1) planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos anterior estavam defasados e que estão ocasionando o desequilíbrio deste Contrato; e,
 - b.2) cópia autenticada em cartório ou original da(s) nota(s) fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço.

Parágrafo Segundo - Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

Parágrafo Terceiro - Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada.

Parágrafo Quarto - O equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo Termo Aditivo, com efeitos financeiros da data da solicitação da **Contratada**.

Parágrafo Quinto - Enquanto não ocorrer a revisão dos preços, a prestação de serviços deverá ser feita de forma continuada, sob o preço contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO

Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente de mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos.

Parágrafo Segundo - Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.

Parágrafo Terceiro - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, conforme previsto no art. 56, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5/2017.

Parágrafo Quarto - Caso a **Contratada** não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

Parágrafo Quinto - As repactuações serão precedidas de solicitação da **Contratada**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e de documentos comprobatórios correspondentes.

Parágrafo Sexto - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da **Contratada** e neste Contrato.

Parágrafo Sétimo - Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

II - as particularidades do Contrato em vigência;

III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

Parágrafo Oitavo - A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser tomada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

Parágrafo Nono - O prazo referido no Parágrafo anterior ficará suspenso enquanto a **Contratada** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **Contratante** para a comprovação da variação dos custos.

Parágrafo Décimo - O **Contratante** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **Contratada**.

Parágrafo Décimo Primeiro - Na superveniência de prorrogação de vigência deste Contrato, em que não seja ressalvada expressamente o direito a que se refere o **Parágrafo Segundo** desta Cláusula, operará a preclusão do direito à repactuação.

Parágrafo Décimo Segundo - O termo aditivo com o novo valor contratado decorrente da repactuação terá seus efeitos a partir da data-base do fato ensejador.

Parágrafo Décimo Terceiro - A empresa contratada para a prestação de serviços remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a prestação das propostas.

Parágrafo Primeiro - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IBGE, ou outro índice em vigor, caso esse seja extinto, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **Contratante** pagará à **Contratada** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **Contratada** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Parágrafo Quarto - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Parágrafo Quinto - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) efetuar os pagamentos nas condições e preços ora pactuados, desde que não haja óbice legal nem fato impeditivo provocado pela **Contratada**;
- b) permitir o acesso dos empregados da **Contratada** às suas dependências, devidamente credenciados e uniformizados;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio dos servidores indicados para fiscalização e gestão do contrato;
- d) prover todas as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades contratadas;
- e) comunicar à **Contratada** as alterações que entender necessárias à realização do objeto do contrato;
- f) publicar o extrato deste Contrato, bem como de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do Parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, a **Contratante** designará formalmente os representantes da Administração (Gestor e Fiscais) para acompanhar e fiscalizar a execução, atestar as faturas/notas fiscais e alocar os recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Será de responsabilidade da **Contratada** a prestação dos serviços constantes da **Cláusula Primeira** deste Contrato, com obediência a todas as condições estabelecidas em lei, no Edital do Pregão que originou a presente contratação, bem como as oferecidas em sua proposta e demais disposições deste Contrato.

a.1) Os empregados utilizados na execução dos serviços deverão ser vinculados à **Contratada**, única e exclusiva responsável pelo pagamento da sua remuneração, assim como por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e tributários incidentes.

b) alocar profissional especializado para o desenvolvimento dos serviços. A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar sua substituição à **Contratada**, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços;

c) selecionar, rigorosamente, o profissional que prestará o serviço;

d) capacitar e treinar seus empregados com relação às normas de procedimento nas dependências da **Contratante**, as quais serão por esta fornecidas, bem como quanto à rotina de trabalho;

e) prestar, ao profissional, orientações acerca da necessidade de comunicar, à **Contratada**, eventuais ausências suas ao serviço, por qualquer que seja o motivo, a fim de agilizar sua substituição;

f) prestar o serviço após seleção rigorosa, capacitação e treinamento, em conformidade com as normas e

procedimentos adotados pela **Contratante**, quais sejam:

- f.1) observar as normas internas de postura e comportamento no serviço;
 - f.2) manter a necessária disciplina em relação às atividades exercidas no TRE/PE;
 - f.3) tratar com urbanidade o público em geral e os servidores do Órgão Contratante, atendendo a todos igualmente, sem distinção de qualquer ordem;
 - f.4) ser assíduo e pontual e, em caso de necessidade de ausência, comunicar ao supervisor com a maior brevidade possível, para fins de substituição e não interrupção da prestação dos serviços;
 - f.5) comunicar ao preposto todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra a ordem e o patrimônio da **Contratante**;
 - f.6) desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;
 - f.7) zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho.
- g) cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, normas disciplinares e demais regulamentos da **Contratante** e dos locais de prestação dos serviços, devidamente disponibilizados, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços;
- h) acatar as decisões e observações feitas pela Fiscalização da **Contratante**;
- i) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora da **Contratante**, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
- j) não divulgar ou fornecer dados ou informações obtidos em razão deste contrato, e não utilizar o nome da **Contratante** para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia;
- k) responder por quaisquer roubos, subtrações ou atos prejudiciais, comprovadamente praticados pelo seu profissional que venham a ocorrer no local, durante a execução dos serviços;
- l) responder por quaisquer acidentes de que possa ser vítima seu profissional, e, ainda, por danos eventuais causados ao TRE-PE, bem como a terceiros, quando praticados, ainda que involuntariamente, por seu profissional, cabendo-lhe a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso;
- m) substituir, imediatamente, o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas em relação ao substituído, quando este não comparecer ao serviço, por qualquer motivo, ou que não seja do interesse da Administração deste Tribunal, no que diz respeito a:
- m.1) falta de comportamento condizente com o ambiente de trabalho, como, por exemplo, briga com colegas ou servidores do local de trabalho, apresentar-se ao trabalho alcoolizado, insistir em não usar o fardamento, entre outros;
 - m.2) falta de assiduidade e/ou pontualidade ao trabalho;
 - m.3) falta de presteza nas atribuições pertinentes ao serviço;
 - m.4) falta de cumprimento das determinações do Tribunal.
- n) fornecer ao profissional crachá de identificação em plástico, com cordão, constando o nome da empresa prestadora do serviço, nome do funcionário e função desempenhada;
- o) manter o profissional alocado neste Tribunal com a devida identificação, quando em serviço nas dependências da Justiça Eleitoral, sem que isto constitua vínculo empregatício com a **Contratante**;
- p) fornecer à Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo deste Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do início do Contrato, através de digitalização, a ficha de registro contendo todos os dados pessoais do profissional que executará o serviço (nome, filiação, data de nascimento, endereço, telefone para contato, número de identidade, CPF, título de eleitor, reservista, CTPS, PIS), Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) – que deverá ser renovado a cada período de 01 (um) ano – o contrato de trabalho e o registro da anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), bem como todos os documentos capazes de comprovar as qualificações mínimas exigidas no **Termo de Referência (ANEXO I)** do Edital que gerou a presente contratação);

q) realizar o exame de saúde admissional do seu empregado, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes do exame, como transporte, alimentação e outras especificadas;

r) fornecer ao profissional, por dia de trabalho, vale-transporte (ida e volta), de acordo com o local de sua residência. A entrega deverá ser efetuada no 1º dia deste contrato, para o 1º mês e, no máximo, até o último dia útil do mês anterior, para os meses seguintes. Não será permitida a entrega de parcelas, ou seja, deverão ser entregues de uma só vez todos os vales referentes ao período;

s) efetuar o pagamento do salário de seu profissional até, no máximo, o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de conformidade com o disposto no art. 459, § 1º, da CLT;

t) fornecer ao TRE/PE, até, no máximo, o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, cópia do registro de frequência do profissional e até, no máximo, o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, o Relatório de Controle das Horas Trabalhadas;

u) viabilizar e comprovar, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao do início da execução contratual, o acesso de seu empregado, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, em conformidade com o Acórdão n.º 1214/2013 – Plenário, do TCU;

v) viabilizar e comprovar, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao do início da execução contratual, o acesso de seu empregado, via internet, por meio de senha própria, ao sistema do Operador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CEF), com o objetivo de verificar se as suas contribuições fundiárias foram recolhidas, em conformidade com o Acórdão n.º 1214/2013 – Plenário, do TCU;

w) instituir banco de horas para o seu empregado posto à disposição da **Contratante**, nos termos da legislação vigente, obedecida a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de forma que as horas trabalhadas a menor ou a maior sejam compensadas dentro do período de vigência contratual:

w.1) a **Contratada** deverá firmar acordo individual escrito ou acordo coletivo, junto ao Sindicato competente, nos termos da legislação vigente para fins de compensação de horas;

w.2) a **Contratada** deverá manter um controle efetivo do quantitativo de horas trabalhadas, a cada mês, devendo informar, mensalmente, à Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo da **Contratante**, o saldo de horas a compensar através de Relatório de Horas Trabalhadas.

x) fornecer à **Contratante**, a cada 12 (doze) meses, a escala de férias do seu profissional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o período aquisitivo;

y) apresentar à Seção de Serviços Contínuos, ao final de cada mês da prestação do serviço, os Formulários de Cobertura (**ANEXO IV**) em razão de afastamentos do trabalhador alocado, sejam quais forem os motivos ensejadores das substituições, os quais deverão estar claramente descritos no formulário;

z) instalar e manter, durante toda a vigência contratual, inclusive por ocasião de eventuais prorrogações, escritório nesta Capital, funcionando em horário comercial, cujos custos devem estar estimados pela **Contratada** em sua taxa de administração. O escritório deve possuir estrutura física, equipamentos e funcionários em número suficiente e com autonomia para resolver - em tempo hábil - questões relacionadas ao cumprimento das obrigações assumidas pela empresa em razão do presente contrato.

z.1) havendo mudança de endereço, deverá a ocorrência ser imediatamente comunicada aos Gestores/Fiscais do Contrato;

z.2) disponibilizar sistema de comunicação eficiente (telefone, conta de e-mail, celular e outros) para atendimento das demandas da **Contratante**;

a.a) designar formalmente preposto, com amplos poderes para representar a empresa judicial e extrajudicialmente, que acompanhará o contrato, sendo este o elo da empresa com a **Contratante**, devendo possuir poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual;

a.b) a **Contratada** deverá indicar endereço e telefone onde o preposto possa ser encontrado em horário comercial, para, durante a execução do contrato, realizar os seguintes atos, dentre outros, inerentes à prestação de serviços:

a.b.1) comparecer neste Regional, quando solicitado, para resolver questões relativas aos serviços objeto da contratação;

a.b.2) fiscalizar e ministrar as orientações necessárias ao profissional prestador do serviço;

a.b.3) proceder às substituições dos profissionais quando ocorrerem as ausências por qualquer motivo;

- a.b.4) adotar as providências necessárias nos casos de acidente de trabalho;
- a.b.5) manter contato direto e constante com os fiscais e gestores do contrato, designados pela Administração, a fim de prestar todas as informações relativas ao contrato e adotar todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- a.b.6) regularizar pendências relacionadas a vales-alimentação, vales-transporte, salários e demais benefícios, bem como fiscalizar as condições de apresentação dos empregados (se estão uniformizados, portando crachá etc);
- a.b.7) assinar declaração de comparecimento semanal no verso do formulário “Lista Mensal de Imperfeições”, que compõe o Acordo de Nível de Serviço (**ANEXO I**), por ocasião das visitas ao TRE/PE.
- a.c) autorizar, no momento da celebração da contratação, o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, inclusive as rescisórias, ao terceirizado disponibilizado à **Contratante**, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da **Contratada**, em conformidade com o Acórdão n.º 1.214/2013 – Plenário, do TCU;
- a.d) manter, durante toda a execução do objeto licitado, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ela, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei n.º 8.666/1993.
- a.e) assumir, integralmente e exclusivamente, a responsabilidade das obrigações decorrentes deste contrato;
- a.f) assumir danos e/ou prejuízos que ocorrerem em decorrências dos serviços contratados;
- a.g) não subcontratar, ceder ou transferir, parcial ou totalmente, o objeto deste contrato;
- a.h) apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no Capítulo - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, do Edital que gerou o presente Contrato, para fins de análise pelo setor demandante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir assinatura do contrato, conforme o caso;
- a.h.1) o setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no instrumento convocatório com relação ao disposto no capítulo dos Critérios de Sustentabilidade.
- a.i) manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame durante toda a execução do objeto.
- a.j) comunicar à **Contratante** qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante neste Contrato;
- Parágrafo Terceiro - A **Contratada** deverá fornecer uniforme e demais itens, conforme as disposições contidas no Termo de Referência (**ANEXO I**) do Edital que originou a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

Em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da via deste Contrato, a **Contratada** deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do serviço, a fim de assegurar a sua execução, em uma das seguintes modalidades, consoante o art. 56 da Lei n.º 8.666/1993:

- a) caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de garantia prestada através de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado, obrigatoriamente, junto à Caixa Econômica Federal, em favor da **Contratante**. A **Contratada** deverá apresentar ao gestor deste Contrato 1 (uma) via do Recibo de Caução e 1 (uma) cópia do comprovante de depósito.

Parágrafo Segundo - Se a opção de garantia for a de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, por meio de cartório competente ou de servidor da

Contratante, com validade até o término da vigência deste Contrato, acrescida do prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Terceiro - No caso de fiança bancária, deverá constar do instrumento a renúncia expressa do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/2002).

Parágrafo Quarto - Se houver acréscimo, supressão, ou repactuação deste Contrato, a garantia será acrescida ou devolvida, para manter a proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avença. A **Contratada** deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data em que for notificada pela **Contratante**.

Parágrafo Quinto - Havendo prorrogação no prazo de execução dos serviços, a garantia deverá ter seu prazo de validade estendido na mesma proporção, ficando a **Contratada** obrigada a prestar a nova garantia em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da via do Termo Aditivo de prorrogação deste Contrato devidamente assinada.

Parágrafo Sexto - A garantia instituída poderá ser utilizada pela **Contratante** para corrigir imperfeições verificadas na execução dos serviços decorrentes de culpa, imperícia ou desídia da **Contratada**, para atender aos encargos com as folhas de pagamento de pessoal empregado que porventura não tenham sido atendidos em época própria e, ainda, para cobrir multas aplicadas e não recolhidas pela mesma.

Parágrafo Sétimo - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiro, a **Contratada** deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data em que for notificada pela **Contratante**.

Parágrafo Oitavo - Após a extinção ou rescisão deste Contrato, a **Contratante** devolverá à **Contratada** a garantia mencionada nesta Cláusula, mediante recibo.

Parágrafo Nono - Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos causados, a garantia será revertida à **Contratante**, até o limite dos prejuízos causados à Administração, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da **Contratada**.

Parágrafo Décimo - A garantia somente será liberada ante a comprovação de pagamento, caso devidas, de todas as verbas rescisórias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho dos empregados alocados na execução do objeto contratado, observando o que segue:

I - Caso o pagamento de que trata o Parágrafo Décimo não ocorra até o prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela **Contratante**.

II - Observado o disposto no Parágrafo Décimo, a garantia somente será restituída à **Contratada** após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a **Contratada** que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
 - d.1) considera-se comportamento inidôneo, entre outros:
 - d.1.1) a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
 - d.1.2) atos como os descritos nos arts. 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).
 - d.1.3) possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em

condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

d.1.4) ter sido condenada, a **Contratada** ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

e) cometer fraude fiscal;

f) não mantiver a proposta.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** que cometer qualquer das infrações discriminadas na Cláusula acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o TRE/PE;

b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);

c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/PE, pelo prazo de até dois anos;

e) impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o TRE/PE pelos prejuízos causados.

Parágrafo Segundo - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Terceiro - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **Contratada**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

Parágrafo Quarto - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Quinto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo Sexto - A aplicação das multas a que alude este Contrato não impede que a **Contratante** rescinda, unilateralmente, a contratação e aplique as outras sanções previstas neste Contrato, e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do presente Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, mediante formalização, e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivos para a rescisão:

I - inadimplemento da **Contratada**, caracterizado nas seguintes hipóteses:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) subcontratação total ou parcial de seu objeto, associação da Contratada com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato;
- c) paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **Contratante**;
- d) cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993;
- e) atraso injustificado na prestação dos serviços contratados;
- f) desatendimento às determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
- g) decretação de falência ou instauração de insolvência;
- h) dissolução da sociedade;
- i) alteração social, ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **Contratante**, prejudique a execução deste Contrato;
- j) descumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a **Contratante**, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato.

III - inadimplemento da **Contratante**, caracterizado nas seguintes hipóteses:

- a) supressão de serviços, sem anuência da **Contratada**, que acarrete modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993;
- b) não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;
- c) a suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **Contratada**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- d) o atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à **Contratada** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

IV - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo - No caso de rescisão deste Contrato, sem culpa da **Contratada**, caberá a essa o valor referente à execução deste Contrato, o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, a devolução da garantia e o pagamento da desmobilização, quando for o caso, até a data da dissolução do vínculo contratual, conforme disposto no art. 79, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro – O presente Contrato também poderá ser rescindido amigavelmente ou por determinação judicial, nos termos do art. 79, incisos II e III, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo Quarto – Nos casos de rescisão contratual por descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela **Contratada**, o Gestor do Contrato deve verificar o pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, devendo ser observado o disposto nos Parágrafos Nono e Décimo da **Cláusula Décima Primeira** deste Contrato.

Parágrafo Quinto - O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das

contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da **Contratante** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da execução deste Contrato correrá por conta dos seguintes elementos orçamentários:

Programa-PTRES: 167661

Natureza da Despesa – 339037

Nota de Empenho - 2022NE0302, de 18/02/2022

Valor do Empenho – R\$ 37.274,94 (trinta e sete mil duzentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)

Parágrafo único - Após a disponibilização orçamentária para atender despesas referentes ao exercício de 2023, será lavrado o correspondente apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito da **Contratante**, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

Parágrafo Primeiro - É vedada à **Contratada** a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto deste contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Parágrafo Terceiro - Caberá à **Contratada** implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para as finalidades estritamente necessárias à execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A **Contratada** compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ele atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este Tribunal.

Parágrafo Quinto - A **Contratada** deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com a **Contratante**, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei nº 13.709/2018.

Parágrafo Sexto - A **Contratada** deverá comunicar imediatamente à **Contratante**, que informará ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências

dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Sétimo - Para a execução do objeto deste Contrato, em observância ao disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a **Contratada** e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por esta **Contratante**, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG e endereço eletrônico.

Parágrafo Oitavo - A **Contratada** é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados. A responsabilização da Contratada será afastada caso seja comprovada a culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro, conforme disposto no art. 43, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Nono - A **Contratada** deverá tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **Contratante** e em conformidade com esta cláusula, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **Contratante**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento do estipulado nesta cláusula pela Contratada enseja a aplicação de sanções e rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Consoante o prescrito no art. 3.º da Resolução n.º 7, de 18/10/2005, em face da redação dada pela Resolução n.º 9, de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, fica vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados à **Contratante**.

Parágrafo Primeiro - Na forma do disposto no artigo 4º, da Resolução n.º 156, de 08/08/2012, do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos seus artigos 1º e 2º.

Parágrafo Segundo - O Foro da Justiça Federal desta Capital é o competente para dirimir eventuais litígios decorrentes do presente Contrato.

Parágrafo Terceiro - Aplica-se à execução do presente Contrato e, em especial aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/1993 e alterações, bem como, no que couber, a legislação aplicável ao caso concreto.

E, por se acharem assim, justos e acordados, **Contratante** e **Contratada** firmam o presente Contrato assinado eletronicamente, junto às testemunhas abaixo.

CONTRATANTE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE

Orson Santiago Lemos

Diretor-Geral

CONTRATADA -AVB DE ANDRADE SERVICOS E COMERCIO EM GERAL EIRELI

Andressa Viana Bento de Andrade

Diretora

CPF/MF 051.675.834-97

TESTEMUNHAS - Aurora Capela Gomes

CPF/MF 768.051.664-20

Ana Carolina Martins Pereira Loureiro

CPF/MF 022.126.464-70

ANEXO I

CONTRATO N.º 53/2021

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – ANS

Os preços estabelecidos neste Contrato para a realização dos serviços se referem à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

Tais ajustes visam a assegurar ao Contratante e à Contratada o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução, com a dedução prevista na Res. TSE 23.234/2010.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o 5º dia útil do mês seguinte o “**Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida**”, que conterá, no mínimo:

- número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- número do Contrato;
- partes contratuais;
- síntese do objeto;
- resumo/resultado da avaliação pelo Gestor do contrato - lista mensal de Imperfeições;
- fator de aceitação;
- fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços(uma das cinco faixas);
- ata preenchida conforme item 3

Nos termos do artigo 16 da Res. TSE 23.234/2010, nas 3 (três) primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo Contratante poderá ser objeto apenas de notificação.

Nos termos do artigo 31, § 1º, da Res. TSE 23.234/2010, a empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

1 . AVALIAÇÃO PELO GESTOR/GESTOR SUBSTITUTO

Os serviços objeto deste Contrato serão constantemente avaliados pelo Gestor/ Gestor substituto da Contratante, que assinalará as falhas na “**Relação de IMPERFEIÇÕES DIÁRIAS**”, com total de ocorrências registradas ao final de cada mês em uma única relação, com mesmos indicadores, intitulada “**Lista Mensal de Imperfeições**”.

2 . RELAÇÃO DE IMPERFEIÇÕES DIÁRIAS / LISTA MENSAL DE IMPERFEIÇÕES

As **Relações de Imperfeições Diárias** deverão ser semanalmente apresentadas pelo GESTOR da Contratante ao preposto da Contratada que as assinará dando conhecimento das ocorrências apontadas.

2.1. Até o 5º dia útil posterior ao da realização dos serviços contratados, o Preposto da Contratada e o Gestor designado pela Contratante farão o resumo das ocorrências na LISTA MENSAL DE IMPERFEIÇÕES, preenchendo cada um dos 5 (cinco) indicativos da avaliação de falhas, totalizando as ocorrências do mês em referência e indicando sinteticamente o dia e o fato gerador na tabela existente em cada item.

2.2. A Relação de Imperfeições Diárias e a Lista Mensal de Imperfeições a serem utilizadas como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços continuados de operação de posto de trabalho de arquivista para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

LISTA MENSAL DE IMPERFEIÇÕES

SERVIÇO: _____

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: _____/ _____

1 - Falta de uniforme ou uniforme incompleto, falta ou atraso no fornecimento de EPIs.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

2 – Atraso injustificado na apresentação dos documentos originais e respectivas cópias relativas aos profissionais alocados neste Tribunal, à Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo – Seseac, nos prazos contratuais, sejam documentos exigidos ao início do contrato, durante sua execução, ou na finalização da vigência do mesmo.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

3 - Indisponibilidade total ou parcial da prestação dos serviços nos horários contratados e suplementares, decorrentes de motivos que a Contratada tenha dado causa, tais como: falta de pontualidade no início e término do horário de trabalho ou ausência de recursos humanos nas quantidades contratadas e suficientes para atender à demanda.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

4 – Atraso no fornecimento aos profissionais, dos benefícios mensais/diários a que fazem jus (vales-transporte, vales-alimentação, cestas básicas e outros que venham a ser instituídos através de instrumentos coletivos de trabalho).

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

5 – Atraso no pagamento de salários, verbas rescisórias e valores referentes a décimos-terceiros salários, terços de férias, adiantamentos de férias e outras vantagens devidas.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

6 – Atraso no cumprimento de prazos estipulados em comum acordo através de atas de reunião ou correspondência eletrônica.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

7 – Atraso no atendimento às solicitações – alicerçadas no contrato ou legislação aplicável – referentes à prestação dos serviços e execução contratual.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

8 – Falta de comparecimento do preposto ao TRE-PE, cuja visita é obrigatória no mínimo 01 (uma) vez por semana, para acompanhamento da prestação dos serviços.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

9 – Serviços não realizados ou realizados em desacordo com a descrição das atividades estabelecidas contratualmente.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

3. TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS

Diante dos dados constantes na “Lista de Imperfeições”, o Gestor do Contratante e o preposto da Contratada ainda promoverão a tabulação dos mesmos, registrando-os na **Tabela de Imperfeições e Efeitos Remuneratórios**, abaixo, de modo a identificar o respectivo **percentual de aceitação dos serviços**, registrando todo o procedimento em ata.

TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS – para tabulação dos dados constantes na “Lista de Imperfeições”

Imperfeição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total(Fator de Aceitação)
Total de ocorrências										
Tolerância (-)	2	2	2	2	2	2	1	1	2	
Excesso de Imperfeições (=)										
Peso (X)	2	2	3	4	5	2	2	2	3	
Número corrigido (=)										

3.1. Instruções para aplicação desta tabela:

- as listas com indicações das imperfeições identificadas serão inseridas na tabela acima, de modo que o Gestor do Contrato, acompanhada pelo Preposto da Contratada, preencherá as respectivas linhas inteiras, que contemplam as 09 (nove) hipóteses de verificação da qualidade dos serviços, com base na avaliação própria e/ou na dos usuários;
- após, todas as ocorrências serão somadas na linha TOTAL de ocorrências por tipo de infração, correspondendo a cada uma das 09 (nove) colunas. A seguir, do valor totalizado em cada coluna de verificação qualitativa será deduzido o respectivo valor da TOLERÂNCIA prevista/admitida (por coluna), obtendo-se o valor correspondente, EXCESSO DE IMPERFEIÇÕES, para cada coluna;
- posteriormente, cada valor de excesso de imperfeições será multiplicado pelo PESO indicado em cada coluna, obtendo-se, pois, o NÚMERO CORRIGIDO por tipo de apontamento [cada um dos 09 (nove) itens]; os números atribuídos como PESO foram estabelecidos com base em imperfeições de nível baixo (2), nível médio (3), nível alto (4) e nível altíssimo (5);
- ao final, será somada toda a linha com os números corrigidos, obtendo-se um número chamado de FATOR DE ACEITAÇÃO;

Observação: Não serão considerados valores negativos.

A Contratada fará jus ao **percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas abaixo (PERCENTUAL DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS)**, conforme o **fator de aceitação** calculado de acordo com a TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS.

PERCENTUAL DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS - EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços continuados de arquivologia:

- Faixa 01 – Fator de Aceitação de 0 a 03: **100%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 02 – Fator de Aceitação de 04 a 33: **95%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 03 – Fator de Aceitação de 34 a 66: **90%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 04 – Fator de Aceitação de 67 a 99: **85%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 05 – Fator de Aceitação de 100 a 132: **80%** de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

ANEXO II

TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Objeto: _____

Por meio deste instrumento, a ...(nome da empresa)... nomeia e constitui seu preposto o(a) Sr.(a) ...(nome do preposto)..., carteira de identidade n.º....., expedida pela, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º, com endereço na, para exercer a representação legal junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e o(a) ...(nome da Contratante – órgão, secretaria...), com poderes para receber ofícios, representar a Contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a Contratada nos termos nela constantes, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a Contratada responder ou tomar providências, e para representá-la nos demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Recife, de de .

...(assinatura da empresa)...

...(nome do representante legal – confirmar poderes)...

...(qualidade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador...)

...(assinatura do preposto)...

ANEXO III

TERMO DE CONHECIMENTO DE OBRIGAÇÕES DO PREPOSTO

[NOME DA EMPRESA]

, signatário do referido Contrato, e

_____, designado Preposto pela empresa, declaramos ter conhecimento de todas as obrigações atribuídas ao Preposto nomeado para atuar na execução do referido contrato, conforme especificado no Edital de Licitação n.º _____.

Declaramos, ainda, que o Preposto tem capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, o qual deverá, além de ser acessível por intermédio de telefones fixos e celulares, manter-se nas dependências da CONTRATANTE, das _____ às _____ horas, para, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666/1993, proceder aos contatos com o representante da Administração durante a execução contratual e prestar atendimento aos profissionais em serviço, tais como:

- a) entregar contracheques, vales-transporte e vales-alimentação;
- b) acompanhar e controlar, semanalmente, o registro de frequência;
- c) emitir relatórios e fornecê-los aos fiscais do contrato quando solicitado;
- d) desenvolver outras atividades de responsabilidade da CONTRATADA, principalmente quanto ao controle de informações relativas ao seu faturamento mensal, bem como a apresentação de documentos quando solicitado;
- e) manter a ordem, a disciplina e o respeito entre os profissionais alocados na execução do contrato, devendo orientar e instruir os empregados quanto às normas e os regulamentos internos do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;
- f) observar os profissionais quanto ao uso do crachá de identificação, promovendo, a correção das falhas verificadas;
- g) aplicar advertências e suspensões, procedendo à devolução às dependências da empresa dos profissionais que não cumprirem com suas obrigações e que cometerem atos de insubordinação, indisciplina ou desrespeito;
- h) providenciar, quando solicitado pela CONTRATANTE, a substituição do empregado que não comparecer ao posto de trabalho, no prazo máximo de duas horas a partir do início do funcionamento do posto de trabalho;
- i) manter cadastro atualizado dos profissionais, de forma que a CONTRATANTE possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento do cargo a ser coberto;
- j) comparecer semanalmente ao TRE a fim de verificar e assinar o Relatório de Imperfeições Diárias;

Por fim, declaramos que o Preposto será responsável por receber notificações e advertências emitidas pela CONTRATANTE.

Recife, ____ de _____ de _____ .

[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO PREPOSTO]

[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA]

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE COBERTURA DE PROFISSIONAIS

[NOME DA EMPRESA]

Nome do posto de trabalho:

Nome do profissional que ocupa o posto de trabalho:

Nome do profissional que será alocado como substituto para o posto de trabalho:

Data da(s) substituição(ões)

Horário(s) da(s) substituição(ões)

Motivo da Substituição:

Recife, ____ de _____ de 20__.

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE EFETUOU A COBERTURA]

[ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA SUBSTITUIÇÃO]

ANEXO V

CONTRATO N.º 53/2021

DECLARAÇÕES CNJ

DECLARAÇÃO – RESOLUÇÃO N.º 007/2005 (CNJ)

[NOME DA EMPRESA]

A empresa _____, inscrita no
CNPJ sob o nº _____/____-____, sediada à rua

_____, nº _____, sala _____, bairro _____, Cidade/Estado,
CEP _____-_____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para os devidos
fins, que não possui alocado empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta,
colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de
assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal contratante.

(Local), _____ de _____ de 20____.

Representante Legal

RESOLUÇÃO CNJ N.º 156/2012

SITUAÇÃO FUNCIONAL:

EFETIVO EXERC. PROVISÓRIO SEM VÍNCULO EFETIVO REMOVIDO REQUISITADO

NOME COMPLETO:

DECLARO que **NÃO FUI CONDENADO (A)** em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I – atos de improbidade administrativa;

II – Crimes:

1. Contra a administração pública;
2. Contra a incolumidade pública;
3. Contra a fé pública;
4. Hediondos;
5. Praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
6. De redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
7. Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
8. De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

III - praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

IV – sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

V – tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidades insanáveis que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

(Local), _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante



Documento assinado eletronicamente por **ORSON SANTIAGO LEMOS, Diretor(a) Geral**, em 22/02/2022, às 14:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andressa Viana Bento de Andrade, CPF 051.675.834-97- AVB DE ANDRADE SERVICOS E COMERCIO EIR, Usuário Externo**, em 23/02/2022, às 10:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AURORA CAPELA GOMES TORRES, Assessor(a) Chefe**, em 23/02/2022, às 10:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA MARTINS PEREIRA LOUREIRO, Chefe de Seção**, em 23/02/2022, às 11:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1762131** e o código CRC **B35F7986**.

sessenta e dois reais e vinte e seis centavos) por cada um dos itens 5, 6 e 7, perfazendo, portanto, um valor global de R\$ 150.311,14 (cento e cinquenta mil, trezentos e onze reais e catorze centavos), de acordo com a planilha constante nesse apostilamento. Fundamento: Lei nº 8.666/93 e na autorização do Diretor-Geral, contida no PAD nº 2821/2022. Assina, pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE. DATA: 24/02/2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2022**

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, cumprindo o disposto no art. 21, inciso XII, do Decreto nº 3.555/2000, do Decreto nº 10.024/2019 e no item 22.4 do Edital deste pregão, vem comunicar acerca da adjudicação e homologação deste certame. A pregoeira, em 10/02/2022, adjudicou (sistema Comprasnet) o item 01 à empresa Lince - Segurança Eletrônica Ltda. Este procedimento licitatório foi homologado (sistema Comprasnet) pela Ilmo. Sr. Alvimar Dias Nascimento, Diretor Geral do TRE/ES, em 23/02/2022. Processo: 0004933-12.2021.6.08.8000

Vitória, 25 de fevereiro de 2022.
ENISE MEZZEDIMI CUNHA DAGOSTINI
Pregoira

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo SEI nº 22.0.000001441-2. Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 51/2021. Objeto: ALTERAÇÃO QUANTITATIVA do objeto contratual, por meio do ACRÉSCIMO de 70,10 m² de cortinas. Empresa: DECORINTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI. CNPJ: 03.884.308/0001-35. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Signatários: Wilson Gamboge Júnior, Diretor-Geral, do TRE/GO, pelo Contratante. Rory Fonseca Moreira, pela Contratada.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE INFORMÁTICA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: 1º Termo Aditivo ao CT Nº 08/2021 - SEI Nº 07924.2020-9. LOCADORES: Sérgio Dirceu Wolfer - CPF Nº: ***.180.001-** e Ronilda Maria de Araújo Wolfer - CPF Nº: ***.857.771-**. OBJETO: Prorrogar o prazo em 180 (cento e oitenta) dias, para providência relativa à averbação da construção do prédio do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis do município de Vila Rica-MT, com início em 26/12/2021 e encerramento em 24/06/2022. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, § 2º, da Lei nº 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: pelo TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo - Diretora-Geral e, pelo Locadores, Sérgio Dirceu Wolfer e Ronilda Maria de Araújo Wolfer.

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO Nº 35/2021**

O TRE-MT torna público o resultado da licitação - Pregão nº 35/2021. SEI Nº 03598.2021-2. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de motoristas para condução dos veículos pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Adjudicada: META SERVICE SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA - CNPJ nº 23.923.708/0001-10. Valor Global: R\$ 2.009.948,08.

Cuiabá-MT, 2 de março de 2022.
TÂNIA YOSHIDA DE OLIVEIRA
Secretária de Administração e Orçamento

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL**AVISO DE PENALIDADE**

Processo Administrativo SEI nº 0007183-41.2020.6.12.8000.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul torna público que foi APLICADA à empresa contratada 3F COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS EIRELI - ME, a pena de impedimento de licitar/contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo prazo de 2 (dois) meses, em razão do descumprimento de exigência contida no instrumento convocatório, referente ao Pregão Eletrônico nº 30/2020 (não entregar documentação exigida no instrumento convocatório). Fundamento Legal: item 15 do Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2020, art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 27 da Resolução TRE/MS nº 665/2019. Decisão proferida aos 28/04/2021 pelo Dr. Hardy Waldschmidt, Diretor-Geral do TRE/MS.

HARDY WALDSCHMIDT
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2022 - UASG 70014**

Nº Processo: 0010062-57.2021.6. Objeto: Prestação dos serviços de consultoria técnica para avaliação das condições atuais do sistema de climatização central do Ed. Sede, com apontamento de falhas e proposição de melhorias no sistema atual e bem como estudo de viabilidade técnica e financeira comparativo visando a substituição do mesmo por equipamentos do tipo split ou VRF/VRV, comparando o sistema atual com as demais possibilidades existentes no mercado ou ainda o Retrofit (Modernização) do mesmo.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 03/03/2022 das 08h00 às 17h00. Endereço: Av. Prudente de Moraes, Nr. 100 - 6. andar, Bairro Cidade Jardim, Cidade Jardim - Belo Horizonte/MG ou <https://www.gov.br/compras/edital/70014-5-00007-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 03/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/03/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

ALEXANDRE MIRANDA DOS SANTOS
Equipe de Apoio

(SIASGnet - 25/02/2022) 70014-00001-2022NE000001

**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
DIRETORIA-GERAL****AVISO DE PENALIDADE**

A Diretoria-Geral do TRE/MG, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público que a empresa AXION ADVANCED CHEMICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS SANEANTES E DOMISSANITÁRIOS EIRELI, CNPJ: 34.640.372/0001-02, encontra-se impedida de licitar e contratar com a União, pelo período de 1 (um) mês, por conduta irregular praticada no Pregão Eletrônico nº 63/2021, nos termos do item 13 e subitem 13.2 do Pregão Eletrônico nº 63/2021 e do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, c/c art. 49 do Decreto nº 10.024/19. Os autos do SEI nº 0013328-52.2021.6.13.8000 encontram-se com vistas franqueadas para fins de direito.

Belo Horizonte - MG, 25 de fevereiro de 2022.
MAURÍCIO CALDAS DE MELO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2022**

O TRE/PA torna pública a homologação do Pregão Eletrônico nº 03/2022, cujo objeto é o Registro de preços dos serviços especializados, prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, de RECEPÇÃO, para fins de apoio administrativo ao fechamento de cadastro eleitoral 2022, com atuação em zonas eleitorais do Estado do Pará, em razão de demandas extraordinárias próprias do ano eleitoral.

FELIPE HOUAT DE BRITO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2022 - UASG 70010**

Nº Processo: 0025002-16.2021. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de consumo (coletes e camisas), de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I do Edital). Total de Itens Licitados: 3. Edital: 03/03/2022 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160, 4º Andar, Sala 408, Graças - Recife/PE ou <https://www.gov.br/compras/edital/70010-5-00009-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 03/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/03/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

LILIAN RAFAELI DUTRA SILVEIRA
Pregoira

(SIASGnet - 25/02/2022) 70010-00001-2022NE0000054

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022 - UASG 70010**

Nº Processo: 0015288-32.2021. Objeto: Aquisição de materiais, de acordo com as especificações técnicas e as condições constantes do Termo de Referência (ANEXO UNICO) do Edital. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 03/03/2022 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Sala 408, Graças - Recife/PE ou <https://www.gov.br/compras/edital/70010-5-00014-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 03/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/03/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

JOANA D ARC SIMOES DE BARROS
Pregoira

(SIASGnet - 25/02/2022) 70010-00001-2022NE0000054

DIRETORIA-GERAL**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato nº 53/2021. Pregão nº 68/2021 - Eletrônico. SEI nº 0010847-08.2021.6.17.8000. CONTRATANTE: **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**. CONTRATADA: AVB DE ANDRADE SERVICOS E COMERCIO EM GERAL EIRELI. CNPJ: 21.113.735/0001-00. OBJETO: prestação de serviços continuados de arquivista para atender às necessidades do **Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e nº 13.709/2018, aos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, 8.538/2015 e 9.507/2018, à Lei Complementar nº 123/2006, às Resoluções CNJ nºs 169/2013, 248/2018 e 301/2019, à Resolução TSE nº 23.234/2010, à Lei nº 8.666/1993. VIGÊNCIA: 01/04/2022 a 31/03/2023. VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 49.699,92. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa-PTRES: 167661. Natureza da Despesa: 339037. Nota de Empenho: 2022NE0302, de 18/02/2022. Valor do Empenho: R\$ 37.274,94. DATA DE ASSINATURA: 23/02/2022. SIGNATÁRIOS: pela Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral e pela Contratada, Andressa Viana Bento de Andrade, Diretora.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 08/2022. Dispensa de Licitação. SEI nº 0021075-42.2021.6.17.8000. CONTRATANTE: **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**. CONTRATADA: MARCOS RENATO DA SILVA 8368213420. CNPJ: 43.018.380/0001-02. OBJETO: prestação de serviços de manutenção corretiva de cafeteiras, de diversos fabricantes, com fornecimento integral de materiais e insumos. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: 90 dias, contados a partir da publicação do extrato no DOU. VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.200,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa-PTRES: 167661. Natureza da Despesa: 339039. Nota de Empenho: 2022NE000258, de 02/02/2022. Valor do Empenho: R\$ 3.200,00. DATA DE ASSINATURA: 23/02/2022. SIGNATÁRIOS: pela Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral e pela Contratada, Marcos Renato da Silva, Representante Legal.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**AVISO DE PENALIDADE**

1) O TRE/RN aplicou à empresa MARLI CARDOSO DOS SANTOS 01950009513 (CNPJ nº 37.604.787/0001-00), com fundamento no art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, a sanção administrativa de suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) meses, a contar da data desta publicação, em virtude do descumprimento de obrigações estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 68/2020 - TRE/RN. Para ciência. Decisão exarada no Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 5469/2020 - TRE/RN.

Natal-RN, 30 de novembro de 2021.
YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA
Diretora-Geral do TRE/RN



Booking.com

BRL [Anuncie sua propriedade](#) [Cadastre-se](#) [Login](#)

Hospedagens Voos Aluguel de carros Atrações Táxis (aeroporto)

Página inicial > Brasil > Piauí > Floriano > Pesquisar resultados

Pesquisar

Destino/hoteis da acomodação
Floriano

Data de entrada
sexta-feira, 25 de agosto —

Data de saída
sábado, 27 de agosto de —

Estatas de 0 a 10 dias
1 adulto · 0 criança · 1 quarto —

[Ver regras e valores](#)

Pesquisar

Filtrar resultados por:

Seu orçamento (por diária)
☐ Defina seu próprio orçamento


- ☐ R\$ 0 - R\$ 200 4
- ☐ R\$ 200 - R\$ 400 4

Filtros mais usados

- ☐ hotéis 4
- ☐ Café da manhã incluído 4
- ☐ 4 estrelas 2
- ☐ Estacionamento gratuito 4

Floriano: 4 acomodações encontradas


Ordenar por: Nossas principais escolhas



Cajueiro Hotel ★★
Floriano · Mostrar no mapa · 1,7 km do centro

Quarto Superior com 2 Camas de Solteiro
2 camas de solteiro
Café da manhã incluído
Cancelamento GRÁTIS • Não requer pré-pagamento
Você pode cancelar depois: ganha até 100% pelo preço cheio.
Restam 3 quartos por esse preço no nosso site


Muito bom
162 avaliações
R\$ 151
Einschließlich Steuern und Gebühren
[Ver disponibilidade](#)



Garoto Park Hotel ★★★★★
Floriano · Mostrar no mapa · 1,2 km do centro

Café da manhã incluído
Quarto Individual
2 camas (1 de solteiro, 1 de casal)
Café da manhã incluído

Muito bom
138 avaliações
R\$ 185
Einschließlich Steuern und Gebühren
[Ver disponibilidade](#)



Hotel Rio Parnaíba
Floriano · Mostrar no mapa · 1,3 km do centro

Café da manhã incluído
Quarto Duplo Deluxe com Cama Extra
2 camas (1 de solteiro, 1 de casal)
Café da manhã incluído

Muito bom
176 avaliações
R\$ 165
+R\$ 2 em impostos e taxas

Booking.com

75% dos lugares para ficar estão indisponíveis no nosso site nas suas datas.

São Raimundo Nonato: 1 acomodação encontrada

Ordenar por: Principais escolhas para viajantes individuais

Café da manhã incluído

EcoRupestre Hostel

São Raimundo Nonato - [Mostrar no mapa](#) - 0,6 km do centro

Viagem sustentável

Quarto Duplo
2 camas de solteiro

Café da manhã incluído

Restam 1 quarto por esse preço no nosso site

Muito bom 8,5
2 avaliações

1 diária, 1 adulto

R\$ 72

Impostos e taxas incluídos

[Ver disponibilidade](#)

Filtrar resultados por:

Seu orçamento (por diária)

☐ Defina seu próprio orçamento

☐ R\$ 0 - R\$ 200 1

Filtros mais usados

☐ Café da manhã incluído 1

☐ Estacionamento gratuito 1

☐ Hostels 1

☐ Banheiro privativo 1

☐ Menos de 1 km 1

POUSADA PORTAL DAS ARARAS

Parnaíba - [Mostrar no mapa](#) - 1,9 km do centro

Quarto Duplo
1 cama de casal

Restam 2 quartos por esse preço no nosso site

Fabuloso 9,7
48 avaliações

Localização 9,4

1 diária, 2 adultos

R\$ 140

Impostos e taxas incluídos

[Ver disponibilidade](#)

Café da manhã incluído

Pousada Lunar

Parnaíba - [Mostrar no mapa](#) - 2,4 km do centro

Receba-nos

Quarto Quadruplo
3 camas (2 de solteiro, 1 de casal)

Café da manhã incluído

Restam 1 quarto por esse preço no nosso site

Fabuloso 9,8
148 avaliações

1 diária, 2 adultos

R\$ 140

+R\$ 13 em impostos e taxas

[Ver disponibilidade](#)

Café da manhã incluído

Casa de St. Antônio Hotel Boutique

Parnaíba - [Mostrar no mapa](#) - 1,7 km do centro

Suíte Superior
Suíte privativa • 1 quarto • 1 sala • 1 banheiro • 33m²
1 cama de casal estendida

Café da manhã incluído

Restam 2 unidades por esse preço no nosso site

Excepcional 9,5
240 avaliações

1 diária, 2 adultos

R\$ 948

Impostos e taxas incluídos

[Ver disponibilidade](#)

Hostel Delta house

Parnaíba - [Mostrar no mapa](#) - 1,1 km do centro

Quarto Duplo
2 camas de casal

Restam 2 quartos por esse preço no nosso site

Muito bom 8,5
4 avaliações

Localização 9,4

1 diária, 2 adultos

R\$ 78

Impostos e taxas incluídos

[Ver disponibilidade](#)

Booking.com interface showing search results for accommodations near Parque Nacional de Sete Cidades. The page includes a search bar, filters, and a list of results.

Parque Nacional de Sete Cidades - Rodovia BR-222, Km 64 - Zona Rural, Piracuruca - State of Piauí, Brazil: 1 acomodação encontrada

Ordenar por: Distância do local de interesse

Oca Tocarijus Eco Resort

Paracuruca - Mostrar no mapa - 5.5 km do centro da mapa

Chale Superior

Chale inteiro • 1 quarto • 1 banheiro
1 cama de casal grande
Restam 2 unidades por esse preço no nosso site

Fabuloso 8.8
37 avaliações

1 diária, 2 adultos
R\$ 239
+R\$ 34 em impostos e taxas

Ver disponibilidade

Filtrar resultados por:

Seu orçamento (por diária)

☐ Defina seu próprio orçamento

☐ R\$ 200 - R\$ 400 1

Filtros mais usados

☐ Estacionamento 1

☐ Muito bom: 8 ou mais 1

☐ Com base em avaliações de hóspedes 1






☐ Banheiro privativo 1

☐ Piscina 1






PESQUISA DE PREÇOS DE EPI'S PARA A MACROCONTRAÇÃO - APOIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		MAGALHÃES LUIZA	LOJA DO MECANICO	ACAL 140MG CENTER
Abafador ruído auricular, material polietileno, formato semicircular, tamanho regulável, uso absorção ruído, aplicação proteção auricular e trabalho mecânico, características adicionais níveis de redução ruído igual ou superior a 25 DB		R\$ 106,79	R\$ 37,90	R\$ 45,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		BALAROTE	LOJAS DO EPE	UNIFORMES RUBENS
Óculos de segurança		R\$ 14,10	R\$ 5,20	R\$ 2,99
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		LOJA DO EPE	FERRAMAC LHASAS	
Capacete de Segurança Classe A-B; Tipo: Aba Frontal; modelo: "Três Nervuras; Injetado em polietileno de alta densidade, com suspensão e jugular; Indicado para proteção da cabeça do usuário contra impactos e quedas de objetos, e também contra risco de choques elétricos		R\$ 17,54	R\$ 13,43	R\$ 10,99
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		BALAROTE	MERCADO DO EPE	FERRAMAC
Par de Luvas pigmentadas. Fabricadas em fios de algodão e poliéster. Palma revestida com pigmentos de PVC para maior aderência		R\$ 10,92	R\$ 4,44	R\$ 3,53
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		POLYESTER	LOJA FERRPAW	BRASIL FERRA
Colete refletivo modelo em X		R\$ 16,00	R\$ 14,45	R\$ 14,90







PESQUISA DE PREÇOS DE EPI'S PARA A MACROCONTRAÇÃO - APOIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		ENVULSTUS AMERFOMAC	ACESSÓRIA BRASILEIRA	
Abafador ruído auricular, material polietileno, formato semicircular, tamanho regulável, uso absorção ruído, aplicação proteção auricular e trabalho mecânico, características adicionais níveis de redução ruído igual ou superior a 25 DB		R\$ 45,00	R\$ 130	R\$ 39,50
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		TECHSUL	DALAROTI	SEGURANÇA TOTAL
Óculos de segurança		R\$ 5,69	R\$ 14,10	R\$ 12,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		NETE EPI	MUNDO LENTA VIVA	MULTE MEGA
Capacete de Segurança Classe A-B; Tipo: Aba Frontal; modelo: "Três Nervuras"; Injetado em polietileno de alta densidade, com suspensão e jugular; Indicado para proteção da cabeça do usuário contra impactos e quedas de objetos, e também contra risco de choques elétricos		R\$ 11,05	R\$ 54,40	R\$ 72,10
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		MAGAZINE LUCEA	MULTE MEGA	PROPOSTO
Par de Luvas pigmentadas. Fabricadas em fios de algodão e poliéster. Palma revestida com pigmentos de PVC para maior aderência		R\$ 2,50	R\$ 03	R\$ 2,19
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		NETE EPI	PALACCO DAS FERRAMENTAS	ASTRO DESEBOLADO
Colete refletivo modelo em X		R\$ 24,35	R\$ 9,99	R\$ 16,60

PESQUISA DE PREÇOS DE EPI'S PARA A MACROCONTRAÇÃO - APOIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		ASTRO DESTREBUEDORA	CARAJÁS	ENCELOPA
Abafador ruído auricular, material polietileno, formato semicircular, tamanho regulável, uso absorção ruído, aplicação proteção auricular e trabalho mecânico, características adicionais níveis de redução ruído igual ou superior a 25 DB		R\$ 63,74	R\$ 71,90	R\$ 159,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		DOCE RASA	LOJA METAIS	CARAJÁS
Óculos de segurança		R\$ 7,02	R\$ 4,25	R\$ 7,89
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		ULANETE COMPRA	ASTRO DESTREBUEDORA	PREDICIVA ESPRESSO
Capacete de Segurança Classe A-B; Tipo: Aba Frontal; modelo: "Três Nervuras; Injetado em polietileno de alta densidade, com suspensão e jugular; Indicado para proteção da cabeça do usuário contra impactos e quedas de objetos, e também contra risco de choques elétricos		R\$ 9,60	R\$ 49,58	R\$ 8,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		NETC SUPREMEOS	LOJA 360	ELASTA 130
Par de Luvas pigmentadas. Fabricadas em fios de algodão e poliéster. Palma revestida com pigmentos de PVC para maior aderência		R\$ 2,52	R\$ 2,99	R\$ 2,80
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		ACTE	SEGURANÇA TOTAL	SAFE-PARK SINALIZACAO
Colete refletivo modelo em X		R\$ 49,90	R\$ 26,89	R\$ 16,00

PESQUISA DE PREÇOS DE EPI'S PARA A MACROCONTRAÇÃO - APOIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		AMAZON	NETSHOES	AUTORAMA
Capacete motociclístico certificado, conforme Portaria 456/2010 INMETRO.		147,90	121,90	194,99
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		PEÇA PARA MOTO	MERCADO LIVRE	MAGALU
Baú com suporte, de acordo com a Resolução Nº 219 do CONTRAN, Capacidade de 60 Litros. Produto injetado em matéria prima PP.		297,10	299,00	225,50
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		FIPE	HONDA	GARAGEM 360
Motocicleta, cilindrada mínima CG 160 potência mínima 11cv a 8500rpm, torque mínimo de 1 a 5000rpm, combustível gasolina.		13.987,00	14.060,00	11.760,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		NET SUPRIMENTOS	AMAZON	MERCADO LIVRE
Respirador semifacial - Classe PSL2. Copa nasal de silicone; tirante deslizante; dreno de suor; confeccionados em elastômero sintético, revestidos de filamentos de poliéster e com conexões reguláveis quanto ao comprimento.		299,06	191,54	239,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		AMAZON	ZEUS DO BRASIL	DIMENSIONAL
Par de luvas de segurança. Confeccionada em fibras sintéticas e fibras naturais, revestimento da face palmar, face palmar dos dedos e ponta dos dedos em borracha vulcanizada; punho com fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas.		9,90	9,90	7,59
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		SUPER EPI	AMAZON	NET SUPRIMENTOS
Cinta ergonômica lombar com suspensório e elástico. Confeccionado totalmente em Elástico de altíssima qualidade, suspensórios em Elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. - Base do cinto em Elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. - Faixas laterais em elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro.		41,98	50,49	70,44

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ – AGOSTO/2022

PESQUISA DE PREÇOS DE EXAMES PARA A MACROCONTRAÇÃO - APOIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	BASE LEGAL	CLÍNICAS PESQUISADAS		
		ALFA AB	ASOTRAM	CAMP
Oftalmológico	EXAMES PREVISTOS NA RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 843, DE 9 DE ABRIL DE 2021	R\$ 180,00	R\$ 100,00	R\$ 170,00
auditivo		R\$ 200,00	R\$ 120,00	R\$ 200,00
psicológico		R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 100,00
toxológico		R\$ 150,00	R\$ 300,00	R\$ 200,00
laudo				
DESCRIÇÃO	BASE LEGAL	CLÍNICAS PESQUISADAS		
		GENESIS	ATHOS-MED	SORE-MED
Exames admissionais de demissionais	EXAMES PREVISTOS NO ART. 168 DA CLT	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 40,00
		R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 40,00

Resumo da Rede

Amil

Nome do Prestador	Estado	Região	Cidade	Nacional			
				Amil S750	Amil S580	Amil S450	Amil S380
CLÍNICA SANTA FÉ	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - M - PS	H - M - PS	H - M - PS	H - M - PS
PRONTOMED ADULTO	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS	H - PS
HOSPITAL DO OLHO DE TERESINA	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS	H - PS
PRONTOMED INFANTIL	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS	H - PS
ORTOCLÍNICA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS	H - PS
HOSPITAL SANTA MARIA	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS	H - PS
HOSPITAL E CLÍNICA DE OLHOS FRANCISCO VILAR	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H	H	H	H
GASTROVITA	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H	H	H	H
CASAMATER	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS	●
COE – CENTRO OFTALMOLÓGICO ESPECIALIZADO	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H	H	H	●
HOSPITAL FLÁVIO SANTOS	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	PS	PS	PS	●

- H – Hospital Eletivo

PS – Pronto Socorro
- H CARD – Hospital Cardiológico

PS CARD – Pronto Socorro Cardiológico
- H ORT – Hospital Cirurgia Ortopédica

PS OBST – Pronto Socorro Obstétrico
- M – Maternidade

PSI – Pronto Socorro Infantil
- HP – Hospital Pediátrico

PSO – Pronto Socorro Ortopédico
- PA – Pronto Atendimento

Amil One

Nome do Prestador	Estado	Região	Cidade	Nacional		
				Amil One S6500	Amil One S2500	Amil One S1500
CLÍNICA SANTA FÉ	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - M - PS	H - M - PS	H - M - PS
PRONTOMED ADULTO	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS
HOSPITAL DO OLHO DE TERESINA	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS
PRONTOMED INFANTIL	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS
ORTOCLÍNICA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS
CASAMATER	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS
HOSPITAL SANTA MARIA	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H - PS	H - PS	H - PS
COE – CENTRO OFTALMOLÓGICO ESPECIALIZADO	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H	H	H
HOSPITAL E CLÍNICA DE OLHOS FRANCISCO VILAR	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H	H	H
HOSPITAL SÃO MARCOS	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	PS	PS	PS
HOSPITAL FLÁVIO SANTOS	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	PS	PS	PS
GASTROVITA	PIAUÍ	CENTRO-NORTE PIAUIENSE	TERESINA	H	H	H

- H – Hospital Eletivo

PS – Pronto Socorro
- H CARD – Hospital Cardiológico

PS CARD – Pronto Socorro Cardiológico
- H ORT – Hospital Cirurgia Ortopédica

PS OBST – Pronto Socorro Obstétrico
- M – Maternidade

PSI – Pronto Socorro Infantil
- HP – Hospital Pediátrico

PSO – Pronto Socorro Ortopédico
- PA – Pronto Atendimento

Plano	Acomoda ção	Faixa Etária					
		00-18	19-23	24-28	29-33	34-38	39-43
Amil S380	QC	R\$ 372,39	R\$ 435,70	R\$ 531,55	R\$ 637,87	R\$ 669,75	R\$ 736,1
Amil S380	QP	R\$ 413,38	R\$ 483,66	R\$ 590,06	R\$ 708,07	R\$ 743,48	R\$ 817,8
Amil S450	QC	R\$ 488,66	R\$ 571,73	R\$ 697,51	R\$ 837,01	R\$ 878,86	R\$ 966,1
Amil S450	QP	R\$ 542,41	R\$ 634,63	R\$ 774,24	R\$ 929,08	R\$ 975,55	R\$ 1073,
Amil S580	QP	R\$ 558,68	R\$ 653,67	R\$ 797,47	R\$ 956,95	R\$ 1004,81	R\$ 1105,
Amil S750	QP (R1)	R\$ 610,93	R\$ 714,78	R\$ 872,03	R\$ 1046,44	R\$ 1098,76	R\$ 1208,



PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL COM

SEM COPARTICIPAÇÃO

ENFERMARIA

00 a 18

R\$127,76

19 a 23

R\$143,08

24 a 28

R\$160,28

29 a 33

R\$184,26

34 a 38

R\$211,89

39 a 43

R\$252,16

44 a 48

R\$315,18

49 a 53

R\$393,98

COM COPARTICIPAÇÃO

ENFERM

00 a 18

19 a 23

24 a 28

29 a 33

34 a 38

39 a 43

44 a 48

49 a 53

• URGÊNCIA • CONSULTAS • CIRURGIAS • OBS
• EMERGÊNCIA • EXAMES • INTERNAÇÕES •



COTAÇÃO PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL

CLIENTE: ROBERTO

ATOS ASSESSORIA			
HUMANA SAÚDE - PME - PI - OPÇÕES - SEM COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	ENFERMARIA
30	44 a 48	R\$ 598,48	R\$ 17.954,40
30	VALOR TOTAL		R\$ 17.954,40
ATOS ASSESSORIA			
HUMANA SAÚDE - PME - PI - OPÇÕES - SEM COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	APARTAMENTO
30	44 a 48	R\$ 766,72	R\$ 23.001,60
30	VALOR TOTAL		R\$ 23.001,60
ATOS ASSESSORIA			
HUMANA SAÚDE - PME - PI - OPÇÕES - C/COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	ENFERMARIA
30	44 a 48	R\$ 434,85	R\$ 13.045,50
30	VALOR TOTAL		R\$ 13.045,50
ATOS ASSESSORIA			
HUMANA SAÚDE - PME - PI - OPÇÕES - C/COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	APARTAMENTO
30	44 a 48	R\$ 509,09	R\$ 15.272,70
30	VALOR TOTAL		R\$ 15.272,70
ATOS ASSESSORIA			
HUMANA SAÚDE - PME - PI - FUTURA C/COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	APARTAMENTO
30	44 a 48	R\$ 316,45	R\$ 9.493,50
30	VALOR TOTAL		R\$ 9.493,50



ATOS ASSESSORIA			
HUMANA SAÚDE - PME - PI - PREMIUM - SEM COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	ENFERMARIA
30	44 a 48	R\$ 317,67	R\$ 9.530,10
30	VALOR TOTAL		R\$ 9.530,10
ATOS ASSESSORIA			
HUMANA SAÚDE - PME - PI - PREMIUM - SEM COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	APARTAMENTO
30	44 a 48	R\$ 398,19	R\$ 11.945,70
30	VALOR TOTAL		R\$ 11.945,70

ATOS ASSESSORIA			
MEDPLAN SAÚDE - PME -PI - GOLD - SEM COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	ENFERMARIA
30	44 a 48	R\$ 270,01	R\$ 8.100,30
30	VALOR TOTAL		R\$ 8.100,30
ATOS ASSESSORIA			
MEDPLAN SAÚDE - PME -PI - GOLD - SEM COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	APARTAMENTO
30	44 a 48	R\$ 311,24	R\$ 9.337,20
30	VALOR TOTAL		R\$ 9.337,20

ATOS ASSESSORIA			
MEDPLAN SAÚDE - PME -PI - GOLD - C/COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	ENFERMARIA
30	44 a 48	R\$ 239,72	R\$ 7.191,60
30	VALOR TOTAL		R\$ 7.191,60
ATOS ASSESSORIA			
MEDPLAN SAÚDE - PME -PI - GOLD - C/COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	APARTAMENTO
30	44 a 48	R\$ 261,81	R\$ 7.854,30
30	VALOR TOTAL		R\$ 7.854,30










ATOS ASSESSORIA			
MEDPLAN SAÚDE - PME -PI - INFINITY - SEM COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	ENFERMARIA
30	44 a 48	R\$ 211,86	R\$ 6.355,80
30	VALOR TOTAL		R\$ 6.355,80







ATOS ASSESSORIA			
MEDPLAN SAÚDE - PME -PI - AMBULATORIAL - LIGTH - SEM COPARTICIPAÇÃO			
VIDAS	IDADE	VALOR IND.	AMBULATORIAL
30	44 a 48	R\$ 172,69	R\$ 5.180,70
30	VALOR TOTAL		R\$ 5.180,70









Consultor Comercial
Alexandre







Data: 27/04/2022
ASS. Administrativa
Ludmila Guedes









PESQUISA DE PREÇOS DE UNIFORMES PARA A MACROCONTRAÇÃO - APOIO ADMINISTRATIVO









DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUVO	VAREJAS
Calça jeans azul, 100% algodão		R\$ 129,00	R\$ 178,50	R\$ 145,20
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUVO	VAREJAS
Calça social masculina/ feminina em microfibra		R\$ 130,00	R\$ 140,30	R\$ 95,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUVO	VAREJAS
Camisa social manga longa em tricoline amati azul claro, 100% algodão.		R\$ 95,30	R\$ 93,50	R\$ 273,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUVO	VAREJAS
Camisas de malha estilo polo, mangas curtas, na cor azul claro.		R\$ 74,20	R\$ 110,00	R\$ 78,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUVO	VAREJAS
Camiseta na cor branca, manga curta 100% algodão		R\$ 20,00	R\$ 10,00	R\$ 30,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUVO	VAREJAS
Cinto em couro constituído de uma face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável.		R\$ 23,50	R\$ 18,00	R\$ 32,50
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUVO	VAREJAS
Par de meias na cor preta. • Gênero: Masculino/Feminino • Altura do Cano: Médio; • Material: Algodão; • Estilo da Peça: Lisa; Numeração Indicada: Calça do tamanho 39 ao 44		R\$ 12,20	R\$ 18,00	R\$ 24,20

DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		AMERFAMA	SUBMARTINO	REACHUVELLO
Máscaras de tecido de tripla camada, com as seguintes especificações: "produto manufaturado deverá ter três camadas: uma camada de tecido não impermeável na parte frontal, tecido respirável no meio e um tecido de algodão na parte em contato com a superfície do rosto, bem como estar de acordo com as especificações definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas Prática no documento ABNT PR 1002: Máscaras de proteção respiratória para uso não profissional: Guia de requisitos básicos para métodos de ensaio, fabricação e uso. ABNT, 2020"		R\$ 24,20	R\$ 24,00	R\$ 25,60
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		ENGECOP	MAFEC	COMERCIAL DO PARAÍSO
Par de botina na cor preta, 100% em couro, com ou sem cadarço, com solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, antidor.		R\$ 52,20	R\$ 78,20	R\$ 82,30
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUVELLO	VARELA
Par de sapato na cor preta, 100% em couro, com ou sem cadarço, com solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, antidor.		R\$ 95,00	R\$ 150,40	R\$ 178,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		PARAFSA	TOCTOC	REACHUVELLO DO OLICATO
Par de sapatos em couro, tipo mocassim, na cor preta, 100% em couro, com salto baixo de no máximo 3cm, solado emborrachado e antiderrapante, palmilha acolchoada e antidor. Marca: Vizzano ou de superior qualidade		R\$ 96,90	R\$ 160,00	R\$ 219,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	VARELA	REACHUVELLO
Par de tênis material sintético, cor preta ou branca, cano baixo, fechamento cadarço, palmilha acolchoada e solado de borracha antiderrapante		R\$ 90,30	R\$ 130,40	R\$ 180,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUVELLO	VARELA
Blazer masculino/feminino preto, em microfibra		R\$ 240,30	R\$ 280,30	R\$ 280,00








DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		FG PARCELAR	DESTAQUE	GRUPERA
Crachá em PVC Branco 0,5mm/Tamanho Final: 5,4x8,5cm /Tam. com Sangra: 6,0x9,1cm /Com presilha metálica cromada/Acabamento: Cantos Arredondados e furo.		20100	R\$ 25,00	R\$ 16,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CEA	REACHUEL	VARITA
Gravata tons cinza(para homem)/lenço tons cinza e prendedor de cabelo com laço e redinha na cor preta	 	R\$ 20,25	R\$ 19,90	R\$ 34,30
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		MAGAZINE LUIZA	UNIFORMES RUBENS	MET UNIFORMES
Camisa, tecido Bi-Stretch (microfibra gabardine), mangas curtas, na cor azul marinho, com dois bolsos nas laterais inferiores da frontal, com botões brancos e com detalhes em tecido branco nas mangas e na gola e emblema da empresa no lado esquerdo superior. Calça, tecido Bi-Stretch (microfibra gabardine), social na cor azul marinho.		R\$ 107,70	R\$ 93,50	R\$ 127,60
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		AMERICANAS	GLITTER	KULL
Prendedor de cabelo com laço e redinha na cor azul-marinho		R\$ 20,00	R\$ 10,00	R\$ 13,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		EQUEROS	FULL	QUANTICA
Avental longo de napa na cor branca com amarração nas costas.		R\$ 18,00	R\$ 22,00	R\$ 18,95
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		AMERICANAS	BL07	EQUEROS
Jaleco mangas compridas em poliamida		R\$ 40,00	R\$ 79,90	R\$ 68,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		REACHUEL	MAGAZINE LUIZA	DASH UNIFORMES
Avental longo, azul marinho, com bolso frontal central, regulagem de altura no pescoço e laço nas costas, confeccionado em tecido two-way premium stretch ou de microfibra.		R\$ 79,90	R\$ 40,00	R\$ 70,00

DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		TEX MED	MED JET	MAGIA EM GELADO
Máscaras de tecido de tripla camada, com as seguintes especificações: "produto manufaturado deverá ter três camadas: uma camada de tecido não impermeável na parte frontal, tecido respirável no meio e um tecido de algodão na parte em contato com a superfície do rosto, bem como estar de acordo com as especificações definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas Prática no documento ABNT PR 1002: Máscaras de proteção respiratória para uso não profissional: Guia de requisitos básicos para métodos de ensaio, fabricação e uso. ABNT, 2020"		R\$ 22,30	R\$ 213,00	R\$ 9,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		KORSETE EPE	DE MENSUAL LOSTA DO MECANICO	
Par de botina na cor preta, 100% em couro, com ou sem cadarço, com solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, antidor.		KOR R\$ 45,90	R\$ 52,99	R\$ 501,59
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		DOCTOR 12E	COMESHO	LOJA SOLLO
Par de sapato na cor preta, 100% em couro, com ou sem cadarço, com solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, antidor.		R\$ 309,52	R\$ 259,90	R\$ 249,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		MAGAZINE LUPA	PARALELAS	BOTERO
Par de sapatos em couro, tipo mocassim, na cor preta, 100% em couro, com salto baixo de no máximo 3cm, solado emborrachado e antiderrapante, palmilha acolchoada e antidor. Marca: Vizzano ou de superior qualidade		R\$ 85,99	R\$ 100,00	R\$ 210,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		MAGAZINE LUPA	CLONES ATACAIO	LOJA ESTIVAL
Par de tênis material sintético, cor preta ou branca, cano baixo, fechamento cadarço, palmilha acolchoada e solado de borracha antiderrapante		R\$ 120,00	R\$ 192,00	R\$ 175,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		NOROESTE	PONTOS	PONTO FIDEL
Blazer masculino/feminino preto, em microfibra		R\$ 230,00	R\$ 340,00	R\$ 730,00








DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		GRAPICA CIDADE VERDE	ARTE GRAFFIA	GRATIA CENTER
Crachá em PVC Branco 0,5mm/Tamanho Final: 5,4x8,5cm /Tam. com Sangra: 6,0x9,1cm /Com presilha metálica cromada/Acabamento: Cantos Arredondados e furo.		R\$ 18,00	R\$ 20,00	R\$ 23,97
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		ELO 7 GRAVATA	AMERICANAS GRAVATA	RCPASSA GRAVATA
Gravata tons cinza(para homem)/lenço tons cinza e prendedor de cabelo com laço e redinha na cor preta	 	R\$ 91,20 R\$ 2,28	R\$ 72,32 R\$ 10,86	R\$ 49,00 R\$ 9,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CASAS BAHIA	EBT UNIFORMES	DEMOKERAN UNIFORMES
Camisa, tecido Bi-Stretch (microfibra gabardine), mangas curtas, na cor azul marinho, com dois bolsos nas laterais inferiores da frontal, com botões brancos e com detalhes em tecido branco nas mangas e na gola e emblema da empresa no lado esquerdo superior. Calça, tecido Bi-Stretch (microfibra gabardine), social na cor azul marinho.		R\$ 87,08	R\$ 110,00	R\$ 73,53
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		MAGAZINE LUCIA	IMPERIO DA DANCIA	ESSENCIAL BEJOUX
Prendedor de cabelo com laço e redinha na cor azul-marinho		R\$ 29,00	R\$ 19,90	R\$ 10,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		AMERICANAS	PROTELOJA	LOJA 7 CUS DO BRASIL
Avental longo de napa na cor branca com amarração nas costas.		R\$ 62,79	R\$ 12,00	R\$ 11,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		KULTA JALECOS	CONFECÇÃO BORGES	LARESSA JALECOS
Jaleco mangas compridas em poliamida		R\$ 55,00	R\$ 39,10	R\$ 64,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		AMERICANAS	OPSA DAS LAPAS	SARAPET
Avental longo, azul marinho, com bolso frontal central, regulagem de altura no pescoço e laço nas costas, confeccionado em tecido two-way premium stretch ou de microfibra.		R\$ 38,80	R\$ 31,90	R\$ 120,00







DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		CLO7	GRAPHIMAX	FENEX PRENT
Crachá em PVC Branco 0,5mm/Tamanho Final: 5,4x8,5cm /Tam. com Sangra: 6,0x9,1cm /Com presilha metálica cromada/Acabamento: Cantos Arredondados e furo.		R\$ 32,50	R\$ 9,00	R\$ 15,50
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		RARACBA	VARELLO	NOROESTE R\$
Gravata tons cinza(para homem)/lenço tons cinza e prendedor de cabelo com laço e redinha na cor preta	 	R\$ 35,50 R\$ 10,00	R\$ 29,90 R\$ 9,90	R\$ 31,20 R\$ 20,86
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		MHT CONFECÇÕES	PINTOS	CASA DO UNIFORMES
Camisa, tecido Bi-Stretch (microfibras gabardine), mangas curtas, na cor azul marinho, com dois bolsos nas laterais inferiores da frontal, com botões brancos e com detalhes em tecido branco nas mangas e na gola e emblema da empresa no lado esquerdo superior. Calça, tecido Bi-Stretch (microfibras gabardine), social na cor azul marinho.		R\$ 105,20	R\$ 58,30	R\$ 85,20
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		DANZAREN	CASA DO UNIFORMES	PENTEFINO
Prendedor de cabelo com laço e redinha na cor azul-marinho		R\$ 10,00	R\$ 8,46	R\$ 9,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		MAGAZINE LUCIA	DEMORGAN UNIFORMES	STAMPA E IMAGEM
Avental longo de napa na cor branca com amarração nas costas.		R\$ 19,70	R\$ 44,04	R\$ 22,40
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		BRACURA	JALECOS WM	1AM UNIFORMES EPE
Jaleco mangas compridas em poliamida		R\$ 36,90	R\$ 40,98	R\$ 47,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		UNIFORME E CA	CASA GALANTE	JALECO SIM CASA DO TOSADOR
Avental longo, azul marinho, com bolso frontal central, regulagem de altura no pescoço e laço nas costas, confeccionado em tecido two-way premium stretch ou de microfibras.		R\$ 20,40	R\$ 23,90	R\$ 135,90 R\$ 53,36

PESQUISA DE PREÇOS DE UNIFORMES PARA A MACROCONTRAÇÃO - APOIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		PARACIBA	PENTOS	LOJAS BARROSO
Calça jeans azul, 100% algodão		R\$ 129,00	R\$ 220,30	R\$ 130,40
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		PARACIBA	PENTOS	LOJAS BARROSO
Calça social masculina/ feminina em microfibra		R\$ 150,90	R\$ 195,00	R\$ 130,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		PARACIBA	PENTOS	LOJAS BARROSO
Camisa social manga longa em tricoline amati azul claro, 100% algodão.		R\$ 123,30	R\$ 87,00	R\$ 62,30
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		PARACIBA	PENTOS	LOJAS BARROSO
Camisas de malha estilo polo, mangas curtas, na cor azul claro.		R\$ 80,20	R\$ 63,70	R\$ 42,50
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		PARACIBA	PENTOS	LOJAS BARROSO
Camiseta na cor branca, manga curta 100% algodão		R\$ 20,00	R\$ 19,70	R\$ 18,30
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		PARACIBA	PENTOS	LOJAS BARROSO
Cinto em couro constituído de uma face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável.		R\$ 23,00	R\$ 13,00	R\$ 30,25
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		PARACIBA	PENTOS	LOJAS BARROSO
Par de meias na cor preta.* Gênero: Masculino/Feminino* Altura do Cano: Médio; * Material: Algodão; * Estilo da Peça: Lisa; Numeração Indicada: Calça do tamanho 39 ao 44		R\$ 18,00	R\$ 13,30	R\$ 15,20

PESQUISA DE PREÇOS DE UNIFORMES PARA A MACROCONTRAÇÃO - APOIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		LOJAS RENNER	LOJAS NOROESTE	LOJAS DRAGÃO
Calça jeans azul, 100% algodão		R\$ 79,30	R\$ 121,30	R\$ 70,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		LOJAS RENNER	LOJAS NOROESTE	LOJAS DRAGÃO
Calça social masculina/ feminina em microfibra		R\$ 120,00	R\$ 118,00	R\$ 109,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		LOJAS RENNER	LOJAS NOROESTE	LOJAS DRAGÃO
Camisa social manga longa em tricoline amati azul claro, 100% algodão.		R\$ 140,00	R\$ 162,00	R\$ 139,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		LOJAS RENNER	LOJAS NOROESTE	LOJAS DRAGÃO
Camisas de malha estilo polo, mangas curtas, na cor azul claro.		R\$ 54,00	R\$ 49,00	R\$ 80,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		LOJAS RENNER	LOJAS NOROESTE	LOJAS DRAGÃO
Camiseta na cor branca, manga curta 100% algodão		R\$ 20,00	R\$ 21,00	R\$ 18,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		LOJAS RENNER	LOJAS NOROESTE	LOJAS DRAGÃO
Cinto em couro constituído de uma face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável.		R\$ 23,00	R\$ 18,00	R\$ 25,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		LOJAS RENNER	LOJAS NOROESTE	LOJAS DRAGÃO
Par de meias na cor preta.* Gênero: Masculino/Feminino* Altura do Cano: Médio; * Material: Algodão; * Estilo da Peça: Lisa; Numeração Indicada: Calça do tamanho 39 ao 44		R\$ 18,00	R\$ 15,99	R\$ 20,00

DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		UNIFORME RUBENS	SOKO MED	INSTAPER STORE
Máscaras de tecido de tripla camada, com as seguintes especificações: "produto manufaturado deverá ter três camadas: uma camada de tecido não impermeável na parte frontal, tecido respirável no meio e um tecido de algodão na parte em contato com a superfície do rosto, bem como estar de acordo com as especificações definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas Prática no documento ABNT PR 1002: Máscaras de proteção respiratória para uso não profissional: Guia de requisitos básicos para métodos de ensaio, fabricação e uso. ABNT, 2020"		R\$ 14,00	R\$ 14,99	R\$ 9,99
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		OSTRO RUSTREBUZZA	UNIFORMES RUBENS	LOJA ESTIVAL
Par de botina na cor preta, 100% em couro, com ou sem cadarço, com solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, antidor.		R\$ 38,71	R\$ 60,00	R\$ 54,90
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		LOJA KAILUCCI	PEGRANDO CALÇADO	VECCINE CALÇADO
Par de sapato na cor preta, 100% em couro, com ou sem cadarço, com solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, antidor.		R\$ 199,90	R\$ 275,90	R\$ 445,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		ZATTINE	CALÇADO LORÃO	LUCCIMAR CALÇADO
Par de sapatos em couro, tipo mocassim, na cor preta, 100% em couro, com salto baixo de no máximo 3cm, solado emborrachado e antiderrapante, palmilha acolchoada e antidor. Marca: Vizzano ou de superior qualidade		R\$ 863,90	R\$ 809,30	R\$ 220,70
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		RENNER	DAFETE	AMERICANAS
Par de tênis material sintético, cor preta ou branca, cano baixo, fechamento cadarço, palmilha acolchoada e solado de borracha antiderrapante		R\$ 119,90	R\$ 79,90	R\$ 160,00
DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	EMPRESAS PESQUISADAS		
		RENNER	RARAIBA	LOJAS DRAGÃO
Blazer masculino/feminino preto, em microfibra		R\$ 179,90	R\$ 220,00	R\$ 320,00



Olá!
Minha
Conta

Menu

Relógio de Ponto Coletor de Marcação REP-P com Software

Relógio de Ponto Coletor de Marcação REP-P com Software

Código: 111000012

Pacote Completo: Contrato de prestação de serviço com pagamento mensal.

Relógio de Ponto iDClass + Software Ponto Web Pro até 10 usuários + 1 Bobina de 300m + Suporte Técnico + Assistência Técnica = R\$98 no primeiro mês.

Meses posteriores com valor variável conforme equipamento (com ou sem impressão de comprovante, quantidade de colaboradores e etc.)



VÍDEO DE APRESENTAÇÃO

R\$98,00

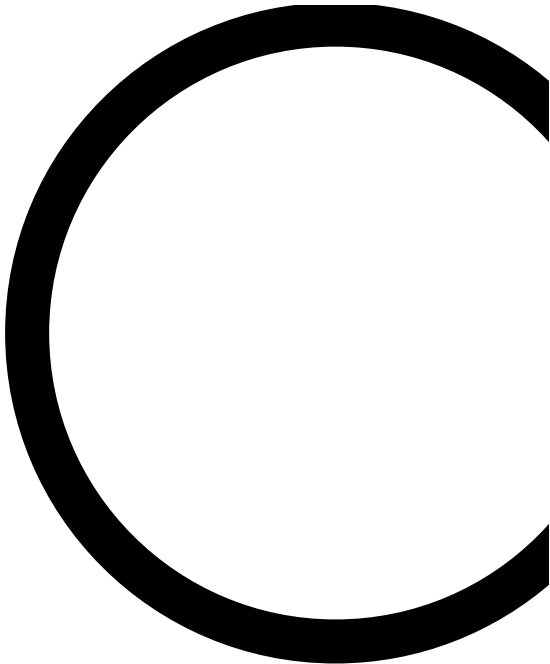
À vista no boleto

R\$98,00

- 1 +

Comprar





Qual produto você está procurando?

R\$0,00

[Minha Conta](#) [Carrinho](#)

Relógio Ponto Prisma Adv Biomé + Software para calculo das hora meses)





REF 8MHFKMXKR
Categoria Locação de Relógios

R\$95,00

Em até 2x de R\$50,00 no cartão de crédito

1

Comprar

Digite o que você procura

- Relógios de Ponto
- Softwares
- Controles de Acesso
- Segurança
- Minha Conta
- Meu Carrinho



Início Relógios de Ponto
 Relógio de Ponto Coletor de Marcação (REP) com Software de Controle de Ponto

R\$ 98,00

[Outras formas de pagamento.](#)

Digite o que você procura

Relógios de Ponto

Softwares

Controles de Acesso

Segurança

Minha Conta
Meu Carrinho

MODELO	REVISÃO	PEÇAS (R\$)	MÃO DE OBRA (R\$)	TOTAL (R\$)
Biz - 125i 	1.000KM	R\$ 33,29	R\$ 0	R\$ 33,29
	6000KM	R\$ 33,29	R\$ 0	R\$ 33,29
	12000KM	R\$ 95,36	R\$ 150,00	R\$ 245,36
	18000KM	R\$ 33,98	R\$ 150,00	R\$ 183,98
Pop - 110i 	1.000KM	R\$ 37,20	R\$ 0	R\$ 37,20
	6000KM	R\$ 37,20	R\$ 0	R\$ 37,20
	12000KM	R\$ 146,51	R\$ 140,00	R\$ 286,51
	18000KM	R\$ 131,81	R\$ 140,00	R\$ 271,81
PCX - 150 	1.000KM	R\$ 37,20	R\$ 0	R\$ 37,20
	6000KM	R\$ 37,20	R\$ 0	R\$ 37,20
	12000KM	R\$ 141,05	R\$ 200,00	R\$ 341,05
	18000KM	R\$ 170,12	R\$ 200,00	R\$ 370,12
CB 250F - TWISTER 	1.000KM	R\$ 131,07	R\$ 0	R\$ 131,07
	6000KM	R\$ 131,07	R\$ 0	R\$ 131,07
	12000KM	R\$ 224,55	R\$ 250,00	R\$ 474,55
	18000KM	R\$ 174,64	R\$ 250,00	R\$ 424,64
XRE - 300 	1.000KM	R\$ 134,97	R\$ 0	R\$ 134,97
	6000KM	R\$ 134,97	R\$ 0	R\$ 134,97
	12000KM	R\$ 188,65	R\$ 250,00	R\$ 438,65
	18000KM	R\$ 316,18	R\$ 250,00	R\$ 566,18
CG - 160 TITAN 	1.000KM	R\$ 79,00	R\$ 0	R\$ 79,00
	6000KM	R\$ 79,00	R\$ 0	R\$ 79,00
	12000KM	R\$ 140,24	R\$ 150,00	R\$ 290,24
	18000KM	R\$ 85,10	R\$ 150,00	R\$ 235,10



REVISÕES PERIÓDICAS	REVISÃO	(R\$) PEÇAS	(R\$) M. OBRA	TOTAL (R\$)		
				DE	POR	PARC.
	1.000KMS - ITENS ABAIXO	98,87	--	98,87	88,98	4x
	6.000KMS - ITENS ABAIXO	98,87	--	98,87	88,98	4x
	12.000KMS - ITENS ABAIXO	185,41	170,00	355,41	336,86	10x
	18.000KMS - ITENS ABAIXO	160,84	170,00	330,84	314,75	10x
	24.000KMS - ITENS ABAIXO	235,19	170,00	405,19	381,67	10x
	30.000KMS - ITENS ABAIXO	98,87	170,00	268,87	258,98	10x
	36.000KMS - ITENS ABAIXO	247,38	170,00	417,38	392,64	10x

SERVIÇO	(R\$) PEÇAS	(R\$) M. OBRA	TOTAL (R\$)		
			DE	POR	PARC.
Troca de Óleo / Arruela do Dreno	56,39		56,39	50,75	2x

ITENS DE REVISÕES

1000KMS - 0123BKRE305 (JUNTA CABEÇOTE+ANEL VEDAÇÃO(3)+ARRUELA DO DRENO) + ÓLEO GENUÍNO HONDA.
 6000KMS - 0123BKRE305 (JUNTA CABEÇOTE+ANEL VEDAÇÃO(3)+ARRUELA DO DRENO) + ÓLEO GENUÍNO HONDA.
 12000KMS - 0123DKRE305 (JUNTA CABEÇOTE+ANEL VEDAÇÃO(3)+ARRUELA DO DRENO+VELA IGNIÇÃO
 JUNTA TAMPÁ DIREITA+JUNTA CAPA FILTRO DE ÓLEO) + JUNTA ESCAPE + ÓLEO GENUÍNO HONDA
 18000KMS - 0123BKRE305 (JUNTA CABEÇOTE+ANEL VEDAÇÃO(3)+ARRUELA DRENO)+ÓLEO GENUÍNO HONDA+FILTRO DE AR
 24000KMS - TODOS OS ITENS DA REVISÕES 12000KMS + ANEL VEDAÇÃO(2) + ÓLEO ATF
 30000KMS - TODOS OS ITENS DA REVISÃO 1000KMS
 36000KMS - 0123DKRE305 (JUNTA CABEÇOTE+ANEL VEDAÇÃO(3)+ARRUELA DO DRENO+VELA IGNIÇÃO+JUNTA T.DIREITA
 JUNTA CAPA FILTRO DE ÓLEO) + FILTRO DE AR + JUNTA ESCAPE + ÓLEO GENUÍNO HONDA.

Valores de revisão e manutenção válido até 31/03/2022

Óleo grátis em 7 revisões a partir da 3ª revisão e mão de obra gratuita na 1ª e 2ª revisões*. Consulte sempre a tabela de manutenções de sua motocicleta, além das condições vigentes em seu manual do proprietário. Para maiores informações consulte o Consultor de Serviços da concessionária. *Custos com Fluidos, lubrificantes, combustíveis e materiais de limpeza correm por conta do proprietário da motocicleta.

CG 160 TITAN

REVISÕES PERIÓDICAS	REVISÃO	PEÇAS	M. OBRA	TAXA MAT.	TOTAL
	1.000km	R\$ 84,04	-	R\$ 17,00	R\$ 101,04
	6.000km	R\$ 84,04	-	R\$ 17,00	R\$ 101,04
	12.000km	R\$ 166,88	R\$ 197,00	-	R\$ 363,88
	18.000km	R\$ 92,97	R\$ 197,00	-	R\$ 289,97
	24.000km	R\$ 166,88	R\$ 197,00	-	R\$ 363,88
	30.000km	R\$ 44,04	R\$ 197,00	-	R\$ 241,04
	36.000km	R\$ 215,81	R\$ 197,00	-	R\$ 412,81

Agende sua revisão por telefone ou WhatsApp

Itajaí

 (47) 3247-9100

Balneário Camboriú

 (47) 3267-9000



Valores de revisão e manutenção válido até 30/09/2021

Óleo grátis em 7 revisões a partir da 3ª revisão e mão de obra gratuita na 1ª e 2ª revisões*. Consulte sempre a tabela de manutenções de sua motocicleta, além das condições vigentes em seu manual do proprietário. Para maiores informações consulte o Consultor de Serviços da concessionária. *Custos com Fluidos, lubrificantes, combustíveis e materiais de limpeza correm por conta do proprietário da motocicleta .